



ISSN 2238-1661

V. 13, Nº 25/ Ago - Dez 2023

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Campus de Três Lagoas

REVISTA ELETRÔNICA TRILHAS DA HISTÓRIA

**A DITADURA MILITAR NO BRASIL EM DEBATE:
SILENCIAMENTOS, RESISTÊNCIAS E ENSINO DE HISTÓRIA**

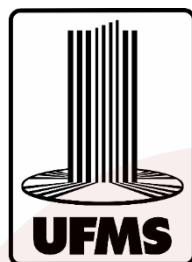




REVISTA ELETRÔNICA
TRILHAS DA
HISTÓRIA

Revista do Curso de História da Universidade Federal de Mato
Grosso do Sul, Campus de Três Lagoas

Editoração:



**UNIVERSIDADE FEDERAL
DE MATO GROSSO DO SUL**



Apoio:



Indexação:



REVISTA ELETRÔNICA TRILHAS DA HISTÓRIA

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Curso de Licenciatura em História

Volume 13, Número 25, Agosto a Dezembro de 2023

ISSN: 2238-1651

www.trilhasdahistoria.ufms.br/



EDITORES RESPONSÁVEIS

Prof.ª Dr.ª Dolores Puga, UFMS, Brasil

Prof.ª Dr.ª Mariana Esteves de Oliveira, UFMS, Brasil

EDITORES ASSISTENTES

Douglas Chaves dos Reis, UFMS, Brasil

Maria Fernanda Marialva Finazzi, UFMS, Brasil

Rubia Dara Leão de Jesus, UFMS, Brasil

REVISORES DE NORMA E LÍNGUA PORTUGUESA

Ana Resende, UERJ, Brasil

Anísio Batista Pereira, UFU, Brasil

Arthur Rodrigues Pereira Santos, UFRJ, Brasil

Braulio Costa Pereira, UFRJ, Brasil

Carlos Eduardo do Vale Ortiz, UNIR, Brasil

Flávia Martins Malaquias, UFMS, Brasil

Francisco Santos Borges, UFPA, Brasil

Geovane Souza Melo Júnior, UFU, Brasil

Katia Roberta Rodrigues Pinto, UFMS, Brasil

Maria Alice Ribeiro Gabriel, USP, Brasil

Paloma Batista Cardoso, UFS, Brasil

Priscilla Pellegrino de Oliveira, UERJ, Brasil

Thiago Renan Figueira Dutra, UFRRJ, Brasil

PROJETO GRÁFICO

Guilherme Gonçalves Mormito, UFMS, Brasil

Pedro Henrique da Silva, UFMS, Brasil

Prof. Dr. Luiz Carlos Bento, UFMS, Brasil

Rubia Dara Leão de Jesus, UFMS, Brasil

COMUNICAÇÃO

Matheus Medeiros Piqueira, UFMS, Brasil

CONSELHO EDITORIAL

Prof. Dr. Aureo Busseto, UNESP/Assis, Brasil

Prof.ª Dr.ª Carmen Norambuena Carrasco, Universidade del Chile, Chile

Prof.ª Dr.ª Cintia Lima Crescêncio, UFMS, Brasil

Prof. Dr. Erlando da Silva Reses, UnB Faculdade de Educação, Brasil

Prof. Dr. Eudes Fernandes Leite, UFGD, Brasil

Prof. Dr. Jaime de Almeida, UnB, Brasil

Prof. Dr. Leandro Hecko, UFMS, Brasil

Prof.ª Dr.ª Maria Celma Borges, UFMS, Brasil

Prof.ª Dr.ª Márcia Maria Menendes Motta, UFF, Brasil

CONSELHO CONSULTIVO

Prof. Dr Alejandro Schneider, Universidad de Buenos Aires, Universidad Nacional de La Plata, Argentina

Prof.ª Dr.ª Alzira Salete Menegat, UFGD, Brasil

Prof. Dr Ângelo Priori, UEM, Brasil

Prof. Dr. Antônio Dari Ramos, UFGD, Brasil

Prof. Dr Carlos Barros Gonçalves, UFGD, Brasil

Prof. Dr. Carlos Rodrigues Brandão, UNICAMP, UFU, Brasil

Prof.ª Dr.ª Celia Regina da Silveira, UEL, Brasil

Prof. Dr. Edvaldo Correa Sotana, UFMT, Brasil

Prof. Dr. Fernando Perli, UFGD, Brasil

Prof. Dr. Fortunato Pastore, UFMS, Brasil

Prof.ª Dr.ª Fulvia Zega, Universidade Ca' Foscari di Venezia, Itália

Prof.ª Dr.ª Doutora Isabel Drumond Braga, Universidade de Lisboa, Portugal

Prof. Dr José Antonio Mateo, Consejo nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET) y Universidad Nacional de Entre Ríos, Argentina

Prof.ª Dr.ª Laura Gabriela Caruso, IDAES/UNSAM-CONICET, Argentina

Prof.ª Dr.ª Lúcia Helena Oliveira Silva, UNESP/Assis, Brasil

Prof.ª Dr.ª Lucimar Rosa Dias, UFPR, Brasil

Prof. Dr. Luiz Antônio Castro Santos, UERJ, Brasil

Prof.ª Dr.ª Mara Burkart, Univerisdad Nacional de San Martín/Universidad de Buenos Aires/ Consejo Nacional de Investigaciones Científicos y Técnicos, Argentina

Prof.ª Dr.ª Marisa de Fatima Lomba de Farias, UFGD, Brasil

Prof. Dr. Mark John Lawrence Sabine, University of Nottingham, Reino Unido

Prof.ª Dr.ª Nauk Maria de Jesus, UFGD, Brasil

Prof. Dr. Paulo Fernando de Souza Campos, UNASP, UNISA, Brasil

Prof. Dr. Paulo Roberto Cimó Queiroz, UFGD, Brasil

Prof. Dr. Rafael Athaides, UFMS, Brasil

Prof. Dr. Rivan Menezes Dos Santos, Collonges sous Salève França, França

Prof.ª Dr.ª Rosemeire Aparecida de Almeida, UFMS, Brasil

Prof. Dr. Sergio Augusto Queiroz Norte e Silva, UNESP/Assis, Brasil

Prof. Dr. Sidnei José Munhoz, UEM, Brasil

Prof.ª Dr.ª Tania Regina de Luca, UNESP, Brasil

Prof. Dr. Vitor Wagner Neto de Oliveira

Prof.ª Dr.ª Yara Nogueira Monteiro, USP, Brasil

Prof.ª Dr.ª Zueleide Casagrande de Paula, UEL, Brasil

FOCO E ESCOPO

A Revista Eletrônica Trilhas da História foi pensada e elaborada com o objetivo de promover o debate acadêmico, tendo o propósito de enriquecer as

pesquisas em andamento no curso de História da UFMS, campus de Três Lagoas, bem como, agregar produções de outros lugares, instituições e sujeitos. Com esse objetivo, esperamos alcançar, além de professores da universidade e da rede pública e privada de ensino, alunos graduandos de nosso curso e de outras universidades, tendo por intuito incentivar novas pesquisas e a busca por conhecimentos produzidos pela História e áreas afins. Se a proposta é interdisciplinar, disciplinas como a Filosofia, Geografia, Ciências Sociais, Antropologia, Arqueologia, entre outras, encontrarão espaço para veicular as suas produções, desde que concernentes aos temas sugeridos pela Revista. A Revista se constitui de Dossiês; Artigos livres; Ensaio de Graduação; Resenhas e Fontes.

HISTÓRICO DO PERIÓDICO

Trilhas são frestas costumeiramente abertas em lugares ditos ermos, quando buscamos construir novos caminhos ou mesmo encurtar aqueles já existentes. Elas se desenham pelo percurso de muitos passos e na tentativa de romper com as vias oficiais que se instauram, como, por exemplo, os traçados de trilhos arquitetados para transportar transeuntes, escoar a produção, levar o “progresso”, modificando e impactando a vida pelos centros e rincões do Brasil, ao trazer o peso do desenvolvimento e da oficialidade. Mas não podemos nos esquecer que os trilhos também nasceram das trilhas. As trilhas buscam apontar para as brechas que podemos abrir em meio aos traçados da história.

Nossos campos, entretanto, não são ermos, pois já foram semeados e cultivados por inúmeras pessoas e experiências, por professores e alunos que percorreram os caminhos do Curso no Campus de Três Lagoas. Nesse percurso foram deixando marcas na tessitura do que se construiu ao longo de 50 anos. A proposta da Revista Eletrônica Trilhas da História não é, então, a “invenção” da roda, nem mesmo de um novo “caminho”. É o resultado e o reconhecimento de que os traçados já existem e que é preciso ampliá-los, sem perder de vista as veredas sulcadas a muito custo, para que as trilhas possam hoje ser abertas.

Este trabalho implica olhar para os sujeitos e as paisagens de outrora, tal como do presente, partindo da premissa de que se não reconhecermos isto e desconhecermos nossa história, natimortas as trilhas já seriam. O título Trilhas da História, escolhido coletivamente pelos discentes e docentes do curso, busca sugerir os meandros das novas abordagens e novos sujeitos. É com este intuito que a Revista nasce, desejando ser mais uma ferramenta de divulgação da produção de saberes históricos e de áreas afins, os quais possam contribuir para a escrita de uma história comprometida com o meio em que está inserida.

A Revista Trilhas da História nasce democrática e esperamos que permaneça dessa maneira. Desejamos que tenha longevidade como mais um instrumento de questionamento e de denúncia da reprodução da história e da condição de “ventríloquos” – ou mesmo da separação frágil do ensino e da pesquisa –, propondo, em suas publicações, uma relação dialógica entre o ser professor e o ser pesquisador.

☞ SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO..... 11-17

ARTIGOS DOSSIÊ

**RAÇA, RACISMO E SUBVERSÃO: AS CARACTERÍSTICAS DA NARRATIVA DA
DITADURA BRASILEIRA (1964 - 1986) SOBRE A LUTA ANTIRRACISTA NOS
DOCUMENTOS DE INTELIGÊNCIA**

*RACE, RACISM AND SUBVERSION: THE CHARACTERISTICS OF THE NARRATIVE OF
THE BRAZILIAN DICTATORSHIP (1964 – 1986) ON THE ANTI-RACIST ENDURANCE IN
INTELLIGENCE DOCUMENTS*

Marcelo José Domingos..... 19-32

**O “CASO DOS ANGOLANOS”: PRISÕES E TORTURA DE ESTUDANTES
AFRICANOS DURANTE O GOLPE CIVIL-MILITAR DE 1964 NO BRASIL**

*THE “CASE OF THE ANGOLANS”: ARRESTS AND TORTURE OF AFRICAN STUDENTS
DURING THE 1964 CIVIL-MILITARY COUP IN BRAZIL*

Viviane de Souza Lima..... 33-53

**TRAVESTILIDADES E DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA (1964-1985):
HISTÓRIA, INVISIBILIDADES E AS SEXUALIDADES CONSIDERADAS
DISSIDENTES**

*“TRANSGESTIBILITY” AND THE BRAZILIAN CIVIL-MILITARY DICTATORSHIP (1964-
1985): HISTORY, INVISIBILITIES AND DISSIDENT SEXUALITIES*

Bruno do Prado Alexandre..... 54-74

**INÊS ETIENNE ROMEU: A RESISTÊNCIA DE UMA MULHER EM DEFESA DA
MEMÓRIA**

INÊS ETIENNE ROMEU: THE RESISTANCE OF A WOMAN IN DEFENSE OF MEMORY

Ana Maria Colling..... 75-87

**A CENSURA EM TRANSE: “DEUS E O DIABO NA TERRA DO SOL” E “TERRA EM
TRANSE” NOS PARECERES DE CENSURA DO SCDP**

*CENSORSHIP IN TRANCE: “GOD AND THE DEVIL IN THE LAND OF THE SUN” AND
“TERRA EM TRANSE” IN THE SCDP CENSORSHIP OPINIONS*

Ítalo Nelli Borges..... 88-107

O TEATRO SOB A VIGILÂNCIA DO SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES (SNI): O CASO RUTH ESCOBAR E A PEÇA REVISTA DO HENFIL

THE THEATER UNDER THE SURVEILLANCE OF THE NATIONAL INFORMATION SERVICE (SNI): THE CASE OF RUTH ESCOBAR AND THE PLAY REVISTA DO HENFIL

Paula Carolina Firmino de Lima 108-125

O PAPEL DO RISO E DO ESCÁRNIO NAS CHARGES DE HENFIL: MEMÓRIAS RESSENTIDAS DA DITADURA MILITAR BRASILEIRA

THE ROLE OF LAUGHTER AND MOCKERY IN HENFIL'S CARTOONS: RESENTFUL MEMORIES OF THE BRAZILIAN MILITARY DICTATORSHIP

Dayse de Jesus Rocha 126-138

“A SORTE QUE É O NOSSO NORTE”: UMA HISTÓRIA DA DITADURA MILITAR APRESENTADA NA DRAMATURGIA DE PAES LOUREIRO

“THE LUCK THAT IS OUR NORTH”: A HISTORY OF THE MILITARY DICTATORSHIP PRESENTED IN PAES LOUREIRO'S DRAMATURGY

Luan Erick Lima Sanches 139-155

PAULO SCHILLING: O INTELLECTUAL QUE A DITADURA CIVIL-MILITAR TENTOU CALAR

PAULO SCHILLING: THE INTELLECTUAL WHOM THE CIVIL-MILITARY DICTATORSHIP TRIED TO SILENCE

Bruna dos Santos 156-174

O PAÍS FEITO POR ELES: PROPAGANDA E MEMÓRIA DA DITADURA MILITAR EM “O BRASIL” (2014), DE JAIME LAURIANO

EL PAÍS HECHO POR ELLOS: PROPAGANDA Y MEMORIA DE LA DICTADURA MILITAR EN “O BRASIL” (2014), POR JAIME LAURIANO

Luísa Estanislau Soares de Almeida, Tereza Maria Spyer Dulci e Nathália Santos Ferreira 175-195

IMPRENSA DE RESISTÊNCIA AO REGIME EMPRESARIAL-MILITAR NO BRASIL (1964-1988) NO ACERVO DA BIBLIOTECA NACIONAL: ARQUIVO, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA POLÍTICA

RESISTANCE PRESS AGAINST BRAZIL'S BUSINESS-MILITARY REGIME (1964-1988) ON ITS NATIONAL LIBRARY'S COLLECTION: ARCHIVE, HISTORIOGRAPHY AND POLITICAL MEMORY

Bruno Leonard Simas Brasil 196-216

POR ENTRE FOTOS E NOMES:* A TÊNUE LINHA ENTRE O PESSOAL E O FAMILIAR DURANTE A DITADURA MILITAR BRASILEIRA

BETWEEN PHOTOS AND NAMES: THE FINE LINE BETWEEN THE PERSONAL AND THE FAMILIAL DURING THE BRAZILIAN MILITARY DICTATORSHIP

Caroline Rios Costa 217-234

TRILHAS DA JUSTIÇA: REVISITANDO A LEI DE ANISTIA DO BRASIL (LEI Nº 6.683/1979) E SEUS IMPACTOS NA JUSTIÇA TRANSICIONAL

JUSTICE PATHWAYS: REVISITING BRAZIL'S AMNESTY LAW (LAW NO. 6.683/1979) AND ITS IMPACTS ON TRANSITIONAL JUSTICE

Luiz Antonio Dias 235-251

SEM LENÇO E SEM DOCUMENTO: O DESENVOLVIMENTO DO MOVIMENTO ESTUDANTIL SECUNDARISTA NO COLÉGIO ESTADUAL CENTRAL DE BELO HORIZONTE ENTRE 1964 E 1977

NO HANDKERK AND NO DOCUMENT: THE DEVELOPMENT OF THE SECONDARY STUDENT MOVEMENT AT COLÉGIO ESTADUAL CENTRAL DE BELO HORIZONTE BETWEEN 1964 AND 1977

Bruno Geraldo Guimarães Gonçalves e Vera Lúcia Nogueira 252-272

GOLPE DE ESTADO E PLANEJAMENTO EM FEIRA DE SANTANA, BAHIA, BRASIL (1964-1967)

GOLPE DE ESTADO Y PLANEACIÓN EN FEIRA DE SANTANA, BAHÍA, BRASIL (1964-1967)

Camila Ferreira de Souza 273-295

A EXPERIÊNCIA ESTÉTICA DO MILITARISMO EM RONDÔNIA: NOS CONTORNOS DE UMA CONTINGÊNCIA*

THE AESTHETIC EXPERIENCE OF MILITARISM IN RONDÔNIA: IN THE OUTLINES OF A CONTINGENCY

Rodrigo Tavares Godoi 296-315

A CONSTRUÇÃO DE UMA NAÇÃO EDUCADORA: A ALFABETIZAÇÃO DE CRIANÇAS, JOVENS E ADULTOS NA DITADURA CIVIL-MILITAR

THE BUILDING OF AN EDUCATING NATION: LITERACY OF CHILDREN, YOUNG PEOPLE AND ADULTS IN THE CIVIL-MILITARY DICTATORSHIP

Stefany dos Santos Antonio e Ione da Silva Cunha Nogueira 316-333

O GOVERNO EMPRESARIAL-MILITAR E AS CONDIÇÕES DO TRABALHO DOCENTE: CONSIDERAÇÕES SOBRE A EXPERIÊNCIA DO ESTADO DE SÃO PAULO

THE CORPORATE-MILITARY GOVERNMENT: CONSIDERATIONS ON THE WORKING CONDITIONS OF TEACHERS IN BRAZIL AND IN THE STATE OF SÃO PAULO

Paulo Fioravante Giareta e Victor Coqueiro de Sousa 334-350

“VOCÊ NÃO SABE O QUANTO NÓS CAMINHAMOS PARA CHEGAR ATÉ AQUI”: OS DEBATES PIONEIROS SOBRE ENSINO DE HISTÓRIA DIANTE DAS REFORMAS EDUCACIONAIS BRASILEIRAS (DÉCADAS 1960-80)

“YOU DON'T KNOW HOW MUCH WE HAVE WAY TO GET HERE”: THE PIONEER DEBATES ON HISTORY TEACHING DUE TO THE BRAZILIAN EDUCATIONAL REFORMS (1960s-80s)

Lívia Diana Rocha Magalhães e Sandra Regina Mendes 351-370

A DITADURA MILITAR E O ENSINO DE HISTÓRIA REGIONAL E LOCAL: ENTRE DILEMAS E CAMINHOS <i>THE MILITARY DICTATORSHIP AND THE TEACHING OF REGIONAL AND LOCAL HISTORY: BETWEEN DILEMMAS AND PATHS</i> Ary Albuquerque Cavalcanti Júnior e Jiani Fernando Langaro.....	371-395
“INTERVENÇÃO MILITAR JÁ”: ABORDAGENS DA DITADURA MILITAR NOS LIVROS DIDÁTICOS <i>“MILITARY INTERVENTION NOW”: APPROACHES ABOUT MILITARY DICTATORSHIP IN TEXTBOOKS</i> Bruna Baliza dos Santos Doimo e Marcela de Oliveira Santos Silva	396-416
ARTIGOS LIVRES	417
PÁTRIA E LIBERDADE NO PENSAMENTO DE JOSÉ SEGUNDO DECOUD <i>COUNTRY AND LIBERTY IN JOSÉ SEGUNDO DECOUD’S THOUGHT</i> Mário Lemos Flores do Prado	423-445
O “SOCO DA MÃO INVISÍVEL”: A VIOLÊNCIA DISCURSIVA E O REACIONARISMO CONTRA A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA PROMOVIDA POR THINK TANKS ANARCOCAPITALISTAS (2010-2020) <i>THE “PUNCH OF THE INVISIBLE HAND”: DISCURSIVE VIOLENCE AND REACTIONARYISM AGAINST THE DIGNITY OF THE HUMAN PERSON PROMOTED BY ANARCHO-CAPITALIST THINK TANKS (2010-2020)</i> Gustavo dos Santos Prado	446-469
“NO RUMO DAS NUVENS FUGIDAS”: A CRIANÇA MIGRANTE NORDESTINA NAS FOTORREPORTAGENS DA REVISTA O CRUZEIRO <i>“IN THE DIRECTION OF THE FUGITIVE CLOUDS”: THE NORTHEASTERN MIGRANT CHILD IN THE PHOTO REPORTS OF O CRUZEIRO MAGAZINE</i> Márcio Douglas de Carvalho e Silva	470-492
ENSAIO DE GRADUAÇÃO	493
MEMÓRIAS DE GUERRA DE UM MATO-GROSSENSE: ANÁLISE DO ACERVO DOCUMENTAL DO EXPEDICIONÁRIO REBUÁ NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL <i>WAR MEMORIES OF A MAN FROM MATO GROSSO: ANALYSIS OF THE DOCUMENTARY COLLECTION OF THE EXPEDITIONARY REBUÁ IN THE SECOND WORLD WAR</i> Thamires Carla Lopes dos Santos.....	494-514



APRESENTAÇÃO DOSSIÊ

A DITADURA MILITAR NO BRASIL EM
DEBATE: SILENCIAMENTOS,
RESISTÊNCIAS E ENSINO DE HISTÓRIA

APRESENTAÇÃO DE DOSSIÊ

A DITADURA MILITAR NO BRASIL EM DEBATE: SILENCIAMENTOS, RESISTÊNCIAS E ENSINO DE HISTÓRIA

Ana Maria Colling¹

Ary Albuquerque Cavalcanti Junior²

Quem não lembra dos slogans que assustaram a nós democratas e defensores da liberdade? *Volta à ditadura! Volta ao AI5, Militares do poder*, palavras de ordem que ouvíamos e líamos em passeatas dos conservadores. Estas manifestações que atravessaram nosso país nas duas últimas campanhas eleitorais assustaram e impactaram muitos brasileiros, especialmente historiadoras e historiadores.

Nesse contexto atônito refletíamos: O que fizemos nós em nossas aulas de história que tantas atrocidades à nossa história passaram despercebidas por parcelas da população? Perguntávamos ainda: será que a responsabilidade disso tudo foi da Lei da Anistia que inocentou torturados e torturadores?

Cabe ressaltar ainda que os ataques à democracia caminharam juntos aos ataques à educação e à cultura. “Abaixo Paulo Freire”, nosso mestre maior, acompanhava as marchas que pediam a volta à ditadura e o golpe do *impeachment*. Além disso, lembremos que o filme “Marighela” (2019)³ de Wagner Moura, mesmo sendo produzido em 2017, ficou impedido de circular nos cinemas nacionais e teve verbas cortadas, sendo lançado apenas em 2021⁴. Somente isso já sinaliza a

¹ Docente no Programa de Pós-graduação de História da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Pesquisadora da UNESCO junto à Cátedra Diversidade Cultural, Gênero e Fronteiras. Especialista em História das Mulheres, Relações de Gênero e Sexualidades. Entre suas obras destaca-se *A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil*. E-mail: acolling21@yahoo.com.br

² Docente do Departamento de História da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Desenvolve estudos sobre as diferentes formas de resistência contra a Ditadura Militar no Brasil, com publicações no campo da militância feminina, relações de gênero, história regional e local e ensino de história. Atualmente coordena o projeto de pesquisa: “Ditadura militar no Brasil: representações, sociedade e ensino de história” (UFMT) e o Grupo de Estudos em Ditadura Militar, Sociedade e Ensino de História (GEDSEH/UFMT). E-mail: ary.junior@ufmt.br

³ O referido filme, baseado no livro do jornalista Mario Magalhães, intitulado: “Marighella: o guerrilheiro que incendiou o mundo”, retrata a história real do militante baiano Carlos Marighella, um dos mais perseguidos pela repressão devido a sua luta política.

⁴ O jornal *El país* noticiou o corte de verbas do governo ao filme, bem como a comemoração de tal ato por políticos pró-governo. Ver: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/09/12/cultura/1568322222_654952.html Acesso em 23 nov. 2023 às 10:45.

importância da educação e da cultura no combate aos regimes ditatoriais ou a discursos que pedem seu retorno.

O maior sinal de que o “ovo da serpente” estava sendo gestado foi o discurso de Jair Bolsonaro no *impeachment* da presidenta Dilma Roussef, ainda em 2016, dedicando seu voto ao coronel Brilhante Ustra,⁵ torturador durante a ditadura militar e que havia sido o algoz da própria presidenta. Algo que nos pareceu não ter provocado o repúdio da população brasileira.

Escrevemos este prólogo para falar da importância do dossiê “**Ditadura militar no Brasil em debate: silenciamentos, resistências e ensino de história**”, que agora apresentamos, numa tentativa de desconstruirmos a memória nacional, destacar os diferentes impactos e legados deixados pelo período, bem como os debates contemporâneos, que estão presentes em salas de aula e em diferentes espaços da sociedade. Lembrar o que foi a Ditadura Militar é também combater golpistas de ocasião, pois a carência de história contribui para a falta de memória de um país e pela compreensão equivocada que alguns possuem sobre este período. Este Dossiê tem como objetivo principal, tal qual uma política de memória, falar e escrever para jamais esquecer.

Abre o dossiê o artigo “Raça, Racismo e Subversão: as características da narrativa da Ditadura brasileira (1964-1986) sobre a luta antirracista nos documentos de Inteligência” de autoria de Marcelo José Domingos. O autor destaca a partir da retórica do Estado ditatorial brasileiro como o ativismo negro é descrito na cartilha “Subversão” (1983), além de apontar para a importância de debater o racismo em tempos de Ditadura no Brasil. Já Viviane de Souza Lima, em seu artigo “O ‘caso dos angolanos’: prisões e tortura de estudantes africanos durante o golpe civil-militar de 1964 no Brasil”, nos apresenta uma importante discussão acerca das relações exteriores durante a ditadura militar. Através da prisão de estudantes angolanos no Brasil, em tempos de Ditadura Militar, a autora destaca a contribuição do regime com a Polícia Política Portuguesa (PIDE), de Antônio de Oliveira Salazar, contra o Movimento Afro-brasileiro Pró-Libertação de Angola (MABLA).

Refletindo sobre travestilidades em tempos de ditadura temos o artigo de Bruno do Prado Alexandre, intitulado: “Travestilidades e ditadura civil-militar brasileira (1964-

⁵ O coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra conhecido como “Major Tibiriçá” foi responsável pelo centro de tortura Doi-Codi entre 1970 e 1974. Em outubro de 2008 num processo inédito no Brasil, Ustra torna-se o primeiro oficial a ser declarado e condenado como torturador no Brasil.

1985): história, invisibilidades e as sexualidades consideradas dissidentes”. Na oportunidade, o autor não apenas tece reflexões sobre os silenciamentos e ausências na história, como também aponta para a resistência de travestis ao período. Em relação às mulheres durante a ditadura militar, Ana Maria Colling nos apresenta: “Inês Etienne Romeu: a resistência de uma mulher em defesa da memória”. A autora destaca a partir de fontes memorialísticas e documentais, o protagonismo de Inês Romeu, militante política em tempos de ditadura, única sobrevivente da Casa da Morte em Petrópolis, Rio de Janeiro, centro de tortura da repressão. Tendo sua denúncia sobre a casa do terror permitido a identificação de mortos, desaparecidos políticos e torturadores.

Refletindo sobre os aspectos artísticos em tempos de repressão, apresentamos o texto de Ítalo Nelli Borges, “A Censura em Transe: “Deus e o Diabo na Terra do Sol” e “Terra em Transe” nos pareceres de censura. O autor analisa oito pareceres de censores da repressão acerca de filmes durante a ditadura militar. Ainda no aspecto artístico, temos o artigo “O teatro sob a vigilância do Serviço Nacional de Informações (SNI): o caso Ruth Escobar e a peça Revista do Henfil” de Paula Carolina Firmino de Lima. A autora destaca a vigilância da cultura durante o período ditatorial, tendo como foco a atriz e produtora teatral Ruth Escobar. Suas principais fontes são os arquivos da Agência Recife do Sistema Nacional de informação, disponibilizados pelo Arquivo Nacional à Comissão Estadual da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba (CEVPM-PB).

Também destacando o poder da arte em tempos de ditadura militar temos o artigo de Dayse de Jesus Rocha, intitulado: “O Papel do riso e do escárnio nas charges de Henfil: memórias ressentidas da ditadura militar brasileira”. Dayse faz uma análise das charges do cartunista Henrique de Sousa Filho, o Henfil, publicadas no semanário O Pasquim. Ainda no âmbito dos aspectos artísticos e culturais, apresentamos “A sorte que é o nosso norte”: uma história da ditadura militar apresentada na dramaturgia de Paes Loureiro”, de Luan Erick Lima Sanches. Em seu texto, o autor apresenta a importância de analisar as literaturas de testemunho na Amazônia brasileira, em específico no Pará. Para isso, utiliza como principais fontes de análise a obra “*A Ilha da Ira*” de João de Jesus Paes Loureiro em contraste aos escritos da imprensa e documentos oficiais.

Outro importante trabalho que faz parte do dossiê é “Paulo Schilling: o intelectual que a ditadura civil-militar tentou calar” de Bruna dos Santos. Em seu artigo,

a autora apresenta a trajetória política e social do jornalista gaúcho Paulo Schilling. O qual, durante sua atuação, precisou se exilar do país, por conta das perseguições sofridas pela repressão, retornando ao Brasil na década de 80 do século passado.

Tecendo reflexões sobre a propaganda realizada pelo Estado brasileiro nos anos de repressão, temos o artigo “O país feito por eles: propaganda e memória da Ditadura Militar em “O Brasil” (2014), de Jaime Lauriano” de autoria de Nathália Santos Ferreira, Luísa Estanislau Soares de Almeida e Tereza Maria Spyer Dulci. Em seu texto, as autoras buscam analisar a referida produção, investigando as estratégias utilizadas para a exaltação da Ditadura, bem como as possíveis relações com a política contemporânea.

Uma análise sobre a imprensa em tempos de ditadura é realizada por Bruno Leonard Simas Brasil em “Imprensa de resistência ao regime empresarial-militar no Brasil (1964-1988) no acervo da Biblioteca Nacional: arquivo, historiografia e memória política”. Utilizando o acervo da Biblioteca Nacional, o autor destaca o rastro documental que busca destacar uma postura em torno do “lembrar para nunca mais repetir”, além de dialogar com o conceito de imprensa de resistência. E “Por entre fotos e nomes: a tênue linha entre o pessoal e o familiar durante a ditadura militar brasileira” de Caroline Rios Costa é mais uma contribuição importante para o presente dossiê. Em seu artigo, a partir de documentários e do livro “Infância Roubada”, autora busca analisar o impacto da ditadura na vida de crianças no processo de militância de seus familiares.

Refletindo sobre a justiça de transição no Brasil pós Lei de Anistia temos a participação de Luiz Antônio Dias, em seu texto - “Trilhas da Justiça: Revisitando a Lei de Anistia do Brasil (Lei nº 6.683/1979) e seus impactos na Justiça Transicional”. O autor analisa o contexto histórico e político que levou à promulgação da Lei da Anistia, e como isso impactou na justiça de transição posterior à Ditadura.

Refletindo sobre a importância do movimento estudantil secundarista em tempos de repressão, temos artigo escrito por Bruno Geraldo Guimarães Gonçalves e Vera Lúcia Nogueira, intitulado: “Sem lenço e sem documento: o desenvolvimento do movimento estudantil secundarista no Colégio Estadual Central de Belo Horizonte entre 1964 e 1977”. Na referida produção, fazendo uso de documentos escolares e relatos orais de egressos do colégio, o autor e a autora elucidam o protagonismo do movimento estudantil secundarista e sua oposição na referida instituição de ensino, sofrendo perseguições e medidas repressivas em Belo Horizonte.

Os impactos do golpe de 1964 e seus resquícios na cidade de Feira de Santana, Bahia, são apresentados por Camila Ferreira de Souza, no texto intitulado: “Golpe de Estado e Planejamento em Feira de Santana, Bahia, Brasil (1964-1967)”. Em sua produção, a autora busca apontar os rearranjos políticos da cidade baiana, pós-golpe de 1964 e os desdobramentos, interesses e projetos políticos em jogo.

Uma reflexão sobre impactos políticos dos discursos na sociedade, em relação ao militarismo na contemporaneidade temos o texto, “A Experiência Estética do Militarismo em Rondônia: nos contornos de uma contingência” de Rodrigo Tavares Godoi. Em sua pesquisa o autor destaca a forte presença do militarismo em Rondônia, apontando seus discursos, representações e ambivalências, principalmente na extensão do Bolsonarismo.

Uma análise do impacto das ações do Estado repressivo no âmbito da educação, Stefany dos Santos Antônio e Ione da Silva Cunha Nogueira, nos apresentam “A construção de uma nação educadora: A alfabetização de crianças, jovens e adultos na ditadura civil-militar”. Em sua produção, as autoras além de pensar os impactos do período na educação, buscam elucidar como a alfabetização foi pensada pelos militares, observando o investimento ou não, bem como os impactos de tais realizações. Ainda no contexto das ações de políticas educacionais durante a Ditadura, temos o artigo de Victor Coqueiro de Sousa e Paulo Fioravante Giareta, intitulado: “O governo empresarial-militar e as condições do trabalho docente: considerações sobre a experiência do estado de São Paulo”. Além dos aspectos descritos no título, os autores abordam a precarização do trabalho docente no referido estado, tecendo reflexões sobre os impactos que que partem do período, mas que também podem ser vistas e pensadas na contemporaneidade.

Pensando o campo do ensino de história e o impacto de tais produções em plena ditadura militar, temos o artigo “Você não sabe o quanto nós caminhamos para chegar até aqui”: os debates pioneiros sobre ensino de História diante das reformas educacionais brasileiras (décadas 1960-80)” de autoria de Sandra Regina Mendes e Lívia Diana Rocha Magalhães. Em sua pesquisa, as autoras apontam como a Lei 5.692/71 que implementou os Estudos Sociais, gerou desdobramentos significativos no processo de ensino de história, algo que não impediu posicionamentos, resistências e debates por parte das intelectuais apresentadas ao longo do texto.

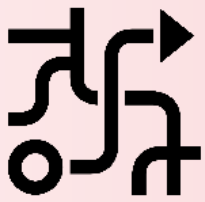
Encerrando o nosso dossiê temos dois artigos que buscam pensar e propor ações em sala de aula, além de refletir sobre impactos do bolsonarismo e os pedidos

de intervenção militar no ensino de história. Sendo assim, o artigo de autoria de Ary Albuquerque Cavalcanti Junior e Jiani Fernando Langaro, intitulado: “A ditadura militar e o ensino de história regional e local: entre dilemas e caminhos”, traça algumas questões sobre como pensar a temática em voga na sala de aula. Tomando como exemplos aspectos da história regional e local dos estados do Paraná e Bahia, os autores têm o cuidado de apontar os desafios de sua abordagem, mas, também apontam saídas práticas. Encerrando o dossiê temos o artigo: “Intervenção militar já”: o material didático e as armadilhas da memória coletiva” de Bruna Baliza dos Santos Doimo e Marcela de Oliveira Santos Silva. Em sua produção, as autoras buscam problematizar os impactos do pós-eleição de 2022 e como os discursos bolsonaristas, a exemplo de pedidos de “Intervenção militar”, geraram desdobramentos nos diferentes meios sociais, a exemplo da sala de aula. Assim, fazendo análise memorialística e de materiais didáticos, as autoras analisam como esses discursos podem ser pensados e quais desdobramentos podem gerar.

Esta apresentação, que compreende vinte e um textos de temáticas variadas e interessantes, com autoras e autores de diferentes regiões brasileiras, é uma demonstração de que historiadoras e historiadores estão atentas/os com a construção da memória da história brasileira do tempo presente. Entendemos nós, organizadores e autoras/os do presente dossiê, que escrever é um potente meio de luta contra o esquecimento e pela defesa da democracia.



**ARTIGOS
DOSSIÊ**



DOMINGOS, Marcelo José*

<https://orcid.org/0000-0003-4237-2083>

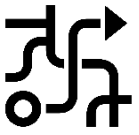
RESUMO: Este artigo discute o papel da subversão como parte da retórica do Estado sobre o ativismo negro, encontrada nos arquivos de inteligência produzidos pelo Sistema Nacional de Informações durante a ditadura (1964 - 1986). Nesse sentido, é feita a análise a cartilha 'A Subversão', de 1983, documento integrante dos arquivos da Secretaria de Segurança Pública, Arquivo Público do Distrito Federal. Esta seção é parte de uma extensa investigação sobre o ativismo negro do Distrito Federal — *A Cidade Modernista, Repressão Racial e Resistência Política: Recuperando Narrativas de Segurança Nacional e Ativismo Negro em Brasília, Brasil* (1978 - 1988), na qual são pesquisados e analisados os arquivos confidenciais e secretos sobre o ativismo negro brasileiro produzido nos últimos anos da ditadura militar brasileira. Ao investigar os conceitos de democracia racial, nação e anti-subversão em arquivos de inteligência e usando abordagens de *Critical Archives Studies*, é possível demonstrar como o estado brasileiro elaborou sua narrativa de raça dentro da máquina burocrática, negando a existência de preconceito racial e agência política negra. Por fim, a pesquisa também incorpora uma perspectiva da história vista de baixo, por meio da análise dos testemunhos orais de ativistas negros, bem como o seu papel no complexo cenário político do Brasil na década de 1980.

PALAVRAS-CHAVE: Subversão; Ativismo Negro; Democracia Racial;

ABSTRACT: This article discusses the role of subversion as part of State rhetorics on black activism found on intelligence files produced by the Brazilian National Information System during the dictatorship (1964 - 1986). I analyzed the 1983 booklet 'The Subversion,' which I found in Public Security Department files — Federal District Public Archives. This section is part of an extensive investigation on Federal District black activism — *The Modernist City, Racial Repression and Political Resistance: Recovering Narratives of National Security and Black Activism in Brasília, Brazil* (1978 - 1988) in which I survey and analyze classified archives on Brazilian Black activism produced in the last years of Brazilian military dictatorship. By investigating concepts of racial democracy, nation, and anti-subversion in intelligence files and using approaches of critical archival studies, I demonstrate how the Brazilian state elaborated its narrative of race in the government bureaucracies, denying the existence of racial prejudice and Black political agency. My research also incorporates a bottom-up perspective through analysis of Black activists' oral testimonies and their role in the complex political scenario of Brazil in the 1980s.

KEYWORDS: Subversion; Black Activism; Racial Democracy;

* PhD em História na University of Texas at Austin - Latin American History. Mestre em História Cultural da Universidade de Brasília (2005). Professor de História do Ensino Superior (Estética , História Cultural, História do Brasil, História Contemporânea e Relações Internacionais orientação de trabalhos acadêmicos) e do Ensino Médio.



Neste artigo, é abordada a função da subversão no discurso de inteligência sobre o ativismo negro durante a Ditadura Militar Brasileira (1964 – 1985) em Brasília, Distrito Federal. Esta discussão apresenta e analisa uma particular fonte primária oriunda do Arquivo Público do Distrito Federal, Fundo Secretaria de Segurança Pública, o opúsculo produzido pelo Centro de Informações do Exército, intitulado *A Subversão*⁶ de 1983. Nesse sentido, precisamente, o foco se encontra no discurso estatal que advoga o protagonismo da subversão e seus agentes, como parte da retórica da negação sistemática da existência do racismo e de agência da luta antirracista no Brasil⁷. Ao apresentar esta discussão, diversas aos livros da educação básica sobre ditadura brasileira, este artigo traz uma colaboração para pensarmos os conteúdos previstos na Base Nacional Comum Curricular — BNCC⁸ sobre ditadura militar, sob a ótica da Lei 10.639/03⁹ – e sua aplicação nas salas de aula.

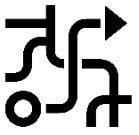
Ao longo desta investigação sobre ao ativismo negro em Brasília e no Distrito Federal, foi identificada a existência de uma *narrativa* do Estado brasileiro no interior do emaranhado de centenas de milhares de documentos da repressão sobre a luta antirracista. Esta narrativa contém elementos retóricos recorrentes que particularizam

⁶ Arquivo Público do Distrito Federal, Fundo Secretaria de Segurança Pública, *Encaminhamento 30/16/AC/83*.

⁷ Apoio meu interesse no discurso estatal na perspectiva de Roger Chartier (CHARTIER, 1990: 14- 15). Segundo aquele historiador francês Discursos e representações do mundo social permeiam práticas sociais. A investigação do discurso do estado Brasileiro sobre raça, racismo e nação são elementos necessários para (1) a compreensão de como o racismo opera no interior da burocracia estatal sob a responsabilidade dos militares. E (2) resultados: a inação do estado sobre a questão racial - ainda hoje .

⁸ Ensino Fundamental: EF09HI19 (9º ano: Identificar e compreender o processo que resultou na ditadura civil-militar no Brasil e discutir a emergência de questões relacionadas à memória e à justiça sobre os casos de violação dos direitos humanos); EF09HI20 (9º ano: Discutir os processos de resistência e as propostas de reorganização da sociedade brasileira durante a ditadura civil-militar); EF09HI29 (9º ano: Descrever e analisar as experiências ditatoriais na América Latina, seus procedimentos e vínculos com o poder, em nível nacional e internacional, e a atuação de movimentos de contestação às ditaduras); EF09HI30 (9º ano: Comparar as características dos regimes ditatoriais latino-americanos, com especial atenção para a censura política, a opressão e o uso da força, bem como para as reformas econômicas e sociais e seus impactos). Ensino Médio: EM13CHS602 (Identificar e caracterizar a presença do paternalismo, do autoritarismo e do populismo na política, na sociedade e nas culturas brasileira e latino-americana, em períodos ditatoriais e democráticos, relacionando-os com as formas de organização e de articulação das sociedades em defesa da autonomia, da liberdade, do diálogo e da promoção da democracia, da cidadania e dos direitos humanos na sociedade atual).

⁹ A Lei 10.639/03 altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.

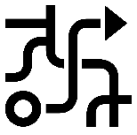


o pensamento do Estado sobre o ativismo negro. Nesse contexto, ela possui características próprias - uma coerência intrínseca, contradições, origens e permanências. Ainda, é argumentado que estes elementos retóricos permitem vislumbrar *como* o Estado Brasileiro elaborou sua narrativa de raça para a sociedade. Por último, é exposto que as permanências do discurso do Estado e sua compreensão são contextos necessários para a investigação do ativismo negro em Brasília - DF nos anos 1980 - movimento de características únicas e parte de um esforço nacional de luta antirracista.

Nesse ínterim, o balizamento cronológico para recuperação das trajetórias do ativismo negro em Brasília e Distrito Federal está compreendido entre os anos 1978 - 1988. No entanto, o discurso do estado autoritário, sobre raça, extrapola este período e manteve-se inalterada, pelo menos, até 1988 — justificando a menção de alguns documentos dos anos 1970. Além disso, especialmente nos últimos anos da ditadura, as permanências desse discurso sobre raça e racismo do Estado brasileiro evidenciam o caráter dúbio da repressão dos últimos anos da ditadura brasileira. Isso porque o período de Transição para democracia fora, sem dúvida, um período em um arcabouço institucional autoritário sub-existiu em concomitância com a elaboração de um conjunto institucional democrático.

Por este motivo, apesar historiografia sobre a ditadura ter o entendimento do ano de 1985 (FAUSTO, 1991: 512) como fim do período autoritário, institucionalmente, os serviços de Inteligência operaram nos mesmos moldes do regime de 1964, pelo menos, até 1988, com o advento da nova Constituição. Dessa forma, nesta seção será possível analisar documentos secretos de monitoramento do ativismo negro contemporâneo, em ordem cronológica crescente, em diversos momentos entre os anos de 1972 até 1988.

Neste longo período, o discurso sobre raça não mudou. Nos documentos de inteligência, foi analisada a *narrativa* do Estado Brasileiro e os *elementos retóricos* característicos sobre a luta antirracista do período de 1970 a 1988. Assim, esses mesmos elementos são o contexto necessário na investigação documental das trajetórias do ativismo negro brasiliense, os fatos registrados, seus silêncios e omissões. Logo, é possível identificar que esta narrativa emerge da análise dos relatórios das atividades dos mesmos grupos, os documentos secretos do aparato de inteligência da Ditadura militar brasileira (1964 - 1986).



A partir desses entendimentos, combinados à singularidade das condições socioeconômicas e políticas do Distrito Federal, a presente investigação acrescenta uma perspectiva pouco explorada nos estudos sobre o ativismo negro no Brasil. Nesse contexto, aqui a referência feita ocorre entre a compreensão diversa de como o Estado Brasileiro tratou a questão racial, durante a ditadura (1964 -1986); e de como a discriminação racial na sociedade brasileira operou dentro da Administração pública brasileira; e de como estes elementos operaram no contexto brasileiro.

1 SOBRE A RETÓRICA DO ESTADO NOS DOCUMENTOS DE INTELIGÊNCIA

Antes de tudo, é importante destacar que os trechos selecionados abaixo foram retirados do extenso dossiê do Serviço Nacional de Informações - SNI, 'Racismo Negro no Brasil'¹⁰. Este documento, com mais de 400 páginas, contém relatórios de *informação*, *informes*, *clipping* de notícias, fotos entre os anos de 1966 a 1978. Além disso, os documentos contêm relatórios de diversos órgãos do Sistema Nacional de Informações -SisNI, o sistema de coleta de informações e de vigilância do regime militar. Com isso, nos trechos abaixo destacam-se alguns dos elementos discursivos da retórica estatal sobre a atuação de grupos antirracistas nos anos 1970 - 1988, enfocados neste artigo, sendo eles:

As contingências históricas que mantiveram o homem de cor agrilhado à escravidão deixaram-lhe profundas cicatrizes. No caso brasileiro, entretanto, as decisões nacionais contra a escravidão (...)mudaram parcialmente os ressentimentos que lhe marcaram a primeira fase histórica. Por isto, é até mesmo temerário, sendo mesmo imprudente admitir um problema de raças no Brasil.' (Informação 0361/19/AC/77)¹¹

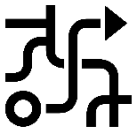
Num país essencialmente liberal e aberto a miscigenação e convivência inter-racial, como o nosso, com raríssimos **casos** comprovados de segregação, odioso e antinatural, que uma minoria pertencente à raça negra seja contaminada por idéias alienígenas, procedentes quer seja dos bairros do HARLEM ou WEST SIDE, bem como da subterrânea propaganda comunista, que vislumbrou, através da livre manifestação do pensamento, essência da democracia, mais uma oportunidade para golpear as instituições e fomentar a tensão interna. (Informação 607/16/ AC 77)¹²

No que tange à *narrativa*, aqui se defende que os elementos discursivos mencionados anteriormente se apresentam nos documentos em duas formas

¹⁰ Arquivo Nacional, Fundo Serviço Nacional de Informações, *INFORMAÇÃO 059419/AC/78*.

¹¹ Arquivo Nacional. Fundo Serviço Nacional de Informações. *Informação 0361/19/AC/77*

¹² Arquivo Nacional. Fundo Serviço Nacional de Informações. *Informação 607/16/ AC 77*



distintas. Primeiro, na narrativa *expressa* em relatórios nos quais a opinião do Estado foi expressada claramente com o intuito de padronizar os procedimentos de investigação sobre a luta antirracista típica dos anos 1980. Assim sendo, esta narrativa, silencia e busca invisibilizar as demandas raciais - alinhando-as a ideias 'subversivas' da esquerda — esvaziando, assim, as demandas legítimas do ativismo negro — como os fragmentos acima.

Por outro lado, o segundo elemento discursivo é mais sutil: a narrativa *implícita* na organização temática dos dossiês sobre o ativismo negro. Nela, a organização documental dos dossiês temáticos é mais notória nos anos 1970. E este o caso do dossiê de 400 páginas intitulado 'Racismo Negro no Brasil' acima.¹³ Ao contrário da narrativa expressa, que diminui a relevância das demandas raciais, a *narrativa implícita* na organização documental, na criação de dossiês dedicados aos temas Raça e Racismo e no discurso dos agentes sobre raça, denotam que a questão racial era, para o Estado brasileiro, mais delicada do que aparenta em uma primeira leitura.

Vale ressaltar, todavia, que os elementos da retórica estatal sobre a luta antirracista não se limitam a este período. Primeiro, foi necessário verificar os indícios documentais de monitoramento da luta antirracista já nos fins da década de 1960¹⁴. Ainda, é comprovado, na literatura secundária, que alguns elementos característicos do discurso estatal sobre si e sobre o ativismo negro precedem a ditadura militar e os serviços de informação - tais como o *paternalismo* e o *anti-comunismo*¹⁵.

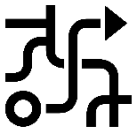
Todavia, apesar da prévia existência de alguns elementos retóricos no discurso estatal sobre raça, racismo e nação, pelo menos em dois aspectos tornam o período 1978 - 1988 único. Primeiro, o grau de sofisticação alcançado pela administração pública - concomitante ao pleno funcionamento do sistema de inteligência, possibilitou ao Estado ditatorial um grande *monitoramento* e o *registro* de seu ponto de vista sobre o que ele considerava nocivo à nação.

Segundo, o contexto de redemocratização dos anos 1979 - 1988 - um período

¹³Arquivo Nacional, Fundo Serviço Nacional de Informações, *INFORMAÇÃO 059419/AC/78*.

¹⁴ O próprio dossiê 'racismo negro no Brasil' faz referência ao monitoramento de grupos antirracistas no Brasil em 1966.

¹⁵ O paternalismo do Estado, que concebia que a sociedade brasileira necessitava da "orientação" apontada por Fico (1997); e o temor de um levante comunista depois da Intentona de 1935 (FERREIRA, 2005).



incerto de coexistência de dispositivos legais de abertura política, concomitante a uma ainda rígida Lei de Segurança Nacional. Ela, por sua vez, permitiu que os grupos antirracistas saíssem da clandestinidade, permitindo, ao mesmo tempo, que a repressão produzisse uma inédita profusão de documentos de vigilância sobre grupos considerados subversivos, especialmente em Brasília.

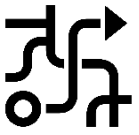
2 A SUBVERSÃO

Com base nestes documentos do Arquivo Público do Distrito Federal - ArPDF e do Arquivo Nacional do Brasil – AN, observa-se que o discurso geral do Estado ditatorial sobre as demandas antirracistas eram, invariavelmente, esvaziadas de seu sentido sob a alcunha de serem produtos da 'subversão'. Ao inviabilizar aquelas demandas, e agindo em oposição à mobilização popular e ao empoderamento de grupos, historicamente, oprimidos, em geral, o Estado brasileiro no período ditatorial (1964 - 1986) consolidou sua parcela de responsabilidade na manutenção do racismo no Brasil.

Outrossim, neste artigo os olhares são dedicados ao discurso do Estado sobre a subversão, como escusa do Estado e seus agentes em monitorar e perseguir a luta antirracista. Aqui, como o Estado brasileiro identificava seu verdadeiro inimigo - a subversão - e a partir daí como ele organizou sua retórica anti-subversão e contra o ativismo negro. Nesta subseção, a principal evidência documental é o opúsculo '*A Subversão*.' Este documento faz parte de um Relatório Especial de Informações do Exército de 1983 que apresenta claramente o entendimento do Estado sobre o tema e suas consequências para o monitoramento dos grupos antirracistas. Com isso, nota-se que a análise feita pelo Centro de Informações do Exército - CIE - condensa os elementos conceituais do estado na sua investigação de grupos antirracistas no período estudado.

2.1 FONTE PRIMÁRIA: O OPÚSCULO *A SUBVERSÃO* (1983)

Nesta seção, investiga-se como o Estado brasileiro identificou seu verdadeiro - a *Subversão* - como parte do conjunto retórico sobre seus inimigos - descaracterizando a questão racial. Este entendimento do Estado sobre a raça e a *subversão* pautou, ideologicamente, as investigações, as motivações e considerações expressas nos relatórios de inteligência sobre o ativismo negro. Como consequência,

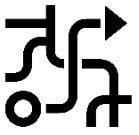


esta compreensão sobre a *Subversão*, apoiou o Estado brasileiro a reduzir todas as demandas políticas dos movimentos sociais a meros joguetes da *Subversão*, do comunismo e seus agentes. À ideia da *subversão*, contrapunham-se a de uma visão de um estado democrático perfeito e harmônico, no qual o elemento alienígena subversivo e corruptor criasse problemas inexistentes - como o racismo no Brasil. Este o entendimento do Estado sobre a *Subversão* focava suas investigações em seus *agentes* - O Clero Progressista e os novos partidos de esquerda.

Tendo em vista isso, tornou-se imprescindível refletir sobre o tema da subversão, tratado por diversos autores. Para esta seção, particularmente, as colaborações de Mariana Joffily (2013), Carlos Fico (2001) e Ishaq, *et al.* (2012), que enfocam na discussão dos aspectos discursivos dos documentos de inteligência, são extremamente relevantes. Isso porque estes autores apresentam proposições daqueles documentos que extrapolam seu conteúdo em si, com foco no conceito de subversão explorado pelo Estado.

Em 'No centro da Engrenagem - os interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI de Sao Paulo, 1965 - 1975, Mariana Joffily (2013), explora as dimensões discursivas dos interrogatórios. Segundo a autora, a intencionalidade na transcrição do relatório era "no limite, o interrogatório tinha por função implícita aniquilar a alteridades e impor um única fala autorizada; a dos interrogadores" (JOFFILY, 2013: 143- 144). Fico (2001:19), por sua vez, ressalta outro elemento relevante: mais do que produzir informação sobre os inimigos do regime, os relatórios de inteligência, os documentos sobre a subversão possuem efeitos "extra-textuais" - o discurso de justificativa para as ações da repressão. Finalmente, em "A escrita da Repressão e da Subversão" (ISHAQ et al., 2012), dedica mais de 300 páginas sobre a terminologia desenvolvida pelo Regime sobre a subversão.

Além de um conceito bem estudado pela historiografia, a Subversão é também uma importante peça da *retórica* do Estado sobre o ativismo negro - justificando o seu estudo detalhado nesta seção. A 'não existência do problema racial' e a negação de *agency* do ativismo antirracista se apoiam, dialeticamente, no discurso do Estado sobre a subversão. Portanto, a partir desta lente, a *Subversão*, o Estado brasileiro elabora sua narrativa para explicar a existência de grupos antirracistas - e a justificar a improcedência de suas demandas.



Nesse sentido, do ponto de vista da padronização do léxico dos serviços de inteligência sobre a *Subversão*, localizamos no Arquivo Público do Distrito Federal – ArPDF — Fundo Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, um documento interessante, uma *cartilha*, produzida pelo SNI, órgão central de Brasília-DF intitulado apenas ‘A Subversão’, parte integrante do *Encaminhamento 30/16 / AC / 83*, que postula: “1 - Encaminha-se, em anexo, o opúsculo ‘A Subversão’, elaborado por esta AC/ SNI, com a colaboração de outros Órgãos de Informações, versando sobre aspectos doutrinários e conjunturais da subversão”¹¹.

Apesar da existência de outras cartilhas (ISHAQ *et al.*, 2012), um elemento particulariza a minha atenção sobre este documento. O manual foi editado de outubro de 1983 - dois meses antes da Lei 7170 /83, a nova Lei de Segurança Nacional e, ainda, concomitante a edição de leis que viabilizaram a volta da democracia plena no Brasil nos anos 1980¹². Em outras palavras, este opúsculo reafirma elementos da Doutrina de Segurança Nacional do Decreto - Lei 898/1969¹³ em plena transição para a democracia. Um documento com estas características, dedicado a instrumentalizar, ideologicamente, as agências de informação, focando em aos movimentos sociais e políticos durante a redemocratização, põe em evidência como o período de transição para a democracia foi bem mais instável do que se imagina o senso comum. E parte da literatura sobre o tema, como este trecho do mesmo documento em análise, ilustra muito bem:

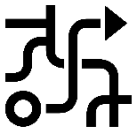
À medida em que se aperfeiçoa democraticamente o sistema político brasileiro, menos ressonância encontram, junto à opinião pública, os que clamam contra a escalada subversiva, de vez que parece ter sido a sociedade persuadida de que "a subversão acabou". Lamentavelmente, a primeira conclusão que se pode tirar diante da constatação desse fenômeno, e a de que a subversão muito ao contrário, vem de atingir exatamente seu objetivo maior, que, **como o do proverbial demônio, consiste precisamente em fazer crer que não exista**¹⁴

¹¹ Arquivo Público do Distrito Federal, Fundo Secretaria de Segurança Pública, *Encaminhamento 30/16/AC/83*.

¹² A Lei de segurança nacional, define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social, estabelece seu processo e julgamento e dá outras providências. Para fins da discussão apresentada neste subitem, destaco que a LSN é a justificativa legal para os relatórios de inteligência, especialmente os movimentos sociais.

¹³ Decreto-Lei nº 898, de 29 de Setembro de 1969, define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social, estabelece seu processo e julgamento e dá outras providências.

¹⁴ Arquivo Público do Distrito Federal, Fundo Secretaria de Segurança Pública, *Encaminhamento 30/16/AC/83*.



Este documento — em contraste a leitura de documentos sobre o ativismo negro no Distrito Federal — reforçam o argumento aqui defendido: de que relação dialética entre a *Subversão* e as atividades antirracistas foram o mote para o Estado monitorar os ativistas negros. Sendo a subversão o motor, o Estado se absteve de buscar explicações fora da esfera subversiva para a existência da luta antirracista. Nesse sentido, em minha investigação de doutorado, localizei diversos documentos de inteligência dedicados, exclusivamente, ao ativismo negro,¹⁵ mas, em nenhum momento, aqueles relatórios buscam interpretar, compreender, discutir ou apresentar os principais pontos de vista teóricos, ou dados estatísticos sobre a questão racial no Brasil - com mesmo empenho que o SNI se dedica a pensar a *Subversão*.

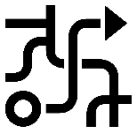
Naqueles documentos, pouco do pensamento negro é descrito, criticado, sem grandes aprofundamentos. Nota-se ainda que, os documentos citados, focam sua atenção nos trabalhos de intelectuais do ativismo negro como Abdias Nascimento¹⁶ e, às vezes, Clóvis Moura¹⁷ pouco se dedicam a interpretar suas ideias e, em alguns casos, com comentários irônicos reafirmando a validade da retórica do Estado sobre a discussão de raça.¹⁸ A despeito disso, tampouco os relatórios promovem a crítica ao pensamento de radicais negros norte-americanos ou da África lusófona - grandes

¹⁵ Vide, por exemplo: Arquivo Nacional, Fundo Serviço Nacional de Informações, *Relatório Especial de Informações 04 do Centro de Informações do Exército, 1983*

¹⁶ **Abdias do Nascimento** (1914 - 2011) Um dos mais influentes pensadores negros e Ativista Negro Brasileiro. indicado ao Prêmio Nobel da Paz de 2010. Fundou relevantes entidades sobre a condição do negro no Brasil como o Teatro Experimental do Negro (TEN), o Museu da Arte Negra (MAN) e o Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-Brasileiros (IPEAFRO). Nos documentos que consultei, não é exagerado afirmar que, sobre a questão racial, a inteligência militar e o Ministério das Relações Exteriores o consideravam "inimigo número 1".

¹⁷ **Clóvis Steiger de Assis Moura** ou simplesmente **Clóvis Moura** (1925 — 2003) foi Sociólogo e Jornalista. Seu trabalho é bastante influente introduzindo o papel da resistência negra desde os tempos coloniais por meio de diferentes estratégias e táticas. Clóvis Moura usou a teoria marxista para analisar o sistema escravista brasileiro, e contrariando o pensamento de Gilberto Freyre de harmonia entre as raças no Brasil colônia.

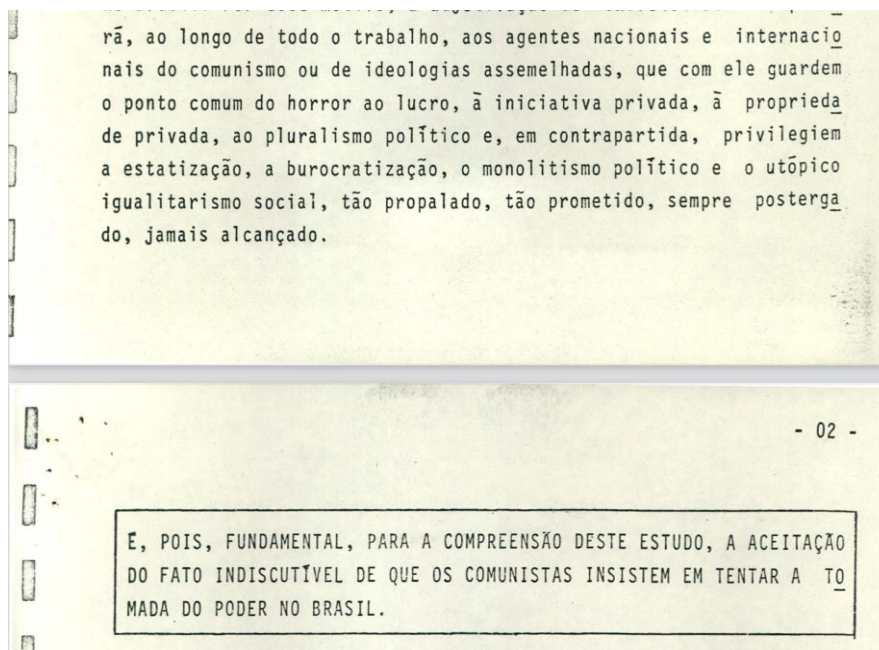
¹⁸ Sobre os intelectuais brasileiros que discutem a questão racial, Em 1978, no contexto da Fundação do MNU, coincidindo com a emergência do Movimento Black Rio e com a volta de Abdias do Exílio dos Estados Unidos, o informe apresenta de maneira sucinta ideias relacionadas ao 'Racismo Negro no Brasil' mencionando Abdias Nascimento, Florestan Fernandes e Roger Bastide. Ao criticar as ideias daqueles autores, o relator ironiza: 'Certamente, seria até benéfico apontar as falhas no tão louvado modelo brasileiro de democracia racial a seus mais empedernidos apologistas. Seria, porém, o caso de perguntar se esses críticos progressistas não o seriam, até certo ponto, vítimas de seus próprios preconceitos. Falam de 'negritude' pensando em revolução.' E prossegue: 'Salvo engano total, os brasileiros estão paulatinamente tornando realidade uma democracia racial até hoje jamais concretizada em país algum.' (Arquivo Nacional, Fundo Serviço Nacional de Informações, *INFORMAÇÃO 059419/AC/78.*)



influências do pensamento negro brasileiro alegadas pelos ativistas (PEREIRA&ALBERTI, 2007: 69 – 88).

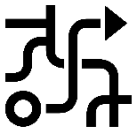
Além disso, a estrutura da cartilha é bastante pedagógica, objetiva e, contrastando com outros relatórios de informações, não lança mão de termos degenerativos para analisar a subversão e seus agentes.¹⁹ É possível depreender também que há uma intenção evidente de explicar aos agentes a base teórica e os métodos da *Subversão*. O texto está organizado em “introdução”, “por quê”, “como”, “quando”, “para quê”, ‘quem’ e ‘onde’. Sobre seu conteúdo, o *Opúsculo* visa compreender o pensamento dos subversivos e a lógica que permeia suas táticas e estratégias. A despeito da apresentação sucinta e concatenada dos conceitos, autores, etc., a cartilha apresenta conclusões dogmáticas pontuais, indicando o que o agente de informações deve apreender da cartilha e incorporar a seus relatórios.

Fig. 01. Trecho da cartilha ‘A Subversão’ de 1983.



Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal, Fundo Secretaria de Segurança Pública.

¹⁹ Uma das características comuns aos dossiês documentos sigilosos sobre ativistas: Quando o investigado era um homem, seu caráter era atacado pelo relator; quando uma mulher era investigada, sua honra era colocada em questão. Em ambos casos, a objetividade intencional do relator revelava perspectiva moral do regime e seus investigados. Na cartilha em questão, ao contrário, existe uma evidente pretensão de clareza e objetividade nas proposições.



Note o ponto de destaque encerrando a seção. Mas, primeiramente, o próprio conceito de *Subversão* é apresentado.

A SUBVERSÃO CONSISTE NO EMPREGO PLANEJADO DA PROPAGANDA E DE OUTRAS AÇÕES, PRINCIPALMENTE DE CUNHO PSICOLÓGICO, COM O OBJETIVO DE OBTER O APOIO DA POPULAÇÃO PARA UM MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO.²⁰

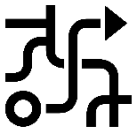
O poder e a influência comunista seria distribuída piramidalmente, na qual cada peça seria uma associação, grupo, sindicato que teria em sua coordenação controlada pelos comunistas. Nesta pirâmide, o Ativismo Negro - fosse ele do MNU, Comissões negras de partidos políticos, grupos no clero Católico, como o GRUCON e os APNs - seriam meras peças menores no contexto mais amplo da Dualidade de Poder aspirada pelos comunistas.

Portanto, as práticas adotadas pelo ativismo negro - seminários, cursos, eventos em geral, são estratégias de doutrinação subversiva. Neste sentido, o *Opúsculo* informa que, *Doutrinar*, também chamado de 'trabalho de massa' seria o processo de 'incutir' nas massas a ideologia marxista. Isto ocorreria por várias formas no plano prático: 'sobre a máscara de 'cursos' ou 'seminários' sobre política' nestes encontros dois temas "fundamentais são sempre ministrados (...) - a ideia de que o Governo e o regime 'não prestam' sendo preciso substituí-los; - os fundamentos teóricos do marxismo-leninismo. Mobilizar é então o passo subsequente e lógico, com a promoção de greves e atos públicos".²¹

A luta anti-racista, uma vez infiltrada pelos agentes subversivos, é entendida como parte de um objetivo amplo de dominação comunista ou, senão, foi criada pelos mesmos agentes - conforme sugerido em diversas vezes nos documentos analisados. Os movimentos, mesmos que 'legítimos,' seriam ainda passíveis de influência comunista. O *Opúsculo* afirma ainda que, se um dado movimento político não tivesse existência anterior, os comunistas os criaram. Se o movimento já existe, os comunistas se infiltrarão neles e os controlarão. É por isso que qualquer questão de ordem social era qualificada de pura e simplesmente como 'subversiva': é um ponto potencial de infiltração e influência comunista. Este era o caso do ativismo negro da década de 80.

²⁰ Arquivo Público do Distrito Federal, Fundo Secretaria de Segurança Pública, Encaminhamento 30/16/AC/83.

²¹ Arquivo Público do Distrito Federal, Fundo Secretaria de Segurança Pública, Encaminhamento 30/16/AC/83.



Subversão age por meio de seus instrumentos ou agentes na *Terra Brasillis*. A cartilha identifica três grupos : *instrumentos de ação internacionais, instrumentos de ação nacionais, e a rede de apoio*.²² A rede de instrumentos internacionais da subversão seria a parte que direta ou indiretamente trabalharia para manchar a imagem do Brasil no exterior: países, agências de notícias, artistas e personalidades de influência e repercussão no exterior ou partidos comunistas 'de quaisquer países ou organizações (...) voltadas para irradiação da subversão ao nível mundial'²³ — especialmente o caso do Partido dos Panteras Negras norte-americano'²⁴; no plano interno, os instrumentos nacionais, os seus principais representantes seriam os partidos políticos de oposição e a rede de apoio de simpatizantes em diversos setores, como na imprensa, por exemplo.

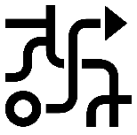
Neste documento, a luta antirracista é considerada parte da 'estrutura do processo subversivo no Brasil', como um subgrupo no grupo e *Movimentos de bairros, de favelados e específicos*'.²⁵ Após uma leitura cuidadosa do conceito de estado do *Subversão*, alguns podem argumentar que a vigilância sobre o ativismo negro foi meramente impulsionada pela paranoia anticomunista. Não necessariamente: Karin Kossling entre vários autores, demonstra que a perseguição sistemática de organizações negras no Brasil antecedeu, e muito, o período militar sob a argumentação de que essas organizações estariam introduzindo o racismo no Brasil (KOSSLING, 2007, CANCELLI, 1993). O discurso sobre Subversão como pretexto para investigar o ativismo negro contemporâneo iria, todavia, apresentar uma outra camada de ocultação da existência racismo brasileiro pelo Estado. Para este, a discussão proposta pelos ativismos negros representava ameaça ao ideal harmonia racial na sociedade brasileira – inspirada pela esquerda subversiva. Este discurso

²² Em um dado momento, a cartilha abandona a terminologia "instrumentos", categorizando todos os "instrumentos" simplesmente como "agentes da subversão".

²³ Arquivo Público do Distrito Federal, Fundo Secretaria de Segurança Pública, *Encaminhamento 30/16/AC/83*.

²⁴ Como verifico em minha investigação do *Opúsculo*, para a Inteligência, a subversão possui, invariavelmente, origem externa à sociedade brasileira. Diversos documentos durante os anos 1970 informam a possível influência do Partido dos Panteras Negras nas esquerdas clandestinas no Brasil, e a consequente infiltração nos grupos ativistas negros dos fins dos anos 1970.

²⁵ Arquivo Público do Distrito Federal, Fundo Secretaria de Segurança Pública, *Encaminhamento 30/16/AC/83*.



sobre a subversão aplicado sobre o ativismo negro contemporâneo, em última instância, invisibilizou a agressiva realidade racial / estrutural brasileira.

Concomitante às evidentes intenções anticomunistas, as autoridades brasileiras, antes e durante a ditadura, acreditavam e sustentavam firmemente a inexistência do racismo — sendo atestado no discurso expresso da Inteligência sobre o tema. Além disso, o Estado brasileiro categorizou todos os que contestaram a inexistência do racismo, de racistas.²⁶ Esse entendimento é tão profundo e tão introjetado na cultura brasileira, - especialmente na administração pública e mesmo na academia - que as agentes de inteligência consistentemente afirmam em seus documentos a 'não existência de problema' de raça no Brasil, apontando nos ativistas como provocadores de um racismo inexistente na sociedade brasileira. Nesta guerra de narrativas, o conceito de *Subversão* foi um elemento fundamental para a consolidação desta retórica.

BIBLIOGRAFIA

ALBERTI, Verena. PEREIRA, Amílcar Araújo. *Histórias do Movimento Negro*. Rio de Janeiro: FGV. Pallas, 2007.

CANCELLI, Elizabeth, *O Mundo Da Violência - A Polícia Na Era Vargas*. Brasília - DF: Edunb- Editora Universidade de Brasília, 1993.

CHARTIER, Roger *História Cultural, entre Práticas e Representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, S.A. 1990.

FAUSTO, Bóris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 12a ed.

FERREIRA, Roberto Martins. *Organização e Poder - Análise Do Discurso Anticomunista Do Exército Brasileiro*. Sao Paulo: Annalume Editora, 2005.

FICO, Carlos. *Como Eles Agiam - Os Subterrâneos Da Ditadura Militar: Espionagem e Polícia Política*. São Paulo: Record, 2001.

_____, _____. *Reinventando o Otimismo*. Rio de Janeiro: FGV editora, 1997.

²⁶ Cabe aqui uma importante nota. Refiro-me à relutância em setores da sociedade brasileira em identificar a raça como um fator limitante da posição social e da mobilidade, em oposição à insistência em longa data em enfatizar a classe como o grande divisor na sociedade. Assim, ao focar o comunismo, com sua ênfase no conflito material / de classe como a "verdadeira" fonte do movimento negro no Brasil, os conservadores reforçam a ideia de longa data da centralidade das origens de classe, das desigualdades raciais no Brasil, que é não como o movimento negro entende as disparidades e discriminação baseadas na raça.



ISHAQ, Vivien. FRANCO, P.E. SOUZA, Tereza E de. *A Escrita Da Repressão e Da Subversão*. Arquivo Nacional, 2012.

JOFFILY, Mariana, *No Centro da Engrenagem - os interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI de São Paulo, 1969 - 1975*. São Paulo, Edusp, 2013.

KOSSLING, Karin Sant' Anna. *As lutas anti-racistas de afro-descendentes sob vigilância do DEOPS/SP (1964-1983)* (Mestrado em História Social, São Paulo, Universidade de São Paulo, 2007). Disponível em <https://doi.org/10.11606/D.8.2007.tde-01112007-142119>. Acesso em 18/10/2019.

LEIS

GOVERNO FEDERAL. Presidência da República. *Lei de segurança Nacional. Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social, estabelece seu processo e julgamento e dá outras providências*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7170.htm Acesso em 3/2/2021

GOVERNO FEDERAL. Câmara dos Deputados. Decreto-Lei nº 898, de 29 de Setembro de 1969 Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social, estabelece seu processo e julgamento e dá outras providências. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-898-29-setembro-1969-377568-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 3/2/2021.

FONTES

Arquivo Nacional. Fundo Serviço Nacional de Informações. *Informação 607/16/AC/77*. Disponível em: <https://arquivonacional.gov.br/> . Acesso em 12/03/2020.

Arquivo Nacional. Fundo Serviço Nacional de Informações. *Informação 0361/19/AC/77*. Disponível em: <https://arquivonacional.gov.br/> Acesso em 12/03/2020.

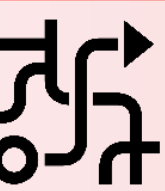
Arquivo Nacional. Fundo Serviço Nacional de Informações. *INFORMAÇÃO 059419/AC/78*. Disponível em: <https://arquivonacional.gov.br/> . Acesso em 12/03/2020.

Arquivo Nacional. Fundo Serviço Nacional de Informações. *Relatório Especial de Informações 04 do Centro de Informações do Exército*. Disponível em: <https://arquivonacional.gov.br> Acesso em 12/03/2020.

Arquivo Público do Distrito Federal. Fundo Secretaria de Segurança Pública. Série Entidades. *Encaminhamento 30/16/AC/83*.

Recebido em 24/05/2023

Aprovado em 05/12/2023



LIMA, Viviane de Souza*

<https://orcid.org/0000-0003-1066-0398>

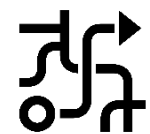
RESUMO: Em 1964, logo após o golpe civil-militar que derrubou o governo de João Goulart (1961-1964), um grupo de estudantes africanos, legalmente no Brasil, foi vítima do autoritarismo e da violência da ditadura. Em nossa pesquisa, identificamos seis estudantes presos sob acusação de atividade subversiva e antibrasileira em território nacional, mas sem qualquer prova. O revés diplomático é ainda mais escandaloso, porque dois deles haviam sido bolsistas do Ministério das Relações Exteriores. O caso mais grave foi do angolano José Lima de Azevedo, encarcerado por mais de 400 dias e torturado. O mais absurdo é que, anos antes, em 1961, o governo brasileiro instituiu uma política externa que priorizava a África como aliada comercial e criou o programa de bolsas de estudos para africanos. O objetivo deste artigo é compreender como a ditadura brasileira se prestou a servir como um braço da Polícia Política Portuguesa (PIDE) que, segundo documentos encontrados nesta pesquisa, atuava no Brasil para coibir a rede de solidariedade do Movimento Afro-Brasileiro Pró-Libertação de Angola (MABLA). Dessa forma, pretendemos evidenciar e problematizar os verdadeiros motivos da prisão dos estudantes africanos e quais foram as forças envolvidas para se evitar que o governo militar os enviasse para Portugal, onde, provavelmente, seriam punidos pela polícia repressora do governo de António de Oliveira Salazar (1889 – 1970).

PALAVRAS-CHAVE: África; Estudantes; Ditadura Civil-militar.

ABSTRACT: In 1964, shortly after the civil-military coup that overthrew the government of João Goulart (1961-1964), a group of African students, legally in Brazil, fell victim to the authoritarianism and violence of the dictatorship. In our research, we identified six students arrested on charges of subversive and anti-Brazilian activity on national territory, but without any proof. The diplomatic setback is all the more scandalous because two of them had been awarded scholarships by the Ministry of Foreign Affairs. The most serious case was that of Angolan José Lima de Azevedo, imprisoned for more than 400 days and tortured. The most absurd thing is that years earlier, in 1961, the Brazilian government had instituted a foreign policy that prioritized Africa as a trade ally and created a scholarship program for Africans. The aim of this article is to understand how the Brazilian dictatorship lent itself to serving as an arm of the Portuguese Political Police (PIDE) which, according to documents found in this research, acted in Brazil to curb the solidarity network of the Afro-Brazilian Pro-Liberation Movement of Angola (MABLA). In this way, we intend to highlight and problematize the real reasons for the arrest of the African students and the forces involved in preventing the military government from sending them to Portugal, where they would probably be punished by the repressive police of the government of António de Oliveira Salazar (1889 - 1970).

KEYWORDS: Africa; students; civil-military dictatorship.

* Mestre em História pela UFMG. Doutoranda em História pela UFC. Desenvolve a pesquisa de doutoramento intitulada Trajetórias Atlânticas: caminhos de história na vinda dos estudantes africanos bolsistas do Itamaraty para o Brasil (1961-1969). Pesquisa realizada com apoio da FUNCAP. Email: viviane.lima@alu.ufc.br



INTRODUÇÃO

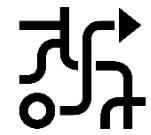
A ditadura civil-militar, que se instaurou no Brasil em 1964, fez de vítimas não somente brasileiros. Assim que estourou o golpe, um grupo de africanos, que chegou ao Brasil para estudar, acabou aprisionado nos porões da ditadura, acusado, sem qualquer prova, de atividade subversiva e antibrasileira em território nacional. O mais absurdo é que anos antes, em 1961, o governo brasileiro instituiu uma política externa que priorizava a África como aliada comercial. Uma das primeiras ações foi a criação de um programa de bolsas de estudos para jovens africanos.

Nesta pesquisa, identificamos que o Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo (DEOPS/SP) e o Departamento de Ordem Política e Social do Rio de Janeiro (DOPS/RJ) prenderam, pelo menos, seis estudantes africanos oriundos das então chamadas colônias portuguesas. Dois deles, o guineense Fidelis Cabral D’Almada e o caboverdiano Cristóvão Morais, tinham sido bolsistas do Itamaraty.

Contudo, a situação mais grave foi a do angolano José Lima de Azevedo, que estudava Economia no Rio de Janeiro e era militante do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) no Brasil. Azevedo foi torturado nas dependências do Centro de Informações da Marinha (CENIMAR), no 5º andar do Ministério da Marinha. Ele ficou preso por 433 dias no Rio de Janeiro e foi expulso do Brasil por ordem do decreto assinado pelo presidente Castelo Branco (1897 – 1967). O revés diplomático escancarou a posição brasileira de aliado de Portugal que, à época, era o último país europeu a manter colônias no território africano.

Diante do exposto, o objetivo deste artigo é compreender como a ditadura brasileira se prestou a servir como um braço da Polícia Política Portuguesa (PIDE)¹ no Brasil no que ficou conhecido como “O Caso dos Angolanos”. Pretendemos, portanto, evidenciar e problematizar os verdadeiros motivos da prisão dos estudantes africanos e quais foram as forças envolvidas para se evitar que o governo militar deportasse esses jovens para Portugal, onde, provavelmente, seriam punidos, até mortos, pela polícia repressora do governo de António de Oliveira Salazar (1889 – 1970).

¹ A PIDE, criada em 1945, atuou como uma máquina repressora do governo fascista português para combater os “crimes políticos”, considerados contrários “a segurança externa e interna do Estado”.



ÁFRICA NO PÓS-SEGUNDA GUERRA

A Segunda Guerra Mundial (1939-1945) mudou a configuração de forças políticas e econômicas na geopolítica mundial. A Europa Ocidental perdeu o controle e a influência no plano internacional para as novas potências mundiais, EUA e URSS, que, embora ideologicamente em lados opostos, não tinham, a princípio, interesses coloniais diretos². A Guerra Fria fez da hegemonia econômica e ideológica sobre as áreas de influências um dos elementos cruciais da confrontação entre os blocos.

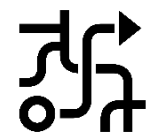
Neste contexto, os movimentos nacionalistas africanos intensificaram a luta contra o colonialismo. Nas décadas de 1950 e 1960, o continente africano passava por uma verdadeira ebulição com o *pipocar* de nações independentes. O aumento do número de nações africanas e asiáticas recém-independentes a partir da segunda metade da década de 1950³ intensificou a pressão sobre a ONU pela condenação dos países que insistiam em manter suas colônias. Seus representantes apresentavam resoluções exigindo a punição dos países coloniais amparados pela Carta das Nações e denunciando a opressão contra o povo subjugado dos territórios administrados pelas metrópoles.

Após as vitórias sobre os principais impérios coloniais, França e Inglaterra, no início da década de 1960, Portugal tornou-se o último obstáculo a ser transposto pelos movimentos nacionalistas africanos. Com isso, em 1961, iniciou-se a luta armada de libertação nacional em Angola, o que depois se espalhou para as outras colônias.

Além da pressão na ONU, os movimentos nacionalistas buscavam ajuda internacional para vencer o colonialismo, tendo como um dos pleitos a oferta de bolsas de estudos para jovens africanos. Muitos deles, inclusive, que estavam em Portugal, haviam interrompido seus estudos por conta da perseguição da PIDE. Nesse sentido, a formação de mão de obra qualificada era fundamental para preencher vagas deixadas pelos antigos colonos e para reerguer a nova nação.

² Os EUA, que saíram da guerra como líderes do mundo capitalista, sem tradição nem vínculos coloniais, concebeu uma hegemonia internacional que prescindiu da dominação direta das áreas de influência. A União Soviética defendeu o direito dos povos africanos à independência, mas também viu o anticolonialismo como opção estratégica para debilitar as economias capitalistas europeias.

³ No final de 1960, a África era o continente com maior número de representantes na Assembleia Geral da ONU. Dos 119 países na ONU, 35 eram africanos. O bloco de países afro-asiáticos contabilizava 62 países.



O BRASIL DE OLHO NA ÁFRICA

Sintonizado com a nova configuração internacional no Pós-Segunda Guerra, o governo de Jânio Quadros (janeiro a agosto de 1961) instituiu a Política Externa Independente (PEI). Em plena Guerra Fria, a busca por mais autonomia e projeção internacional respaldou o estabelecimento de relações comerciais do Brasil com os países socialistas da Europa e da Ásia, principalmente, com a URSS. Nas questões multilaterais, o Brasil buscou refletir a sua identidade por meio de uma cooperação com países do Hemisfério Sul – da América, da África e da Ásia⁴.

A Política Externa Independente constituiu uma estratégia coincidentemente utilizada para questionar o *status quo* mundial e negociar uma nova forma de inserção internacional do país ou, dito mais claramente, renegociar o perfil da sua dependência” (VIZENTINI, 2003, p.28).

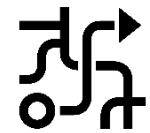
Na gestão de Jânio Quadros e a de seu sucessor, João Goulart (1961-1964), o Brasil se projetou como uma potência média no cenário internacional, reflexo do seu desenvolvimento e do desejo de ter uma posição internacional mais nítida. Para os países africanos, o Brasil se apresentou como exemplo a ser seguido: de uma ex-colônia de Portugal que conquistou a liberdade e lutava contra o subdesenvolvimento.

O governo brasileiro também instituiu em seus discursos oficiais a ideia de que o Brasil era diferente das outras nações - e melhor – em razão do nível de penetração da influência africana em sua cultura (culinária, dança, língua, religião, etc.) e pela exploração do mito da democracia racial⁵.

No entanto, o apoio histórico do Brasil a Portugal foi o principal obstáculo do movimento da política externa brasileira rumo à África. Assim, a pressão internacional contra o colonialismo português aumentava e o governo brasileiro sabia do desgaste político que a associação com Portugal lhe traria diante das novas nações africanas.

⁴ Em termos econômicos, a PEI foi uma estratégia brasileira para reagir à queda contínua dos preços das matérias-primas e dos produtos agrícolas. Desta forma, os novos mercados afro-asiáticos representavam uma possibilidade de escoar a produção agrícola e manufaturada obtendo mais lucro.

⁵ O mito da democracia racial, amparado na teoria Luso-Tropicalista do sociólogo Gilberto Freyre (1900-1987), serviu para se contrapor, principalmente, aos EUA, onde conflitos raciais eram mais evidentes.



PROGRAMA DE BOLSAS DO ITAMARATY PARA ESTUDANTES AFRICANOS

O ano de 1961 foi um marco nas relações internacionais entre Brasil e África. Na estrutura do Ministério das Relações Exteriores, o Brasil criou a Divisão de África; incluiu no Relatório do Itamaraty um capítulo específico para tratar de assuntos africanos; e criou o Grupo de Trabalho para a África. Também foram criadas três embaixadas em países africanos: Accra (Gana), Dacar (Senegal) e Lagos (Nigéria)⁶. No mesmo ano, foi criado o Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos (IBEAA)⁷ subordinado diretamente à Presidência da República e que, entre outras atribuições, estava a de promover o intercâmbio universitário entre o Brasil e os países africanos e asiáticos.

Com o intuito de fazer circular informações de um lado do outro do Atlântico, Jânio Quadros transformou as novas embaixadas brasileiras instaladas em países africanos em órgãos de propaganda. Em memorando do dia 26/06/61, ao ministro Afonso Arinos, o presidente determinou que fossem confeccionados folhetos com dados gerais sobre o Brasil “dado amplo destaque à posição histórica desta nação na defesa da autodeterminação dos povos e na luta contra o colonialismo e o racismo e ainda o respeito integral à liberdade de culto”⁸. O objetivo de Jânio Quadros foi, claramente, desfazer a imagem negativa do Brasil diante da comunidade internacional por conta do apoio a Portugal.

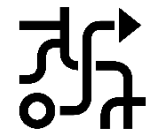
A criação do programa de bolsas de estudos para africanos com recursos do Itamaraty⁹ ganhou destaque no escopo das ações destinadas à África. O Brasil teve interesse em atrair africanos para suas universidades, porque, além de atender um pleito de lideranças africanas, o governo brasileiro compreendeu que muitos desses

⁶ A escolha desses locais pautou-se em uma perspectiva estratégica. Dacar, no Senegal, era um grande centro intelectual e exercia influência em toda a África de colonização francesa. O presidente do Senegal, Léopold Senghor, teve um grande papel na articulação de apoios internacionais à luta pelas independências africanas. Já a Nigéria, país mais populoso e rico em recursos naturais, era idealizado pelo governo brasileiro como um futuro parceiro.

⁷ Decreto Nº 50.465, de 14 de abril de 1961 - Cria o Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos (IBEAA). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/D50465.htm>. Acesso em 02/03/2017.

⁸ Memorando do presidente Jânio Quadros ao chanceler Afonso Arinos. 26/06/1961. Cadernos do CHDD/Fundação Alexandre de Gusmão, Centro de História e Documentação Diplomática. Ano V, n. 8. Brasília, DF: A Fundação, 2006, p.429.

⁹ Jânio Quadros financiou a oferta de bolsas cortando em 30% o salário do próprio corpo diplomático brasileiro.



jovens voltariam a seus países em posição de destaque¹⁰ e levando conhecimentos que poderiam resultar, futuramente, em negócios, parcerias e intercâmbios.

Nos anos de 1961 e 1962 desembarcaram no Brasil 21 jovens africanos vindos de Gana, Senegal, Nigéria, Camarões, Cabo Verde e Guiné-Bissau, para iniciar ou dar prosseguimento ao ensino superior. Nesse diverso grupo, interessa-nos, para este artigo, a presença do guineense Fidelis Cabral D’Almada e do cabo-verdiano Cristóvão Morais. Inicialmente, as bolsas de estudos do governo brasileiro foram destinadas a jovens de países já independentes. Mas, em articulação com o governo de Léopold Senghor (1906-2001), ambos vieram preenchendo a cota do Senegal.

Fidelis Cabral e Cristóvão Morais eram militantes do Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) e haviam iniciado, respectivamente, os cursos de Direito e de Medicina em Portugal. Entretanto, após o início da guerra de independência nas colônias portuguesas e o recrudescimento da perseguição da PIDE, eles tiveram que deixar o país e os cursos inconclusos.

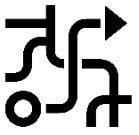
REDE DE APOIO ÀS INDEPENDÊNCIAS AFRICANAS

No início da década de 1960, a política externa brasileira voltada para o continente africano e a sinalização do governo brasileiro de romper sua aliança histórica com Portugal e apoiar a causa das independências das colônias fez do Brasil um destino procurado por jovens nacionalistas africanos. Mas por que isso aconteceu?

A resposta a essa pergunta é complexa e plural. É possível observar que a oferta de bolsas de estudos era o motivo mais evidente. Contudo, havia também razões mais estratégicas e coletivas para a causa das independências africanas. O apoio do Brasil seria simbólico porque Portugal usava o exemplo da antiga colônia e sua fictícia democracia racial para justificar seu empreendimento colonial¹¹.

¹⁰ O caso do guineense Fidélis Cabral é bem ilustrativo. Após concluir o curso de Direito pela USP em 1962 e após a independência da Guiné Bissau, Cabral foi ministro da Justiça (1981); dos Negócios Estrangeiros (1983); da Educação, Cultura e Desportos (1984), entre outros cargos.

¹¹ A máquina de propaganda estatal do Estado Novo português instituiu o discurso de estar investido de uma missão “civilizadora” com o objetivo de fazer de seus “territórios ultramarinos” nações multirraciais e pluricontinentais a exemplo do Brasil. A ideia se amparava em uma leitura instrumental do Luso-Tropicalismo de Gilberto Freyre.



A posição geopolítica do Brasil na América Latina, na década de 1960, também teve um peso significativo para os movimentos nacionalistas africanos, pois o apoio do Brasil poderia servir como exemplo. O Brasil ocupava ainda um lugar com certo destaque na ONU, com assentos em quase todas as instâncias.

Outro motivo para o interesse dos movimentos nacionalistas africanos pelo Brasil foi a presença aqui de uma rede de potenciais apoiadores, representada pelo Movimento Afro-Brasileiro Pró-Libertação de Angola (MABLA). Assim, o movimento atuou, principalmente, em São Paulo e no Rio de Janeiro, reunindo brasileiros; portugueses antissalazaristas exilados; e africanos (SANTOS, 2010; LIMA, 2017).

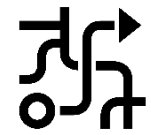
Como estratégia de articulação, integrantes do MABLA realizaram palestras em universidades, protestos e atos midiáticos para denunciar a violência do colonialismo português e convencer a opinião pública brasileira a apoiar a luta de independência na África. Dessa forma, a ideia era que a força do apoio popular convenceria o governo a romper definitivamente com Portugal.

Na década de 1960, além de Fidelis Cabral e Cristóvão Morais, do PAIGC, também chegaram no Brasil jovens nacionalistas ligados ao MPLA. Em 1961, os angolanos Paulo dos Santos Matoso Neto e Francisco Raimundo de Sousa Santos, bolsistas da Igreja Metodista e estudantes da Faculdade de Teologia de São Paulo, abandonaram a universidade para se dedicar à militância do MPLA contra o colonialismo português no Brasil. Sabemos deste fato a partir de uma polêmica entre os dois e o cônsul de Portugal, em São Paulo, João Pereira Bastos, registrada no jornal *O Estado de São Paulo*,

Na edição de 31 de maio de 1961, o cônsul acusou os angolanos de terem sido expulsos da faculdade para se integrarem às “chamadas manifestações de ‘nacionalismo’ dos naturais daquela província portuguesa”, apresentando-se como “representantes da juventude de Angola”¹². O uso de aspas no termo nacionalismo e a denominação de Angola como província portuguesa deixam claro a tentativa do diplomata em descredenciar a militância dos angolanos.

Na mesma página, foi publicada uma nota assinada por Matoso e Sousa Santos. Paulo Matoso se identificou como representante da União Geral dos Estudantes da África Negra (UGEAN), entidade criada em 1961, em Argélia,

¹² “Angola – resposta a acusações do cônsul português”. *O Estado de S. Paulo*. 31/05/1961, p. 14.



Marrocos, como representante dos estudantes de Angola, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Moçambique¹³.

Sem dispormos de recursos e recebendo constantemente notícias de nossa terra, na qual nos comunicavam os massacres de nosso povo e de nossas famílias, achamos por bem-fazer algo pelo nosso país, coisa essa que julgamos de grande importância¹⁴.

A partir da divulgação na imprensa brasileira do entrevero entre os estudantes angolanos e o cônsul de Portugal, em São Paulo, podemos inferir que a militância de integrantes de movimentos nacionalistas africanos no Brasil já incomodava as autoridades portuguesas.

Após isso, em março de 1962, os angolanos José Lima de Azevedo e Fernando da Costa Andrade também desembarcaram no Brasil como representantes do MPLA. Assim como Paulo Matoso e Francisco Raimundo de Sousa Santos, Azevedo e Andrade, oficialmente, estavam no País para concluir seus estudos, respectivamente, em Economia no Rio de Janeiro e em Arquitetura em São Paulo.

Em seu livro de memórias, Costa Andrade revelou que após a sua chegada, o angolano Paulo Matoso deixou de cumprir a atividade de angariar doações para serem enviadas ao MPLA. “O MABLA tinha o objetivo de canalizar ajudas, uma vez que as primeiras recebidas, antes da minha chegada, pelo Paulo Matoso, eram usadas em proveito próprio dele” (COSTA ANDRADE, 2002, p. 168).

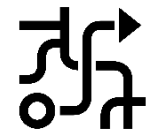
Em abril, Lima de Azevedo foi visitar em São Paulo a redação do jornal Portugal Democrático¹⁵. Em entrevista, o angolano revelou que vinha ao Brasil para estudar as possibilidades da vinda de outros compatriotas, sobretudo estudantes, que desejavam realizar cursos em escolas do país e, ainda, para apreciar as condições existentes para a criação no Rio de Janeiro de um *bureau* do MPLA¹⁶.

¹³ Um dos objetivos da UGEAN era considerar e apoiar o MPLA (Angola), a Frente de Libertação e Moçambique (FRELIMO), o PAIGC (Guiné e Cabo-Verde) e o Comitê de Libertação de São Tomé e Príncipe (CLSTP). Desde a sua constituição, a UGEAN também oferecia bolsas de estudantes para países socialistas

¹⁴ “Angola – resposta a acusações do cônsul português”. O Estado de S.Paulo. 31/05/1961, p. 14.

¹⁵ O jornal Portugal Democrático circulou de 1956 a 1975 em São Paulo e reuniu portugueses antissalazaristas exilados no Brasil.

¹⁶ “Líder do MPLA no Brasil”. Portugal Democrático, Ano VI, Nº 59, São Paulo, abril de 1962, p. 04.



José Lima de Azevedo realizou uma intensa atividade de mobilização, principalmente, em sindicatos. Embora radicado no Rio de Janeiro, o angolano circulou por outras cidades buscando apoios para o MPLA. No Porto de Santos (SP), ele organizou, com a ajuda de portuários brasileiros, o boicote do desembarque de feijão angolano que o governo português pretendia vender no Brasil. A informação foi publicada pelo jornal O GLOBO, na edição do dia 24 de setembro de 1964, quando de sua prisão pelo DOPS/RJ¹⁷.

De acordo com O GLOBO, a informação contava de um relatório, datado de 20 de setembro de 1962, endereçado a Graça da Silva Tavares, 1º secretário do MPLA, em Leopoldville. A matéria não revelou a data do boicote. No documento, segundo o periódico, o angolano adiantou seu próximo passo. “O plano é estender o boicote a todos os portos brasileiros. É audacioso, mas merece ser tentado. O que interessa é estabelecer o pânico”¹⁸.

Segundo O GLOBO, Lima de Azevedo revelou ainda que, em São Paulo, tentou, sem sucesso, a partir do contato com o sindicato dos empregados bancários, boicotar a transferência de fundos da colônia portuguesa para Portugal. “Este sindicato, por não ser federal, apresenta dificuldades técnicas, além de que o boicote a ser conseguido só no Rio pode ser tratado”¹⁹.

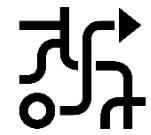
O poeta e escritor angolano Fernando da Costa Andrade, que havia sido associado à Casa dos Estudantes do Império (CEI)²⁰ de Lisboa, concentrou sua militância em São Paulo. Em entrevista ao jornal Última Hora, na edição do dia 14 de fevereiro de 1964, Costa Andrade afirmou que os estudantes angolanos que lutavam pelas independências africanas vinham ao Brasil motivados pela crença de que aqui encontrariam apoios.

¹⁷ “Angolano preso na Marinha é agitador internacional e representa o MPLA no Brasil”. O GLOBO, 24/09/1964, p. 20.

¹⁸ “Angolano preso na Marinha é agitador internacional e representa o MPLA no Brasil”. O GLOBO, 24/09/1964, p. 20.

¹⁹ “Angolano preso na Marinha é agitador internacional e representa o MPLA no Brasil”. O GLOBO, 24/09/1964, p. 20.

²⁰ A CEI foi criada pelo Estado Novo português em 1944 como um projeto para aglutinar os estudantes africanos que estavam em Portugal cursando o ensino superior. O objetivo da CEI era contribuir para o fortalecimento da mentalidade imperial e do sentimento da portugalidade entre os estudantes das colônias portuguesas em África. Mas cedo a CEI se revelou em um espaço de mobilização a favor das independências africanas.



Os estudantes angolanos vêm ao Brasil pois acreditam encontrar solidariedade atuante das próprias autoridades que, repetidamente, afirmam-se anticolonialistas e democráticas e, também, por ter sido esta terra uma colônia de Portugal e, mais facilmente, compreender nossos problemas, porém, se não for possível, se nossos esforços aqui não forem coroados de êxito, não teremos outro meio senão abandonar o Brasil. Faremos isso com pesar, pois sentimos a humana cooperação do povo e da maior parte da imprensa brasileira²¹.

No discurso de Fernando da Costa Andrade, percebemos como os nacionalistas angolanos sabiam usar habilmente em benefício da causa africana o discurso anticolonialista propagado à época pelo governo brasileiro em sua política externa. Como postura de coerência do Brasil, os movimentos independentistas reivindicavam o imediato apoio ao direito à liberdade e à autodeterminação das colônias portuguesas em África.

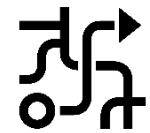
A PIDE NO BRASIL E A PRISÃO DOS ESTUDANTES AFRICANOS

A presença de nacionalistas africanos no Brasil, alguns deles recebendo bolsas de estudos do governo brasileiro, desagradou a Portugal por razões óbvias. Na década de 1960, há fortes evidências de que a PIDE esteve no Brasil monitorando os passos dos militantes e de seus apoiadores no Brasil.

A presença da PIDE no Brasil já era um assunto explorado pela imprensa brasileira. O jornal O Estado de S.Paulo denunciou que agentes da PIDE entraram no Brasil, no dia 26 de janeiro de 1961, portando armas na bagagem que não foi vistoriada pela alfândega do aeroporto do Rio de Janeiro. Segundo o periódico, os policiais tinham a missão de embarcar no navio português Vera Cruz, atracado no Rio de Janeiro, para fazer a escolta da embarcação até o Porto de Santos²². De acordo com O Estadão, a PIDE também teve autorização para fazer a “inspeção” no cais e nos armazéns do Porto de Santos, cuja área foi isolada pela polícia brasileira a pedido do Consulado de Portugal no Brasil para impedir manifestações antissalazaristas.

²¹ “Poeta angolano afirma: - revolução não demora”. Última Hora. 14/06/1964, p. 05. Biblioteca Nacional Digital.

²² Havia o temor de que o navio fosse sequestrado por antissalazaristas, assim como ocorreu com o navio Santa Maria no dia 22 de janeiro de 1961 em águas caribenhas. A embarcação foi tomada pelo capitão Henrique Galvão e apoiadores. O plano inicial de Galvão era levar a embarcação a Luanda para servir como estopim para o início da insurreição contra Portugal. Mas problemas a bordo forçaram a mudança de planos e o navio aportou em Recife (PE). O capitão português Henrique Galvão e os integrantes da ação receberam asilo político do Brasil.



A lógica manda-nos que tiremos uma conclusão de tudo o que se verificou: a PIDE tem uma rede armada no Brasil, a PIDE possui um esquema de emergência em solo brasileiro: de outra forma não poderemos explicar a rapidez e a eficiência com que os seus agentes operaram²³.

A denúncia feita pelo Estadão não teve resposta do governo brasileiro. Na edição do dia 31 de janeiro, em nova matéria, o jornal afirmou que a polícia portuguesa não tinha motivos para esconder as ações ilegais no território brasileiro porque contava com a conivência do Brasil. Segundo a reportagem, fora de suas divisas, os agentes da PIDE costumavam agir com cautela com receio de serem descobertos e presos por violação das regras do Direito Internacional. “Entre nós, porém, o que ocorreu foi diferente. (...) os homens da PIDE vieram como agentes policiais para efetuar policiamento em pleno solo brasileiro”²⁴.

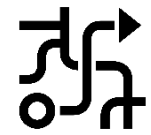
O brasileiro José Maria Nunes Pereira, um dos fundadores do MABLA, afirmou que a PIDE se instalou no Rio de Janeiro com a autorização do governador da Guanabara, Carlos Lacerda. Segundo Pereira, a intenção de Lacerda era retribuir o apoio recebido da comunidade portuguesa salazarista na disputa pelo governo e os aportes políticos e financeiros prometidos para a sua pretensa candidatura a presidente do Brasil na eleição que deveria ocorrer em 1964 (o governo militar não convocou o pleito).

Em 1964, Lacerda facilita a instalação da PIDE no Brasil, sem grandes autorizações do governo central. Era a Gestapo portuguesa, como se dizia. A PIDE se instala secretamente no Brasil, na rua Santa Clara, n 36, (...), e começa acompanhando o nosso movimento, o movimento dos nacionalistas africanos (ALBERTI; PEREIRA, 2007a, p. 139 e 140).

Segundo Pereira, os militantes do MABLA sabiam que circulava entre eles um informante da PIDE. No arquivo da PIDE na Torre do Tombo, constam relatórios redigidos, no período de 1962 a 1964, por um mesmo delator que assinava com o nome de Pedro da Silveira, em que eram descritos em detalhes as atividades realizadas pelos ativistas anticoloniais no Brasil. O espião enviava esses documentos para a Embaixada de Portugal no Rio, que reencaminhava para o Ministério dos Negócios Estrangeiros e para a PIDE em Portugal.

²³ “A PIDE no Brasil”. O Estado de S.Paulo, 29 de janeiro de 1961, p. 03.

²⁴ “Ainda a PIDE”. O Estado de S.Paulo, 31 de janeiro de 1961, p. 03.



Pedro da Silveira, na verdade, foi o pseudônimo usado pelo português Duarte de Vilhena Coutinho Feio Ferréri de Gusmão. Professor de História e de Filosofia em Portugal, Gusmão chegou ao Brasil em 2 de julho de 1960. Embora tenha sido preso sete vezes em Portugal (1932, 1934, 1936, 1938, 1939, 1956 e 1959) e torturado pela PIDE por participar de atividades antissalazaristas, Gusmão teria se tornado espião por questões financeiras (LIMA, 2017, p. 141-145).

Nos relatórios que Pedro da Silveira/Duarte Gusmão enviava à PIDE, um dos seus principais alvos de monitoramento era o angolano José Lima de Azevedo. No documento redigido em 12 de junho de 1962, o delator relatou que o angolano, recém-chegado ao Brasil, havia se encontrado com o ex-embaixador do Brasil em Portugal, Álvaro Lins²⁵, para ser “aconselhado juridicamente sobre como instalar o *bureau* do MPLA no Brasil”²⁶.

No mesmo documento, o espião afirmou que Azevedo também tinha como missão preparar a cobertura para a visita ao Brasil do presidente do MPLA, Mário de Andrade, o que não chegou a ocorrer²⁷. O delator disse ainda que foram lançadas as bases para a constituição no Rio de Janeiro de uma delegação do MABLA, “que funcionará na sede da UNE, provisoriamente”²⁸.

A partir do contato mais pessoal com Lima de Azevedo, Silveira/Gusmão afirmou ter descoberto que o MPLA tinha planos de instalar outras bases na América Latina.

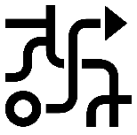
O MPLA está interessado em fazer propaganda e agitação “anti-colonialista” e anti-portuguesa em todos os países que existam colônias portuguesas. No Brasil, já há nutrida representação do MPLA: Lima de Azevedo, José Manuel Gonçalves, Paulo Matoso Neto, Fernando Costa Andrade, etc. Agora vai ser a vez da Venezuela, onde o Lima dispõe já de uma base para actuar: o português Luis Mota de Oliveira, que participou do (sequestro) “Santa Maria” e que regressou,

²⁵ Em 1959, quando era embaixador do Brasil em Portugal, Álvaro Lins causou uma crise diplomática entre Brasil e Portugal após conceder asilo na embaixada ao general Humberto Delgado, candidato derrotado à Presidência da República em 1958. Depois de 98 dias, Delgado viajou para o Brasil.

²⁶ Relatório Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro para o MNE. 12/06/1962. PIDE/DGS/SC/SR435/61/ui.3054. Arquivo MNE. Lisboa.

²⁷ Em carta a Lucio Lara, em 18/06/1963, Lima de Azevedo sugeriu a vinda de Mário de Andrade para participar do Seminário do Estudante do Mundo Subdesenvolvido, realizado em julho de 1963, em Salvador (BA). Carta de José Lima de Azevedo a Lúcio Lara. 18/06/1963, Associação Tchiweka de Documentação. Fundo Arquivo Lúcio Lara. Online. Acesso em: 20/08/2023. Disponível em: <https://www.tchiweka.org/documento-textual/0114005064>.

²⁸ Relatório Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro para o MNE. 12/06/1962. PIDE/DGS/SC/SR435/61/ui.3054. Arquivo MNE. Lisboa.



posteriormente, no ano passado, à Venezuela. Íntimo amigo do Lima de Azevedo, tem mantido correspondência desde então²⁹.

Em relatório redigido no dia 7 de abril de 1964, Silveira aproveitou o momento após o golpe civil-militar para sugerir à Embaixada de Portugal no Rio que acionasse o DOPS para prender os opositores de Portugal em território brasileiro. No documento, ele cita José Maria Nunes Pereira com o principal articular da rede antiportuguesa no Rio de Janeiro, formada ainda pelos africanos José Manuel Gonçalves, José Lima de Azevedo, Fidelis Cabral e Cristóvão Morais e os portugueses Padre Cristiano Alípio de Freitas e António Louro. O delator ainda revelou que o grupo costumava se reunir no apartamento do brasileiro e informou o endereço do imóvel e também da residência de Cristóvão Morais³⁰.

As autoridades policiais brasileiras da Guanabara e Estado do Rio devem estar interessadas nas suas atividades subversivas. Como estrangeiros, são passíveis de expulsão em consequência delas. Seria bastante conveniente fazer desaparecer da atividade anti-portuguesa aqui no Rio os elementos acima referidos. Bastaria uma informação transmitida às autoridades brasileiras da Guanabara. Esta é a sugestão³¹.

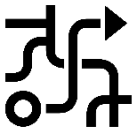
É difícil dizer se o relatório do espião ajudou no planejamento das prisões de ativistas do MABLA. Mas, de fato, todos os que estavam na lista de Silveira/Gusmão foram detidos. Em São Paulo, ainda no dia 1º de abril de 1964, Fernando da Costa Andrade foi preso. Solto dois dias depois, ele novamente foi parar na cadeia. No Rio de Janeiro, no dia 4 de abril, foi a vez de Lima de Azevedo ser detido na casa do padre Alípio de Freitas. Solto no dia 26 de maio, ele voltou para a cadeia no dia 24 de julho e passou mais de 400 dias preso, tendo sido inclusive torturado.

No dia 8 de abril, José Maria Nunes Pereira foi preso em seu apartamento, juntamente com José Manuel Gonçalves e o português António Louro. No mesmo dia, foram detidos o guineense Fidelis Cabral, que já havia se formado em Direito pela

²⁹ Relatório Geral. 2ª quinzena de março. Caso MPLA e Lima Azevedo. Rio de Janeiro, 21 de março de 1963. Brasil. Oposição política ao Estado Novo Português. Relatórios da pessoa mencionada no Despacho nº 18 (PIDE). Brasil 1962-1966. Proc. nº 333,1. Ministério dos Negócios Estrangeiros.

³⁰ Relatório Geral. 1ª semana de abril de 1964. Caso Colônias. Ofício da Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro para o MNE. 13 de abril de 1964. Relatórios da pessoa mencionada no Despacho nº 18 (PIDE). Brasil 1962-1966. Proc. nº 333,1. Ministério dos Negócios Estrangeiros.

³¹ Relatório Geral. 1ª semana de abril de 1964. Caso Colônias. Ofício da Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro para o MNE. 13 de abril de 1964. Relatórios da pessoa mencionada no Despacho nº 18 (PIDE). Brasil 1962-1966. Proc. nº 333,1. Ministério dos Negócios Estrangeiros.



USP em 1962 e estava no Brasil a serviço do PAIGC, e o cabo-verdiano Cristóvão Morais (ALBERTI; PEREIRA, 2007a, p. 139 e 140).

No dia 1º de agosto de 1964, foi a vez do angolano Paulo Matoso Neto ser preso em São Paulo. De acordo com Costa Andrade (2003, p. 174 e 175), Matoso foi levado para Rio de Janeiro, onde foi aberto o inquérito policial militar que ficou conhecido como o “IPM dos angolanos”.

REPERCUSSÃO DO “CASO DOS ANGOLANOS”

A prisão de nacionalistas africanos causou uma onda de protestos dentro e fora do Brasil e escancarou o esquema de colaboração entre a ditadura brasileira e a PIDE. A primeira denúncia à imprensa de que a PIDE estava envolvida na prisão dos ativistas do MABLA foi feita pela esposa do brasileiro José Maria Nunes Pereira, a angolana Filomena Ramos da Cruz Nunes Pereira.

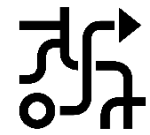
Na edição do dia 28 de julho de 1964 do jornal Última Hora, Filomena da Cruz, então grávida de sete meses, denunciou que um agente da PIDE, de nome Passos, esteve acompanhando as investigações, as diligências e até mesmo as prisões dos acusados de participação no movimento de libertação de Angola. “Além de todos estes dissabores - disse ela - ainda tenho minha casa frequentemente invadida por policiais do DOPS, autoridades da Marinha e um senhor português que os acompanha e se identifica como Passos”³².

A denúncia de Filomena Ramos da Cruz à imprensa sobre a presença de agentes da PIDE acompanhando as forças policiais brasileiras no “Caso dos Angolanos” ganhou repercussão no jornal Correio da Manhã. Em um artigo, o jornalista Hermano Alves responsabilizou o então ministro da Justiça, Milton Campos, sobre a participação de agentes da PIDE em todas as etapas de investigação.

A presença de exilados políticos que distribuem propaganda e que exercem atividades diversas contra governos adversários é, em qualquer cidade, um sinal de maturidade do país que os acolhe. (...) Foi preciso que se fizesse uma “revolução” em nome da democracia para que as nossas autoridades pedissem a ajuda da polícia secreta de Salazar. E depois disso, ainda querem ‘explicar ao mundo a revolução brasileira...’³³.

³² “Advogados denunciam ação da PIDE no país”. Última Hora. 28 de julho 1964, p. 05. Arquivo Digital da Biblioteca Nacional.

³³ “A PIDE no Brasil”. Autoria de Hermano Alves. Correio da Manhã, 22 de julho de 1964, p. 06.



A prisão dos nacionalistas africanos e portugueses antissalazaristas repercutiu fora do Brasil. No dia 30 de abril de 1964, o Comitê Diretor do MPLA emitiu comunicação à imprensa repudiando a prisão de José Lima de Azevedo, Fernando Costa Andrade e Fidelis Cabral (PAIGC). No documento, a entidade afirmou ter comunicado ao governo brasileiro a sua indignação e exigido a imediata libertação dos ativistas. O MPLA denunciou, no entanto, a disposição do Brasil de entregar os militantes a Portugal. “Isto significa que o governo brasileiro ditará uma sentença igualmente de morte contra os dois patriotas angolanos”³⁴.

O presidente do Senegal, Léopold Senghor, também iniciou uma campanha internacional para cobrar do governo brasileiro a soltura dos estudantes africanos. Senghor enviou uma carta ao embaixador brasileiro em Dacar, Francisco Chermont Lisboa, datada de 2 de junho, pedindo que os africanos fossem imediatamente soltos e mencionando nominalmente o guineense Fidelis Cabral³⁵.

Logo após as prisões, foi publicado ainda um artigo no jornal *Le Monde* sobre as prisões no Brasil. Segundo Jerry Dávila (2011, p.152), embora a fonte da reportagem tenha sido identificada como o escritório do MPLA em Paris, a escolha de um periódico francês para publicação do texto e o seu tom eram compatíveis com a campanha do governo senegalês. O artigo interpretava o caso como prova da renovação do apoio brasileiro ao colonialismo português.

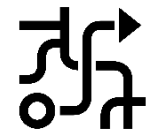
Como parte da pressão internacional, o presidente do MPLA, Agostinho Neto, pediu a intervenção da ONU com o intuito de conseguir a libertação de cinco estudantes africanos, “dois deles membros do MPLA, que teriam sido presos pelo Governo Brasileiro e que estariam em perigo de ser extraditados para Portugal”³⁶.

A repercussão interna e internacional do “Caso dos Angolanos” surtiu efeito. Fidelis Cabral foi um dos primeiros a ser solto. Ele foi liberado após dois dias de detenção e exilou-se no Senegal. Outros ficaram presos por mais um mês e, durante

³⁴ Comunicado de imprensa do MPLA sobre prisão no Brasil de Costa Andrade e José Lima Azevedo. 30.04.1964. Associação Tchiweka de Documentação. Fundo Arquivo Lúcio Lara. Acesso em: 21.08.2023. Disponível em: <https://www.tchiweka.org/documento-textual/0061000034>.

³⁵ Embaixada brasileira em Dacar para o MRE. Informação sobre o senhor Fidelis Cabral, representante do PAIGC no Brasil, telegrama 10, 2 de junho de 1964. Arquivo Histórico do Itamaraty - AHI.

³⁶ Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro para o Ministério das Relações Exteriores. 4 de junho de 1964. Arquivo Histórico do Itamaraty - AHI.



este tempo, o governo senegalês manteve a pressão para a libertação deles. A maioria dos angolanos deixou o país por conta própria no mesmo ano. A exceção foi definitivamente o caso de José Lima de Azevedo.

No “IPM dos angolanos”, Lima de Azevedo foi acusado de “interferir flagrantemente em assuntos da economia interna e no comércio do Brasil com países amigos, com atos que, sem sombra de dúvida, podem ser considerados subversivos”³⁷. O documento citou como exemplos da “atividade subversiva” do angolano o boicote do desembarque no Porto de Santos de feijão angolano que o governo português pretendia vender no Brasil e a tentativa de impedir a remessa de fundos da colônia portuguesa residente no Brasil para Portugal.

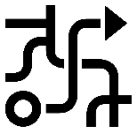
É válido salientar que o tratamento dispensado ao angolano na prisão foi o caso mais escandaloso e cruel entre todos os ativistas presos. Durante a sua segunda prisão, no dia 24 de julho de 1964, Lima de Azevedo foi torturado nas dependências do Centro de Informação da Marinha (CENIMAR), no 5º andar do Ministério da Marinha. No livro *Torturas e Torturados*, o jornalista Márcio Moreira Alves (1966, p. 158), que trabalhava à época no jornal *Correio da Manhã*, transcreveu o teor de uma carta enviada por Lima de Azevedo à redação detalhando a tortura sofrida.

O referido oficial (tenente Perestrello Feijó) declarou-me que seria torturado a menos que prestasse as informações desejadas. Tal fato aconteceu após as primeiras torturas sofridas. Fui desnudado e algemado a uma cadeira pelo agente do DOPS, Solimar, que ameaçou lançar-me na baía. Em seguida, o agente Sérgio Alex tentou estrangular-me, aplicando-me, logo após, socos no fígado, estômago e peito. Dois outros agentes encarregaram-se de colocar sabão em meus olhos, obrigando-me em seguida a olhar de frente uma forte luz. Também sofri a tortura chamada de telefone (*Ibidem*, p. 158).

Na edição do *Correio da Manhã* a que se refere, do dia 12 de setembro de 1964, Lima de Azevedo se mostrou ainda bastante preocupado por não ter advogado e, segundo ele, pela tentativa da própria polícia brasileira de esconder o seu paradeiro e, até mesmo, negar que ele continuasse preso. O próprio secretário de Segurança da Guanabara, Gustavo Borges, disse em declaração ao periódico que Lima de Azevedo já havia sido solto no dia 12 de agosto³⁸.

³⁷ Relatório do Sr. Milton Campos. Processo de expulsão do angolano José Lima de Azevedo, p. 02. Documento cedido pelo historiador José Francisco dos Santos.

³⁸ Por isso, alguns jornais da época registraram que Lima de Azevedo foi preso três vezes. Mas, na verdade, foram duas prisões.



Continuo preso e na situação de sequestrado. Peço-lhe que leve isso em consideração e me mande um advogado (...). Continuo no DOPS e quando alguém me procura aqui informam que não me encontro aqui preso. Ando doente em consequência das torturas do dia 24 de julho. Sinto-me mal da vista e não sou tratado. Receio pela minha vista. As cartilagens da garganta doem-me de vez em quando³⁹.

Nesse sentido, a denúncia feita por Lima de Azevedo teve grande repercussão. Dois dias depois da reportagem, ele foi levado para prestar depoimento na Divisão de Polícia Política e Social (DPPS) do Rio de Janeiro na presença do próprio governador Carlos Lacerda e de Gustavo Borges. No encontro, o angolano confirmou a tortura e o nome dos responsáveis.

De acordo com o Correio da Manhã, o depoimento causou mal-estar entre as autoridades presentes. “Estava confirmada a derrota do governador. Seus agentes espancadores tinham sido, mais uma vez, oficialmente desmascarados. E, temendo um fracasso maior, as autoridades não permitiram, em nenhum momento, que o asilado se avistasse com os jornalistas”⁴⁰.

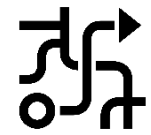
A soltura de Lima de Azevedo virou então um imbróglio jurídico e político. Isso porque, após várias tentativas, a defesa do angolano conseguiu um alvará de soltura no dia 17 de novembro de 1964. No entanto, o delegado responsável pelo caso não cumpriu a decisão. Em nova carta ao Correio da Manhã, publicada no dia 8 de dezembro, Lima de Azevedo afirmou que a confirmação da tortura pela polícia da Guanabara diante de Carlos Lacerda seria o motivo para permanecer preso, ecoando que “Grave erro tático devo ter cometido e esta talvez seja a causa de se terem desencadeado sobre mim todas as iras”⁴¹.

Ele afirmou ainda ao periódico brasileiro que vivia sob a ameaça de ser entregue à polícia fascista de Salazar. “Sabem que isso é ilegal e desumano, mas parecem determinados a fazê-lo”. Sem poupar críticas ao Brasil, Lima de Azevedo disse que outros estrangeiros, entre eles vários africanos, estavam sendo perseguidos

³⁹ “Violência policial na Guanabara”. Correio da Manhã. 12 de setembro de 1964, p. 01 (Capa). Arquivo Digital da Biblioteca Nacional.

⁴⁰ “Confirma-se a tortura na GB”. Correio da Manhã. 15 de setembro de 1964, p. 01 (Capa). Arquivo Digital da Biblioteca Nacional.

⁴¹ “Angolano denuncia tortura na prisão”. Correio da Manhã. 8 de dezembro de 1964, p. 11. Arquivo Digital da Biblioteca Nacional.



pelo DOPS. “O Brasil está fazendo o triste papel de capitão do mato para os colonizadores da África”⁴².

Somente no dia 30 de julho de 1965, após mais de 400 dias de cárcere, Lima de Azevedo foi solto por ordem do decreto presidencial assinado por Castelo Branco, que também determinou a sua expulsão do Brasil. No dia 7 de agosto, ele pôde deixar o Brasil como asilado político rumo a Dacar, no Senegal. Sua soltura teve a influência direta do governo do presidente do Senegal, Léopold Senghor.

Antes de partir para Dacar, Lima de Azevedo falou com a imprensa na residência do embaixador do Senegal no Brasil, Henri Senghor, sobrinho do presidente. Alertado pelo diplomata em não falar de política brasileira, o angolano enfatizou que no Brasil sua atividade se resumiu aos estudos. “Disse que chegou (ao Brasil) com a melhor das intenções - apenas para estudar - e não participou de nenhum movimento político ou subversivo, “a não ser esclarecer, em palestras e conferências, pessoas mal informadas sobre o colonialismo português na África”⁴³.

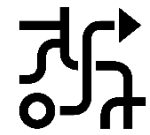
Por fim, observa-se que a situação da prisão de estudantes africanos pela ditadura brasileira, que estavam legalmente no Brasil, alguns, inclusive, na condição de bolsistas do Itamaraty, foi um episódio vexatório e ainda pouco conhecido pela historiografia. Em solo brasileiro, esses jovens lutavam pelo direito legítimo da autodeterminação de seus territórios e pela liberdade de seus povos. Logo, não estavam eles conspirando contra o governo brasileiro. Lamentavelmente, o Brasil, país que no início da década de 1960 deu provas de apoiar a causa da independência africana, com o golpe civil-militar de 1964, retribuiu a confiança desses jovens africanos com tortura e expulsão do país.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amílcar Araujo. *Estudos Históricos*, nº 39, janeiro-junho de 2007a, p. 121-156 – Publicação do Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais da Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2563>>. Acesso em 02/04/2015.

⁴² “Angolano denuncia tortura na prisão”. *Correio da Manhã*. 8 de dezembro de 1964, p. 11. Arquivo Digital da Biblioteca Nacional.

⁴³ Estudante angolano viaja para o Senegal depois de ficar na prisão 433 dias. *Jornal do Brasil*, 08/08/1965, p. 23.



ALVES, Márcio Moreira. *Torturas e torturados*. Rio de Janeiro: Idade Nova, 1966.

COSTA ANDRADE, Fernando da. *Adobes de memória – Chegadas*. Vol. 2, Luanda: Caxinde, 2002.

DÁVILA, Jerry. *Hotel Trópico: O Brasil e o desafio da descolonização africana 1950 – 1980*. Tradução Vera Lúcia Mello Joscelyne. São Paulo: Paz e Terra, 2011

LIMA, Viviane de Souza. *Solidariedade atlântica: movimento brasileiro em apoio às independências africanas, entre percursos e conexões (1961-1975)*. Dissertação de Mestrado em História. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2017, 207 p.

SANTOS, J.F. *Movimento Afro-Brasileiro Pró-Libertação de Angola (MABLA) – “Um amplo movimento”: relação Brasil e Angola de 1960 a 1975*. São Paulo: PUC, 2010.

VIZENTINI, P.G.F. *Relações internacionais do Brasil: de Vargas a Lula*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

FONTES

Decreto Nº 50.465, de 14 de abril de 1961. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/D50465.htm>. Acesso em 02/03/2017.

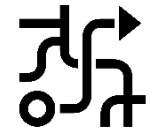
Memorando do presidente Jânio Quadros ao chanceler Afonso Arinos. 26/06/1961. *Cadernos do CHDD/Fundação Alexandre de Gusmão*. Centro de História e Documentação Diplomática. Ano V, n. 8. Brasília, DF: A Fundação, 2006, p.429.

Relatório Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro para o MNE. 12/06/1962. PIDE/DGS/SC/SR435/61/ui.3054. Arquivo MNE. Lisboa.

Carta de José Lima de Azevedo a Lúcio Lara. 18/06/1963. *Associação Tchiveka de Documentação*. Fundo Arquivo Lúcio Lara. Online. Disponível em: <https://www.tchiveka.org/documento-textual/0114005064> Acesso em: 20/08/2023.

Relatório Geral. 1ª semana de abril de 1964. Caso Colônias. *Ofício da Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro para o MNE*. 13 de abril de 1964. Relatórios da pessoa mencionada no Despacho nº 18 (PIDE). Brasil 1962-1966. Proc. nº 333,1. Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Relatório Geral. 2ª quinzena de março. Caso MPLA e Lima Azevedo. Rio de Janeiro. 21/08/1963. *Oposição política ao Estado Novo Português*. Relatórios da pessoa mencionada no Despacho nº 18 (PIDE). Brasil 1962-1966. Proc. nº 333,1. Arquivo MNE. Lisboa.



Carta de José Lima de Azevedo a Lúcio Lara. 02/09/1963, *Associação Tchiweka de Documentação*. Fundo Arquivo Lúcio Lara. Online. Disponível em: <https://www.tchiweka.org/documento-textual/0114005073>. Acesso em: 20/08/2023.

Comunicado de imprensa do MPLA sobre prisão no Brasil de Costa Andrade e José Lima Azevedo. 30/04/1964. *Associação Tchiweka de Documentação*. Fundo Arquivo Lúcio Lara. Disponível em: <https://www.tchiweka.org/documento-textual/0061000034>. Acesso em: 21/08/2023.

Embaixada brasileira em Dacar para o MRE. Informação sobre o senhor Fidelis Cabral, representante do PAIGC no Brasil, telegrama 10, 02/06/1964. Arquivo Histórico do Itamaraty.

Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro para o Ministério das Relações Exteriores. 4 de junho de 1964. Arquivo Histórico do Itamaraty.

Relatório do Sr. Milton Campos. Processo de expulsão do angolano José Lima de Azevedo, p. 02. Documento gentilmente cedido pelo historiador José Francisco dos Santos.

JORNAIS

“Angola – resposta a acusações do cônsul português”. *O Estado de S. Paulo*. 31/05/1961, p. 14.

“Líder do MPLA no Brasil”. *Portugal Democrático*, Ano VI, Nº 59, São Paulo, abril de 1962, p. 04.

“Angolano preso na Marinha é agitador internacional e representa o MPLA no Brasil”. *O GLOBO*, 24/09/1964, p. 20.

“Poeta angolano afirma: - revolução não demora”. *Última Hora*. 14/06/1964, p. 05. Biblioteca Nacional Digital.

“A PIDE no Brasil”. *O Estado de S. Paulo*, 29 de janeiro de 1961, p. 03.

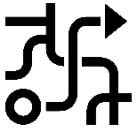
“Ainda a PIDE”. *O Estado de S. Paulo*, 31 de janeiro de 1961, p. 03.

“Advogados denunciam ação da PIDE no país”. *Última Hora*. 28 de julho 1964, p. 05. Arquivo Digital da Biblioteca Nacional.

“A PIDE no Brasil”. Autoria de Hermano Alves. *Correio da Manhã*, 22 de julho de 1964, p. 06.

“Violência policial na Guanabara”. *Correio da Manhã*. 12 de setembro de 1964, p. 01 (Capa). Arquivo Digital da Biblioteca Nacional.

“Confirma-se a tortura na GB”. *Correio da Manhã*. 15 de setembro de 1964, p. 01 (Capa). Arquivo Digital da Biblioteca Nacional.

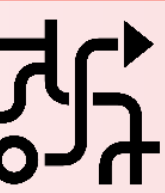


“Angolano denuncia tortura na prisão”. *Correio da Manhã*. 8 de dezembro de 1964, p. 11. Arquivo Digital da Biblioteca Nacional.

“Estudante angolano viaja para o Senegal depois de ficar na prisão 433 dias”. *Jornal do Brasil*, 08/08/1965, p. 23.

Recebido em 27/08/2023

Aprovado em 17/11/2023



ALEXANDRE, Bruno do Prado*

<https://orcid.org/0000-0003-2465-1628>

RESUMO: Este trabalho propõe uma discussão sobre travestilidades e suas interfaces com a ditadura civil-militar brasileira. Reconhecer que as travestilidades possuem uma história é algo que identifica as travestis enquanto sujeitas históricas que interagem a todo tempo com o cenário social em que estão inseridas. Produzir narrativas em torno dessas identidades implica em um esforço epistemológico em direção à identificação das fontes e às indagações ante os silêncios, indiferenças e ausências da História. Por meio de fontes audiovisuais, é possível inquirir os silêncios acerca das travestilidades em interface com o cenário autoritário vivenciado no Brasil e fazer emergir outras possibilidades nesse processo por visibilidade e disputa por memórias e narrativas. A ideia de uma suposta decadência moral e social e a compreensão em torno do combate por vias morais e sexuais fez com que as sexualidades inseridas nas dissidências normativas se tornassem alvo de práticas violentas de encarceramento e eliminação que, filiadas a perspectivas higienizadoras, buscaram “limpar” dos espaços urbanos aqueles e aquelas que “poluíam” e “corrompiam” a duvidosa coerência e homogeneidade dos espaços normativos. Marcas de classe e raça, nesses termos, atenuaram e potencializam a abjeção a esses corpos. É fundamental que a história seja compreendida como fruto de disputas e processos interpretativos que, condicionados por dispositivos de poder, pode desconstruir e nobilitar as histórias sobre o período ditatorial, tão marcado pela presença masculina, trazendo à baila outras perspectivas a partir de narrativas dissidentes.

PALAVRAS-CHAVE: Ditadura; travestilidades; invisibilidades historiográficas.

ABSTRACT: This work proposes a discussion about “transvestibilities” and their interfaces with the Brazilian civil-military dictatorship. To recognize that the “transvestibility” possess a history is something that identifies them as historical individuals who interact at all times with the social context in which they are inserted. Producing narratives around these identities implies an epistemological effort towards the identification of sources and questions, in the face of silences, indifferences and absences of History. By means of audiovisual sources, it is possible to inquire into the silences about the “transvestibility” in interface with the authoritarian context experienced in Brazil and to bring out other possibilities in this process for visibility and dispute for memories and narratives. The idea of a supposed moral and social decadence, and the understanding that involves the struggle for moral and sexual means that sexualities located within normative dissent became the target of violent practices of incarceration and elimination, which, linked to sanitizing perspectives; they tried to “clean up” from urban spaces those who “polluted” and “corrupted” the dubious coherence and homogeneity of normative spaces. Marks of class and race, in these terms, attenuated and enhanced the abjection to these bodies. It is essential that history is developed as a result of disputes and interpretative processes that, conditioned by devices of power, can deconstruct and ennoble the stories about the dictatorial period, marked by the male presence, bringing to the fore other perspectives drawn from dissident narratives.

KEYWORDS: Dictatorship; “transvestibilities”; historiographic invisibilities

** Possui doutorado em História pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados. Desenvolve pesquisas sobre travestilidades articuladas tanto ao campo da história bem como em interface com a educação e a escola.



Se pensamos o passado como uma renda,
permanentemente retrabalhada, devemos lembrar que
não são apenas as linhas, laços e nós, por mais
coloridos que sejam, que dão forma ao desenho
projetado; são, justamente, os buracos, os vazios, as
ausências, que são responsáveis por fazer aparecer
com nitidez o que se pretendia fazer
Albuquerque Júnior

Intentar compreender uma história das travestis, precursoras da arte do transformismo que fizeram sucesso no Teatro Rival no Brasil, em especial no contexto da ditadura civil-militar (1964-1985) é ao mesmo tempo instigador e desafiador. Reconhecer que as travestilidades possuem uma história realoca as travestis no campo das relações sociais, identificando-as enquanto sujeitos históricos que interagem a todo tempo com o cenário social em que estão inseridas. Produzir narrativas históricas em torno dessas identidades implica em um esforço epistemológico em direção à identificação das fontes e às indagações, ante os silêncios, indiferenças e ausências da História.

As narrativas históricas precisam se ocupar também desse processo de invisibilidade que circundam determinados corpos e vidas historicamente desumanizados de si mesmos e socialmente esquecidos pelo fazer historiográfico. É fundamental destacar, parafraseando Michelle Perrot (1995) ao fazer referência às mulheres que as travestis têm uma história, e construí-la, tecê-la, trazê-la à luz é um empreendimento sério e necessário para se preencher as lacunas deixadas pelos silêncios perpetrados ao longo do tempo.

Nesse sentido, o documentário *Divinas Divas* (2016)¹ configura uma fonte basilar para a pesquisa, e as análises empreendidas sobre ele se concretizam em tentativas de determinada forma de ver, de trazer à baila certas narrativas e realidades não tão “evidentes”, partindo da compreensão de que a “realidade” não é a pura materialidade imanentemente preche de sentidos a ser revelada, mas fruto de operações históricas.

¹ A invenção e dispersão do cinema são movimentos que se articulam em um regime de visibilidade. Desde o seu nascimento, as imagens cinematográficas inscrevem-se nos regimes de visibilidade de um tempo, mas também podem escavar pequenas fissuras nesses mesmos regimes. As imagens em movimento são efeitos de um determinado estrato histórico e seus jogos de luz e sombra (SILVA, 2016, p. 31).

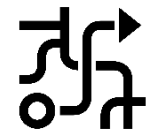


A potencialidade do cinema em operar nos processos de constituição de memórias sobre determinados temas tem feito desta linguagem um grande vetor de resistência e se prefigurado como terreno de disputas, minado por perspectivas hegemônicas em contraste com propostas estéticas que contestam narrativas oficiais ou que versam sobre sujeitos historicamente colocados à margem da história e da historiografia, por distorções ou mesmo pelas maquinações de invisibilidade (NAPOLITANO; SELIPRANDY, 2018).

Em que pesem as diversas linguagens e os efeitos de realidade que o cinema pode acionar, este tem aberto ricas possibilidades de entrever narrativas ocultadas pelos silêncios da história, bem como estabelecer revisões que permitem ao historiador e à historiadora lançar luz sobre as penumbras de versões unilateralizadas, trazendo à baila aqueles e aquelas que, marginalizados pela sociedade, também foram periféricamente alocados para os campos da invisibilidade historiográfica. Ademais, o cinema tem permitido a construção de tessituras de narrativas e protagonizado histórias outras que muitas vezes se distanciam das leituras e interpretações que emanam da história oficial ou de narrativas únicas que gozam de reconhecimento e legitimidade (MORETTIN, 2018).

Nesse sentido, para além da visão generalizada interposta no combate ao comunismo, torna-se preciso compreender as meticulosas articulações estabelecidas entre a ditadura brasileira e as ditas dissidências sexuais. Poucos trabalhos se dedicaram a pensar esse período de maneira articulada às sexualidades consideradas dissidentes, um recorte igualmente importante de ser escrutinado e que precisa construir um lugar na historiografia brasileira.

Algumas fissuras foram abertas em torno da temática da ditadura civil-militar brasileira que tangenciam as sexualidades não heterocentradas, no entanto, outras tantas frestas precisam lançar luz sobre as especificidades daquilo que ainda é desconhecido e que ficaram de fora de uma “versão oficial” da História e do reconhecimento do Estado brasileiro. É preciso construir uma narrativa histórica não apenas das tipificadas opressões às identidades e sexualidades tidas como dissidentes, mas também compreender as estratégias e os mecanismos de resistência empreendidos por esses sujeitos e sujeitas da história.

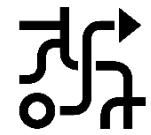


DIVINAS DIVAS EM FOCO: APRESENTAÇÃO DO DOCUMENTÁRIO

História e cinema interconectam diversos autores e autoras que abriram as trincheiras para o debate acadêmico e que acabam por contribuir para a escritura de novas histórias e para a emersão de novas narrativas, ecoadas de sujeitos e sujeitas periféricamente situados/as na sociedade e na história oficial e que podem indicar e contribuir para outras perspectivas e matizes de determinados contextos, a exemplo da ditadura militar brasileira. Tateando os caminhos da história e almejando a abertura de outras entradas na produção historiográfica, compete indagar qual o lugar histórico que as artistas travestis, representadas pelas personagens do documentário *Divinas Divas*, ocuparam na história brasileira no contexto da ditadura civil-militar. Por intermédio dessa obra cinematográfica, produzida no presente e que se refere também ao passado, é possível inquirir os silêncios acerca das travestilidades em interface com o cenário autoritário vivenciado no Brasil e fazer emergir outras possibilidades nesse processo por visibilidade e disputa por memórias e narrativas.

Divinas Divas é um documentário nacional que estreou no Brasil em 22 de junho de 2017 e apresenta, de maneira poética, sensível, complexa e emocionante, a trajetória artística de oito transformistas, das quais sete se constituíram, para além dos palcos, travestis na vida. A narrativa fílmica é prenhe de histórias de repressão, violências, experiências amorosas, resistências e carreiras de sucesso nacional e internacional. O Teatro Rival é palco privilegiado dessas narrativas e histórias atravessadas pela arte, por pessoas que desafiaram o sistema sexo-gênero e a política de costumes intensificada pela ditadura civil-militar brasileira. Protagonizando espaços dos palcos no teatro de revista, antes ocupado pelas vedetes; muitas haviam deixado o Brasil por conta da censura, e essas travestis trazem à cena narrativas que versam sobre suas trajetórias pessoais e profissionais, ressignificadas pelo tempo presente marcado pela velhice.

Já idosas, cada uma à sua maneira traz suas memórias mais íntimas, que acabam por costurar a narrativa fílmica através de lembranças e imagens de arquivo que podem suscitar sentimentos diversos nos espectadores e espectadoras. Nos trânsitos entre passado e presente, através de ironia, humor refinado, emoção e glamour, memórias de violências, resistência, afetos, construções de si e experiências de sucesso vivenciadas na ditadura civil-militar brasileira assumem protagonismo e



permitem ao espectador conhecer outras narrativas sobre o contexto de autoritarismo que marca especialmente os anos 1964 a 1985.

Rogéria (*in memoriam*), Jane Di Castro (*in memoriam*), Divina Valéria, Eloína dos Leopardos, Brigitte de Búzios (*in memoriam*), Camille K., Fujica de Holliday (*in memoriam*) e Marquesa (*in memoriam*) formaram, na década de 1970, o grupo que testemunhou o auge de uma Cinelândia² repleta de cinemas e teatros. Divinas Divas (2016) acompanha o reencontro das artistas para a montagem de um espetáculo, trazendo para a cena as memórias de uma geração que desafiou a moral conservadora da época em questão.

O documentário produzido por Leandra Leal versa sobre oito personagens que compuseram pioneiramente a história do transformismo no Brasil. Não se trata de uma obra que busca representar toda a primeira geração de artistas travestis do país, mas das artistas pioneiras que construíram suas carreiras artísticas a partir da década de 1960 no Teatro Rival que pertenceu outrora ao seu avô, Américo Leal. É importante demarcar essa questão, uma vez que, além dessas artistas protagonistas do documentário, existiram outras que também fizeram sucesso no mesmo período em outras casas de espetáculo.

As narrativas dessas personagens protagonistas do documentário Divinas Divas (2016) estão prenhes de memórias de tempos de glamour, de sucesso, de muito trabalho, mas que também são atravessadas por muitas dificuldades que, em grande medida, foram interpostas pelo contexto da ditadura civil-militar no Brasil dos anos 1964 a 1985. Essas memórias são revividas por cada uma delas e dizem de experiências individuais, mas que ao mesmo tempo, relacionam-se com as narrativas de outras personagens, ou seja, para além de estarem ligadas ao campo da personalidade, também se filiam com uma história repressiva que igualmente é coletiva e que precisa ser contada e ocupar lugar na historiografia.

Os discursos elaborados pelo documentário apontam para sensibilidades que contemplam suas personagens em sua humanidade, costurando uma grande

² Área onde atualmente se localiza a praça Marechal Floriano Peixoto, no Rio de Janeiro. Mais conhecida como Cinelândia, essa região exerceu um papel expressivo na vida da cidade. A inauguração do Teatro Rival, em 22 de março de 1934, foi um marco na agenda cultural do Rio de Janeiro. Uma nova casa de espetáculos se abria criando mais uma opção de cultura e lazer no complexo de entretenimento projetado por Francisco Serrador (GÓES, 2018, p. 17).



narrativa que remete a memórias de violências, dor, subversões, amores, assujeitamentos, invenções de si, reconhecimento e sucesso profissional. A forma pela qual a cineasta constrói a narrativa fílmica parece indicar para uma tentativa de disputar narrativa sobre o contexto da ditadura e, mais que isso, busca heroicizar essas personagens diante de todo o pioneirismo que elas representam e que a própria narrativa fílmica quer construir. Apesar de todo esse esforço, o público pode receber essa produção de maneira diversa, elaborando múltiplos sentidos àquilo que é representado nas telas.

Nessa transposição audiovisual, as produções cinematográficas acabam por se prefigurar contrapontos da história oficial, servindo muitas vezes como mecanismo de recuperação do passado pelas narrativas que faz emergir, e nesse movimento entre presente e passado balanceado pelas memórias, as lacunas carentes de reparação assumem protagonismos por uma história que demasiadamente se traduziu em silêncios e invisibilidades (GUTFREIND, 2018).

Os indícios que subsidiam os documentários e suas narrativas apresentam perspectivas próprias que dialogam a todo tempo e por diversas linguagens com o espectador. Nesse processo complexo, valores são disputados e questionados, crenças são postas em xeque e verdades são contestadas. Nesses termos, operam na abertura de novas trincheiras e de novas janelas que permitem em largo alcance e de maneira própria e potente que os espectadores vislumbrem realidades e perspectivas até então não vistas ou imaginadas (NICHOLS, 2016).

A voz do filme faz emergir narrativas dessas artistas que, já idosas, falam sobre suas vidas, entrecruzando nessa tessitura memórias que versam sobre os tempos áureos que protagonizaram e, ao mesmo tempo, relembram experiências difíceis vivenciadas no seio familiar, nas relações amorosas e nas dimensões repressivas da ditadura civil-militar. Nesses trânsitos, o documentário em sua função política e também estética viabiliza conexões importantes entre história pública e história pessoal.

Os processos de enunciação indicam para a tessitura cinematográfica de um processo constitutivo de memórias coletivas de um grupo de travestis que, fundamentado em experiências que se estruturam por hierarquias se esforçam por se diferenciar de outros grupos de travestis no contexto de outrora. Ao enunciarem o passado, as personagens reiteradamente buscam delimitar e reforçar balizas e



sentimentos de pertença dentro de um grupo historicamente marginalizado. As mediações entre passado e presente se dão de maneira negociada e seletiva. Aquilo que é partilhado pelo grupo aparece sempre envolto em tons de superação e resiliência diante das agruras partilhadas no passado.

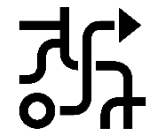
FIGURAÇÕES DO PROJETO MORAL DAS VIOLÊNCIAS NA DITADURA CIVIL-MILITAR EM DIVINAS DIVAS

O historiador Rafael Freitas Ocanha (2014), em sua dissertação de mestrado, articula uma discussão em torno do papel da imprensa e da polícia no combate à prostituição de rua em centros como São Paulo e Rio de Janeiro no contexto da ditadura civil-militar. A aliança em torno desses empreendimentos repressivos, alinhado ao projeto moral do autoritarismo brasileiro, assumiu grandes proporções para a vida de travestis, prostitutas e michês que compunham o mercado do sexo, marcando essas vidas com encarceramentos em massa e violências de toda ordem.

O aumento e a visibilidade da prostituição de travestis também contribuem na explicação dessa emergência reacionária. Renan Quinalha (2017) sugere que talvez isso se deva ao relativo crescimento econômico entre a camada média da população, que a partir de então poderia pagar por sexo, favorecendo em termos o crescimento de sua comercialização. O uso de hormônios e outras práticas de construção corporal em busca de um feminino travesti também agiram no embaralhamento dos marcos de referência entre o masculino e o feminino, que, numa complexa relação, despertou fascínio, curiosidade, desejo e também abjeção em diferentes públicos.

A fabricação de um verdadeiro pânico moral em torno das travestis, especialmente as que estavam ligadas ao ofício da prostituição representou uma verdadeira aliança entre uma política institucional e a moralidade hegemônica que produziam significados que associavam as sexualidades dissidentes à delinquência e ao perigo. Tratava-se de experiências que conflitavam com a política moral e, portanto, eram passíveis de banimento, tornando-se rotineiras as práticas de indiciamento policial, aprisionamento, violência e toda sorte de humilhações sobre esses sujeitos e sujeitas.

A produção da ideia de uma suposta decadência moral e social e a compreensão em torno do combate por vias morais e sexuais fez com que as sexualidades localizadas dentro das dissidências normativas se tornassem alvo das



hostilidades empreendidas pelas forças estatais e civis. O juízo em torno da defesa da moral conservadora e, portanto, da famigerada defesa da família, da moral e dos bons costumes fez com que as prostitutas se tornassem, especialmente no regime militar, um grupo bastante perseguido. Acontece que, muitas vezes, as prostitutas também eram travestis, o que agravava ainda mais a situação, uma vez que articulava a concepção em torno do exercício da prostituição e da travestilidade como condutas (in)aceitáveis e ultrajantes aos padrões de normalidade pautados na binaridade hegemônica de gênero. O Estado, nesse sentido, compreendido aqui como o lugar privilegiado de irradiação das regras, terminou por intensificar as políticas de saneamento sobre esses corpos e vidas (QUINALHA, 2017).

As travestis eram, sem dúvida, o alvo privilegiado da repressão moralizante levada a cabo pelas forças de policiamento que circulavam pelas ruas. Primeiro, porque elas, diferentemente de alguns homossexuais que escondiam a orientação sexual dentro do armário, não podiam ocultar sua identidade de gênero do mesmo modo como gays e lésbicas. Segundo, porque geralmente elas estavam mais expostas em locais públicos por se dedicarem, profissionalmente, à prostituição, diante da falta de outras oportunidades no mercado de trabalho. Terceiro, porque já sofriam duramente a repulsa da sociedade por conta do estigma criado em torno delas e das prostitutas que habitam estes territórios marginais (QUINALHA, 2017, p. 182).

A vigilância ramificada sobre os corpos marcados pela prostituição e pelas travestilidades vivenciavam, portanto em alguns momentos, a violência e o encarceramento de maneira mais acentuada como metodologia de enfrentamento e regulamentação dos corpos e sexualidades. Essas relações negociadas em cenários complexos evidenciavam a materialização da polícia como braço forte do Estado autoritário que ao mesmo tempo que corrompe cria a necessidade e a justificativa de manter a ordem pública através de tais empreendimentos repressivos e de “limpeza” de determinados espaços públicos. A aliança entre a polícia e o poder judiciário para o combate da prostituição termina por exercer violências e arbitrariedades sobre as vidas marginalizadas como forma de poder legítimo e bem quisto por considerável parcela da população.

De acordo com Ocanha (2014), preocupada com o aumento expressivo de travestis, a polícia civil encomenda um estudo ao delegado Guido Fonseca, que, nessa empreitada, acaba por reafirmar a necessidade de estabelecer enfrentamentos à prostituição tida como masculina, que abarcava tanto travestis como michês, enquadrando esses sujeitos no crime de vadiagem. Nesse contexto, a imprensa passa

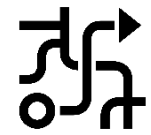


a divulgar com bastante frequência notícias abordando o aumento dessa população pelas ruas de São Paulo e Rio de Janeiro, tomando como ponto de partida crimes cometidos por alguns desses indivíduos. Tal processo de aterrorização social ecoava com demasiada receptividade entre considerável parcela de civis que clamavam por um processo de limpeza social, que representava grosso modo a retirada de travestis e prostitutas das áreas residenciais de classe média.

O estudo realizado entre dezembro de 1976 e julho de 1977 indiciou nesse período cerca de 460 travestis lavrando 62 flagrantes representando um percentual de 13,5% do total. Nesses indiciamentos, aponta Ocanha (2018), as travestis deveriam apresentar documento de identidade e carteira de trabalho, e uma cópia desses documentos seria encaminhada à autoridade seccional para fins de arquivo específicos para pessoas travestis. Aquelas que não os apresentavam eram encaminhadas ao distrito onde aguardariam a formulação de inquérito sob a prescrição de vadiagem. Ao serem liberadas, precisavam providenciar com máxima urgência esses documentos para apresentarem caso passassem por outra batida policial, o que não era difícil de acontecer.

Desse modo, o estudo de criminologia previa a utilização de imagens das travestis para que os juízes pudessem avaliar pelas fotografias o grau de periculosidade de cada uma delas. A combinação de corpos considerados masculinos vestidos com roupas “femininas” compunha parte da leitura que associava essas pessoas à marginalidade e periculosidade, produzindo e reproduzindo representações demasiadamente estigmatizadoras, que também eram reforçadas por grande parte da mídia, gerando assim um pânico coletivo entre a população. Essa rede discursiva cria no meio social a larga compreensão de que se tratam de sujeitos e práticas que urgentemente precisam ser combatidos e retirados dos espaços públicos, principalmente das áreas residenciais (LOPES, 2021).

Tais publicações impulsionaram a polícia a traçar um meticuloso plano de combate a travestis, prostitutas, trombadinhas e exploradores de lenocínio, almejando promover o indiciamento e o posterior confinamento da prostituição em determinadas áreas da cidade, incluindo espaços específicos para o encarceramento de travestis. Essas operações entraram em curso e chegam a aprisionar cerca de 600 pessoas em um único final de semana (OCANHA, 2014).



Ao buscar articular as relações possíveis entre representação e realidade em intrínseco diálogo com as referências bibliográficas, torna-se importante apresentar outras contribuições presentes em entrevistas e coletâneas disponibilizadas na internet que interconectam aspectos aqui discutidos. Com o propósito de contribuir com o debate, apresento abaixo alguns relatos,³ que compõem uma coletânea sobre resistências intitulado LGBT+60 corpos que resistem, tangenciando experiências vivenciadas na ditadura civil-militar. Recuperar as histórias, existências e resistências por meio da palavra é algo que também importa nessa empreitada. Em depoimento sobre detenções arbitrárias, Martinha⁴, uma das participantes, pessoa cuja existência se defrontou com os normativos tracejados de gênero e sexualidade, compartilha parte do que viveu com as forças policiais. Mostrando as cicatrizes na cabeça, ela afirma:

Martinha: [...] isso aqui foi uma “cabada” de revólver que ele me deu. Ele chegou e fez: “ah, viado, você está me dando trabalho”.

Entrevistar (voz *in off*): Isso foi policial?

Martinha: Policial. Isso na ditadura...

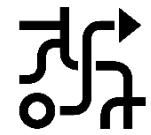
Entrevistar (voz *in off*): Você sabe quantas vezes você foi presa?

Martinha: Mais de 200 vezes, anos e anos... porque a gente ia comprar uma carne no açougue de manhã, a polícia via e levava. Só saía se tivesse uma calça, camisa e um sapato. Se tivesse sido pega de roupa de mulher, feminina, vestido, saia, não saía. Aqui, eles pegavam a gente, levavam pra praia deserta; mandavam uma segurar no membro da outra, ficar cantando Ciranda Cirandinha, mandavam a gente ficar subindo em pé de coqueiro. Ficavam rindo...

O depoimento acima converge com as reflexões apresentadas pela bibliografia sobre o período quanto às atrocidades perpetradas pelas forças policiais diante dos corpos marcados como insubmissos em termos de gênero e sexualidade, evidenciando as distintas e tipificadas maneiras de atuação das forças repressivas em ação. Para além dos aprisionamentos, intensas violências eram perpetradas e naturalizadas entre as forças opressivas do Estado, como se verifica na narrativa.

³Entrevista realizada em 17/10/2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wABZUUpfTMY&list=RDCMUC2aJp1B7NRz94ehJtM4tCw&index=3> Acesso em: 7 fev. 2023.

⁴ Martinha, 62 anos, dona de casa, baiana e travesti. Começou a se prostituir aos oito anos após fugir de casa com medo da mãe, que ameaçava envenená-la. Quando criança, foi expulsa de quatro colégios. Por causa dos trejeitos femininos, era considerada “um mau exemplo para os colegas”. No seu corpo, as marcas da violência da Ditadura Militar. Série idealizada pelo jornalista Yuri Fernandes | IG: @yurifernands <https://www.instagram.com/yurifernands/>



Sobre os processos de vigilância ramificada e violências empreendidas sobre os corpos marcados pelos estigmas da subversão, o trabalho de Leandra Leal apresenta substanciais contribuições que dialogam sincronicamente com o que é dito pela travesti acima entrevistada. Dando sequência a seu depoimento, ela diz o seguinte:

Martinha: Quando eles prendiam a gente e diziam: ‘vai ficar uma semana aí’. Ai a gente sempre carregava gilete na boca, dentro da caixa de fósforo, alguma coisa. E nas horas que eles diziam... a gente se mutilava pra não ficar presa.

Entrevistar (voz *in off*): Eles achavam que o sangue...

Martinha: Era contaminado e mandava embora. É como se fosse uma geração minha que se foi...

Os depoimentos apresentados acima denotam dimensões muito importantes sobre o tema discutido nessa altura do texto. Ao colocar em discursos as agruras vivenciadas na ditadura e as práticas desumanas postas em curso em nome da proteção aos valores relacionados à moral e aos bons costumes, apresentando pistas quanto ao projeto moral da ditadura, os processos de subversão envoltos às táticas, como os cortes nos punhos e braços revelam aspectos violentos que eram empreendidos, almejando a soltura do cárcere. As cicatrizes representam marcas de resistência, de violências e de sobrevivência aos horrores institucionalizados.

Apesar das violências empreendidas e dos encarceramentos arbitrários vigentes no contexto, as travestis e as prostitutas também empreendiam táticas de resistência que transitavam entre a luta corporal com policiais e cães utilizados nas batidas policiais e tentativas de suicídio, que tinham o propósito de tirá-las daquela situação, já que eram encaminhadas ao hospital para os devidos tratamentos (OCANHA, 2014).

A visibilização dessas violências perpetradas pelo Estado evoca para essa discussão Michel Foucault (2015) ao dizer que “onde há poder há resistência” (p.104). As forças disruptivas empreendidas por pessoas travestis ao cortarem os próprios braços com gilete, muitas vezes trazidas presas à boca, próximo à gengiva ou abaixo da língua, ou mesmo navalhas que, escondidas em meio ao penteado, representam armas de resistência ante às ameaças rotineiras presentes na existência de muitas delas. O ato de cortar os próprios braços prefigurava uma estratégia violenta contra si mesma para não permanecer presa por muito tempo.



Ao martirizar o próprio corpo, o sangramento poderia levar à morte, promovendo maior visibilidade para tal violência. Em muitos casos, a polícia precisava levar a um hospital para os devidos cuidados, o que representava uma escapatória ante a hostilidade das forças repressivas, uma vez que se viam livres da prisão e eram conduzidas aos cuidados médicos, o que representava um lugar menos opressor. Com a AIDS, o sangue se tornou um artifício mais ameaçador o que representou mais um elemento que passou a compor essa dinâmica de resistência à opressão policial (QUINALHA, 2017).

Segundo Rafael Ocanha (2014), a imprensa, como formadora de opinião pública, atuou de forma antagônica em suas matérias ao colocar, de um lado, as famílias em seus lares sagrados e, de outro, as travestis e prostitutas, promovendo uma guerra ideológica, impulsionando na sociedade civil a ânsia de um ordenamento urbano que, por sua vez, endossava o coro, exigindo da polícia respostas e soluções imediatas àquilo que simulava uma invasão imoral que atentava contra a família, a moral e os bons costumes cultivados nesse período.

O trabalho da polícia e do poder judiciário intensificou o combate à prostituição, valendo-se de violências e de arbitrariedades como formas legítimas de atuação, as quais, com o apelo midiático e o aval de significativa parcela da sociedade civil, desencadearam verdadeira caça às pessoas consideradas inimigas da sociedade e do projeto moral da ditadura. A mídia operou como elemento legitimador em torno dos processos repressivos e como um dos agentes consolidadores dos valores morais, associando sobremaneira sujeitos travestis, na mentalidade coletiva, ao perigo e à marginalidade.

Com o fim da guerrilha na década de 1970, as forças policiais direcionaram seus esforços para o espaço urbano, que, na pessoa do delegado Sérgio Paranhos Fleury, passou a empreender buscas de combate à prostituição em São Paulo em 1979. Nessas empreitadas, outros delegados compuseram esses quadros repressivos, a exemplo de Paulo Boncristiniano e José Wilson Richetti, que no governo de Paulo Maluf, entre os anos de 1979-1982, realizaram intensas operações policiais, conhecidas como “rondão”, cujos alvos prioritários eram aqueles e aquelas que não se enquadravam nos arquétipos da heterossexualidade compulsória (OCANHA, 2014).



Em meados de 1980, o delegado José Wilson Richetti assume em São Paulo a Delegacia Seccional Centro, instituição responsável por toda as delegacias da região central da cidade, e, de maneira quase imediata, é anunciada a “Operação Cidade”, uma das várias empreitadas visando higienizar a cidade, empreendendo verdadeira caça a prostitutas, travestis e garotos de programa, conforme apontado por Ocanha (2018), que, no entanto, não cita esses sujeitos de maneira explícita.

O jornal *Folha de S. Paulo*, em reportagem, aponta como público-alvo da operação assaltantes, traficantes de tóxicos e outros marginais, porém os dados obtidos na primeira noite dessa operação apresentam uma desconexão entre objetivo e os resultados obtidos via aprisionamentos. Nesses termos, importa considerar que “Tal operação durou somente um dia e teve o resultado anunciado pela *Folha de S. Paulo*: 172 pessoas presas [...] ‘homossexuais, prostitutas, travestis e um indivíduo com posse ilegal de arma” (p. 161). Essa acaba por confirmar as hipóteses de que a caçada aos “criminosos” havia se transformado em pretexto visando o encarceramento de pessoas LGBTs e prostitutas da região central da cidade, não ligadas necessariamente ao crime (OCANHA, 2014).

O aparato concedido pela mídia, pelas instâncias superiores da delegacia de polícia e pelo apoio popular, representado pelo abaixo-assinado e por cartas clamando por providências contra a prostituição e as travestis, acabava por legitimar as práticas violentas e arbitrárias em seus rondões que perseguiram sobremaneira o público LGBT. Tais práticas representavam políticas oficiais do estado.

Nas reflexões interpostas por Lopes (2021), infere pensar que, ancorado em autores e autoras que estudam o período em questão, no campo legislativo, nenhum dispositivo criminalizou diretamente a homossexualidade em si mesma, entretanto, a manteve intimamente associada, por uma teia discursiva que, pulverizada pelas mídias da época e pelas perseguições policiais que relacionam a homossexualidade à doença, criminalidade, perigo e a tudo o que há de ruim, terminou por fabricar argumentos e uma comoção social que apoiava o estado ditatorial no processo de dessexualização e higienização dos espaços públicos.

Por conseguinte, parte da sociedade se via representada pelo projeto moralizador e pelo propósito de dessexualizar determinados espaços públicos. O delegado José Wilson Richetti encarnava bem esses ideais e já tinha vivenciado certas experiências pautadas em coordenações repressivas na cidade de Guarulhos,



em São Paulo. Como exímio perseguidor, o delegado coordenou, entre outras atividades, operações violentas contra travestis na cidade de São Paulo que, apesar de manterem o alvo, receberam três nomes distintos, a saber: “Operação Cidade”, “Operação Limpeza” e “Operação Rondão”.

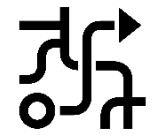
A repressão intensiva e extremamente violenta dava rápidos “resultados” com massivos aprisionamentos e muita truculência. A imprensa, ao reproduzir os discursos de Richetti, intensamente atravessados por estereótipos e pela necessidade de intervenção, a fala do delegado estrategicamente apresenta supostas soluções imediatas à questão da prostituição e da presença travesti e de outros marginalizados com os empreendimentos de ordenamento urbano.

A construção de condutas aceitáveis em contraposição àquelas passíveis de banimento pautou iniciativas que fundamentaram os padrões de normalidade e exclusão, bem como os diversos e distintos modos de interdição. Tais questões contribuíram de maneira significativa na produção de delineamentos quanto ao direito de habitar os espaços públicos e, em termos, à própria visibilidade.

Esse processo de criminalização e as incidências discursivas em vigência no período criaram no imaginário social a indissociável relação entre sexualidades dissidentes da norma, prostituição e vida noturna do variado público que “cabe” nessas dissidências ao universo das variadas ilegalidades, fazendo desses espaços lugares demasiadamente conturbados e perigosos, criando a justificativa de que a presença das forças repressivas se fazia necessária, naturalizando desse modo o emprego da violência como algo necessário.

O APARATO POLICIAL E OS APRISIONAMENTOS NA DITADURA CIVIL-MILITAR: REPRESENTAÇÕES EM DIVINAS DIVAS

Mobilizou-se, portanto, todo um aparato estatal que almejava estabelecer uma governabilidade em torno dessas sexualidades periféricamente localizadas, realizando ações conjuntas de delegacias ligadas aos costumes, jogos, repressão à vadiagem, contrabando etc., promovendo verdadeiras cassadas aos espaços de sociabilidade homossexual em grandes centros urbanos. Tais investidas visavam os espaços públicos e a manutenção do que se considerava uma saudável ordem moral e social (SILVA, 2016).



De acordo com Lopes (2021), as iniciativas de repressão que, muitas vezes, se colocavam a serviço dos interesses defendidos em torno do modelo de família tradicional, se destinavam a travestis e prostitutas que terminavam por “poluir”, dentro dessa compreensão, áreas residenciais com a prostituição de rua e toda sorte de malefícios que ela aciona, intensificados pelos discursos marginalizadores, que a todo tempo estigmatizavam esses sujeitos, produzindo concomitantemente um pânico moral que associava travestilidade, prostituição e perigo de maneira intensa e inseparável.

Apesar do protagonismo e do sucesso das artistas travestis nos teatros durante o contexto da ditadura, as travestis/transformistas vivenciavam situações contraditórias no âmbito social. A narrativa fílmica traz, em certo momento, uma conversa entre Jane Di Castro, Divina Valéria e Eloína dos Leopardos em que elas comentam sobre prisões que repetidas vezes sofreram por parte da polícia.

Nessa cena, Eloína narra o seguinte fato:

Eloína: Eu e a Rogéria, nós ficávamos rebolando embaixo do bola preta. Sempre gostei porque ali tinha uma coisa do Sodrê que tocava, amava aquilo ali. Eu ficava rebolando. Um dia a polícia chegou, prendeu elas primeiro (apontando para Brigitte e Marquesa com um prato branco descartável na mão) e quando... eu sempre fui a mais danada, eu saí voada correndo, corri, não me pegaram. Aí eu voltei e vi que elas estavam sendo todas presas.

Jane Di Castro: Você abriu o carro. Nós estávamos todas presas. Você foi lá e levantou e abriu a porta.

Eloína: Eu vi que eles estavam prendendo mas não estavam colocando aquela, aquela...

Jane Di Castro: Não tinham fechado a porta. Eu estava presa nesse dia. (risos)

Eloína: ... aquele que segura a porta. Quando saiu os quatro para ir pegar a Marfin eu vim por traz, abri a porta do carro e saiu todos os viados. (risos)

Jane Di Castro: Foi, abriu. Todos os viados. Eu corri tanto que fui para lá na praça Mauá. (risos) (LEAL, 2016, 00:26:09 - 00:26:55 min).

Contraditoriamente, o sucesso vivenciado nos palcos não se estendia para a vida em sua inteireza e portar-se no feminino nesse momento da história brasileira, era pretensamente enquadrado como crime de vadiagem. Muitas travestis, especialmente as que viviam em situação de prostituição nesse cenário, eram vítimas de planos elaborados pela polícia, que visavam expulsá-las de determinados bairros num verdadeiro processo de higiene social. Ademais, a narrativa colocada acima pelas veteranas, parece apontar para um processo em que o grande sucesso e reconhecimento ainda não havia chegado na proporção que posteriormente foi

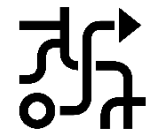


alcançado. Os risos perceptíveis na cena podem remeter à ideia de sobrevivência, mas também podem evidenciar dimensões de classe em que esses acontecimentos parcialmente “corriqueiros” narram algumas “aventuras” pautadas no encontro desses corpos com o poder.

Isso, contudo, pode divergir com as trajetórias de outras travestis, especialmente as negras e pobres que tinham a prostituição como modo principal de sobrevivência. As dimensões de raça, classe e gênero se intersectam nesse processo e tornam as violências mais intensas e nada engraçadas nesses termos. A fala de Martinha sobre os recorrentes aprisionamentos e os cortes nos braços como estratégias de subversão parece algo que não se aplica às divas do documentário, que, por suas narrativas, levam à compreensão de estarem mais protegidas pelo lugar de classe ocupado por elas.

Nessas interconexões, o estudo apurado do contexto requer o reconhecimento de que a tessitura histórica não cabe em compreensões simplistas que situa, de um lado, algozes e, de outro, vítimas passivas, numa díade opressores e oprimidos. Compreender o papel de setores conservadores da sociedade civil na vigilância dos costumes e do governo dos corpos dissidentes implica identificar os processos de incitação que esses movimentos fizeram incidir sobre a Divisão de Censura de Diversões Públicas, bem como pressões sobre o Estado clamando por ordem e por higiene social em determinadas áreas urbanas, bem como invisibilidades nos espaços públicos e midiáticos (SILVA, 2016).

Nesse sentido, o olhar parcial e localizado em torno dessas experiências de violências tipificadas sobre sujeitos que se encontram à margem das normas de gênero historicamente construídas implica lançar luz sobre as experiências cotidianas daqueles e daquelas que protagonizaram resistências a partir das dimensões de gênero e sexualidade e que se encontraram por muito tempo às margens da escrita da História. Portanto, para além dos temas que versam especificamente sobre o Golpe de 1964, a luta armada, as censuras de imprensa e a resistência democrática, isto é, lidos a partir de uma chave política, se faz necessária a compreensão sobre como corpos e vidas dissidentes da heteronormatividade eram vistos e significados nesse período de recrudescimento e autoritarismo, ou seja, como essas questões do cotidiano e da vida privada interagiam com as complexas relações entre as sexualidades e as dinâmicas de poder (SILVA, 2016).



As práticas opressivas e regulatórias da ditadura pautadas em torno da noção de moral e bons costumes operaram por meio de encarceramentos recorrentes especialmente sobre os corpos marcados e em situação de prostituição. No entanto, aspectos de gênero, raça e classe se intersectam e podem ser percebidos na narrativa abaixo. A questão da negritude torna-se um atenuante para as tipificadas violências sobre essas vidas. O depoimento⁵ de Anyky Lima⁶ destaca que a prisão era algo recorrente. Vejamos o que ela diz:

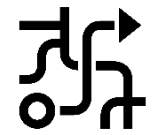
Eu fui presa muitas vezes, várias vezes. Na época da ditadura... na época da vadiagem. Se você não tinha um documento assinado você era presa à toa. Só pelo prazer de ser presa para lavar banheiro, para apanhar, sabe? Só que, quando você é branca, quando você é mais bonitinha você apanha menos do que aquela travesti negra. Eu vi várias vezes eu ser presa e policiais me tirarem de madrugada para ter relação comigo e baterem em uma travesti negra só pelo prazer.

O excerto acima dialoga com alguns importantes conceitos, como o de biopoder, de Michel Foucault (2015), compreendido como produção e regulação da vida e daquilo que é passível de ser vivido, com as elucidações de Mbembe (2018) sobre o necropoder, enquanto poder causador de morte e com as reflexões sobre abjeção, que Judith Butler (2016) também se dedicou a formular. As agressões e encarceramentos contra travestis durante a ditadura e também agora, bem como outras infinitas atrocidades que se direcionam aos corpos generificados, racializados e empobrecidos são indícios de como as políticas de morte operam e são instrumentalizadas pelo Estado.

As circunstâncias apontadas pelas personagens do documentário e também pelas narrativas de Anyky Lima, as situações de prisões arbitrárias e violências apresentam estreitas correspondências contextuais, quer sejam isoladas ou articuladas. As práticas de encarceramento e eliminação de determinados corpos remetem a perspectivas que buscam higienizar a sociedade daqueles e daquelas que

⁵ Entrevista realizada em 17/10/2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wABZUUpfTMY&list=RDCMUC2aJp1B7NRz-94ehJtM4tCw&index=3> Acesso em: 7 fev. 2023

⁶ Anyky Lima, 63 anos, costureira. Expulsa de casa aos 12 anos, a mulher trans encarou a prostituição até os 50 e enfrentou a violência da ditadura, mas, hoje, tem medo da noite. Sua idade representa quase o dobro da expectativa de vida de transexuais no Brasil, que é de apenas 35 anos. Série idealizada pelo jornalista Yuri Fernandes | IG: @yurifernands <https://www.instagram.com/yurifernands/>



“poluem” e “corrompem” a coerência e a homogeneidade com suas incongruências e insubordinações ao que se institui como normativo, e as marcas de classe e raça, nesses termos, atenuam e potencializam a abjeção, como pode ser notado no depoimento.

A evocação de manutenção da ordem pública serviu pretensamente para a tentativa de sustentação de uma desejada normatização dos espaços e visibilidades, que, orientada pelos preceitos de proteção à família, à moral e aos bons costumes, operou de forma física e discursiva na moralização das sexualidades. Ao sofrerem a detenção, essas pessoas eram submetidas a diversas humilhações e torturas balizadas pela dimensão do gênero e da sexualidade, além de extorsões para serem liberadas ou “menos” violentadas.

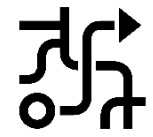
“NÓS ESTÁVAMOS TODAS PRESAS!” ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE OS ENCARCERAMENTOS POSTOS EM CENA

Os padrões de moralidade pública e as dimensões conservadoras não foram inauguradas com a ditadura brasileira. A proliferação de vozes almejando, cada uma à sua maneira, deliberar sobre as práticas não heterossexuais, advindas de perspectivas diversas, como os discursos religiosos, médico-legais, criminológicos, entre outros, que se amalgamam e se combinam, produzem efeitos diversos e tipificados na vida dessas pessoas em cada momento histórico.

Nos marcos da dimensão social e pública, trazer as travestis à visibilidade, por meio do fazer historiográfico, configura-se em um ato político e numa escrita assumidamente comprometida em desvelar as relações socialmente construídas que relegam ao campo da marginalidade, exclusão, inferioridade tanto social quanto no apagamento da memória por meio da escrita que não se faz, ou seja, invisibilidades historicamente produzidas daquilo que não se quer ver.

Com os devidos limites que certamente estabelecem particularidades de cada região no contexto em questão, as ofensivas, as práticas institucionais de opressão e violências assentadas em argumentos legalistas, as alianças estabelecidas com os suportes midiáticos, com instituições da sociedade civil organizada e com a população de modo geral não se restringem apenas ao eixo Rio de Janeiro-São Paulo.

Certamente, outras cidades vivenciaram dinâmicas semelhantes em que a articulação entre a moralização das políticas de segurança e a intensificação das

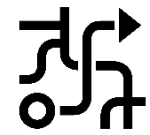


práticas repressivas vinculadas ao Estado fizeram os índices de violência tomarem proporções alarmantes. Os delineamentos das moralidades hegemônicas em cidades ao longo do país, ao conjugarem os consensos legalistas ao redor dos valores tradicionais relativos à família heteronormativa e monogâmica presumida como sagrada, tomaram limites que ainda carecem ser explorados com maior profundidade.

A conjuntura da ditadura, pautando-se, entre outros argumentos, na defesa da família normativa tradicional, cruzou de maneira bastante intensa as dimensões do gênero, da sexualidade e da política, o que fez com que essa combinação assumisse na vida cotidiana um ordenamento e uma estrutura repressiva que refletiu em conflitos violentos e intensas tentativas de regulação, especialmente daquilo que se considerava como indesejável. As estratégias de hostilidades praticadas nos grandes centros somaram-se às particularidades locais de outras cidades, fabricando cenários complexos ao serem conjugados com a cultura política e a moral locais.

Para a escrita de uma história, a partir de narrativas dissidentes, é fundamental que a história seja compreendida como fruto de disputas e processos interpretativos que, condicionados por dispositivos de poder, pode desconstruir e nobilitar as histórias sobre o período ditatorial, tão marcado pela presença masculina e pelo predomínio de temáticas que anulam as dimensões privadas e individuais, mas que dialoga com as dimensões públicas em detrimento de narrativas ligadas à uma “luta maior”. Rastrear essas narrativas, significa reconhecer que “a história passa a ser vista como um campo de possibilidades para vários sujeitos historicamente constituídos: lugar de lutas e resistências” (COLLING, 2004, p. 9).

Para tanto, o documentário em questão coloca-se como uma narrativa que estabelece asserções sobre o mundo, que seleciona, organiza os discursos, os testemunhos, os vestígios do contexto vivido em diálogo com um enunciado comprobatório. Enquanto narrativa histórica, termina por reconfigurar o tempo em intrínsecos postulados de verdade. A “intencionalidade histórica” desse gênero cinematográfico se afirma como um potente “lugar de memória”, que se fortalece por meio da oralidade de depoentes, que reforça a dimensão da experiência localizada no tempo do vivido, como um testemunho da história, estabelecendo uma ponte entre o passado histórico e a memória trazida à luz por meio do que se expõe (TOMAIM, 2013).

**REFERÊNCIAS**

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. *História: a arte de inventar o passado*. Bauru: Edusc, 2007.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. 11ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

COLLING, Ana Maria. As mulheres e a ditadura militar no Brasil. *História em revista*. v. 10, Pelotas, 2004, p. 1-10.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: A Vontade de Saber*. Rio de Janeiro, Edições Graal, 2015.

GÓES, Fred. *Teatro Rival: resistência e sensibilidade*. 1. ed. Rio de Janeiro: Língua Geral, 2018.

GUTFREIND, Cristiane Freitas. Os filmes da ditadura civil-militar brasileira e o realismo político. In: MORETTIN, Eduardo; NAPOLITANO, Marcos (Org.). *O cinema e as ditaduras militares: contextos, memórias e representações audiovisuais*. São Paulo: Intermeios/Fapesp; Porto Alegre: Famecos, 2018, p. 155-166.

LOPES, Fábio Henrique; DUARTE, M. A emergência da primeira geração de travestis no Brasil, na década de 1960. *Territórios e Fronteiras* (UFMT. Online), v. 14, p. 151-177, 2021.

LOPES, Fábio Henrique; DUARTE, M. Visibilidades da experiência trans! Corpos, idades e imagens. *SocioPoética*, v. 1, n. 17, jun./dez. 2016, p. 1-22.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. Tradução de Renata Santini. São Paulo: N-1 edições, 2018.

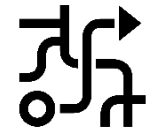
MORETTIN, Eduardo. O cinema brasileiro e os filmes históricos no regime militar: o lugar do historiador. In: MORETTIN, Eduardo; NAPOLITANO, Marcos (Org.). *O cinema e as ditaduras militares: contextos, memórias e representações audiovisuais*. São Paulo: Intermeios/Fapesp; Porto Alegre: Famecos, 2018.

NAPOLITANO, Marcos; SELIPRANDY, Fernando. O cinema e a construção da memória sobre o regime militar brasileiro: uma leitura de *Paula, a história de uma subversiva* (Francisco Ramalho Jr., 1979). In: MORETTIN, Eduardo;

NAPOLITANO, Marcos (Org.). *O cinema e as ditaduras militares: contextos, memórias e representações audiovisuais*. São Paulo: Intermeios/Fapesp; Porto Alegre: Famecos, 2018, p. 77-100.

NICHOLS, Bill. *Introdução ao documentário*. 6. ed. Campinas: Papyrus, 2016.

OCANHA, Rafael Freitas. *“Amor, feijão, abaixo camburão” - Imprensa, violência e trottoir em São Paulo (1979-1983)*. Dissertação (Mestrado em História), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2014.



OCANHA, Rafael Freitas. Repressão policial aos LGBTs em São Paulo na ditadura civil militar e a resistência dos movimentos articulados. In: GREEN, James Naylor; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa (Org.). *História do Movimento LGBT no Brasil*. São Paula: Alameda, 2018.

PERROT, Michele. Escrever uma história de mulheres: relato de uma experiência. *Cadernos Pagu* (4) 1995: p. 9-28.

QUINALHA, Renan Honório. Uma ditadura hetero-militar: notas sobre a política sexual do regime autoritário brasileiro. In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa (Org.). *História do Movimento LGBT no Brasil*. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2018. p. 15-38.

QUINALHA, Renan Honório. *Conta a moral e os bons costumes: a política sexual da ditadura brasileira (1964-1988)*. Tese (Doutorado em Relações Internacionais), Universidade de São Paulo, 2017.

SILVA, Natanael de Freitas. Ditadura civil-militar no Brasil e a ordem de gênero: masculinidade e feminilidades vigiadas. *Mosaico*, v. 7, n. 11, 2016, p. 64-83.

TOMAIM, Cássio dos Santos. O documentário e sua “intencionalidade histórica”. *DocOn-line*, n. 15, dez 2013, www.doc.ubi.pt, p. 11-31.

FONTES

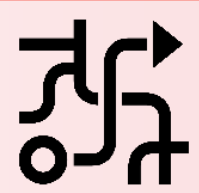
DIVINAS DIVAS. Direção de Leandra Leal. Rio de Janeiro: Daza Filmes, 2017 (109 min.).

ANYKY LIMA. LGBT+ 60: Corpos que resistem. *Colabora - Jornalismo Sustentável*. Publicado em 17 out. 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=tFa4r0CSy3k>

MARTINHA. LGBT+ 60: Corpos que resistem. *Colabora - Jornalismo Sustentável*. Publicado em 17 out. 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=zM9ATZUsOZg>

Recebido em 11/09/2023

Aprovado em 07/11/2023



COLLING, Ana Maria*

<https://orcid.org/0000-0001-5500-4517>

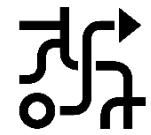
RESUMO: Este texto conta a história da prisão de Inês Etienne Romeu, presa pela Ditadura Militar brasileira como militante subversiva que defendia a democracia e a liberdade. Inês Etienne passou para a história como a brava mulher sobrevivente à Casa da Morte. Em 18 de setembro de 1971, denunciou ao país, através da OAB, e Comissão da Verdade o local da casa em Petrópolis, Rio de Janeiro, o codinome e o nome dos carcereiros e torturadores, assim como o nome de vítimas que por lá passaram. Acompanha o texto excertos do documento da Comissão de Direitos Humanos da OAB com o depoimento de Inês Etienne. Nessa luta entre a resistência e a ditadura, ela foi a vencedora, pois sobreviveu para contar sua história e a localização da casa de onde foi a única a sair viva. Na disputa de narrativas sobre a Ditadura Militar no Brasil, o depoimento dessa valente mulher presta um serviço à nossa memória.

PALAVRAS-CHAVE: Inês Etienne Romeu; Ditadura Militar; disputa pela memória.

ABSTRACT: This text tells the story of the imprisonment of Inês Etienne Romeu, arrested by the Brazilian military dictatorship as a subversive activist who defended democracy and freedom. Inês Etienne went down in history as the brave woman who survived the House of Death. On 18th September 1971, she denounced to the country, through the OAB, and to the National Truth Commission the existence of the house, and identified the aliases and names of her torturers, as well as the names of victims who had been there. This paper includes excerpts from the document from the OAB Human Rights Commission with the testimony of Inês Etienne. In her fight against the dictatorship, she was the winner since she survived to tell her story and the location of the house from where she was the only one to come out alive. In the dispute over narratives about the military dictatorship in Brazil, the testimony of this brave woman provides a service to our memory.

KEYWORDS: Inês Etienne Romeu; military dictatorship; dispute over memory.

* Professora no PPG de História da UFGD (Universidade Federal da Grande Dourados). Pesquisadora da UNESCO junto à Cátedra Diversidade Cultural, Gênero e Fronteiras. Especialista em História das Mulheres, Relações de Gênero e Sexualidades. E-mail: acolling21@yahoo.com.br



INTRODUÇÃO

Muitas mulheres e homens de nosso país contribuíram para que os atos da Ditadura Militar, que matou, torturou, perseguiu tantos e tantas, não fossem esquecidos. Diferentemente da Argentina, que colocou nos bancos dos réus seus algozes, aqui no Brasil foram anistiados torturados e torturadores. Talvez tenha sido esse o motivo de por ocasião da votação do impeachment de Dilma Roussef, primeira presidenta de nossa história, um deputado ter dedicado seu voto à Brilhante Ustra, seu torturador¹: “O pavor de Dilma Roussef”, disse ele. Tristemente, esse mesmo deputado foi eleito presidente do país, cercado-se de centenas de militares e sendo o responsável pelo atraso em todos os setores que privilegiavam a sociedade brasileira. A admiração pública por “Tibiriçá” é uma consequência, certamente, da anistia aos torturadores.

Mas o mais impactante nesse caso foi que, ao assistirmos à votação do impeachment, e posteriormente às cenas gravadas desse que se caracterizou como mais um golpe na história do Brasil, foi a “paisagem” ao redor do deputado. Nenhuma surpresa nos rostos dos que cercavam o microfone, nenhuma crítica, já anunciando a tragédia do que aconteceria nos anos seguintes.

Esse fato, dentre tantos outros, demonstra a nossa tarefa como historiadores/as em traduzir a história do tempo presente, para não sermos negativamente surpreendidos em atos como os de 8 de janeiro do corrente ano. Pintados de verde e amarelo, como se fosse um passeio no parque, homens e mulheres “de bem” reivindicando uma intervenção militar no país.

DEFESA DA LIBERDADE E DEMOCRACIA

Entre tantos homens e mulheres, defensores da liberdade e da democracia, que sacrificavam suas vidas pela sua luta e criticavam Ditadura Militar, destaco, admiro e reverencio a brava mulher que teve a coragem e a importância na defesa da memória – Inês Etienne Romeu. Não foi por acaso que em 2009 recebeu o Prêmio de Direitos Humanos na categoria Direito à Memória e à Verdade.

¹ Brilhante Ustra foi um dos mais famosos torturadores brasileiros durante a Ditadura Militar. Conhecido pelo apelido de Doutor Tibiriçá, atuava no DOI-Codi do II Exército. Gaúcho, era coronel e morreu em Brasília aos 83 anos em 2015. Nunca pagou pelos seus crimes.



Inês Etienne Romeu foi a última presa política a ser libertada no Brasil, morreu no dia 27 de abril de 2015, aos 72 anos, em sua casa, em Niterói/RJ. Morreu em paz, já que viva não superou os traumas físicos e psicológicos herdados da tortura efetuada pela Ditadura Militar brasileira. Mineira de Pouso Alegre, aluna da Universidade Federal de Minas Gerais e bancária, como muitas jovens brasileiras, engajou-se em partidos revolucionários lutando pela redemocratização do Brasil. Fez parte da POLOP (Organização Revolucionária Marxista de Política Operária) e da VPR (Vanguarda Popular Revolucionária).

Em 1971 foi presa em São Paulo por Sérgio Paranhos Fleury,² sob a acusação de ter participado do sequestro do embaixador suíço, Giovanni Enrico Bucher, meses antes, no Rio de Janeiro, numa operação da VPR comandada por Carlos Lamarca. Depois de ser torturada, espancada e pendurada em pau de arara, disse aos torturadores que havia marcado um encontro com companheiros no Rio de Janeiro. Inês Etienne tinha 29 anos.

Ávidos por caçar qualquer opositor ao regime, levaram Inês e, ao chegar ao local determinado, Bairro Cascadura, seus algozes deram-se conta de terem sido ludibriados pela jovem militante que se jogou sob as rodas de um ônibus. Não morreu. Após ser tratada, foi levada, em maio de 1971, para uma casa em Petrópolis/RJ, de propriedade de um alemão chamado Mário Ladders.³ Ali começa sua história de terror. Não somente sua, mas de tantos jovens que não sobreviveram às torturas perpetradas por algozes na casa de Petrópolis, mantida pelo CIE (Centro de Informações do Exército).

Inês Etienne Romeu foi a única sobrevivente da Casa da Morte. Quem lá entrou, não saiu com vida, com exceção de Inês, que viveu para acertar contas com a injustiça e o terror. Permaneceu na Casa da Morte por 96 dias, sob tortura física e psicológica, choques elétricos, espancamentos e vários estupros. De tantas

²Sérgio Paranhos Fleury foi um [policial](#) que atuou como [delegado](#) do DOPS de [São Paulo](#). Ficou conhecido por sua atuação violenta e foi acusado de [tortura](#) e [homicídio](#) de inúmeras pessoas pelo [Ministério Público](#), mas morreu afogado em sua lancha no dia 1º de maio de 1979, antes de ser julgado. Seu corpo foi sepultado sem ter sido [necropsiado](#), o que gerou comentários de que ele teria sido assassinado como "queima de arquivo" pelos seus antigos colaboradores da ditadura. Entre as diversas homenagens que recebeu, consta, ironicamente, a Medalha de Pacificador.

³ Mário Ladders, o alemão proprietário do sobrado conhecido como Casa da Morte. Este imóvel teria sido um local de espionagem nazista durante a 2ª guerra mundial.



bofetadas, seu rosto ficou irreconhecível. Tentou se matar várias vezes, como forma de se livrar dos sofrimentos e das humilhações.

A história da Ditadura Militar no Brasil transformou-se numa disputa pela memória, portanto uma disputa pela história. Inês Etienne Romeu merece nosso respeito e admiração porque fez de sua dor uma luta pelos direitos humanos. Em respeito pela sua coragem, pela memória e pela contribuição com a história, precisamos contá-la e reverenciá-la.

MULHERES E DITADURA

Inês Etienne foi uma das tantas mulheres que combateu a Ditadura Militar. A humilhação das mulheres ditas “subversivas”, tratadas como “putas comunistas” pelos seus algozes, foi uma característica dos torturadores pelo Brasil afora (Cf. COLLING, 2016). Inês, em suas memórias, relata que além dos estupros, era obrigada a cozinhar nua, sendo humilhada pelos carcereiros, como narra a seguir:

Colocavam-me completamente nua, de madrugada, no cimento molhado, quando a temperatura era baixíssima. Petrópolis é intensamente fria na época que lá estive (8 de maio a 11 de agosto). (Ordem dos Advogados do Brasil, ROMEU, 1971, p. 14)

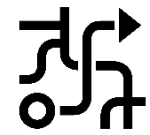
A humilhação pela nudez feminina foi uma constante, como pude atestar nas entrevistas que realizei com mulheres militantes presas pela ditadura militar, como podemos observar:

Cada vez que estava na cela de tortura eles tiravam a minha roupa. Eu também não sei mais se tiravam a roupa toda vez que eu estava na cela ou se eu já ficava sem roupa. (COLLING, 1997, p. 78).

Ou como relatou a outra:

É no teu corpo que eles vão agir, e uma das primeiras coisas que eles fazem é te encapuzar. Eles te encapuzam e tiram toda a roupa. A cena é terrível, não há o menor contato físico. Tu estás encapuzada, pelada, rodeada de homens no silêncio. Eles não falam contigo, fazem alguns ruídos para saberes que estão ali. (...) Isto é um horror que não tem imaginação que possa alcançar, tu terminas assim em posição fetal, porque tu comesças a te tapar, não tem nem o que apar, tu não sabes o que eles estão olhando, tu queres te tapar toda e aí tu vais te encolhendo, te encolhendo, vira um feto. (COLLING, 1997, p. 83).

Ou uma terceira,



Minha irmã foi presa e torturada na vagina, nos seios, na frente de meu irmão. Ela teve sérios problemas na coluna, por causa das torturas, do choque elétrico, do pau de arara. Ela não gosta de comentar, porque ficou muito marcada. (COLLING, 1997, p. 89).

Em agosto de 1971, acreditando que atuaria como infiltrada na VPR, Inês foi entregue a uma irmã, pesando apenas 32 quilos, mas com a memória lúcida e disposta a denunciar o seu sofrimento e a serenar o sofrimento de familiares que buscavam seus desaparecidos que passaram pela Casa da Morte.

Após esse episódio, para mantê-la viva, seus advogados decidiram pela prisão de Inês, que foi encaminhada ao Presídio Talavera Bruce. Condenada à prisão perpétua (figura jurídica possível na ditadura), foi libertada somente em 1979 pela Lei de Anistia. Dois anos depois, em 1981, Inês localizou a casa onde torturavam, estupravam e matavam militantes de esquerda, em sua grande maioria muito jovens.

Graças à memória e à coragem de Inês, vários torturadores foram identificados, assim como a atuação do médico Amilcar Lobo⁴, responsável por manter os prisioneiros vivos.

Em 2003, como se não bastassem todos os sofrimentos que havia passado na Casa do Terror, Inês sofreu uma agressão dentro de sua casa e foi internada com traumatismo cranioencefálico que comprometeu sua capacidade de falar e andar. Até hoje o agressor não foi identificado e a polícia registrou o caso como “acidente doméstico”. Afinal, Inês Ettiene era uma memória viva.

Ainda hoje, o silêncio é regra nesse período negro da história do Brasil. O torturador Paulo Malhães,⁵ o “Doutor Pablo”, idealizador dos porões da Casa da Morte, quebrou o silêncio sobre o assunto, depondo na Comissão Nacional da Verdade. Relatou que:

⁴ Amilcar Lobo, codinome Cr. Cordeiro, ficou conhecido após a abertura democrática como o médico que era levado por militares aos centros de tortura para garantir que os presos torturados ainda tivessem condições de aguentar maiores suplícios.

⁵ Paulo Malhães, [tenente-coronel](#) reformado do [Exército Brasileiro](#), torturador e assassino confesso de presos políticos durante a Ditadura Militar. Gerenciava a Casa da Morte. Em 25 de abril de 2014, um mês após ter prestado depoimento de seu envolvimento em sessões de tortura à [Comissão Nacional da Verdade](#), Malhães foi encontrado morto em sua casa em [Nova Iguaçu](#). Foram encontradas marcas de asfixia em seu rosto e pescoço. Assim como Fleury, suspeita-se de queima de arquivo.



(...) para *virar* alguém tinha que destruir convicções sobre comunismo. Claro que a gente dava sustos, e o susto era sempre a morte. A casa de Petrópolis era para isso. Uma casa de conveniência, como agente chamava. (Comissão Nacional da Verdade. MALHÃES, 25/032014. Arquivo completo)

Segundo Malhães, o espaço tinha que ter jeito de casa comum, onde até festas eram organizadas para disfarçar o aparelho de tortura. “Nós queríamos que o lugar fosse tranquilo, que fosse calmo. E a casa de Petrópolis era o ideal”. (CNV, MALHÃES, 25/032014. Arquivo completo). Segundo ele, a libertação de Inês foi um erro dos agentes que acreditaram que ela havia se tornado uma delatora, que aceitara a condição de infiltrada.

O depoimento de Malhães à Comissão da Verdade foi dado em fevereiro e março de 2014 e, no dia 25 de abril de 2014, foi encontrado morto em seu sítio em Nova Iguaçu, Rio de Janeiro.

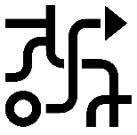
DOCUMENTOS APRESENTADOS POR INÊS ETIENNE À OAB

O testemunho de Inês Ettiene Romeu sobre a Casa da Morte foi entregue em 1979, uma semana após ter sido libertada de seus oito anos de prisão, a Eduardo Seabra Fagundes, presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, (OAB, 1980), e na presença de Barbosa Lima Sobrinho, presidente da ABI, e Augusto Pereira, presidente do Conselho Secional da Ordem dos Advogados do Rio de Janeiro. Também estava presente Maria Celina Romeu Cialdini, irmã de Inês.

Após se apresentar, entregou ao Presidente os seguintes documentos:⁶

- 1) Relatório escrito por ela em 18/09/1971, quando internada na Casa de Saúde Santa Maria em Belo Horizonte, no qual se acham expostas as circunstâncias de sua prisão e o tratamento recebido enquanto permanecia encarcerada até o seu internamento;
- 2) Atestado passado pela Casa de Saúde Santa Maria, consignando o período de seu internamento;
- 3) Carta de seus pais, datada de 09/09/1971, dirigida ao General Sylvio Frota, então comandante do 1º Exército, solicitando a entrega do corpo de sua filha,

⁶Seis documentos que continham as informações sobre o período em que esteve presa: as sevícias a que foi submetida, as tentativas de suicídio, o codinome dos torturadores, o nome dos militantes que por lá passaram e morreram, e um número de telefone.



referida Inês, em face de notícia de seu falecimento em poder de autoridades militares;

- 4) Certidão da 3ª Auditoria do Exército, Primeira Circunscrição Judiciária Militar, datada de 11/01/1969, na qual consta como data inicial de sua prisão o dia 5 de maio de 1971;
- 5) Carta escrita por ela dirigida ao advogado Augusto Sussekind de Moraes Rêgo, em 03/10/1971, relatando falecimentos, digo, padecimentos suportados em sua prisão;
- 6) Cartão datado de 09/08/1971, dirigido pelo General Everaldo José da Silva ao General Sylvio Frota, solicitando providências para que opai de Inês pudesse localizar a filha, acompanhado de xerocópia do respectivo envelope.

Perguntada, respondeu mais o seguinte:

(...) que a sua prisão foi legalizada no dia 07/11/1971 por ato do então Ministro da Guerra, General Orlando Geisel; que a partir dessa data, a depoente não foi mais torturada embora tenha recebido ameaças no quartel do Batalhão de Guardas, em São Cristóvão, onde permaneceu presa, com a recomendação de que não deveria denunciar as violências sofridas, ou os fatos presenciados; que foi conduzida para o Quartel de Comunicações da Pampulha, em Belo Horizonte, de onde foi transferida, no dia seguinte, em avião da FAB para o Rio de Janeiro, sendo recolhida ao Batalhão de Guardas de São Cristóvão; que, quatro meses depois, foi transferida para a Vila Militar onde permaneceu presa em vários quartéis, até fevereiro de 1973, quando foi transferida para ao Sistema Penitenciário do Estado, onde permaneceu até 29 de agosto de 1979, quando foi libertada, após haver cumprido, integralmente, a pena; que, enquanto se achava hospitalizada, seu advogado, Augusto Sussekind de Moraes Rego, pleiteou perante a Terceira Auditoria do Exército, a oficialização de sua prisão, a fim de que a mesma perdesse o caráter de clandestinidade que a intranquilizava, mas que isso não foi obtido. (Ordem dos Advogados do Brasil, 1971, pp. 4-5)⁷.

DEPOIMENTO DE INÊS ETTIENE ROMEU

Meus carrascos afirmaram que “me suicidariam” na prisão, caso eu revelasse os fatos que ouvi, vi e que me contaram durante os três anos de minha prisão, pois reconhecem que “sei demais”.(Carta a Augusto Sussekin de Moraes Rego, ROMEU, 03/10/1971, p. 6)

Fui presa no dia cinco de maio de mil novecentos e setenta e um, em São Paulo, na Avenida Santo Amaro, entre os números 4 mil e 4 mil e duzentos, às nove

⁷A saber, todos os documentos citados são apresentados em reprodução xerográfica ou datilográfica.



horas da manhã, por agentes comandados pelo Delegado Sérgio Paranhos Fleury. Estava em companhia de um velho camponês, de codinome “Primo”, com quem tinha encontro marcado desde abril. Assistiu impassível a minha prisão, sem ser molestado. Levada para o DOPS, iniciou-se o interrogatório. O camponês, que era da região de Imperatriz, já havia denunciado um encontro marcado entre ele e José Raimundo da Costa, ao qual compareceria também Palhano, ex-líder dos bancários do Rio de Janeiro, para o dia seguinte. Confirmei a informação e disse que desde o dia 1º de março deste ano estava desligada do movimento e que me preparava para deixar o país. Em seguida, fui levada à sala de torturas, onde me colocaram no “pau de arara” e me espancaram barbaramente. Foram-me aplicados choques elétricos na cabeça, pés e mãos. Queriam conhecer o meu endereço na Guanabara, mas consegui, apesar de tudo, ocultá-lo, para proteger uma pessoa que lá se encontrava. Para evitar a continuação da tortura, mencionei ter um encontro no dia seguinte, no Rio de Janeiro, às 12 horas na Cascadura. Era minha intenção suicidar-me tão logo chegasse ao local, pois a perspectiva da continuação da tortura me aterrorizava. À tarde deste mesmo dia fui levada para o Rio de Janeiro, de automóvel. Chegamos por volta das 21h, parando, inicialmente, em frente ao Ministério da Guerra, na Av. Presidente Vargas, quando, do carro, desceu um indivíduo que se dirigiu ao interior do Ministério, pela entrada destinada aos carros e, de lá, regressou na companhia de um outro, à paisana, que se incorporou ao grupo. Seguimos, então, para uma delegacia situada na Av. Suburbana, próxima ao Largo dos Pilares, onde fui colocada numa cela. Meia hora depois, levaram-me para fazer o reconhecimento do local do “encontro”. Eu havia dito que teria que andar uns 300 metros, atravessando, inclusive, o Viaduto de Cascadura. Retornei à delegacia onde passei a noite, ouvindo gritos e espancamentos de presos comuns que lá se encontravam. No dia seguinte, 6 de maio, ao me aprontar para o “encontro”, fizeram-me calçar meias para ocultar as marcas do espancamento, bem visíveis, em minhas pernas. Às 12 horas fui para o local e atirei-me sob as rodas de um ônibus. Semiconsciente, fui levada pelos policiais para o Hospital da Vila Militar, onde recebi transfusão de sangue. Quase imediatamente, fui transferida para o Hospital Carlos Chagas por duas enfermeiras e dois médicos jovens. Ao ser feita a ficha de entrada, disse o meu nome e declinei minha condição de presa política. Fui desmentida por um policial que disse ser meu parente e que me chamava Maristela de Castro, fornecendo, inclusive, minha filiação. Neste hospital permaneci somente o tempo necessário aos primeiros socorros (sutura etc.). Logo fui transportada para o Hospital Central do Exército onde tiraram radiografias de minha bacia, constatando-se não haver fraturas e que os ferimentos que tinha no corpo, queimaduras de terceiro grau, foram consequência de ter sido arrastada pelas rodas traseiras do ônibus. Quando do preenchimento da ficha no H.C.E., forneci meu nome verdadeiro, filiação, idade etc., novamente declinando minha condição de presa política e as circunstâncias do acidente. Após medicada, informaram-me que eu teria alta em cinco dias. Na mesma noite, isto é, no dia seis, os agentes invadiram meu quarto e tentaram me interrogar, sendo impedidos pelo médico que me assistia. Dialogaram asperamente e um dos agentes disse aos berros que “estávamos em guerra” e que não poderia haver obstáculos legais para o que faziam. (...) No dia sete de maio fui visitada, em horários alternados, pelo Diretor do H.C.E, por um psiquiatra e por um Capitão do Exército, que queriam saber sobre minha saúde. No dia seguinte, entre 8 e 9 horas, retiraram-me à força do hospital e jogaram-me numa caminhonete C-14 que estava estacionada no pátio do hospital. Deitada e com os olhos vendados, fui conduzida para uma casa que, com o decorrer do tempo, descobri situar-se em Petrópolis, e cujo telefone é quatro mil e noventa (creio ser uma extensão do telefone do

vizinho, ao que parece o locador da casa; diariamente, este indivíduo a quem os agentes chamavam Mário, visitava o local e mantinha relações cordiais com os seus moradores. Mário é estrangeiro – possivelmente um alemão – e vive em companhia de uma irmã. Possui um cão dinamarquês, cujo nome é Kill; embora não participe pessoalmente das atividades e das atrocidades cometidas naquele local, tem delas pleno conhecimento. Seu nome é Mário Ladders, telefones e endereços atuais: 423254 e 426119 – Rua Arthur Barbosa 120 e 668^a – Petrópolis, Rio de Janeiro.

Ainda durante a viagem iniciou-se o interrogatório. Recebi todo o tipo de ameaças, inclusive a de que estavam me reservando o mesmo tipo de tratamento dado pelo Esquadrão da Morte. Eu estava traumatizada e sentia dores fortíssimas em decorrência do atropelamento, além de um profundo sentimento de frustração por não ter morrido, temia não suportar as torturas.

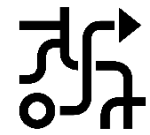
Chegando ao local, uma casa de fino acabamento, fui colocada numa cama de campanha, cuja roupa estava marcada com as iniciais C.I.E (Centro de Informação do Exército), onde o interrogatório continuou, sob a direção de um elemento que me torturara em São Paulo. (...) O agente paulista retirou-se dizendo: “ela está entregue a vocês”. Imediatamente “Dr. Cesar” (codinome) passou a chutar minha perna machucada, sendo contido por outro elemento. Talvez, porque eu me achasse em precário estado de saúde. Meus carcereiros, conheci-os por codinomes, posso reconhecê-los.⁸

Até o fim de maio fiquei acamada, sem condições sequer de levantar-me, pois sentia tremendas dores, sofrendo interrogatório, mas sem coação física. (...) Maio findo, houve uma radical mudança de comportamento: passaram a achar que eu mentia sobre o que lhes havia dito e, em consequência, torturaram-me quase que ininterruptamente. Quando não me submetiam a torturas físicas, destroçavam-me mentalmente. Nesta ocasião, aplicaram-me na veia uma droga qualquer, dizendo ser o soro da verdade. Senti o corpo entorpecido e não consegui manter os olhos abertos, mas a mente permanecia lúcida.

Dr. Roberto,⁹ um dos mais brutais torturadores, arrastou-me pelo chão, segurando-me pelos cabelos. Depois tentou estrangular-me e só me largou quando perdi os sentidos. Esbofetearam-me e deram-me pancadas na cabeça. Colocavam-me completamente nua, de madrugada, no cimento molhado, quando a temperatura estava baixíssima. Fui várias vezes espancada e levava choques elétricos na cabeça, nos pés, nas mãos e nos seios. Nesta época, Dr. Roberto me disse que eles não queriam mais informação alguma, estavam praticando o mais puro sadismo, pois eu já fora condenada à morte, e que ele, Dr. Roberto, decidira que ela seria a mais lenta e cruel possível, tal o ódio que sentia pelos “terroristas”. (...) Alguns dias após submetida a verdadeiro horror, apareceu o Dr. Teixeira, oferecendo-me uma saída “humana”: o suicídio. (...) Aceitei e pedi um revólver pois já não suportava mais, entretanto, Dr. Teixeira queria que o meu suicídio fosse público. Propôs-me então que eu me atirasse debaixo de um ônibus como já fizera. (...) Por não ter me matado, fui violentamente castigada: uma semana de choques elétricos, banhos gelados de madrugada, “telefones”, palmatórias. Espancaram-me no rosto, até ficar desfigurada. A qualquer hora do dia e da noite sofria agressões físicas e morais. “Márcio” invadia minha cela para “examinar” meu ânus e verificar se “Camarão” havia praticado sodomia comigo. Este mesmo “Márcio” obrigou-me a segurar seu pênis enquanto se contorcía obscenamente. Durante este período fui estuprada duas vezes por Camarão e era

⁸O depoimento de Inês aponta o nome de 20 homens, com informações sobre cada um deles, seus codinomes, e muitos com seus nomes verdadeiros.

⁹ Na relação dos carcereiros, Inês identifica-o como o Capitão Freddie Perdigão Pereira.



obrigada a limpar a cozinha completamente nua, ouvindo gracejos e obscenidades, os mais grosseiros.

Em 19 ou 20 de julho terminou esta fase de torturas. Dr. Pepe comunicou-me que haviam chegado a uma decisão a meu respeito: eu deveria tornar-me agente da repressão e infiltrar-me em minha organização. Fingi aceitar pois eu precisava quebrar a minha incomunicabilidade. Estava literalmente reduzida a um verme. O tratamento que me foi dispensado foi o mais cruel e o mais desumano.

Ponderei ainda que não tinha condições de me infiltrar na organização pois esta estava liquidada e que não tinha sentido uma infiltração no nada. Respondeu-me que havia ainda algumas pessoas e que outras viriam do exterior. Inicia-se, então, o processo de minha recuperação física e psicológica.

Dr. Carneiro, o médico, voltou a examinar-me, pois chegaram a supor que eu estava tuberculosa, tal o meu estado de fraqueza. (...) Em meados de julho, na fase mais crítica das torturas, tentei novamente o suicídio, cortando o pulso esquerdo com um pedaço de ferro arrancado da cama de campanha, mas o material não era suficientemente cortante e levei bastante tempo para perfurar o pulso, mas não consegui atingir a veia principal.

Nesta fase, reforçaram minha alimentação, deram-me roupas limpas e inclusive um par de óculos. (...) Neste contrato constava uma cláusula segundo a qual, se eu não cumprisse o combinado, minha irmã, Lúcia Etienne Romeu, seria presa, pois eu mesma, sua própria irmã, a acusava de estar ligada a grupos subversivos. (...) Obrigaram-me também a gravar um *tape* em que me declaro agente remunerada do governo, e filmaram-me contando notas de dez cruzeiros, quando lia o meu “contrato de trabalho”. (...) Filmaram-me de calça e sutiã para mostrar que as marcas de meu corpo eram consequência do atropelamento. (...) Terminada esta fase, combinou-se minha vinda para Belo Horizonte, onde deveria dar à família a versão de que, presa em São Paulo pelo Delegado Fleury e tentado o suicídio no Rio de Janeiro, conseguira burlar a vigilância do H.C.E de onde telefonara para uma amiga que me tirara de lá, escondendo-me em um sítio onde permanecera até a recuperação total dos ferimentos. (...) O vídeo-tape foi gravado no dia 4 de agosto. De posse de todos os documentos que me foram arrancados debaixo de tortura física e mental – mas nos quais não traí nem comprometi quem porventura pudesse ser por mim traído ou comprometido. (...) Para evitar que eu localizasse a casa onde eu me encontrava, rodávamos de carro durante umas 4 horas (eu com os olhos vendados). Seria então deixada em um lugar qualquer, teria que andar uns 200m a pé e então entraria novamente em um segundo carro, que me levaria a um hotel no Rio de Janeiro, ao Catete. Depois disso, um terceiro carro me buscaria, me conduziria à rodoviária, já com passagens compradas para Belo Horizonte. Eu tomaria o ônibus, no qual viajariam elementos dos órgãos de segurança do governo, desconhecidos para mim, a fim de me vigiarem. Chegaria a Belo Horizonte, procuraria minha família e contaria a história por eles descrita.

Por conversas ouvidas na madrugada, pressenti que se tramava uma cilada que culminaria com minha morte. (...) Diante de tudo isto e para não colaborar com a farsa de uma “morte acidental”, cortei os pulsos (na madrugada de domingo para segunda-feira, 9 de agosto). (...) Fui medicada pelo Dr. Carneiro, que me fez uma transfusão de sangue e suturas. Laicato perdeu o controle e disse: “sua comunista filha da puta, eu sabia que não podíamos confiar em vocês”. Dr. Bruno fez o seguinte comentário: “você quase destrói o trabalho de anos”.

Durante o tempo de meu cativeiro, tentei o suicídio quatro vezes, três das quais já descrevi. Na outra, engoli certa quantidade de vidro moído, obtido pelo tritramento de ampolas de injeção. Apesar de todas estas tentativas, quero esclarecer que não sou e que nunca fui uma suicida em potencial e que somente

em virtude do que me fizeram, do tratamento desumano e cruel a que fui submetida, é que quatro vezes tentei me matar.

Na quarta-feira, 11 de agosto, fui informada de que seria trazida para Belo Horizonte, documentada com uma carteira de identidade falsa, fornecida por eles, com o nome de Maristela de Castro. Dr. Pepe, Zé Gomes e outro desconhecido trouxeram-me numa Perua Veraneio, 1971, azul escuro e deixaram-me na porta da casa de minha irmã, aproximadamente às 21 h. Dr. Pepe preveniu-me para que eu não me entregasse a nenhuma autoridade pois se eu fosse presa, ele me “suicidaria” na prisão.

Após minha chegada, minha irmã imediatamente comunicou-se com os órgãos de segurança, solicitando a presença do Major Boffa, do S.N.I., demais membros da minha família e amigos. Foi providenciada, em seguida, a vinda de um médico e do advogado Iberê Bandeira de Melo. Fui conduzida para a Clínica Pinel, onde permaneci 5 dias e de lá fui transferida para a Casa de Saúde Santa Maria, onde me encontro até hoje, em tratamento. Cheguei a Belo Horizonte com 20 quilos a menos de meu peso normal, traumatizada, sem condições psíquicas(...). Mas eu tinha medo: não entendia o porquê de minha vinda, nem a razão de minha liberdade.

Finalmente, no dia 16 de setembro as coisas se aclararam. Recebi a visita do Dr. Pepe que se apresentou no hospital como Dr. Pedro Batista. (...) Ao se retirar, disse-me: “tudo o que combinamos está de pé, você terá de trabalhar para nós”. No dia seguinte Dr. Pepe voltou com Dr. Bruno e me disseram, em resumo, o seguinte: querem que eu vá para o Rio, para um convento (com exceção do das dominicanas) onde, semanalmente, receberei a visita de um deles, a fim de ser “recuperada”, ou melhor, para que eu me torne um agente do governo. Teria a obrigação de entregar os remanescentes da VPR. (...) Ameaçaram-me de morte ou de condenação para o resto da vida, nas prisões. Como se o que passei não representasse a pena mais cruel que qualquer crime pudesse jamais acarretar.¹⁰

ANEXO¹¹

Durante o meu cativeiro, presenciei os seguintes fatos:

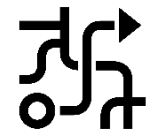
1) Quando fui levada para a casa de Petrópolis, lá se encontrava o camponês nordestino, Mariano Joaquim da Silva, cognominado Loyola. (...) Dr. Teixeira disse-me, em princípio de julho, que Mariano fora executado porque pertencia ao Comando da VAR-Palmares, sendo considerado irrecuperável pelos agentes do governo;

2) Dr. Pepe confirmou-me que seu grupo “executara” Carlos Alberto Soares de Freitas. (...) Disse-me que seu grupo não se interessa em ter líderes presos e que todos os “cabeças” seriam sumariamente mortos, após interrogatório. Contou ainda que Marilena Vilas Boas Pinto estivera também naquela casa e que fora, como Carlos Alberto Soares, condenada à morte e executada;

3) Aluisio Palhano, ex-líder dos bancários do Rio de Janeiro, preso em 6 de maio de 1971, foi conduzido para aquela casa no dia 13 onde ficou até o dia seguinte. Não o vi pessoalmente, mas Mariano Joaquim da Silva contou-me que presenciou

¹⁰ Ordem dos Advogados do Brasil, Belo Horizonte, 18 de setembro de 1971, p. 08-20. Inês Etienne Romeu.

¹¹ Este Anexo é um complemento do documento da Ordem dos Advogados do Brasil (Comissão Direitos Humanos) páginas 21 a 23., assinado por Inês Etienne Romeu.



sua chegada, dizendo-me que seu estado físico era deplorável. Ouvi, contudo, sua voz várias vezes quando interrogado. Perguntei ao Dr. Pepe sobre ele, que me respondeu: “ele sumiu”;

4) Dr. Guilherme disse-me antes do dia 15 de maio, que iriam prender Ivan Mota Dias nesta data. Posteriormente, contou-me que Ivan havia sido executado por eles;

5) No mês de julho, estiveram na casa dois militantes da VPR e um da ALN. O primeiro penso ser Walter Ribeiro Novais, ex-salvavidas de Copacabana. Márcio me contou que o mataram. (...) Houve uma ruídos comemoração, em virtude de sua morte. O segundo é uma moça que acredito ser Heleni Guariba. Foi barbaramente torturada durante 3 dias, inclusive com choques elétricos na vagina. O terceiro é Paulo de Tarso Celestino da Silva, que foi torturado durante 48 horas por Dr. Roberto, Laecato, Dr. Guilherme, Dr. Teixeira, Zé Gomes e Camarão. (...) Durante muitas horas eu o ouvi suplicando por um pouco d’água;

6) No dia 4 de agosto, Laurindo chegou à casa e comunicou ao Dr. Bruno e Dr. César que José Raimundo da Costa havia sido preso numa barreira. (...) No interrogatório disse que não sabia onde estava Lamarca e, se o soubesse, não diria. Foi morto 24 horas depois de sua prisão, num “tiroteio” na Av. Suburbana, no Rio de Janeiro;

7) No mês de maio, soube por Camarão que Anselmo havia sido preso. Em fins de junho, Dr. Teixeira disse-me que ele estava solto e trabalhando para os órgãos do governo, como infiltração nas organizações. Fizeram-me perguntas sobre fatos de que apenas o Cabo Anselmo tinha conhecimento;

8) No mês de maio, soube por Camarão que Anselmo havia sido preso. Em fins de junho, Dr. Teixeira disse-me que ele estava solto e trabalhando para os órgãos do governo, como infiltração nas organizações. Fizeram-me perguntas sobre fatos de que apenas o Cabo Anselmo tinha conhecimento;

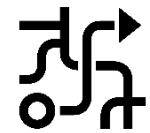
9) Na ausência de oficiais, a casa foi muitas vezes visitada por prostitutas, quando eram realizadas “festas”, das quais participavam Perdal, Camarão, Raul, Marcelo e Alan.¹²

CONCLUSÃO

Em 1989, o jurista Fábio Konder Comparatodisse à Inês Etienne que não receberia indenização por causa da prescrição. Etienne respondeu:

Professor, eu não quero um tostão de indenização. Esse dinheiro de indenização vem do povo e a grande vítima é o povo. (...) O que eu quero é que a justiça de meu país reconheça oficialmente que eu fui sequestrada, mantida em cárcere privado, estuprada três vezes por agentes públicos federais pagos com o dinheiro do povo brasileiro (COMPARATO, Comissão Nacional da Verdade. Volume 3 Dezembro/2014.p. 533)

¹² Ordem dos Advogados do Brasil, ANEXO, Belo Horizonte, 18 de setembro de 1971, pp. 21-23. Inês Etienne Romeu.



Inês Etienne Romeu merece nosso respeito e admiração, porque fez de sua dor uma luta pelos direitos humanos. Respeito pela sua coragem, pela memória e pela contribuição à história de nosso país.

A história da ditadura militar no Brasil ainda está para ser contada e transformou-se numa disputa pela memória, portanto uma disputa pela história. Torturados e torturadores ainda estão vivos, convivendo em espaços políticos, demonstrando a dívida que o Brasil possui pela sua história recente.

É importante escrevermos essa história com todos os detalhes para que ao vermos pessoas pedindo o retorno dos militares ao poder saibamos o que estão pedindo. Na disputa pela memória, Inês Etienne Romeu foi vencedora. Obrigada!

REFERÊNCIAS

COLLING, Ana Maria..*A resistência da mulher à Ditadura Militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.

_____. A Ditadura Militar e o corpo feminino. In: *Faces e Interfaces da violência de gênero*. Goiânia: Editora da UFG, 2016.

COMPARATO, Fábio, Konder. *Relato à Comissão Nacional da Verdade*. Volume 3. Dezembro de 2014.

MALHÃES, Paulo. *Depoimento completo à Comissão Nacional da Verdade*. 25/03/2014.

OAB. *Ordem dos Advogados do Brasil*. Conselho federal. Comissão de Direitos Humanos. Processo nº F-CDB -017/80. Assunto Tortura praticada pela Polícia Civil. Inês Etienne Romeu. MJ 007252/81.

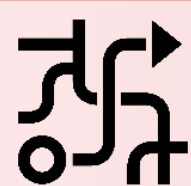
ROMEU, Inês Etienne, *Carta à Augusto Sussekind de Moraes Rego*. Belo Horizonte, 03/10/1971.

_____. *Relatório*. Belo Horizonte, 18/09/1971.

_____. *Anexo*, Belo Horizonte, 18/09/1971.

Recebido em 20/09/2023

Aprovado em 05/12/2023



BORGES, Ítalo Nelli*

<https://orcid.org/0000-0003-4546-7889>

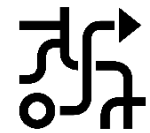
RESUMO: O Serviço de Censura e Diversões Públicas foi um importante órgão da burocracia estatal da ditadura civil-militar brasileira exercendo censura prévia de obras artísticas podendo vetar ou liberar sua exibição e execução. O artigo a seguir identifica, analisa e problematiza, nos termos da recepção cinematográfica, oito pareceres de censura dos filmes “Deus e o Diabo na Terra do Sol” (1964) e “Terra em Transe” (1967), ambos dirigidos pelo cineasta Glauber Rocha. Figura importante no que ficou conhecido como Cinema Novo, movimento cinematográfico brasileiro de vanguarda atuante no período de implantação da ditadura, seus filmes geraram repercussão às épocas de lançamento pela crítica político-social, perdurando como ícones até atualidade. Através da estética da recepção, utilizando as percepções de Hans Rober Jauss como parâmetro, objetiva-se compreender as diferentes chaves de leitura fílmica emitida pelos pareceristas do SCDP de modo a entender a relação histórica entre obra, autor, receptor e contexto histórico.

PALAVRAS-CHAVE: Cinema Novo; Glauber Rocha; Recepção; Censura.

ABSTRACT: The Censorship and Public Entertainment Service was an important body of the state bureaucracy of the Brazilian civil-military dictatorship, exercising prior censorship of artistic works and being able to veto or release their exhibition and execution. The following article identifies, analyzes and problematizes, in terms of cinematographic reception, eight censorship opinions for the films “Deus e o Diabo na Terra do Sol” (1964) and “Terra em Transe” (1967), both directed by filmmaker Glauber Rock. An important figure in what became known as Cinema Novo, an avant-garde Brazilian cinematographic movement active during the period of implementation of the dictatorship, his films generated repercussions at the time of their release through political and social criticism, lasting as icons to this day. Through the aesthetics of reception, using the perceptions of Hans Rober Jauss as a parameter, the objective is to understand the different keys of filmic reading issued by SCDP reviewers in order to understand the historical relationship between work, author, recipient and historical context.

KEYWORDS: Cinema Novo; Glauber Rocha; Reception; Censorship

* Doutor em História Social pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Atua como professor substituto do Colegiado de História lotado no Departamento de Ciências Humanas da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) Campus V e como professor permanente do Programa de Pós-Graduação em História Regional e Local pela mesma Universidade. É membro integrante do projeto de pesquisa “Ditadura militar no Brasil: representações, sociedade e ensino de história” baseado na Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT) e membro integrante da “Rede Internacional de Pesquisa em História e Culturas no Mundo Contemporâneo” baseada na Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM).



INTRODUÇÃO

Glauber Rocha, sem dúvida, é um dos cineastas mais estudados e consagrados no campo artístico brasileiro. Sua vasta produção – destaque que me refiro não só a filmes, mas também enquanto escritor de romances, ensaios e crítica de cinema – contém obras marcantes para cinematografia como “Deus e o Diabo na Terra do Sol” (1964) e “Terra em Transe” (1967), ambas ecoaram significativamente na crítica e no público e protagonizaram premiações nacionais e internacionais. Os dois filmes foram realizados também num momento crucial da história recente do Brasil, o golpe militar em 1964 e a posterior consolidação da ditadura. Outro fator interessante é que estes filmes condensam, cada um à sua conjuntura de lançamento, os sentimentos de certas camadas da esquerda brasileira que vislumbravam um futuro promissor até pouco tempo antes do golpe, momento de produção de “Deus e o Diabo” e que amargaram a frustração dessas expectativas com a ruptura democrática e sentiam, cada vez mais intensamente, o obscurantismo autoritário no Brasil de modo que o próprio filme “Terra em Transe” representa esse processo.

Considerando que ambos os filmes produzem um discurso audiovisual que se insere fortemente nas dimensões político-culturais de seu tempo afrontando visões conservadoras da realidade e combatendo a ditadura, nosso propósito neste texto consiste em analisar a recepção do Estado ao filme, via órgão oficial de censura prévia. Estabeleceremos uma comparação entre a recepção da censura e suas apreciações crítica em relação aos dois filmes apresentados de modo a compreender as nuances da política de um Estado autoritário diante de projetos estéticos artísticos contestadores e contrários ao ideário autoritário do regime ditatorial.

Devo enfatizar que o estudo da recepção está em primeiro plano dos nossos objetivos. As análises fílmicas textuais virão ao sabor do que as fontes que a recepção demandarem. Estudar a recepção cinematográfica nasce de uma necessidade dupla, por um lado o esforço de consolidar essa modalidade de estudos no campo da historiografia,¹ por outro a compreensão de que filmes tão importantes e celebrados

¹ Fernando Mascarello (2005) ressalta a necessidade de estudos de recepção cinematográfica diante de sua então pouca quantidade. O autor publica em 2005 e se referia especificamente à área da comunicação. Evidentemente, de lá para cá, novos estudos foram feitos na referida área, todavia no campo historiográfico ainda se trata de uma modalidade pouco utilizada se comparada às análises históricas textuais e contextuais do cinema.



como “Deus e o Diabo na Terra do Sol” e “Terra em Transe” são plenamente passíveis de estudos sobre suas recepções.

A recepção também demanda uma complexidade peculiar em seu estudo; do que ou de quem falamos quando falamos em recepção cinematográfica? A solução deste problema se passa pela fragmentação da recepção, uma vez que ela de forma genérica é inespecífica e possivelmente pouco produtora para fins científicos. Desse modo, a escolha que fragmenta a recepção aqui adotada consiste nos pareceres de censura prévia do Estado brasileiro à época de lançamento das obras. Como já dito acima, um tipo de recepção genuinamente histórica não só por se tratar das interpretações dos filmes quando de seus lançamentos, mas por também, em grande medida, representarem a visão de um governo ditatorial sobre filmes que nitidamente se configuram como de oposição, de esquerda ou mesmo de combate à ditadura.

Ademais, para a reflexão histórica, a compreensão da recepção é preciosa. Segundo Ramos (2006) a relação entre cinema e história se estabelece para além da necessidade de discussão dos modos como determinado filme fora concebido ou suas pretensões de discurso, “mas fundamentalmente como esta obra cinematográfica foi consumida/apropriada/recebida por seu respectivo público” (RAMOS, 2006, p. 01).

Uma vez demonstrada a importância da recepção para as relações entre cinema e história e exposta qual recepção específica será objeto de análise, resta sabermos os procedimentos metodológicos de como estudar tal recepção. Dentre as várias formas de se estudar a recepção cinematográfica a exemplo da espectralidade cinematográfica, estudos culturais e materialista historiográfica (BAMBA, 2013), optamos por utilizar os estudos da estética da recepção no sentido de estabelecer um instrumentário analítico dos textos receptivos. Este é um campo que surge originalmente nos estudos literários, mas que pode ser ampliado ao cinema sem prejuízos para entendermos as noções de experiência estética e horizontes de expectativas na recepção de obras artísticas.

Recorremos a Hans Robert Jauss (1970) para a compreensão da constituição da experiência estética em três dimensões específicas: *poesis*, *aisthesis* e *katharsis*. Para o autor, a *poesis* é o prazer ante a obra, se relaciona diretamente com o grau de identificação entre receptor e obra de modo que pode se associar às demandas socioculturais do receptor na medida que torna existente aquilo que antes não existia. (JAUSS, 1970). A *aisthesis* define-se pelo que é sentido e o conhecimento adquirido



pela percepção (JAUSS, 1970) trata-se de uma dimensão sensorial da experiência estética, ou seja, considera-se o que o leitor/espectador percebe-se através do que vê e ouve diante do audiovisual, entendemos também, levando em conta nossos objetivos, a *aisthesis* como uma dimensão que se comunica mais intensamente com elementos da linguagem cinematográfica. Por fim, a *katharsis* gera no espectador a transformação de suas visões de mundo tornando-se a dimensão mais política da experiência estética. (JAUSS, 1970). A *katharsis*, então, vincula-se profundamente às emoções do receptor.

Já o horizonte de expectativas que surge na estética da recepção elaborada por Jauss, condiz com o repertório intelectual, político, ideológico, cultural, etc, de forma que a visão de mundo do receptor condiciona seu julgamento crítico diante de uma obra artística. (SIEGA, 2010). Esta dimensão receptiva é importante para as intenções desse texto, sobretudo porque a apreciação crítica que trabalharemos para além de ser, como todo leitor, - consciente ou inconscientemente – politicamente orientado, eles representam formalmente a visão do Estado sobre certa obra por serem censores de um órgão estatal.

Neste sentido, é importante explicitar que as recepções serão analisadas considerando de maneira relacional os elementos da experiência estética e o horizonte de expectativas. Para tanto, é imprescindível a compreensão da historicidade da obra e de seus receptores.

A CENSURA EM “DEUS E O DIABO NA TERRA DO SOL”

“Deus e o Diabo na Terra do Sol” foi produzido em um momento historicamente muito peculiar e assim, enfatizo o ano de 1963, onde vivíamos um período de agitação cultural relevante perceptível na música, teatro e cultura através de vários movimentos artísticos historicamente relevantes como a bossa nova de Tom Jobim, Vinícius de Moraes, João Gilberto e tantos outros, o Teatro Oficina tendo José Celso Martinez Correia como seu principal expoente confeccionando uma arte politicamente engajada. O cinema também tinha um próprio movimento para chamar de seu no que ficou conhecido como “Cinema Novo”, em que jovens cineastas aliavam a inspiração estético-política nas correntes cinematográficas de vanguarda na Europa pós II Guerra com o desejo de construção de um cinema político engajado e independente de grandes estúdios no Brasil.



Saliento que muitos cineastas iniciaram em grande estilo sua carreira, nesse momento, a exemplo de Carlos Diegues, Gustavo Dahl, Paulo Saraceni, Joaquim Pedro de Andrade, Leon Hirszman e Glauber Rocha, este último sendo uma espécie de “líder” tácito da iniciativa e que certamente produziu três dos filmes cinemanovistas mais emblemáticos da década de 1960, os dois já citados no início do texto e “O Dragão da Maldade contra o Santo Guerreiro” (1969). Devemos também lembrar iniciativas institucionais de produção cultural a exemplo dos Centros Populares de Cultura (CPC) da UNE que reunia, no Rio de Janeiro, uma variada gama de artistas e linguagens artísticas tendo como tônica a construção de uma cultura popular e democrática.

Por outro lado, a política brasileira passava por um período desafiador. O então presidente João Goulart tentava emplacar suas reformas de base enquanto lidava com problemas econômicos e pressões advindas dos estratos mais dominantes da sociedade brasileira, um governo que sempre esteve rondado por um espectro golpista (TOLEDO, 2004). Preste ao golpe de 1964, os cineastas do Cinema Novo, Glauber Rocha entre eles, viviam a dicotomia da efervescência cultural nacional somada a experiências aparentemente bem sucedidas da esquerda no mundo sobretudo nos exemplos da Revolução Cubana e da URSS e o amargor de um golpe de Estado procedente do que havia de mais reacionário na sociedade brasileira naquele momento, e que crescia com força até culminar no golpe e na subsequente ditadura civil-militar, o que gerou um estado geral de desânimo e decepção no cinemanovismo.

Por assim dizer, este é o “estado da arte” da sociedade brasileira em que Glauber Rocha se embrenhou “sertão baiano adentro” para filmar o que viria a ser um de seus mais celebrados filmes. Ismail Xavier (2001), um dos mais importantes estudiosos de Glauber Rocha e do cinema brasileiro, afirma que “Deus e o Diabo” situa-se exatamente no apogeu do Cinema Novo (por ser produzido antes do golpe) e integra o que chama de trilogia do sertão nordestino ao lado dos outros filmes cinemanovistas “Os Fuzis”, dirigido por Ruy Guerra e “Vidas Secas”, de Nelson Pereira dos Santos, ambos lançados em 1963.

“Deus e o Diabo na Terra do Sol” narra a trajetória do vaqueiro Manoel (Geraldo del Rey) e sua companheira Rosa (Yoná Magalhães) pelo sertão baiano após Manoel assassinar o rico fazendeiro local que tentara usar de seu poder para prejudicar o



vaqueiro numa negociação de gado bovino. Na fuga, Manoel e Rosa se deparam com figuras alegóricas que gradativamente transformam sua visão de mundo a partir do encontro com o beato Sebastião (Lídio Silva) em evidente alusão a Antônio Conselheiro e o cangaceiro Corisco (Othon Bastos) que representa alegoricamente a figura de Lampião. As vivências de Manoel estão em rota de colisão com a do caçador de recompensas Antônio das Mortes (Maurício do Valle) contratado pelas elites dominantes para reestabelecer a ordem naquela localidade.

Antes de adentrar ao universo dos pareceres de censura como forma de recepção cinematográfica, é importante que se entenda panoramicamente o funcionamento da censura prévia vinculada ao governo militar brasileiro à época da instalação da ditadura. A seguir, cito o historiador Carlos Fico para melhor compreensão desse aspecto;

Não houve uma censura durante o regime militar, mas duas. A censura da imprensa distinguia-se muito da censura das diversões públicas. A primeira era “revolucionária”, ou seja, não regulamentada por normas ostensivas, objetivava sobretudo, os temas políticos *stricto sensu*. Era praticada de maneira acobertada, através de bilhetinhos ou telefonemas que as redações dos jornais recebiam, A segunda era antiga e legalizada, existindo desde 1945 e sendo familiar aos produtores de cinema, de teatro, aos músicos e a outros artistas. Era praticada por funcionários especialistas (censores) e por eles defendida com orgulho. Amparava-se em longa e ainda viva tradição em defesa da moral e dos bons costumes, cara a diversos setores da sociedade brasileira. (FICO, 2004, p. 37)

Obviamente a censura a que nos referimos trata-se dessa que existia desde 1945 e era regida pelo Serviço de Censura e Diversões Públicas (SCDP) vinculado ao Governo Federal. Embora o órgão estivesse sob o domínio militar, os censores que emitiam seus pareceres não precisavam ser obrigatoriamente militares. Dos quatro pareceres a serem analisados, dois foram emitidos em 30 de junho de 1964 e são pareceres curtos sem grandes detalhes de apreciação estética e crítica do filme. Entre 30 de junho e 2 de julho de 1964 foram emitidos os outros dois pareceres, esses com maior nível de detalhamento.²

São rarefeitas as informações sobre os censores, sabe-se que o primeiro parecerista a ser abordado, por exemplo, Carlos Lúcio Menezes, esteve na chefia do órgão em 1971 (GARCIA, 2014), o que demonstra sua longevidade o Departamento

² Os pareceres estavam disponíveis no acervo do site www.memocinebr.com.br para consulta e download. Atualmente o acervo não está mais disponível, porém, por ter sido baixada pela autoria desse artigo, encontra-se em arquivo pessoal.



de Censura e Diversões Públicas (DCDP) subordinado a um Estado ditatorial. Todavia o que mais importa neste momento é que tais censores representam a percepção analítica do Estado diante das obras artísticas, sejam elas contestadoras ou não num período imediato após o golpe e de uma ditadura ainda incipiente.

O parecer de Menezes é curto e ainda assim possui alguns erros de informação quando identifica Agnaldo Azevedo como diretor do filme. Provavelmente o censor se refere a Agnaldo Siri Azevedo, um dos produtores do filme. Entretanto, tal erro nos leva a ponderar sobre o conhecimento do campo cinematográfico brasileiro uma vez que àquela altura Glauber Rocha já era uma figura muito conhecida no meio cultural brasileiro tendo sido abordado inúmeras vezes pela imprensa por vários motivos desde a produção de seus filmes, por textos que publicou e por ser abordado em colunas importantes na imprensa brasileira escrita por nomes importantes do cinema a exemplo de Paulo Emílio Salles Gomes.³

De modo geral, a percepção crítica de Menezes é rápida e superficial. Primeiramente ele descreve o enredo do filme como um drama nordestino sobre a trajetória de um personagem em busca da felicidade inicialmente ao lado de um fanático e depois do cangaço, mas que descobre que a tal felicidade não se encontra em nenhum desses dois lugares. (MENEZES, 1964). O autor não cita uma vez sequer as personagens de Rosa e Dadá (companheira de Corisco) que são fundamentais para o desenvolvimento da trama. Considera também o filme tecnicamente excelente em termos de som, montagem e fotografia e, por fim, realiza uma “apreciação moral” do filme considerando que “as cenas de violência, características do ambiente focalizado no filme e da vida de seus personagens, levam-nos a classificar este filme como impróprio para menores de 18 anos” (MENEZES, 1964, p. 1).

Chama atenção o fato de o parecer não elaborar nenhuma das teses sociopolíticas propostas pelo filme. Este parecer é estruturado em forma de um formulário contendo campos para apreciação técnica e moral de modo que qualquer observador mais atento do filme, ainda mais quando se trata de um parecerista de censura prévia de uma obra cujo autor era notório conhecido opositor da perspectiva vitoriosa de 1 de abril de 1964, discorreria contrariamente à “mensagem” do filme, ainda que não o censurasse inteiramente. A impressão que fica é de um parecer feito

³ Refiro-me à coluna de Gomes publicada no Suplemento Literário do Jornal Estado de São Paulo ao longo da década de 1950 e 1960.

de maneira desinteressada, burocrática e protocolar sem considerar as complexidades da obra que, inclusive, eram solicitadas pelo próprio formulário do parecer.

O segundo parecer analisado é curto e também não recomenda o filme para menores de 18 anos. Não há grandes detalhes sobre o autor, apenas o seu sobrenome (Guedes). Diferentemente de Menezes, Guedes realiza uma leitura crítica do filme de Glauber Rocha que revela sua visão de mundo. Vejamos como o censor descreve o enredo do filme:

Baseado essa película em costumes do Norte, onde o mesmo desenrola-se, ou fazem crer que seja do Norte do país, história do gênero de lampeão [sic], incluindo macumbeiros, e não deixando fugir a pobreza do povo nordestino donde há um personagem do tipo de mocinhos propriamente ditos em filmes americanos. Digo mais essa película mostra em demasia a pobreza brasileira, onde não há razão de deixarem rodar em outras cabines estrangeiras, para não ridicularizar o nosso país. (GUEDES, 1964, p. 1).

Tecnicamente o censor considera que o filme não é mal filmado ressaltando, entretanto, que o cenário de pobreza da paisagem não ajuda a contemplação do belo na obra (GUEDES, 1964). A sua apreciação moral considera “um filme ridículo, pois o bom senso não deixaria sair fora [sic] do país, assim dessa forma nós brasileiros nos livraríamos, de ser criticados no estrangeiro.” (GUEDES, 1964, p. 1).

Percebe-se nitidamente a distância entre o horizonte de expectativa do cineasta realizador do filme e o receptor que emite o parecer de censura. Em poucas palavras escritas de maneira truncada quando não incorretas gramaticalmente, Guedes demonstra seu preconceito e desconhecimento com relação ao nordeste, suas religiosidades e a sociabilidade do cangaço. Não se trata aqui de uma crítica conservadora ou mesmo reacionária sobre “*Deus e o Diabo na Terra do Sol*”, o que em princípio não representa problema de mérito, mas sim de uma recepção despreparada e ignorante dos temas abordados no filme. Se pensarmos nos elementos da experiência estética, é perceptível que, em termos da *aisthesis*, o censor não conseguiu ler a obra de modo a danificar sua interpretação. Nota-se, somando este parecer com o que fora emitido por Carlos Menezes, a má qualidade de parte do quadro de pareceristas de censura prévia cinematográfica do SCDP. Não se tratava de crítica em imprensa que, por mais negativa que fosse, jamais interditaria um filme, mas sim de pessoas que possuíam em mãos o poder de autorizar ou não a exibição



de uma obra artística que demonstram pleno desconhecimento do que estavam supostamente a analisar.

Os próximos dois pareceres a serem abordados não possuíam o formulário de censura na base de dados consultada. Provavelmente isto ocorreu porque se tratam de comentários críticos mais apurados pelos pareceristas de modo que estão como anexo das fichas que não foram digitalizadas para o acervo. É o caso do parecer de Maria Ribeiro de Almeida emitido em 1 de julho de 1964. Por se tratar de um texto mais aprofundado, é possível perceber com mais naturalidade os elementos da estética da recepção, principalmente a *poesis* na medida que a existência na obra gera algum impacto na autora, sobretudo o choque da cena em que o beato Sebastião imola uma criança como sacrifício em que ela classifica como “profundamente impressionante” (ALMEIDA, 1964, p. 1).

Ainda em se tratando da *poesis*, Almeida demonstra uma compreensão da obra muito mais qualificada que seus colegas censores. A autora consegue captar uma autenticidade e complexidade da obra através de sua narrativa e reconhece que recorrer ao que chama de crime (cangaço) como uma consequência da desilusão social. (ALMEIDA, 1964).

Não é de se estranhar que há uma grande distância entre os horizontes de expectativas entre Glauber Rocha e Maria de Almeida, afinal, os dois pareciam ter visões artísticas, estéticas e políticas opostas, isto fica evidente também no que considera “cenas de adultério e lesbianismo” (ALMEIDA, 1964, p. 1) referindo-se ao beijo de Rosa e Corisco filmado em plano americano rotativo ao som da música de Villa-Lobos e o que a autora chama de lesbianismo refere-se, no entanto, à proximidade e afeição entre Rosa e Dadá. Ainda que não houvesse nenhum envolvimento amoroso ou sexual entre as duas, a afeição foi suficiente para que fossem consideradas lésbicas de maneira pejorativa, o que já é o suficiente para traçar o perfil moralista do parecer.

Ainda assim, ao que tange a linguagem cinematográfica, é possível identificar um certo encantamento da autora quando afirma que o filme tem boa fotografia, ótima direção de Glauber Rocha e excelente desempenho dos autores com destaque para Geraldo Del Rei. (ALMEIDA, 1964). Assim como os outros dois censores, o parecer veta a exibição do filme para menores de 18 anos, entretanto, depreende-se do texto um certo cuidado ou mesmo racionalidade para analisar o filme. A censora deixa



explícita sua percepção dos excessos dos filmes, mas consegue compreender a complexa e metafórica e reconhece alguma qualidade técnica na obra.

O parecer mais interessante de todos aqui analisados é o de José Vieira Madeira, uma figura considerada bastante tolerante com a classe artística e com conhecimento cinematográfico relevante uma vez que cursou a cadeira de censura cinematográfica na Universidade Católica de Minas Gerais. (CARNEIRO, 2013). Seu parecer data de 1 de julho de 1964 e, embora também proibida o filme para menores de 18 anos, é nitidamente favorável ao filme de Glauber Rocha. Possivelmente Madeira precisou censurar o filme para menores por “dever de ofício” do SCDP, mas coaduna pelo menos com os horizontes de expectativas estéticos do cineasta realizador.

O fato de Madeira ser um conhecedor do cinema brasileiro já fica evidente no início de seu parecer quando situa o filme e seu autor como representantes do Cinema Novo brasileiro. (MADEIRA, 1964). Ressalta também que o filme possui um caráter sociológico e que segue as propostas cinematográficas do cinema russo de Eisenstein e se relaciona ainda com o cinema brasileiro de Lima Barreto, que dirigiu “O Cangaceiro” (1953). (MADEIRA, 1964). Ademais, o censor tece elogios ao filme no sentido da construção da narrativa, condução de atores e enfatiza que “como realização artística e intelectual, o filme é notável” (MADEIRA, 1964, p.1). Para não afirmar que o parecer é todo favorável, o autor pontua algumas falhas técnicas no som da película que dificulta a compreensão dos diálogos diante da péssima qualidade de gravação.

Aproveitando que estava escrevendo sobre Glauber Rocha, Madeira ultrapassa o filme para fazer uma crítica ao comportamento do cineasta, ao se referir aos censores como policiais ignorantes em seu livro “Revisão Crítica do Cinema Brasileiro” publicado em 1962. É o único parecer que traz esse tipo de informação e de reprimenda ao cineasta, inclusive citando regulamentos que o impedem de cometer o que julga desrespeito ao SCDP e isso explica o porquê de seu parecer demonstrar um conhecimento considerável sobre cinema. Ora, a interpretação dessa passagem do parecer é ambígua; por um lado, pode-se inferir que, diante de comentários tão elogiosos ao filme de um cineasta “extremista” de esquerda contrário à “Revolução de 1964”, Madeira esteja se precavendo de represálias institucionais que eventualmente poderia sofrer no SCDP. Entretanto, por outro lado, essa mesma passagem revela que

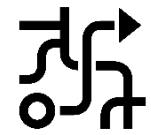


o censor leu o livro publicado por Glauber Rocha, basicamente um livro-manifesto em defesa do cinemanovismo e demolidora das experiências cinematográficas brasileiras progressas que, de alguma forma, pudesse ficar no caminho do movimento.

Difícil, por esse parecer, definir se o censor vivenciou uma experiência de *katharsis* ao assistir à obra. Certamente é possível inferir que ficou entusiasmado ao identificar algumas referências de metalinguagem cinematográfica no filme, o que garante as experiências da *poesis* e *aisthesis*, porém não é possível medir a afinidade ou não dos horizontes de expectativas entre obra e receptor. De todo modo, Madeira é um censor mais flexível na avaliação dos filmes politicamente engajados que chegavam ao SCDP.

Através desses quatro pareceres analisados, nota-se que o quadro de censores do SCDP era variado e com algum grau de aleatoriedade uma vez que há pareceres completamente obtusos em relação ao cinema enquanto expressão artística, alguns que demonstram algum (pouco) conhecimento sobre o cinema e, excepcionalmente, o de José Vieira Madeira muito superior em qualidade em relação aos outros. Essa superioridade qualitativa está relacionada necessariamente ao fato de o censor demonstrar interesse estético pelo filme, o mesmo filme possuiu ótimos críticos antagônicos à visão glauberiana de cinema a exemplo de Ely Azeredo, Antonio Moniz Vianna e Benedito Duarte, o parecer de Madeira é superior porque simplesmente é o que demonstra conhecer mais sobre o que poderia censurar ou não se comparado com os pareceres medíocres ou abaixo disso de seus colegas de SCDP.

“*Deus e o Diabo na Terra do Sol*” emite um discurso evidentemente crítico à desigualdade social brasileira, sobretudo àquelas causadas pelas relações coloniais no campo, sobretudo se considerarmos que a reforma agrária era uma pauta quente na ordem do dia sociopolítica da época, mas não versa especificamente sobre a política brasileira no sentido de representar políticos, ideologias políticas, partidos e eleições. Isso acontece explicitamente em “*Terra em Transe*”, lançado três anos depois com o país mergulhado numa ditadura que ainda demoraria muitos anos para ser vencida. Analisaremos o que os pareceres do SCDP dizem sobre esse filme que, adiantado, fora totalmente interditado pela censura prévia brasileira.



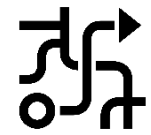
A PRESSÃO POLÍTICA IMPRESSA NA CENSURA DE “TERRA EM TRANSE”

“Aprenderão! Dominarei esta terra. Botarei estas históricas tradições em ordem. Pela força, pelo amor da força! Pela harmonia universal dos infernos, chegaremos a uma civilização!” Ditas pelo personagem Porfírio Díaz, interpretado por Paulo Autran. Esta é uma das frases mais emblemáticas de *“Terra em Transe”*. Se em *“Deus e o Diabo na Terra do Sol”* existe uma energia revolucionária pulsante advinda das opressões estruturais sofridas pelo pobre sertanejo que, por fim, termina sua jornada numa corrida redentora à revolução metaforizada pelo mar, em *“Terra em Transe”* a energia revolucionária está literalmente moribunda diante da ascensão de uma ditadura carregada de semiologia de um certo fascismo à América Latina.

A primeira cena de *“Terra em Transe”* é uma tomada aérea do mar, o que nos leva a imaginar que há ali alguma continuidade com o filme anterior. Porém, diante dos fluxos dos acontecimentos históricos brasileiros entre 1964 e 1967, infere-se que o mar revolucionário de outrora tornou-se, na verdade, um mar melancólico que serve de cenário para a capitulação de um político supostamente progressista ante a escalada golpista de seu antecessor.

Em linhas gerais, o filme se trata da narrativa permeada entre delírio e memória dos momentos finais da vida do poeta/jornalista Paulo Martins (Jardel Filho). Os acontecimentos se passam em *Eldorado*, uma ilha caribenha fictícia que serve de alegoria da América Latina de modo geral e especificamente no Brasil. Paulo Martins narra os dias decisivos da ilha prestes a sofrer um golpe de Estado a partir de sua própria entre os polos ideológicos da política ao lidar com o golpista Díaz e o populista Vieira (José Lewgoy) mediado pela presença militante de esquerda Sara (Glauce Rocha). O filme constitui uma reação alegórica ao Brasil na iminência do golpe de 1964 e questiona, fundamentalmente, o papel do intelectual e das esquerdas neste processo. Foi premiado em vários festivais, inclusive no prestigiado Festival de *Cannes*, e – por se tratar de uma ácida crítica certos setores da esquerda brasileira – possuiu uma recepção excepcional na crítica cinematográfica e no próprio campo intelectual da cultura brasileira.

O primeiro parecer a ser analisado é o de V. Veloso, emitido em 11 de abril de 1967 e basicamente consiste numa descrição panorâmica sem grandes detalhes sobre questões técnicas ou estéticas do filme. Chama atenção que o censor descreve Paulo Martins como um extremista quando se refere à juventude do personagem.



(VELOSO, 1967), esse adjetivo era comumente utilizado por pessoas de direita, notadamente àquelas apoiaram o golpe de 1964, para classificar a esquerda perfazendo uma atitude anticomunista do período colocando que revela, no limite, o desequilíbrio do outro (extremista) e o equilíbrio do eu (liberal democrata). Provavelmente Veloso viu o filme pouco tempo antes de escrever seu parecer, ele devia lembrar que o próprio personagem Diaz, ao falar de sua trajetória política, lembra dos “seus tempos de extremista na juventude” quando afiliado ao partido extremista (comunista). Ao utilizar-se da mesma cultura linguística do personagem, o censor demonstra tacitamente um entendimento sobre a esquerda e a direita brasileira, o que naquele período significava coadunar com o regime ditatorial. A decisão final do parecer é por interditar o filme por haver uma mensagem “conclamando o povo à revolta armada, em represália aos governos demagogos e opressores que o fazem sofrer privações” (VELOSO, 1964, p. 1).

Definitivamente “*Terra em Transe*” é um filme que desacredita da profunda transformação social pela política institucional e isso se materializa no filme quando o personagem Vieira, podendo impedir o golpe pela força, afirma que não terá “o sangue das massas” em suas mãos, se retirando de cena e abrindo caminho para o obscurantismo totalitário. O tratamento, por assim dizer, que o filme propõe para a doença do golpismo é a luta armada. Sem apoio, o intelectual poeta de esquerda sucumbirá num misto de desejo e melancolia por um mundo utópico que não se realiza. A tese política que Glauber Rocha apresenta em seu filme, sobretudo ao que tange a questão do populismo, é muito semelhante à de Octavio Ianni (1967) quando compreende que o golpe materializa o colapso do populismo no Brasil com a queda de João Goulart. No filme, quem cai é sua alegoria na figura de Vieira.

Portanto, ao utilizar o termo ‘extremista’ e ter interditado o filme por apologia à luta armada, Veloso se coloca muito distante de horizontes de expectativas do cineasta realizador. Curiosamente, há uma quebra de página no parecer afirmando que, pelo fato da interdição do filme, haverá o que chama de sensacionalismo do que advogam em favor da liberação da obra manchando, inclusive, o bom nome da censura através de campanhas subterrâneas. (VELOSO, 1967). Essa percepção demonstra que o censor era familiarizado com o ativismo cinematográfico cinemanovista. O parecer não demonstra nenhum antagonismo de ordem estética, narrativa ou técnica ao filme, mas tão e somente de ordem política.

No mesmo dia, 11 de abril de 1967, há a emissão de outro parecer, desta vez emitido por Silvio Roncador. Diferentemente do que era comum aos pareceres que trabalhamos, o texto de Roncador é muito mais longo que a média, inclusive é equivalente em tamanho às críticas especializadas publicadas na imprensa. O tamanho do texto se explica pelo fato de Roncador necessitar de muita tinta para explicitar seu amargor ao assistir ao filme. A divergência política entre o cineasta e o censor é tamanha a primeira frase de seu parecer se preocupa em classificar o filme como indiscutivelmente de cunho marxista (RONCADOR, 1967) e afirma que o cineasta se perde confundido questões de administração pública, notadamente aspectos políticos, com ideais filosóficos.

Sobre o que considera como distorções de regimes democráticos, Roncador, para defender seus argumentos de legitimidade da implantação da ditadura, também critica ferozmente o populismo político brasileiro. A diferença é que no parecer o que salva o Brasil da política brasileira é exatamente a “Revolução de 1964”, enquanto no filme o golpe se apresenta como uma solução ainda pior para a política nacional. Filme e censor convergem em criticar o populismo, mas divergem frontalmente sobre o que deve ir após ele.

Desprezando completamente a fruição estética e narrativa da obra, Roncador desconsidera o caráter alegórico do filme e toma como literal a representação que Glauber Rocha faz para o Brasil. Seu desconforto é tamanho que é feita uma digressão sobre como, para o autor, o regime militar estava melhorando a vida do nordeste destacando a atuação da SUDENE no desenvolvimento da região, (RONCADOR, 1967) o que dá mais ares de propaganda governamental do que apreciação cinematográfica. Sentindo que o filme destrona a ditadura tão admirada pelo censor, o afã da propaganda continua, principalmente quando destaca que o Ato Institucional número 02, aquele que elimina os partidos políticos foi necessário para acabar com a balbúrdia partidária uma vez que os partidos não eram dignos do regime democrático. (RONCADOR, 1967).

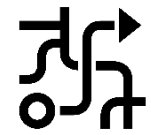
De modo geral, o autor compreende que os problemas apresentados pelo filme; injustiça no campo, populismo demagógico e a corrupção administrativa são todos combatidos pelo governo existente, daí seu descontentamento com a obra uma vez que há a crítica ao governo e o oferecimento da luta armada como solução.

Este é um parecer que, de todos analisados, é o mais engajado em defender a ditadura. Sob o que o autor chama de aspecto filosófico no filme, ele discorda da representação de um padre ao lado de políticos populistas, indicando que a Igreja Católica estava associada ao que entende por demagogia populista barata. Do que pode se depreender do parecer, se esperaria que o filme fosse recomendado à interdição, porém não acontece dessa forma. Roncador recomenda que o filme seja, antes, visto por um membro do Conselho de Segurança Nacional e por um membro do clero para avaliar as problemáticas apontadas em seu parecer. A justificativa dessa decisão ampara-se nos termos de Roncador do desprestígio da censura, pois, uma vez o filme liberado pela censura, poderia posteriormente ser duramente criticado pelo SNI e pela Igreja Católica.

Embora o filme tenha sido interditado, algum tempo depois ele foi liberado, porém apenas após a ida de Glauber Rocha a Brasília para tentar resolver a situação. Nos extras do DVD do filme, o fotógrafo Luiz Carlos Barreto relata que após o diretor conversar com o militar responsável pela censura, houve o combinado que filme seria liberado caso o padre que Roncador se refere em seu parecer fosse nomeado para que a conduta católica fosse personalizada e não generalizada. Barreto então afirma que o padre fora creditado como Camilo Torres, que foi ligado ao movimento armado contra a ditadura.

O censor José Vieira Madeira aparece pela segunda vez neste trabalho, agora com seu parecer sobre *“Terra em Transe”* em 13 de abril de 1967. Curiosamente seu texto para o SCDP sobre o filme é bastante curto, apenas dois parágrafos. A impressão que fica é que Madeira, por ser um exímio conhecedor e estudioso do cinema, como vimos quando de seu parecer sobre *“Deus e o Diabo”*, decide não criar polêmicas com o Estado a partir de *“Terra em Transe”*.

Começa seu texto afirmando que o filme se trata de ficção, por isso sem conotação política e que, embora tenha questões filosóficas interessantes e abstratas, não seria o caso de analisar profundamente inclusive porque o público leigo teria grande dificuldade de compreender a película. (MADEIRA, 1967). Ora, aparentemente Madeira faz uma tentativa de apaziguar as tensões que já se formavam no SCDP com o filme considerando que ele já poderia ter tido acesso aos pareceres emitidos anteriormente. Alguém que conhece Eisenstein e o cinema brasileiro, como ele mesmo demonstra no seu parecer sobre *“Deus e o Diabo”* e que fez cursos



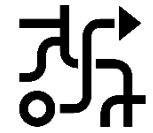
universitários de cinema não desprezaria o sentido político de um filme como “Terra em Transe” a não ser que fosse para evitar problemas da obra – que provavelmente ele considerou, no mínimo, interessante – com um aparelho de censura não raramente cinematograficamente obtuso.

O autor recomenda a liberação do filme apenas para maiores de 18 anos sem mencionar qualquer coisa sobre política. A justificativa se encontra em certas condutas consideradas libertinas do protagonista Paulo Martins, que em certa altura da narrativa, desiludido com a política, entrega-se às orgias. Madeira justifica que, em sendo exibido para menores, essas cenas gerariam forte impressão de erotismo na juventude (MADEIRA, 1967). Assim, o censor se reserva ao não falar de política, agrada em certa medida os realizadores do filme por não interditar a obra e, não menos importante, coaduna com a expectativa moralista da ditadura brasileira. E toda essa análise é trabalho dedutivo considerando que o parecer em si revela muito pouco, mas as entrelinhas dão essa exata dimensão aqui abordada e, ao fim e ao cabo, a repressão e o autoritarismo do período era tamanho que melindra mesmos seus parceiros institucionais.

Por fim, o último parecer analisado trata-se do da Chefe da *Turma de Censura Cinematográfica*, Jacira de Oliveira, emitido em 18 de abril de 1967. A autora passa boa parte de seu texto intencionada em descrever o enredo do filme utilizando termos como demagogo para o personagem Vieira e esquerdista de coração para Paulo Martins. (OLIVEIRA, 1967). A primeira coisa que a autora faz após descrever o enredo é pontuar que Glauber construiu um enredo confuso para realizar uma obra de característica nitidamente subversiva sem ser perturbado pelo Governo. E identifica também que

Há uma faixa que nos é apresentada por duas vezes onde lê-se: “A PRAÇA É DO POVO, E O CÉU É DO CONDOR” que, por “extrema” coincidência foi uma das frases apresentadas pelos estudantes de Brasília em sua passeata quando do trote anual dos calouros.

Por tudo isto considero o presente filme altamente subversivo, pois entre outras coisas, os mesmos chavões usados em outros filmes como “os fuzis” são usados nesta película, tais como: fome do povo, luta pela posse da terra, influência da Igreja no Estado, o povo a pegar em armas para seus bens e para ter um governo decente, etc são apresentados sempre, como um metódico conta gotas. (OLIVEIRA, 1967, p. 1).



Diante do exposto, o parecer vota pela não liberação do filme e solicita análise da chefia do órgão. Adverte que, caso liberado, a obra iria ferir os interesses nacionais.

Em termos da estética da recepção, ao afirmar que o filme é construído de forma deliberadamente confusa no intuito de ser subversiva, demonstra que, no sentido da *aisthesis*, há alguma apreciação do filme, porém sem grandes detalhes de análise. Subentende-se que o fato de Oliveira se deter em grande parte do texto para explicar o enredo do filme demonstre que ela teve alguma dificuldade para apreendê-lo na medida que só há descrição, sem necessariamente um trabalho crítico mais aprofundado.

Em 19 de abril o filme é, finalmente, completamente censurado. Romero Lago, chefe do SCDP, emite um relatório com os seguintes argumentos:

Considerando o voto da maioria absoluta dos censores federais que examinaram o filme nacional “Terra em Transe”.

Considerando o modo irreverente que é retratada a relação da Igreja com o Estado.

Considerando conter a mesma mensagem ideológica contrária aos padrões de valores culturais coletivamente aceitos no país.

Considerando ser a tônica do filme a prática da violência como fórmula da solução dos problemas sociais

Considerando a sequência de libertinagem e práticas lésbicas inseridas no filme.

Considerando que o mesmo infringe várias alíneas do Art. [ilegível] do Decreto nº 20.493, de 24 de janeiro de 1946.

RESOLVE

Proibir a exibição de todo território nacional, do filme de Glauber Rocha, “TERRA EM TRANSE” (SCDP, 1967).

Via de regra, os pareceres de “Terra em Transe” soam mais comprometidos em analisar o filme se comparado a “Deus e o Diabo na Terra do Sol”. Isso é compreensível se considerarmos que em 1967 a ditadura já funcionava a pleno vapor no Brasil e só iria aumentar até o máximo de seu autoritarismo com o AI-5 em 1968. Portanto, o aparelho repressor do Estado estava mais azeitado que alguns anos antes. Em segundo lugar, “*Terra em Transe*” é um filme mais direto em seus objetivos, impresso numa conjuntura muito dramática para a sociedade e, mais especificamente, para arte engajada brasileira.

Não seria de se estranhar que os censores desempenhassem mais energia para avaliar uma obra com essas características, talvez por isso, a recepção do filme pela censura esteja mais preocupada com o que o alto escalão do órgão censório iria pensar sobre o filme e os pareceres do que a análise em si do filme. Em se tratando



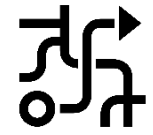
do que Jauss chama de *katharsis*, não é possível identificar isso no sentido de uma transformação das convicções do leitor da obra. Reitero, que possivelmente há um efeito de grande emoção nesses leitores, sobretudo Silvio Roncador, mas em direção contrária ao horizonte de expectativa do cineasta e afim com o que o filme demanda para um tipo de receptor com as características do referido censor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Seja com “*Deus e o Diabo na Terra do Sol*”, seja com “*Terra em Transe*” o fato é que o SCDP propõe uma recepção crítica dos filmes muito desqualificada ao mesmo tempo que possui o poder extremo de vetar a exibição, importação e circulação da obra prejudicando uma grande quantidade de pessoas envolvidas em produção cinematográfica. Pela leitura dos pareceres, fica evidente que dos sete pareceristas aqui expostos, o único que possui algum conhecimento significativo em cinema é José Vieira Madeira, por ter demonstrado tal ao escrever sobre o filme de 1964, ainda que possivelmente tenha preferido se preservar ao falar do filme de 1967 pelos motivos já apresentados.

Pode-se inferir também que os censores de algum modo sentiam-se melindrados ou temerosos em emitir um parecer sobre filmes politicamente engajados diante de um Estado autoritário de modo que aparentemente estavam mais preocupados com o que o governo poderia fazer em contrapartida do que com a fruição estética que a obra proporcionava. O resultado são apreciações estanque, robóticas ou até inexistentes enquanto o julgamento moral e político se fazia presente, nem sempre de maneira sofisticada, por vezes puramente protocolar. Isso demonstra que o Estado autoritário e arbitrário da ditadura poderia prejudicar até seus próprios entes.

Ao fim e ao cabo, o que a leitura dos pareceres do SCDP nos diz é que a censura prévia é inimiga da própria recepção da obra de arte. Nesse caso, vimos o quão pobre é a recepção censória e em grande parte isso é tributário do autoritarismo estatal, mas a questão é que ela nem deveria existir. Um artista muito perspicaz, como Glauber Rocha, poderia utilizar de um contexto de inexistência democrática para criar uma obra potente, como “*Terra em Transe*”, é inegável que regimes autoritários produzem artistas sofisticados. Porém, sem dúvidas, ainda que com toda criatividade, o artista também poderá ser alvo a qualquer momento da repressão, como também



aconteceu com Glauber Rocha. De todo modo, a experiência da ditadura e do SCDP só testemunham a favor de que jamais devem voltar à realidade brasileira.

REFERÊNCIAS

BAMBA, Mahomed. *A Recepção Cinematográfica: teoria e estudos de caso*. Salvador. EDUFBA. 2013.

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. In *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 24, nº 47, p.29-60 – 2004

IANNI, Octávio. *O Colapso do Populismo no Brasil*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 1988

JAUSS, Hans Robert. O Prazer Estético e as Experiências Fundamentais da Poiesis, Aisthesis e Katharsis. In LIMA, Luiz Costa. (org). *A Literatura e o Leitor*. São Paulo. Paz e Terra. 1970.

MASCARELLO, Fernando. Mapeando o Inexistente: os estudos de recepção cinematográfica, porque não interessam à Universidade Brasileira. In: *Revista Contemporânea*. Vol. 3, n. 2, jul/dez. 2005.

RAMOS, Alcides Freire. Terra em transe (1967, Glauber Rocha): Estética da recepção e novas perspectivas de interpretação. *Fenix Revista de História e Estudos Culturais*, Uberlândia, vol. 3, ano 3, n. 2, p. 1-11, Abril-maio-junho 2006.

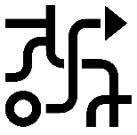
REIS FILHO, Daniel Aarão. O Colapso do Colapso do Populismo do Brasil. In. GOMES, Angela de Castro, FERREIRA, Jorge. *O Populismo e sua História: debate e crítica*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira.

TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: o golpe contra as reformas e a democracia. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 24, no. 47, p. 13-28, 2004.

XAVIER, Ismail. *Cinema Brasileiro Moderno*. São Paulo. Paz e Terra. 2004

FONTES

Documentos oficiais do Serviço de Censura e Diversões Públicas.



BRASIL, Ministério da Justiça. *Serviço de Censura e Diversões Públicas*. Parecer de censura de Carlos Lúcio. Brasília. 30/07/1967.

_____. *Serviço de Censura e Diversões Públicas*. Parecer de censura de Guedes sobre Deus e o Diabo na Terra do Sol. Brasília. 30/06/1964

_____. *Serviço de Censura e Diversões Públicas*. Parecer de censura de Maria Ribeiro de Almeida sobre Deus e o Diabo na Terra do Sol. Brasília. Autor desconhecido. 01/07/1964.

_____. *Serviço de Censura e Diversões Públicas*. Parecer de censura de José Vieira Madeira sobre Deus e o Diabo na Terra do Sol. Brasília. 01/07/1964.

BRASIL, Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Departamento Federal de Segurança Pública. *Serviço de Censura e Diversões Públicas*. Ficha de Censura (Terra em Transe). Parecer de V. Veloso. 11/04/1964.

_____. Departamento Federal de Segurança Pública. *Serviço de Censura e Diversões Públicas*. Ficha de Censura (Terra em Transe). Parecer de Silvio Roncador. 11/04/1964.

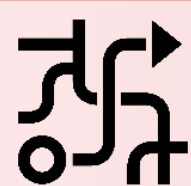
_____. Departamento Federal de Segurança Pública. *Serviço de Censura e Diversões Públicas*. Ficha de Censura (Terra em Transe). Parecer de José Vieira Madeira. 13/04/1964.

_____. Departamento Federal de Segurança Pública. *Serviço de Censura e Diversões Públicas*. Ficha de Censura (Terra em Transe). Parecer Jacira de Oliveira. 18/04/1967.

BRASIL, Ministério da Justiça, Departamento da Polícia Federal. *Relatório de Situação Censória*. Brasília. 04/05/1970.

Recebido em 20/09/2023

Aprovado em 17/11/2023



LIMA, Paula Carolina Firmino de**

<https://orcid.org/0009-0006-5114-6183>

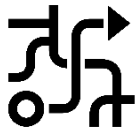
RESUMO: Este artigo objetiva analisar a vigilância que foi feita pelo Serviço Nacional de Informações (SNI) sobre o setor teatral, notadamente sobre a atriz e produtora teatral Ruth Escobar e o espetáculo Revista do Henfil que foi por ela dirigido. Para tanto, utilizamos como fontes documentos produzidos pela Agência Recife do SNI, repassados pelo Arquivo Nacional à Comissão Estadual da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba (CEVPM-PB), e que são caracterizados como sensíveis, pois são arquivos frutos da repressão, produzidos por órgãos de segurança e informação durante períodos de ausência da democracia (Bauer & Gertz, 2015). Somado a isso, também partimos de pesquisa de teor bibliográfico para apresentar o processo de desenvolvimento envolvendo a atividade de informações no Estado brasileiro até 1964, ano em que é criado o SNI, órgão que durante a ditadura militar no Brasil exerceu, segundo seu próprio criador, o general Golbery do Couto e Silva, “monstruosa atividade”, tendo sido a sua história marcada por forte autoritarismo e grande grau de infiltração na sociedade brasileira daquele momento.

PALAVRAS-CHAVE: Ditadura Militar Brasileira; SNI; Teatro.

ABSTRACT: This article aims to analyze the surveillance carried out by the National Information Service (SNI) on the theater sector, notably on the actress and theater producer Ruth Escobar and the play Revista do Henfil that she directed. To do so, we use as sources documents produced by the Recife Agency of the SNI, passed on by the National Archive to the State Commission for Truth and Preservation of the Memory of the State of Paraíba (CEVPM-PB), and which are characterized as sensitive, since they are files that are the result of repression, produced by security and information agencies during periods of absence of democracy (Bauer & Gertz, 2015). Through bibliographical research we aim to present the development process involving information activity in the Brazilian State until 1964, the year in which the SNI was created, an agency that during the military dictatorship in Brazil exercised, according to the words of its own creator, General Golbery do Couto e Silva, “monstrous activity”, its history being marked by strong authoritarianism and a great degree of infiltration in Brazilian society at that time.

KEYWORDS: Brazilian Military Dictatorship; SNI; Theater.

** Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em História, com área de concentração em História e Cultura Histórica, na linha de História e Regionalidades, da Universidade Federal da Paraíba (PPGH-UFPB). Licenciada em História (2022) pela mesma instituição. E-mail: paulacarolinaufpb@gmail.com monstrous activity”, with its history marked by strong authoritarianism and a high degree of infiltration in Brazilian society at that time.



INTRODUÇÃO

AS ORIGENS DA ATIVIDADE DE INFORMAÇÕES NO BRASIL

Entender a história de poder e prestígio que envolve a montagem do Serviço Nacional de Informações (SNI) durante a ditadura militar brasileira (1964-1985) demanda remontar às origens da atividade de informações no país. O Conselho de Defesa Nacional (CDN), criado em 1927 a partir do decreto 17.999, durante o governo do presidente Washington Luís (1926-1930), foi o primeiro registro formal ligado à área de inteligência no país. Integrado pelo presidente da República e seus ministros civis e militares, bem como os chefes dos Estados-Maiores, o CDN era um órgão de perfil consultivo, incumbido de “estudar e coordenar as informações sobre “todas as questões de ordem financeira, econômica, bélica e moral, relativas à defesa da Pátria” (ANTUNES, 2001, p. 42-43).

A criação do CDN se deu diante da preocupação de acompanhar os agitados acontecimentos que marcaram os anos 1920 não só no Brasil, como no mundo: o movimento tenentista e operário, as crises econômicas que tiveram seu auge com a quebra da Bolsa de Valores norte-americana em 1929, as eventuais repercussões da Revolução Russa de 1917 etc. O Conselho acabaria sofrendo reformulações ao longo dos anos.¹ A primeira delas aconteceu em 1934, já com Getúlio Vargas na presidência do país. Neste ano, ele passou a se chamar Conselho Superior de Segurança Nacional (CSSN) e teve uma nova organização composta por uma Comissão de Estudos de Segurança Nacional, a secretaria-geral de Segurança Nacional e as Seções de Segurança Nacional, uma em cada ministério.²

Após a primeira reorganização, os objetivos principais do CSSN eram:

Estudar os problemas de tempos de paz que, por sua importância e natureza, pudessem afetar os interesses da defesa nacional; centralizar as questões referentes à defesa do país; e assessorar as relações entre a secretaria-geral de Segurança Nacional e os outros ministérios, nos assuntos de suas competências. (CNV, 2014, v. 1, p. 114).

Em 1937, mediante o artigo 162 da Constituição Federal recém-outorgada por Vargas, o CSSN também passou por reformulações, sendo renomeado Conselho de Segurança Nacional, mas mantendo-se fiel ao que desde o início fora o seu objetivo, isto é, a defesa da Pátria.

¹ Referentes à legislação e à nomenclatura do órgão.

² Para um resumo sobre o referido órgão, ver: COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. *Relatório*. Brasília: CNV, 2014, v. 1, p. 114.



Após a Segunda Guerra Mundial e, sobretudo, no contexto ideológico da Guerra Fria,³ verificaram-se mudanças relacionadas à atividade de informações na maioria dos países. A nova dinâmica político-econômica mundial demandou uma reestruturação dentro da área de inteligência, ocasionando a existência de uma “atividade de inteligência separada organizacionalmente” (ANTUNES, 2001, p. 38), para além do campo militar (as guerras), mas também na esfera civil, num processo que envolveu o desenvolvimento de polícias secretas, departamentos criminais de investigação, criação de agências especializadas em espionagem e contraespionagem etc.⁴

Assim, foi dentro deste contexto, no qual a atividade de informações passou por uma verticalização/automização, tornando-se “responsável pela detecção, apreensão, vigilância e armazenamento de informações sobre populações que poderiam ser consideradas subversivas” (ANTUNES, 2001, p. 44) e em que se percebeu a importância deste tipo de atividade para o respaldo de ações governamentais que, em 1946, já durante a gestão de Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), o CSN passou por mais uma reestruturação. Iria surgir, como parte da sua estrutura, através do Decreto n.º 9.775 de 6 de setembro, o Serviço Federal de Informações e Contrainformações (SFICI).⁵

O SFICI, que fora criado para reunir as informações produzidas pelo CSN, permaneceu, naquele momento, apenas no papel, “sem funcionários ou estrutura material” (CNV, 2014, v. 1, p. 115). Somente passaria a funcionar oficialmente enquanto órgão de informações no governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961). A ativação do SFICI ocorreu mediante o estímulo e prestígio do governo americano,⁶ uma vez que ela ocorreu dentro do cenário de polarização entre EUA e URSS. Em 1958, o órgão passou por uma reestruturação, ganhando maior autonomia e ficando diretamente subordinado à Secretaria Geral do CSN. Como parte deste processo, tem-se a que corresponde à sua estrutura:

³ Some-se a isso o advento da globalização, que proporcionou rapidez na circulação das informações através do desenvolvimento tecnológico.

⁴ Me refiro à evolução desta atividade enquanto uma corporação permanente.

⁵ O SFICI surge para suprir falhas na atuação da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional, que, diante do novo cenário internacional, já não era mais vista como eficaz.

⁶ Quatro brasileiros, sendo três militares e um delegado de polícia – Humberto de Souza Melo, Knack de Souza, José Henrique Soares e Rubens Bayma Denys –, foram enviados aos Estados Unidos, em 1956, para aprenderem a montar uma estrutura de inteligência semelhante à da CIA e do FBI no Brasil.



Com uma estrutura reduzida, em comparação a que vai ter o Serviço Nacional de Informações (SNI), e sem verbas próprias, o SFICI era composto por uma chefia e mais quatro subseções: exterior, interior, operações e segurança interna. No decorrer dos anos de existência do SFICI a preocupação com os problemas internos superaram as inquietações com o que ocorria para além das fronteiras brasileiras. (QUADRAT, 2012, p. 25-26).

Como órgão que deveria funcionar como uma agência central de informações para a União, hiato que existia até então, ao SFICI caberia realizar “pesquisa e monitoramento de ocorrências subversivas; acompanhar as ações dos partidos políticos; e elaborar estudos sobre a conjuntura política e a situação das entidades de classes” (CNV, 2014, v. 1, p. 115). Diante dessa série de remodelações, no início dos anos 1960, o órgão se encontrava bem instituído,⁷ inclusive, compreendendo um relativo acervo das áreas/grupos a quem competia observar. Apesar disso, ele não seria suficiente para os objetivos dos militares que chegaram em 1964 ao poder. É com esse pensamento, portanto, que logo após o golpe é criado um novo serviço de informações para o Estado brasileiro: o SNI, que graças ao seu processo de aperfeiçoamento na coleta de informações, bem como agigantamento, acabou conquistando muito respeito, tornando-se, segundo Alves (1989), um poder tão importante quanto o próprio Executivo, devido à sua poderosa prática de vigilância sobre qualquer assunto ou pessoa que ameaçasse a integridade do Estado de Segurança Nacional.

O SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES (SNI)

Como visto, o contexto da Guerra Fria demandou novas reflexões quanto à segurança nacional na maioria dos países ocidentais. A questão sobre quem seria agora o inimigo a ser combatido estava no cerne das discussões efetuadas mediante o cenário de luta contra a expansão soviética, liderada pelos Estados Unidos. Diante desse quadro, o pensamento de “contenção” do comunismo internacional fora bastante difundido entre os países alinhados aos EUA, o que demandou certa aliança entre suas forças de segurança para que as fronteiras, agora vistas muito mais como

⁷ Sobre esta questão, cabem algumas observações, de acordo com o exposto por Antunes (2001): para os militares mais próximos ao SFICI, que atuaram e/ou participaram de sua montagem, o órgão era bastante funcional, inclusive, contando com equipamentos muito modernos; já para aqueles ligados ao Serviço Nacional de Informações (SNI), serviço que o sucedeu, a sua ineficiência era nítida, contando com métodos incipientes de coleta de informações com um grau de confiabilidade questionável.



ideológicas do que propriamente geográficas, fossem defendidas coletivamente desse novo inimigo. Primordialmente um inimigo interno, que poderia ser identificado à sombra de qualquer pessoa que se mostrasse de alguma forma ligada ao movimento comunista.

No Brasil, este pensamento ganhou força com a Doutrina de Segurança Nacional (DSN) que, formulada nos EUA, alcançou influência no país, sendo reformulada e difundida pela Escola Superior de Guerra (ESG).⁸ A DSN serviu de base para o golpe dado pela coalizão civil-militar em 1964, bem como foi responsável pela manutenção do ciclo militarista brasileiro, uma vez que ela forneceu os ditames teóricos⁹ para a formação de um Estado forte, autoritário, imerso na ideia de uma guerra permanente/total. Sobretudo, uma guerra interna contra a subversão, face à ameaça comunista e a sua facilidade de penetração generalizada na sociedade. Portanto, visando meios para impor autoridade e preservar a ordem pública,¹⁰ eliminando ações subversivas, as Forças Armadas (FA), então dirigentes do processo político brasileiro, teriam como uma das suas estruturas defensivas e ofensivas a comunidade de informações,¹¹ cuja atribuição deveria ser a identificação do inimigo interno, visto como infiltrado por toda a sociedade brasileira com a missão de tomar o poder.

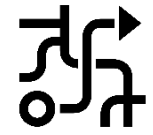
Em consequência da importância dada pela Doutrina de Segurança Nacional à questão de segurança interna, surgem no interior do aparelho militar e fora dele os serviços de informação (inteligência militar), que passam a concentrar todo e qualquer tipo de informação e a tratar de matérias de política, interna e externa. Neste caso, os serviços de inteligência militar, mas focados nos civis, assumem uma superioridade no bloco do poder, tendo em vista, principalmente, sua função de coleta, análise e julgamento das informações e, ainda, por serem eles que determinam as técnicas e estratégias (ação também) de suprimir os inimigos do regime. (BORGES, 2003, p. 35).

⁸ Instituição das Forças Armadas criada pela Lei n.º 785, em 20 de agosto de 1949, com o objetivo de ser um instituto de estudos para melhor preparação da corporação no que correspondia à segurança nacional, oferecendo cursos e palestras.

⁹ Sobretudo ligados ao controle das áreas político, militar e psicossocial.

¹⁰ Segundo Borges (2003), num regime que é montado seguindo os preceitos da Doutrina de Segurança Nacional, o novo dirigente se considera "autodotado", pois detentor de uma vocação revolucionária, carrega o poder de extinguir ameaças e garantir a propagação do movimento revolucionário.

¹¹ Dentre os órgãos que formavam esta rede havia, além do SNI, os centros de informações das Forças Armadas, como o CIE (Centro de Informações do Exército), o CISA (Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica), o CIA (Centro de Informações da Aeronáutica), as Divisões de Segurança e Informações (DSI) e Assessorias de Segurança e Informações (ASI), dentre vários outros espalhados pela administração pública.



Assim, em face da alegação de que o governo necessitava de um verdadeiro sistema de coleta de informações seguras, bem como que fosse “implantado um serviço que estivesse em conformidade com a Doutrina de Segurança Nacional” (FICO, 2001, p. 40), foi criado o SNI¹² três meses após o golpe, em substituição ao SFICI. A criação do SNI deu início a poderosa rede de informações que se constituiria durante o regime militar e foi uma das medidas iniciais tomadas por Castello Branco para instauração do Estado de Segurança Nacional.

O SNI apresenta particular interesse como instituição do Estado de Segurança Nacional. O quadro jurídico do Estado ficou estabelecido com o Ato Institucional Nº 1, mas a criação do SNI foi a primeira aplicação legal da Doutrina de Segurança Nacional, e lançou as bases do imenso Aparato Repressivo que se desenvolveria com o tempo. (ALVES, 1989, p. 74).

O Serviço, como era conhecido o SNI, fora concebido pelo general Golbery do Couto e Silva,¹³ que foi também seu primeiro chefe e um dos principais ideólogos do regime militar.¹⁴ Golbery, de acordo com o historiador Carlos Fico (2007), se preocupava com a questão da coleta de informações desde os anos 1950, tendo recolhido, já no Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES),¹⁵ material — fichas e dossiês — que foi levado para o SNI, órgão montado com o auxílio de consultoria norte-americana. O SNI foi criado com a intenção de aparelhar o Executivo, fornecendo informações necessárias para o conhecimento dos acontecimentos que circundavam o país, bem como para a tomada de decisões por parte da presidência

¹² Para um estudo sobre o SNI, ver, entre outros: Antunes (2001), Fico (2001) e Figueiredo (2005).

¹³ O projeto para criação do novo serviço de informações, de responsabilidade de Golbery, foi apresentado ao Congresso, por Castello Branco, em 11 de maio de 1964. A aprovação da lei que criava o SNI só ocorreu, contudo, em 13 de junho de 1964.

¹⁴ O general foi chefe do Serviço Federal de Informações e Contrainformação (SFICI), órgão antecessor do SNI, durante o governo de Jânio Quadros, criador do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), fundador do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), peça-chave do Conselho de Segurança Nacional, além de ter articulado a Campanha da Mulher pela Democracia (Camde).

¹⁵ Criado em 1961 por um grupo de empresários do Rio de Janeiro e São Paulo, bem como por oficiais ligados à ESG, o IPES foi um dos principais articuladores do golpe de 1964. Reunindo uma parte importante do empresariado brasileiro, jornalistas, intelectuais, gestores das principais agremiações de classes empresariais, além dos diretores de empresas multinacionais presentes no país, era uma instituição de viés político conservador, anticomunista, voltada à realização de estudos e debates sobre a realidade brasileira. Porém, por trás desse objetivo de produção intelectual, o instituto também tinha como alvo patrocinar um novo projeto de governo e de desenvolvimento para o Brasil, onde agiu pela derrubada do governo de João Goulart (1961-1964).



da República. No entanto, com o endurecimento do regime e a propagação cada vez maior de práticas repressivas para controle, desmobilização e moralização da população, o órgão acabou se tornando um poder extremamente importante, atuando como uma influente agência de espionagem dos cidadãos.¹⁶

Tal realidade esteve ligada ao processo de agigantamento do Serviço — e da própria comunidade de informações — ao longo da ditadura, em que acabou tendo suas atribuições ampliadas e a tarefa da coleta de informações aperfeiçoada. Podemos dizer que este processo se iniciou no final da década de 1960, com o acirramento das atividades dos grupos de oposição e a chegada de Costa e Silva, militar identificado como “linha dura”, à presidência da República.

O SNI era formado por uma Agência Central (AC),¹⁷ que “compreendia uma chefia,¹⁸ uma seção de informações estratégicas, uma seção de segurança interna e uma seção de operações especiais” (ANTUNES, 2001, p. 53-54), além de contar com Agências Regionais (AR) espalhadas pelas principais capitais do país.¹⁹

À Seção de Informações Estratégicas cabia planejar a pesquisa e a busca de dados que lhe fossem determinados, bem como reunir, processar e atualizar os dados colhidos e os estudos realizados. À Seção de Operações Especiais cabia realizar a busca especializada de informes e participar do planejamento de operações a serem realizados com outras agências. E, por fim, à Seção de Segurança Interna cabia identificar e avaliar os antagonismos existentes ou em potencial, que pudessem afetar à segurança nacional e realizar a análise e a adequada disseminação dos estudos realizados. [...]. Com a diferença de ter um número de efetivos bem menor do que a Agência Central, as Agências Regionais também eram divididas desta mesma forma. (ANTUNES, 2001, p. 54).

Em 1967, o SNI passa por um processo de ampliação da sua estrutura. O Decreto 60.940 de 4 de julho daquele ano transformou as antigas Seções de Segurança Nacional — órgãos complementares do CSN — nas Divisões de

¹⁶ Um bom apanhado sobre o que se tratou o SNI também pode ser visto em Alves (1989).

¹⁷ Inicialmente localizada no Rio de Janeiro, mas depois transferida para Brasília em 1967, basicamente a função da Agência Central (AC) era lidar com a grande massa documental produzida pelos órgãos de informações subordinados ao SNI, desenvolvendo uma atividade de triagem das informações coletadas.

¹⁸ O chefe do SNI possuía status de ministro, mas sem poder de veto, e seria nomeado mediante aprovação prévia do Senado Federal.

¹⁹ Chefiadas por um oficial superior, normalmente ocupante do posto de coronel de Exército, e com efetivo normalmente militar, mas também com pessoal recrutado de diferentes órgãos do serviço público federal, estadual e municipal, em 1988, o SNI contava com 12 agências regionais, a saber: Agência Rio de Janeiro (ARJ), Agência São Paulo (ASP), Agência Belém (ABE), Agência Manaus (AMA), Agência Porto Alegre (APA), Agência Recife (ARE), Agência Belo Horizonte (ABH), Agência Campo Grande (ACG), Agência Curitiba (ACT), Agência Fortaleza (AFZ), Agência Salvador (ASV) e Agência Goiânia (AGO).



Segurança e Informação (DSI).

Tratava-se da criação de uma vasta rede de espionagem, implantada em todo o país, além dos ministérios civis, as pastas militares obviamente também contavam com seus órgãos de informações, bem como todas as autarquias, fundações e demais órgãos públicos. (FICO, 2007, p. 176).

A partir disso, os ministérios civis contariam com as Divisões de Segurança e Informação (DSI) e as demais instituições públicas, como pastas militares, contariam com as Assessorias de Segurança e Informações (ASIS),²⁰ ambas à serviço do SNI, pois funcionariam como braços operacionais dele. Somou-se a esse processo de melhoramento da atividade de coleta e disseminação das informações a criação, em 1970, já durante o governo Médici (1969-1974), de um Plano Nacional de Informações (PNI).

O Plano foi uma iniciativa da Agência Central e buscava coordenar e fixar as prioridades do Sistema Nacional de Informações, estabelecendo os canais de exploração e regulando os fluxos de informações. Tinha como base os objetivos nacionais permanentes, traçados pelo presidente da República e pelo Conselho de Segurança Nacional. (ANTUNES, 2001, p. 55).

Este primeiro Plano, de responsabilidade de elaboração do general Carlos Alberto Fontoura, à época chefe do SNI, incluía a tarefa de elaborar uma Doutrina Nacional de Informações. Tal tarefa ficaria a cargo da Escola Nacional de Informações (EsNI),²¹ instituição a ser criada diante daquele cenário de desenvolvimento da área de informações e, sobretudo, de necessidade de melhor preparação dos agentes de informação, envolvendo-os numa linguagem comum, de mesmos princípios e técnicas.

Dado o amadorismo brasileiro no âmbito do serviço secreto, a EsNI²² veio preencher a carência do país quanto à formação do pessoal envolvido na atividade de informações que até então só contava com os cursos oferecidos pela ESG²³ e

²⁰ Qualquer instituição considerada importante, como, por exemplo, uma universidade, deveria contar com uma Assessoria de Segurança e Informações (ASIS).

²¹ A Escola foi instituída por meio do decreto n.º 68.448/71, de 31 de março de 1971, e teve o general Ênio dos Santos Pinheiro como responsável pela sua estruturação e formação, bem como seu primeiro diretor.

²² Ela foi montada em Brasília, ao contrário da Escola Superior de Guerra (ESG) e das demais Escolas de Estado-Maior das Forças Armadas, localizadas no Rio de Janeiro.

²³ A ESG foi pioneira na oferta de cursos de informações, remontando a 1959. Segundo Antunes (2001), eram cursos tido como de bom nível, mas que não tratavam necessariamente do setor de operações e contrainformações. E, de acordo com Quadrat (2012), havia uma diferença entre os cursos da ESG e da EsNI que envolvia a questão do aspecto prático, sendo a ESG uma instituição mais voltada à teoria.



outras Escolas de Estado-Maior das Forças Armadas,²⁴ como por exemplo os ofertados pelo Centro de Estudos e Pessoal do Exército (CEP),²⁵ tidos como ainda primários diante daquele contexto de agitação, de guerrilha.

A EsNI, com professores formados no exterior,²⁶ ofertava cursos e estágios tanto para civis como para militares, assim como recebia alunos estrangeiros. Com alunos designados pelos ministérios e pelas próprias FA, a instituição oferecia cursos de diferentes níveis, conforme a tarefa que o discente receberia ao sair dela ou que já desempenhasse. Eram os cursos A, B e C.

O curso A era destinado a militares e civis que ocupariam funções de Chefia e de analistas. O recrutamento era feito entre os oficiais superiores das Forças Armadas possuidores do Curso de Comando e Estado-Maior, e entre civis com nível superior. O curso era realizado em 41 semanas e abrangia dois módulos, A e B. Aqueles que realizavam o curso B, estavam dispensados do módulo A. Já o curso B era destinado a civis e militares que iriam ocupar as funções de Informações de nível médio ou de chefias em escalões intermediários do Sistema Nacional de Informações. Esse curso era realizado em 20 semanas. E os recrutados eram majores ou capitães e civis com nível equivalente. O nível mais baixo era o curso C que compreendia dois subcursos: C1 e C2. O C1 era destinado a capitães e tenentes e o C2 era voltado para os sargentos. O objetivo era formar quadros para as chefias das seções de informações, bem como o planejamento e a direção de operações de Informações. Os sargentos, por sua vez, seriam os agentes de informações, responsáveis pelas coletas de dados. (QUADRAT, 2012, p. 32).

Paradoxalmente durante o período da chamada “distensão” e “abertura política” iniciada pelo general Ernesto Geisel, que chegou à presidência em 1974, e continuada pelo governo de João Baptista Figueiredo (1979-1985), o SNI também passou por um relevante processo de desenvolvimento. Apesar do fim do período de enfrentamento armado, em que a velha noção de inimigo interno seria esvaziada de sentido, e mesmo com a política de uma abertura “lenta, gradual e segura”, em que se pretendia efetuar medidas de liberalização, mesmo que fortemente controladas pelos militares, o SNI, no final dos anos 1970, viveu um momento de expansão da sua estrutura, especialmente relacionadas ao seu orçamento, pessoal, equipamentos etc. tornando-se uma 4ª Força Armada na gestão de Figueiredo, de acordo com o

²⁴ É importante ressaltar que a qualificação dos agentes de informação brasileiros também era feita no exterior.

²⁵ Escola e centro de pesquisas vinculado ao Exército, que criou cursos de informações para oficiais e sargentos, bem como para formação do corpo de especialistas que atuaria nos órgãos de informações.

²⁶ Foi enviado pessoal para estudar na Alemanha, França, Estados Unidos e Inglaterra.



historiador Carlos Fico (2001). O Serviço, assim como toda a comunidade de informações, buscou, em meio a uma possível ameaça de extinção, formas²⁷ para se manter atuante e se apresentar ainda como órgão necessário para a segurança nacional, sob a justificativa de que o perigo comunista, da subversão, ainda pairava sobre o país.

A simples menção ao projeto de “distensão” gerou imensa reação interna nas comunidades de segurança e de informações. Na verdade, a atuação de ambas, contrapondo-se aos projetos de “distensão” e “abertura” políticas, foi um dos fatores mais importantes dentre os que pesaram na condução “lenta, gradativa e segura” que Geisel pretendeu imprimir à liberalização do regime. (FICO, 2001, p. 211).

De acordo com Antunes (2001), na chefia do general Octávio Medeiros, militar designado para comandar o SNI durante a gestão de Figueiredo, o órgão cria um serviço médico próprio; a Agência Central, localizada em Brasília, forma uma tropa de operações especiais integrada por paraquedistas; funda o Centro de Pesquisa de Segurança de Comunicações (CEPESC); cria a Prólogo, uma indústria gerada sob a influência da Secretaria de Informática da Presidência da República ainda no governo Geisel, e chega até mesmo a montar um estúdio de televisão em Brasília.

Após 21 anos de ditadura militar, no final do governo Figueiredo ocorreu a eleição do primeiro presidente civil do país, Tancredo Neves (MDB), que, por problemas de saúde, foi substituído por José Sarney. Naquele momento, o perigo do inimigo interno, do comunismo, da luta armada, eram questões a serem superadas. Assim, o que acontece com o SNI diante deste cenário? O Serviço, sob a chefia do general Ivan de Souza Mendes, é compelido a rever sua conduta, sendo levado a dar maiores atenções a questões externas, fugindo do estigma de violação dos direitos civis, ganho com o regime militar, assim como outras mudanças que estariam contidas no Projeto SNI,²⁸ lançado nos primeiros anos da Nova República. Apesar deste projeto que pretendia adaptar o SNI à nova realidade do país, criando uma nova imagem, de transparência, o órgão ainda continuaria vigiando problemas internos,²⁹ dada a agitação popular que marca o governo Sarney (1985-1990) e o seu necessário

²⁷ Cabe destacar, bárbaras e terroristas, como foram os casos do assassinato do jornalista Vladimir Herzog, nas dependências do DOI-CODI, do quartel-general do II Exército em São Paulo, e do atentado à bomba ao Riocentro.

²⁸ Uma ação resultante deste projeto foi a transformação da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional em Secretaria de Assessoramento de Defesa Nacional (SADEN).

²⁹ Como é o caso do movimento sindical que, segundo Costa (2020), se tornou o principal alvo do SNI neste momento.



acompanhamento. Seria somente extinto em 1990, já no governo Collor (1990-1992), através da Medida Provisória n.º 150 daquele ano, sendo sucedido pela Agência Brasileira de Inteligência (ABIN).

O TEATRO DE RUTH ESCOBAR SOB A MIRA DO SNI

Uma entre as várias esferas da sociedade civil a sofrer com a vigilância do SNI foi a cultural. Conforme pesquisa empírica iniciada em 2020 no Fundo SNI - Agência Recife,³⁰ no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC),³¹ a área enfrentou, além de dura censura, as ações de vigilância praticadas pelos agentes do respectivo órgão em decorrência de suas atividades de engajamento político e de oposição. Assim, foram atingidas expressões artísticas como teatro, música, cinema, artes plásticas e até espaços vinculados à produção cultural, uma vez que houve uma superpolitização da cultura depois do golpe de 1964 em razão do cenário de fechamento da ação política institucional, tendo a respectiva esfera se tornado imensamente importante durante a ditadura como um campo de formulação de críticas ao regime em vigor. É o que podemos observar, por exemplo, em um dos trechos da entrevista de Nelson Coutinho a Marcelo Ridenti:

As pessoas que tinham forte interesse pela política terminaram levando esse interesse para a área da cultura. Isso teve um lado positivo. Claramente a cultura tem uma dimensão política. Mas, às vezes, também teve um lado negativo, no sentido de que se politizaram excessivamente disputas que na verdade são mais culturais que partidariamente políticas. [...] A esquerda era forte na cultura e em mais nada. É uma coisa muito estranha. Os sindicatos reprimidos, a imprensa operária completamente ausente. E onde a esquerda era forte? Na cultura. (RIDENTI, 2014, p. 40).

O forte entrelaçamento entre engajamento político e ação cultural que foi

³⁰ Este acervo foi entregue pelo Arquivo Nacional à Comissão Estadual da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba (CEVPM-PB) em 4 de abril de 2016, e hoje encontra-se sob a guarda do Memorial da Democracia da Paraíba, localizado na Fundação Casa de José Américo, na capital paraibana. Somam mais de cinco mil arquivos digitais sobre os estados de cobertura da respectiva agência, a saber, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Rio Grande do Norte, produzidos entre os anos de 1979-1990.

³¹ Este trabalho de análise no referido fundo documental se estende até o momento atual, mas agora em nível de mestrado, ainda sob a orientação do Prof. Dr. Paulo Giovani Antonino Nunes, coordenador do Projeto PIBIC intitulado "A sociedade civil sob vigilância: atuação do Serviço Nacional de Informação (SNI) na Paraíba (1964-1985)" na UFPB, no qual atuei como bolsista de graduação, e que vem tendo grande relevância na produção historiográfica sobre a ditadura militar na Paraíba e no Nordeste, tendo como resultado um bom número de trabalhos, dentre os quais TCCs, artigos e dissertações de mestrado. Ver, por exemplo, Costa (2020), Soares (2020), Ferreira (2020) e Dias (2021).



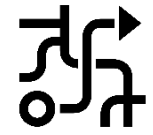
observado no Brasil da ditadura militar, bem como a existência da ideia de um regime “anticultural” consolidada entre os intelectuais, liberais e de esquerda³² à época propiciou, de certa maneira, a formação de uma consciência engajada entre artistas e intelectuais de esquerda no país. Portanto, foi dentro dos seus campos de atuação que estes passaram a expressar táticas de resistência e oposição aos militares, oportunidade em que seus espetáculos se tornaram não apenas lugares de entretenimento, mas espaços políticos, sendo por esta razão que se formou uma espécie de alerta entre os setores de segurança e informação para a área cultural. Nesse sentido, música, cinema e teatro acabariam sendo observados como poderosas armas ideológicas e de invalidação dos bons costumes, pois acreditava-se que se utilizavam da liberdade que a linguagem artística propiciava para propagarem o comunismo, tão combatido naquele momento, sobretudo, em razão da influência da DSN, que:

Associou diretamente o “subversivo”, portador de tensões e “contaminado” por ideias e influências “estranhas” (externas), ao comunismo, sendo este tratado de forma tão vulgar e imprecisa que abrangeu toda e qualquer forma de manifestação de descontentamento diante da ordem vigente. (PADRÓS, 2008, p. 146).

Dessa forma, a cultura, de modo geral, sofreu com a instauração da ditadura militar no território brasileiro, momento em que a atividade censória sobre as diversões públicas, que apesar de presente em momentos anteriores da história do país, uma vez que nunca foi uma tarefa difícil de ser realizada, foi aperfeiçoada, como pode ser observado no universo teatral. Neste, a censura ultrapassou o domínio das secretarias de segurança estaduais, chegando à esfera da União, essencialmente à Polícia Federal, conforme o artigo 8º, inciso VIII, alínea “d”, da Constituição Federal de 24 de janeiro de 1967, resultando em uma forte repressão dentro do movimento teatral em todo o Estado brasileiro, com a proibição de espetáculos e perseguição a vários dos seus artistas.

Uma das artistas a sofrerem com os amordaçamentos do regime militar no campo cultural foi a atriz e produtora de teatro Ruth Escobar, em razão de suas atividades políticas no meio artístico. O Teatro que leva seu nome, inaugurado em 1963, tornou-se em São Paulo um símbolo da resistência à ditadura militar, tornando-se palco de diversos profissionais, como dramaturgos, diretores, cenógrafos, entre

³² Para um panorama acerca da vida cultural brasileira durante a ditadura militar, ver Napolitano (2017).



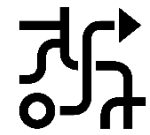
outros, e de várias encenações, a exemplo de Revista do Henfil, de autoria de Henrique de Souza Filho, mais conhecido como Henfil, e Oswaldo Mendes. Estreada em 1978, a peça ficou conhecida como o espetáculo de:

Maiores repercussão jornalística do Ruth Escobar. Evidentemente, essa visibilidade ocorreu não só pela qualidade do trabalho, mas também pela importância artística e política de seu autor, o cartunista Henfil, na luta contra a ditadura militar, em consonância com a campanha em prol da “anistia ampla, geral, irrestrita” e com a militância de seu irmão Herbert de Souza (Betinho) exilado pelos governos militares. (PATRIOTA, 2018, p. 218-219).

Tendo percorrido diversas cidades pelo país e sido apresentada em sindicatos, favelas, praças públicas e também presídios, realidade última esta iniciada “durante a excursão do espetáculo nas regiões Norte e Nordeste, sendo que, entre os espectadores, estiveram presos políticos e presos comuns” (PATRIOTA, 2018, p. 219), a peça é tema de dois entre os vários documentos que compõem o Fundo SNI - Agência Recife, por sua vez caracterizados como “sensíveis” (BAUER; GERTZ, 2015), pois são arquivos frutos da repressão, produzidos por órgãos de segurança e informação durante períodos de ausência da democracia, e que por esta razão denotam um tratamento metodológico próprio que inclui ética, cruzamento das informações destacadas etc.

Assim como todos os documentos que formam o respectivo acervo, os dois que dizem respeito ao espetáculo são denominados de ACE, sigla para Arquivo Cronológico de Entrada, que era formado por “documentos pertinentes a um mesmo assunto, pessoa, entidade ou fato, produzidos ou recebidos pelo SNI, reunidos em um mesmo dossiê” (ISHAQ; FRANCO; SOUSA, 2012, p. 60). Um deles trata-se do ACE N.º 365/79, datado de 14 de maio de 1979. Este é constituído pela INFORMAÇÃO N.º 49/79-SI/SR/DPF/PE, em que faz referência a um informe de 9 de maio daquele ano, INFE N.º 98/79-SI/SR/DPF/PE, e tem como assunto “Ruth Escobar - fins a que se destinam fundos obtidos com a apresentação de sua peça no Nordeste”. O mesmo apresenta dois anexos, cópia do ingresso do espetáculo e fotografia.

De acordo com o documento, a atriz, naquele momento, encontrava-se em uma espécie de turnê pelo Nordeste com a peça Revista do Henfil, que teria sido apresentada em Recife, no Teatro Santa Isabel, e aos presos políticos e comuns alocados no Presídio de Itamaracá. Durante sua passagem pela capital do estado, Escobar havia recebido “apoio ostensivo” de Dom Hélder Câmara, que teria marcado



presença em uma das apresentações da peça, registrada em uma foto em que os dois se cumprimentavam.

No entanto, a apresentação do espetáculo não teria ficado restrita apenas ao estado de Pernambuco:

Através do INFORME de referência, este OI difundiu cópia xerográfica de um bilhete deixado por “WAGNER” na portaria do Hotel Jangadeiro, nesta Capital, destinado à mencionada Atriz, bilhete esse que deixava claro estar sendo organizada uma apresentação da Peça em CAMPINA GRANDE/PB, com o objetivo de angariar fundos para o “COMITÊ BRASILEIRO PELA ANISTIA” e para as greves de professores previstas naquele Estado. **(ARE_ACE_365_79. Fundo SNI – Agência Recife).**

Assim, além de levantar os dados de qualificação do autor do bilhete, que teria como nome completo Wagner Braga Batista e suas ligações com dois indivíduos ligados ao Partido Comunista Brasileiro, dentre outras informações, o documento demonstra o grau de vigilância efetuado pelo SNI, que confirma o que havia sido apurado pelo informe que dá origem à referida Informação:

No dia 10-MAIO-1979 efetivamente foi apresentada “REVISTA DO HENFIL” em CAMPINA GRANDE/PB e nos ingressos (cópia anexa) para referida Peça foram impressas as palavras de ordem “TODO O APOIO À LUTA DOS PROFESSORES” - “ANISTIA AMPLA GERAL E IRRESTRITA” (CBA - CAMPINA GRANDE). **(ARE_ACE_365_79. Fundo SNI – Agência Recife).**

Para finalizar, o ACE em questão apresenta uma espécie de parecer sobre o comportamento da atriz:

Os contatos mantidos por RUTH ESCOBAR e o acatamento dessa Atriz à ostensiva utilização de suas apresentações como forma de arrecadação de fundos para o fomento de atividades várias de contestação política, fazem vislumbrar seu comprometido com organizações de esquerda que agitam tais bandeiras. **(ARE_ACE_365_79. Fundo SNI – Agência Recife).**

O outro documento que faz alusão ao espetáculo em questão é o ACE N.º 2030/79, datado de 6 de junho do mesmo ano. Composto por um informe, o INFE N.º 4811/05/79-CI/DPF, tem como assunto “Peça teatral “Revista do Henfil” - Ruth Escobar - João Pessoa/PB”, o que na realidade acaba por explicitar uma continuidade da atividade de vigilância efetuada pela Agência Recife sobre as apresentações da peça pelo Nordeste, notadamente nos estados de sua abrangência:

Nos dias 11 e 12 MAI a empresária e atriz RUTH ESCOBAR também se apresentou com a peça teatral “REVISTA DO HENFIL” em JOÃO PESSOA/PB, tendo introduzido modificações no texto original, apesar de o Sr. WALTER



ROBERTO MALTA, responsável pelo espetáculo, ter sido previamente advertido pelo Órgão Regional da DCDP, naquela Capital, quanto à obediência nos cortes assinalados no texto liberado. **(AC_ ACE_2030_79. Fundo SNI – Agência Recife).**

A exemplo do que ocorrera na cidade de Campina Grande, também na capital do estado foram angariados recursos para a greve dos professores das escolas estaduais, que parecia estar em evidência naquele momento:

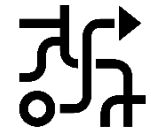
Antes do início da encenação foi lido, pela nominada, um manifesto elaborado pelos estudantes da UFPB, em apoio (segundo ela, irrestrito) ao movimento grevista dos professores da rede oficial de ensino do Estado da PARAÍBA. Após a leitura, RUTH ESCOBAR anunciou que 50% (cinquenta por cento) da renda daquele espetáculo se destinava ao “fundo pecuniário da greve”. **(AC_ ACE_2030_79. Fundo SNI – Agência Recife).**

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste artigo, abordamos a história da atividade de informações no Estado brasileiro partindo daquela que é tida como a primeira expressão formal deste ramo no país, o CDN, nascido em plenos anos 1920, e passando pelos órgãos posteriores, o CSSN (1934), o CSN (1937) e o SFICI (1956),³³ para tentarmos compreender o embrião da área de inteligência no Brasil. Este percurso foi feito com o intuito de visualizarmos o desenvolvimento desta atividade até a chegada do golpe em 1964, ano em que é fundado o SNI, órgão que exerceu, trazendo à tona expressão usada pelo seu próprio criador, o general Golbery do Couto e Silva, “monstruosa atividade”, especialmente, pelo agigantamento vivenciado pelo órgão ao longo da ditadura, dado o prestígio adquirido, o autoritarismo que envolvia suas atividades e o seu alto poder de infiltração na sociedade civil durante o regime militar.

Assim, tendo em vista o campo de vigilância do Serviço focado neste trabalho, isto é, a cultura, os dois documentos apresentados, frutos de nossa pesquisa empírica no Fundo SNI - Agência Recife, elucidam bem parte da repressão ao setor durante a vigência da ditadura. Mesmo sob forte amordaçamento, ele se tornou um importante eixo de oposição e resistência contra o Estado autoritário, demonstrando a forte vinculação entre cultura e política nesse momento, o que atraiu enorme prestígio

³³ Como visto, embora o órgão tenha surgido, no papel, em 1946, durante o governo Dutra, compondo a estrutura do CSN, foi ativado no ano de 1956.



perante a sociedade civil imersa num Estado de verdadeiro terror e sem muitas opções com que contar.

Ruth Escobar, portanto, foi apenas uma, dentre um conjunto maior de artistas, que no período usou de seus espaços de atuação no mundo das artes, onde aparentemente apenas o entretenimento deveria ser o foco, para militar por demandas sociais e políticas do momento, como a Campanha pela Anistia. Trata-se, pois, de uma importante demonstração de como a arte pode resistir a anos de obscurantismo, assim como o que viveu a sociedade brasileira entre 1964 e 1985, e que este ano completa quase seis décadas, fornecendo uma lição que é sempre válida de se ressaltar: “lembrar para não esquecer”.

REFERÊNCIAS

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1989.

ANTUNES, Priscila C. B. *SNI e ABIN: uma leitura da atuação dos Serviços Secretos brasileiros ao longo do século XX*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas Editora, 2001.

BAUER, Caroline Silveira.; GERTZ, René E. “Fontes sensíveis na história recente”. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de. (Org.) *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2015: p. 173-193.

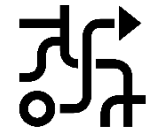
BORGES, Nilson. “A doutrina de Segurança Nacional e os governos militares”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.) *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (O Brasil Republicano, vol. 4), p. 13-42.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. *Relatório*. Brasília: CNV, 2014, v. 1, 976 p. Disponível em <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/index.php> Acesso em fevereiro de 2022.

COSTA, M. P. *A vigilância do Serviço Nacional de Informações (SNI) sobre o movimento sindical paraibano (1979 -1987)*. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC): UFPB, João Pessoa, 2020.

DIAS, Elissandra Maria Costa. *Vigilância e controle: atuação do SNI sobre a comunidade acadêmica da Universidade Federal da Paraíba (1964-1985)*. Dissertação (Mestrado em História): UFPB, João Pessoa, 2021, 256 p.

DREIFUSS, René. *A conquista do Estado. Ação política e golpe de classe*. Petrópolis: Editora Vozes, 1981.



FERREIRA, Olga Larissa Vieira. “Onde termina a justiça social e começa a subversão?” *Igreja católica progressista e movimentos sociais no campo sob a vigilância do SNI na Paraíba (1975-1985)*. Dissertação (Mestrado em História): UFPB, João Pessoa, 2020, 264 p.

FICO, Carlos. *Como eles agiam: os subterrâneos da Ditadura Militar. Espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FICO, Carlos. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FIGUEIREDO, Lucas. *Ministério do silêncio: a história do serviço secreto brasileiro de Washington Luís a Lula (1927-2005)*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

ISHAQ, Viven et al. *A escrita da repressão e da subversão, 1964-1985*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012.

NAPOLITANO, Marcos. Esquerdas, política e cultura no Brasil (1950-1970): um balanço historiográfico. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 58, p. 35-50, jun. 2014.

NAPOLITANO, Marcos. *Coração civil: a vida cultural brasileira sob o regime militar (1964-1985) – ensaio histórico*. São Paulo: Intermeios: USP – Programa de Pós-Graduação em História Social, 2017. (Coleção Entr(H)istória).

PARAÍBA. Comissão Estadual da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba. *Relatório final/ Paraíba*. Comissão Estadual da Verdade e Preservação da Memória do estado da Paraíba; Paulo Giovani Antonino Nunes et al. – João Pessoa: A União, 2017.

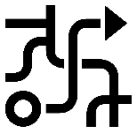
PATRIOTA, Rosângela. Ruth Escobar e a cena teatral brasileira da década de 1970 - exercícios de liberdade e práticas de resistência. In: MENEZES, Lená Medeiros de; PAGNOTTA, Chiara. (Org.). *Itinerários Europa-América Latina - dos processos aos aportes biográficos*. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Ayran, 2019, v. 1, p. 257-274.

PADRÓS, Enrique Serra. Repressão e violência: segurança nacional e terror de Estado nas ditaduras latino-americanas. In: FICO, Carlos et al. *Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008. p. 143-178.

QUADRAT, Samantha Viz. A preparação dos agentes de informação e a ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985). *VARIA HISTORIA*, Belo Horizonte, vol. 28, no 47, jan/jun 2012.

RIDENTI, Marcelo. Cultura e política nos anos 1960-1970 e sua herança. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (Org.). *O Brasil republicano: o tempo da ditadura. Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

RIDENTI, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da TV*. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Editora Unesp, 2014.



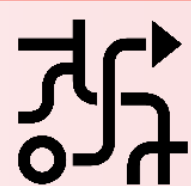
SOARES, Maria Tereza Dantas Bezerra. *A política paraibana vigiada: políticos e militantes sob os olhos do SNI (1964-1985)*. Dissertação (Mestrado em História): UFPB, João Pessoa, 2020, 229 p.

FONTES

Fundo SNI – Agência Recife. Acervo disponível no Memorial da Democracia da Paraíba, localizado na Fundação Casa de José Américo (FCJA).

Recebido em 14/08/2023

Aprovado em 23/10/2023



ROCHA, Dayse de Jesus*

<https://orcid.org/0000-0002-0903-1212>

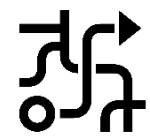
RESUMO: A história e o historiador produzem o diálogo composto pelo entrelaçamento das memórias percebidas e não percebidas e os sentidos dados a elas pelos sujeitos. Dentro desta perspectiva de memória, nasce a inquietação de investigar, qual o papel do riso. Se ele é sentido ou ressentido, no contexto da ditadura civil militar entre os anos de 1960 a 1980. O objetivo desta pesquisa consiste, portanto, em fazer um estudo das charges criadas pelo cartunista Henrique de Sousa Filho (*Henfil*) e seu trabalho realizado no semanário, *O Pasquim*, bem como, a forma que elas foram trabalhadas no contexto de censura e ditatorial do Brasil. Nesse propósito, serão trabalhados os conceitos de memória, ressentimento, riso, humor político e as formas de como esses afetos transitam no meio social e coletivo. Através do saber histórico e as formas recentes do fazer história, surgem novas práticas discursivas e, uma nova posição é assumida pelo sujeito numa determinada conjuntura histórica. Desta forma, para entender como parte de um processo de linguagem funciona, será feita uma reflexão sobre quem a realiza, onde se realiza, através de quais meios, as motivações que impulsionam a ação. Desta maneira, recorro às charges de Henfil, lançadas na revista *Fradim* em 1972, como recorte documental, com o intuito de viabilizar o entendimento da ação artística, suas linguagens e a forma que estas revelam intenções que vislumbram mudanças nas políticas públicas, de modo, a alcançar todas as classes sociais, através do conjunto dos rastros deixados pela construção das memórias e dos traumas ocorridos nas sociedades.

PALAVRAS-CHAVE: Memória; Riso; Ditadura; Henfil.

ABSTRACT: History and the historian produce a dialogue composed of the interweaving of perceived and unperceived memories and the meanings given to them by the subjects. Within this perspective of memory, the restlessness of investigating what is the role of laughter is born. If he is felt or resentful, in the context of the military civil dictatorship between the years 1960 to 1980. The objective of this research is, therefore, to make a study of the cartoons created by the cartoonist Henrique de Sousa Filho (*Henfil*) and his work carried out in the weekly, *O Pasquim*, as well as the way they were worked in the context of censorship and dictatorial Brazil. For this purpose, the concepts of memory, resentment, laughter, political humor and the ways in which these affections transit in the social and collective environment will be worked on. Through historical knowledge and recent forms of making history, new discursive practices emerge and a new position is assumed by the subject in a given historical context. In this way, to understand how part of a language process works, a reflection will be made on who performs it, where it takes place, through which means, the motivations that drive the action. In this way, I resort to Henfil's cartoons, released in *Fradim* magazine in 1972, as a documentary clipping, with the aim of enabling the understanding of artistic action, its languages and the way in which they reveal intentions that envisage changes in public policies, so, to reach all social classes, through the set of traces left by the construction of memories and traumas that occurred in societies.

KEYWORDS: Memory; Laughter; Dictatorship; Henfil.

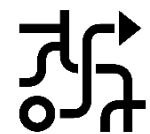
* Mestra pelo programa de Pós Graduação em Performances Culturais na linha, Teorias e práticas da Performance da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás. Especialista em História e Cultura da Universidade Federal de Goiás Licenciada em História pela Escola de Formação de Professores e Humanidades da Pontifícia Universidade Católica de Goiás.



INTRODUÇÃO

O objetivo deste estudo é compreender os rastros e os traços das reverberações do riso como instrumento político entre os anos 1969 a 1980. Para o recorte da presente análise utilizaremos as charges feitas por Henrique de Sousa Filho (Henfil) em sua passagem pelo Semanário, *O Pasquim*. A justificativa para a delimitação deste tema surge da necessidade de investigar através da ótica do humor político, caminhos que os traços de Henfil percorrem para a liberação do riso e como ele atua na memória ressentida neste período histórico. Desta forma, mostraremos que o riso pode ser utilizado de acordo com um contexto específico, em forma de protesto, denúncia de relações hierárquicas entre os governantes e governados e entre dominantes e dominados. Com criatividade e humor, Henfil faz parte desta ressignificação do riso, pois introduz suas charges, com a finalidade de fortalecer a importância da consciência social, pois, caracteriza sua arte, encaixando-a aos acontecimentos do momento, fazendo que o riso apareça, através de um conteúdo carregado de ironia. Existe nesse riso um lado subversivo e revolucionário que desperta feições amigáveis e ambivalentes. Essa estratégia usada por Henfil em seus traços concisos será o ponto central na discussão proposta neste artigo.

Para tanto, utilizaremos os três personagens do “alto da caatinga” compostas por: Bode Orelana, Graúna e Zeferino, lançados na revista *Fradim* em 1972. A biografia feita por Tárík de Souza, escrita em 1984, será de grande valia para o entendimento do perfil político de Henfil. Quanto às referências teórico-metodológicas que farão parte desta pesquisa, elas se dividem entre obras historiográficas que abordam conceitos da nova história política, memória, riso, ressentimento e humor político. Utilizaremos reflexões acerca do sentido do riso e do humor. Para tanto, consideraremos as observações de raízes do riso feitas pelo historiador Elias Thomé Saliba (2002). A filosofia de Henri Bergson (2007) traz as motivações do riso e sua comicidade. Georges Minois (2003) e suas interlocuções entre o riso e o escárnio, no político e social. Verena Alberti (2002) discute as relações entre o riso e o pensamento. Esses autores ressaltam as variações e interpretações do riso, bem como, sua importância como mecanismo e instrumento, persuasão e interação social que unem os indivíduos ao longo dos tempos. A partir disso, esperamos chamar a atenção para o processo de transformação que a sociedade atravessa, por meio desse mecanismo aqui identificado: o riso.



HENFIL: DA MEMÓRIA REPRESSIVA À MEMÓRIA TRANSGRESSORA

Uma das funcionalidades da memória é sua capacidade latente de se produzir, e fazer-se presente a partir do retorno ao passado. Diante disso, compreendemos que as memórias têm um papel social e político no período conturbado da ditadura militar brasileira. Portanto, vemos que existe diálogo da perspectiva social, com a produção do cartunista Henfil, pois, ele explora uma gama de questões de forma clara e concisa como: disputa pelos espaços sociais; projetos do povo para o povo; violência cotidiana entre outros. É a partir desses desdobramentos que ele viabiliza a faceta do riso popular como forma de expor a conjuntura ditatorial. Com um método explícito, através do traço que expõe a repressão e a desigualdade, ele trabalha o caráter social do riso e sua convivência com as instâncias do poder. Acreditamos que através das pesquisas dos teóricos que serão apresentados no decorrer do trabalho acerca da memória e o trabalho de humor gráfico de Henfil, poderemos mostrar que o resgate da memória sobre a ditadura militar brasileira, contra revisionismos e negacionismos, podem ser revisitados a partir das recordações e elaborações que as imagens são capazes de transmitir.

As produções das narrativas são organizadas através dos rastros deixados para o exercício de uma reflexão crítica, tal qual vemos em Chartier, “existe um vínculo estabelecido entre as representações produzidas pelo passado” (CHARTIER, 1993, p. 09), que neste caso, se dá nas relações estabelecidas entre a memória, história e os sujeitos que compõem os espaços sociais. Nesse contexto, tanto o chargista quanto o governo, possuem representações e identificações com os sujeitos. Cada um ao seu modo mobiliza sua representatividade, no engajamento de suas convicções.

Temos de um lado, uma estrutura do chargista que visa ações e movimentos para a construção da democracia e consciência social, e do outro, a estrutura governamental que implementa o autoritarismo. Diante disto, podemos perceber que as representações, podem ser apropriadas e direcionadas para questões socialmente motivadas, e esse processo viabiliza o processo formacional de condutas políticas e sociais.

Esta prática discursiva que correlaciona as representações entre, memória e história, será convocada na linguagem carregada de símbolos dos traços finos de Henfil, que notadamente se opõe a linguagem repressiva do governo vigente.

Pêcheux nos diz que, “toda prática discursiva está inscrita no complexo contraditório-desigual-sobre, determinando as formações discursivas que caracteriza a instância ideológica em condições históricas dadas. (PÊCHEUX, 1990, p. 213)”, portanto, ao realizar sua prática discursiva, o sujeito insere suas ideias nos fios da memória, de forma a possibilitar uma nova materialização discursiva, que possibilitará outras direções, outros sentidos, outros mostrares e outros efeitos.

Nesse sentido, Henfil tem papel social importante, pois, insere sua arte gráfica no protesto contra as marcas da repressão, autoritarismo e hipocrisia das elites. Denuncia as relações hierárquicas ocorridas entre os políticos e empresários de grandes indústrias que traziam o progresso que fortalecia a burguesia. Foi neste cenário de desigualdades que suas charges¹, buscavam provocar e despertar uma identificação com o leitor, pois, seus desenhos, tratavam temáticas que careciam de um olhar com mais sensível, como os exageros de pobreza de determinadas regiões em contraste com a riqueza de outras. Na charge abaixo, vemos uma crítica à fome, a qual era sempre vinculada como característica do Nordeste.

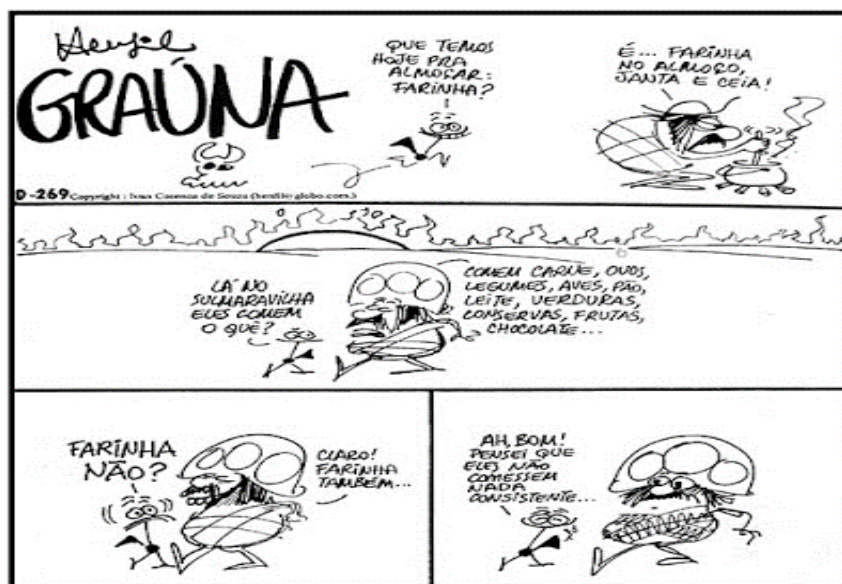
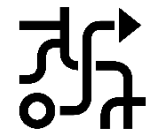


Figura 1. Fonte: Revista Fradim nº 24

Notam-se nessa charge traços e símbolos de uma mensagem que denuncia a miséria e a desigualdade das classes e a escassez de alimentos. Tal narrativa sugere a necessidade dos órgãos públicos desenvolverem políticas públicas de

¹ A charge é um gênero que se relaciona com as notícias do momento em que é produzido, sem esse referencial perde-se o sentido. Fonte: <http://blogauladeportugues.blogspot.com>

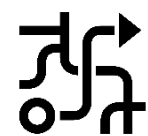


inclusão que atendam a todos, sem práticas excludentes. Nesse caso, tanto a memória individual como a coletiva remetem às situações vividas em torno da desigualdade. O chargista transporta para seus traços, memórias que se engajam na luta de consciência de classe. Henfil retrata desigualdades sociais, preconceitos e torturas, e com isso seus personagens incomodam cada vez mais o alto escalão do governo. Desta forma, sua figura representativa de lutas de conscientização, representante da democratização e ativista das diretas já, fixou-se e ganhou notoriedade, quando começou sua atuação no jornal *O Pasquim*². O semanário era famoso por manter um viés crítico, humorístico e satírico, composto por um grupo de amigos intelectuais que se juntaram para falar de assuntos sérios, utilizando o riso como ferramenta. Além de Henfil, o semanário contou com participantes famosos como: Ziraldo, Jaguar, Glauber Rocha, Millôr Fernandes entre outros.

Com uma postura irreverente e audaciosa, Henfil utilizava em seus personagens, uma dose de artimanhas performáticas, pois cada um possuía uma marcante qualidade de comportamento. Zeferino era um cabra macho destemido. Orelana, era um bode que comia livros, traduzia na oralidade a ideia de intelectualidade. Graúna, um pássaro em formato de ponto de exclamação, analfabeta, porém, possuía uma esperteza que lhe era peculiar. Com esses personagens inseria ações dentro da sua temporalidade, com um intuito de acrescentar um papel de consciência social atrelando os seus traços às manifestações e realidades do tempo presente. Coloca desta forma ao alcance de vários grupos sociais, o risível e o não risível, inerente à forma de comunicação característica às charges, também carregadas de empatia e signos, capazes de mostrar um contexto de riso ou escárnio. Com o desenvolvimento de seu trabalho, caminhos são abertos para Henfil se engajar na luta de democratização do Brasil, contra a ditadura, anistia dos presos políticos e Diretas já.

²- O Pasquim foi um jornal tabloide semanal de circulação nacional, criado no Rio de Janeiro, em 26 de junho de 1969, pelos jornalistas Tarso de Castro, Sérgio Cabral e Carlos Prósperi e pelos cartunistas Claudius Ceccon e Jaguar (Sérgio Jaguaribe). Defensor da liberdade e da democracia, o jornal se destacou pelo caráter altamente crítico, corrosivo, debochado e bem-humorado que estampou suas páginas em pleno auge do regime militar e do Ato Institucional nº 5 (AI-5). Em seu conteúdo, O Pasquim combateu não apenas o autoritarismo militar, mas também a ditadura dos costumes, no cerne tradicionalista da sociedade burguesa carioca (e brasileira).

Fonte: http://wpro.rio.rj.gov.br/revistaagcrj/wp-content/uploads/2016/11/e06_a17.pdf

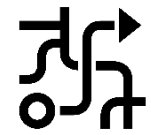


Dentro desse contexto autoritário, a charge de Henfil também se expressa como um riso ressentido. Representação do riso ressentido do povo simples, dos campos e das fábricas. Riso este que o indivíduo esconde, pois, vive dentro de um sistema repressivo. Esse riso ressentido aparece no momento em que as críticas são feitas diretamente aos “donos do poder”. Logo, através do riso, cínico e dissimulado, os dominados sentem-se no limiar da liberdade, pois podem se expressar ao largo da repressão. Desta maneira, como salienta Alberti (2002), o riso torna-se uma espécie de escape na demonstração da alegria, pois passa a coexistir dentro de um espaço social compartilhado, logo, “o riso é um prazer” (ALBERTI, 2002, pág. 43), capaz de trazer mesmo que momentaneamente o esquecimento nas relações de sofrimento.

O chargista Henfil denuncia os atos contra a liberdade de expressão do sistema vigente por meio de seus personagens, transportando ideias de igualdade social e racial, pois, acredita que todas as pessoas merecem as mesmas oportunidades. O trabalho do chargista pode ser considerado um discurso que refletia um desejo de mudança de realidade, visto que, lhe interessava um diálogo articulado, onde questões como: quebra de padrões, liberdade de expressão, justiça social, acesso à saúde e educação de qualidade, eram pautas frequentes presentes em todos os seus trabalhos. Podemos afirmar que, ao recorrer ao riso, Henfil preocupou-se em fornecer através das suas charges, uma forma de interpretação individual e coletiva, que deu início a um processo histórico inovador e sensível no que tange a compreensão entre riso e memória.

O conteúdo demonstrado nas charges faz com que os indivíduos se identifiquem com as mensagens ativem as relações imaginárias dos afetos que, por conseguinte, ativam as memórias coletivas. O que liga imagetivamente cenários distintos de pobreza, preconceito e segregação, também evidencia os problemas sociais que compõe o cerne de conflitos ocorridos na sociedade brasileira em tempos de censura e repressão. Esses modos de recordações coletivas podem variar temporalmente e são definidos culturalmente, por isso, os modos de atuação por meio das charges, se conectam por vários espaços.

Nesse aspecto, Maurice Halbwachs (1990) assevera que a memória apoia-se no que foi vivido, pois as lembranças são construídas em meio às interações com a sociedade, grupos e instituições, que a memória individual existe sempre a partir de uma memória coletiva e também seletiva. Desta forma, podemos concluir que o



chargista faz o mesmo exercício de inter-relações entre o que foi vivido no passado e as representações do presente.

Dentro do jornal *O Pasquim*, Henfil alcança destaque de personalidade influenciadora da democracia com traços que conjugam linguagem, espaço, temporalidade e história. Todo esse processo de rememorar afetos através das charges concebe a reflexão sobre a memória e o esquecimento, bem como, a dicotomia existente entre estes dois conceitos. O que de fato lhe interessa, é anunciar que existe uma dominação articulada no poder, advinda da união dos setores conservadores com os aliados dos militares, as promulgações do AI5. Notemos que as memórias também são passíveis de dominação, esse domínio também pode ser percebido por meios físicos de acordo com o pesquisador das memórias Paul Ricoeur:

[...] a memória imposta está armada por uma história ela mesma “autorizada”, a história oficial, a história apreendida e celebrada publicamente. De fato, uma memória exercida é, no plano institucional, uma memória ensinada; a memorização forçada encontra-se assim arrolada em benefício da rememoração das peripécias da história tidas como os acontecimentos fundadores da identidade comum... história ensinada, história apreendida, mas também história celebrada. (RICOEUR, 2007 Pág. 98).

A memória apreendida que Ricoeur se refere, está centrada na crítica que o espírito revolucionário de Henfil denunciava, uma crítica reforçada na contestação dessa memória imposta por um discurso dominante que ocultava os verdadeiros fatos ocorridos. O chargista faz a captura da história de uma maneira cômica, por meio de um humor visual que satiriza o medo e o processo de repressão que penetra nos meios sociais. Logo:

Pode-se falar em traumatismos coletivos e em feridas da memória coletiva, não apenas no sentido analógico, mas nos termos de uma análise direta. A noção de objeto perdido encontra uma aplicação direta nas “perdas” que afetam igualmente o poder, o território, as populações que constituem a substância de um Estado (RICOEUR, 2007, p. 92).

O autor refere-se as perdas que são guardadas nas memórias e de como esse rememorar pode ser refletido em vários aspectos ligados a vida individual e em sociedade. Em tempos conflituosos de ditadura, as perdas foram expressivas e os abusos da memória configuraram uma forma de legitimar o abuso de poder de perpetuar relações de dominância, bem como, formas de distorcer realidades. A narrativa crítica da charge entra nesse universo de memórias como forma de desnudar

um sistema de banalização da violência e tortura, atuando contra a naturalização de ações de desigualdades sociais. Desse modo, Henfil trata de colocar a charge em um patamar de elucidação da memória, demonstrando de forma evidente os vestígios do autoritarismo em seus traços.

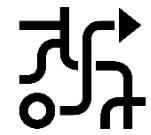


Figura 2 - Henfil — O Pasquim, Rio de Janeiro, 31.08.1979.

Seu método escancarado não utilizava paliativo, intencionalmente, o chargista expunha a estrutura militarizada, que prendia os opositores ao regime e os torturavam. Segundo Gaspari (2002, pg. 357), “O exército brasileiro tinha aprendido a torturar”, na concepção de Henfil, práticas de torturas deveriam ser combatidas. Nesse sentido, a charge atuou, como uma ruptura do silêncio e do apagamento da memória, evitando que ela fosse manipulada, como um mecanismo de resistência contra sistemas repressores e autoritários.

INTER-RELAÇÕES ENTRE A MEMÓRIA, ESQUECIMENTO, RESENTIMENTO E O RISO: PODERIA SER CÔMICO SE NÃO FOSSE TRÁGICO

Ao abordarmos as relações existentes entre memória, esquecimento, ressentimento e riso notem que a história está repleta de sensibilidade, portanto, o historiador está cercado e demarcado por uma multiplicidade de afetos. Estes afetos ao mesmo tempo em que ilustram o sujeito com suas marcas, o ajudam a perceber o mundo e a entendê-lo. Nessa perspectiva, a memória construída do passado para o presente, pode desencadear estímulos sofridos por meios de recordações que sobreviveram de acontecimentos não agradáveis, trazendo à tona os ressentimentos. Traz questões sensíveis que estão acorrentadas nas memórias, cujos, temas fazem parte da História de ódios, bem como, o fantasma da morte e o lugar dos excluídos



que sofreram humilhações impostas pelas relações entre os afetos e o político, entre a sociedade e o Estado. Em Pierre Nora (1993), os fatos precisam estar encerrados para que se tenha memória sobre o fenômeno, assim a consciência se desenvolverá normalmente a partir daquele signo acabado.

Para além da metáfora, é preciso ter a noção do que a expressão significa: uma oscilação cada vez mais rápida de um passado definitivamente morto, a percepção global de qualquer coisa como desaparecida – uma ruptura de equilíbrio. O arrancar que ainda sobrou de vivido no calor da tradição, no mutismo do costume, na repetição do ancestral, sob o impulso de um sentimento histórico profundo. A ascensão à consciência de si mesmo sob o signo do terminado. (NORA, 1993, p. 07).

O historiador francês, diz que não poderíamos habitar nossa memória, pois, se o fizéssemos não existiria a necessidade dos lugares de memórias, tendo em vista, que a memória é construída em um espaço social onde os rastros constroem a narrativa da história. Em conformidade com Nora (1993), acerca das memórias que, “são enraizadas no concreto, no espaço, no gesto, na imagem e no objeto” (NORA, 1993, p. 08), as charges de Henfil se inserem em um contexto social onde as representações sociais construídas no lugar de memória, nos permite pensar o processo que envolve a manipulação da memória e como é possível observá-la no campo da história do Brasil nesse período ditatorial. Com base na investigação das charges de Henfil e na análise de seus personagens centrais, é possível identificar um ruidoso riso ressentido e um significado que requer um rememorar por busca de justiça. Esse rememorar consistirá em uma luta contra as memórias impostas, apreendidas e manipuladas que tem por finalidade o apagamento da memória coletiva.

Dentro da perspectiva de memória e esquecimento, como duas partes que constituem o mesmo processo de percepção, se enquadra o conflito do movimento messiânico ocorrido em 1897 em Canudos. Henfil foca o seu personagem, *Zeferino e o nordeste*³, dentro deste contexto social. Existe aí problemáticas que são colocadas em evidência como, a carência da região, o chargista, explora questões sócio culturais contextualizando o local da narrativa com suas imagens, faz denúncias ao governo da

³ No alto da caatinga, légua e meia de Monte Santo, no calcanhar de Canudos vive o cabra macho valente e atrevido, curtido em veneno de cobra, amante do que é do homem, inimigo do que é injusto.

carência e falta de estrutura dessa região. Existe neste contexto uma forma de rememoração diária de um problema do presente.

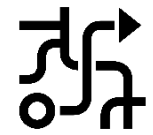


Figura 3- Fonte: Fradim, n 2, 1980.

Zeferino representa o estereótipo clichê do nordestino, que levava uma vida difícil no auge do período ditatorial brasileiro, onde predominavam as inseguranças e o medo das repressões eram constantes. Destacava-se nesse cenário uma luta diária pela sobrevivência, marcadas pela falta de alimentos, bem como, a privação dos direitos políticos e civis. Predominava políticas de controle, fragmentadas, excludentes e setorizadas. Essa era a realidade brasileira quanto a forma de governo da época, de um lado caatinga, que mostrava uma realidade sofrida, com um mandonismo latifundiário e do outro, o que Henfil chamou de sul maravilha, característica dada as cidades do Sul que estavam no auge das multinacionais. Henfil é taxativo sobre seu personagem. “Para ler o Zeferino pressupõe estar bem-informado de quase toda a nossa realidade. As piadas, em geral, são comentários sobre fatos que se pressupõem familiares”.⁴

Outras concepções acerca da memória como lembrança de experiência vivida, também é objeto de estudo da professora de estudos literários Aleida Assmann. Seus estudos abrem uma perspectiva sobre registros mnemônicos, asseverando que, “a memória é o armazenador de onde a recordação se serve, seleciona, atualiza” (ASSMANN, 2011, p. 172). Nesse sentido, o passado recordado não é a prioridade e sim o presente que escolhe e seleciona os dados a serem recordados. Assmann, aborda uma conceituação de memória oriunda de Roma. Trata-se da memória como *Ars* “arte” ou Mnemotécnica (arte da memória), que

⁴ Revista Fradim, n. 17, 1977, p. 42.



consiste em uma técnica de aprendizado consciente, onde o elemento da imagem possibilita que a memória opere de forma organizada e eficaz. Assmann salienta o poder do afeto⁵ na memorização das recordações, para a autora, o afeto age, como um estabilizador da memória, isso se atribui ao fato das recordações estarem ligadas por meio de uma teia de sentimentos.

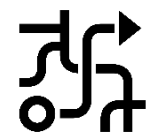
No que concerne às imagens, poderíamos dizer que as memórias das experiências dolorosas da ditadura, estão significativamente presentes na produção dos traços de pessoas como Henfil, que exercem o papel de manter essas recordações manifestas. As charges proporcionam a recordação através do riso seguido do afeto do ressentimento, desta forma, existe nesse exercício de rir e ressentir o resgate da dor e sofrimento.

As abordagens feitas pelo chargista partem das recordações carregadas de tristeza, raiva e podem ser analisadas a partir da ideia de ressentimento. O afeto do ressentimento se dá ao reviver essas emoções contidas nas representações que as charges denunciavam, pois, não se deve cogitar o ressentimento separando-o das representações, ideologias, imaginários, crenças e discursos. Nesse aspecto, Henfil, trabalha com as representações sociais construídas no tempo presente, permitindo ao leitor a reflexão acerca do que Pollack denominou de “trabalho especializado de enquadramento”, onde o autor destaca que a memória pode ser conduzida quando se está necessariamente relacionada com o contexto e com a época em que foi produzida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com as experiências vividas e compartilhadas entre os sujeitos, podemos concluir que as memórias e os afetos, são fatores que sempre influenciarão nos rumos das narrativas da sociedade. Pois, a memória, bem como, o tempo, é onipotente, eles estão sempre presentes e definem os rumos de civilizações. Diante

⁵ Em Rousseau, vemos o afeto como amplificador instrumental de recordações na mnemotécnica da Antiguidade até o afeto como núcleo duro das recordações. Sobre isso escreve Jean Starobinski: “O sentimento é o centro indestrutível da memória. (STAROBINSKI, 2011, p. 271) [...] A verdade que Rousseau quer compartilhar conosco não diz respeito à localização exata de fatos biográficos, mas focaliza a relação que ele mantém com esse passado. [...] Isso representa uma verdade mais ampla, que foge, de fato, das leis da verificação. Não nos encontramos mais no campo da verdade, das histórias verdadeiras; entramos, sim, no campo da autenticidade.

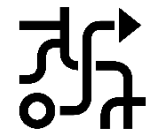


disso, percebemos a importância de utilizarmos as ferramentas disponíveis, para de alguma forma protestar e reivindicar direitos, denunciar políticas repressoras que excluí vidas, raças e identidades.

Foi na busca de um país igualitário, que Henrique de Souza Filho, escancarou sua arte, com simples traços, nada muito perfeito em sua estética, pois, o que de fato importava era que as mensagens das suas charges fossem entregues. O objetivo desse trabalho foi alcançado na medida em que incomodava as elites que comandavam o sistema. O nosso objetivo por meio desta pesquisa foi, o de dar continuidade em questões sérias, ligadas a um período crítico e conturbado do Brasil. Momento esse que não pode cair no esquecimento. Precisamos sempre, colocar as memórias em ação e nos permitir ser afetado dia após dia, e priorizar a construção de um país mais justo para todos.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Luciano Aronne. *Autoritarismo e cultura política*. Porto Alegre: FGV: Edipucrs, 2013.
- ALBERTI, Verena. *O riso e o risível: na história do pensamento*. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2002.
- ASSMANN, Aleida. *Espaços de recordação: formas e transformações da memória cultural*. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2011.
- BARROS, José D' Assunção. *O campo da história: especialidades e abordagens*. 9 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- BENJAMIN, Walter. "O narrador". In: *Walter Benjamin – Obras escolhidas*, vol. 1: Magia e técnica, arte e política. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.
- BERGSON, Henri. *O riso: ensaio sobre a significação da comicidade*: tradução Ivone Castilho Benedetti – 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007
- BERGSON, Henri. *Memória e vida: textos escolhidos por Gilles Deleuze*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- FICO, Carlos. *Como eles agiam*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- GAGNEBIN, J. M. *Lembrar escrever esquecer*. São Paulo, SP: Editora 34, 2006.
- GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- GEERTZ, C. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.



HENFIL. *Como se faz humor político*. Depoimento a Tárík de Souza. 2ª edição. Editora Petrópolis. 1985.

KEHL, Maria Rita. *Tortura e sintoma social*. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (orgs.). *O que resta da ditadura? — a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2010.

KUCINSKI, Bernardo. *Relato de uma busca*. São Paulo: Companhia das letras, 2016.

_____. *A nova ordem*. 1 ed. São Paulo: Alameda, 2019.

MINOIS, Georges. *História do riso e do escárnio*. Tradução Maria Elena O. Ortiz Assumpção – São Paulo: Editora Unesp, 2003.

MORAES, Dênis de. *O rebelde do traço: (a vida de Henfil)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1996.

MOTTA, Rodrigo P. Sá. *Jango e o golpe de 1964 na caricatura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2006.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (Org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Foucault*. Campinas: Unicamp, 1990. p. 163-252. (Originalmente publicado em 1975).

RODEGHERO, Carla S. Anistia, esquecimento, conciliação e reconciliação: tensões no tratamento da herança da ditadura no Brasil. In: RODEGHERO; MONTENEGRO; ARAÚJO (Org.). *Marcas da memória: história oral da anistia no Brasil*. Recife: Editora Universitária UFPE, 2012.

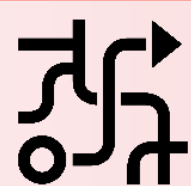
SALIBA, Elias Thomé. *Raízes do Riso*. A representação humorística na história brasileira: da Belle Époque aos primeiros tempos do rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SEIXAS, Rozeny S. *Morte e Vida Zeferino: Henfil & Humor na revista fradim*. Oficina do autor – Rio de Janeiro, 1996.

STAROBINSKI, J. Os problemas da autobiografia”. In: *Jean-Jacques Rousseau: A transparência e o obstáculo*. Trad. Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

Recebido em 31/03/2023

Aprovado em 23/10/2023



SANCHES, Luan Erick Lima*

<https://orcid.org/0000-0002-9442-2970>

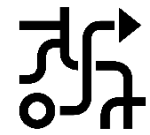
RESUMO: Propõe-se neste artigo o resultado parcial do estudo sobre a resistência presente nas literaturas de testemunho sobre a Ditadura militar na Amazônia brasileira, em específico no Pará. Para tal empreendimento, pretende-se analisar as narrativas do trauma presentes na obra *A Ilha da Ira* João de Jesus Paes Loureiro a partir das memórias ficcionalizadas do período. Em contraste com a história, o imaginário produzido pela imprensa e pelos documentos oficiais pode manifestar matizes diferentes na discussão sobre o período; o olhar mira coadjuvâncias, figurações e cenários que a história compõe junto à literatura. Intenciona-se entender a experiência presente nesta obra, entre memórias e verossimilhanças. A pesquisa volta-se à identificação e análise desses saberes históricos, com vistas a verificar como evidenciam e proporcionam organicidade à elaboração memorialística, ao mesmo tempo em que enfatizam a conduta resistente.

PALAVRAS-CHAVE: Ditadura militar; Amazônia; Resistência.

ABSTRACT: This article proposes the partial result of the study on the resistance present in the witness literature about the military dictatorship in the Brazilian Amazon, specifically in Pará. For such undertaking, we intend to analyze the trauma narratives present in the work *A Ilha of Ira* João de Jesus Paes Loureiro from fictionalized memories of the period. In contrast to history, the imagery produced by the press and official documents can manifest different nuances in the discussion of the period; the gaze looks at the companionships, figurations and scenarios that history composes along with literature. We intend to understand the experience present in this work, between memories and verisimilitudes. The research focuses on the identification and analysis of this historical knowledge, with a view to verifying how they evidence and provide organicity to the memorialist elaboration, while at the same time emphasizing the resistant behavior.

KEYWORDS: Military Dictatorship; Amazon; Resistance.

* Mestrando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba. Financiado pela Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba. E-mail: luanlimasanches.ls@gmail.com



INTRODUÇÃO

*Fica decretado que agora vale a verdade,
que agora vale a vida,
e que de mãos dadas,
trabalharemos todos pela vida verdadeira.*

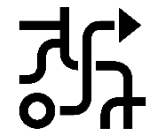
Thiago de Mello

Do longo poema de Thiago de Mello, *Os estatutos do homem (ato institucional permanente)*, em 1964, ficaram suas palavras e seus apontamentos. Das poucas coisas que permaneceram, foram seus poderes quase místicos, com os quais tomam de prontidão o fôlego de quem lê. Encantaria da “braba”, alguns diriam no Pará, ou que o poeta estava “mundiado”. De fato estava, e aterrado numa realidade que até parecia história de pescador. Entre as margens dos rios do Pará, também surgem João Jesus de Paes Loureiro, figurando suas poéticas, Benedito Monteiro, esticando a Terceira Margem. Paulo Fonteles, Ruy Barata, André Costa Nunes entre tantos outros nomes invisibilizados nos lamacentos rios da Amazônia brasileira.

Uma coisa que os toca e une suas contribuições é o engajamento em uma militância contrária ao golpe de Estado em 1964. Perseguidos, alguns exilados, outros torturados. O poema manjedouro em 1 de abril do mesmo ano, traz como tema aquilo de comum a todos os humanos do planeta: a esperança. É o que abre portas para as outras expressões que cunharam sentimentos na espacialidade do tempo. Climatizaram informações e lhe atribuíram aquilo que o estado de exceção impôs aos contrários, por vezes a raiva, o ódio, por outras a memória daquilo que se podia pensar antes do passado. Aquilo que cheirava, parecia, soava e tateava terror. Texturizaram os papéis com aquilo que ficou marcado em seus corpos.

É sobre isso que este estudo trata. Aqui, nos debruçamos em figurações de experiências limites que marcaram a quem as escreveu. Procuraremos nos ater às potencialidades que o estudo destes textos tem para adensar o material histórico e historiográfico. A partir da dramaturgia da peça *A Ilha da Ira*, de João Jesus de Paes Loureiro, procuramos entender como esta nos permite um olhar regionalizado desses traumas perpetrados pelo Estado durante o período da ditadura militar no país.

Em breves tópicos trataremos sobre o regime militar na Amazônia a partir da análise dos saberes históricos contidos na literatura. Empreendemos nossas veredas iniciando, no primeiro tópico, com um passeio sobre as definições acerca da história, literatura e como isto pode ser entendido na Amazônia brasileira. Por seguinte,



debruçamos nossos olhares para a paisagem que a literatura de Paes Loureiro oferece, mirando os coadjuvantes da história que são apresentados como saberes históricos e, portanto, como podem ser analisados sobre os holofotes da história.

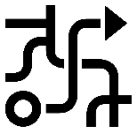
Posto que apresenta parte de um estudo em execução, ao final deste texto talvez teremos mais perguntas do que respostas. Por suposto, não é nosso objetivo responder; galgamos uma trilha árdua nas fronteiras entre ciências, artes e histórias. Nos contentamos em oferecer possibilidades de *historiar* as fontes aqui tratadas.

“FICA DECRETADO QUE O HOMEM NÃO PRECISARÁ NUNCA MAIS DUVIDAR DO HOMEM”¹

João de Jesus Paes Loureiro é um renomado poeta abaetetubense, prosador e ensaísta, cuja biografia é marcada por sua dedicação à arte e à literatura. Além de suas contribuições como professor de Estética e Arte, ele obteve seu doutorado em Sociologia da Cultura na Sorbonne, em Paris, com uma tese intitulada "*Cultura amazônica: uma poética do imaginário*". A obra poética de Paes Loureiro é reconhecida por sua universalidade, que se fundamenta nos signos e elementos do mundo amazônico, como a cultura, a história e o imaginário. Por meio desses elementos, ele oferece uma visão cosmológica singular e uma leitura particular do mundo contemporâneo. O diálogo estabelecido por Paes Loureiro com as principais fontes e correntes literárias da atualidade resulta em uma obra original e inovadora, que poderia ser considerada uma síntese poética sensível para a compreensão do mundo, tendo como base as riquezas da região amazônica.

Um dos aspectos distintivos da escrita de Paes Loureiro é sua habilidade em utilizar o mito como uma metáfora para revelar verdades sobre a realidade. Através de sua obra, ele explora os mitos amazônicos e os transforma em elementos poéticos que transcendem o imaginário para refletir sobre questões e dilemas contemporâneos. Dessa forma, João de Jesus Paes Loureiro se destaca como um autor de grande relevância, cuja produção literária oferece uma perspectiva que une a riqueza cultural e simbólica da Amazônia com a contemporaneidade global. E tratar da história da região a partir do indivíduo que escreveu a dramaturgia é uma tarefa árdua que circunscreve perceber o imaginário inscrito nas publicações de jornais contrárias ou

¹ Do artigo IV do poema de Thiago de Mello e é o que aqui dá tonalidade ao discurso. Ver em MELLO, Thiago. Os estatutos do homem. São Paulo: VR Editora, 2011.



favoráveis à ditadura, compreender o contexto com qual o autor escreve a obra (seus medos, sua vida cotidiana, o que se quer representado) e reconduzir a experiência que fez daquele evento traumático um ponto com o qual podemos entender como foi contado o passado.

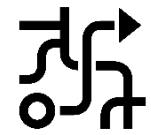
Nosso trabalho ao falar de uma história da Amazônia, engendrada pela literatura de Paes Loureiro, necessita de um deslocamento temporal para que possamos entender como as representações e os imaginários construídos da região configuram um poder controlador das vidas no local. E esse recuo precisa ser entendido por meio das *Vozes do Rio* (PIZARRO, 2012).

Nos anos iniciais da colonização ibérica no território é marcado pela descrição de paisagens, povos, culturas e das experiências vividas pelos que se aventuraram a percorrer o lugar novo coberto de uma mata densa e um “mar doce”. Os escritos dos remetentes aos reinados europeus sugeriam diversas imagens que muitas vezes eram reproduzidas em pinturas e cartografias, como pode ser visto nas gravuras de Theodore de Bry. A partir da leitura destes relatos e da iconografia do período podemos reconhecer uma diversidade de permanências entre as representações da época e as perspectivas mitológicas, por assim dizer, de um congelamento temporal da Amazônia. Isso é fruto de seu traço mais geral, como afirma Pizarro: “o de ter sido construída por um pensamento externo a ela”².

As permanências perpassam desde uma imagem de unidade regional, em um território que abarca 8 países (Brasil, Colômbia, Equador, Venezuela, Peru, Bolívia, Suriname, Guiana e Guiana Francesa); até a imagem de alteridade, fruto deste aspecto colonizador de afirmação de poder sobre os conquistados a partir da imagem de superioridade frente ao subordinamento da cultura que se expressava entre os povos que aqui habitavam.

Um importante documento é publicado em 1991 pela Comisión Amazónica de Desarrollo y Medio Ambiente, destacando críticas aos mitos que permanecem na imagem atrelada a Amazônia, são elencados 7 para discussão: 1) a homogeneidade da Amazônia; 2) O mito do vazio e da virgindade amazônica; 3) O mito da riqueza e, ao mesmo tempo, o mito da pobreza amazônica; 4) O da Amazônia “pulmão da Terra”; 5) O mito do indígena “freio para o desenvolvimento”; 6) O mito da Amazônia como

² PIZARRO, 2003, p.31.



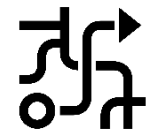
solução ou panacéia para os problemas nacionais; 7) O mito da Internacionalização da Amazônia.³

Nesse documento, se percebe que problemas corriqueiros do século XVI ainda estão presentes e um ponto comum a todos eles é o da alteridade, ou da diferença. A busca por soluções estrangeiras, com as quais se teria maior conhecimento técnico-científico-educacional, possíveis para resolver os males que atravancam o desenvolvimento mundial e que poderiam ser a chave para o sucesso da experiência humana na Terra. Porque, segundo o pensamento colonizador, os povos que aqui habitavam seriam incapazes de resolver os próprios problemas. E mesmo mestiços, frutos do encontro entre os povos, violentos ou não, que seriam ainda classificados como povos da mata ou do rio - *caboquinhos* ou ribeirinhos - e detalhadas em descrições a cultura, que é vista como uma só, ao ponto de decifrar os motivos do atraso e do vazio geográfico demonstrado em cartografias e censos.

É o caso dos relatos de viagem que ocorreram entre 1530 e 1668 com conquistadores espanhóis, portugueses, franceses, holandeses, alemães e ingleses. A partir destes relatos, Pizarro destaca 3 figuras básicas do imaginário - as Amazonas, o Eldorado e o Maligno. A autora disserta como as expedições de Carvajal, de Pedro de Urzúa e Lope de Aguirre e a de Pedro Teixeira são importantes para a definição daquilo que conhecemos hoje como Amazônia. Desde a nomenclatura do rio, das percepções acerca dos indígenas e suas culturas, até as expressões que os conquistadores demonstravam de seus intentos no território, em modos de conquistar poder perante seus reinados. Segundo Pizarro:

A Amazônia é, assim, uma construção discursiva. Somente através dessa construção é possível chegar à sua imagem. Esta região do imaginário é a história dos discursos que foram erigidos, em diferentes momentos históricos, dos quais recebemos apenas uma versão parcial, a do dominador. Como espaço físico e cultural, a Amazônia possuía elementos que atuavam como dispositivos simbólicos no invasor, instigando neles conexões semióticas do imaginário, permitindo que comparasse com o que via um universo mítico, que respondia a suas carências, expectativas, necessidades físicas e espirituais. O resultado disso foi a elaboração de textos como elementos em comum, cujas relações representam as formas dos imaginários da sociedade europeia em determinadas condições de existência. Este discurso constituiu um *corpus*, que surgia a partir da interação do novo ocupante - espanhol, português, holandês, inglês, francês - com o meio. Não era um discurso inocente, procedia de um ponto de vista, de uma história e suas necessidades. Carregado, pois, de fantasias. Seu efeito sobre

³ COMISIÓN AMAZÓNICA DE DESARROLLO Y MEDIO AMBIENTE, 1991, p. 1.



o meio foi, entretanto, determinante para o que viria a ser o futuro deste espaço geográfico e suas sociedades. (PIZARRO, 2003, p. 33-34)

Aqui ela demonstra também o aspecto teórico-metodológico com o qual analisa estes relatos e a sua noção de discurso, muito influenciada pelo que Stuart Hall e Michel Foucault constroem acerca da *formação discursiva*, e que “não se trata de declarações isoladas, mas de declarações articuladas em torno de um mesmo sentido”⁴. Está aqui, portanto, demonstrando uma importante faceta nesta análise acerca da literatura na Amazônia, pois é com elas que se pintam paisagens históricas no imaginário dos leitores desses textos e é com elas que grande parte da conquista dos povos originários é efetuada, através da domesticação promovida com a catequização católica dos diversos grupos que aqui chegaram em missões.

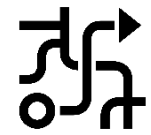
E porque recorreremos a esse recuo no tempo em uma análise histórica do tempo presente? Porque aí está fundamentada a alteridade inerente ao olhar sobre a Amazônia. Uma questão de negação da própria realidade que acompanha os processos civilizatórios de desenvolvimento e urbanização. E que se encontra bem visível nos discursos de desenvolvimento para a região nos Planos Nacionais de Desenvolvimento e é o objetivo de atuação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA). O “I Plano de Desenvolvimento da Amazônia (1972-1974)”, promovido pela SUDAM, destaca:

De acordo com a orientação do Ministério Planejamento, o presente trabalho se baseou em uma análise das peculiaridades regionais e de um diagnóstico dos diversos setores (subsetores), para o estabelecimento, em bases reais, de uma programação do Governo Federal na Amazônia, para o período 1972-1974. Essas propostas referem-se à utilização de uma “estratégia que promova o progresso de novas áreas e a ocupação de espaços vazios”, e a “integração do desenvolvimento do Nordeste com a estratégia da ocupação econômica da Amazônia”. Estas metas, a que se propõe o Governo, para 1972-1974, visam o desenvolvimento do País, como um todo, o das duas macrorregiões prioritárias interligadas (Nordeste e Amazônia) e da Amazônia em si.

A conquista planejada e coordenada dos espaços vazios amazônicos trará, como consequência, a extensão da fronteira econômica e a ampliação do mercado interno, pela integração econômica e social da Amazônia ao Sudeste brasileiro. (SUDAM, 2019, p. 16)

Essa estratégia que promove o progresso está acompanhada de 7 frentes que inclui 1) Setores Produtivos, 2) Recursos Naturais, 3) Serviços Básicos, 4) Recursos

⁴ IDEM, P. 30.



Humanos, 5) Desenvolvimento Local, 6) Programas Especiais, 7) Incentivos Fiscais. Tais processos foram avaliados em 1973 e 1975 e tinham por objetivo “a definitiva conquista da Amazônia e sua integração social e econômica ao restante do País”.⁵ A tônica está próxima da “infernalidade” que coloriu o nome da colônia portuguesa, sobre o demônio que ainda estaria vitorioso entre as terras brasileiras.⁶

No caso da colonização, nos primeiros séculos de ocupação ibérica, a criação de instrumentos linguísticos, como dicionários, gramáticas, catecismos e listas de palavras, serviriam de ferramenta para uma dominação não só cultural, mas uma conquista territorial, linguística e de um espaço epistemológico⁷, e “Dessa forma, a criação de instrumentos linguísticos vai além da tradução linguística e cultural; foi também ferramenta de dominação colonial por e para os colonizadores”.⁸ É possível perceber nesse estudo o que tange a Amazônia no começo da colonização: Pizarro compreende a complexidade envolvida na região, desde os imaginários construídos até a confusa movimentação de povos originários e europeus.

“SENHORA DOS DESESPERADOS, VALEI-NOS!”

Contém naqueles versos de Thiago de Mello, que estão epigrafados no texto desta pesquisa, um recorte temporal anterior à pesquisa, mas muito importante para o debate do porvir. Na Cena I, de *A Ilha da Ira*, em coro se canta, ou declama, como em uma ladainha uma reza para Nossa Senhora dos desesperados, porque “nós estamos sós/nós estamos nus/nós estamos fome”⁹. Aqui utilizo desta passagem da peça de João Jesus de Paes Loureiro para elucubrar o potencial de criação e destruição que contém na fronteira entre a história e a literatura deste cidadão que vos escreve. No dia 1 de Abril de 1964, foi anunciado o golpe que viria a tornar a ditadura o regime de exceção que permaneceu no país por 21 anos. O golpe merece ter suas qualidades discutidas, mas não neste artigo, por ora, me atenho a aconselhar a leitura dos pesquisadores que já o fizeram antes de mim, entendendo o golpe como um Estado de exceção militarizado. O que se pode dizer, e que influencia muito nesta

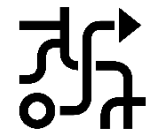
⁵ Planos de Desenvolvimento da Amazônia: levantamento bibliográfico dos estudos e pesquisas desenvolvidas pela SUDAM. Belém: SUDAM, 2019.

⁶ Trecho em MELLO E SOUZA, 1989, p. 67.

⁷ PINHEIRO, 2005, p. 157. *apud* PRUDENTE, 2015, p. 645.

⁸ PRUDENTE, 2015, p. 645.

⁹ LOUREIRO, 2000, p. 149.



pesquisa, é que existiu uma narrativa presente na imprensa que transforma seres humanos em “alienígenas”¹⁰, como ocorre em reportagens nos jornais da época no Pará nas quais os comunistas eram relatados como terroristas, alienígenas e tantas outras nomenclaturas.

E é aqui que se instaura uma narrativa de resistência imersa em toda essa complexidade cultural que supracitada neste estudo. A Amazônia, recortada por rios e margens, é habitat natural de mistérios e encantarias, o que a muitos pesquisadores estrangeiros incita a chamar de exótico. O que nada mais é do que a face da região de cultura e extensão continental, com as quais se misturam imaginários da colonização ibérica, da escravização do negro e do indígena, das cosmogonias de cada povo e da criatividade que paira na paisagem. Ganham formas, sons e até cheiros as Matintas, Boiunas, Caboclos, Cunhatãs e tantas outras encantarias com as quais muitas nuances das regiões ribeirinhas podem ser compreendidas.

São maneiras de perceber uma experiência histórica permeada em uma memória coletiva. Submeter tais saberes históricos a uma simples “história de ninar” ou incluí-las no ensino de história apenas uma vez ao ano, quando se comemora o folclore em Agosto é, talvez, uma forma requintada de dizimar culturas. Reconhecê-las e a seus potenciais de estudo da Amazônia brasileira é parte fundamental no ofício do historiador neste país, cuja floresta Amazônica calhou de preencher 54% do território. Gaddis, em *Paisagens da História*, entende que estamos limitados a aprender pelo passado e que podemos fazer isso sistematicamente quando “não existe uma 'correta' interpretação do passado, mas que o ato de interpretar é, em si, a expansão da experiência vivenciada por outrem, e da qual poderemos nos beneficiar”.¹¹

A narrativa de resistência encontrada na leitura d’*A Ilha da Ira* instiga um novo olhar sobre as histórias contadas sobre o terror e a violência perpetrados no período em que o regime militar golpeou a democracia brasileira. A ditadura instaurada reverberou em uma diversidade de âmbitos suscitando a pluralidade de verdades a serem contadas. Há possibilidades de estudos a partir dessa pluralidade de textos que viabilizam olhares outros sobre um assunto que continua em voga. Entender, portanto, a resistência e contra o que se resiste se faz necessário. Se utilizarmos a definição

¹⁰ Folha do Norte, 31/03/1968.

¹¹ GADDIS, 2003, p. 25.



clássica de Norberto Bobbio, ao conceituar a resistência europeia, podemos concluir que esta é “não só a defesa da nação contra a ocupação e a exploração econômica, como também a defesa da dignidade do homem”¹². Fica entendido então, e estamos reiterando, que: resiste-se ao autoritarismo, à exceção que se fez presente no Estado, ao passado que não passa e a um presentismo teimoso em transformar tudo em monocultura.

Outro ponto importante a se destacar, é o pensamento introduzido por Alfredo Bosi sobre a resistência como imanente à escrita literária, entendendo a literatura e seus escritores como propositores de um pensamento sobre umas realidades outras que não as do cotidiano mesmo das aparências, mas as de um realismo que está inteiramente imerso em uma “tensão interna que as faz resistentes, enquanto escrita, e não só, ou não principalmente, enquanto tema”¹³.

Quando a ficção alcança a narrativa histórica, na dramaturgia ou nos romances, pode oferecer outra perspectiva diferente de uma verdade inteira: por um lado, suplementações daquilo que foi verdade, por outro partilhas com aquilo que foi vivido. Em ambos os casos, a narrativa do trauma ganha contextualizações impossíveis à documentação, tessituras de uma experiência vívida na memória. De acordo com Seligmann-Silva, a literatura de testemunho “possui o corpo – a dor – como um de seus alicerces”, como assim também o é “suporte para a nova cartografia mnemônica” da qual está sujeito (o corpo) enquanto documento histórico. O caso das literaturas de testemunho é que são fragmentos da memória escritos com violência no corpo, na mente e no tempo vivido¹⁴.

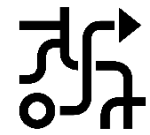
Tânia Sarmiento-Pantoja, ao estudar a obra em questão propõe que a abordagem desta pela literatura de testemunho é capaz de compor uma narrativa da resistência, enfocando o texto literário a partir de seu contexto histórico e extraíndo de suas expressões as relações com o mundo vivido.¹⁵ Um ponto de vista que perpassa a história, mas mantém o foco na literatura e compõe com ela uma noção do que pode

¹² MATEUCCI, Nicola, Resistência. IN: BOBBIO, 1998, p. 1114.

¹³ BOSI, 1996, p. 23.

¹⁴ SELIGMANN-SILVA, 1998, p. 22-23.

¹⁵ Ver em SARMENTO-PANTOJA, Tânia. Literatura e História: intermediações sobre a Amazônia em Benedicto Monteiro e João de Jesus Paes Loureiro. Curitiba: XII Congresso Internacional da ABRALIC Centro, Centros – Ética, Estética, 2011. Disponível em: <https://abralic.org.br/eventos/cong2011/AnaisOnline/resumos/TC0135-1.pdf>. Acesso em 28/04/2023.



vir a ser o gênero literário da Literatura de Testemunho ou de suas narrativas de resistência. Um ponto de vista semelhante pode ser encontrado em Seligmann-Silva, quando analisa a narrativa do trauma, estimando as necessidades que a testemunha tem em traduzir sua experiência e as políticas da memória traumática.¹⁶

Um pouco das duas pesquisas pode ser colocado ao estudar a dramaturgia da peça de Paes Loureiro. É muito importante enquadrá-la como uma representação daquilo que o autor viveu e que quando entendido como um sobrevivente deste período, se entende a qualidade de seu testemunho presente na obra. Em *A Ilha da Ira*, dramaturgia de João Jesus de Paes Loureiro, um naufrágio ocorre. O Adamastor sofre um acidente e sete atores são sobreviventes em uma ilha. Patroni, Heitor, Tião, Sílvia, Ana, Leo e Ulisseu têm sentimentos em comum: medo, angústia, desespero, terror; outrossim, lhes falta a memória, a noção de tempo, a razão.

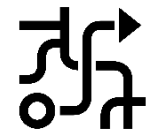
Governada por uma Velha, a Ilha é o local onde o totalitarismo atua em pujança. A peça que ganha em 1975, em 1º lugar, a premiação do Serviço Nacional de Teatro, do Concurso Universitário de Peças Teatrais, tem como narrativa a vida destes atores sobreviventes em uma ilha à procura da saída: a volta à realidade. Uma mistura das encantarias, mitologia grega e a história brasileira é encenada em 1976, representando o autoritarismo e a panotipia presente na ditadura militar brasileira, encarnada n'A Velha.

Cena IV

(Uma jovem solfeja um tema profundamente melancólico, tipo canto de ladainha. Sua atitude é de abatimento e tristeza. A expressão é vaga - “Era uma vez uma cobra que se chamava boiúna e devorava as pessoas que dela se aproximavam. Todos tinham tanto medo que nunca ninguém se havia aproximado dela, mas como poderiam saber que ela devorava, se nunca ninguém tinha dela se aproximado?”) (LOUREIRO, 1975, 151.)

A velha se transforma em boiúna e é um conto recorrente no folclore brasileiro, como as matintas são velhas que transformam-se em pássaros e tantas outras entidades transfiguram-se em animais selvagens, apesar da humanidade aparente. A maioria dessas histórias são contadas para aterrorizar crianças para que seus atos não se correspondam com tais personagens, ou tornariam-se alvos das mesmas. Uma coisa se assemelha bastante ao horror por vezes testemunhado em várias histórias

¹⁶Ver em SELIGMANN-SILVA, Márcio. Narrar O Trauma – A Questão Dos Testemunhos De Catástrofes Históricas. Psic. Clin., Rio de Janeiro, v.20, n.1, p.65 – 82, 2008.



dos sobreviventes, torturados ou não: apesar da humanidade presente na indumentária e nas arquiteturas militares, por debaixo, nos porões, a selvageria tornara-se normal. Pessoas nuas, ensanguentadas, amordaçadas para que deixassem suas humanidades ali e nos interrogatórios implorassem por algo dela, ainda que trocada por informações dos militantes.

Cena VI

(PATRONI, LEO E HEITOR)

PATRONI_____ Tenho medo. Há tanto tempo que naufragamos e não temos a menor esperança. E cada vez nos tornamos dóceis a tudo o que essa mulher sem alma deseja.

LEO_____ Cuidado. Se alguém nos escuta, estaremos mal.

PATRONI_____ Há vários anos naufragamos e ainda não posso esquecer o coro de lamentações dessa gente implorando naufrágio para que houvesse fatura na praia.

LEO_____ Pareciam piranhas sobre nossos víveres, roupas...

PATRONI_____ Sinto raiva só de pensar nisso. O pior de tudo é que, ultimamente, eu tenho sentido vontade de me unir ao grupo, implorando o naufrágio das embarcações que passam.

LEO_____ Você está louco.

PATRONI_____ Pelo menos sei que não era louco.

LEO_____ Nós temos de dar um jeito nisso. Encontrei o Tião muito próximo da Sílvia. Eles sabem que o amor foi proibido entre nós, porque não podemos aumentar. Essa mulher diabólica que domina o povoado, depois que ficou sozinha, odeia tudo. Seria terrível se ela percebesse alguma coisa. (LOUREIRO, 1975, p. 154-155)

No excerto é possível observar as encantarias a serviço do testemunho sobre o período. Não ser escutado para que algo pior que o naufrágio não ocorra; para que não se torne mais uma parte da história da boiúna; para que continue sendo parte da própria história. Concomitante ao longo poema de Thiago de Mello, em epígrafe no começo do texto, ocorre a seguinte notícia, publicada na *Folha Vespertina*, em 1º de Abril de 1964, comunicando decisão da União Acadêmica Paraense (UAP):

NOTA OFICIAL

A União dos Estudantes Paraense cumprindo decisão de seu congresso extraordinário ontem realizado. Considerando que se desenvolve no país um processo golpista contra o mandato do presidente da República e atendendo a orientação da União Nacional dos Estudantes.

RESOLVE:

1- Decretar greve geral dos universitários paraenses até que seja destruído todo esquema golpista que ameaça o Brasil;

2- Conclamar todos os oficiais, sargentos, trabalhadores, camponeses e o povo em geral para cerrarem fileiras em torno do presidente da República que encarna neste momento os sentimentos reformistas de libertação do povo brasileiro.

Belém, 1º de Abril de 1964. (Nota Oficial. Folha Vespertina, 1 de abril de 1964)



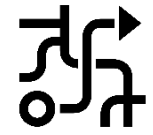
Em 1968, o AI-5 é promulgado pelo presidente Costa e Silva que fechou o congresso, decretou a censura, a ilegalidade de reuniões não autorizadas pela polícia, o poder de destituir sumariamente quaisquer pessoas que não correspondessem à ordem de segurança nacional. Estavam ali as forças armadas sozinhas. Instituída por si própria, construiu sua própria potência: a inteligência com os planejamentos de integração nacional, a polícia para vigiar e punir, a censura para permitir que fossem veiculadas apenas informações permitidas e a construção do imaginário que clamava contra o comunismo e os revoltosos. Paes Loureiro inscreve no seu texto, colocando nas falas dos naufragados a situação vigente: retirados de sua terra, vigiados, sem liberdade e já sem a possibilidade de amar. No mesmo barco estavam gregos e troianos e naufragaram juntos, perdendo-se na ilha sua cultura e seu amor por suas terras; Patroni, que aqui pode ser comparado a Felipe Patroni, importante personagem da Cabanagem.

Ao explorar os meandros profundos de sua escrita, o autor de *A Ilha da Ira* busca nada menos do que a complexidade de lidar com a memória e narrar um trauma. Ele enfrenta o desafio de submeter seu texto e sua peça ao mesmo sistema que retrata em seu conteúdo, disfarçado como folclore. Aos estudiosos do folclore, muito tem a ser dito, aqui cabe apenas o consenso de que as maldições descritas nestes contos podem até ser irreais (ou surreais), mas são sentidas na pele, com arrepios e palpitações.

Em um informe intitulado "Movimentação universitária na UFPA - Escola de Teatro da UFPA - A peça A ilha da ira", datado de 16 de dezembro de 1977 e disponível no Arquivo Central da UFPA, descreve a peça como tendo um caráter "subversivo" e que tenta "expor" ou "distorcer" a realidade brasileira da época.¹⁷ Outro documento que corrobora essa pesquisa confirma que Paes Loureiro era de fato um dos vigiados pelo regime ditatorial, como se pode observar no documento de 4 de setembro de 1974, no qual ele é mencionado enquanto ministra uma palestra sobre cinema juntamente com o professor Ubiratan Rosário, professor de Cultura Brasileira na UFPA, "apesar de o Reitor haver informado que não autorizara o evento".¹⁸

¹⁷ Disponível em: https://memorialcesarleite.com.br/documentos_sni/129 acesso em 19/04/2023.

¹⁸ Disponível em: https://memorialcesarleite.com.br/documentos_sni/59 acesso em 19/04/2023.

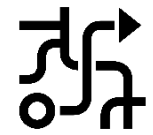


O autor consegue o feito de transmitir o testemunho de um sobrevivente dos sombrios porões da ditadura. A narrativa de um trauma percorre um emaranhado de políticas da memória, nas quais é preciso dar textura à dor vivida. Busca-se partilhar as sensibilidades do sobrevivente, transformando sua história em arte, construindo, cena a cena, a catástrofe que ele enfrentou. Como um contador de histórias, o sobrevivente tem a capacidade de ficcionalizar sua própria experiência e busca naquele que o escuta um momento de transformação em testemunha solidária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das formações discursivas presentes no texto revela uma continuidade de processos significativos para a formação da região, exigindo uma variedade de conhecimentos para sua compreensão. Ao examinarmos as resistências presentes na dramaturgia, buscamos compreender como os personagens e suas ações são moldados e influenciados pelo contexto histórico e social em que estão inseridos. Ao investigarmos a forma como o autor e sua obra resistem, procuramos entender como um escritor no norte do país, em uma capital amazônica, consegue narrar uma experiência-limite, evidenciando a complexidade das aporias que surgem nas nuances e nas sombras das relações de poder durante o regime ditatorial.

Estamos dialogando com as histórias, os saberes históricos, os conhecimentos que estão indiciados no que foi contado pelos caboclos e ribeirinhos - ou nas suas representações - e que podem ser coadjuvantes de uma história. Ocorrem nos indícios de testemunho contidos na dramaturgia de Paes Loureiro; ocorrem nos diálogos entre-margens de Benedicto Monteiro; nos diversos relatos dos escritores paraenses, muitos deles caboclos e ribeirinhos. Para este trabalho, é importante destacar a importância da relação entre expectativa e experiência para o conhecimento da condição histórica a que se estabelece entre autor, obra e contexto. Esse debate entre experiência e expectativa foi muito bem elaborado por Koselleck, quando apresenta que essas categorias “nos remetem também à parcialidade das interpretações progressivas. Pois evidentemente só se pode reunir experiências porque — como experiências — elas podem ser repetidas. Portanto, também devem existir estruturas da história, estruturas formais e de longo prazo, que sempre de novo nos permitam reunir experiências. Mas então também deve ser possível superar a diferença entre experiência e expectativa, a ponto de a história poder novamente ser



ensinada. A História só poderá reconhecer o que está em contínua mudança e o que é novo se souber qual é a fonte onde as estruturas duradouras se ocultam. Também estas precisam ser buscadas e investigadas, se quisermos que as experiências históricas sejam traduzidas para uma ciência da história.¹⁹

A partir disto, podemos reconhecer que existe uma multiplicidade de histórias presentes. São versões interpretadas cada qual a sua maneira, cujo foco não mais se coloca em reconhecer a “mais verdadeira verdade histórica”, mas em entender quais versões podem ser realçadas em contraste às falsificações. Determinando, portanto, aquilo que não é história do que foi contado, antes de decidir aquilo que é. Bosi, ao escrever sobre a narrativa de resistência entende essa posição literária não mais como mera ficção, mas como uma potência imanente à escrita, o que demonstra um amplo contexto histórico abordado pela obra, evidenciado por aquilo que, de fato, é a resistência, como descreve Bosi:

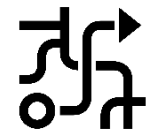
A resistência é um movimento interno ao foco narrativo, uma luz que ilumina o nó inextricável que ata o sujeito ao seu contexto existencial e histórico. Momento negativo de um processo dialético no qual o sujeito, em vez de reproduzir mecanicamente o esquema das interações onde se insere, dá um salto para uma posição de distância e, deste ângulo, se vê a si mesmo e reconhece e põe em crise os laços apertados que o prendem à teia das instituições. (BOSI, 1996, p. 26)

Essa luz revela João Jesus de Paes Loureiro como um militante contra o Governo, alguém vigiado, sequestrado, preso e torturado. Além disso, ilumina a cultura regional intrínseca à narrativa de resistência, com suas manifestações e apresentações. Essa cultura é composta por uma mistura de histórias que formam uma formação discursiva contraposta às representações do progresso e às relações de poder estabelecidas.

A partir desse referencial teórico-metodológico, revisamos o objeto desta pesquisa para evitar um tom panfletário, ainda que respeitando a dramaturgia como parte dos “valores mais autênticos e mais sofridos que emergem na superfície do texto ficcional”²⁰. Essa abordagem nos permitiu compreender com sensibilidade as sutilezas da escrita e interpretar os dados apresentados ou silenciados. Muitas vezes, o silêncio nos jornais da capital revelava mais do que a divulgação de agressões. A

¹⁹ Ver em KOSELLECK, Reinhart. Futuro Passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, Editora Puc-RJ, 2006, p. 322.

²⁰ BOSI, 1996, p. 27.



publicação das poesias e comentários de Paes Loureiro, um abaetetubense, era frequentemente silenciada, apenas interrompida ocasionalmente por uma nova alcunha: subversivo.

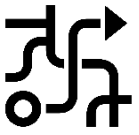
Talvez esse movimento de construir outras *intencionalidades* à prática da vida a partir dessas histórias possa reaver um momento em que as *agências* fossem alvo da história, por enquanto, a pesquisa ainda suscita o estudo sobre as resistências. Agência como ato de quem age, tal qual como resistência um ato de quem resiste. Pensar nas agências inclui alterar a perspectiva com que se observa o protagonismo de uma determinada história e verter a ordenação da narrativa entre coordenação e subordinação. Estas tão inócuas quanto cotidianas, estão entrelaçadas em tessituras de sentimentos e emoções, alvos das linguagens aferidas às personagens, às urdiduras da paisagem e aos descaminhos da imaginação literária. Só são possíveis - ou só foram - em conexão com estes encantamentos transcendentais do real; transfigurações amazônicas de uma poética do imaginário. É a resistência que fundamenta a narrativa da obra. Partilhada nas *mundiações* que circundam a região na figura do “caboclo falador”, de Uirapuru²¹, ou Miguel dos Santos Prazeres, em *A terceira margem*²², é o caboclo prenhe de uma história de vida outra, diferente daquela que estamos habituados a ouvir. De uma cultura outra, diferente da que está presente na cultura vista do Brasil. Porque fundado em um marcador social de diferença, despreza de uma realidade possível um ponto de vista que associe nós mesmos a figura de caboclos; associa, entretanto, um desespero em alicerçar um progresso desordenado.

Somente entendendo que estamos diante de camadas amalgamadas de desestruturação da nossa experiência cultural, enquanto amazônidas, é que podemos perceber que Paes Loureiro traz uma resposta de igual forma: com um apanhado de alegorias e que constrói camadas que apresentam uma vista sobre o momento vivido. Ele não se limita a expor suas escolhas, mas as evidências nos nomes, nas falas e nos cenários. Além disso, ele apresenta a resistência por meio de detalhes do cotidiano, de experiências desvinculadas e do próprio patrimônio cultural.

Portanto, nada mais fascinante do que enriquecer sua peça teatral com elementos locais, como se dissesse: "aqui, a repressão é uma boiúna". É essa

²¹ HENRIQUE, Waldemar. Uirapuru. Belém, 1934.

²² MONTEIRO, Benedicto. A Terceira Margem. CEJUP: Belém, 1983.



serpente que faz pessoas desaparecerem e esquecerem como lembrar, e é preciso cortar-lhe a cabeça para que toda a realidade que um dia vivemos - aquilo que Thiago de Mello expressa em seu poema - possa ressurgir e ocupar seu lugar; um lugar não apenas na memória daqueles que o vivenciaram, mas também na memória coletiva do nosso país. Essa conexão é importante e é essencial resgatar essas vozes que se contrapõem às narrativas dominantes de um conceito genérico de país, que as apaga e torna invisíveis.

REFERÊNCIAS

BOSI, Alfredo. Narrativa e Resistência. *Itinerários*, nº10, Araraquara, 1996; *Literatura e resistência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

FONTES, Edilza J. Oliveira. A Comissão da Verdade na Universidade Federal do Pará: a criação de um acervo digital com testemunhos de violações dos direitos humanos. *História Oral*, v. 21, n. 2, p. 109-129, jul./dez. 2018;

GADDIS, John Lewis. *Paisagens da História: como os historiadores mapeiam o passado*. Rio de Janeiro: Campus, 2003;

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, Editora Puc-RJ, 2006;

MATURANA, Humberto. *Emoções e Linguagem na educação e na política*. Belo Horizonte: Humanitas, 2009;

PIZARRO, Ana. *Amazônia: as vozes do rio: imaginário e modernização*. Trad. Rômulo Monte Alto. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2012;

PRUDENTE, Gabriel. *Ler e copiar, ouvir e registrar: um dicionário jesuítico como instrumento de aprendizado da língua geral na amazônia setecentista*. *Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.*, Belém, v. 10, n. 3, p. 641-657, set.-dez. 2015;

SELIGMANN-SILVA, M. Literatura De Testemunho: os limites entre a construção e a ficção. *letras*, [S. l.], n. 16, p. 9-37, 1998. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/11482>. Acesso em: 05/05/2023;

_____. Narrar O Trauma – A Questão Dos Testemunhos De Catástrofes Históricas. *Psic. Clin.*, Rio de Janeiro, v.20, n.1, p.65 – 82, 2008;

THOMPSON, E. P. *A Miséria da Teoria*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

FONTES

COMISIÓN AMAZÓNICA DE DESARROLLO Y MEDIO AMBIENTE, 1991;



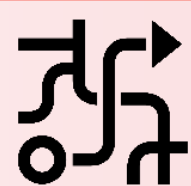
Nota Oficial. Folha Vespertina, 1 de abril de 1964

LOUREIRO, João de Jesus Paes. A Ilha da Ira. IN: LOUREIRO, J. J. P. *Obras reunidas* V. 3. São Paulo: Escrituras, 2000;

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA. Levantamento bibliográfico dos estudos e pesquisas institucionais norteadores dos planos de desenvolvimento da Amazônia. – Belém: SUDAM, 2019. Disponível em: [http://www.consultaesic.cgu.gov.br/busca/dados/Lists/Pedido/Attachments/1567686PEDIDO_REFERENCIAS-SOBRE-OS-PLANOS-DE-DESENVOLVIMENTO%20\(1\).pdf](http://www.consultaesic.cgu.gov.br/busca/dados/Lists/Pedido/Attachments/1567686PEDIDO_REFERENCIAS-SOBRE-OS-PLANOS-DE-DESENVOLVIMENTO%20(1).pdf) acesso em 05/05/2023.

Recebido em 19/05/2023

Aprovado em 23/10/2023



SANTOS, Bruna dos*

<https://orcid.org/0000-0001-9408-1953>

RESUMO: Este trabalho buscou trazer, à luz da história social e política, a trajetória do jornalista gaúcho Paulo Schilling. O excerto apresentado aqui faz parte de uma pesquisa que resultou na dissertação de Mestrado em História, na qual procuramos evidenciar a figura e o perfil do jornalista, que atuou em meados de 1950 e 1960 pela reforma agrária e pelos direitos de trabalhadores rurais. Em 1964 teve que se exilar por conta da perseguição que passou a sofrer pelo DOPS, juntamente com outros companheiros da esquerda. Sua história recebeu destaque porque atuou na luta contra a Ditadura Militar, o que lhe trouxe o ônus de voltar ao Brasil apenas na década de 1980. Seu repertório intelectual merece ser analisado, pois traz consigo inúmeras discussões sobre a sociedade brasileira e soluções para problemas relacionados à má gestão pública das políticas governamentais. Paulo Schilling é mais um brasileiro que teve sua voz silenciada pelo golpe de 1964, e por isso este trabalho vai procurar emergir a sua história.

PALAVRAS-CHAVE: Trajetória; Ditadura Militar; Reforma Agrária.

ABSTRACT: This work aimed to shed light on the social and political history of the journey of the Brazilian journalist Paulo Schilling. The excerpt presented here is part of a research that resulted in a Master's thesis in History. Therefore, we sought to highlight the figure and profile of the journalist, who worked in the mid-1950s and 1960s advocating for agrarian reform and the rights of rural workers. In 1964, he had to go into exile due to the persecution he began to face from the Department of Political and Social Order (DOPS), along with other leftist comrades. His story gained prominence because he was involved in the fight against the military dictatorship, which led him to return to Brazil only in the 1980s. His intellectual repertoire deserves analysis as it encompasses numerous discussions about Brazilian society and solutions to problems related to the mismanagement of government policies. Paulo Schilling is yet another Brazilian whose voice was silenced by the 1964 coup, and therefore, this work aims to bring his story to light.

KEYWORDS: Trajectory; Military Dictatorship; Agrarian Reform.

* Mestre em História pela Universidade do Vale dos Sinos (UNISINOS). Agência Financiadora: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES, Brasil. E-mail: bstruna@gmail.com



INTRODUÇÃO

Paulo Romeu Schilling, nascido em Rio Pardo, Rio Grande do Sul, no ano de 1925, teve formação acadêmica como Técnico em Contabilidade, mas acabou entrando para o meio tritícola¹ quando, após ir morar em Encruzilhada do Sul com sua esposa, Ingeborg, partiu para o ramo agrícola, juntamente com seu cunhado José. Entretanto, a colheita não atingiu o resultado desejado e Paulo voltou para a cidade em seu escritório de contabilidade. Esse fato relevante foi o que o levou a se destacar na política gaúcha.

Ao longo de sua trajetória profissional, tornou-se um escritor e jornalista, exercendo nessa escrita, muitas vezes, o papel de historiador, economista e sociólogo, ou seja, um intelectual autodidata, característico de sua época. Foi também atuante e influenciador do governo do Estado do Rio Grande do Sul, Brizola, na década de 1960. Seu legado intelectual precedeu e promoveu sua ascensão a cargos públicos. Iremos nos referir a ele como jornalista, pois é assim que ele próprio se designava e iremos manter a nomenclatura. Paulo Schilling teve papel fundamental para a política agrária do Rio Grande do Sul. Mas antes de entrar para o governo de Brizola atuou como tritícola, militante e, por isso, como pesquisador e criador de significativo repertório intelectual.

Foi também apoiador das ideias do Partido Comunista do Brasil (PCB) por 10 anos, tendo se afastado quando o XX Congresso do PCUS, em um discurso secreto proferido por Krushev, denunciou os crimes stalinistas. Em fevereiro de 1956, sob a estátua de Lenin, o secretário-geral do Partido Comunista da União Soviética, Nikita Krushev, em discurso de cinco horas, responsabilizou o poderoso líder Josef Stalin de prática de sistema de tortura e execução de seus opositores dentro do partido. Os que haviam escapado do fuzilamento foram condenados ao trabalho forçado. Krushev teria denunciado que as confissões se deram a partir de tortura e que houve deportação de povos inteiros do território soviético. Seu discurso, chamado de “secreto” foi divulgado pela imprensa pouco depois dando início a “desestalinização” da União Soviética. O efeito não foi apenas entre os soviéticos, mas as denúncias, feitas contra a Era Stalin, atingiram mundialmente o Movimento Comunista.

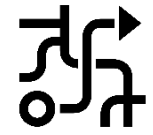
¹ Podemos trazer algumas hipóteses para sua entrada na triticultura: pela aproximação com pessoas da triticultura ou por ter visto na agricultura um setor em desenvolvimento que lhe traria prosperidade. O que sabemos é que sofreu prejuízo e deixou o ramo.



Destacamos que o perfil do militante de esquerda, de viés comunista na sua essência, defendia o conhecimento científico para que a realidade fosse decifrada e posta em prática. Para os jovens comunistas, o partido era vivenciado como religião, mesmo defendendo a localização das linguagens e expressões. Havia uma atmosfera mítica, socializada e nostálgica nas manifestações discursivas e nos comportamentos dos militantes comunistas. Estes, como homens modernos, apesar de defenderem ideias secularizadas e recorrerem aos argumentos fornecidos pela ciência, não deixaram de alimentar seus pensamentos com mitos, simbologias, teologias e hierofanias próprias de sociedades antigas e tradicionais (FERREIRA, 2002). Até 1956, Paulo Schilling foi esse homem de ideias marxistas, afiliado ao partido comunista, que acumulava conhecimento em suas leituras para se tornar um exemplo desse jovem militante. Jorge Ferreira (2002) traça o perfil desse homem militante: “eles eram capazes de renovar o mundo, de transformá-lo completamente. Com o coração repleto pelo sofrimento dos outros, tais homens se revelavam grandes poetas, músicos, romancistas e líderes revolucionários” (FERREIRA, 2002, p. 77).

Algumas ideias que Paulo Schilling teve pode ter sofrido influência de uma das polêmicas ações de Stalin: a coletivização da terra, dentro da primeira etapa da “segunda revolução russa”, iniciada em janeiro de 1930. A coletivização revolucionou a forma como a produção agrícola acontecia, atacando as classes ricas de camponeses. Foi feita de maneira forçada e sua resistência tratada com brutalidade. Foi um processo de expropriação de terra, abolindo a propriedade privada no campo e transformando tudo em propriedade do Estado. A revolta camponesa foi o pretexto de Stalin para “liquidar os Kulacks como classe”.

Houve industrialização acelerada, já que os planos quinquenais voltavam os esforços para a indústria pesada, matéria-prima e fontes de energia. De fato, os números do crescimento econômico foram grandiosos e essa “radical transformação da paisagem soviética permitiu que milhões de pessoas melhorassem seu nível de vida e que outros milhões mergulhassem na degradação” (FERREIRA, 2002, p. 199). No ano da ascensão de Stalin, Schilling tinha em torno de 21 anos. Era um jovem cheio de esperanças. E seu imaginário político naquele contexto trazia a ideia de que o proletariado era uma classe revolucionária. Tanto é utópico que historicamente a classe trabalhadora raramente atuou de maneira radical em sua causa.



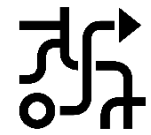
O jornalista deixou registrado muitos escritos que o historiador Diego Scherer da Silva (2020) pôde trazer para o Rio Grande do Sul e criar o Acervo em seu nome. Localizado no Núcleo de Pesquisa em História, está vinculado ao Departamento de História e ao Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). A documentação que consta no local abrange seus pensamentos, memória e ideias, principalmente, do período em que esteve exilado e também da sua volta ao Brasil.

Quando analisamos o trabalho de Paulo Schilling, percebemos que o autor escreveu e reescreveu em períodos diferentes, e esse fato nos obriga a ter muito cuidado com a análise feita do seu material, já que é preciso levar em conta as circunstâncias e contexto em que elas foram pensadas, vivenciadas e então escritas. Antes do Golpe de 1964, temos clareza em identificar um texto cheio de esperança, com promessas de um futuro igualitário, com direitos aos trabalhadores – principalmente rurais – e um desenvolvimento econômico promissor. Após se exilar no Uruguai e Argentina, seu discurso mudou, e podemos perceber que já não há mais o tom leve de antes. Existe uma nítida preocupação com a direita estar no poder e, principalmente, rancor com seus antigos aliados e companheiros políticos.

Schilling foi um jovem de ideias revolucionárias com viés comunista que vinha se colocando aos poucos no cenário político gaúcho, primeiramente atuando junto aos tricultores, quando se tornou um agricultor, e, posteriormente, militando.

O período pós Segunda Guerra foi intenso e importante para o nascimento da esperança socialista. O Exército Vermelho foi decisivo na derrota da máquina nazista e “a URSS apresentou-se como esteio máximo de todas as causas progressistas, da independência das nações, da paz mundial” (FERREIRA, 2002, p. 200). Porém, em 1956, com o XX Congresso do PCUS revelou-se a pior face do partido e de Stalin. Atitude tão criticada por Marx, Engels e Lenin, o culto ao indivíduo era reforçado pelo ditador Stalin. Para um homem inspirado por essas ideias, como Paulo Schilling se apresentava, o discurso de Krushev deve ter sido um golpe que marcou sua vida e as futuras contribuições ao país.

Ao tratar sobre a vida de Flávia Schilling, filha de Paulo Schilling, o historiador Diego Scherer da Silva (2014) pôde conhecer mais sobre Paulo Schilling. Aliás, foi um dos motivos de seu interesse pelo acervo deixado pelo intelectual. Flávia conta que



quando tinha 8 anos de idade ouvia, principalmente de familiares, que seu pai era comunista, e que, como era pequena e não sabia o que isso significava, Paulo tratou de explicar a filha:

É quando as pessoas recebem da sociedade aquilo de que precisam para viver dignamente, independentemente do tipo de trabalho que fazem. Quem precisa mais, recebe mais: um operário que teve muitos filhos carecerá de mais coisas que um médico, por exemplo, que tenha só um. (SILVA, 2014, p. 26)

No mesmo ano em que ocorreram as denúncias contra os crimes stalinistas, surge o livro de Paulo Schilling *A Operação Trigo*² (1956). A publicação do livro coincide com o período de assinatura do Acordo do Trigo Norte-Americano. Por ocasião desta publicação e de sua intensa atuação na militância pelos movimentos em prol da agricultura e da triticultura, o jornalista foi convidado a integrar a assessoria de Leonel Brizola, eleito governador do Estado do Rio Grande do Sul, em 1958. Foi então que Paulo e sua família se mudaram para Porto Alegre (SILVA, 2014).

Um ano antes da publicação desse livro, Juscelino Kubitschek havia sido eleito presidente do país. Seu governo recebeu muitas críticas desde o empresariado, que aprovava suas metas de desenvolvimento, até teóricos que o chamaram de entreguista acusando-o de ser o causador do caos econômico que o Brasil enfrentaria longos anos pela frente. Paulo Schilling foi um intenso crítico de Kubitschek. Os golpes e contragolpes contra a jovem democracia, após a década de 1930, trouxeram instabilidade política e econômica para o país. Nessa época o Brasil desejava por mudanças, principalmente relacionadas à economia. JK comprou esses desejos. Almejou e realizou a capital dos sonhos. Entretanto, não impediu que nossas riquezas fossem saqueadas pelos americanos. Com os problemas que já existiam, aliados aos que vieram a surgir, criamos o cenário perfeito para a ebulição política que já demonstrava querer se manifestar. Com as falas conspiratórias que surgiram naquele contexto, a candidatura de Kubitschek e Goulart sofreu para se consolidar. Desde cartas falsas sobre seus envolvimento com contrabando de armas de guerra para o Brasil até a expressiva insinuação dos políticos de direita de que um governo militar cairia melhor para o país naquele momento.

² O livro foi escrito em 1956, quando foi Secretário Geral da Associação dos Agricultores de Encruzilhada do Sul. Sob o título *A Operação Trigo*, o livro trata de uma tentativa de interpretação político-econômica da triticultura nacional;



Havia no pós-guerra uma grande esperança de unir democracia e socialismo de forma harmoniosa. O marxismo era considerado pela esquerda um componente fundamental pela busca de uma nova fase livre, criativa e democrática. Porém, estava ultrapassada a sua fase ortodoxa e dogmática. Fazia-se necessário adaptá-lo a ideais mais abertos.

Por isso, torna-se importante pensarmos na composição desse repertório teórico de Schilling sob inspiração das colocações de Heloisa Murgel Starling (2018). Isto é, escreveu e produziu argumentos, conceitos, teorias, formas de linguagem capazes de ampliar o vocabulário referente aos problemas sociais e políticos que o país vinha enfrentando naqueles anos de 1950 a 1964. Nossa democracia estava passando por constantes golpes desde a Proclamação da República, atingindo diretamente a economia e as políticas públicas que beneficiassem cidadãos brasileiros. Paulo Schilling foi importante pensador e militante do período que refletiu e atuou pelo crescimento econômico e social do país e pela superação das desigualdades sociais provenientes da estratificação da terra. Teve o perfil traçado como discreto, com descrição “anonimamente”, afastado, com recato (SILVA, 2020). A historiadora Laura Vianna Vasconcelos diz que Paulo Schilling teve “grande participação nos acontecimentos políticos dos anos 1960” (VASCONCELOS, 2021, p. 9) que, segundo o jornalista, foi o período mais rico da política brasileira. Conseguimos identificar a importância de suas ideias e como se conecta ao contexto que viemos tratando.

Schilling foi atuante no MASTER, projeto que precedeu o MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra), na qual sua luta foi e continua sendo incansável pela reforma agrária. O MASTER nasceu enquanto esteve em exercício no cargo técnico da Secretaria da Agricultura de Encruzilhada do Sul. Sua atuação no MASTER trouxe a primeira linha de suas pautas militantes, ou seja, a questão da terra (SILVA, 2020). Também se envolveu na criação de cooperativas agrícolas, que vieram a formar a FECOTRIGO. Paulo Schilling teve papel de destaque na fundação do MASTER (1960), como Silva (2020) destaca.

O jornalista esteve diretamente ligado à tentativa de expropriação de 1800 hectares de terras no município de Faxinal (RS). Havia 300 famílias que pediram ajuda ao Prefeito de Encruzilhada do Sul, Milton Seres Rodrigues, que por sua vez, amigo de Paulo Schilling, pediu sua ajuda para interceder e reivindicar pela causa em nome



desses “sem terra”. Paulo Schilling conseguiu um acordo com o governo estadual para que “não fossem desalojadas e recebessem o título de posse para parte daquela área solicitada” (SILVA, 2020, p.45). Schilling atuou diretamente na organização dos trâmites do grupo, que viria a se consolidar como MASTER “apesar de não ocupar nenhum cargo efetivo no movimento” (SILVA, 2020, p.45). O jornalista desejava tirar do terreno exclusivamente teórico a reforma agrária, por isso o MASTER fora criado. Consistia na “formação de ‘acampamentos’ de agricultores sem terra. Os mesmos eram instalados na estrada, ao lado de grandes latifúndios” (SILVA, 2020, p.45).

Essas terras eram previamente escolhidas com base nos critérios de menor índice de aproveitamento, onde existia um problema agudo de pessoas sem terra. Naquela época não se ocupava latifúndio e utilizavam um dispositivo de lei gaúcha que permitia a expropriação de terras “não devidamente exploradas”, para que essas fossem distribuídas à agricultura sem terra (SILVA, 2020, p.46). Sabemos agora que o MASTER era um protótipo do que hoje é o MST (Movimento dos trabalhadores sem terra). Utiliza-se esse meio para passar a impressão de que o problema agrário foi resolvido. Esquecemos que centenas de famílias sobrevivem nesses acampamentos de forma precária e correndo risco de vida. Acreditamos que a reforma agrária precisa ser feita no Brasil para beneficiar o trabalhador rural e os sem terra.

Assim como escreveu Paulo Schilling leu e “fez de suas palavras, sempre escolhidas com a indignação de quem acredita estar possibilitando a construção de um país melhor, a sua militância e campanha” (SILVA, 2020, p. 17). Para tal feito, escreveu artigos, livros, manuscritos e notas que hoje nos auxiliam a enxergar o passado para que possamos analisar e ampliar a discussão política e as lacunas ainda existentes para os problemas sociais que o Brasil possui, principalmente relacionados aos problemas agrícolas. Em seu acervo podemos encontrar muitos textos em que Schilling reflete o passado fazendo novas críticas e trazendo novas abordagens para os problemas da sociedade brasileira – e latina. Heloísa Murgel Starling (2018) diz que:

Quando algo na agenda é inédito e traz a chance de produzir alguma mudança mais ou menos brusca e sem precedentes que não sabemos avaliar bem, a alternativa, recomendava Arendt, é recorrer ao passado para pensar com ele sem se resignar a certa nostalgia por outras épocas. (STARLING, 2018, p. 14)



Quando nos deparamos com movimentos sociais, personagens ou acontecimentos históricos que se destacam pela reorganização das ideias, esses merecem nossa atenção. Isso ocorre porque nos ajudam a repensar as ideias e conceitos já existentes. Personagens como Paulo Schilling atualizam o repertório intelectual e não apenas formam a ordenação das ideias e vocabulários mas também ponderam como são necessárias as reformas de base e o incentivo econômico através de financiamentos que beneficiem o pequeno agricultor. Essa recombinação de teoria e prática procede da ampliação do vocabulário que esse repertório produz. Paulo Schilling foi capaz dessa façanha ao escrever sobre a reforma agrária, nacionalismo, populismo e trazer soluções que ele considerava aplicáveis aos problemas agrários, econômicos e sociais que o Brasil vinha vivenciando naquele período.

Sua visibilidade surge por causa de suas obras, aliadas à prática, já que estava engajado na causa tritícola. Para isso, precisamos dizer que sua primeira atuação política foi como Secretário Geral da Associação dos Agricultores de Encruzilhada do Sul, com destaque na organização das cooperativas da região. Assim que Brizola teve conhecimento dos seus trabalhos como militante pela causa agrícola, Schilling foi chamado a atuar no governo do estado, e no início de 1960, o jornalista estava morando em Porto Alegre, junto com sua família e assessorando o setor agrário do governo gaúcho.

Schilling procurava dialogar com o cenário político-econômico do período. Silva considera que sua preocupação não era apenas local, apesar de sua inspiração ser os problemas agrícolas que os triticultores da região sul vinham enfrentando desde a assinatura do Acordo do Trigo Americano e conclui: “sua conexão com o cenário nacional [...] me autorizam a evidenciar traços de uma identidade que se consolidará em sua trajetória: a de militante político” (SILVA, 2020, p. 42). Acrescenta:

A proximidade de Paulo com Brizola seria intensa e ambos permaneciam juntos até o episódio da Guerrilha de Caparaó, momento em que se inicia a ruptura entre eles e que viria a ter o elo partido definitivamente no início dos anos 1970. (SILVA, 2020, p. 42)

No começo dos anos 1960, quando iniciou o seu trabalho na gestão do governo Leonel Brizola, Schilling se envolveu na criação da Comissão Estadual de Terras e Habitação⁸ e conseqüentemente na fundação do Instituto Gaúcho de

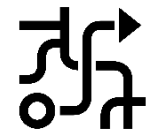


Reforma Agrária (IGRA). Suas obras deixam claro sua luta pela triticultura. Seus livros, artigos de jornais e manifestações na Assembleia Legislativa gaúcha mostram sua grande angústia em relação ao desenvolvimento da agricultura. Estava sempre preocupado com melhores condições de trabalho dos homens do campo e com o número alto de trabalhadores sem terras que existiam no país naquele período (e ainda existem). O trigo, o meio fundiário e melhores condições de trabalho eram seus temas principais. Todo o restante era um complemento do seu discurso, que somava e contribuía para pensar o país de meados do século XX.

Paulo Schilling foi um escritor que marcou a política gaúcha. Como já dissemos: escreveu livros, artigos e até discursos políticos. Mas antes de ser um autor/escritor, Schilling foi um leitor. É essencial examinarmos quem ele leu e aqueles que ele mais citou como referência. Principalmente porque quem lê tem importante papel dentro do ciclo de produção e escritura de um livro. Devemos compreender que o autor não é, sozinho, o início e nem o fim desse ciclo. A escrita tem inspiradores e há questões reflexivas que decorrem das leituras, explicitando pensamentos que algumas vezes estão articuladas por diálogos com outros escritores. Não é tarefa simples ou fácil dar conta das apropriações, e mais que isso, nos perguntar: quem lê, lê em que contexto e com qual propósito?

Chartier explicou que o leitor se apropria do que lê. Ele usa o texto como bem lhe cabe. Não podemos afirmar que o leitor lê com a mesma subjetividade do autor do texto, já que a liberdade leitora não é absoluta. As rupturas que o tempo causa, derivadas das limitações dessa capacidade, convenções e hábitos vindos das práticas da leitura, “colocam em jogo a relação entre o corpo e o livro, os possíveis usos da escritura e as categorias intelectuais que asseguram sua compreensão” (CHARTIER, 2007, p.77). A liberdade de interpretar cabe a todos os leitores, ampliando a pluralidade de significados e interpretações possíveis de um mesmo texto.

Sabemos que Paulo Schilling foi um leitor com gostos variados: lendo tanto os autores mais remotos quanto os contemporâneos a ele. O jornalista Paulo Schilling foi um marxista assumido, escrevia como tal. Não era historiador por formação, mas aplicou métodos dignos das ciências humanas, capaz de trazer em suas obras e textos a maior verificabilidade que um historiador almeja alcançar. Seus estudos e reflexões foram adquiridos através dessas leituras.



Quem lê vai construindo sua própria bagagem intelectual e discurso. O ato de ler – livros, textos, documentos, artigos, jornais, manuscritos, cartas - vem acompanhada de memória intelectual. Paulo Schilling autor é uma consequência de Paulo Schilling leitor. Ele escreve sob a influência de sua bagagem intelectual para poder suprir os anseios que lhe são pertinentes.

Anteriormente nos referimos a Paulo Schilling como um autodidata. Rousseau pode ter influenciado o jornalista, já que Paulo Schilling leu o escritor francês. Isso porque Rousseau considera ser um autodidata aquele que tem familiaridade com o mundo do livro – o que já confirmamos ser o caso de Schilling – e da cultura escrita. Quando Rousseau escreveu, seu contexto cultural era outro. Naquele período do século XVIII, a educação familiar tinha um peso grande e a aprendizagem acontecia em quase sua totalidade de forma extraescolar. Chartier vai dizer que:

Há outro modelo de outro didatismo: aquele da conquista da cultura escrita a partir do analfabetismo e do iletrismo ... Portanto temos, de um lado, os ensinamentos da escola e, de outro, todas as aprendizagens fora da escola, seja a partir de uma cultura escrita já dominada pelo grupo social, seja por uma conquista individual, que é sempre vivida como um distanciamento frente ao meio familiar e social e ao mesmo tempo, como uma entrada em um mundo diferente. (CHARTIER, 2009, p. 105)

Importante destacar esse apelo que Rousseau traz, mesmo Paulo Schilling tendo vivido 200 anos depois do francês. Era outro contexto e mesmo assim parece ter influenciado grandemente o jornalista. Como noutro trecho de seu livro de 1963 *O que é Reforma Agrária*, em que cita Rousseau:

Quantos crimes, guerras, assassínios, misérias e horrores não teria poupado ao gênero humano aquele que, arrancando as estacas ou tampando os buracos, tivesse gritado aos seus semelhantes: “Livrai-vos de escutar esse impostor, estareis perdidos se esquecerdes que os frutos são de todos e a terra de ninguém”. (SCHILLING, 1963, p. 14)

Por aqui nos deteremos apenas a lembrar que existiu o Paulo Schilling leitor de obras tanto da antiguidade como contemporâneas, que enriqueciam seu repertório. Ler mobiliza muitas habilidades e mexe com a subjetividade. Compete ao leitor examinar, refletir, interpretar, imaginar e, principalmente, criticar. Paulo Schilling, antes de ser um autor, escritor, político, economista e intelectual influenciador, foi um leitor. Leu e apropriou-se. E sua escrita vai ter as marcas de sua apropriação.



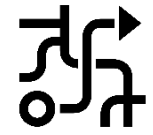
Paulo Schilling não viveu só de Marx e Rousseau. Nos seus livros, somos capazes de observar citações de Johann Wolfgang von Goethe. Ora, vemos tamanha erudição de Schilling, que foi buscar na literatura alemã do Classicismo referencial teórico para seu repertório. Goethe foi um filósofo, que viveu entre os séculos XVII e XVIII e teve suas ideias largamente difundidas. Frases como “Dize-me com quem andas e te direi quem és” e “saiba eu com que te ocupas e saberei também no que te poderás tornar” vieram dele. Em seu livro *O que é reforma agrária*, de 1963, Schilling citou o texto de Goethe:

O mestre-escola: - Dize-me, pois de onde veio a fortuna do teu pai?
O menino: - De meu avô.
O mestre: - e a deste?
O menino: - de meu bisavô.
O mestre: - E a deste último?
O menino: - Ele roubou. (SHILLING, 1963, p. 13-14)

Para Schilling, o excesso de terras nas mãos de poucos tinha uma causa: o roubo, assim como Goethe foi capaz de expressar em seus poemas. É sempre importante lembrar que o latifúndio rio grandense nasceu e ganhou força através de métodos como a grilagem. Paulo Schilling, sabendo disso, tratou a ideia como um bom argumento para invalidar a legitimidade do latifúndio, principalmente aqui no Brasil. Isso vem a agregar ao fato de que no início havia um sentimento de esperança através da via socialista. Muitos militantes brasileiros achavam ser um pensamento comum entre as esquerdas em geral, no mundo. Apesar de uma aparente união, havia muita divergência de ideologias entre os grupos mais radicais e os mais brandos. Nasceu, a partir desse sentimento, o socialismo brasileiro, que, para Hecker, seria a soma entre liberalismo e nacionalismo.

Mudar o Brasil pela via da democracia, rompendo o atraso sem violência, optando pela reforma. Promover o interesse coletivo em associação com o capital nacional. Eis aí a metodologia socialista nascida do momento diferente e criativo da luta pela conquista de direitos sociais para mais amplas faixas das populações, constituindo pelo fim da Segunda Grande Guerra. (HECKER, 2007, p. 48)

Além de sua bagagem teórica, Schilling teve influência dos políticos do seu tempo. Durante o exílio, o jornalista teceu ferrenhas críticas aos mesmos políticos que outrora admirou, como Getúlio Vargas, João Goulart e até Leonel Brizola. Talvez isso se deva à grande admiração e posterior decepção que sofrera ao ficar tantos anos

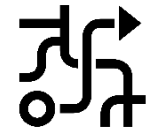


longe do Brasil. Nunca se cansou de lutar por seu país contra a Ditadura Militar, tornando isso explícito através de muitos manuscritos seus, existentes no seu arquivo.

Schilling manteve sua mente ativa durante toda a vida. Não é à toa que quando entrou para o governo de Brizola já tinha seu repertório intelectual bem construído, estando apto a opinar no tema que lhe era tão caro: a agricultura gaúcha. Como mencionamos anteriormente, por seu fervor e manifestação pública sobre os assuntos, que eram de interesse do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola convidou Paulo Schilling para participar de sua assessoria no setor agrário do Rio Grande do Sul quando foi governador do estado. Já em 1962, também a pedido de Brizola, após a Campanha da Legalidade, transferiu-se para Brasília e depois para o Rio de Janeiro para trabalhar como delegado.

Esse termo se refere ao projeto das “leis delegadas” e fazia parte da Frente de Libertação Nacional, que precedeu a Frente de Mobilização Popular – no ano de 1963. A FLN “tinha por objetivo acelerar a tramitação no Congresso das Reformas de Base” (SILVA, 2020, p. 50-51). Já a FMP, que Ruy Mauro Marini (FERREIRA, 2007) caracterizou como um “parlamento das esquerdas”, era formado por um grupo de 11 integrantes, o chamado Grupo dos Onze, que representavam os diversos grupos políticos, que promoveu um fórum de debates, articulações e politizações, as quais cabiam a Leonel Brizola a deliberação sobre elas. Com Schilling, ficaram os projetos relativos à política agrária, e ele comenta que “a proposta de Reforma Agrária redigida pela Superintendência da Reforma Agrária (SUPRA)” teve a influência dele e “incorporava as ‘grandes REINVIDICAÇÕES dos camponeses’.

A experiência agrícola gaúcha estava sendo levada para o nível federal, e seria Paulo Schilling um dos responsáveis. Esteve ligado a FMP (Frente de Mobilização Popular) e a Frente de Libertação Nacional (FLN), como secretário-executivo. Tratavam-se de agrupamentos de esquerda que tinham representantes intelectuais, operários, estudantes, militantes, políticos e camponeses. Paulo Schilling também atuou no Ministério de Francisco Brochado da Rocha, elaborando os projetos de lei que acelerariam as “reformas de base” no congresso (SILVA, 2020). Schilling, em rascunho do que provavelmente seria posteriormente o livro *Como se coloca a direita no poder*, descreve como teria sido o golpe da esquerda se Brochado da Rocha tivesse discursado pelas reformas de base em 1962. Pareceu ser um ato direto de interferência que resultaria na tomada de poder do Estado pela esquerda mais radical.



Quando houve o golpe civil-militar de 1964, no Brasil, homens e mulheres que viviam no país e alimentavam uma ideologia oposta à da direita conservadora tiveram suas vidas ceifadas. Não só fisicamente, mas também houve os que foram arrancados de suas casas e de suas famílias. Alguns deles foram intelectuais de esquerda que pensavam em um país mais justo para os menos favorecidos, com políticas públicas, à época, que trariam qualidade de vida aos trabalhadores brasileiros. Paulo Schilling e alguns de seus companheiros de jornada, como Leonel Brizola, inicialmente resistiram aos acontecimentos do 31 de março daquele ano, pois acreditavam ser algo que se resolveria logo. Percebendo que sofriam perseguição – sem saber o que isso poderia acarretar a vida deles e de suas famílias –, a clandestinidade foi a solução. O jornalista fala em seus documentos que “recebeu ordens de se asilar na embaixada do Uruguai”³ (SILVA, 2020, p. 56), logo em abril, após o golpe, e ali se integrou ao Movimento Nacionalista Revolucionário.

Sua filha Flávia explicou, em entrevista a Diego Scherer da Silva:

A gente tinha uma biblioteca imensa em casa. E uma das coisas que eles (agentes do DOPS) fazem, para não sair todos de mãos abanando, é levar a metade da nossa biblioteca. Porque na época, enfim, os russos, não é? Então eles levam o livro “Vermelho Negro”⁴, “Guerra e paz” do Tolstoi, “Crime e Castigo” do Dostoievski. Enfim, eles levam livros, muitos livros, dão uma olhada na casa, enfim se retiram, “não há nada para levar a mais na casa. (SILVA, 2014, p. 37-38)

Apesar desse relato, na documentação do DOPS está registrado que foi apreendido material subversivo, relacionado ao Grupo dos Onze. As controvérsias nos parecem normais, já que a filha de Schilling, na época, tinha apenas 11 anos de idade. É provável que existissem materiais relativos à sua militância no Grupo dos Onze, até porque ele estava diretamente envolvido. Mas para nós, é importante ressaltar o detalhe que Flávia nos descreve: “a gente tinha uma biblioteca imensa”, o que nos permite concluir que Paulo Schilling foi um leitor de muitos teóricos, filósofos, sociólogos e pensadores que fizeram com que se tornasse o intelectual (autodidata), que era.

Posteriormente veio a se exilar no Uruguai, de fato, junto com sua família. Porém, mesmo exilado, nunca deixou de questionar a situação e pensar o Brasil.

³ Diego Scherer da Silva (2020) não cita quem deu a ordem. Nesse caso poderíamos supor que tenha sido seus próprios companheiros da Frente de Mobilização Popular ou os companheiros de partido.

⁴ Acreditamos aqui se tratar do livro Vermelho e o Negro, de Stendhal, de 1830.



Infelizmente Paulo Schilling só conseguiu voltar ao Brasil em 1980. No período em que esteve no Uruguai, segundo Silva:

Dirigiu três editoras, foi redator internacional do semanário *Marcha*, escreveu para Agência InterPress Service e, durante cerca de dez anos, colaborou efetivamente com a agência cubana de notícias *Prensa Latina*. (SILVA, 2020, p. 19).

Foi nesse período que Paulo se autodenominou jornalista. A situação financeira da família não era boa e precisou contornar os problemas econômicos com suas atividades como jornalista. Após a Guerrilha de Caparaó, suas atividades nos jornais tornaram-se mais importantes e ganharam mais destaque nas atividades de Schilling. Mesmo exilado, Schilling colaborou com praticamente todos os movimentos contra a ditadura que surgiram naqueles anos, porém sem integrar organicamente nenhum deles (SILVA, 2020).

Especula-se que essa Guerrilha seria o primeiro passo dado contra a Ditadura Militar brasileira, e aconteceu entre 1966-67. Pequenos grupos de exilados fizeram articulações - incluindo Brizola, que resistiu inicialmente - para tomar Porto Alegre através de um levante, com o objetivo de chegar até a capital. Foram divididas armas e fardas. Intencionavam tomar quartéis e regimentos. Após tentativas frustradas, Leonel Brizola decidiu apoiar a guerrilha.

Seriam três focos: Um na Serra do Caparaó, outro no norte do Mato Grosso e o terceiro no Brasil Central. "Brizola obteve o apoio do governo de Cuba, sob a presidência de Fidel Alejandro Castro Ruz, e tal apoio aconteceu em forma de treinamento guerrilheiro e de remessa de dinheiro" (ALMEIDA, 2014, p. 127). O objetivo da Guerrilha do Caparaó era atrair a atenção do governo brasileiro. Porém, o treinamento que tiveram era fraco. Além disso o lugar escolhido era montanhoso, o que fazia com que os dias de treinamento e reconhecimento do terreno se tornassem exaustivos, debilitando e tornando melancólico o grupo que montara a guerrilha naquela localidade. Era o fracasso da Guerrilha do Caparaó, terminando em muitas prisões.

Uma das descobertas inusitadas desta pesquisa é que Paulo Schilling, tido como discreto e reservado, teria atuado na luta armada pela liberdade do Brasil das mãos dos militares. Por conta de sua liderança e importância na organização da guerrilha, Schilling foi levado à China em 1965. Foi em busca de financiamento e armas – assim como Brizola fez em Cuba -, para dar segmento aos planos de retomar

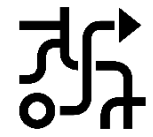


o Brasil. O jornalista desejava se juntar a Che Guevara, na Bolívia. Suas filhas contam que era possível notar a presença de armas dentro de casa. Silva escreve que “a sua militância toma forma, ativo e engajado Paulo acreditava na luta armada como meio de transformação da realidade brasileira e nela colocou sua ficha” (2020, p. 71). Esse ponto de sua trajetória nos faz refletir ainda mais sobre o homem Paulo Romeu Schilling: escritor, pensador, engajado, militante, intelectual e guerrilheiro. Não poupou nem sua família, que os seguia aonde quer que fosse. Tinha o desejo de políticas públicas que se aplicassem na prática e foi incansável na construção de um repertório intelectual praticável. Para pensarmos sobre suas leituras, cabe ter presente as colocações de Roger Chartier:

A leitura é sempre apropriação, invenção, produção de significados. Segundo a bela imagem de Michel de Certeau, o leitor é um caçador que percorre terras alheias. Apreendido pela leitura, o texto não tem de modo algum – ou ao menos totalmente – o sentido que lhe atribui seu autor, seu editor ou seus comentadores. (CHARTIER, 2009, p. 77)

Com o golpe ocorrido no Uruguai em 1973, Schilling foi expulso do país. Partiu para a Argentina onde também vivenciou outro golpe militar. Foi então que voltou ao Brasil, em 1980, depois de mais de 15 anos vivendo exilado entre Uruguai e Argentina. Passou a viver em São Paulo com sua família. Aqui, ingressou como fundador do Partido dos Trabalhadores e assessorou a Central Única dos Trabalhadores (CUT). Ajudou a fundar e integrou a Comissão Administrativa do “Instituto Cajamar”. Integrou o Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI) até a sua aposentadoria (SILVA, 2020).

O INCA foi criado na década de 1980 pela CUT em parceria com entidades internacionais e foi o grande centro de formação e capacitação política das principais lideranças sindicais, partidárias e de movimentos sociais da esquerda brasileira. Os dirigentes também foram unânimes em ressaltar o viés ideológico. Após seu fim, em 1994, ex-funcionários e fundaram a Cooperinca (Cooperativa dos Trabalhadores do Instituto Cajamar) e, inicialmente, integravam a cooperativa 23 pessoas. O Instituto teve como primeiro coordenador político o pedagogo e educador popular, Paulo Freire. Foi neste espaço que surgiu a Escola Sindical da CUT (PEDREIRA, 2014).



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o que estudamos até aqui é possível criar o perfil do indivíduo Paulo Schilling, como um jovem promissor em suas ideias. Jornalista, economista autodidata e intelectual que ousou em suas ideias para influenciar políticos como Leonel Brizola e Francisco Brochado da Rocha. Suas reflexões teóricas deram frutos, mas ter ficado apenas no campo das ideias também custou um alto preço para si e para o Brasil. Paulo Schilling foi importante personalidade da História do Rio Grande do Sul, que chegou mais longe do que as fronteiras gaúchas. Por isso, precisamos conhecer seus escritos à luz da História, já que a ditadura civil-militar brasileira fez questão de silenciá-los.

Como já comentamos, o leitor se apropria do que lê e usa o texto como bem lhe cabe. A subjetividade, tanto de quem lê como de quem escreve importam muito quando se trata de analisar esses escritos. Livros sempre foram armas – de doutrinação ou do conhecimento. Fato é que os escritos - sejam livros, jornais, documentos, cartas, músicas ou poesia - têm grande poder em uma sociedade. Essa função dada às escrituras não vem de hoje. Chartier diz que:

Dos autos-de-fé da inquisição às obras queimadas pelos nazis, a pulsão de distribuição obcecou por muito tempo os poderes opressores que, destruindo os livros, e com frequência, seus autores, pensavam erradicar pra sempre suas ideias. (CHARTIER, 2009, p. 23).

Paulo Schilling foi um desses homens que pensaram o Brasil. Ao estudar pensadores como Rousseau, por exemplo, trouxe para suas ideias as questões humanísticas. Um olhar mais apurado sobre a ideia de divisão e distribuição em benefício de todos possivelmente foi uma das influências para escrever sobre as questões agrárias. Para Jean Jacques Rousseau, os homens seriam de natureza boa e é a sociedade que lhes corrompe. De diálogo iluminista, a propriedade privada, para ele, era a mãe de todas as misérias. Chamado de verdadeiro fundador da sociedade civil, diz que o homem não volta a sua origem natural depois que é corrompido por um sistema político que cria diferenças entre eles.

Paulo Schilling concorda com Rousseau de que a propriedade privada é um dos grandes males causadores das desigualdades humanas. Sabemos de antemão que Adam Smith teoriza o conceito e diz que o governo civil garante a propriedade dos ricos contra os pobres, pois os movimentos e os interesses da sociedade

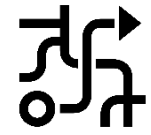


dependem dos capitalistas, e que esses desejos diferem dos interesses públicos. Para Adam Smith, a propriedade privada estava ligada à questão social e à ideia da divisão do trabalho, valor, lucro e mercadoria. No âmbito agrário, a terra se tornou objeto de desejo capitalista, pois é vista como possibilidade de obtenção de lucros, status e renda. Porém, apenas para proprietários que exploram a mão de obra do trabalhador rural. Paulo Schilling, ao tecer críticas ao sistema, levou em consideração tais desigualdades sociais e a possibilidade de torná-las um fardo do passado, almejando um futuro de desenvolvimento econômico, mas principalmente, social.

Paulo Schilling esteve presente nos muitos momentos em que Leonel Brizola discutiu as reformas de base, e trabalharam fortemente para que o Professor Brochado, quando Primeiro-Ministro do Brasil, em 1962, tomasse o congresso como que prevendo o Golpe de 1964, fazendo as tão desejadas reformas de base que eram necessárias ao país. Foi nesse período que Paulo Schilling influenciou abertamente para que o Professor Brochado tomasse o congresso. Na ocasião, o ministro voltou atrás e renunciou.

Paulo Schilling, além de fazer críticas ao sistema econômico e político do Brasil, foi um estudioso da História, principalmente do Rio Grande do Sul. Conhecia tanto a biografia de seus admirados políticos quanto as suas ideias. Entre eles, Getúlio Vargas, João Goulart e Leonel Brizola. Para tanto, estudou juristas, escritores e intelectuais que julgou importantes para si. Encontramos citações em seus livros e artigos de autores como Darci Azambuja, Florescêncio de Abreu, Padre Luiz Gonzaga Jaeger, J. Fernando Carneiro, Padre Hernandez, Limeira Tejo, Oliveira Vianna, Gen. João Borges Fortes, Oswaldo Aranha, entre outros.

Essa é uma breve síntese sobre Paulo Schilling. Acreditamos que seu repertório tão rico permitiu que tivesse maior clareza dos acontecimentos do período em que viveu. Além disso, destacamos o silêncio que a ditadura civil-militar impôs a homens como Schilling e acreditamos que por isso elas nunca passaram do campo das ideias. Colocá-las em prática, hoje, sairia da realidade que temos, mas ao olhar para trás e refletirmos sobre elas, podemos fazer críticas que nos ajudariam a criar ideias praticáveis na sociedade brasileira do século XXI.



REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Dinoráh Lopes Rubim. *A guerrilha esquecida: memórias do Caparaó (1966-67), o primeiro foco guerrilheiro contra a ditadura militar no Brasil*. 2014. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Vitória, 2014.

BENETTI, Maria Domingos. *Origem e formação do cooperativismo no Rio Grande do Sul: uma análise do desenvolvimento da COTRIJUI, COTRISA e FECOTRIGO - 1957/1980*. 3ª ed. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, 1992.

CHARTIER, Roger. *A aventura do livro: do leitor ao navegador*. São Paulo: UNESP, 2009.

FERREIRA, Jorge. *Prisioneiros do Mito: cultura e imaginário político dos comunistas no Brasil (1930 – 1956)*. Rio de Janeiro: EDUFF, 2002.

FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Arão (Orgs). *Nacionalismo e reformismo radical (1945 - 1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GOMES, Angela de Castro. *Partido Trabalhista Brasileiro (1945-1965): getulismo, trabalhismo, nacionalismo e reformas de base*. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Arão (Orgs). *Nacionalismo e reformismo radical (1945 -1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

HECKER, Alexandre. *Propostas de esquerda para um novo Brasil: o ideário socialista do pós-guerra*. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Arão (Orgs). *Nacionalismo e reformismo radical (1945 -1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

SAVIANI FILHO, Hermógenes. *A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade*. *Revista Economia e Sociedade*. Campinas, v. 22, n. 3 (49), p. 855-860.. Dez. 2013.

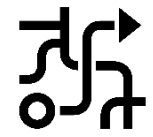
SCHILLING, Paulo R. *A Operação Trigo*. Rio Pardo: Associação dos Agricultores de Encruzilhada do Sul, 1956.

_____. *O que é Reforma Agrária*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A., 1963.

SILVA, Diego Scherer da. *Até que um dia, de repente, tudo passa a ser contado no passado: os projetos, as memórias e os campos de possibilidades na formação do indivíduo Flávia Schilling (Brasil - Uruguai, 1964-1980)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2014, p. 150 .

_____. *A trajetória militante de Paulo Schilling e a formação do seu Arquivo Pessoal (1956-2012)*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2020, p. 251.

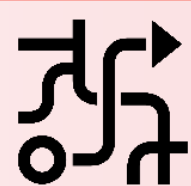
SILVA, Helio. *Desenvolvimentismo e democracia: 1956 - 1960*. São Paulo: Três, 1975.



STARLING, Heloisa Murgel. *Ser republicano no Brasil colônia: a história de uma tradição esquecida*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

Recebido em 18/09/2023

Aprovado em 17/11/2023



ALMEIDA, Luísa Estanislau Soares de*

<https://orcid.org/0009-0009-2704-3637>

DULCI, Tereza Maria Spyer**

<https://orcid.org/0000-0003-3891-2577>

FERREIRA, Nathália Santos***

<https://orcid.org/0000-0003-1147-9099>

RESUMO: Este artigo busca fazer um exercício de reflexão sobre as imagens das propagandas oficiais da ditadura militar brasileira (1964-1985) tendo como objeto de análise *O Brasil* (Jaime Lauriano, 2014), obra constituída por uma colagem de arquivos históricos jornalísticos, sonoros e audiovisuais. Tendo como foco principal os filmes, peças publicitárias-televisivas oficiais que exaltam alegria, patriotismo e nacionalismo, procuraremos investigar as estratégias discursivas dessas imagens e dos *jingles* que as embalam. Buscaremos ainda pensar sobre a força dessas propagandas em uma sociedade na qual a televisão era uma novidade à época. Por fim, apresentaremos algumas reflexões sobre as aproximações entre o ofício do/a artista e o ofício do/a historiador/a, assim como sobre a disputa pela memória da última ditadura militar brasileira diante de um contexto contemporâneo em que o extremismo político de direita é um fenômeno social pautado, entre outros princípios, pelo desejo de intervenção militar.

PALAVRAS-CHAVE: Ditadura Militar; Memória; Arte Contemporânea.

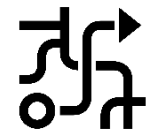
RESUMEN: Este artículo se propone reflexionar sobre las imágenes de la propaganda oficial de la dictadura militar brasileña (1964-1985), analizando *O Brasil* (Jaime Lauriano, 2014), obra compuesta por un collage de archivos históricos periodísticos, sonoros y audiovisuales. Centrándonos principalmente en los *filmetes*, piezas publicitarias de la televisión oficial que exaltan la alegría, el patriotismo y el nacionalismo, trataremos de investigar las estrategias discursivas de estas imágenes y los *jingles* que las acompañan. También buscaremos reflexionar sobre el poder de estos anuncios en una sociedad en la que la televisión era una novedad en aquella época. Por último, presentaremos algunas reflexiones sobre las aproximaciones entre el oficio del/a artista y el oficio del/a historiador/a, así como sobre la disputa por la memoria de la última dictadura militar brasileña ante un contexto contemporáneo en el que el extremismo político de derechas es un fenómeno social basado, entre otros principios, en el deseo de intervención militar.

PALABRAS CLAVE: Dictadura militar; Memoria; Arte Contemporáneo.

* Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Especialista em Estudos Brasileiros pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP) e Mestranda em História na Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) – bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail: luisa.estanislau@gmail.com

** Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). Atualmente é professora da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) [Exercício Provisório]. Segue vinculada à Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), atuando na pós-graduação na Especialização em Ensino de História e América Latina (EHAL), no Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina (PPGICAL) e no Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIS). E-mail: terezaspyer@gmail.com

*** Professora de História do ensino básico. Graduada em História – Licenciatura e Bacharelado pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Atualmente é Mestranda em História na Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) – bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail: professoranathaliasan@gmail.com



INTRODUÇÃO

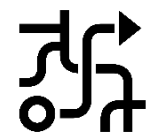
O Brasil escapou, por um fio, de reeleger o “Trump dos Trópicos” (MARS, 2019) para mais quatro anos no poder. Foi precisamente por 50,9% contra 49,1% dos votos válidos, que em outubro de 2022, Luiz Inácio Lula da Silva (Partido dos Trabalhadores), presidente da República de 2003 a 2010, derrotou o então presidente Jair Messias Bolsonaro (Partido Liberal), em seu primeiro mandato (2018-2022). A referência ao ex-presidente dos Estados Unidos, Donald Trump (2017-2021), busca marcar que o jogo de influências e espelhos entre os dois países ainda é uma prática recorrente. Pelo menos desde a década de 1930, no primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1937), e intensificando-se a partir de meados de 1950, no contexto da Guerra Fria, os Estados Unidos não mediram esforços para barrar avanços de traços tidos como comunistas na América Latina, exportando para cá uma cultura pautada pelo medo, denunciamento e perseguição que gerou uma forte violação dos direitos humanos (STEPHAN, 2016). E estes valores foram atualizados tanto pelo *trumpismo* quanto pelo bolsonarismo¹.

De volta ao presente e ao Brasil, um partido à esquerda venceu as eleições presidenciais em 2022, mas o extremismo político de direita continua com força, pois trata-se de um fenômeno social (CORSALETTE, 2023). Prova disso é a tentativa de golpe de Estado em 8 de janeiro de 2023, quando uma multidão de bolsonaristas invadiu e depredou os edifícios que são sede dos Três Poderes da República, em Brasília – “provavelmente o maior atrevimento e a maior violação republicana da nossa história depois das duas ditaduras do século 20” (GOMES, 2023).

Diante de um presente que não conseguiu criar uma estrutura sólida para exercer plenamente a democracia, é importante estarmos atentos/as. Lembramos aqui do alerta de Walter Benjamin (2012, p. 245), para quem o “estado de exceção” é na verdade a regra geral, e de Ailton Krenak (GUERRAS DO BRASIL.DOC, 2019), que nos ensina que o Brasil sempre esteve em guerra.

Cientes de que “a atividade artística sempre foi requisitada pelo poder para dar visibilidade aos conceitos que lhe servem de princípios” (CAUQUELIN, 2005, p. 162), este artigo busca fazer um exercício de reflexão sobre as imagens das

¹ Sobre o avanço da extrema-direita e do neo-conservadorismo na nossa região no século XXI e o papel dos Estados Unidos neste processo ver o livro: “Extrema-direita e neoconservadorismo na América Latina e no Caribe” (2022).



propagandas oficiais da ditadura militar² no Brasil (1964-1985) tendo como objeto de análise a obra em vídeo *O Brasil* (2014), de Jaime Lauriano. Artista visual e pesquisador inserido na virada decolonial da arte contemporânea brasileira (PAIVA, 2022), Lauriano se apropria de arquivos da época da ditadura militar (jornalísticos, sonoros e audiovisuais) como matéria-prima para a criação artística.

A partir principalmente dos filmetes, peças publicitárias-televisivas oficiais que exaltavam alegria, patriotismo e nacionalismo, procuraremos investigar as estratégias discursivas dessas imagens, dos *jingles* e das canções que as embalam, refletindo sobre a força dessas propagandas em uma sociedade na qual a televisão, segundo Schneider (2017) à época, era uma novidade. Buscaremos ainda pensar nas aproximações entre o ofício do/a artista e o ofício do/a historiador/a, assim como refletir sobre a disputa pela memória da última ditadura militar brasileira, diante de um contexto contemporâneo em que o extremismo político de direita é um fenômeno social pautado, entre outros princípios, pelo desejo de intervenção militar.

Assim, o presente artigo está dividido em três partes. Num primeiro momento, apresentaremos o artista, o contexto de produção (2014) e de exibição da obra (2017-2018). Em um segundo instante, abordaremos alguns pontos sobre o desenvolvimento da propaganda estatal durante os governos militares (1964-1985). Em seguida, analisaremos certos elementos da narrativa audiovisual proposta pela obra *O Brasil*. Por fim, indicaremos possíveis influências do audiovisual na sociedade. Servem como principais bases para reflexão os estudos de Santos (2022), Schwarcz e Starling (2018), Jelin (2018), Escobar (2021), Casetti e di Chio (1991) e Dávila (2018).

ARQUIVO E MEMÓRIA NO CONTEXTO DE O BRASIL

Nascido na cidade de São Paulo em 1985, Jaime Lauriano faz parte de uma geração de artistas que emerge no final da década de 2000, um período da história recente marcado pela maior presença de pretos, pardos e indígenas na educação superior (e em outros espaços de poder), pela "nova onda" dos movimentos feministas

² Neste artigo, optamos por utilizar "ditadura militar", e não "ditadura civil-militar" ou "empresarial-militar", expressões utilizadas por parte dos/as pesquisadores/as nas últimas décadas. Compreendemos a articulação e a responsabilidade civil e empresarial neste período histórico, mas preferimos manter a expressão seguindo o padrão das fontes analisadas.



e pelos movimentos LGBTQIA+ que provocaram rachaduras no *status quo* vigente. As questões étnico-raciais e as dissidências sexuais e de gênero podem ser consideradas alguns dos principais temas que marcam a produção dessa geração, inserida especificamente no contexto da arte contemporânea brasileira. Segundo Paiva (2022, p. 15), “uma verdadeira revolução está em curso nas artes brasileiras”, trata-se da “virada decolonial”, um “fenômeno marcado pelo crescimento exponencial de poéticas que expressam questões como raça, etnia, classe, gênero e geopolítica articuladas de forma interseccional” em luta por “reparação histórica diante do sistemático apagamento das experiências e memórias de grupos sociais minorizados”. Aline Motta (Niterói/RJ, 1974), Denilson Baniwa (Barcelos/AM, 1984), Tiago Sant’Ana (Santo Antônio de Jesus/BA, 1990) e Jota Mombaça (Natal/RN, 1991) são alguns artistas que dividem com Lauriano esse circuito (PAIVA, 2022). O interesse pela história é identificado na própria fala do artista: “meu trabalho está muito interligado com o novo momento da arte brasileira, de revisitar sua história, pensar e fazer uma nova história do Brasil, e de mudança de protagonismo” (LAURIANO, 2023).

Graduado em Artes Visuais, pelo Centro Universitário Belas Artes de São Paulo (2010), Lauriano iniciou sua carreira em espaços independentes de arte na cidade de São Paulo, como o Beco da Arte e o Ateliê 397. Atualmente é representado pela Galeria Nara Roesler, uma das mais importantes do país, e acumula em seu currículo a participação em diversas exposições nacionais e internacionais, com passagem pelas principais instituições brasileiras como: Museu de Arte de São Paulo (São Paulo, SP), Instituto Inhotim (Brumadinho, MG), Museu de Arte Contemporânea (Niterói, RJ), Fundação Joaquim Nabuco (Recife, PE) e Museu Casa das Onze Janelas (Belém, PA). O artista é também co-idealizador, juntamente com Lilia Schwarcz e Flávio Gomes, da *Enciclopédia Negra: biografias afro-brasileiras* (2021)³.

Em celebração aos 15 anos de carreira, em abril deste ano, Lauriano inaugurou a exposição individual *Aqui é o fim do mundo* no Museu de Arte do Rio (Rio de Janeiro, RJ). Segundo o curador Marcelo Campos, a importância de Lauriano para a arte contemporânea “é justamente fazer o que a gente chama de decolonialidade,

³ Informações sobre a biografia e currículo de Jaime Lauriano estão disponíveis nos seguintes sites: do artista (<https://pt.jaimelauriano.com/>), da Galeria Nara Roesler (<https://nararoesler.art/artists/jaime-lauriano/>) e do Prêmio Pipa (<https://www.premiopipa.com/pag/jaime-lauriano/>).

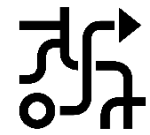


que se dê diretamente relacionada aos cânones, eles construíram e inventaram os heróis, os símbolos e ele vai observar esse lugar e propor novas relações” (CAMPOS, 2023). Seja através de bordado, vídeo, mapas, textos, esculturas ou instalações, as criações de Lauriano articulam colonialidade⁴, violência e racismo, numa tentativa de elaborar os problemas da sociedade brasileira percebidos e sentidos em seu próprio corpo (LAURIANO, 2019). O trabalho de Lauriano se aproxima daquilo que Ticio Escobar (2021) chama de “aura dissidente”, uma vez que há na produção do artista grande preocupação com as memórias contra-hegemônicas.

A obra em análise no presente artigo foi produzida em 2014 e exibida no 20º Festival de Arte Contemporânea Sesc Videobrasil, em cartaz entre outubro de 2017 e janeiro de 2018, no Sesc Pompéia, na cidade de São Paulo. *O Brasil* se relaciona diretamente com *Morte súbita* (vídeo, 2014), exibida na mesma exposição, quando Lauriano foi contemplado, pelos dois trabalhos, com o prêmio especial oferecido pela organização do festival. No conjunto de outras produções do artista que abordam mais explicitamente a temática da ditadura militar, podemos citar ainda, *A taça do mundo é nossa* (instalação, 2018), uma réplica da taça Jules Rimet fundida em latão e cartuchos de munições utilizadas pelas Forças Armadas Brasileiras; *Pátria Amada* (fotografia, 2020), retrato em verde e amarelo de uma pessoa encapuzada com um saco de plástico e a série *Bandeira nacional* (têxtil, 2015-2016), que reúne pequenas bandeiras imperfeitas confeccionadas a partir de diferentes técnicas de tecelagem. Neste texto, optamos por nos centrarmos unicamente em *O Brasil*, pela densidade de sua construção, uma vez que a obra é um vídeo constituído por uma colagem de arquivos históricos, jornalísticos, sonoros e audiovisuais, onde destacam-se, sobretudo, os filmetes, as propagandas oficiais de TV.

O período entre a produção e exibição de *O Brasil* não são anos quaisquer para a história recente do país. O Brasil estava em ebulição. De forma panorâmica, podemos citar as Jornadas de Junho (2013); o questionamento dos resultados das eleições pelo presidenciável derrotado Aécio Neves (2014); a organização do

⁴ Sobre o “giro decolonial” e os conceitos “colonialidade” e “decolonialidade” ver: “El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global” (2007), de Santiago Castro-Gómez e Ramón Grosfoguel. Para além disso, cabe destacar o conceito de “colonialidade do poder” criado e difundido por Aníbal Quijano que ajuda a compreender como a colonialidade opera atualmente. E especificamente no campo das artes latino-americanas, recomendamos os artigos de Walter D. Mignolo.

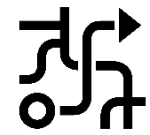


Movimento Brasil Livre (2014); a Copa do Mundo realizada no Brasil (2014) e os Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro (2016). Na esteira desses acontecimentos, as direitas e extrema-direitas brasileiras “sequestram” a camisa da Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e a bandeira, transformando-os em marcadores de sua identidade (UOL, 2023).

O ano de 2014 foi também – e sobretudo – aquele em que o relatório final da Comissão Nacional da Verdade (CNV) foi entregue à então presidenta Dilma Rousseff (2011-2016). Instalada em 2012, a Comissão da Verdade “foi criada para apurar e esclarecer, indicando as circunstâncias e a autoria, as violações de direitos humanos praticadas entre 1946 e 1988 [...] com o objetivo de efetivar o direito à memória e a verdade histórica e promover a reconciliação nacional” (EBC, 2014). O julgamento do Impeachment de Rousseff em 2016, é sem dúvida, um dos momentos mais assombrosos desse contexto. Como esquecer o discurso do então deputado federal Bolsonaro que dedicou seu voto à memória de um dos personagens mais violentos da ditadura militar, Carlos Alberto Brilhante Ustra, coronel e chefe do Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna do Exército (DOI-Codi), órgão de repressão do governo militar. Abaixo destacamos a transcrição de um trecho do referido discurso:

[...] perderam em 64, perderam agora em 2016. Pela família e pela inocência das crianças em sala de aula que o PT nunca teve. Contra o comunismo, pela nossa liberdade, contra o Foro de São Paulo, pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhantes Ustra, o pavor de Dilma Rousseff. Pelo exército de Caxias, pelas nossas forças armadas, por um Brasil acima de tudo e por Deus acima de todos, o meu voto é sim (BOLSONARO, 2016).

Apesar da perversidade do discurso acima, os/as brasileiros/as, incluindo aqueles/as que acessaram esse discurso, amplamente televisionado, fizeram de Bolsonaro presidente em 2019. Embora forças políticas conservadoras, reacionárias e extremistas não tenham surgido com a ascensão de Bolsonaro ao cargo de chefe do Executivo, sua eleição inaugurou um momento político propício para esses grupos, que continuam a se desdobrar no tempo e para além de seu governo (BRITO et al., 2023). Esta realidade escancara que, no campo da memória, a sociedade brasileira ainda tem muito trabalho pela frente. Expõe também como os 21 anos de ditadura deixaram marcas na memória coletiva que não necessariamente associa este período



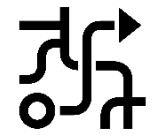
à violência e ao medo, muito pelo contrário – argumento que aprofundaremos mais adiante.

Alguns/as estudiosos/as chamam de “batalhas pela memória” os conflitos entre as formas de construir e narrar as memórias das ditaduras militares sul-americanas. A principal referência sobre o tema na nossa região é a produção de Elizabeth Jelin. Esta autora expõe as diferentes escolhas que cada país do Cone Sul (Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai) fez para lidar com seus passados ditatoriais recentes (JELIN, 2018). O caso argentino, abordado no longa-metragem *Argentina, 1985* (2022), do diretor Santiago Mitre, foi uma exceção na região por ter julgado e condenado os comandantes militares por um tribunal civil. O Julgamento das Juntas Militares, como ficou conhecido o episódio, foi importante também no campo simbólico, para fixar na memória dos/as argentinos/as o “Nunca más!”, lema que atravessa gerações. Por outro lado, o Brasil escolheu o caminho da “conciliação nacional” com a Anistia em 1979 e do silêncio no decorrer da década de 1990. Como mencionado anteriormente, uma ruptura com esse pacto aconteceu recentemente com a Comissão Nacional da Verdade, mas na medida em que os militares responsáveis não foram julgados pelos crimes cometidos, a batalha continua em curso (CNV, 2014).

Podemos considerar que artistas como Lauriano se inserem nesta disputa pela memória. Uma geração que, atravessada pela renovação do extremismo político de direita, tem a difícil tarefa histórica de ajudar a “enterrar de vez os mortos”, já que, como também nos alerta Benjamin (2012, p. 243), nem eles estão seguros diante do inimigo que permanece vitorioso.

DITADURA E PROPAGANDA

A partir da segunda metade do século XX, tem sido consenso historiográfico que mulheres, indígenas, negros/as e a população pobre sempre possuíram agência nas experiências históricas dentro do que chamamos de História do Brasil. Contudo, é recente o esforço dos/as historiadores/as em lançar seus olhares para experiências populares que nos deem a chave de compreensão sobre as estratégias dos sujeitos subalternizados frente aos regimes de poder (e controle) impostos. A História do Brasil é marcada por convulsões e dissidências sociais que a narrativa oficial tende a todo custo camuflar e que historiadores/as, artistas e outros produtores de conhecimento



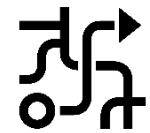
teimam em visibilizar, a exemplo do livro anteriormente citado, de co-autoria de Lauriano, *Enciclopédia Negra: biografias afro-brasileiras*.

No contexto anterior ao golpe de 1964, ou prólogo da ditadura, a cúpula das Forças Armadas não se sentia apenas ameaçada pelo projeto de dividir o poder do então presidente João Goulart (1961-1964). Schwarcz e Starling (2018), ao mapearem o contexto pré-golpe, demonstram, por exemplo, o caráter subversivo do setor da Marinha – historicamente marcado pela maior participação de pretos e pardos (NASCIMENTO, 2016) –, lançando um olhar sobre o motim realizado pelos marujos para exigir que se reconhecesse a Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil. Àquele momento, setores conservadores das Forças Armadas, bem como o empresariado, movidos pela contraposição ao discurso de Goulart de levar adiante as Reformas de Base⁵, se organizaram para desmontar não apenas a organização sindical da Marinha, bem como para demarcar que, a partir de então, qualquer dissidência seria ainda menos tolerada. Neste contexto poderíamos citar também a organização dos/as trabalhadores/as rurais nas Ligas Agrárias e Camponesas, sobretudo em Pernambuco.

Dado o golpe, entre os meses de março e abril de 1964, a ditadura militar brasileira engrossou a lista de outras ditaduras sul-americanas que se alastraram pela região no decorrer da segunda metade do século XX. Vale destacar que a "Operação Condor" garantiu uma troca de informações entre os sistemas de repressão militares dos países do Cone Sul, tudo isso com o financiamento da Agência Central de Inteligência dos Estados Unidos (CIA). A operação garantiu também que os/as opositores/as das ditaduras militares soubessem que eles/as não estariam seguros/as em nenhum dos países desta rede (MAGNET, 2022). Isso possibilitou que o controle dos/as dissidentes, de “vigiar, sequestrar, torturar, assassinar e fazer desaparecer militantes políticos que faziam oposição, armada ou não” (CNV, 2014), se tornasse um controle regional transnacional.

Entretanto, neste artigo, nos interessa pensar especificamente nas estratégias de comunicação voltadas para o controle da sociedade em geral (da gente “comum”, não dos/as dissidentes/as) visibilizadas na obra *O Brasil*.

⁵ Medidas do governo João Goulart associadas à esquerda e que propunham alterar a estrutura social e econômica do país, levando adiante, por exemplo, a Reforma Agrária e a Reforma Universitária.

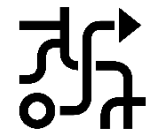


Um dos pilares do discurso oficial da ditadura brasileira era a harmonia entre os/as brasileiros/as. O que encontra respaldo, por exemplo, em teorias como o mito da “democracia racial” que buscou dar conta do “problema do negro” durante o regime ditatorial (SANTOS, 2022, p. 249). Na esteira desta problematização cabe dialogar com a análise de Santos (2022), que denuncia como diversos órgãos e instituições da ditadura militar aprofundaram e difundiram a falsa premissa da harmonia e convívio pacífico entre os/as brasileiros/as para fortalecer uma imagem de unicidade. As escolas de Ensino Básico, e a Escola Superior de Guerra (ESG), sobretudo, fizeram um esforço para evitar discussões mais aprofundadas acerca do debate racial, tidas pelos militares como perigosas.

O “Brasil oficial” criado pelo governo militar era um país cuja história continuava naturalizando a experiência da população branca como universal, ao mesmo tempo que silenciava trajetórias de negros, indígenas e mestiços - isso sem contar de sociedades não brancas ao redor do mundo (SANTOS, 2022, p. 247).

Na articulação e produção de conteúdo oficial estava a Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP), criada pelo regime de Castello Branco (1964-1967) e reformulada pelo de Garrastazu Médici (1969-1974). Esta atuou em conjunto com outras instituições chave para o projeto ditatorial brasileiro, dentre elas a já citada ESG e o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) (SCHWARCZ; STARLING, 2018). A AERP foi a responsável pela criação dos filmetes, peças publicitárias-televisivas oficiais que exaltavam harmonia, alegria, patriotismo e nacionalismo, com mensagens que provinham de materiais elaborados dentro destes e de outros setores formadores de militares. Sob a influência do período chamado de “Milagre Econômico”, a AERP se beneficiou do otimismo causado pelas grandes obras iniciadas no período, como a Transamazônica (1972) e a Itaipu (1973). Este otimismo também estava ligado à efervescência do consumo, do liberalismo econômico e do desenvolvimento de uma nova estética da propaganda. De acordo com Castro Netto, a assessoria teve duas fases:

A primeira fase, dirigida por Ernani D’Aguiar, a AERP produziu peças de propaganda extremamente oficiais. Ainda próximas das campanhas mais tradicionais em regimes autoritários. A segunda fase, de 1969-1974, foi mais produtiva. Suas peças de propaganda tiveram grande repercussão, sobretudo na televisão. Foram produzidos 170 filmetes para a televisão, 12 documentários para o cinema, 34 discos contendo “jingles” e “spots”, 16 cartazes, 7 modelos de adesivos e 17 publicações (estas mais centradas nos discursos de Médici) (CASTRO NETTO, 2017, p. 762).

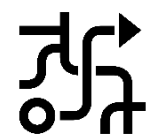


O trecho acima permite compreender como a ditadura intensificou e sofisticou o uso de estratégias de comunicação durante o "Milagre Econômico" – tudo isso em meio ao impacto da consolidação da TV em cores e da teledramaturgia nos lares brasileiros. Segundo Schneider (2017), em 1972, cerca de 50% da população possuía acesso à televisão na qual eram exibidos os filmetes, em horário nobre, antes das novelas. Tal fator, somado ao acesso ainda mais difundido ao rádio, pode nos ajudar a compreender como a propaganda militar na década de 1970, também conhecida como fase “linha dura” da ditadura, atuou eficazmente em uma indiferença dos/as brasileiros/as, o que pode ser enxergado como um esforço “desmobilizador e até alienador” dos/as cidadãos/ãs (SCHNEIDER, 2017, p. 341). Procurou-se construir a ideia de que tudo estava bem. O país crescia, a Copa do Mundo era nossa (1970). Preceitos que, no governo de Geisel (1974-1979) - sucessor de Médici - seguiram reforçados em campanhas da AERP, em peças publicitárias que pregavam este dito futuro de progresso: o Brasil era “um país que caminhava para frente”.

CONTROLE DA NARRATIVA

A partir das contribuições metodológicas de análise fílmica de Casetti e di Chio (1991), que falam em “decomposição e sucessiva recomposição” (p. 17) da obra, em trabalhar com o “roteiro à posteriori”, com uma descrição e posterior interpretação dos elementos que estão no filme como texto para ser lido (p. 43), foi possível identificar que *O Brasil* é composto por cinco camadas: cartelas com textos; áudios de manifestações de rua; locuções jornalísticas; matérias de jornais impressos e filmetes. Todavia, sem pretensão de esgotar o nosso objeto de análise, dada a natureza fragmentária da obra, foi possível identificar pelo menos 20 matérias de jornais e 22 filmetes. A partir da informação contida na cartela de texto que finaliza a obra e exhibe os créditos, são listadas sete fontes de pesquisa consultadas por Lauriano: Acervo Digital Jornal O Globo; Acervo Digital Última Hora; Arquivo Nacional; Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro; Arquivo Público do Estado de São Paulo; Biblioteca Digital do Senado Federal e Fundo Digital Jornal do Brasil (O BRASIL, 2014).

A obra, uma colagem de diferentes materiais de arquivos, se dá na curadoria das imagens e se faz na ilha de edição – neste sentido, é importante citar a equipe que atuou junto do artista. De acordo com os créditos finais, a direção e pesquisa são de Lauriano; a edição e finalização fica a cargo de Onze Corujas e a mixagem é de



Caio Gonçalves. Sem dúvidas, em *O Brasil*, a aproximação do ofício do/a artista com o ofício do/a historiador/a (em seu sentido mais tradicional, sendo aquele/a profissional que vai ao arquivo e manipula as fontes históricas) se dá de forma mais perceptível. Fora as cartelas de texto que introduzem o assunto, Lauriano trabalha apenas com arquivos históricos (O BRASIL, 2014).

Diferentemente de *Morte súbita* (vídeo, 2014), de *Pátria Amada* (fotografia, 2020), onde foram produzidas imagens novas, e de *A taça do mundo é nossa* (instalação, 2018), na qual o vínculo com a violência é explícito (os cartuchos de munições utilizadas pelas Forças Armadas Brasileiras são a matéria-prima da reprodução da taça), em *O Brasil*, o artista opera sobretudo com o ocultamento da violência – possivelmente em referência aos silenciamentos derivados da censura, do exílio, dos desaparecimentos e dos assassinatos. Isto é, o silenciamento dos corpos e subjetividade dissidentes e insurgentes.

Na sinopse da obra, disponibilizada no perfil de Lauriano na plataforma Vimeo, aparece: “Vídeo realizado com matérias de jornais entre os anos de 1964 e 1968, e com propagandas oficiais – que exaltam o nacionalismo e o controle da sociedade através do medo – dos governos federais durante o período da Ditadura Militar” (O BRASIL, 2014). Os textos das cartelas, os áudios de manifestações de rua (sons abafados de vozes, bombas e tiros, provavelmente uma manifestação sendo reprimida), as matérias de jornal e as locuções jornalísticas expressam bem um clima de tensão e medo.

Em relação às propagandas oficiais de TV, concordamos com a sinopse da obra, que afirma que os filmetes são peças que exaltam o nacionalismo, mas discordamos que elas são pensadas na chave do “controle da sociedade através do medo” (O BRASIL, 2014). Entendemos que esse controle se dá por conta das imagens que expressam segurança, esperança e otimismo – sofisticadamente construídas nas narrativas nos filmetes. O conteúdo dessas peças publicitárias-televisivas oficiais é a antítese da violência praticada nos *porões da ditadura* e, portanto, revela-se como uma forma de domínio da sociedade que se dá a partir da manipulação da narrativa sobre a ditadura. O artista nos dá essa pista de leitura, em uma das cartelas de texto, onde se lê “[...] a AERP desenvolveu diversos ‘filmetes’ como forma de aproximar o governo do povo, e esconder as suspensões de direitos civis que o Regime Militar implantava no Brasil” (O BRASIL, 2014).

Tendo como foco principal as peças publicitárias-televisivas oficiais, nos concentramos em investigar as estratégias discursivas de algumas dessas imagens e dos *jingles* e músicas que as embalam, refletindo sobre a força das propagandas em uma sociedade na qual a televisão é uma novidade. A partir de um levantamento de palavras-chave, os temas abordados nesses arquivos concentram-se em torno das ideias de: família; pátria; nação, economia; riqueza; desenvolvimento; trabalho; harmonia; alegria; desenvolvimento; segurança; bem-estar; coletividade; ordem e progresso. Sem esquecer, claro, delas: as Forças Armadas, as garantidoras da paz. Tudo isso com uma estética que mistura imagens “civis”, com o aroma publicitário, e imagens de navios, aviões, tanques de guerra e militares fardados e armados. Para Lauriano, “mesmo essa linguagem publicitária, que é super pra frente, carrega uma morbidez muito grande porque está falando de um país bélico, ufanista, xenófobo, ultranacionalista” (VIDEOBRASIL, 2017).

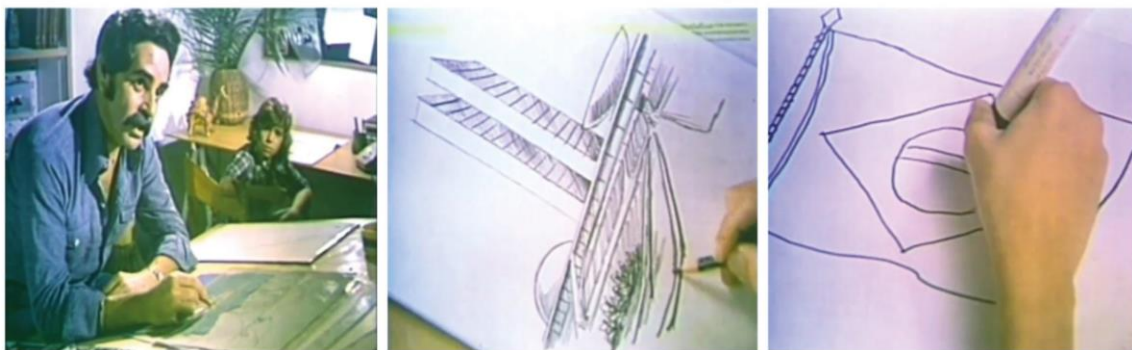


Imagem 1 - Filmete que retrata um pai ensinando (e desenhando) para o filho o que seria o nacionalismo. Minutos 02:20-03:05. Fonte: Fotogramas de *O Brasil*. Jaime Lauriano. Todos os direitos reservados. 2014.



Imagem 2 - Filmete que retrata as Forças Armadas brasileiras sob o argumento de que o Brasil era um dos países que menos gastou com esse setor e que a contribuição de cada cidadão/ã era importante pois “o que se gasta com as Forças Armadas significa segurança e também ajuda ao desenvolvimento nacional”. Minutos 09:46-10:40. Fonte: Fotogramas de *O Brasil*. Jaime Lauriano. Todos os direitos reservados. 2014.



Imagem 3: Filmete que exalta os/as estudantes e jovens do Brasil. Minutos 11:06-11:30. Fonte: Fotogramas de *O Brasil*. Jaime Lauriano. Todos os direitos reservados. 2014.

Aqui vale a pena voltar na ideia de "democracia racial" apresentada anteriormente, e que é um assunto recorrente no trabalho de Lauriano. Cientes disso, nos dedicamos a destacá-la em *O Brasil*. As ditas paz e a harmonia estão presentes em peso nos arquivos selecionados pelo artista, dentre elas podemos citar a animação com o *jingle* intitulado *Pindorama*, marcada, entre outras frases, por “Índio, mulato e branco de todas as cores são todos por um” e “Esse é um país que vai pra frente”. Outra peça que merece ser mencionada, é também uma animação, embalada pelo *jingle* cujo principal refrão é “Vamos todos cantar a uma só voz: o Brasil é feito por nós”. Nele o personagem negro é desenhado de forma caricata. Já o filmete que finaliza *O Brasil* escancara a artificialidade da harmonia propagandeada pelo discurso televisivo oficial. Na última cena, jovens em uma roda cantam e dançam juntos, contudo, chama a atenção a presença de um homem negro, retratado aparentemente como um trabalhador rural, que é convidado por uma mulher branca para ocupar o centro da roda. Ele aceita o convite, mas parece meio desconfiado. A cena é arrematada com a frase do narrador que diz “O país se faz com quem ama o mesmo chão”, que remete à ideia mais completa desta fase da ditadura “Brasil, ame-o ou deixe-o” – que, curiosamente, está ausente em *O Brasil* (O BRASIL, 2014).



Imagem 4: Filmete de “Pindorama”. Minutos 06:23-07:11. Fonte: Fotogramas de *O Brasil*. Jaime Lauriano. Todos os direitos reservados. 2014.



Imagem 5: Filmete “Marcas do que se foi”. Sequência em que jovens cantam e dançam ao redor de uma fogueira, e momento em que um rapaz negro dança com a jovem branca em uma suposta harmonia. Minutos 16:52-18:41. Fonte: Fotogramas de *O Brasil*. Jaime Lauriano. Todos os direitos reservados. 2014.

Nesse sentido, o aparato discursivo não dá conta de camuflar a realidade brutal e desigual no Brasil. Importa acrescentar ainda que esse filmete é embalado pelo “jingle urbano-rural” *Marcas do que se foi* encomendada pelo governo militar, para comemorar o réveillon, e gravado pelo grupo Os Incríveis (SANCHEZ, 2022), que diz: “Esse ano quero paz no meu coração/ quem quiser ter um amigo que me dê a mão (...) marcas do que se foi/ sonhos que vamos ter/ como todo dia nasce/ novo em cada amanhecer” (ZURANA, 1976).

Nestas peças, predominam os ideais de um Brasil próspero e que engloba todos/as em igualdade: “todos juntos”, “todos por um”, “uma só voz” e “feito por nós”. A fixação pela coesão denunciaria, portanto, as violências e violações dos direitos humanos? Lauriano nos ajuda a responder essa pergunta, quando nos diz que os filmetes “São propagandas que criam um Brasil ficcional, um Brasil que não matava ninguém, que não tinha tortura” (VIDEOBRASIL, 2017). Na montagem da obra, a vinheta, que para nós parece ser a vinheta oficial dos filmetes (uma imagem do mapa do país com uma estrela de 5 pontas irradiando fechos de luz a partir de Brasília e em direção às 5 regiões do Brasil com o slogan “O Brasil é feito por nós”), é usada na montagem de maneira repetitiva, mas de formas diferentes: ora é exibida completa (imagem e slogan), ora apenas a imagem do mapa do Brasil sem o slogan. Essa oscilação cria um ritmo e nos minutos finais, “O Brasil é feito por nós” começa a soar repetitivo (O BRASIL, 2014).

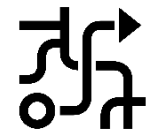


Imagem 6: Repetidas vezes em que o símbolo de “O Brasil é feito por nós” aparece nos Filmetes.
Fonte: Fotogramas de *O Brasil*. Jaime Lauriano. Todos os direitos reservados. 2014.

Se, segundo os criadores dos discursos oficiais da ditadura, “O Brasil é feito por nós”, quem somos *nós*? Podemos interpretar: nós, militares, inventamos um Brasil de paz, usamos as propagandas para controlar a narrativa e convencer os “cidadãos de bem” (e outros civis). Mas qual o impacto de passar 21 anos ouvindo esse *slogan* diariamente, ou essa ideia modulada de outras formas, via *jingles* e imagens? O papel da AERP, como órgão produtor de tais filmetes, parece ser esse esforço de garantir o consenso civil frente ao regime militar (SCHNEIDER, 2017). Noções como “família”, “nação”, “pátria” e “união” são conclamadas através de uma estética pretensiosamente ingênua, com aspirações educativas e um sentimentalismo que busca comover o espectador (QUINTELLA, 2020).

Como mencionado anteriormente, os temas abordados nesses materiais em vídeo concentram-se em discursos nacionalistas, mas também se expandem a temáticas comuns a todos/as, como a importância de fazer o Registro de Identidade. É como se os filmetes endossassem, de fato, a tentativa de sustentar uma sociedade de harmonia e ordem na qual os/as cidadãos/as constroem suas vidas com base na união e nos direitos civis. Entretanto, tanto na escolha de Lauriano de inserir áudios de protestos e de repressão policial no início do vídeo, como no fundo das peças jornalísticas, havia a existência de uma ditadura militar enquanto “vivia-se a vida”.

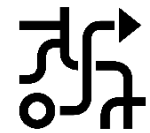
Por outro lado, sabemos da existência de narrativas no campo audiovisual que denunciavam de maneira cômica o extrato de cada fase da ditadura no Brasil. Falamos aqui da pornochanchada (de grande consumo do público comum), cujos



filmes apontavam temas como: censura, repressão, socialismo, guerrilha e racismo. Esse momento do cinema brasileiro foi abordado na longa-metragem *Histórias que nosso cinema (não) contava* (2017), de Fernanda Pessoa, que apresenta discussões sobre a resistência à ditadura nas produções populares, largamente consumidas pelas massas, pelos/as brasileiros/as comuns. Dito isso, destacamos como a alienação implantada pelas peças publicitárias da AERP podem ter sido eficazes apenas até certo ponto. A população sabia que não vivia em um país de harmonia, na medida em que consumia tais produções alternativas? A camada de crítica social contida nas pornochanchadas era absorvida como tal? Essas indagações nos fazem pensar sobre a complexidade da participação (e consenso civil) durante o período ditatorial brasileiro. Mas, como a recepção dessas obras audiovisuais não é o foco da presente análise, nos limitamos apenas a compartilhar essas reflexões.

Por fim, diante da curadoria dos filmetes feita por Lauriano para compor *O Brasil*, nos chamou especial atenção o trecho do filme *Independência ou morte* (1972), do diretor Carlos Coimbra, com foco no momento do “Grito do Ipiranga”. Há, na obra de Coimbra, inclusive, uma fala em que D. Pedro I diz: “Pelo meu sangue, pela minha honra e pelo meu Deus, eu juro promover a independência do Brasil: Independência ou Morte”. Como não associá-la ao discurso de Bolsonaro durante a votação do Impeachment de Rousseff? Segundo Dávila (2018, p. 33), a imagem de Tarcísio Meira representando D. Pedro I “é uma das principais referências iconográficas da cultura brasileira sobre a independência” e seu êxito não se deve apenas ao cinema, mas à tradição de veiculá-la, sobretudo entre os anos 1970 e 1980, no “ritual de tradições criado pela televisão para celebrar o 7 de setembro”. O pesquisador completa dizendo que “várias gerações cresceram vendo *Independência ou morte* na TV, inclusive bastante tempo depois de sua estreia ocorrida como marco dos 150 anos de emancipação do Brasil” (DÁVILA, 2018, p. 33).

A estética verde e amarela e a força que o 7 de setembro teve durante o governo de Bolsonaro, sobretudo em 2021, demonstra a eficácia da utilização da comunicação pela ditadura militar para atingir o inconsciente coletivo. Acreditamos serem indícios disso que *jingles* e imagens deste período ainda ecoam no presente, o que nos ajuda a entender por que parte considerável da população brasileira deseja intervenções militares. Não há uma associação da ditadura com violência e medo, mas com segurança, esperança e alegria.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo pudemos evidenciar a eficácia da produção audiovisual da época para difundir o Brasil dos militares. Partindo do questionamento da sinopse da obra, entendemos que parte do controle da sociedade foi feito através de imagens que expressam segurança, esperança e otimismo – sofisticadamente construídas nas narrativas nos filmetes, ou seja, a partir do uso da propaganda oficial.

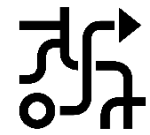
Não estamos negando a existência do medo, apenas parece que sua presença está circunscrita aos/às dissidentes. Ler os comentários do filmete *Marcas do que se foi*, anteriormente citado, e disponibilizados no Youtube, reforça essa ideia⁶. Mais uma vez, esse artigo não se propôs a fazer uma análise da recepção dos materiais audiovisuais, mas esse parece ser um desdobramento interessante para a pesquisa iniciada.

Essa reflexão nos possibilita compreender não apenas a eleição de Bolsonaro em 2018, e a sua quase reeleição em 2022, como também a ausência de uma política efetiva em relação à criminalização dos horrores da ditadura militar em nosso país. Retomando o tema das batalhas pela memória, sem uma identificação popular/massiva com essa dor brasileira específica (a dos *porões da ditadura*), é muito provável que essa ferida do nosso passado siga aberta.

Se um dos méritos de *O Brasil* é resgatar os arquivos da ditadura e expô-los em um novo contexto, que apesar de exibido originalmente em um espaço de exposição de arte contemporânea, encontra-se disponível gratuitamente na internet, desconfiamos que o seu alcance é limitado a um público que já frequenta esses circuitos. Dessa maneira, tendo conhecimento da importância fundamental da arte na disputa pela memória, nos indagamos, como pode-se ter mais eficácia nessa comunicação?

Os filmetes produzidos pela AERP dão todos os sinais de que foram muito úteis na criação do *Brasil feito por eles*. Evidenciamos esta afirmação pela experiência

⁶ Na sequência destacamos alguns dos comentários de usuários do Youtube sobre a obra: “Nesta época ser brasileiro era sinônimo de felicidade, palavra de quem estava lá”; “Foi um privilégio pra mim ter sido criança naqueles anos. O vídeo emociona muito!”; “Os anos setenta e oitenta foram maravilhosos, os jovens eram felizes sem precisar se anestesiarem com bebidas e drogas, não haviam mudanças climáticas, tudo era perfeito, quem não gostou desse vídeo é pq é infeliz e não teve infância!”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-LtpEUG-5n8&t=3s>.



de parte das autoras. Duas de nós, ao assistirmos as peças de propaganda, quando nos demos conta, estávamos reproduzindo involuntariamente os refrões festivos, como na canção que fecha a obra analisada (sendo capazes de indissociar com qualquer ideia de violência e violação de direitos humanos). Nascidas em contexto democrático, foi a primeira vez que tivemos *pleno* acesso a essas propagandas. Assisti-las seria, então, a tarefa mínima para as esquerdas e os setores progressistas que não cresceram diante das TVs dos anos 1960, 1970 e 1980? Por isso, politizar as imagens da ditadura, e outras imagens oficiais, é fundamental na disputa pelo Brasil.

REFERÊNCIAS

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Tradução: Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 2012.

BOLSONARO, Jair Messias. Sessão deliberativa. *Câmara dos Deputados do Brasil*. Brasília, 2016. Transcrição das autoras. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=V-u2jD7W3yU>. Acesso em: 28/04/2023.

BRITO, Adriane Sanctis; ROSA, Ana Silva; REIS, Luciana Silva; AMARAL, Mariana Celano de Souza. Maré conservadora e Política Criminal: o “cidadão de bem” como verdadeiro portador de direitos. *Instituto Brasileiro de Ciências Criminais*. Disponível em: <https://ibccrim.org.br/publicacoes/edicoes/789/9110>. Acesso em: 28/04/2023.

CAMPOS, Marcelo. Jaime Lauriano inaugura “Aqui é o Fim do Mundo” no MAR. *Museu de Arte do Rio (MAR)*, 2023. Disponível em: <https://museudeartedorio.org.br/noticias/jaime-lauriano-inaugura-aqui-e-o-fim-do-mundo-no-mar/>. Acesso em: 28/08/2023.

CASSETTI, Francesco; DI CHIO, Federico. *Cómo analizar un film*. Tradução: Carlos Losilla. Barcelona: Paidós Ibérica S.A., 1991.

CASTRO-GOMEZ, Santiago; GROSFUGUEL, Ramón (coords.). *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre, Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos, Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007.

CASTRO NETTO, A. David. “Uma palavra do nosso patrocinador”: a propaganda brasileira e suas relações com a ditadura militar. In: *Anais eletrônicos do VIII Congresso Internacional de História*. Maringá, 2017. p. 759-767. Disponível em: <http://www.cih.uem.br/anais/2017/trabalhos/3903.pdf>. Acesso em: 22/05/2023.

CAUQUELIN, Anne. *Arte contemporânea: uma introdução*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE (CNV), 2014. Cópia do portal da CNV mantida pelo Centro de Referência Memórias Reveladas do Arquivo Nacional. Disponível em:



<http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/index.php/2-uncategorised/417-operacao-condor-e-a-d%20adadura-no-brasil-analise-de-documentos-desclassificados>. Acesso em: 28/04/2023.

CORSALETTE, Conrado. ‘O extremismo político vai continuar porque é um fenômeno social’. *Nexo Jornal*, 2023. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/entrevista/2023/01/11/'O-extremismo-politico-vai-continuar-porque-e-um-fenomeno-social>'. Acesso em: 28/04/2023.

DÁVILA, Ignacio Del Valle. Independência ou Morte: cinema histórico e ditadura no Brasil. In: MORETTIN, Eduardo; NAPOLITANO, Marcos (Org.). *O cinema e as ditaduras militares*. São Paulo: Entremeios: Fapesp; Porto Alegre: Famecos, 2018.

DULCI, Tereza; MECCHI, Patrícia. (Org.). *Extrema-direita e neoconservadorismo na América Latina e no Caribe*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2023.

EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO (EBC). Confira o relatório completo da Comissão Nacional da Verdade. *Portal EBC*, 2014. Disponível em: <https://memoria.ebc.com.br/cidadania/2014/12/relatorio-completo-da-comissao-da-verdade>. Acesso em: 28/04/2023.

ESCOBAR, Ticio. Aura disidente: Arte y política. In: *Aura latente: Estética/Ética/Política/ Técnica*. Buenos Aires: Tinta Limón, 2021.

GOMES, Wilson. Sobre o golpe de Estado do domingo passado. *Revista Cult*, 2023. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/sobre-o-golpe-de-estado-do-domingo-passado/>. Acesso em: 28/04/2023.

GUERRAS DO BRASIL.DOC. Ep. 1 - As Guerras da Conquista. Direção e roteiro: Luiz Bolognesi. Fotografia: Carlos Baliú. Produção: Laís Bodanzky e Buriti Filmes. Co-Produção: EBC / TV Brasil. Duração (Ep. 1): 26min. Ano: 2019. Depoentes: Ailton Krenak, Carlos Fausto, João Pacheco de Oliveira, Pedro Luis Puntoni e Sônia Guajajara. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Y1rx3_PEDqU&t=2s. Acesso em: 22/05/2023.

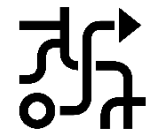
JELIN, Elizabeth. *La lucha por el pasado*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2017.

LAURIANO, Jaime. Luiz C. Osorio conversa com Jaime Lauriano, *Prêmio Pipa*, 2019. Disponível em: <https://www.premiopipa.com/wp-content/uploads/2016/04/PORT-Conversa-Jaime-Lauriano.docx.pdf>. Acesso em: 28/04/2023.

LAURIANO, Jaime. Jaime Lauriano | Museu de Arte do Rio. *DASartes*, 2023. Disponível em: <https://dasartes.com.br/agenda/jaime-lauriano-museu-de-arte-do-rio/>. Acesso em: 28/04/2023.

MAGNET, Odette. Operação Condor: montando o quebra-cabeças. *Le Monde diplomatique Brasil*, 2022. Disponível em: <https://diplomatie.org.br/operacao-condor-montando-quebra-cabecas/>. Acesso em: 20/04/2023.

MARS, Amanda. O ‘Trump dos trópicos’ passeia pela cidade do ‘Bolsonaro norte-americano’. *El país*, 19 mar. 2019. Disponível em: <https://>



brasil.elpais.com/brasil/2019/03/18/internacional/1552943571_811822.html. Acesso em: 28/04/2023.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. “Sou escravo de oficiais da Marinha”: a grande revolta da marujada negra por direitos no período pós-abolição. *Revista Brasileira de História*, v. 36, n. 72, p. 151–172, 2016. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1806-93472016v36n72_009. Acesso em: 28/04/2023.

O BRASIL. Direção e pesquisa: Jaime Lauriano. Edição e finalização: Onze Corujas. Mixagem: Caio Gonçalves. Vídeo. Duração: 18 min. Ano: 2014. Disponível em: <https://vimeo.com/22637582>. Acesso em: 28/04/2023.

PAIVA, Alessandra Simões. *A virada decolonial na arte brasileira*. Bauru: Miraveja, 2022.

PAIVA, Alessandra Simões. A “virada decolonial” na arte contemporânea brasileira: até onde mudamos?. *Revista VIS: Revista do Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais*, 21(1), 2023. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/revistavis/article/view/43694>. Acesso em: 24/08/2023.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: *A colonialidade do saber: Eurocentrismo e Ciências Sociais: Perspectivas Latino-Americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. Disponível em: https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_QUIJANO.pdf. Acesso em: 28/04/2023.

SANCHEZ, Pedro Alexandre. Ruy Maurity retratou o Brasil não-litorâneo. *Farofafá*, 2022. Disponível em: <https://farofafa.com.br/2022/04/04/ruy-maurity-retratou-o-brasil-de-costas-para-o-litoral/>. Acesso em: 28/04/2023.

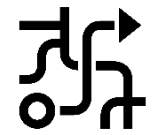
SANTOS, Ynaê Lopes dos. *Racismo brasileiro: uma história da formação do país*. São Paulo: Todavia, 2022.

SCHNEIDER, Nina. Propaganda ditatorial e invasão do cotidiano: a ditadura militar em perspectiva comparada. *Estudos Ibero-Americanos*, v. 43, n. 2, p. 333-345, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1980-864X.2017.2.24745>. Acesso em: 28 abr. 2023.

SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloisa M. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

STEPHAN, Claudia. A Doutrina da Segurança Nacional de Contenção na Guerra Fria: fatores que contribuíram para a participação dos militares na política brasileira (1947-1969). *Conjuntura Global*, vol. 5 n. 3, set./dez, 2016, p. 537-565. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/conjglobal/article/view/50544/31591>. Acesso em: 24/08/2023.

UOL. Como a camisa e cores da seleção brasileira viraram símbolo do bolsonarismo. *Uol*, 2023. Disponível em: <https://www.uol.com.br/esporte/futebol/ultimas-noticias/2023/01/10/como-camisa-cores-selecao-brasileira-simbolo-bolsonarismo.htm>. Acesso em: 24/08/2023.



Luísa Estanislau Soares de Almeida; Tereza Maria Spyer Dulci e Nathália Santos Ferreira

O PAÍS FEITO POR ELES: PROPAGANDA E MEMÓRIA DA DITADURA MILITAR EM “O BRASIL” (2014), DE JAIME LAURIANO

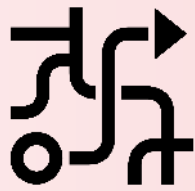
VIDEOBRASIL. 20º Festival de Arte Contemporânea Sesc_Videobrasil. *Youtube*, 2017. Disponível em: https://site.videobrasil.org.br/canalvb/video/2209725/JaimeLauriano_20o_Festival. Acesso em: 20/05/2023.

QUINTELLA, Pollyana. Jaime Lauriano. *Revista Continente*, 2020. Disponível em: <https://revistacontinente.com.br/edicoes/238/jaime-lauriano>. Acesso em: 20/05/2023.

ZURANA. Marcas do que se foi. Intérprete: Os incríveis. In: *Trabalho e Paz – de mãos dadas é mais fácil*. São Paulo: RCA, 1976. Vinil. Lado A, faixa 1.

Recebido em 20/09/2023

Aprovado em 05/12/2023



BRASIL, Bruno Leonard Simas*

<https://orcid.org/0009-0002-8304-3083>

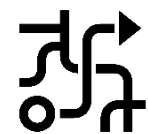
RESUMO: Este artigo discute a presença de 441 periódicos da imprensa de resistência à ditadura empresarial-militar no Brasil (1964-1988) na Biblioteca Nacional do país. Explora-se o que ela evoca, como dispositivo narrativo e rastro documental ligado a uma postura de rememoração engajada em particular, do “lembrar para nunca mais repetir” a experiência da ditadura. Aqui, o debate na historiografia recente do período é usado para abordar questões interpretativas tanto do golpe de 1964 quanto da natureza do regime subsequente. A imprensa de resistência é caracterizada, propondo-se novas leituras sobre a mesma, cotejando-se ressonâncias entre os discursos da memória política e dos direitos humanos, evocando-se formulações a respeito do arquivo como promotor de repertórios de agenciamento social.

PALAVRAS-CHAVE: Imprensa; Memória política; Ditadura empresarial-militar no Brasil

ABSTRACT: This article discusses the presence of 441 periodicals of the resistance press against the business-military regime in Brazil (1964-1988) on the country's National Library's. It explores what it evokes, as a narrative device and documentary trace linked to an engaged remembrance in particular, of "remembering to never repeat" the experience of the dictatorship. Here, the debate in recent historiography related to the period is used to address interpretive questions of both the 1964 coup and the essence of the subsequent regime. The resistance press is characterized, in proposing new readings about it, comparing resonances between the discourses of political memory and human rights, evoking formulations of the archive as a promoter of repertoires of social agency.

KEYWORDS: Press, Political memory; Business-military dictatorship in Brazil

* Mestrando em Memória Social pelo Programa de Pós-Graduação em Memória Social (PPGMS) da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), possui especialização em Comunicação e Imagem pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio, 2008) e graduação em Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR, 2006). Atualmente é técnico em documentação do Coordenação de Pesquisa (CPE) da Fundação Biblioteca Nacional (FBN).



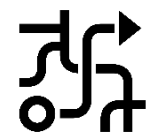
INTRODUÇÃO

Este artigo trata do conjunto documental que forma a imprensa de resistência à ditadura empresarial-militar no Brasil levando em consideração seus meios e locais de acesso, atualmente, bibliotecas e arquivos públicos. Rastro documental dispositivo a narrativas institucionais de memória política (AGAMBEN, 2009, p. 38-39), a imprensa de resistência à ditadura não costuma ser abordada em sentidos patrimoniais, de guarda e preservação. Abordaremos, aqui, o gênero impresso que deu voz ao abafado repúdio ao período autoritário que assolou o Brasil de 1964 a 1988 com base nos periódicos de resistência acondicionados na Fundação Biblioteca Nacional (FBN).

Fixaremos essas páginas de crítica sociopolítica, que evocam, hoje, a experiência do regime de exceção, como suportes à leitura de discursos do ponto de vista de quem o sofreu, e não apenas viveu. Hoje arquivada, elas têm ares de testemunho por escrito. É nesse sentido que seriam, afinal, rastros documentais (RICOEUR, 2007, p. 177). Como tal, ligam-se a uma narrativa específica, inerente a um regime de memória em particular: aquele que leva em consideração os rigores arbitrários do governo militar iniciado com o golpe que apeou João Goulart da presidência do Brasil, em abril de 1964, findado entre a eleição indireta de Tancredo Neves em 1985 e a promulgação da Constituição de 1988.

Usaremos, aqui, parte da historiografia brasileira recente para abordar questões interpretativas tanto do golpe quanto da natureza da ditadura, para, em seguida, elaborarmos a caracterização da imprensa de resistência, justificada pelo regime de exceção. Finalizaremos explorando os diálogos da resistência impressa com a memória política, sobretudo no que tange ao discurso dos direitos humanos e às disposições arquivísticas como promotoras de repertórios de agenciamento social.

Entre pastas e encadernações que guardam exemplares de formatos, identidades gráficas e linhas editoriais distintas, a imprensa de resistência forma, na Biblioteca Nacional, um apanhado disparatado, frágil, incompleto, pluriforme e, no entanto, coeso quanto a um grito de repúdio: do horror, são palavras e imagens que herdamos.

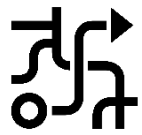


RESISTÊNCIA A QUÊ, EXATAMENTE?

Lucília Delgado (2004) oferece diferentes chaves interpretativas para o golpe de 1964 e o regime subsequente. Ela valoriza explicações conjunturais específicas ao episódio, destacando cantilenas de “falta de compromisso com a democracia” tanto por parte da direita quanto da esquerda naqueles dias. Certa “radicalização ideológica” teria sido “a maior responsável pelo rompimento da ordem constitucional em 1964” (DELGADO, 2004, p. 25-26). Tal visão, aqui, não será contemplada: ela parece justificar a tomada de poder à força, preventivamente, responsabilizando por igual tanto golpistas quanto golpeados, considerando que um “golpe à esquerda” também andava em curso, algo empiricamente insustentável (FICO, 2017, p. 9-11). Ainda assim, Delgado dá atenção às interpretações preexistentes do golpe e do regime que nos parecem, aqui, interessantes.

Referenciando Moniz Bandeira e René Dreifuss, Delgado joga luz ao que considera a explicação “conspiratória” do golpe. Bandeira reforça que a atuação internacional norte-americana, descontente com as políticas de alianças do governo Jango com as forças populares do país, foi de grande ajuda à quebra da ordem. Berço intelectual do golpe, a Escola Superior de Guerra (ESG), no Rio de Janeiro, vinha desde 1949 conectada aos militares dos EUA (LEMOS, 2014, p. 114). Bandeira sustenta sua visão em “amplos investimentos da CIA, inclusive em estratégia política”, em grupos conservadores brasileiros, e na Operação *Brother Sam*, onde fuzileiros navais dos EUA foram colocados à disposição para desembarque em terras tropicais, caso os movimentos populares ou o legalismo janguista engrossassem o tom (DELGADO, 2004, p. 22-23). Dreifuss, por sua vez, destaca o “bloco de poder multinacional e associado” articulado com organizações brasileiras para conter reivindicações da classe trabalhadora nacional (DELGADO, 2004, p. 23).

Às vésperas dos 60 anos do golpe de 1964, todavia, não são poucos os debates quanto à historiografia da ditadura empresarial-militar no Brasil (MELO, 2014, p. 157-158). A leitura convencional era de que o encerramento do regime se dera em 1985, quando o país voltou a ser presidido por um civil. Mas para alguns ele teria acabado em 1979, com a caducidade do Ato Institucional número 5 (AI-5), o início da redemocratização e a Lei de Anistia. Basta lembrar que a reabertura política do governo de Ernesto Geisel era “lenta e gradual”; a repressão às greves no ABC paulista, entre 1978 e 1980, e a onda de atentados à bomba em bancas de jornais no



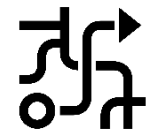
Riocentro, já em 1981, atestam que o regime de exceção seguia firme e irascível por aquele tempo. Para outro grupo, deveria-se considerar o fim da ditadura apenas em 1988, quando o Brasil passou a contar com a Constituição Federal vigente. Em 1985, de fato, a migração do poder federal para mãos civis se deu em processo controlado pelo meio militar (FICO, 2017, p. 59-60). No mais, a possibilidade de evocação, por parte do governo, do Estado de Emergência e das chamadas Medidas de Emergência eram salvaguardas que vigoraram até a Constituição de 1988 (FICO, 2017, p. 64).

Fora a questão da periodização, alguns acadêmicos passaram a sustentar que se deveria falar numa “ditadura civil-militar”. Demian Melo atribui valores revisionistas a essa leitura, afinal amenizadora da responsabilidade militar; ela se deveria, em parte, à crise das esquerdas durante o avanço neoliberal no Ocidente na década de 1990 (MELO, 2014, p. 161). Segundo Marcelo Badaró Mattos, tal encaminhamento teria acenado àquilo que François Lyotard aponta como “crise das grandes narrativas”, bem como ao fortalecimento de leituras influenciadas pelo culturalismo e pelo pós-modernismo no campo da historiografia (2014, p. 73-74). Conflitos sociais e seus componentes, como a classe trabalhadora como sujeito histórico transformador, subitamente foram diluídos no caldo relativizante do paradigma pós-moderno. Bebendo dessa fonte discursiva, o movimento em direção ao revisionismo na historiografia seria teleológico:

(...) essa crítica ao marxismo surge no campo da própria esquerda, mas se consolida numa fase de avanço do pensamento conservador, iniciada em fins dos anos 1970 e início dos anos 1980, com a ascensão dos governos neoliberais na Inglaterra e nos EUA, ganhando mais corpo em 1989, marco da desestruturação dos regimes do Leste Europeu.

O culturalismo dos historiadores, em grande medida, toma para si essa crítica ao marxismo, ou a qualquer concepção de história que se proponha a formular explicações totalizantes para a vida social. (MATTOS, 2014, p. 78)

Vinda a reboque, a argumentação em favor da nomenclatura “civil-militar”, duramente criticada por Melo, baseia-se não apenas em informações oriundas de fontes questionáveis (MELO, 2014, p. 164) como numa generalização problemática: como dizer que a mesma, entre distintos níveis de classe, raça, idade, disposição geográfica e credo, tenha simplesmente sido “conivente” com os desmandos militares? Não se pode afirmar com clareza que “o Brasil repudiava Jango”, mesmo ao turbulento início de 1964 (MELO, 2014, p. 169). O elemento “civil”, portanto, tem um recorte específico, de classe, no apoio à ditadura: por civis, leia-se “tecno-

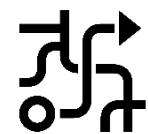


empresários” (DREIFUSS, p. 417). Eis a primeira razão para o emprego, cá assumido, do termo “golpe empresarial-militar”. A segunda razão está na natureza do regime autoritário inaugurado logo em seguida: foi, também, uma ditadura “empresarial-militar”. Renato Lemos historiciza com precisão:

O regime ditatorial instalado no Brasil a partir do golpe constituiu uma forma de exercício do poder de tipo bonapartista. A fração multinacional e associada do capital, embora tenha, de fato, tomado de assalto o Estado, praticou a dominação, em geral, de maneira indireta ou compartilhada com representantes corporativos das Forças Armadas. Identificada, até a medula e os ossos, com a sangrenta estratégia contrarrevolucionária anticomunista e antinacionalista que o capitalismo veio parindo após a revolução russa de 1917, executou reformas modernizadoras do capitalismo brasileiro - muitas delas constantes do programa do campo liberal associacionista desde, pelo menos, a década de 1940 - e preparou o terreno para a hegemonia do setor industrial e financeiro na democracia que se lhe seguia. (LEMOS, 2014, p. 122)

Tende-se a concordar com Lemos, Fico, Mattos e Melo, aqui, com apenas duas ressalvas ao último. A primeira, ao tratar da “resistência” ao regime, Melo desenvolve suas considerações apenas no sentido da resistência armada. E quanto às outras formas de resistir, como nas artes, na educação e nas tentativas de exercício do jornalismo crítico? Mariana Joffily lembra que projetos de luta armada à esquerda já existiam independentemente da movimentação de 1964; após o golpe, eles compuseram somente um ciclo das oposições ao regime (JOFFILY, 2018, p. 216-217). A segunda se refere ao que dizer quanto aos aplausos de grupos religiosos ultraconservadores ao golpe e à ditadura não citados por Melo. A "Marcha da Família com Deus pela Liberdade" reuniu no Rio de Janeiro cerca de um milhão de pessoas um dia depois do golpe, em 2 de abril de 1964, a título de comemoração ao bem sucedido assalto ao poder legal; manifestações semelhantes ocorreram em outras cidades brasileiras. Segundo Carlos Fico,

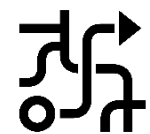
O golpe foi apoiado por muitos, mas a movimentação de tropas militares foi autorizada pelo governador [de Minas Gerais] Magalhães Pinto e, com a deliquescência do governo, o Congresso Nacional decretou a vacância do cargo de presidente da República: políticos, militares e parlamentares deram o golpe com o apoio, o entusiasmo ou para o gáudio ou desespero de muitos setores. Falar simplesmente em apoio é impreciso, pois há diferenças enormes entre a ação enfurecida de Carlos Lacerda armado e vestido com sua japona preta no Palácio Guanabara, ou a pressão das marchas das mulheres de classe média com seus rosários, o apoio institucional da Igreja católica, o beneplácito da OAB, o clamor da imprensa ou a simples satisfação política dos que concordavam com o que viam e foram para as ruas festejar ou incendiar a UNE. (...) A questão do apoio, diga-se de passagem, não está isenta de controvérsias (...). (FICO, 2017, p. 34)



Compreende-se que não há consenso quanto ao uso dos termos “empresarial-militar”, “civil-militar”, ou apenas “militar”, para designar tanto o golpe de 1964 quanto a ditadura imposta em seguida. Optar pela expressão presumivelmente adequada de “ditadura empresarial-religiosa-militar” seria um exercício extravagante de alargamento semântico. No entanto, considerando a questão controversa do apoio, lembrada por Fico, e a natureza tanto do golpe quanto do regime aberto “na marra”, segundo Renato Lemos e René Dreifuss, julga-se, aqui, a conveniência da expressão “empresarial-militar”. A simples junção de estratos sociais religiosos, ou de organizações civis, ao empresariado não é motivo para que se diga que a sociedade civil como um todo seja colocada em cumplicidade com as Forças Armadas. Há que se diferenciar simples *apoio*, em ordens simbólicas ou discursivas, e também *omissões* e *paralisações* amedrontadas ou estratégicas, de *suporte material*, organizacional, financeiro, logístico, institucional, sendo o último estreitamente ligado ao empresariado nacional e multinacional (DREIFUSS, 1981, p. 483), bem como à política externa dos EUA (SPOHR, 2020, p. 307-312).

Para Dreifuss, o governo inaugurado em 1964 era “classista e, acima de tudo, governado por um bloco de poder” estabelecido organicamente, onde “o poder dos interesses multinacionais e associados” possuía particular “visão estratégica que transcendia interesses restritos de companhias específicas ou de grupos sociais”, sendo, sobretudo, “capaz de formular diretrizes políticas que beneficiavam todo o bloco”. (DREIFUSS, 1981, p. 488). Em estudo mais recente, Pedro Campos, por sua vez, especifica que, por “empresariado”, entenda-se, sobretudo, o “patronato rural brasileiro”, grupos midiáticos, o setor bancário, o setor automobilístico, empreiteiras no ramo da construção civil, mineradoras e as indústrias naval e farmacêutica, fora as multinacionais (CAMPOS, 2020, p. 32-35).

As considerações acima, quanto ao empresariado, não devem isentar os circunscritos à caserna (FICO, 2017, p. 53). Eram eles os responsáveis pela censura às liberdades civis e políticas, entre outras arbitrariedades. Embora os dedurassem, não se viam executivos da Volkswagen e clérigos ligados à ordem da Tradição, Família e Propriedade (TFP) torturando diretamente presos políticos, muito menos posicionando artefatos explosivos em locais de interesse. Casos sádicos como o de Henning Boilesen, dirigente da Ultragás e patrocinador da Operação Bandeirantes que



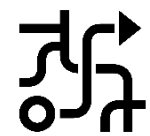
chegou a frequentar salas de tortura até terminar justificado pela resistência armada em 1971, são atípicos. A violência de Estado, característica determinante dos períodos de exceção, era monopolizada pelos trajados em verde oliva.

Três teses resumem as polêmicas acadêmicas mais recentes quanto ao regime militar, no campo da memória e da historiografia, conforme Melo (2014). Levantadas em 2014, nos 50 anos do golpe de 1964, elas tendem a ganhar novo fôlego em 2024, no seguinte aniversário redondo do acontecimento. *Grosso modo*, os apontados pelo autor como revisionistas ressaltam que “1) ‘esquerda e direita foram igualmente responsáveis’; 2) na verdade, ‘havia dois golpes em curso’ nos idos de 1964; 3) a resistência à ditadura não passou de um mito” (MELO, 2014, p. 158). Os pontos números 1 e 2 são devidamente fragilizados pelo autor. Já o item 3, explorado por Melo apenas a partir da experiência armada, evoca as seguintes palavras:

Se a resistência democrática não conseguiu acelerar a abertura, ela foi desimportante? São coisas diferentes: a dinâmica social daquela época foi muito importante para a configuração da democracia como a temos hoje em nosso país. A Constituição de 1988 foi marcada pelas demandas que mobilizaram as manifestações sociais do final da ditadura. (FICO, 2017, p. 66)

Quanto ao fato de a “sociedade civil” ter supostamente apoiado o regime, ao ponto de obliterar quaisquer iniciativas de oposição, nos limitaremos a atirar aos colos “revisionistas” um volume indelicado de papel empoeirado: ao menos entre 1964 e 1985 foram, lançados no Brasil mais de 1.100 periódicos de naturezas e localidades diversas, voltados ao repúdio à ditadura. Destes, a Biblioteca Nacional possui 441 (BRASIL, 2022, p. 119). Se considerarmos que o fim da ditadura se dera em 1988, tal conjunto documental seria maior.

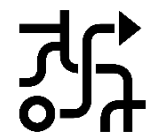
Queixoso de que até os anos 1980 os debates teóricos voltados às ditaduras latino-americanas não atraíam o interesse da historiografia, Carlos Fico escreveu que, naquele momento, as discussões eram “Carentes de diálogo com fontes empíricas”: o volume de “informações disponíveis sobre a ditadura provinham da imprensa, de discursos oficiais e de depoimentos ou memórias: são recentes os trabalhos que têm acesso a grandes fundos documentais” (FICO, 2017, p. 7). No que pese à crítica de Fico, em termos de subjetividades, esquecimentos e mediações, quaisquer fundos documentais possuem fragilidades: uma pretensa hierarquização entre fontes analíticas depende da natureza dos enfoques disciplinares. Gostaria-se de celebrar, aqui, ao contrário, a importância das fontes de imprensa como suporte de pesquisa.



Veremos a seguir outra discussão quanto ao uso do termo “resistência”. Defende-se aqui que o termo “imprensa alternativa”, usualmente adotado em importantes estudos quanto à imprensa de resistência, seja atualizado pelo que aqui usamos: estamos falando de um movimento editorial de resistência, não de uma espécie de “lado B”, complementar, da imprensa brasileira. Já Millôr Fernandes, em um dos cabeçalhos de *O Pasquim*, apontava que “imprensa é oposição, o resto é armazém de secos e molhados”. Se a narrativa da imprensa de resistência era, de fato, uma alternativa, o era em relação ao discurso oficial, do governo autoritário. Do ponto de vista jornalístico, no entanto, ela não era exatamente uma “alternativa”, mas o jornalismo, de fato, daqueles dias. Subjetividades, apelos militantes e fundamentações ideológicas devem aqui ser levadas em consideração. Mas o livre exercício da crítica, necessário à alimentação do debate junto à opinião pública, também. Como veremos, durante a reabertura do governo Geisel, parte considerável da chamada “grande imprensa” começou a incorporar posturas críticas da resistência impressa - onde estaria, aí, a alternativa?

IMPrensa DE RESISTÊNCIA À DITADURA: UMA CARACTERIZAÇÃO

Em papel impresso, a resistência à ditadura se deu nos campos da literatura, das ciências sociais e da crítica, mas também de jornais e revistas. Os periódicos que aqui nos interessam são aqueles dissociados de grandes empreendimentos editoriais, concebidos como ferramentas de combate ao regime e a tudo que o representava: o imperialismo e o capital estrangeiro, a violência de Estado e a moral burguesa (KUCINSKI, 2003, p. 16). Eram órgãos não subscritos às políticas públicas e econômicas do regime militar, em certos momentos inerentes a movimentos políticos de esquerda e/ou a conceitos da chamada “contracultura”, genericamente libertários e contestadores, no sentido de repensar não só a política, mas a linguagem, o comportamento, a arte, a espiritualidade, a intelectualidade. No contexto de descontentamento de determinados setores da sociedade brasileira com o autoritarismo militar, empreenderam-se projetos editoriais de variados matizes, alguns amadores, outros calcados em experiências profissionais, ligados tanto a movimentos sociais de base quanto a um despertar esotérico da consciência (ARAÚJO, 2000, p. 21).

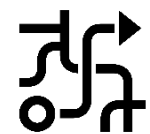


Heterogênea, a imprensa de resistência, também conhecida carinhosa e pejorativamente como “nanica”, foi ampla e complexa: suas facetas, imbricadas conforme os desejos de experimentação e contestação de seus responsáveis, tornam sua caracterização um exercício nada simples. Uma vontade, todavia, unificava tal conjunto editorial: a busca por uma maneira diferente de se fazer imprensa (SMITH, 2000, p. 64). Fundamentalmente, a imprensa de resistência procurava estabelecer narrativas críticas distintas das impostas pelos órgãos governamentais. Pouco ou nada dependente de financiamentos, ela foi em geral produzida com frágil saúde financeira e precários sistemas de impressão e distribuição. Mesmo *O Pasquim*, *Opinião e Movimento*, folhas de circulação nacional de boa aceitação por parte dos leitores, acabavam arruinadas por processos judiciais, censura prévia, apreensão de edições, ameaças de empastelamento ou atentados à bomba, prisões, insegurança ou boicote de anunciantes, temores de figurar em listas negras por parte de assinantes, etc. (SMITH, 2000, p. 60). A efemeridade pela instabilidade marcava a maior parte dos periódicos do gênero. E isso se traduzir, afinal, numa estética do improviso.

Entre os jornais e revistas do gênero resistente, havia desde rústicos boletins datilografados e mimeografados em folhas de papel sulfite, sem grandes cuidados com estilo textual ou preocupações com diagramação. Era o caso de periódicos como *O Beco* (São João del-Rei, 1976), *Conclave* (João Pessoa, 1979) e *Carta Geral* (Manaus, 1980). Mas havia, no mesmo grupo, impressos de propostas estéticas de vanguarda: ousadias editoriais válidas tanto para o plano visual quanto para o escrito. Aí estavam *Bondinho* (São Paulo, 1971), *Ex-* (São Paulo, 1972), *Corpo Extranho* (São Paulo, 1976), *Boca do Inferno* (Salvador, 1976). Anne-Marie Smith traz uma importante reflexão nesse sentido:

A grande imprensa buscava a conformidade, e seus modelos de sucesso eram incontestáveis. A imprensa alternativa, por outro lado, era heterogênea e buscava incessantemente novos modelos. Suas categorias e critérios eram amplos e imprecisos, pois se encontravam em processo de definição. Os resultados eram variadíssimos – de excelente jornalismo ao lixo absoluto, da análise profunda à bobagem total. (SMITH, 2000, p. 61-62).

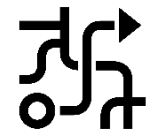
Bernardo Kucinski calcula que a mesma tenha passado por ao menos sete momentos distintos (2003, p. 16/17). O inicial se deu durante os primeiros anos do regime, quando a imprensa de resistência foi articulada e/ou integrada por figuras



egressas de periódicos que apoiavam o governo Goulart e que foram fechados com o golpe de 1964: casos de *Pif-Paf* (Rio de Janeiro, 1964) e *Folha da Semana* (Rio de Janeiro, 1965). A partir de 1967, a influência da Revolução Cubana sobre os meios estudantis levou ao lançamento de uma nova onda de impressos – muitos clandestinos, ou editados no exílio – com o propósito de atrair jovens para a guerrilha (KUCINSKI, 2003, p. 34). Nesse segundo grupo estão *Amanhã* (São Paulo, 1967), *Poder Jovem* (Rio de Janeiro, 1968) e *O Sol* (Rio de Janeiro, 1967), este o astro cantado por Caetano Veloso em “Alegria, alegria”.

No final de 1968, o AI-5 gerou a terceira fase da imprensa de resistência: a que nasceu da mais dura repressão. Paradoxalmente, foi quando surgiram *O Pasquim* (Rio de Janeiro, 1969), *Politika* (Rio de Janeiro, 1971), *Opinião* (Rio de Janeiro, 1972) e *Jornal de Debates* (Rio de Janeiro, 1973), semanários de circulação nacional e de boa aceitação por parte do público leitor – algo que grita frente ao suposto conjuro da “sociedade civil” com a ditadura, abordado anteriormente. Os periódicos desse momento se dirigiam mais clara e assumidamente em contraposição à chamada “grande imprensa”, e também ao dito “milagre econômico” (KUCINSKI, 2003, p. 14). Essa terceira fase da imprensa de resistência foi, afinal, tão expressiva que gerou a quarta, simultaneamente. Esta seria representada por *Grilo* (São Paulo, 1971), *Ex-* (São Paulo, 1972), *Balão* (São Paulo, 1972): jornais influenciados pel’ *O Pasquim* e pela contracultura. Menos “caretas” do que o *Jornal de Debates* e *Politika*, eles vinham mais voltados ao humor crítico, muitos em quadrinhos (KUCINSKI, 2003, p. 34).

A quinta fase da imprensa de resistência só apareceu depois de uma “pausa”: com a decretação da Lei de Segurança Nacional, em 1969, censores federais passaram a atuar com mais vigor, até que o Decreto-lei 1.077, de 1970, passou a impor censura prévia também a veículos de informação considerados “importantes”, ou seja, os pertencentes a grandes grupos midiáticos. A peneira não impedia eventuais apreensões de edições e prisões de jornalistas, seja de “grandes” ou “nanicos”. Somente a partir de 1974, a distensão política do governo Geisel deu certo respiro ao jornalismo. Na imprensa de resistência, quando o apelo revolucionário pelas guerrilhas já havia se mostrado inviável, sua pauta se deslocou mais claramente para a política de espaço público (KUCINSKI, 2003, p. 16). A quinta fase da imprensa de resistência foi, enfim, a do início da reabertura política. Ela veio à tona com uma

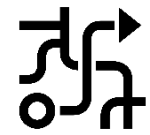


marca nova, em particular: a do ativismo expresso. Foi quando surgiram *Movimento e Versus* (São Paulo, 1975).

Em seguida, o assassinato do jornalista Vladimir Herzog, em 1975, aliás um “furo” exclusivo de *Ex-*, desencadeou críticas ao padrão complacente da “grande” imprensa (KUCINSKI, 2003, p. 36). A mobilização nos impressos acabou inspirando a sexta fase da imprensa de resistência, mais explicitamente consciente da necessidade de “outro” fazer jornalístico: emblemáticos, ali, foram os jornais *De Fato* (Belo Horizonte, 1976) e *CooJornal* (Porto Alegre, 1975), este o primeiro gerido por cooperativa no país. Então em seu apogeu, a imprensa de resistência passou a abarcar movimentos populares de base e a se subdividir em temas: questões femininas, raciais, indígenas, de gênero, etc. Em alguns casos, suas pautas furavam a bolha política da esquerda, onde ainda se localizava a maior parte desse tipo de imprensa. Necessário, aqui, recorrer ao que Maria Paula Nascimento Araújo diz quanto a esse momento em particular: ele

(...) representava uma novidade em relação aos outros tipos de publicação existentes, inclusive a imprensa alternativa de esquerda. Ela vinculava-se a movimentos de novo tipo, recém-surgidos no cenário brasileiro, sob influência de ideias internacionais. Esforçando-se por se fazer presentes na vida política do país, esses movimentos criavam seus próprios jornais, que funcionavam não apenas como porta-vozes de seus interesses e posições, mas que na maioria das vezes representavam o principal espaço de organização de seus militantes e de formulação de sua política e de sua visão de mundo. (ARAÚJO, 2000, p. 29).

Na imprensa negra estavam *Tiçãõ* (Porto Alegre, 1978), *Sinba* (Rio de Janeiro, 1979), *Koisa de Crioulo* (Rio de Janeiro, 1981), *Nêgo* (Salvador, 1981). Na imprensa LGBTQIA+, destacavam-se *Lampião da Esquina* (Rio de Janeiro, 1978), *Ello* (Salvador, 1978), *Boca da Noite* (Rio de Janeiro, 1980), *Iamuricumá* (Rio de Janeiro, 1981), *Dialogay* (Aracaju, 1982). A vertente feminista era representada por *Brasil Mulher* (Londrina, 1975), *Nós Mulheres* (São Paulo, 1977), *Mulherio* (São Paulo, 1981). O grupo dos periódicos de ênfase indígena contava com *Porantim* (Manaus, 1978), *Varadouro* (Rio Branco, 1977), *Mensageiro* (Belém, 1979), *Luta Indígena* (Curitiba, 1980), *Nimuendajú* (Rio de Janeiro, 1979), *Informe Chimbangue* (Xanxerê, década de 1980). Alguns destes exploravam também questões ambientais: *Parapanema* (São Paulo, 1977), *Pensamento Ecológico* (São Paulo, 1978), *Meio Ambiente* (Brasília, 1978), *Folha Alternativa* (Rio de Janeiro, 1979), *Jornal do Verde* (Rio de Janeiro, 1981). A vertente estudantil era vasta, iniciada por *Política Operária*

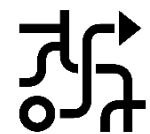


(São Paulo, década de 1960) e *Amanhã* (São Paulo, 1967), mas retomada na reabertura com *Silêncio* (Belo Horizonte, década de 1970), *Kaostigo* (Curitiba, 1976), *Alicerce da Juventude Socialista* (São Paulo, 1978), *Voz Ativa* (Rio de Janeiro, 1979). Voltados a questões agrárias e à realidade camponesa estavam *Cotrijornal* (Ijuí, 1973), *Jornal Cambota* (Francisco Beltrão, 1975), *Realidade Rural* (São Paulo, 1976), *Conceição do Araguaia* (Conceição do Araguaia, 1979), *O Posseiro* (Santa Maria da Vitória, 1980), *Lamparina* (Santarém, 1980), *Sem-Terra* (São Paulo, 1981) etc.

No âmbito político e além, talvez se possa abrir parênteses entre a quinta e a sexta fases da imprensa de resistência, explanadas por Kucinski. É provável que tenham existido mais fases. Se mesmo entre os periódicos de resistência existiam disputas e dissidências frente às diferenças ideológicas vividas pelos grupos editoriais de esquerda (KUCINSKI, 2003, p. 131), algo inerente à própria natureza da organização militante, havia ainda a imprensa anarquista. Folhas com essa inclinação circularam durante períodos distintos do regime: *Dealbar* (São Paulo, 1965), *O Protesto* (Porto Alegre, 1967), *Soma* (São Paulo, 1974), *O Inimigo do Rei* (Salvador, 1977), *Víbora* (Brasília, 1981), *Barbárie* (Salvador, 1979), *A Todo Vapor* (Rio de Janeiro, 1979), *Autogestão* (São Paulo, 1980), *Afrodite Perdeu o Rumo* (São Paulo, 1982).

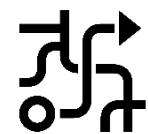
Outras conexões ainda se davam. Encampando lutas de comunidades oprimidas, a reforma agrária e o indigenismo, certos jornais da sexta fase começaram a aparecer de ainda “outros” lugares de enunciação, ou destinavam-se a eles. Era o caso de publicações eclesiais, que, à sua maneira, também integraram a imprensa de resistência: *Porantim*, até hoje circulando, era do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), ligado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). *Nós Irmãos* (Rio Branco, 1971), da Arquidiocese de Rio Branco. *Pastoral Operária* (São Paulo, 1979), da Comissão para a Caridade, Justiça e Paz da CNBB. *Paneiro* (Manaus, 1979), da Regional Norte I da Comissão Pastoral da Terra (CPT), da CNBB. *Aconteceu* (Rio de Janeiro, 1981), do Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI).

Havia ainda outro grupo editor em particular: os exilados. Estes lançaram impressos que iam desde a tradicional imprensa partidária, como veículos porta-vozes de grupos, à divulgação de trabalhos artísticos e culturais de presos políticos ou exilados do Brasil. A imprensa de resistência no exílio costumava seguir lógicas



discursivas diferentes, embora complementares, às da imprensa de resistência no Brasil. Pouco ou nada censurada, ela reunia “documentos de organizações, artigos temáticos, informações e estudos sobre a situação social e econômica brasileira, denúncias da ditadura, de tortura e de prisão política, notícias do Brasil” (ROLLEMBERG, 2002, p. 453-454). Alguns de seus títulos mais expressivos foram *Front Brasileiro de Informações* (Argel, 1969), *Correio Operário Norte Americano* (Washington, 1969), *Debate* (Paris, 1970), *Cartas Chilenas* (Santiago do Chile, 1971), *Guerrilha Operária* (sem local, 1971), *Combate – Órgão do Partido Operário Comunista* (sem local, 1971), *Campanha* (Santiago do Chile, 1972), *Conjuntura Brasileira* (Paris, 1974), *Brasil Socialista* (Lausanne, 1975), *Reflexo da Cultura Brasileira no Exílio* (Estocolmo, 1978), *Correio Sindical de Unidade* (sem local, possivelmente 1978 ou 1979), *Fragmento* (Estocolmo, 1979).

No Brasil do final da década de 1970 determinados acontecimentos ainda influenciaram a imprensa de resistência: a luta pela anistia aos perseguidos pela ditadura, as greves do ABC paulista, a organização de partidos políticos de esquerda na legalidade. Aqui, segundo Kucinski, estaria a sétima e última fase da imprensa de resistência: quando ela passou a funcionar como espaço de reorganização política e ideológica de grupos marxistas. Com o “surto” de publicações provocado pela reabertura, a trajetória do movimento de esquerda no Brasil se confundiu com a história desses periódicos (KUCINSKI, 2003, p. 17). Foi o exemplo de *Versus* que, tendo abrigado o Partido Socialista dos Trabalhadores (PST), teve em suas páginas lançada, em 1978, a primeira proposta para a criação de um partido socialista legal. E também o de Duarte Brasil Lago Pacheco Pereira, da Ação Popular (AP), ao lançar e desenvolver a primeira e mais robusta campanha pela Assembleia Nacional Constituinte naquele período, em *Movimento*. Posteriormente surgiram *Tribuna da Luta Operária* (São Paulo, 1979), do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), o *Jornal dos Trabalhadores* (São Paulo, 1982), do Partido dos Trabalhadores (PT), entre outros. Aí entramos em mais uma polêmica. Os supracitados são lidos mais como desdobramento dos resistentes: embora guardassem feições do modelo anterior, são já imprensa partidária (BUENO, 1986, p. 55). Algo semelhante ocorreu com a nova imprensa sindical do período, inserida no mesmo campo político que, aos poucos, se modificava. Mas essa já é outra história. Ou não.



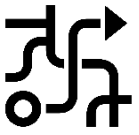
Independentemente dos flertes da imprensa de resistência com outros fazeres jornalísticos, Bernardo Kucinski se apressa em delimitar historiograficamente a imprensa de resistência ao início dos anos 1980, quando proclama seu “fim”. E a razão para isso, segundo o autor, se deu por problemas quanto à heterogeneidade do conjunto. Para ele, o que abalou definitivamente a imprensa de resistência foi seu próprio “modelo ético-político”, que estaria mais próximo a tentativas de formações ideológicas contra-hegemônicas do que de um projeto pontual de resistência ao regime:

Mas qual era o modelo ético-político da imprensa alternativa? Tinha como componente básico o repúdio ao lucro e, em alguns jornais, até mesmo o desprezo por questões de administração, organização e comercialização. Paradoxalmente, a insistência numa distribuição nacional antieconômica, a incapacidade de formar bases grandes de leitores-assinantes, certo triunfalismo em relação aos efeitos da censura, tudo isso contribuiu para fazer da imprensa alternativa não uma formação permanente, mas uma coisa provisória, frágil e vulnerável não só aos ataques de fora como às suas próprias contradições. (KUCINSKI, 2003, p. 25).

No plano econômico, conforme a crise financeira da década de 1980 dificultava o aparecimento de novos empreendimentos editoriais experimentais, o fim da ditadura trazia uma mudança na forma de se enxergar a utopia, a transformação social e a ação coletiva. Smith reforça: na definhante imprensa de resistência

(...) a análise aprofundada deteriorava para um marxismo pop e generalizações abrangentes sem fundamento em dados. O jornalismo meticuloso era substituído pelo desejo de acabar com o jornalista como filtro ou mediador. Houve um incremento do jornalismo cru, tipificado por transcrições colhidas com microfones abertos. O sensacionalismo tomava por vezes o lugar da investigação. A disposição de analisar a sociedade transformou-se em fascínio apolítico por tendências e comportamento. O humorismo politicamente desafiador foi substituído pelo humor abusadamente sexista e racista. A liberdade virou licenciosidade e acabou se tornando interesseira. (SMITH, 2000, p. 63-64).

Naqueles dias o jornalismo crítico já estava na imprensa tradicional: em 1976, mesmo o *Jornal do Brasil* vinha a abordar a Operação Brother Sam (MELO, 2014, p. 159). Os coletivos engajados já eram compostos por outras gerações de militantes e a ligação entre jornalismo e política mudou de lugar social: as oposições ao sistema, afinal, já podiam se transformar em partidos, ou quase. Para sobreviver, a imprensa de resistência teria que se recriar, ou apenas morrer. O contexto da vida social brasileira, ao alvorecer dos anos 1980, era politicamente recheado de contradições: o



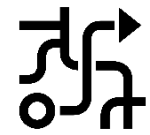
mesmo empresariado que aplaudira golpe e ditadura, em certo momento, “virou a casaca”, conforme a conveniência (JOFFILY, 2018, p. 212).

Os modelos da imprensa de resistência teriam, na tese de Kucinski, caducado muito antes do fim do regime, em 1988 - apesar da existência de periódicos facilmente enquadráveis no gênero, voltados a questões como a transição para o regime democrático, a Assembleia Nacional Constituinte e os percalços da Nova República: *Ecoação* (Campo Grande, 1985), *Voz da Nação* (São Paulo, 1985), *Zezinho* (Vitória, 1985), entre outros. Em que sentido se dava então a existência de um tardio *Pasquim*, que durou até 1991, decadente, dividido entre o apoio ao PDT e ao PMDB? Certamente entre complexas escaramuças, como tudo o que toca a política.

PAPÉIS RESISTINDO AO TEMPO

Atualmente, o acesso físico a periódicos de resistência ao regime costuma ser restrito a coleções particulares e, em maior parte, a acervos geridos pelo Estado – alguns arquivos públicos estaduais possuem coleções incompletas do gênero coletadas originalmente para fins de vigilância, pelos Departamentos de Ordem Política e Social (DOPS) locais. A Biblioteca Nacional, possivelmente, é a maior depositária do gênero impresso em questão. Nela, a imprensa de resistência se encontra diluída em seu acervo geral de periódicos.

Entre 2006 e 2010, a Coordenação de Publicações Seriadas da FBN detalhou as publicações editadas no Brasil entre 1964 e 1985 explicitamente contrárias ao regime militar e/ou ao que o mesmo representava presentes nas estantes de seu armazém. No caso, 1.127 títulos diferentes haviam sido levantados em fontes bibliográficas e catálogos institucionais diversos como pertencentes, de fato, à imprensa de resistência; desse total, a FBN possui 441 (BRASIL, 2020, p. 119). São periódicos de naturezas diversas: raros clandestinos, alguns de teores sindicais, outros estudantis, vários de organizações e partidos políticos de esquerda, muitos poéticos, de arte postal, mimeografados. É um panorama que engloba jornais, revistas, boletins e mesmo simples folhas de papel ofício fotocopiadas. A coleção geral de imprensa de resistência na FBN possui certo recorte temporal: se concentra em impressos editados a partir da redemocratização – o momento de “boom” do gênero. A instituição quase não possui periódicos de primeira e segunda fases, e poucos da terceira e da quarta (BRASIL, 2020, p. 124-249). O Centro de

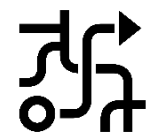


Documentação e Memória (CEDEM) da Unesp, aliás, parece concentrar impressos das duas primeiras fases, num acervo complementar ao da FBN. No caso desta, alguns desses impressos de resistência parecem ter sido doados por acaso por pessoas físicas, por vezes identificadas a partir de carimbos contendo seus nomes nas edições. Muitos títulos estão incompletos, com esparsas edições inseridas em pastas genericamente identificadas como “miscelâneas”. Muitos são os casos de apenas uma edição por título. *Brasil Socialista*, por exemplo, foi o único periódico de exilados encontrado por lá, e em exemplar solitário.

A FBN, convém lembrar, sempre foi governamental. Durante a ditadura, não devia se mostrar de maneira positiva a potenciais editores críticos ao poder: de que adiantaria possuir preocupações patrimonialistas, de doação e conservação de seus escritos como acervo público, quando, na emergência da luta política, a própria pele insurgente estava em jogo? Mais importante do que entregar material “subversivo” a um órgão que poderia encaminhar denúncia ao aparelho repressor era fazê-lo circular de mão em mão. O papel usado era barato, sem preocupação com a manutenção para a posteridade. O que a presença da imprensa de resistência na Biblioteca Nacional comunica, então?

A instituição estatal, de salvaguarda de tal acervo de resistência, deve ser, também, encarada como um dispositivo de poder, sobretudo no campo dos discursos de memória, que vêm, como lembra Andreas Huyssen, atrelados a discursos no plano dos direitos humanos (2001, p. 195-196). Huyssen revela que a ligação entre os discursos de memória e de direitos humanos foi reavivada particularmente na década de 1990, em meio a uma série de reflexões quanto aos aniversários de diversos episódios ligados à Segunda Guerra Mundial. Paul Ricoeur diz, oportunamente, que o holocausto, um “caso-limite” pela magnitude de sua brutalidade, acabou servindo de parâmetro para outros genocídios e posturas autoritárias (RICOEUR, 2007, p. 186-187), incluindo aquelas dos regimes militares na América Latina. Basta consultar as edições fac-similares do jornal *Ex-*, lançadas pelo Instituto Vladimir Herzog em 8 de setembro de 2010: uma de suas edições, mostrando um Adolf Hitler naturista estendido nas areias de uma praia tropical, deixava claro que o fascismo andava à solta, à vontade, e pior: por perto (INSTITUTO VLADIMIR HERZOG, 2010).

A existência de tal acervo, na BN, aponta para o fato de que, outrora “subversiva”, no pós-1985 a imprensa de resistência passou a ser encarada como

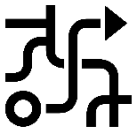


patrimônio intelectual memorialístico, requisitando proteção institucional por sua natureza: a de justificar o processo de mudança de regimes de memória. Na verdade, toda a imprensa brasileira é tratada com tal rigor de conservação, dada a Lei de Depósito Legal, que determina que todo e qualquer livro e periódico no Brasil tenha uma cópia remetida à Biblioteca Nacional. No entanto, são os títulos pertencentes à imprensa de resistência aqueles evocados sempre que o regime de exceção imposto em 1964 vem à baila, como em exposições institucionais lembrando os 40 anos da Lei de Anistia ou os 50 anos do golpe. Nas trincheiras da conflituosa memória das ditaduras latino-americanas, esse acervo tem lado: representa o Estado, ao menos em determinada instância, reconhecendo o “nunca mais”. Cabe recorrer a Beatriz Sarlo quanto a esse dever de memória:

Como instrumento jurídico e como modo de reconstrução do passado, ali onde outras fontes foram destruídas pelos responsáveis, os atos de memória foram uma peça central da transição democrática, apoiados às vezes pelo Estado e, de forma permanente, pelas organizações da sociedade. Nenhuma condenação teria sido possível se esses atos de memória, manifestados nos relatos de testemunhas e vítimas, não tivessem existido. (SARLO, 2007, p. 20)

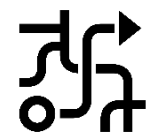
Sarlo mostra uma série de tensões no rememorar a ditadura. Noções de direitos humanos e memória da ditadura militar vêm sofrendo câmbios consideráveis em anos mais recentes – não só no Brasil. No plano discursivo, o negacionismo em relação à responsabilidade do Estado brasileiro em crimes contra direitos civis, processos de corrupção sistemática e ingerência econômica durante o regime ganhou força, acentuando-se, particularmente, em momentos como a flagrante apologia à tortura proferida pelo então deputado Jair Messias Bolsonaro, quando, aproveitando seu breve momento de discurso em voto a favor do impeachment da presidenta Dilma Rousseff na Câmara dos Deputados, em 2016, teceu elogios à truculência policial de Brilhante Ustra, chefe do DOI-CODI do II Exército, quando na ativa. Se a alguns cabe refutar a ditadura, a outros, cabe requeotá-la.

Arquivada, a imprensa de resistência dialoga com produções de conhecimento científico acadêmico, conforme Bruno Latour (2008, p. 41-42), e de atos performáticos de governança, conforme Diana Taylor (2013, p. 48-49). Entretanto, o acervo ligado a discursos de resistência no setor de periódicos da FBN possui importantes lacunas; nem todos os mais de mil periódicos do gênero podem ser encontrados nas prateleiras da instituição, e os que podem não raro estão incompletos



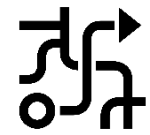
- esquecimentos consideráveis conforme as reminiscências da ditadura militar no Brasil se apresentam como memórias em disputa. Taylor não confia na suposta infalibilidade do arquivo (2013, p. 49). Utilizando-se do arcabouço conceitual da autora, aqui, julgamos conveniente concluir que atos de militância de editores de resistência se davam através de repertórios sociais, num senso comum de resistência. O agenciamento nesses atos de insurgência se dava, no passado, em *lembrar* para *contextualizar*, *registrar* e *provocar engajamento*. Hoje, o poder institucional de guarda de acervos desse tipo “agencia o agenciamento” passado: *coleta* rastros testemunhais em papel, os *preserva* e os dota de *acessibilidade* para, enfim, *promover gestos de lembrança* que os trazem à tona junto a eventuais discussões na esfera pública, como suportes capazes de provocar a reflexão necessária ao discurso “ditadura, nunca mais”. É assim que tais conjuntos documentais se fazem ferramentas narrativas de poder. Durante a ditadura, com a imprensa de resistência, a lembrança estava *no começo* das performances editoriais que as produziam; hoje, nas instituições que as guardam, *no fim* das performances de arquivo. Salvaguardados e mediados institucionalmente, atos passados permitem novos repertórios e, conseqüentemente, novas formas de incorporação e ação política, através da leitura.

Independentemente do quanto a heterogeneidade do “modelo ético-político” da imprensa de resistência possa ter contribuído para seu fim, somos simpáticos a uma abordagem inclusiva ao amplo leque que pode ser enquadrado sob o gênero. Somos levados a entender que, entre os periódicos de quinto e sexto movimentos, aqueles de inclinação ideológica anarquista, ecumênicos e produzidos no exílio, poderiam configurar como três distintas fases da imprensa de resistência, além das sete propostas por Kucinski. Nos questionamos se as imprensas sindicais, partidárias, de movimentos de base e de associações de moradores não seriam, também, novas fases, quando não “subfases” da imprensa de resistência pós-1974. O mesmo vale a impressos de poesia marginal e arte postal do final da década de 1970 e ao longo da de 1980. No que pese o engajamento político da poesia e das artes gráficas durante a ditadura, o “Catálogo de Imprensa Alternativa” editado pelo Centro de Imprensa Alternativa e Cultura Popular da extinta Rio Arte, em 1986, não propõe a distinção da imprensa de resistência em fases; todavia, considera a relevância da chamada “geração mimeógrafo” no gênero (MÍCCOLIS, 1986). Somos, aqui, solidários a essa visão.



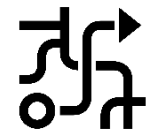
Vimos aqui que a imprensa de resistência à ditadura possuía um traço de legitimidade jornalística crucial, quando furava as brechas da repressão. É verdade que seus pendores militantes mandavam para escanteio critérios de isonomia, imparcialidade e objetividade: faculdades, afinal, problemáticas em qualquer órgão de comunicação. Mas um jornalismo crítico, atuante junto à opinião pública, não faz parte da utopia democrática? Em certos aspectos, foram os “nanicos” (e não os “grandes”, salvo exceções durante a redemocratização) que, ao longo do período autoritário, seguiram a tradição do primeiro jornal brasileiro, o *Correio Braziliense* (Londres, 1808), de Hipólito José da Costa, crítico à Coroa portuguesa no Brasil e editado, por essa e outras razões, no exílio. Foi essa resistência impressa a descendente direta dos pasquins panfletários de crítica virulenta durante o Primeiro Reinado e da imprensa operária e anarquista que circulou no Brasil entre as duas últimas décadas do século XIX e as duas primeiras do século XX (KUCINSKI, 2003, p. 21). Ela não deveria ser considerada “alternativa”, pois foi, afinal, a imprensa possível em certos momentos. O rigor denunciativo atualmente encontrado na internet, em blogs ou redes sociais, nos fazem crer que o jornalismo-ativismo não é datado. Embora com tintas diferentes, no debate sobre a violência policial no Brasil, o caso Herzog ecoa no de Genivaldo de Jesus Santos (2022), entre tantos outros. São muitos os paralelos da imprensa de resistência à ditadura com gêneros mais antigos (BUENO, 1986, p. 47) e com o jornalismo pós-internet (CHINEM, 2004, p. 130-131).

Nossos olhos voltados ao passado ocasionalmente miram de soslaio resquícios atuais do regime militar. Apenas recentemente o empresariado dado a graúdos suportes à ditadura está entrando em pauta. Nossa polícia continua militar. São forças poderosas, frente a iniciativas independentes de denúncia de suas arbitrariedades, ontem e hoje. As formas como encaramos manipulamos a materialização por escrito desses gritos de repúdio, lembrando-os, apagando-os, possuem implicações políticas cotidianas, muito além de ordens teóricas. A “corda bamba” vale para “nanicos” de todos os tempos: sobre um fosso de terror e precariedade, cabe lembrar da existência de certas tentativas de equilibrar liberdade de expressão com a acessibilidade intelectual de amplos setores sociais a valores democráticos.



REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. *O que é o contemporâneo?* e outros ensaios. Chapecó: Argos, 2009.
- ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. *A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000.
- BRASIL, Bruno L. S. Resistência no papel: a imprensa de oposição à ditadura civil-militar no Brasil no acervo da Biblioteca Nacional. *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, vol. 140, 2020, p. 103-250, 2022.
- BUENO, Márcio. A imprensa alternativa – ontem e hoje. In: MELLO, Maria Amélia (Org.). *Vinte anos de resistência: alternativas da cultura no regime militar*. Rio de Janeiro: Espaço e tempo, 1986, p. 47-59.
- CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. Empresariado e ditadura no Brasil: fontes, métodos e historiografia. *Sillogés (ANPUH-RS)*. Porto Alegre, vol. 3, n. 1, p. 15-42, janeiro a junho de 2020.
- CHINEM, Rivaldo. *Jornalismo de guerrilha: a imprensa alternativa brasileira da ditadura à Internet*. São Paulo: Disal, 2004.
- DELGADO, Lucília de Almeida Neves. 1964: temporalidade e interpretações. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). *O golpe e a ditadura militar quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauru, SP: EDUSC, 2004, p. 15-27.
- DREIFUSS, René Armand. *1964, a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis (RJ): Vozes, 1981.
- FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. *Tempo e Argumento*. Florianópolis, vol. 09, n. 20, p. 05-74, janeiro a abril de 2017.
- HUYSSSEN, Andreas. *Cultura do Passado-presente: modernismos, artes visuais, políticas da memória*. São Paulo: Contraponto, 2001.
- INSTITUTO VLADIMIR HERZOG. *Edições fac-símile do jornal Ex-*. Edição digital, 8 de setembro de 2010. Disponível em: <https://vladimirherzog.org/acoes-ivh/edicao-fac-simile-do-ex/>. Acesso em: 19 de junho de 2023.
- JOFFILY, Mariana. Aniversários do golpe de 1964: debates historiográficos, implicações políticas. *Tempo e Argumento*. Florianópolis, vol. 10, n. 23, p. 204-251, janeiro a março de 2018.
- KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: EDUSP, 2003.



LATOOUR, Bruno. Redes que a razão desconhece: laboratórios, bibliotecas, coleções. In: BARATIN, M.; JACOB, J (Orgs.). *O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008, p. 21-44.

LEMOS, Renato. Contrarrevolução e ditadura: ensaio sobre o processo político brasileiro pós 1964. *Marx e o marxismo* (NIEP-Marx, UFF). Niterói, vol. 2, n. 2, p. 112-138, janeiro a julho de 2014.

MATTOS, Marcelo Badaró. As bases teóricas do revisionismo: o culturalismo e a historiografia brasileira contemporânea. In: MELO, Demian Bezerra de (Org.). *A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014, p. 67-98.

MELO, Demian Bezerra de. O golpe de 1964 e meio século de controvérsias: o estado atual da questão. In: MELO, Demian Bezerra de (Org.). *A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014, p. 157-188.

MÍCCOLIS, Leila. *Catálogo de Imprensa Alternativa*. Centro de Imprensa Alternativa e Cultura Popular (Rio de Janeiro, RJ). Rio de Janeiro: Rio Arte, 1986.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, São Paulo: EdUnicamp, 2007.

ROLLEMBERG, Denise. A imprensa no exílio. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (Org.). *Minorias silenciadas: história da censura no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002, p. 451-468.

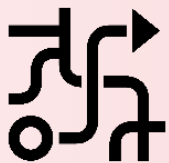
SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

SMITH, Anne-Marie. *Um acordo forçado: o consentimento da imprensa à censura no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000.

TAYLOR, Diana. *O arquivo e o repertório: performance e memória cultural nas Américas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

Recebido em 19/09/2023

Aprovado em 05/12/2023



COSTA, Caroline Rios*

<https://orcid.org/0000-0002-8108-5063>

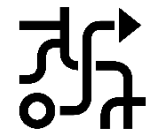
RESUMO: Durante a ditadura militar, a ação política engajada e consciente de adultos militantes muitas vezes afetava membros de sua família que não faziam parte da militância, ou mesmo não tinham poder de decisão para tal. As crianças, em sua grande maioria filhos e netos, estavam suscetíveis a serem afetadas direta ou indiretamente tanto pela escolha política de seus parentes mais velhos quanto pelo aparato repressivo que os perseguia. Em função de suas idades e do local social que ocupavam, não há como dissociar suas experiências potencialmente traumáticas do contexto familiar e dos indivíduos que fazem parte dela. Assim, o objeto deste artigo é pensar a relação entre família, militância, repressão e experiências particulares sob o ponto de vista dos filhos da militância. Como fonte, são utilizados o documentário 15 filhos (1996) e o livro Infância Roubada, crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil (2014).

PALAVRAS-CHAVE: Ditadura militar brasileira; Infância e família; Memória.

ABSTRACT: During the military dictatorship, the committed and conscious political action of militant adults often affected family members who were not part of the militancy, or even had the power to decide to do so. Children, mostly children and grandchildren, were susceptible to being directly or indirectly affected by both the political choices of their older relatives and the repressive apparatus that persecuted them. Given their age and the social position they occupied, there is no way to dissociate their potentially traumatic experiences from the family context and the individuals who were part of it. The aim of this article is therefore to consider the relationship between family, militancy, repression and private experiences from the point of view of the children of militants. The documentary 15 filhos (1996) and the book Infância Roubada, crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil (2014) are used as sources.

KEYWORDS: Brazilian military dictatorship; Childhood and family; Memory.

* Mestra em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E mail: carolriosc@gmail.com.



Quando o assunto é infância, ditadura e militância, é impossível dissociar da questão familiar e afiliativa. O que justifica a indissolução é o fato de a família ser o primeiro e principal elo e local social que a criança é inserida, com esta ligação ocupando um papel importante na formação. Além disso, o motivo dos pequenos lidarem com a repressão do Estado e situações incomuns para a idade se deu pela escolha política e ideológica de algum parente. A própria motivação do Estado em atingi-los se deveu ao fato de serem parte de famílias “inimigas”, de “esquerdistas”, “comunistas” e “traidores da nação”, e quase como se fosse uma característica hereditária, uma doença, o traço do “comunismo” seria herdado dos parentes.

Boa parte das memórias infantis estão ligadas a lugares, pessoas e sensações em um contexto de experiências familiares. Apesar da ditadura e da vida incomum escolhida por seus parentes por uma “atividade política”, esse tipo de memória é de suma importância para o desenvolvimento de suas subjetividades, deixando suas marcas no tecido subjetivo desses sujeitos. Tanto as memórias “comuns” como as difíceis e potencialmente traumáticas fazem parte do mesmo conjunto que muito provavelmente os pais e outros parentes estarão envolvidos.

É por ocupar um lugar tão vital durante a primeira fase da vida que alterações familiares têm o potencial de abalar o desenvolvimento subjetivo e individual, seja pessoal ou coletivo, dos infantes. A forma como tais acontecimentos afetam no curto, médio e longo prazo não é previsível, pois são muitas as possibilidades e desdobramentos. Assim, o mais próximo que se pode chegar para se entender as camadas existentes nessas experiências é necessário que suas falas façam parte dos materiais aos quais se tem acesso. Sem eles, é praticamente inconcebível conhecer tais histórias e os elementos que fazem parte de cada uma delas.

EU SEI MEU AMOR QUE NEM CHEGASTE A PARTIR, POIS TUDO AO MEU REDOR ME DIZ QUE ESTÁS SEMPRE COMIGO:¹ O LUGAR SOCIAL DA FAMÍLIA

Desde 1964 até 1985, crianças nascidas em variados anos e locais, precisaram conviver com parentes que sumiam de casa pois estavam “viajando” ou “trabalhando

¹ Trecho da música “Mãe preta (barco negro)”, de 1975 e interpretada por Ney Matogrosso.



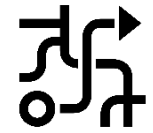
longe”, mudanças na dinâmica de como se relacionar com o mundo externo, visitas ou estadias em lugares estranhos, ausências cada vez mais frequentes e demoradas, aprender a responder por outro nome e contar outra história, além de uma infinidade de situações advindas do contexto político do país.

Assim como qualquer elemento complexo e subjetivo daquela época, o modo como as crianças eram tratadas mudava de cenário para cenário. Havia como cada família decidia que mudanças ocorreriam, se receberiam uma ideia de que algo sério e perigoso ocorria ou não, algum direcionamento de como agir caso algo desse errado, o ensinamento de técnicas comuns para militantes e afins. Por outro lado, havia como a estrutura repressiva encarava essas crianças quando havia os encontravam, e como isso podia ser usado a favor do regime. Tudo era fortemente influenciado pela idade, o local em que se encontravam, classe, espaços sociais, o grau de participação de seus parentes na militância e a própria configuração de suas famílias.

Primeiro, é preciso identificar o conceito de família. É a partir da base oferecida pelo conceito que a análise das diferentes possibilidades de existência e da particularidade existente sob um viés político-ideológico dentro de um contexto específico se torna possível. Se procurarmos uma definição mais objetiva, de dicionário, é dito:

Grupo de pessoas que partilham ou que já partilharam a mesma casa, normalmente estas pessoas possuem relações entre si de parentesco, de ancestralidade ou de afetividade. Pessoas cujas relações foram estabelecidas pelo casamento, por filiação ou pelo processo de adoção. Grupo de pessoas que compartilham os mesmos antepassados; estirpe, linhagem, geração. [Figurado] Grupo de indivíduos ligados por hábitos, costumes, comportamentos ou interesses oriundos de um mesmo local. Grupo de indivíduos com qualidades ou particularidades semelhantes [...] (DICIO, 2021)

É possível apreender que a família está ligada às relações formalmente documentadas pelo Estado que criam ligações de sangue, e que geralmente se encontram sob uma mesma residência. Essa explicação abrange bastante do que se entende por família na cultura ocidental, mas ainda parece um tanto insuficiente. A mera definição da palavra não é capaz de englobar as análises e teorizações feitas quando se observa sua variação real, o dia a dia de fato. Especialmente após a segunda metade do século XX, a variedade de formações familiares, parentais e residenciais ampliou-se significativamente. Desse modo, é preciso



[...] compreende[r] a família como um fenômeno que ultrapassa a esfera biológica e ganha significados culturais, sociais e históricos. [...] uma família pode tomar diversas formas ao longo da sua existência, dependendo de muitos fatores, como morte de seus membros, migrações, novos matrimônios, separações, filhos anteriores a um segundo casamento e uma infinidade de situações relativa à história pessoal de seus membros. (SILVA, SILVA, 2009, p. 136)

Para pensar a família, o espaço familiar-residencial e a dinâmica entre seus membros, nos deteremos sobre quatro histórias, que ao fim, se transformam em duas. A partir da análise de caso, uma gama de situações aparecerá, possibilitando entrever que, apesar de parecerem casos isolados, se repetiram mais vezes do que seja possível contar. Ao explorar as histórias de um ponto de vista micro, perspectivas para uma configuração mais macro da história sobre infância e ditadura é possível, ao perceber a sistematicidade de ações ou consequências. Assim,

[...] famílias são grupos sociais estruturados por meio de relações de afinidade, descendência e consanguinidade e se constituem em unidades de reprodução humana. Já o parentesco, que determina as formas de sucessão e herança, é definido como o modo mais amplo de ordenar as relações de afinidade, descendência e consanguinidade, regulando as relações entre famílias. Por sua vez, os grupos domésticos e residenciais podem ou não agregar uma família. Na verdade, esses grupos podem tanto constituir famílias, tornando-se unidades de reprodução, como podem agregar membros não ligados por laços consanguíneos [...] (SILVA, SILVA, 2009, p. 137)

Após o golpe de 1964 e depois, começou a divulgar as motivações e justificações para fazerem o que viria a ser feito, e alguns argumentos sempre estiveram presentes: a família, a moral e os bons costumes, os valores tradicionais. Até poderiam existir outros motivos, justificativas que apareciam vez ou outra, algumas que surgiram com o tempo, outras que se modificaram, mas essas sempre se mantiveram cativas. É possível notar o primeiro *modus operandi* da ditadura quando o assunto é família, como descrito por Elizabeth Jelin:

El gobierno militar [...] se definió a sí mismo como salvador de la nación, concibiendo su misión como una lucha en contra del caos y la “subversión” que estaban destruyendo los valores e instituciones “naturales” [...] Su tarea era, según su propia definición, la de devolver al país la “paz” y el “orden” frente al “caos” imperante. Para recuperar estos valores, era necesario proteger a la nación, a la familia y a las personas de los peligros de la “subversión”. [...] Los militares fueron mucho más allá de la apelación a la metáfora y el discurso; intervinieron violentamente en la privacidad y la intimidad de la vida familiar [...] (JELIN, 2007, p. 40)



Os grupos políticos à frente do golpe no pré-1964 e sua continuação possuíam uma imagem clara e definida do que era uma família. Para eles, o ideal era composto por uma estrutura nuclear de pai, mãe e filhos, e cada um tinha um papel específico nessa dinâmica. O pai era o chefe da casa, provedor e a quem os outros deviam obediência; a mãe era responsável pelo cuidado do espaço interno da casa, do cuidado do marido e dos filhos, e sua existência era quase que resumida à “mulher de alguém” e “dona de casa”; já os filhos eram serem incompletos, que ainda estavam aprendendo a se comportar nos espaços sociais, que deviam obediência, e sua vida deveria seguir os rumos decididos pelo patriarca. Para além, esse núcleo deveria estar de acordo com uma série de elementos e crenças que constituíam a tão conhecida “moral e bons costumes”, saber que determinados aspectos da vida pública, como a política, eram reservados apenas ao homem, e que tal divisão não deveria ser contestada. Mesmo estando nas entrelinhas, o conceito de família propagado pelo regime (e pelos setores que davam sustentação) possuía uma imagem definida, e esse era o único modelo aceito por eles.

Ao manipularem o entendimento comum do que era ou deveria ser uma família, o regime dizia como entendia tal conceito e como desejava que fosse na realidade. Segundo Jelin, “[...] en la medida en que la metáfora de la familia era utilizada para la nación como un todo, el Padre-Estado adquirió derechos inalienables sobre la moral y el destino físico de los ciudadanos.” (2007, p. 41). Qualquer configuração de família que não se encaixasse no modelo era quase que automaticamente desacreditado, ou seja, se uma família era diferente daquela do pai chefe da casa, mãe devota do cuidado e filhos obedientes, não eram uma família de verdade. Por isso, quem desvirtuasse desse padrão poderia ser colocado do outro lado da balança, dando algum tipo de “legitimidade” para quando algo fosse feito contra esses desviantes.

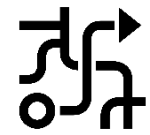
Se o Estado era visto como o pai da nação, e a figura do pai é a quem se deve acatar sem questionamentos, dono da autoridade e que tem liberdade para demandar controle, subserviência e decisão do futuro dentro de casa, em um país o Estado pode exigir as mesmas prerrogativas de controle e subserviência, além de se julgar o sujeito responsável por colocar “as coisas de volta aos trilhos” em meio a problemas e desordem. Assim, o Estado deixava de implícito que ele, por se preocupar com seus “filhos” (a população) tal como pai zeloso e chefe do lar, faria o que fosse necessário



para que suas decisões fossem acatadas e encaminhar aqueles sob sua responsabilidade ao “caminho do bem” e “dos valores fundamentais da nação”. No caso dos militantes e opositores, eles eram o mal encarnado, “comunistas e “comedores de criancinhas” por serem a face da subversão a ser combatida, como também suas configurações familiares eram diferentes daquela “família tradicional que preza a moral e os bons costumes”.

Mesmo que suas famílias seguissem a divisão da glorificada pela ditadura, os militantes não “mereciam” que suas famílias fossem consideradas como tal pelo simples fato de que no seio delas possuía alguém que perdeu o rumo, fugiu do padrão, ocupava o lugar da política reservado apenas ao pai respeitável, mas principalmente, se colocava contrário ao regime em vigor. Se traços físicos e genéticos, as histórias, valores e tendências eram passadas de geração a geração, o “esquerdismo” e o “comunismo” também poderiam ser elementos que as crianças levariam de seus parentes mais velhos. É possível perceber tal pensamento nos relatos de ex-presas e torturadas, todas mães e atingidas como tal. Hecilda Veiga escutou que “Filho dessa raça não deve nascer” (apud MERLINO, OJEDA, 2010, p. 76), e para Rose Nogueira foi dito que “Terrorista não tem família” (apud BRASIL, 2009, p. 68).

É a partir desta linha de raciocínio, que as crianças passaram a ser inseridas na lógica violenta e desagregadora que o aparato repressivo infligiu a quem considerava inimigo. Se a veia política dos militantes era o componente a ser minimizado ou destruído, e um filho traz de seus pais características semelhantes para além da genética, o tal componente inimigo também poderia estar nas crianças. Assim, o traço “comunista”, “esquerdista” deveria ser frontalmente combatido não só nos adultos pais como nas crianças filhas. Tanto é que um filho de militantes, Edson Teles, relata ter ouvido o seguinte de militares: “Esses filhos de comunistas vão pegar essas armas, cuidado.” (apud SÃO PAULO, 2014, p. 257). E quase que como um “bônus”, os pequenos poderiam ser utilizados e barganhados em meio a uma tortura psicológica, ameaçar contra a integridade da criança para que os adultos falassem e dessem informações.



SEI QUE NADA SERÁ COMO ANTES²:A FAMILIAR NUCLEAR COMO LUGAR DE TRANSFORMAÇÃO

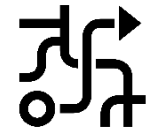
Quando se decide que crianças de famílias militantes também teriam seu encontro com a repressão visando combater a “veia vermelha” herdada pela linhagem parental, se reconhece que por mais que “terroristas não tenham famílias”, é esse viés familiar que podia fazer com que o militante finalmente quebrasse. Ao mesmo tempo em que a família não era reconhecida como algo que o militante possuía, a família era utilizada ao bel-prazer da repressão para conseguir seus objetivos em meio a sessões de interrogatório e tortura. Raciocinando dessa forma, é quase como se a violência experienciada se transformasse também em algo herdado, só que essa seria uma herança imposta por algo ou alguém externo ao seio familiar.

Desse modo, os caminhos entre as escolhas e engajamentos pessoais *versus* a resposta violenta do Estado recebida em função de suas ações marcou as realidades das famílias de militantes. Neste sentido, nos deteremos em quatro núcleos familiares, que por variadas razões e contextos, ajudam a exemplificar algumas alterações que a tensão militância X repressão poderia manifestar. Além de suas trajetórias, uma particularidade não tão rara foi o fato de que, no longo prazo, esses quatro ramos familiares acabaram virando dois, distintamente marcados pelo fator político. Seriam eles: os Teles, os Grabois, os Lucena, e por último, os Barrett Araújo.

A família Teles é composta por quatro membros, mas frequentemente é considerada com cinco pessoas: O casal Maria Amélia de Almeida Teles (Amelinha) e César Augusto Teles, e os filhos, Janaina de Almeida Teles e Edson Luís de Almeida Teles. A quinta pessoa seria a irmã de Amelinha, Crimeia Alice Schmidt de Almeida. O casal e Crimeia eram militantes do PCB, e após o racha nos anos 1960 em torno da luta armada³, militaram no PCdoB. Janaina e Edson nasceram em 1967 e 1968,

² Trecho da música “Nada será como antes”, de 1972 interpretada por Milton Nascimento e Beto Guedes.

³ O primeiro racha foi em 1962, com a divisão no partido entre o grupo ligado a Luís Carlos Prestes orientado pela URSS, e o grupo em oposição ao núcleo prestista e orientado pela China (que via a luta armada como via revolucionária). O segundo grupo, liderado por Maurício Grabois, Pedro Pomar e João Amazonas saíram do PCB e fundaram o PCdoB. Outro momento se deu pós-1964, e houve uma divisão entre a ala próxima à Prestes vs nomes como Mário Alves, Jacob Gorender, Joaquim Câmara, Apolônio de Carvalho e Carlos Marighella. Além do PCdoB, aqueles alinhados com a luta armada passaram a militar na Aliança Nacional Libertadora (ALN), Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), Organização Revolucionária Marxista Política Operária (Polop), Partido Operário Comunista (POC), Comando de Libertação Nacional (Colina) e Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8).



respectivamente. A quinta integrante da família, Crimeia, participou da Guerrilha do Araguaia, e é neste ponto que a história se cruza com a dos Grabois.

Antes da ditadura, a família Grabois já era conhecida por uma forte participação no campo das esquerdas, especialmente no PCB. O patriarca era Maurício Grabois, histórico dirigente conhecido desde os anos 1930. Assim como sua esposa, Alzira Grabois, e seus filhos Victória Lavínia Grabois Olímpio e André Grabois, todos faziam parte do PCB e migraram para o PCdoB, do qual Maurício foi um dos fundadores. Tanto Victória quanto André se relacionaram com outros militantes e cada um teve um filho. Victória foi casada com Gilberto Olímpio Maria, e teve Igor Grabois Olímpio, nascido em 1966; já André se casou com Crimeia, citada anteriormente, e juntos tiveram João Carlos de Almeida Grabois (Joca), nascido em 1973.

Em ambas as famílias, todos eram militantes do mesmo partido desde antes do golpe de 1964, e após decidiram pela luta armada migrando para outro coletivo; tanto que Igor disse: “então a família toda era quase que um comitê, quase uma célula” (OLÍMPIO apud SÃO PAULO, 2014, p. 293). As duplas de irmãos eram de famílias militantes comunistas, e por isso, carregavam o traço da atuação política desde novos. Dos oito adultos, quatro participaram da Guerrilha do Araguaia: Maurício, André, Gilberto e Crimeia, e Victória só não foi pois ficou grávida quando os grupos começaram a se dirigir para a região. Crimeia ficou grávida durante a guerrilha, e saiu de lá pouco antes dos cercos armados entre 1972 e 1974. Os três homens que lá permaneceram foram presos, torturados e mortos nas incursões em 1973, André em outubro e Maurício e Gilberto no natal, e todos são desaparecidos políticos.

Para quem não foi ao Pará, cada um experienciou situações distintas. Alzira, Victoria e Igor ficaram clandestinos de 1971 até a promulgação da Lei de Anistia em 1979. César e Amelinha foram presos e torturados na Oban/SP em 1972, e enquanto Crimeia, Janaina e Edson foram sequestrados, presos e levados para a Oban. Janaina e Edson foram levados até a sala de tortura onde os pais estavam após uma sessão, com o pai desmaiado e a mãe ainda na cadeira do dragão. Crimeia foi torturada grávida, mantida presa por vários meses e deu à luz na prisão em fevereiro de 1973, no Hospital da Guarnição do Exército, em Brasília. Joca, além de nascer na prisão, apresentava sinais já na barriga da mãe, e após nascido, foi dopado com tranquilizantes, desenvolveu desnutrição e problemas físicos durante a infância.



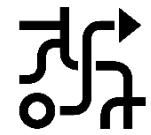
Assim, todos tiveram que lidar com diferentes aspectos da repressão, inclusive as crianças.

A confluência dos dois grupos em uma espécie de grande grupo único se deu tanto por questões políticas, quanto por laços afetivos e posteriormente sanguíneos. O primeiro momento se deu justamente na formação dessas famílias. Em um segundo ponto, quando já ligadas por laços matrimoniais, geraram laços sanguíneos em comum. E por último, e talvez o lado mais pesado e doloroso de terem se tornado uma “grande família”, foi a experiência da dor de modo generalizado: os desaparecimentos de Maurício, André e Gilberto; as prisões e torturas de César, Amelinha, Janaína, Edson, Crimeia e Joca; e a clandestinidade de Alzira, Victória e Igor.

Observando a questão familiar não tanto sob o ponto de vista dos adultos, mas das crianças, os quatro tiveram seus círculos familiares tal como são por causa da decisão de seus pais, tios e avós. Para eles, possivelmente não haveria muitos caminhos de como fugir de tal realidade, pois um grande elo não palpável era a politização da vida, já que não eram os únicos a serem filhos de comunistas, visto que seus pais o foram antes deles. Nesse caso, a “herança do comunismo” vinha de duas gerações, o que para grupos repressores ou conservadores, poderia ser visto como um “gene” ainda mais aflorado e, portanto, deveria ser combatido com mais afinco para que não houvesse “pequenos terroristas” ou “futuros comunistas” indesejáveis.

Se para trás, o panorama era político, para frente também o foi. Não era apenas o sangue herdado, mas as experiências que cada um viveu em seu próprio corpo por causa disso na infância, e escolhas que fizeram já mais velhos e com maior consciência do que havia ocorrido. Observando suas trajetórias no longo prazo, não há como dissociar suas vivências e histórias pessoais do fator político; para essas crianças, são uma coisa só e sempre caminharam juntas.

Um outro modo de como o fator político influenciou os rumos familiares está na dupla Lucena e Barrett Araújo. A família Lucena possuía seis membros: o casal Damaris Oliveira Lucena e Antônio Raymundo Lucena, e os filhos Ariston de Oliveira Lucena, os gêmeos Adilson e Denise Oliveira Lucena, e Ângela Telma Oliveira Lucena. Os pais eram sindicalistas e membros do Partido Comunista desde os anos 1950, e na ditadura, integraram a VPR. O filho Ariston, nascido em 1951, passou a militar junto com os pais na VPR ainda menor de idade. As três crianças mais novas nasceram anos depois, os gêmeos em 1960 e Telma em 1966.



Os Barrett Araújo eram formados por três membros: a mãe Soledad Barrett Viedma, o pai José Maria Ferreira Araújo, e a filha Ñasaindy Barrett de Araújo. Soledad fazia parte de uma conhecida família paraguaia militante de esquerda (avô anarquista, pais comunistas), fazendo com que participasse de organizações no Paraguai, Uruguai, Argentina e Brasil. Aqui, ela participava do MNR, posteriormente migrando para a VPR. Vários irmãos de Soledad eram militantes, sendo que um deles, Jorge, foi preso no mesmo dia em que foi morta. José Maria era ex-militar e nos anos 1960, participou da chamada Revolta dos Marinheiros⁴, pela qual foi preso. Já na ditadura, foi membro do MNR e da VPR assim como Soledad, e ambos se casaram durante a fase de treinamento de guerrilha em Cuba, onde Ñasaindy nasceu em 1969.

O encontro desses dois núcleos aconteceu em 1970. Em fevereiro, a casa dos Lucena em Atibaia/SP foi invadida por militares, e Antônio foi assassinado na frente da esposa e dos três filhos mais novos. Damaris e as crianças foram presas, e ela torturada, até que foram trocados pelo cônsul japonês e exilados em Cuba. O pai foi enterrado como indigente, se tornando um desaparecido político. Ariston foi preso poucos meses após a morte do pai e sentenciado à pena de morte, cortando a convivência entre os irmãos. Ainda 1970, José voltou para o Brasil, onde foi preso e morto sob tortura, sendo até hoje um desaparecido político. Tempos depois, Soledad também retornou ao Brasil, deixando a filha em Cuba aos cuidados da VPR, e aqui se envolveu romanticamente com um agente policial infiltrado, o cabo Anselmo⁵, que a delatou e fez com que fosse morta no chamado “Massacre da Chácara de São Bento”⁶ em janeiro de 1973, em Pernambuco. De acordo com relatos e pesquisas levantados pela CNV, há indicações de que quando morreu, ela estava em estágio avançado de

⁴ A Revolta dos Marinheiros ocorreu em março de 1964. Após uma celebração na Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil (AMFNB) no Rio de Janeiro, o então ministro da Marinha decretou a prisão dos organizadores do evento, pela organização ser considerada ilegal. Em reação, quase dois mil marinheiros ocuparam o terreno da AMFNB, e após negociação, os amotinados foram anistiados. Quando da revolta, o presidente da AMFNB era José Anselmo dos Santos, o cabo Anselmo, nome que retomará na história dos Barrett Araújo.

⁵ José Anselmo dos Santos, conhecido como cabo Anselmo, é um ex-militar que durante os anos da ditadura atuou como agente infiltrado vinculado ao DOPS/SP, com o objetivo de coletar informações de organizações de esquerda. O caso mais conhecido do período como infiltrado foi a “Operação Paquera”, ocorrida nos anos 1970, quando passou a fazer parte da VPR e se envolveu romanticamente com Soledad Barrett. Contudo, Anselmo delatou os membros da organização, inclusive a noiva Soledad, grávida dele.

⁶ O “Massacre da Chácara de São Bento” é resultado da delação de informações da VPR pelo cabo Anselmo. Seis militantes foram presos, torturados e levados à Chácara São Bento, um terreno comprado pela VPR para funcionar como aparelho. Lá, os militares encenaram um suposto tiroteio em que os seis militantes foram mortos à tiros.

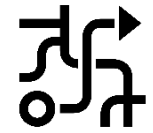


gravidez. Soledad foi enterrada como indigente e é uma desaparecida política. Quando Damaris chegou em Cuba, membros da VPR que lá estavam a designaram como cuidadora de Ñasaindy, que até então, tinha pais vivos, mas em outro país. Com a morte de José e Soledad, Ñasaindy continuou aos cuidados de Damaris, que a adotou e deu seu sobrenome para a menina. A adoção ocorreu por questões políticas, já que foi o coletivo que escolheu Damaris e lhe deu como “tarefa” o cuidado permanente da bebê. Assim, Barrett de Araújo durante muito tempo foi Lucena no papel, e mesmo Ñasaindy resgatando os nomes dos pais, continuou sendo simbolicamente Lucena.

Assim como os Teles e os Grabois, os Lucena e os Barrett Araújo também tinham todos os membros engajados politicamente há anos, e com Soledad, uma tradição familiar de esquerda. Esses nove filhos tinham na veia o “sangue vermelho do comunismo”, e dificilmente tinham como escapar das consequências. Por isso, é possível apontar que, segundo Patricia Castillo e Alejandra Celis, “[...] lo filiativo es, a su vez, un modo de hacer política, de ofrecer un lugar.” (2013, p. 123). Assim, a ideia de que o comunismo e o ímpeto contestador eram transmitidos de pais para filhos não era tão fora de órbita, especialmente quando estes filhos possuíam um pouco mais de compreensão da situação. Em seu depoimento, Ariston disse:

Os meus pais disseram que eu era muito jovem para assumir aquela luta. Respondi que esse era o meu desejo e que a minha ideologia tinha sido forjada com o exemplo deles dentro de casa. [...] Quero reafirmar que não me arrependo do que fiz. Sinto muito orgulho por ter pegado em armas para lutar contra a ditadura instaurada no Brasil. Essa consciência foi adquirida no convívio com meus pais Antônio Raymundo de Lucena e Damaris Oliveira Lucena. Meus velhos, apesar de terem baixo nível de escolarização, tinham uma profunda consciência de classe. Conheciam muito bem as mazelas dessa sociedade, onde pobres, negros, e desvalidos, são as maiores vítimas do capitalismo nacional e internacional. Minha família não possui riquezas materiais, mas, é detentora de um excelente capital intelectual que é a plena consciência dos problemas deste país. Fizemos a opção pelo povo e sabemos da necessidade de educar e conscientizar a massa para que possa lutar em prol dos seus direitos. (LUCENA, Ariston apud SÃO PAULO, 2014, p. 90-91)

Com de seus passados, o que foi feito a outros e que as atingiram direta ou indiretamente, é possível perceber que essas crianças (e um adolescente) tiveram que lidar com uma gama variada de situações extremamente complexas, dolorosas e traumáticas. Em diferentes idades, questões e ambientes em que podiam ou não encontrar modos de lidar com tais realidades, que refletiram em maior ou menor grau



durante o resto da vida. É em virtude disso que, quando se trata de gerações seguintes, para a psicanalista Caroline Eliacheff e o jurista Daniel Larivière, é importante ter em mente que “Os traumatismos do passado deixam marcas nos descendentes sem que se saiba o que se transmite e menos ainda como.” (2012, p. 71).

A ligação dessas quatro famílias transpareceu em suas participações nas audiências da Comissão da Verdade. No caso da comissão paulista, os nove filhos deram depoimentos orais ou escritos. Os irmãos Teles falaram junto com os primos Grabois, e o mesmo ocorreu quando chegou a vez dos irmãos Lucena e Ñasaindy. Não só a divisão de quem iria compor a mesa naquele dia seguiu essa “junção” das famílias, como a questão também surgiu em falas dos membros da comissão, dos próprios depoentes e de parentes que estavam na plateia. Não são só suas histórias que se cruzam, mas também o conteúdo dos relatos que se repete ou assemelha.

Possivelmente, a criança com maior ruptura familiar foi Ñasaindy, que perdeu ambos os pais muito pequena (tinha um ano quando José morreu, e três quando Soledad morreu) e a última vez que os viu era um bebê de colo. Há relatos coletados pela CNV que contam que Ñasaindy deveria ter tido um irmão ou irmã por parte de mãe, que nunca conheceu pois o bebê teve sequer a chance de nascer⁷. Tudo o que a menina conheceu como família derivou da decisão da organização de seus pais com outra militante que estava chegando ao exílio. Apesar da adoção e do sentimento de pertencimento entre os Lucena, é incrivelmente difícil esquecer ou superar a família que deveria ter, e tal questão a mobilizou em vários momentos da vida.

O processo histórico brasileiro da ditadura me conectou à família Lucena de uma forma muito forte. Hoje eu sou uma integrante da família e fico muito honrada. Eu sou Ñasaindy Barrett de Araújo. Já fui Ñasaindy de Oliveira Lucena. Eu tive uma certidão de nascimento que tinha esse nome. E foi com essa certidão que eu vim para o Brasil como se fosse filha legítima da dona Damaris. [...] Em Cuba, as notícias chegavam para nós assim: “Morreu, não morreu, desapareceu, foi preso, não foi preso”. Ou seja, a gente não tinha uma verdade definitiva. [...] Então, eu fui ficando, ficando, ficando com a Damaris. Ela foi me assumindo como filha, eu

⁷ Em 1996, a advogada Mércia de Albuquerque Ferreira relatou à CEMDP como viu Soledad após sua morte: “em um barril estava Soledad Barrett Viedma, ela estava despida tinha muito sangue nas coxas, nas pernas e no fundo do barril onde se encontrava também um feto. [...] e o que mais me impressionou foi o sangue coagulado em grande quantidade que estava, eu tenho a impressão que ela foi morta e ficou algum tempo deitada e a trouxeram, e o sangue quando coagulou ficou preso nas pernas porque era uma quantidade muito grande e o feto estava lá nos pés dela, não posso saber como foi parar ali ou se foi ali mesmo no necrotério que ele caiu, que ele nasceu, naquele horror.” (apud BRASIL, 2014, p. 1157)



fui assumindo ela como mãe, e os filhos dela como os meus irmãos. Essa afetividade foi se compondo e se fortalecendo. E meus pais nunca voltaram. (ARAÚJO apud SÃO PAULO, 2014, p. 101)

A necessidade de se manterem vivos, e para isso, partirem para a clandestinidade, exílio ou cortar contato com companheiros influenciava diretamente nas informações que recebiam, inclusive de outros parentes que estavam em diferentes lugares, e por mais que se tivesse isso em mente, era complicado lidar com o que vinha junto com a ausência e desconhecimento. No caso de distanciamentos temporários, parte das questões poderiam regredir ou sumir uma vez retomado o convívio. Agora, um vazio prolongado, com a impressão de algo etéreo ou não material é algo que pode causar uma ruptura contínua e permanente, e segundo Eliacheff e Larivière, “A ausência é dolorosa porque questiona toda a organização de nossas relações com a pessoa [...]” (2012, p. 68). Mesmo após muitos anos, e com acesso a informações e clareza sobre o estado das coisas, a marca causada pela ruptura pode permanecer, transparecendo na fala dos adultos décadas depois, como foi o caso de Igor. Ele conta:

Todas as notícias das mortes eu tive posteriormente aos acontecimentos. O desaparecimento do meu pai, do meu avô, do meu tio, a queda da Lapa, tudo isso eu fui saber pós-anistia. Ou seja, é como se eu tivesse uma vida até a anistia e passasse a ter uma outra vida a partir disso. É um corte. [...] Então, não tem luto. São vazios. Meu pai não vem mais, meu avô não vem mais, o cachorro é mandado para treinar, o Amazonas para de vir, vão abrindo vazios. E é engraçado, porque mesmo sendo da primeira infância, dessas pessoas eu tenho a memória muito nítida. (OLÍMPIO apud SÃO PAULO, 2014, p. 296)

Uma semelhança a mais entre as várias existentes é que, para estes nove filhos, a figura paterna foi a de maior ausência, que para a maioria, foi irreversível. Apenas Janaina e Edson puderam lidar com as questões desse sumiço, pois o pai estava “apenas” preso. Enquanto os outros, cujos pais são desaparecidos até hoje, não tiveram as mesmas oportunidades que os irmãos Teles tiveram para lidar com todas as questões deste período. Assim, na falta dos homens, coube às mulheres passar as histórias familiares, as memórias coletivas daquelas pessoas, responder às diversas questões que as crianças poderiam ter e, de alguma forma, suprir o que foi retirado ou impossibilitado. É por isso que em suas memórias, a figura das mães aparece tão grande e marcante, como na fala de Telma: “herói não é o meu pai, é a minha mãe” (LUCENA, A. in 15 FILHOS, 1996, 14”57’-14”59’), ou na fala de Janaina:



Por meio da memória dela [da tia Crimeia], fomos nos familiarizando com essa história difícil e essa nossa família distante. [...] Ela também nos levou para visitar meus pais no presídio Carandiru. Era a primeira vez que eu ia vê-los depois de seis meses. [...] Desde a prisão, preocupava-me em proteger meu irmão, meu primo e em defender meus pais! Queria ser adulta para poder enfrentar os policiais e buscar meus pais na prisão! (TELES, J. apud SÃO PAULO, 2014, p. 263)

Se o mais básico que uma pessoa pode ter na fase inicial da vida é a família, o sentimento de pertencimento, a segurança do nome familiar, a relação através de histórias, semelhanças, heranças e convivências, tudo foi alterado ou retirado. Assim, as rachaduras e mudanças que necessitam lidar, afetou mais aspectos do que se supõe, e poderia chegar aos elementos mais básicos e fundamentais. Com isso, não houve como negar a elas, no momento ou futuramente, o fato de que existia um determinado regime político no país, que elegeu determinados grupos sociais como inimigos, que o clima de guerra não estava apenas nos filmes e que coisas ruins poderiam acontecer. É possível comprovar essa sensação em uma fala de Joca:

O que eu ouvia era o seguinte: que existia um governo ditatorial, entendeu, e que entrava na casa das pessoas e matava, entendeu? Era muito simples o meu raciocínio, entendeu? Era olhar e falar “Não, os caras vão vir aqui, se eu contar essa história, ou ficarem sabendo, sei lá, ou qualquer coisa, eles podem vir aqui e acabar com a minha família”, entendeu? Já acabaram com a metade, acaba com a outra metade. (GRABOIS in 15 FILHOS, 1996, 3”12’-3”33’)

Este trecho poderia ser de qualquer filho, não só os já citados, como inúmeros outros. Todos vivenciaram em algum momento e em diferentes graus a ausência forçada de algum parente, conscientemente ou não. Tendo conhecido a pessoa ou não, o súbito desaparecimento no convívio familiar era sentido, mesmo que derivado daqueles que de fato a conheceram, em um mundo prévio àquela criança. Para Joca, isso aconteceu pois cresceu sob a ausência do pai, avô e tio por lado de pai, os tios por lado de mãe ficaram presos durante certo tempo, e sempre soube (mesmo que de forma suave) o que aconteceu com sua mãe. Sua família era reduzida justamente porque a ditadura eliminou ou afastou grande parte dela. Os parentes Grabois, dos quais carrega o nome em comum, só veio a conhecer tempos depois. Sobre isso, Joca contou:

Aí depois eu fui conhecer o Igor [...] mais tarde, já quase nos anos 1980, eu já estava na escola. Nessa época conheci mais gente da família. Antes, a família era reduzida à Jana, o Edson, o Cesar, a Amelinha e a minha mãe. Eram poucas pessoas e aí, de repente, mais que dobra o número de familiares. Os Grabois têm um monte de primos. (GRABOIS apud SÃO PAULO, 2014, p. 217)

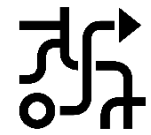
A distância ou o desconhecimento de parentes também foi apontado por Igor. Como muitas crianças, o fato de não ter pai, mãe ou ambos era algo que marcava individualmente, e constantemente lembrado socialmente, na convivência social, ao ver outras composições familiares etc. A sensação é que você é sempre o diferente, que não se encaixa por completo, e não se consegue entender o motivo de logo você ser quem tem a família diferente. Igor relatou:

Sobreviver na clandestinidade, eu era a única criança que não tinha primo, que não tinha tio, não tinha primo, que não tinha família. O Joca [João Carlos Grabois, filho de André Grabois], por exemplo, eu não sabia da existência dele, só fui conhecê-lo em 1980. A outra coisa, é que também não tinha passado. Quem era o meu avô, meu bisavô? Eu não tinha passado. Qual era a identidade familiar, qual era a identidade étnica? (OLÍMPIO apud SÃO PAULO, 2014, p. 295)

Esse afastamento entre a criança e os pais, ou entre ela e a família pode gerar dificuldade até no ato de imaginar sua relação com a pessoa que não está. O “ausente” não é alguém totalmente estranho e desconhecido, já que há histórias sobre ela, possíveis fotos ou objetos, além da ligação sanguínea. Contudo, é também um desconhecido, já que não o conheceu em vida ou conheceu muito pouco, na inexistência de traços materiais, como fotos, vídeos e objetos, e quem aquele indivíduo era para além da visão de terceiros sobre ele. O perigo que os militantes corriam poderia chegar a limites tão distantes que esbarravam na possibilidade de memórias para o futuro. Isto fica evidente quando Ñasaindy diz “A Soledad tem a sua força. Foi uma mulher incrível, cada vez que eu conheço mais, gostaria muito de tê-la conhecido, com certeza.” (ARAÚJO apud SÃO PAULO, 2014, p. 102), mas também em Joca, quando conta que

Com 7, 8 anos eu ganhei uma foto dele com 16 anos, né, aí com... mais pra frente com 16, eu arrumei uma foto dele com 3 anos de idade. Então eu não tinha, eu não conseguia formar a imagem de um pai com 16 anos, um pai com 3 anos, né. Você não consegue. É inconcebível você olhar pra uma foto de um garoto de 3 anos ou de 16 e imaginar que aquela pessoa é seu pai. Isso foi muito difícil. (GRABOIS in 15 FILHOS, 1996, 14”36’-14”56’)

Apesar de diferente, a composição familiar de Ñasaindy desencadeou uma série de questões, ligações e “idas e voltas”. Ela possui uma mãe de toda a vida (Damaris), mas tem uma relação filial com uma mulher que nunca conheceu conscientemente (Soledad); tem irmãos de criação (Denise, Adilson e Telma), um irmão “por tabela” através da lembrança de outros (Ariston) e uma possível irmão que



a mera existência é envolta em mistérios (o bebê que estava na barriga de Soledad quando morreu), além da ausência de uma figura paterna ou parentes de sangue. Realizar o que significa o seu passado marcou quem Ñasaindy é, e assim ela contou:

E eu tenho muito orgulho de ser filha de Soledad Barrett Viedma, de José Maria Ferreira de Araújo e de Damaris Oliveira Lucena. E de ter meus irmãos. [...] Eu, conscientemente, não tenho nenhuma lembrança. Nem de estar com meu pai e nem com a minha mãe. Mas, nos meus processos terapêuticos, vamos dizer assim, tive oportunidade sim de me encontrar com o que seria o momento de despedida da minha mãe. [...] No momento em que perdi a minha mãe ou na minha despedida, quando eu soube que eu não veria mais a minha mãe, mesmo estando no colo de uma pessoa que eu já amava, eu queria morrer. (ARAÚJO apud SÃO PAULO, 2014, p. 102)

Para além da herança que o Estado e a repressão entendiam que tinham, estas crianças ganharam uma herança “maldita” desse aparato: terem sido envolvidos, empurrados e irremediavelmente afetados por experiências violentas difíceis de assimilação por alguém de suas idades. A marca da violência feita à família, e tudo o que veio com ela e dela, deixou diferentes marcas no longo prazo. O grande lance da violência familiar é que como ela é composta por membros com quem se compartilha laços sanguíneos ou não, as dores de outros que a criança poderia carregar não se restringiam a conhecer a pessoa, o grau de proximidade, a quantidade de atingidos com o qual se relacionava etc. Janaina tinha em seu passado a sensação da repressão em si e em seus parentes mais próximos, mas parte da compreensão do que foi feito a ela e de como ela decidiu lidar com isso está relacionada ao tio André Grabois, alguém que nunca conheceu, não tinha laços sanguíneos e sequer o rosto conhecia durante muitos anos.

Agora, não tem ponto final. Como é que vai ter um ponto final se a gente sabe, por exemplo, provavelmente o meu tio levou um tiro pelas costas, na coluna, ficou paralítico, levaram ele assim pra Brasília, torturaram ele não sei quanto tempo, e ele morreu assim? Como é que tem ponto final pra isso? Se não tem o corpo dele, se não tem... se só tem uma foto de 3x4 dele? É isso que existe do André Grabois. E a memória da mãe dele, que daqui a pouco vai morrer, porque tá muito velhinha, da irmã dele... E o Joca, fica como? Então, pra mim, pra mim não tem ponto final, pra mim e pra várias outras pessoas, né. (TELES, J in 15 FILHOS, 1996, Op. cit., 17”06’-17”50’)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A opção de uma narrativa pessoal e familiar “comum”, sem uma participação direta ou indireta nos embates políticos dos anos 1960, 1970 e 1980, sem memórias



traumáticas que suas poucas idades pudessem processar por completo, é praticamente impossível. Levando em conta o que foi feito àqueles que eram os mais próximos, tudo o que tiveram que lidar indiretamente, isso quando não foram eles próprios afetados diretamente, é incrivelmente difícil e complexo para as crianças descendentes da geração militante fugirem de seus passados e suas histórias.

O retorno a um regime democrático pode funcionar como uma espécie de superação para o sistema político, e até para o país num geral, mas não para os indivíduos que foram afetados, atingidos e que sofreram. Lembrar, ou esquecer, não há realmente a chance de escolha sobre um ou outro, e qualquer caminho seguido entre a memória e o esquecimento, a negação ou a afirmação de um passado, compõe decisões com múltiplas camadas. Esta dificuldade se dá pelo fato de que, resgatando Jeanne Marie Gagnebin, “A história também consiste numa homenagem aos mortos do passado, na ereção de um discurso/túmulo que possa lembrá-los.” (2010, p. 184). Para quem teve uma série de “garantias” retiradas (fosse nome, casa, família etc), negar ou ignorar o que ocorreu poderia significar mais uma retirada, dessa vez, a base da sua formação individual e coletiva. No *Infância Roubada*, Telma explicou como foi para ela:

Eu vivia um conflito entre apagar, riscar aquilo da minha vida, mas, ao mesmo tempo, sabia que se fizesse isso, estaria riscando a história da minha família. E eu não queria isso. [...] A morte do meu pai mudou completamente a minha vida. A partir daquele momento sabia exatamente de quem eu era filha, como meu pai tinha morrido. Eu vi minha mãe muito torturada. [...] qual é o peso de levar o sobrenome Lucena. Não é fácil ser filha da Damaris e do Doutor. Não é fácil fazer parte de uma história de dois heróis da nação brasileira. De saber que para estar viva aqui, hoje, contando a nossa história, muita gente morreu. (LUCENA, Ângela apud SÃO PAULO, 2014, p. 84)

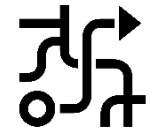
REFERÊNCIAS

BRASIL. *Comissão Nacional da Verdade, Relatório final (volume III)*. Brasília: CNV, 2014.

BRASIL. *Direito à Memória e à Verdade: história de meninas e meninos marcados pela ditadura*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2009.

ELIACHEFF, Caroline; LARIVIÈRE, Daniel Soulez. *O tempo das vítimas*. São Paulo: Editora Fap-Unifesp, 2012.

FAMÍLIA. DICIO, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2021. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/familia/>. Acesso em 11 nov. de 2021.



GAGNEBIN, Jeanne Marie. O preço de uma reconciliação extorquida. IN: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (orgs.). *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2010. P. 177-186.

GALLARDO, Patricia Castillo; CELIS, Alejandra González. Niñez en dictadura: lo filiativo como espacio de resistencia. *Revista de Geografía Espacios*. V.3, nº6, p. 117-131, 2013.

JELIN, Elizabeth. Víctimas, familiares y ciudadanos/as: las luchas por la legitimidad de la palabra. *Cadernos Pagu*. Campinas, n. 29, p. 37-60, jul.-dez./2007.

MERLINO, Tatiana; OJEDA, Igor (orgs.). *Luta, substantivo feminino: mulheres torturadas, desaparecidas e mortas na resistência à ditadura*. São Paulo: Editora Caros Amigos, 2010.

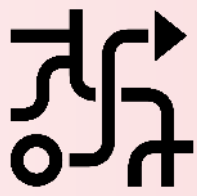
NEHRING, Marta; OLIVEIRA, Maria. *15 filhos*. Direção: Maria Oliveira e Marta Nehring. 1996, 20 min. P&B.

SÃO PAULO (Estado). *Infância Roubada, Crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil*. São Paulo: Alesp, 2014.

SILVA, Kalina Vasconcelos; SILVA, Maciel Henrique. *Dicionário de conceitos históricos*. São Paulo: Contexto, 2009.

Recebido em 15/09/2023

Aprovado em 23/10/2023



DIAS, Luiz Antonio*

<https://orcid.org/0000-0001-8834-442X>

RESUMO:** Propomos, neste artigo, analisar o contexto histórico e político que levou à promulgação da Lei da Anistia (Lei nº 6.683/1979) no Brasil em 1979, bem como os desdobramentos desse modelo de anistia, discutindo a legislação posterior vinculada a esse tema e à justiça transicional. Avaliar os impactos da Lei da Anistia no processo de justiça de transição no Brasil e sua relação com a garantia dos direitos humanos. Analisar a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 153 e seu papel na reinterpretação da Lei da Anistia, considerando seus desdobramentos jurídicos e políticos. Também propomos uma reflexão sobre políticas de memória que possam contribuir para o debate na sociedade e na educação, como forma de fortalecer a narrativa da importância dos princípios democráticos. Analisar o "revisonismo" e o "negacionismo" relacionados ao Golpe Civil Militar de 1964 e à Ditadura Militar. Tomamos como fontes a legislação sobre o tema, em especial a Lei da Anistia (Lei nº 6.683/1979) e a ADPF 153. Nesse sentido, é fundamental destacar que uma das etapas essenciais da metodologia de análise de legislação é a leitura e interpretação minuciosa do texto legal. É crucial considerar o contexto histórico, social e político em que a lei foi promulgada, bem como sua relação com outras normas jurídicas e princípios constitucionais.

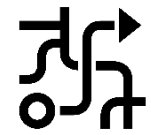
PALAVRAS-CHAVE: Ditadura Militar; Anistia; Memória

ABSTRACT: In this article, we aim to analyze the historical and political context that led to the enactment of the Amnesty Law (Law No. 6,683/1979) in Brazil in 1979, as well as the ramifications of this amnesty model. We will discuss subsequent legislation related to this subject and transitional justice. Our goal is to evaluate the impacts of the Amnesty Law on the transitional justice process in Brazil and its connection with safeguarding human rights. We will also examine the Writ of Noncompliance with Fundamental Precept (ADPF) 153 and its role in the reinterpretation of the Amnesty Law, considering its legal and political implications. Additionally, we propose a reflection on memory policies that can contribute to societal and educational discourse, thereby strengthening the narrative of the significance of democratic principles. We will analyze "revisionism" and "denialism" related to the 1964 Civil-Military Coup and the Military Dictatorship. Our sources include legislation on the subject, particularly the Amnesty Law (Law No. 6.683/1979), and ADPF 153. It is essential to underscore that a pivotal step in the legislative analysis methodology involves thorough reading and interpretation of the legal text. It is critical to consider the historical, social, and political context in which the law was enacted, as well as its relation to other legal norms and constitutional principles.

KEYWORDS: Military Dictatorship; Amnesty; Memory

* Mestre e Doutor em História Social (UNESP/Assis); Pós-doutorado em Derecho, Economía, História (Universidad Nacional de Córdoba). Docente do Programa de História (PUC-SP).

** Este artigo é resultado da pesquisa intitulada "Justiça de Transição e Anistia: Narrativas, História e Memória", que foi financiada pela PUC-SP por meio do Edital PIPEq 11933/2023 (AuxP).



INTRODUÇÃO

Desde a posse – em 1961, após a renúncia de Jânio Quadros – João Goulart sofreu uma forte oposição, os boatos de golpe de Estado eram recorrentes e ao longo de seu governo foram crescendo. Alguns acontecimentos de março de 1964 – como, por exemplo, o Comício pelas Reformas de Base e a Revolta dos Sargentos¹ – contribuíram para a intervenção das Forças Armadas no processo político, levando ao Golpe Civil Militar de 1964.

De acordo com Dreifuss (1981) e Bandeira (2010), o golpe foi resultado da organização dos setores conservadores para conter os avanços das camadas populares, reforçando a ideia de um "golpe de classes". A ditadura militar instaurada a partir desse golpe foi responsável, ao longo de 21 anos, por graves violações de direitos humanos, incluindo prisões ilegais, torturas, assassinatos e desaparecimentos, sem que houvesse julgamento adequado para responsabilizar os perpetradores desses crimes. Essas violações causaram profundo sofrimento à população brasileira e deixaram marcas significativas na história do país. O reconhecimento e a busca por justiça em relação a essas violações continuam sendo temas importantes para a sociedade brasileira até os dias atuais.

Como nos alerta Benjamin (1985), de forma extremamente atual, “O dom de despertar no passado as centelhas da esperança é privilégio exclusivo do historiador convencido de que também os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer” (1985, p. 224-225). Assim, passado e presente, aparentemente, se entrecruzam no momento atual e, nesse sentido é importante pensar ou repensar nossas políticas de memória e de esquecimento.

No Brasil, nunca houve, efetivamente, um acerto de contas com esse passado. Passamos por uma "transição" negociada, com uma anistia elaborada pelos próprios militares para garantir sua impunidade. Essa lei, promulgada em 1979,

¹ Em 13 de março de 1964, ocorreu na Guanabara um grande comício de apoio às Reformas de Base propostas por João Goulart. As críticas da imprensa e da oposição foram contundentes. A Revolta dos Sargentos, ocorrida em Brasília no mês de setembro de 1963, estava ligada à questão da elegibilidade dos sargentos, que era vetada pela Constituição de 1946. Apesar disso, no pleito de 1962, vários sargentos lançaram-se candidatos, alguns eleitos foram impedidos de assumir, mas na Guanabara o Sargento Antonio Garcia Filho, eleito Deputado Federal pelo PTB, tomou posse em fevereiro de 1963. Esse fato criou problemas e uma ampla discussão na sociedade, no meio jurídico e dentro das Forças Armadas. Em 11/09/1963, o Supremo Tribunal Federal confirmou a inelegibilidade dos sargentos.

permitiu que torturadores e assassinos do regime ficassem impunes. Ainda hoje, esse tema é alvo de debates e controvérsias, pois muitas vítimas e familiares das vítimas buscam justiça e reparação.

A proposta de anistia apresentada pelo governo militar estava em completo desacordo com a demanda dos Comitês Brasileiros pela Anistia (CBAs), que lutavam por uma “anistia ampla, geral e irrestrita”. No entanto,

[...] além de não permitir que fossem beneficiados pela lei aqueles indivíduos condenados por “terrorismo” [...], a previsão do benefício para os “crimes conexos” cometidos [...] evidenciava que o governo pretendia estabelecer uma anistia recíproca (estendida aos agentes da repressão) (GALLO, 2017, p. 84).

Esse modelo de anistia, “pacificadora”, foi adotado em outros países, como destaca Santos e Brega (2009, p. 155):

[...] em vários países da América Latina que sofreram com ditaduras militares, foram promulgadas leis de anistia na passagem para a transição democrática, sob a alegação de pacificação dos espíritos em prol da reconciliação nacional, mas que na realidade visavam conceder um manto de impunidade aos perpetradores de graves violações contra os direitos humanos [...] imprescritíveis e inaniáveis.”

Na Argentina, entretanto, o processo de acerto de contas com o passado e a história foi mais efetivo. A Lei de Anistia, também conhecida como autoanistia, (Lei nº 22.924 de 27/09/1983), criada durante o último governo militar liderado pelo General Reynaldo Bignone (1982-1983), foi prontamente anulada em 1983, durante o governo Alfonsín (Ley nº 23.040 de 29/12/1983). Novas tentativas de impunidade vieram com a Ley Punto Final (1986) e a Lei Obediencia Debida (1987), também durante o governo Alfonsín.

No governo de Ernesto Kirchner (2003-2007), as leis de anistia e os indultos presidenciais foram considerados inconstitucionais e, portanto, anulados. A partir da anulação das leis de "Obediencia Debida" (Obediência Devida) e "Punto Final" (Ponto Final) em 2005, uma série de ações judiciais contra os responsáveis por crimes de lesa-humanidade foram iniciadas na Argentina. Em 22 de novembro de 2010, Jorge Rafael Videla - o principal líder da ditadura argentina - foi julgado e condenado à prisão perpétua. Ele faleceu na prisão em 17 de maio de 2013, aos 87 anos.

Outro ponto importante de diferenciação foi o envolvimento da sociedade civil nesse debate, conforme aponta Bauer (2014, p. 234):

Enquanto na Argentina este é um debate cotidiano, no Brasil temáticas relativas à ditadura civil-militar, seja a questão dos desaparecidos políticos ou a abertura dos arquivos da repressão, estão marcadas por “irrupções de memórias”, ou seja, acontece somente em efemérides ou através da divulgação de alguma notícia relacionada ao tema.

Por isso, até hoje, é de extrema importância analisar e discutir todo esse processo - a ditadura militar, a Abertura, a Lei da Anistia, a Justiça de Transição e, também, as responsabilidades dos diversos atores envolvidos.

Diante da situação atual - ataques sistemáticos à democracia, revisões sobre o Golpe Civil-Militar de 1964, negacionismos sobre a violência de Estado perpetrada durante a Ditadura Militar - acreditamos que essa discussão seja de extrema importância. A questão não se limita apenas às narrativas sobre a Anistia, sobre o momento histórico do final da década de 1970, sobre o passado, é necessário entender, também, a repercussão desse processo nas décadas seguintes.

A literatura acadêmica sobre a Lei da Anistia no Brasil aborda diversos aspectos desse tema complexo, mas ainda existem lacunas que podem ser preenchidas por novos estudos. Nesse contexto, este artigo propõe analisar os impactos da Lei da Anistia na cultura da impunidade. Tentar compreender como essa lei influenciou a cultura da impunidade no Brasil, examinando como a percepção de impunidade afeta a confiança nas instituições democráticas e o desenvolvimento do Estado de direito.

Dessa forma, este artigo busca subsidiar a discussão de como essas narrativas foram e estão sendo utilizadas no presente para fortalecer grupos que tentam minimizar a violência da ditadura, grupos que exaltam os governos militares e – a partir de 2015² de forma mais intensa - passaram a sair às ruas exigindo novas intervenções militares. A tarefa não é simples, pois temos que lidar com elementos de

² Importante destacar que já podemos verificar, ainda timidamente, grupos defendendo a intervenção militar nas Manifestações de 2013, aliás foi convocada uma “Marcha das Famílias com Deus, em defesa da vida, da liberdade e da democracia, contra o comunismo” para o dia 10/07/2013, que deveria ocorrer no MASP (Museu de Arte de São Paulo). O encontro não ocorreu, mas mostra a tentativa de reproduzir as Marchas da Família de 1964, que clamavam pela intervenção militar. Esses grupos se fortaleceram ao longo de 2015 e 2016 nos protestos contra o governo Dilma Rousseff e, sobretudo, após 2018 com a eleição do presidente Jair Messias Bolsonaro. No entanto, sem sombra de dúvidas, os episódios do final de 2022 e início de 2023 são os mais graves ataques ao Estado democrático de direito, desde o atentado do RioCentro (1981).

uma história do tempo presente e com a ausência de um "epílogo", já que continuamos escrevendo e os debates sobre a memória permanecem vivos e acirrados.

De acordo com Dosse (2012, p. 11), o conceito de "tempo presente",

[...] remete em sua acepção extensiva ao que é do passado e nos é ainda contemporâneo, ou ainda, apresenta um sentido para nós do contemporâneo não contemporâneo [...] um meio de revisitação do passado e de suas possíveis certezas, como também as possíveis incertezas.

A falta de um debate profundo sobre esse período, sobre o processo de transição e sobre a Anistia pode, em certa medida, explicar o apoio e a simpatia que a ditadura militar ainda possui nos dias de hoje, bem como explicar por que parte da população se opõe à punição dos torturadores durante esse período da ditadura militar.

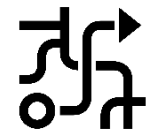
Espera-se que este artigo contribua para o debate sobre a ditadura militar no Brasil e para a compreensão das estratégias discursivas utilizadas na construção de uma narrativa de "conciliação" em relação à Anistia. Além disso, busca-se refletir sobre a importância das políticas de memória no processo de justiça de transição e na construção de uma sociedade mais justa e democrática.

A LEI DA ANISTIA E A ADPF 153

Os precedentes jurídicos da justiça de transição podem ser buscados no Tribunal de Nuremberg (20 de novembro de 1945 a 1º de outubro de 1946), realizado pelas forças aliadas depois da Segunda Guerra Mundial, para julgar os crimes contra a humanidade cometidos por proeminentes membros da liderança política, militar e econômica da Alemanha Nazista. Numa perspectiva mais regional, pode ser relacionada com a transição para a democracia na América Latina. De acordo com Santos (2009, p. 154),

Convencionou-se chamar de justiça de transição a estrutura estabelecida com o objetivo de investigar a maneira pela qual as sociedades marcadas por passados de abusos dos direitos humanos, atrocidades maciças ou diferentes formas de traumas sociais, incluindo genocídio, crimes contra a humanidade e guerras civis, buscam trilhar um caminho de restabelecimento e respeito aos direitos humanos.

A Justiça de Transição é um sistema concebido para analisar, julgar e abordar violações de direitos humanos que ocorreram em contextos de guerras, regimes ditatoriais e autoritários. Seu objetivo não se restringe somente à responsabilização



dos perpetradores, mas também inclui a restauração da dignidade das vítimas, a promoção da reconciliação social e a construção de uma base sólida para uma sociedade democrática e justa. No entanto, um grande desafio desses modelos reside na escolha do caminho a seguir, que envolve a busca por reconciliação sem gerar impunidade, assim como a responsabilização dos violadores de direitos humanos sem comprometer a própria transição.

Essa tentativa de Justiça de Transição no Brasil enfrentou, e ainda enfrenta diversas obstruções e ameaças dos militares e de seus apoiadores, numa batalha política e jurídica que busca isentá-los de responsabilizações sociais.

O término desses regimes não significava, dessa forma, o fim do terror a superação dos traumas. Os medos permaneceram e condicionaram as ações políticas dos governos tradicionais e das primeiras administrações civis pós-ditadura. Cessavam os fatos, mas não suas conseqüências. O medo em relação aos contornos da futura democracia e um possível caos político era tão grande como o medo à ordem ditatorial, já que era necessário enfrentar as responsabilizações penais e sociais em relação aos crimes cometidos durante os regimes ditatoriais (BAUER, 2009, p. 194-195).

Essa situação de incertezas e medos permaneceu inalterada até o final do século XX. No início dos anos 2000, verificam-se mudanças no trato com a história e a memória coletiva da nação que obrigam o governo a rever a sua postura com relação aos crimes de lesa humanidade³ cometidos na vigência dos regimes autoritários.

As discussões suscitadas por esses acontecimentos confrontaram as estratégias de esquecimento que os representantes do Regime Militar tentaram impor aos defensores do imediato restabelecimento democrático da nação. O principal instrumento utilizado pelos militares e seus representantes civis para alcançar esse objetivo foi a promulgação da Lei de Anistia (Lei 6.683/79), que outorgou o “perdão” a todos os crimes políticos cometidos por civis e militares de 1961 até 1979.

É importante destacar, no entanto, que alguns autores não entendem a Lei da Anistia como algo, de fato, estabelecido por uma Justiça de Transição. Essa é, por exemplo, a opinião tornada pública por Remígio quando diz:

³ É um termo do direito internacional para descrever ataques generalizados ou sistemáticos contra qualquer população civil. O primeiro julgamento por crimes contra a humanidade foi o de Nuremberg (1945-1956), que julgou as lideranças políticas e militares da Alemanha Nazista. Diferentemente dos crimes de guerra, crimes contra a humanidade podem ser cometidos também em tempos de paz com a conivência do governo. Pelas Convenções Internacionais os crimes contra a humanidade são imprescritíveis.

[...] a proposta para uma reconciliação não ocorreu pela via da Justiça de Transição, uma vez que a lei de auto-anistia de 1979 foi publicada quando os militares ainda estavam no comando político do Estado. Esse ato normativo pretendeu selar um acordo e jogar ao esquecimento as perversidades praticadas pelos agentes estatais da repressão, em contramão à jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos, que não reconhece a validade de leis de auto-anistia (REMÍGIO, 2009, p. 189).

Nesse sentido, tanto em 1979 quanto nos dias atuais, parte da sociedade civil entende que a Lei da Anistia foi uma forma de apaziguar a nação e encerrar o debate. Uma maneira bem peculiar de escrever a história que leva o narrador a isentar os “erros” dos agentes do passado, a fim de construir os entendimentos do tempo presente. No entanto, devemos considerar que a reconstrução do passado, da história e da memória não está isenta de novas e perigosas armadilhas.

[...] mais importante que a punição – e mesmo que a reparação – continua a ser a palavra de justiça que estabelece publicamente as responsabilidades de cada um dos protagonistas e designa os lugares respectivos do agressor e da vítima numa relação de justa distância (RICOEUR, 2007, p. 481).

Em certa medida, isso pode ser pensado como um reflexo conveniente do próprio processo de abertura e da nossa Lei de Anistia, que colocou em um mesmo patamar os crimes dos agentes públicos e os crimes dos opositores políticos ao regime militar. Esse princípio baseava-se na ideia de que os representantes dos dois lados não eram compostos por “santos” e, portanto, todos deveriam ser tratados com igualdade perante a lei. No entanto, “[...] quando o Estado se transforma em Estado ilegal, a resistência por todos os meios é um direito. Neste sentido, eliminar o direito à violência contra uma situação ilegal gerida pelo Estado significa retirar o fundamento da democracia” (SAFATLE, 2010, p. 246).

Nesse sentido, é interessante observar a “Teoria dos Dois Demônios”, tese com origem na Argentina, nos anos 1970 e 1980, e amplamente difundida na América Latina, que defende a ideia de que a violência dos militares (o primeiro demônio) foi necessária para conter os “terroristas” (segundo demônio). Com isso, busca-se igualar a violência de um lado com a do outro, em uma clara construção histórica que atende aos interesses militares e, também, dos civis que conspiraram em 1964 e posteriormente sustentaram a Ditadura Militar. Assim, buscaram a construção de uma legitimidade para a violência do Estado.



Apesar de contemplar civis e militares, na prática, a Lei da Anistia deu abrigo aos militares e contribuiu para o surgimento de uma cultura de esquecimento em relação a um passado que deixou muitas feridas abertas na sociedade brasileira.

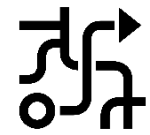
[...] uma anistia negociada com a oposição, que contemplava crimes e transgressões cometidos pelos adversários do regime, mas também os agentes estatais responsáveis pelas práticas de tortura, mortes e desaparecimentos. Desde então, as Forças Armadas do Brasil têm se valido dessa decisão para revidar qualquer iniciativa que vise punir aqueles que praticaram crimes contra a humanidade durante o regime militar (1964-1985). A lei de 1979, segundo os militares e grande parte da sociedade brasileira, teria sentenciado uma única possibilidade de interpretação da história (D'ARAUJO, 2012, p. 574).

Chama a atenção o fato de que uma lei criada com o propósito de acertar as contas com o passado e superar seus traumas tenha gerado tantas dúvidas, controvérsias e questionamentos sobre sua eficácia jurídica, já a partir do momento de sua promulgação. Muitos consideravam que a concessão de anistia, que impediu a responsabilização e a persecução penal dos perpetradores de crimes passados, foi uma escolha mais conveniente do que enfrentar conflitos durante a transição. Essa concessão foi vista como o caminho necessário para avançar na redemocratização, uma espécie de "teoria do mal menor".

No entanto, cabe a nós refletir se essa abordagem do "mal menor" não resultou em um mal de maior proporção, como a ausência de um debate aprofundado sobre os crimes cometidos pelo Estado brasileiro. Isso levou à permanência de uma narrativa que equiparava os dois lados, bem como à ideia de que os militares haviam salvado o país do comunismo.

Foi com o objetivo de tentar superar essas controvérsias e dúvidas em torno da Lei de Anistia que, em 2008, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) apresentou a ADPF (Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental) nº 153 ao Supremo Tribunal Federal (STF), buscando um encaminhamento estritamente constitucional para a Lei de Anistia. Defendia-se que os benefícios garantidos às vítimas da ditadura não se estendessem aos crimes comuns cometidos pelos agentes do Estado. Nos votos⁴ dos Ministros do STF, ficou clara a intenção de deixar o passado para trás,

⁴ A ADPF foi votada em 2010. Votaram contra a ADPF as ministras Cármen Lúcia Antunes Rocha e Ellen Gracie, e os ministros Gilmar Mendes, Marco Aurélio, Celso de Mello, Eros Grau e Cezar Peluso. A favor votaram os ministros Ricardo Lewandowski e Ayres Britto. Cabe destacar que não votaram os ministros Dias Toffoli, pois no momento em que a ação foi



reforçando a tese da necessária conciliação. Nesse momento, perdeu-se uma nova oportunidade de promover a justiça⁵.

Segundo Teles (2010, p. 92-93),

Ao julgar improcedente a demanda da ADPF 153, a corte suprema destacou o momento histórico vivido em 1979, ocultando uma série de fatos e conflitos. O projeto de Lei de Anistia imposto pela ditadura se transformou em consenso entre vencedores e vencidos. A história foi, mais uma vez, reescrita. A corte, ao invés de analisar a Lei de Anistia sob o espírito da Constituição de 1988 ou do Direito Internacional de Direitos Humanos, e estabelecer definitivamente uma ruptura com o passado de ditadura, assumiu uma posição anacrônica [...].

O termo "conciliação" foi equivocadamente usado para justificar a falta de punição aos criminosos, buscando um apaziguamento por meio do "ocultamento da memória".

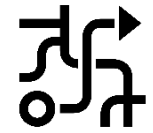
Ao contestar as alegações da OAB, o Ministro Eros Grau, relator do julgamento da ADPF 153, argumentou que a anistia, de fato, derivou-se de um acordo, um entendimento genuíno entre a população civil e o governo militar, e, em sua opinião, nos exatos termos de sua promulgação. Para o Ministro, em relação à controvérsia da "autoanistia", a Lei da Anistia trouxe mais benefícios do que desvantagens para os "subversivos". Em suas palavras:

Há quem se oponha ao fato de a migração da ditadura para a democracia ter sido uma transição conciliada, suave em razão de certos compromissos. Isso porque foram todos absolvidos. Ocorre que os subversivos a obtiveram, a anistia, à custa dessa amplitude. Era ceder e sobreviver ou não ceder e continuar a viver em angústia (em alguns casos, nem mesmo viver). Quando se deseja negar o acordo político que efetivamente existiu resultam fustigados os que se manifestaram politicamente em torno dos subversivos (BRASIL, 2010, p. 37-38).

A manobra argumentativa dizia respeito ao acordo histórico que contribuiu para manipular e ajustar a Lei da Anistia aos interesses do governo militar, que já apresentava sinais de esgotamento no final dos anos 1970. Com o regime à beira do fim, a anistia serviria como uma espécie de salvaguarda contra possíveis futuras ações direcionadas a militares e civis envolvidos em atos brutais durante todo o

ajuizada, estava à frente da Advocacia Geral da União, e Joaquim Barbosa, que estava licenciado por razões de saúde.

⁵ Cabe destacar que em maio de 2014, o PSOL (Partido Socialismo e Liberdade) apresentou no STF nova ADPF (nº 320) sobre o tema, até o presente momento a ação não foi analisada. Em 2022, áudios do Superior Tribunal Militar (STM), que demonstram o conhecimento do Estado Brasileiro acerca das graves violações de direitos humanos, foram aditados à Ação.



período ditatorial. O voto de Eros Grau contra a ADPF-153, portanto, delineou uma linha de raciocínio que a maioria dos membros do tribunal seguiu.

De forma geral, os proponentes da tese de Grau sustentaram que os termos nos quais os acordos para a aprovação da Lei de Anistia foram feitos não deveriam ser alterados, uma vez que resultaram de um pacto conciliatório entre a sociedade civil e o Estado. Isso visava a equiparação dos crimes e, conseqüentemente, o oferecimento de perdão mútuo a todos os envolvidos. Alegavam, ainda, que tal entendimento poderia auxiliar o Brasil a superar muitos dos traumas que afligem a sua história recente. Com essas divergências resolvidas, a sociedade brasileira poderia enfim vislumbrar o futuro sem carregar o peso de um passado mal resolvido.

No entanto, os ativistas e defensores dos direitos humanos que participaram dos debates sobre a criação da Lei de Anistia questionavam a legitimidade de tais perdões. Conforme esses questionamentos, em virtude das circunstâncias políticas da época, o acordo que resultou na Lei de Anistia serviu mais para atender às orientações e aos interesses do governo militar do que para considerar as demandas da sociedade civil.

Nesse cenário, as premissas da Lei da Anistia foram mantidas, resultando na virtual impossibilidade de persecução penal dos violadores de direitos humanos. Restava, pois, políticas reparatórias realizadas pelo Estado que aos poucos foi assumindo sua culpa, mas sem reconhecer a responsabilidade dos indivíduos envolvidos nessas violações.

Cabe destacar, a Constituição Federal de 1988 já previa a reparação para as vítimas da Ditadura Civil-Militar, direcionando-a àqueles que sofreram os atos de violência, não aos responsáveis por cometê-los. Posteriormente, a Lei de Reparação para os Mortos e Desaparecidos, Lei nº 9.140/1995, foi criada para regulamentar essa reparação, estabelecendo critérios e procedimentos para o reconhecimento e a indenização das vítimas e seus familiares, essa lei representa um marco importante no reconhecimento das violações de direitos humanos ocorridas durante a Ditadura e na busca por justiça e reparação.

Em 2002, a Lei nº 10.559/2002, estabeleceu a Comissão de Anistia, responsável por julgar administrativamente os pedidos de reparação. Sua competência exclusiva é analisar os requerimentos de declaração de Anistia Política, seguindo um procedimento administrativo especial.

Essa lei regulamenta o artigo 8º do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Federal de 1988, estabelecendo critérios e procedimentos para a concessão de indenizações a indivíduos que sofreram perseguição política entre 1946 e 1988. Um dos pontos cruciais da Lei 10.559/2002 é a definição dos montantes de indenização. Conforme a lei, a compensação financeira pode ser concedida em um único pagamento equivalente a 30 salários-mínimos por ano de perseguição política, limitada a 100 mil reais. Alternativamente, pode ser provida uma quantia mensal correspondente à remuneração do cargo que o anistiado ocuparia se estivesse em atividade, respeitando o teto da remuneração do servidor público federal.

Essa legislação representa um progresso no reconhecimento das violações dos direitos humanos durante a Ditadura e na busca por justiça e reparação para as vítimas. No entanto, é importante ressaltar que, embora a reparação pecuniária tenha ocorrido, o mesmo não pode ser afirmado sobre a reparação histórica.

Da mesma forma, a Comissão Nacional da Verdade (CNV), criada pela Lei nº 12.528/2011, teve pouco progresso em termos de justiça ou mesmo justiça histórica. Permaneceu a narrativa da necessária reconciliação do Brasil com seu passado, sem a punição dos violadores de direitos humanos.

POLÍTICAS DE MEMÓRIA

Escrever sobre o passado, quase sempre, equivale a escrever sobre o presente. Nesse contexto, embora seja crucial preservar a essência do artigo, não podemos deixar de lado a possibilidade de realizar breves digressões acerca do momento atual. Para Marc Bloch (2001, p. 65)⁶: “A incompreensão do presente nasce fatalmente da ignorância do passado. Mas talvez não seja menos vão esgotar-se em compreender o passado se nada se sabe do presente”.

Na década de 1960, a imprensa desempenhou um papel fundamental ao criar uma narrativa contrária aos programas governamentais do presidente João Goulart. Utilizando termos como "pior crise do país", "governo mais corrupto da história" e "iminência de um golpe comunista", a mídia contribuiu para influenciar amplas

⁶ Na mesma p. 65, a nota 28 indica uma passagem da primeira redação: “O presente e o passado se interpenetram. A tal ponto que seus elos, quanto à prática do ofício de historiador, são de sentido duplo. Se, para quem quer compreender mesmo o presente, a ignorância do passado deve ser funesta, a recíproca – embora não nitidamente alertado – não é menos verdadeira.”

parcelas das camadas médias. Estas, incentivadas por tais "verdades", saíram às ruas exigindo a intervenção militar como forma de resgatar o Brasil da corrupção e do comunismo. Um processo semelhante ocorreu em 2016, quando setores das camadas médias também tomaram as ruas, clamando pelo impeachment da presidente Dilma Rousseff. Narrativas fantasiosas em 1964 e, atualmente, narrativas fantasiosas sobre 1964 têm sido utilizadas para justificar um golpe e uma ditadura militar no passado, bem como para clamar por um golpe militar no presente.

No tempo presente, travamos verdadeiras “batalhas pela memória”, onde grupos chegam a afirmar que nunca houve uma ditadura no Brasil e, neste sentido a responsabilidade do historiador é muito grande, como sublinha Dosse (2012, p. 19),

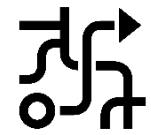
[...] a pesquisa histórica pressupõe o respeito escrupuloso dos cânones da disciplina, de seu pacto de verdade, o que permite colocar um impedimento às teses fantásticas ou criminais, tal como, a dos negacionistas que fingem que as câmaras de gás não existiram.

Portanto, embora seja impossível alcançar uma verdade absoluta e universal, não devemos permitir que o relativismo e a liberdade de expressão sobreponham-se aos resultados de pesquisas e às lembranças daqueles que vivenciaram o período. Manifestações glorificando a tortura ou torturadores não podem ser toleradas, certos eventos não podem e não devem ser tratados de forma relativa.

É essencial estarmos atentos às políticas que moldam a memória e o esquecimento, as quais são implementadas pelo Estado e ganham apoio e validação por meio dos veículos de comunicação.

A falta de políticas eficientes de memória contribui para a construção e reforço da narrativa de que o golpe de 1964 foi necessário para conter a corrupção e, acima de tudo, o avanço do comunismo. Isso, por sua vez, dá sustentação a argumentos que defendem a possibilidade de novas intervenções militares sempre que essas ameaças forem percebidas. Especialmente após a derrota do candidato Jair Messias Bolsonaro nas eleições presidenciais de 2022, tais discursos ganharam força, culminando no triste episódio de 8 de janeiro de 2023 ocorrido em Brasília.

Certamente, as recentes manifestações que revelam um claro desrespeito pela democracia e promovem discursos que enaltecem a ditadura, juntamente com a violência que a acompanhou, suscitam uma preocupante reflexão sobre as políticas



de memória e a legislação de transição. Tais eventos evidenciaram a existência de lacunas significativas nessas duas áreas.

As políticas de memória desempenham um papel crucial na construção de uma narrativa coletiva do passado. Quando se falha em apresentar um quadro preciso e equilibrado dos eventos históricos, corre-se o risco de permitir que narrativas distorcidas ou revisionistas ganhem espaço. A ausência de um esforço consistente para documentar e lembrar os horrores da ditadura pode contribuir para a idealização desse período e para a minimização dos seus efeitos prejudiciais à sociedade e aos direitos humanos.

Para concluir esta discussão e como exemplificação, compartilho um depoimento de cunho pessoal: No ano de 2014, durante as comemorações em torno do marco de 50 anos a partir de 1964, participei de inúmeras entrevistas concedidas a diversas fontes midiáticas. De maneira geral, durante todas essas interações, invariavelmente me deparava com a indagação acerca dos "aspectos positivos da ditadura". Naquele momento, tal abordagem parecia uma tentativa de relativizar o termo e atenuar a violência intrínseca a esse período. Era como se um ou outro elemento positivo pudesse, de alguma forma, equilibrar a discussão. Além disso, enfoques lastreados no senso comum, como a alegação de ausência de corrupção, o impulso no crescimento econômico e o reforço na segurança, eram recorrentes.

Novamente, em 2014, buscava-se a equivalência entre as ações de ambos os lados, discursos de conciliação e mais uma tentativa de reconciliação por meio da reescrita da história.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A "conciliação" entre as partes, na realidade, nunca ocorreu; o que vimos sempre foi uma tentativa de esquecimento que não se efetivou e continua gerando tensão nos debates sobre o tema. Mesmo com a Comissão Nacional da Verdade (CNV), criada pela Lei nº 12.528/2011, tentou-se evitar ou constranger as "verdades".

O general Eduardo Dias da Costa Villas Bôas, Comandante do Exército Brasileiro entre 2015 e 2019, revelou em entrevista concedida ao pesquisador Celso Castro (2021) que os militares se uniram em bloco contra essa política de memória, que classificou como "revanchismo" da esquerda brasileira.

Nesse mesmo sentido, o trabalho de Rosenfield (2020) traz uma entrevista com o ex-presidente Michel Temer, no qual ele aponta um forte desgaste da ex-presidente Dilma Rousseff - e do Partido dos Trabalhadores - com os militares devido à Comissão Nacional da Verdade, ao receio de que Dilma tentasse alterar a Lei de Anistia e outros temas presentes no Programa Nacional de Direitos Humanos.

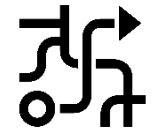
Cabe ressaltar que o artigo 1º da referida lei atribuiu à Comissão a função de "[...] examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos [...] a fim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a **reconciliação nacional**" (BRASIL, 2011, *on-line*, grifos nossos). Isso não significava uma revisão da Lei de Anistia (6.683/1979) ou punição aos violadores de direitos humanos, muito pelo contrário, o artigo 4º, § 4º, reafirmava que "[...] As atividades da Comissão Nacional da Verdade não terão caráter jurisdicional ou persecutório." (BRASIL, 2011, *on-line*).

Até os dias atuais, os impactos da Lei da Anistia continuam sendo sentidos, seja pela necessidade de condenar os atos bárbaros praticados durante o período da ditadura, ou pela reparação desses mesmos atos. Conforme apontado por Santos, no contexto brasileiro,

[...] até mesmo ações cíveis de conteúdo declaratório, movidas por familiares de vítimas, ou de conteúdo condenatório, visando o ressarcimento ao erário, movidas pelo Ministério Público Federal, estão sendo inviabilizadas pela aplicação da lei 6.683/79, em que pese o instituto da anistia não extinguir as obrigações civis dos fatos criminosos. Não só os direitos das vítimas, mas também o da coletividade, à promoção dos valores da justiça de transição são afetados pela anistia que protege os indivíduos da responsabilidade civil e/ou administrativa e impede o acesso ao pedido por danos, direta ou regressivamente, ou apenas declaratórios (das torturas) apurados em um procedimento cível (SANTOS, 2009, p. 166).

Assim, a lei 6.683/79 acabou por estabelecer uma espécie de censura sobre os episódios ocorridos ao longo da Ditadura Militar no Brasil, dificultando acesso a documentos, impedindo o julgamento e condenação de torturadores, contribuindo para consagrar entre certos setores, a ideia de que foi um "mal necessário", de que os militares foram heróis que salvaram a pátria da "ameaça comunista". Nesse jogo político de transferência de responsabilidades, os três poderes acabaram por participar desse pacto de esquecimento.

[...] os juízes escudaram-se de avaliar ou mesmo ponderar como esta sentença legitimava a ditadura militar à medida que reconhecia os golpistas de 64 como sujeitos legítimos, entre outras questionáveis ponderações. Uma delas, bem curiosa enquanto pressuposto do Estado de Direito e independência dos poderes,



afirmou que não cabia ao judiciário reescrever o acordo político que permitiu a redemocratização, e sim ao parlamento (o que não confere a mesma postura à instituição como poder autônomo, contrapondo aos demais poderes em julgamentos de outras situações políticas), valorizando, em última instância, a persistência do pacto conciliatório brasileiro originário da colonização (CUNHA, 2010, p. 40).

Nota-se, desse modo, que uma parcela da sociedade ainda endossa as ações do Estado Militar como sendo necessárias para conter os comunistas, o caos, a desordem e a crise econômica, chegando a equiparar agressores e vítimas. Alguns sustentam que essas ações do passado ostentavam a nobre missão de garantir um futuro resplandecente para os cidadãos brasileiros. As contendas de 1964, dessa maneira, persistem em ser travadas até hoje, agora sob a forma de embates pela preservação da memória, pelo ato de recordar e pelo gesto de esquecer, pelo modo como recordar ou o que relegar ao esquecimento.

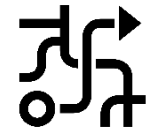
Não é uma tarefa fácil, mas sem um acerto de contas com o passado, sem uma justiça de reparação, ao menos historicamente, sem a condenação da apologia à ditadura e aos torturadores, não avançaremos no processo de superação do trauma. Segundo Le Goff (1990, p. 477), "A memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma a que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens".

Parece-nos que, no Brasil, essa memória não conseguiu desempenhar de forma eficaz seu papel de aliviar os traumas do passado. Essa reconstrução distorcida de uma memória conveniente para determinados grupos contribuiu para a intensificação das tensões e o reforço da narrativa de que a intervenção contra o comunismo em 1964 era justificada. Resta indagar se essa narrativa persistirá como justificativa para novos golpes e se permaneceremos perpetuamente aprisionados pelos antigos espectros, mesmo que com novas roupagens.

REFERÊNCIAS

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O Governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)*. 8. ed. revista e ampliada. São Paulo: Ed. Unesp, 2010.

BAUER, Caroline Silveira. *Brasil e Argentina: Ditaduras, Desaparecimentos e Políticas de Memória*. Porto Alegre: Medianiz, 2014.



BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, Arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

CASTRO, Celso Corrêa Pinto de (org.) *General Villas Bôas: conversa com o comandante*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2021.

CUNHA, Paulo Ribeiro da. "Militares e anistia no Brasil: um dueto desarmônico". In: TELES, Edson ; SAFATLE, Vladimir (orgs). *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2010, pp. 15-40.

D'ARAUJO, Maria Celina. O estável poder de veto Forças Armadas sobre o tema da anistia política no Brasil. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 28, n. 48, pp. 573-597: jul./dez. 2012.

DOSSE, François. História do Tempo Presente e Historiografia. In: *Tempo e Argumento*. Florianópolis, v. 4, n. 1, pp. 5 – 22, jan./jun. 2012.

DREIFUSS, René Armand. *1964: A Conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.

GALLO, Carlos Artur. O Brasil entre a memória, o esquecimento e a (in)justiça: uma análise do julgamento da ADPF nº 153 pelo Supremo Tribunal Federal. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 24. Brasília, pp. 81-114, set./dez. 2017.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990.

REMÍGIO, Rodrigo Ferraz de Castro. "Democracia e Anistia Política: rompendo com a cultura do silêncio, possibilitando uma Justiça de Transição". *Revista Anistia Política e Justiça de Transição / Ministério da Justiça*, Brasília, n. 1, pp. 178-202, jan./jun. 2009.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 2007.

ROSENFELD, Dênis. *A Escolha: como um presidente conseguiu superar grave crise e apresentar uma agenda para o Brasil*. São Paulo: Editora Noeses, 2020.

SAFATLE, Vladimir. Do uso da violência contra o Estado ilegal. In: TELES, Edson ; SAFATLE, Vladimir (orgs). *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2010, pp. 237-252.

SANTOS, Roberto Lima; BREGA F. Vladimir. Os reflexos da "Judicialização" da repressão política no Brasil no seu engajamento com os postulados da Justiça de Transição. *Revista Anistia Política e Justiça de Transição / Ministério da Justiça*, Brasília, n. 1, jan./jun. 2009.

TELES, Janaína de Almeida. As disputas pela interpretação da Lei de Anistia de 1979. *Revista Ideias*, Campinas, n. 1, nova série, 1º semestre de 2010, pp. 71-93.

**FONTES**

BRASIL. Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979. Concede anistia e dá outras providências. *Presidência da República*, 1979. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6683.htm>. Acesso em: 08 jul. 2023.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado 1988.

BRASIL. Lei nº 9.140, de 04 de dezembro de 1995. Reconhece como mortas pessoas desaparecidas em razão de participação, ou acusação de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, e dá outras providências. *Presidência da República*, 1995. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9140.htm>. Acesso em: 08 jul. 2023.

BRASIL. Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002. *Presidência da República*, 2002. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10559.htm>. Acesso em: 08 jul 2023.

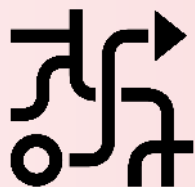
BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental n. 153. Relator: Ministro Eros Grau. *Supremo Tribunal Federal*, 2010. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=612960>>. Acesso em: 08 jul. 2023.

BRASIL. Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011. Cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República. *Presidência da República*, 2011. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2011/lei/l12528.htm>. Acesso em: 08 jul 2023.

INSTITUTO VLADIMIR HERZOG (IVH). Disponível em: <<https://vladimirherzog.org/>>. Acesso em: 08 jul. 2023.

Recebido em 27/08/2023

Aprovado em 23/10/2023



GONÇALVES, Bruno Geraldo Guimarães*

<https://orcid.org/0000-0001-6093-5762>

NOGUEIRA, Vera Lúcia**

<https://orcid.org/0000-0002-4589-6010>

RESUMO: Este artigo pretende elucidar sobre o Movimento Estudantil secundarista do Colégio Estadual Central de Belo Horizonte entre os anos de 1964 e 1977. O recorte temporal se justifica na medida em que representa o período que demarca o cerceamento e a reorganização do movimento na instituição de ensino durante a Ditadura Civil-Militar a partir da criação da Comissão Pró-Grêmio. O Movimento Estudantil foi um dos importantes canais de oposição ao regime autoritário que se instituiu no país com o golpe civil-militar de 1964. Em consequência a essa posição, medidas autoritárias foram tomadas em demasia contra aqueles que se opunham ao governo, cenário que se reproduziu no interior do Colégio Estadual, o que levou os secundaristas a se posicionarem contra todo o autoritarismo e a perseguição que lhes eram impostos pela direção e por agentes da repressão. Em relação ao aporte teórico, o estudo se constituiu perante o diálogo entre a História Cultural e a História Política, algo que vem ganhando destaque em estudos no campo da História da Educação. Para a construção desta pesquisa, recorreremos à documentação escolar (MORAES, 2005) referente ao recorte, a relatos orais de egressos que atuaram no Movimento Estudantil de oposição do Estadual Central dentro da perspectiva da História Oral, bem como à análise de conteúdo textos publicados no jornal *Caminhando contra o vento*, um impresso estudantil produzido no Central na década de 1970.

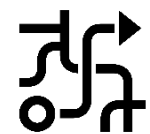
PALAVRAS-CHAVE: Comissão Pró-grêmio; Impresso *Caminhando contra o vento*; Estadual Central de Belo Horizonte.

ABSTRACT: This article aims to shed light on the Secondary Student Movement at the Colégio Estadual Central de Belo Horizonte between the years 1964 and 1977. The time frame is justified as it represents the period that demarcates the restriction and reorganization of the movement at the educational institution during the Civil-Military Dictatorship following the creation of the Pro-Grêmio Commission. The Student Movement was one of the important channels of opposition to the authoritarian regime that was established in the country with the civil-military coup of 1964. As a result of this position, excessive authoritarian measures were taken against those who opposed the government, a scenario that reproduced inside the State College, which led high school students to take a stand against all authoritarianism and persecution imposed on them by management and agents of repression. In relation to the theoretical contribution, the study was constituted by the dialogue between Cultural History and Political History, something that has been gaining prominence in studies in the field of History of Education. To construct this research, we used school documentation (MORAES, 2005) referring to the excerpt, oral reports from graduates who worked in the opposition Student Movement of the Central State within the perspective of Oral History, as well as content analysis of texts published in newspaper *Caminhando contra o vento*, a student publication produced at Central in the 1970s.

KEYWORDS: Pro-Grêmio Committee; Print *Caminhando contra o vento*; Central State of Belo Horizonte.

* Mestre em Educação e Formação Humana pela Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) e professor da rede pública estadual de ensino de Minas Gerais. E-mail: bruno.goncalves@educacao.mg.gov.br.

** Professora do Programa de Pós-graduação em Educação e Formação Humana da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), doutora em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). E-mail: vera.nogueira@uemg.edu.br



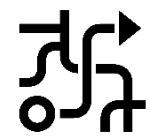
INTRODUÇÃO

“Caminhando contra o vento/ Sem lenço, sem documento/ No sol de quase dezembro/ Eu vou...”. Em 1967, no III Festival da Canção da Rede Record, Caetano Veloso apresentava pela primeira vez a canção “*Alegria, alegria*”, que já nos primeiros versos traz consigo uma mensagem de liberdade em um momento em que o país vivenciava o período político de maior intensidade repressiva, a Ditadura Civil-Militar.

A Ditadura Civil-Militar (1964-1985) estabeleceu no país uma nova ordem política na qual as liberdades individuais foram eliminadas em prol de um projeto de governo cujo objetivo era neutralizar as forças oposicionistas. Assim, desde o primeiro momento, o governo militar estabeleceu ações em prol dessa nova dinamização, ou seja, partidos políticos, movimentos sociais, forças progressistas, artistas, intelectuais, entre outros viram suas liberdades eliminadas sob a égide de um Estado de Exceção.

Mesmo com todo aparato de repressão imposta, houve aqueles sujeitos que não se curvaram e continuaram a lutar pelo restabelecimento da ordem democrática, colocando-se em oposição ao regime político vigente. Nesse cenário, destacamos os estudantes e seu movimento estudantil de oposição, já que não se organizavam de maneira homogênea. Em suma, havia diversos movimentos estudantis, inclusive aqueles que se posicionavam a favor das bandeiras do governo militar, chamados de “estudantes democráticos” (BRAGHINI, CAMESKI, 2015). No entanto, neste artigo, o movimento estudantil que abordamos é o de oposição, denominados de “estudantes subversivos” por Braghini e Comesk (2015) e, em específico, destacamos a atuação dos secundaristas do Colégio Estadual Central de Belo Horizonte.

Quando se fala em estudos sobre a atuação política dos estudantes no período da Ditadura Civil-Militar, há um foco direcionado para aquele movimento que ocorreu no meio universitário, sendo guiados por entidades como a União Nacional dos Estudantes (UNE). Todavia, é preciso alargar essa compreensão e pensar na oposição estudantil no contexto das instituições de ensino secundário, já que, os estudantes compuseram um dos grupos mais ativos de oposição ao Regime Militar desde que o golpe foi consolidado. Para isso, focalizamos o movimento instituído no Colégio Estadual Central de Belo Horizonte, o qual era tratado como um espaço de politização juvenil. O Estadual Central sempre foi visto como palco de um movimento estudantil ativo, graças a uma perspectiva de liberdade cultivada no colégio, que ficou conhecido na capital mineira como a “escola sem muros” (TEIXEIRA, 2019).



Essa liberdade, no entanto, foi retirada a partir do momento que os militares alçaram o poder e iniciaram a sua trajetória de imposições políticas que levou ao cerceamento do movimento estudantil. Desse modo, neste artigo, buscamos demonstrar o desenvolvimento do movimento estudantil secundarista de oposição no Estadual Central de Belo Horizonte entre os anos de 1964 e 1977. Tal recorte se justifica pelo fato de demarcar dois momentos fundamentais para o entendimento da atuação política desses estudantes no interior do colégio. O primeiro momento simboliza a retirada da legalidade do movimento estudantil em 1964 a partir de ações intervencionistas do governo sobre as entidades representativas dos estudantes em todo país. O segundo demonstra um movimento de reorganização política através da criação da Comissão Pró-Grêmio e a publicação das primeiras edições do impresso *“Caminhando contra o vento”* no ano de 1977.

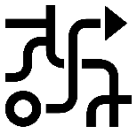
Este artigo é dividido em três momentos, além desta introdução. No primeiro momento, abordamos o Movimento Estudantil na Ditadura Militar e o Colégio Estadual Central de Belo Horizonte. No segundo, tratamos sobre o Movimento Estudantil no Estadual Central. Por fim, apresentamos nossas considerações finais.

O MOVIMENTO ESTUDANTIL NA DITADURA MILITAR E O COLÉGIO ESTADUAL CENTRAL DE BELO HORIZONTE.

Com a efetivação do golpe civil-militar de 1964, militares alcançaram o poder após a deposição do então presidente João Goulart, dando início a vinte um anos de uma ditadura de cerceou direitos, silenciou artistas e meios de comunicação e que perseguiu, torturou e assassinou opositores.

Contudo, mesmo diante desse cenário repressivo sob a tutela dos militares e com apoio de camadas da sociedade civil, não houve um recuo definitivo da oposição. Os opositores buscaram se manter em uma posição de resistência a todo aparato autoritário presente na realidade política brasileira, por meio da organização e da luta pelo restabelecimento da ordem democrática. Em suma, esses sujeitos se posicionavam contrários a toda a situação de exceção que era imposta pelo Regime Militar; é o caso dos estudantes e de seu movimento estudantil.

O Movimento Estudantil foi um dos primeiros alvos do Regime Militar, no que tange a lógica de cerceamento político. Podemos observar isso com base nas intervenções realizadas pelo Estado nas entidades estudantis e, principalmente, do



estabelecimento da Lei n.º 4464 de 9 de novembro de 1964, a chamada “Lei Suplicy Lacerda”, que estabeleceu um controle direto do governo sobre as representações estudantis das instituições de ensino (VALLE, 2008).

Assim, tomou-se essa situação como fundamento para conduzir uma nova dinamização do movimento, ou seja, posicionar-se enquanto oposição era fundamental. Quando se fala em um movimento estudantil secundarista de oposição, no contexto da cidade de Belo Horizonte, logo se pensa naquele organizado pelos secundaristas do Colégio Estadual Central, local de grande agitação política estudantil. Ainda, durante a Ditadura Civil-Militar, o colégio se tornou referência não somente pela sua qualidade de ensino, mas também por possuir um número significativo de jovens que se posicionaram contrários ao regime repressor que tomava o país.

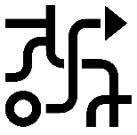
O Colégio Estadual Central foi inaugurado em Belo Horizonte em 1943, para ser símbolo de uma nova capital que ainda buscava se estabelecer como centro urbano de grande relevância no cenário nacional. Isto fica claro nas palavras de Gouvêa e Lisboa (2016, p. 265) ao dizerem que “[...] o Colégio Estadual foi um dos ousados projetos do jovem arquiteto Oscar Niemeyer para a cidade de Belo Horizonte, juntamente com o Complexo Arquitetônico da Pampulha [...]”, ou seja, a imponência do Estadual Central já começava por sua magnitude e simbologia arquitetônica voltada à ideia de um espaço moderno.

A inauguração do colégio trouxe um ar de modernidade à capital de Minas Gerais, Belo Horizonte, uma cidade planejada no final do século XIX, simbolizando um novo momento para a história da cidade. Essa aspiração fica evidente na própria estrutura física do colégio que alude a elementos que compõem o dia a dia da estrutura escolar, isto é, a obra simboliza a escola em seus detalhes.

Figura 1 – Auditório do Colégio Estadual Central “Escola Estadual Governador Milton Campos” denominado de “Mata-borrão”



Fonte: Extraído do Jornal “O Estado de Minas”



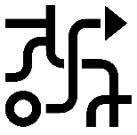
A concepção física da escola é detalhada por Teixeira da seguinte forma:

O Colégio Estadual é formado por um conjunto de três edifícios: um abrigando as salas de aulas e administração; o outro, o auditório; e o terceiro, a caixa d'água e o mastro. O auditório tem a forma de duas curvas simétricas-convexa na abertura e côncava no piso, apoiando-se a obra no ponto em que a curva côncava tangencia o solo, um verdadeiro mata-borrão. (TEIXEIRA, 2019, p. 157).

Outra ideia contida na obra do Colégio era a de integrar a instituição de ensino à cidade, ou seja, fazer daquele espaço um local de socialização e liberdade. Essa ideia parte da própria concepção de Oscar Niemeyer, que pensa as suas obras não como espaço individualizado, mas sim coletivo. Dessa forma, a marca do Estadual foi não ter muros que, segundo Teixeira (2019, p. 160), representa “[...] a integração da escola com a cidade e o trânsito dos alunos”.

Mas a escola sem muros não aludia apenas à ideia de um local de livre circulação e de integração com a cidade, também se colocava como um modelo de construção pedagógica, onde a liberdade era fundamento essencial para o desenvolvimento de práticas educativas e garantia de um plano de ensino-aprendizagem. Os alunos tinham liberdade, pois não se viam presos entre muros, tampouco na obrigação de estarem ali. Eles viviam uma liberdade no que diz respeito às suas obrigações escolares, o que passou a ser denominada na instituição de “liberdade responsabilizada” que, para Teixeira (2019, p. 177), significava “[...] o princípio pedagógico básico adotado no [...] principal estabelecimento de ensino secundário [...] de Belo Horizonte”. Teixeira (2019, p. 181) explica que, mediado por esse princípio, o “[...] aluno seria levado a valorizar o estudo e a refletir por si próprio, daí constantes apelos ao trabalho pessoal, livre e voluntário”. Desse modo, o “[...] velho sistema da recompensa material, punição corporal, foi sendo trocado pelas estratégias da responsabilização direta”.

A posição da escola em garantir a liberdade do ensino aos alunos ficou denominada “autogoverno”. Isso era algo inovador que remetia à própria posição da escola diante da sociedade belo-horizontina. A escola não se posicionava enquanto um espaço fechado e não tinha um modelo de ensino moldado na rigidez e na arbitrariedade de uma posição educativa, oferecendo ao aluno uma liberdade regulada, onde o aluno é livre, mas pode sofrer consequências, caso não saiba fazer uso correto dessa liberdade.



Em resumo, o “autogoverno” se baseia na autonomia vivida pelos alunos, no que envolve o desenvolvimento de seu processo ensino-aprendizagem. Teixeira complementa que:

O regime da autonomia ou do self-government [...] libertava o aluno da tutela pessoal do adulto e também da tradicional correia disciplinar, porque a colocava sob a tutela de sua própria consciência moral [...]. O autocontrole era visto como qualidade essencial que deve possuir cidadãos de um regime democrático. (TEIXEIRA, 2019, p. 182).

A proposta de estabelecer um regime de ensino garantidor de uma liberdade ao aluno foi fundamental para a formação e consolidação de um Movimento Estudantil atuante, não apenas no interior do Colégio, mas, em toda cidade de Belo Horizonte, fato de detalharemos a seguir neste artigo.

O MOVIMENTO ESTUDANTIL SECUNDARISTA NO ESTADUAL CENTRAL

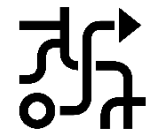
Foi nesse ambiente, pautado por um padrão de liberdade, que se formou um dos movimentos estudantis secundaristas mais relevantes da cidade de Belo Horizonte. Sob as aspirações de liberdade, parte dos estudantes do Estadual Central se posicionavam em relação às demandas políticas e educacionais que se faziam pertinentes na sociedade, tornando a escola um dos palcos de maior intensidade política estudantil.

Segundo Gouvêa e Lisboa:

Os alunos tinham no colégio intenso espaço de formação e atuação política, que ultrapassava o cotidiano escolar. Estavam em contato com diversas outras entidades, como o Diretório Estudantil do Colégio Municipal de Belo Horizonte e a União Municipal dos Estudantes Secundaristas de Belo Horizonte (UMES) (LISBOA, 2016, p. 277).

A proximidade dos alunos do Estadual Central com as demais entidades estudantis fomentava ainda mais a politização desses alunos. Esse aspecto acabou colocando a instituição em rota de vigilância por parte das autoridades policiais, principalmente com a consolidação do aparelho de repressão constituído pela Ditadura Civil-Militar.

Até a deposição de João Goulart, o movimento estudantil do Estadual Central se inseriu em um contexto de mobilização que já se encontrava em desenvolvimento na cidade, havendo uma interligação com jovens de outras instituições de ensino,



tanto secundárias quanto universitárias. Nessa realidade, o movimento estudantil do Central se constitui, como retrata Teixeira, na seguinte passagem:

[...] diretório estudantil; a JEC (Juventude Estudantil Católica); os cineclubes; ou mesmo a filiação a algum partido político. Em termos de política estudantil, as entidades representativas dos alunos secundaristas eram atuantes e organizadas na cidade e não apenas entre os alunos do Colégio Estadual [...]. (TEIXEIRA 2019, P. 214).

Era um movimento estudantil que trazia consigo toda uma amplitude ideológica e identitária. Os jovens que viviam esse momento no Estadual Central simbolizavam a essência da luta e da organização estudantil na cidade, mas veio o Golpe Civil-Militar de 1964 e, a partir disso, todo esse panorama se modificou. Aquele movimento que se organizava e se posicionava iria sofrer com as ações repressivas instantâneas impostas pelo governo, afinal o autoritarismo iria recair sobre os jovens secundaristas. Além disso, iriam perceber que era momento de mudar a postura e intensificar a luta contra todo espaço autoritário.

Uma das primeiras ações repressivas voltadas contra o movimento estudantil no Estadual Central pós-golpe de 1964 foi a tomada de poder do chamado Diretório dos Estudantes (DE), no qual os secundaristas da instituição se organizavam enquanto movimento. Esse diretório, segundo Moraes (2014, p. 17), “[...] ocuparia, gradualmente, o proscênio da instituição foco de intensa politização [...]”. A intervenção realizada sobre o diretório, nas palavras de Moraes, ocorreu da seguinte forma:

Mais rápido, porém, do que se imaginava, os ecos do golpe perpetrado pelos militares se fizeram soar no Colégio Estadual. Ambivalente e complacente, o novo reitor, escolhido pela congregação, lavou as mãos quando, em nome da Junta Interventora das Entidades Representativas dos Estudantes de Grau Médio do Estado de Minas Gerais, efetivou a tomada do poder do DE (MORAES, 2014, p. 47).

Assim, como no âmbito nacional, a representação estudantil do Estadual Central logo se tornou vítima do aparelho repressivo. O que ocorreu com o Diretório dos Estudantes do colégio era apenas a sequência de ações que já tinham atacado a UNE e a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), as principais entidades estudantis do país, demonstrando que os estudantes eram realmente vistos como uma ameaça iminente para a ordem política.



Com o ataque sofrido junto do DE, os estudantes do Central tiveram que se reorganizar e buscar novos caminhos para realizarem uma oposição a todas as arbitrariedades impostas pelo governo. Desse modo, sem uma representação estudantil legalizada, os estudantes decidiram idealizar atos contrários a toda a situação política que vivenciavam. Em vista disso, o movimento estudantil se aproximou de organizações políticas diversas que, segundo Teixeira (2019, p. 210), “passam a atuar de forma clandestina dentro da própria escola”.

Para Moraes:

[...] grupos políticos do colégio montaram seu xadrez ideológico. Dentro do espectro reinava hegemônica a Ação Popular (AP), formada em 1962, a partir de uma ruptura da Juventude Universitária Católica (JUC) com a hierarquia eclesiástica. Dividida a arena com outras duas facções de esquerda, o proscrito Partido Comunista Brasileiro, o Partidão, e a Organização Marxista Revolucionária – Política Operária (Polop), permeadas por sutis diferenças na atuação prática de cada uma. (MORAES, 2014, p. 51).

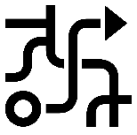
Era uma pluralidade ideológica e, nesse cenário, os estudantes foram se readaptando a situações políticas que lhes eram colocadas, bem como construindo um movimento oposicionista dentro da instituição de ensino. No pós-golpe, lideranças estudantis do Estadual Central, como Apolo Heringer Lisboa, Ageu Heringer, Fernando Pimentel, Dilma Vana Rousseff, Borges Martins, Pedro Moreira Machado, Caio Júlio Resende, Carla Junho Anastasia, entre outros (MORAES, 2014), aparecem para deixar seu nome marcado na história política estudantil da instituição.

Dessa forma, seguindo as movimentações idealizadas pela UNE e, posteriormente, pela UBES, os jovens do Central começaram a participar de todas as ações idealizadas na cidade. Quando ocorreu a prisão de estudantes durante o 28.º Congresso da UNE na cidade, em 1966, o movimento estudantil da instituição não se posicionou de maneira isenta e logo buscou meios de protestar contra o ocorrido.

De acordo com Moraes:

[...] decidiu-se, então, numa reação temerária e sem maior ingerência da cúpula do DE, por uma passeata silenciosa na manhã do dia seguinte em frente ao Departamento de Vigilância Social, pouco antes desse se transformar no Departamento de Ordem Política e Social, o temido DOPS, reivindicando a libertação imediata dos presos. (MORAES, 2014, p. 59).

A ação dos estudantes do Central demonstrou a sintonia que o movimento da instituição possuía com as entidades nacionais e estaduais. Além disso, confirmou a



postura política de parte dos secundaristas do colégio em relação a ações que referiam à posição dos estudantes junto à sociedade, mesmo que não surtiram os efeitos esperados, a exemplo desse ato contrário à prisão dos estudantes presentes no Congresso da UNE. O que se sabe é que forças policiais agiram e colocaram fim ao ato de forma violenta, como descrito por Moraes no livro “Colégio Estadual”:

Claro que o desfecho não poderia ser diferente. Terminou em confronto e espancamento dos alunos pelas forças policiais, que só não atingiu maiores proporções em função do canal a céu aberto existente naquele tempo na Avenida Afonso Pena, diante do órgão, que funcionou como barreira de proteção (MORAES, 2014, p. 57).

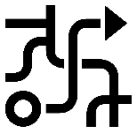
Nos dias subsequentes ao ocorrido em Belo Horizonte, o movimento estudantil buscou – de forma clandestina – organizar o evento até então reprimido pela polícia e por forças governamentais. Esse ocorreu no fim de julho nos salões do porão da Igreja de São Francisco das Chagas, no bairro do Carlos Prates, mesmo cercado por forças policiais.

Seguindo o padrão de reorganização institucional que já remetia primeiramente à UNE e logo depois à UBES, o movimento estudantil do Estadual Central também buscou reocupar o controle do Diretório Estudantil, mesmo que este órgão não fosse visto mais sob a perspectiva da legalidade. Nesse contexto de grande agitação estudantil, a proposta foi idealizar um evento, na própria escola, com o objetivo de eleger uma nova diretoria para o DE. Na disputa, foram colocadas duas chapas ligadas a movimentos e partidos políticos de esquerda.

As chapas foram compostas da seguinte forma:

De um lado, a União, apoiada pela Polop, e o Partidão, tendo Ageu Heringer Lisboa e Amílcar Vianna Martins na condição de mentores e Marco Antônio Meyer como AP, tendo Antônio Luiz Bernardes, o Padre, no manejo dos cordéis e José Sebastião Fernandes, o Tião, na cabeça de chapa, que contava ainda com Carla Anastasia (MORAES, 2014, p. 59-60).

As eleições demonstravam definitivamente que o movimento estudantil do Colégio traria consigo concepções ideológicas de esquerda. O processo culminou com a vitória da chapa União, que assumiria o comando das ações estudantis na escola até o fechamento definitivo da Ditadura Civil-Militar com o Ato Institucional Número 5 e com o Decreto-lei 477, ou seja, a União foi o último agrupamento político a comandar a oposição estudantil do Central, mesmo na clandestinidade.



Assim que empossada, a nova diretoria do DE já assumia uma postura de reivindicações internas, as quais foram detalhadas ainda durante o período de campanha das chapas. No âmbito da própria dinâmica institucional do colégio, nas palavras de Moraes:

[a] nova diretoria do DE começou a colocar suas mangas de fora [...], pregando a reabertura do conselho de representantes de turma, o reaparelhamento dos laboratórios, a melhoria da biblioteca, o aperfeiçoamento dos serviços prestados pelo diretório (barbearia, cooperativa, gabinete dentário e engraxataria) e uma lufada cultural através do seu departamento, cargo a ser ocupado por Amilcar. (MORAES, 2014, p. 60).

Além dessas reivindicações estudantis, essa gestão do DE do Estadual também iria ter um importante papel no que diz respeito a manifestações contra a morte do secundarista Edson Luís, na cidade do Rio de Janeiro.

As manifestações dos estudantes contra a morte do colega Edson Luís em Belo Horizonte iniciaram com a organização de uma passeata que acabou sendo reprimida por agentes da polícia e do DOPS. No Estadual Central, os secundaristas que compunham o movimento estudantil da instituição decidiram fazer uma “[...] ocupação na noite que seria comemorado o quarto aniversário da ‘revolução’. Esse ato se estenderia noite afora e o dia seguinte, quando o quarteirão seguiu cercado por forças e agentes policiais dispostos a acabar com o motim” (MORAES, 2014).

O posicionamento dos estudantes do Estadual Central neste ato pode ser observado nas figuras 1 e 2, retiradas da sindicância aberta pela escola para investigar os alunos envolvidos no protesto.

Figura 2 – Pichação feita pelos estudantes do Estadual Central envolvidos no protesto contra a morte de Edson Luís

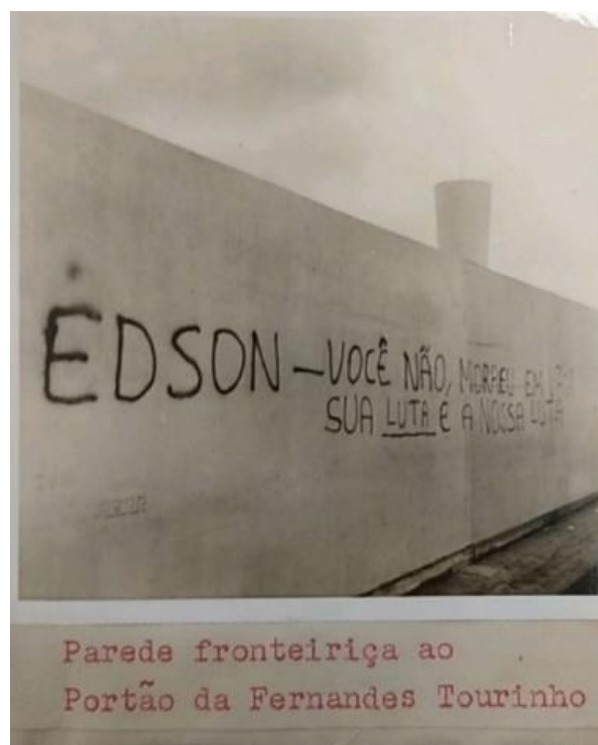


Fonte: Acervo Documental do Estadual Central – Pasta de Sindicância (1968).

Figura 3 – Pichação feita pelos estudantes do Estadual Central envolvidos no protesto contra a morte de Edson Luís

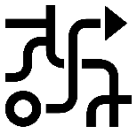


Figura 4 – Pichação feita pelos secundaristas do Estadual Central em memória a Edson Luís, morto no restaurante do Calabouço por forças policiais na cidade do Rio de Janeiro



Fonte: Acervo Documental do Estadual Central – Pasta de Sindicância (1968).

Essa ação estudantil acabou se tornando alvo de uma investigação interna no colégio, como mencionado anteriormente. Em maio de 1968, foi instaurada uma sindicância, que segundo documentação encontrada no acervo documental do Estadual Central, objetivava estabelecer uma investigação sobre



[...] os acontecimentos que passaram no Colégio, no dia 03/04/1968, quando o estabelecimento foi ocupado por elementos de diversas procedências, entre os quais alunos nossos. Esta Reitoria julga necessária a apuração não só da extensão dos fatos ocorridos, como também as responsabilidades dos alunos do colégio [...]. (ACERVO COLÉGIO ESTADUAL GOVERNADOR MILTON CAMPOS, 1968).

No relatório final dessa sindicância, foi explanado que o ato ocorreu devido a “emoção, intenção de solidariedade, impulsos da adolescência, reflexo da inquietação estudantil nacional daqueles dias”¹. Apesar de terem visualizado os atos enquanto um movimento originado dentro da esfera da emoção causada pela morte de Edson Luís, ficou determinado como infratores e participantes do ato os seguintes alunos: “Amílcar Viana Martins Filho, Marco Aurélio Barbosa de Miranda, Geraldo Paulo Magalhães Filho, Joel Jorge Filho e Paulo Roberto Viana Espeschi”. (ACERVO COLÉGIO ESTADUAL GOVERNADOR MILTON CAMPOS, 1968).

Os citados como envolvidos no ato acabaram recebendo pena mínima, como cita trecho a seguir:

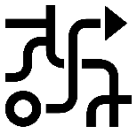
Entretanto, por serem primários os infratores, pois nada está registrado na sua vida escolar em seu desabono, sugere à Comissão que lhe aplique a pena mínima da advertência, a ser feita por esta Reitoria [...]. Sugerimos, data vênua, que Vossa Excelência mande registrar em arquivo próprio, existente na secretaria do Colégio, o fato de terem eles sido advertidos, e ainda, que deste acontecimento se dê ciência a seus pais ou responsáveis legais (ACERVO COLÉGIO ESTADUAL GOVERNADOR MILTON CAMPOS, 1968).

Apesar de a punição ter sido mínima por parte da Reitoria do Estadual Central em relação ao ato em memória a morte de Edson Luís, demonstra que os estudantes da instituição que participavam do movimento estudantil estavam em congruência com demais movimentos estudantis de oposição ao Regime Militar. O Movimento Estudantil do Estadual estava inserido em um contexto maior, fazendo parte de uma mobilização que ganhava as ruas do país naquele momento. As consequências por compor esse espaço chegariam por meio de ações que paralisaram por um tempo as atividades do movimento no colégio, começando pelo chamado Centro Cívico.

Os Centros Cívicos foram introduzidos nas instituições de ensino durante a implementação da disciplina Educação Moral e Cívica². Esses espaços passam a ser

¹ ACERVO COLÉGIO ESTADUAL GOVERNADOR MILTON CAMPOS, 1968.

² Disciplina introduzida no currículo escolar brasileiro a partir do Decreto-lei n.º 869 de 12 de setembro de 1969.



estimulados no contexto escolar a partir da regulamentação do Decreto-lei n.º 68.065 de 14 de janeiro de 1971, que, no artigo 32, estabelece que:

[...] nos estabelecimentos de qualquer nível de ensino, públicos e particulares, será estimulada a criação do Centro Cívico, o qual funcionará sob a assistência de um orientador, elemento docente designado pelo Diretor do estabelecimento, e com a diretoria eleita pelos alunos, destinado à centralização, no âmbito escolar, e à irradiação, na comunidade local, das atividades de Educação Moral e Cívica, e à cooperação na formação ou aperfeiçoamento do caráter do educando (BRASIL, 1971).

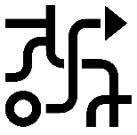
Essa estrutura do Centro Cívico nas instituições de ensino é afirmada por Filgueiras (2006) que, em sua dissertação, esclarece que “[...] ao centro cívico é atribuída maior importância e todos estabelecimentos de ensino deveriam criar o seu. O diretor do estabelecimento designaria um professor para ser o orientador do centro cívico. A diretoria seria eleita pelos alunos” (FILGUEIRAS, 2006, p. 84).

Sobre as funções que deveriam ser exercidas pelo centro cívico nas escolas, Filgueiras ainda nos traz a seguinte ideia:

[...] o centro cívico deveria ser utilizado para treino, por meio das eleições de seus membros – aprender a montar uma chapa, elaborar um programa, votar. Reproduzindo parte da constituição de 1967, eram esclarecidos os principais direitos do cidadão brasileiro. (FILGUEIRAS, 2006, p. 140).

Essas questões envolvendo o centro cívico denotam que o governo militar, no intuito de neutralizar as ações do movimento estudantil de oposição nas instituições de ensino, propôs moldar uma juventude que atendesse aos seus anseios, tendo a missão de fundamentar ao aluno brasileiro uma ideia de cidadania que remetia aos desejos da Ditadura, bem como fazer com que as representações estudantis “oficiais” tivessem um rígido controle por parte das direções escolares.

No Estadual Central, por intermédio da criação do centro cívico, o movimento estudantil, que já se encontrava em um momento de enfraquecimento, entrou em um processo de desaparecimento. O mesmo aconteceu no contexto amplo, formando um hiato nos movimentos. Somente o centro cívico se destinou a ser uma representação dos estudantes no colégio, mas, devido ao controle imposto pela direção, distanciava-se dos reais interesses dos alunos. Nas palavras do ex-aluno Elian Guimarães, em depoimento para esta pesquisa: “o centro cívico substituíva o grêmio e os alunos que



o compunham eram muito ligados à direção, só estavam ali para organizar festas cívicas”³.

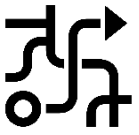
A partir da criação do centro cívico na instituição e das imposições políticas legais decretadas pelo governo militar no intuito de neutralizar as ações do movimento estudantil, ficou difícil atuar de forma veemente em oposição ao regime. Esse fato colocou o ME do Estadual Central em uma posição totalmente adversa por um período, retornando a movimentar apenas no ano de 1977, quando é criada a Comissão Pró-grêmio em contraposição ao centro cívico e em busca por uma representatividade estudantil autônoma.

A reorganização do ME do Estadual Central tem como ponto chave a realização do III Encontro Nacional dos Estudantes na Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). O evento propunha aprofundar as ações que levariam à efetividade da UNE enquanto uma representatividade legítima dos estudantes brasileiros. Nesse sentido, debates anteriores seriam colocados em pauta, incluindo o estabelecimento da criação de uma Comissão Pró-UNE, que seria responsável por definir todo processo de reconstrução da entidade. A criação dessa entidade, dentro da diversidade de ideias que havia no movimento estudantil, recebia o apoio de vários grupos políticos estudantis, em especial daqueles que englobavam a Organização Revolucionária Marxista Política Operária – POLOP – membros do “[...] DCE da PUC-Rio, que desejavam primeiramente fazer parte da Comissão Pró-UNE que deveria ser criada” (MULLER, 2016, p. 152).

Contudo, a movimentação realizada pelos estudantes e suas manifestações anteriores chamaram a atenção do governo militar, que passou a observar as ações estudantis de uma forma mais severa. Quando tiveram ciência de que os estudantes oposicionistas estavam prestes a realizar um evento de grande proporção, logo os militares agiram e buscaram estabelecer a proibição da realização do evento na capital mineira.

A proibição do evento na UFMG partiu do Ministro da Educação, Ney Braga, que, conforme Santana:

³ Depoimento colhido a partir de uma entrevista narrativa durante a pesquisa de mestrado em Educação e Formação Humana seguindo os procedimentos da metodologia da História Oral, pesquisa devido à condição sanitária da pandemia da COVID-19 foi realizada através do *Google Meet* no mês de novembro de 2021.



[...] divulgou nota proibindo a realização do III ENE. O governador mineiro, Aureliano Chaves, mandou bloquear o acesso a todas as escolas da Faculdade de Medicina, que sediaria o encontro. O reitor da UFMG, Eduardo Osório Cisalpino, além de proibir o evento e ameaçar punir os estudantes de acordo com o estatuto da universidade caso utilizassem o diretório como local para o ENE, decretou recesso escolar e administrativo. (SANTANA, 2019, p. 205).

O governo mineiro, o Ministério da Educação e a administração da UFMG se uniram na intenção de impedir a realização do III ENE. Seja como for, esses estudantes não iriam conseguir levar adiante o evento como planejavam. Embora conseguissem acessar as dependências da Faculdade de Medicina, esses iriam vivenciar um dos aparatos mais repressivos montados nesse estágio da Ditadura. Forças policiais tomaram as ruas da região hospitalar de Belo Horizonte e agiram de forma violenta com uma única finalidade: manter a ordem e impedir que os estudantes voltassem a ter uma entidade livre.

Ao final dessa operação repressiva, estabeleceu-se “[...] 850 prisões, incluindo 348 estudantes em vigília na Faculdade de Medicina e três jornalistas” (SANTANA, 2019, p. 205). O evento que marcaria um passo definitivo para consolidação da refundação da UNE foi neutralizado pela marca primordial do regime militar: a violência exacerbada. Esse foi um momento em que o ME sofria não uma derrota definitiva, mas um abalo que não iria parar o movimento, pois, posteriormente a esse episódio, os estudantes se fortaleceram e perceberam que mais do que nunca a luta deveria continuar.

Muller (2016, p. 153) descreve que, após a repressão imposta aos estudantes no III ENE em Belo Horizonte, foram realizados em várias cidades “[...] protestos contra a ação policial empreendida em Belo Horizonte e, em assembleias, houve propostas de redefinição do local do Encontro, que seria, mais uma vez, em São Paulo, em 21 de setembro”.

Ainda sobre o III ENE, é preciso destacar a participação dos secundaristas do Estadual Central. Quando o evento foi conclamado a acontecer na cidade de Belo Horizonte, os estudantes do Central que possuíam uma posição política oposicionista ao Regime Militar se mobilizaram juntamente com outros secundaristas da cidade, tendo a União Municipal dos Estudantes Secundaristas (UMES) como mentora da mobilização no intuito de levá-los a participarem do evento e, dessa forma, criar um espaço para o estabelecimento de um processo de reorganização do próprio movimento estudantil secundarista. Essa posição dos secundaristas pode ser



visualizada no relato de Jair Fonseca, ex-aluno do Estadual Central: “[...] nós, secundaristas, participamos para em paralelo buscar a reconstrução da UBES, buscando realizar grandes reuniões preparatórias de estudantes, inclusive no colégio Estadual Central”.

Apoiados pela UMES, os secundaristas do Estadual Central foram participar do III ENE, mas a atuação deles ficou restrita, como relata Geraldo Brescia, ex-aluno que atuou no ME do Central:

Quando a gente chegou na Faculdade de Medicina já estava tudo cercado. Não conseguimos entrar, senão tínhamos sido presos. Só tivemos a chance de correr da polícia no momento que baixavam o pau e prenderam todo mundo que estava lá dentro.

Com a repressão policial imposta, muitos secundaristas se dispersaram. Foi um dos aparatos policiais mais amplos que a cidade Belo Horizonte vivenciou, como retrata Elian Guimarães: “[...] a polícia cercou completamente, foi o maior aparato policial que eu já vi. A cidade parou. As pessoas não tinham acesso ao Pronto Socorro, a polícia não deixava passar ninguém”. Assim, os que se mantiveram naquele ambiente tiveram que atuar como intermediadores com quem estava dentro da Faculdade de Medicina.

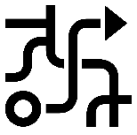
Nesse sentido, os estudantes do Estadual Central compuseram um grupo que:

[...] fazia a comunicação com quem estava lá dentro e com quem se encontrava do lado de fora, levávamos comida e passamos a tentar negociar o desfecho, nos reunimos na igreja do Carmo⁴ que tinha um padre bem progressista, o acesso a igreja era restrito, tínhamos uma senha “quem sabia rezar”, entrávamos a ali discutíamos a solução para aquele momento (ELIAN GUIMARÃES ex-aluno do Estadual Central).

A repressão estava posta, o evento totalmente cercado, assim como parte considerável da região central de Belo Horizonte. Nesse instante, o Estadual Central também passou a ser visto como local de mobilização estudantil, e forças policiais foram enviadas para as redondezas da instituição, já que estudantes se encontravam em reunião no colégio.

A chegada das forças policiais ao Estadual Central é evidenciada por Ananias, ex-aluno da instituição: “o colégio Estadual foi cercado pela polícia para evitar que

⁴ Igreja localizada na R. Grão Mogol, 502 - Carmo, região centro-sul de Belo Horizonte.



saíssemos à rua; e lá ficamos até o meio da tarde quando fomos liberados”. Ou seja, havia um temor de que, após os episódios referentes à repressão aos presentes na Faculdade de Medicina, os demais estudantes se mobilizassem para tomar às ruas de Belo Horizonte em atos de protesto contra as prisões que estavam sendo executadas no contexto do III ENE. O Estadual Central passava a ser visto como local estratégico pelos policiais, pois ali estava concentrado um grupo de secundaristas considerados possíveis mentores desses atos.

Entretanto, os episódios relacionados ao III ENE serviram de inspiração para os estudantes do Estadual Central seguirem em busca da reorganização de um movimento estudantil livre no interior do colégio, uma vez que se

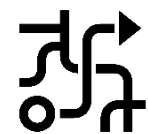
[...] visualizou a necessidade de terem esta iniciativa, devido a toda repressão que foi vivenciada na Faculdade de Medicina da UFMG, deixando claro o lado que estávamos, não era do lado da repressão, estávamos buscando uma discussão mais ampla e democrática (ELIAN GUIMARÃES, ex-aluno do Estadual Central).

Ao encontro do movimento a nível nacional, os secundaristas do Estadual Central que presenciaram as ações ocorridas no III ENE se instigaram e decidiram criar uma Comissão Pró-Grêmio, com o principal objetivo de “lutar pela representação livre dos estudantes, para criação de grêmios livres como ocorria antes da ditadura” (JAIR FONSECA, ex-aluno do Estadual Central).

Na época, no interior do colégio, não havia uma representação livre que direcionasse as demandas dos estudantes. Como já relatado, havia o Centro Cívico, totalmente controlado pela direção da escola, fato que, durante o fomento da Comissão Pró-Grêmio, contribuiu para o estabelecimento de um embate direto entre ambas as representatividades.

É nessa circunstância que esses jovens do Estadual Central decidem criar o jornal “Caminhando contra o vento”. Nas primeiras edições, detalham qual seria o objetivo da Comissão Pró-Grêmio no que tange a reorganização do movimento estudantil livre dentro do colégio. Observemos:

Um dos objetivos da Comissão é organizar os estudantes para que a partir desta organização possamos chegar até o nosso objetivo maior que é a formação de um grêmio livre, eleito pelos estudantes em uma campanha sem censuras; este seria um grêmio realmente representativo dos estudantes, que lutaria pelos estudantes; que não poderia ter em hipótese alguma o controle da diretoria [...] (CAMINHANDO CONTRA O VENTO, 1977, p. 2).



Ter uma representatividade livre era visto pelos membros da Comissão Pró-Grêmio como o primeiro passo para existir realmente no Estadual Central um movimento estudantil que atuasse em prol dos alunos, que não fosse submisso às pressões e ao controle oriundos da direção. Para isso, era preciso conquistar um espaço que remetesse diretamente à liberdade e à democracia.

Ademais, esse espaço era necessário para que pudessem realmente se posicionar em relação às questões internas do colégio, bem como para trazer pontos referentes à participação política dos estudantes no contexto geral. Resumidamente, seria um organismo que atuaria com propósitos específicos, como é discriminado numa das edições do jornal “Caminhando contra o vento” do ano de 1977:

Os objetivos da comissão são basicamente a denúncia das péssimas condições de ensino (falta de laboratório, material didático, altas mensalidades e etc.). Denúncia da falta de professores decorrente dos baixos salários que os mesmos recebiam, ajudar colegas na elevação de seu nível de consciência e, claro, conquistar, na luta, um grêmio livremente organizado e eleito pelos alunos. (CAMINHANDO CONTRA O VENTO, 1977, p. 4).

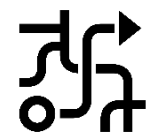
A Comissão Pró-Grêmio a partir desse instante passou atuar de acordo com seus propósitos, apesar de ainda conviver com o espaço de repressão e retaliações impostas pela direção escolar. A partir desse momento, o jornal “*Caminhando contra o vento*” ganha magnitude, tornando-se a voz desses estudantes que lutavam por liberdade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste artigo, estabelecemos como tema o Movimento Estudantil secundarista durante a Ditadura Civil-Militar. Assim, abordamos o Movimento Estudantil na Ditadura Militar e o Colégio Estadual Central de Belo Horizonte. Em seguida, o Movimento Estudantil Secundarista no Estadual Central.

Quando o golpe civil-militar foi efetivado em 1º de abril de 1964, o Estado brasileiro viu a sua jovem democracia ser destituída, sendo colocado em seu lugar um governo que estabeleceu como um de seus objetivos centrais a eliminação das liberdades individuais dos cidadãos, o que ficou evidente com o passar dos anos que seguimos sob a chancela da Ditadura Civil-Militar.

Contudo, sujeitos não desistiram de lutar pela liberdade e, claro, pela redemocratização do país. Assim, ao longo de 21 anos, diversas oposições foram



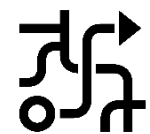
sendo moldadas, as quais, apesar de sofrerem com a repressão, mantiveram-se ativas perante os seus ideais. No decorrer desta pesquisa, destacamos o Movimento Estudantil Secundarista.

O Movimento Estudantil deve ser considerado um dos principais agrupamentos de oposição ao Regime Militar, mesmo não representando a totalidade dos estudantes. Aqueles que se colocaram neste lugar tiveram um papel fundamental na luta contra a repressão e os retrocessos políticos que eram impostos à sociedade pelo governo militar. Quando se fala na atuação dos estudantes nesse espaço político, tende-se a remeter de maneira mais condizente aos discentes universitários, mas uma movimentação política de grande valia pode ser observada em instituições de ensino secundário, como no Colégio Estadual Central de Belo Horizonte.

No Colégio Estadual Central de Belo Horizonte ou Estadual Central, é possível perceber a consolidação de um Movimento Estudantil de oposição que foi de suma importância para entender o período militar na capital mineira. Esses jovens secundaristas, desde que o golpe foi concretizado, não deixaram de lado bandeiras fundamentais para o próprio espaço escolar, em específico a liberdade. O colégio era conhecido como “Escola Sem Muros”, algo que criou um sentido de liberdade responsabilizada por parte desses estudantes. Portanto, ao se depararem com a retirada de seus direitos e de verem suas liberdades cerceadas, colocaram-se em posição oposicionista ao Regime Militar.

Desse momento em diante, o Movimento Estudantil do Estadual Central sofreu reveses. Entretanto, os alunos não se deixaram abater e se posicionaram em momentos singulares do período, em especial no ano de 1968, quando houve um aporte da repressão sobre os ambientes escolares. Tal fato levou a uma série de intervenções e até mesmo à morte de estudantes, a exemplo do jovem secundarista Edson Luís, vítima da repressão policial na cidade do Rio de Janeiro. A cessação da vida do estudante mobilizou um protesto no Estadual.

Ao passo que 1968 significou o momento de maior efervescência dos estudantes do Central, esse ano também marcou o cerceamento total em torno do Movimento Estudantil por meio do Ato Institucional n. 5 e, posteriormente, com o Decreto 477 de 1969. Daí em diante, os estudantes viram seu movimento ser totalmente extirpado.



Somente na segunda metade da década de 1970, o Movimento Estudantil voltou a se reorganizar. Isso em um ambiente político marcado pela postura discursiva da abertura política “lenta, segura e gradual”, que se estabeleceu com o governo do General Ernesto Geisel. Assim, em 1977, após as ações repressivas das forças policiais em Belo Horizonte durante a realização do III ENE, os estudantes do Central buscaram reorganizar o seu movimento e lutar por uma entidade estudantil livre. Essa luta ganhou maior notoriedade com a criação da Comissão Pró-grêmio e do impresso “Caminhando contra o vento”.

A partir da Comissão e do impresso, os secundaristas opositores do Estadual Central passaram a pautar bandeiras em torno do princípio da liberdade e em contraposição ao Centro Cívico, considerado como a única entidade legal dos estudantes no interior do Colégio, estabelecendo um novo momento de atuação do Movimento Estudantil não somente no Estadual Central, mas na cidade de Belo Horizonte.

O artigo assim, trouxe a temática da resistência política ao Regime Militar para o contexto do Estadual Central, apresentando o impresso estudantil “Caminhando contra vento”, organizado por estudantes secundaristas com o objetivo de transforma-lo em um espaço para divulgação de questões políticas internas e externas que objetivava na reorganização de uma representatividade livre no Colégio.

Contudo, o presente estudo não encerra a perspectiva de análise sobre o desenvolvimento do Movimento Estudantil no Estadual Central, deve ser entendido como apenas como um primeiro passo para construção de um conhecimento histórico sobre um dos grupos de oposição ao Regime Militar de maior relevância, não apenas na capital mineira, mas em todo cenário nacional.

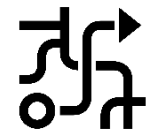
REFERÊNCIAS

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 1977.

BRAGHINI, K. Z; CAMESKI, A. S. Estudantes democráticos: a atuação do movimento estudantil de direita nos anos 1960. In: *Educ. Soc.* Campinas, 2015.

BRASIL. *Decreto-Lei nº 68.065, de 14 de janeiro de 1971*. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-68065-14-janeiro-1971-4099_91-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em: 18 abr. 2023.

CAMINHANDO CONTRA O VENTO, Belo Horizonte, 1977.



FILGUEIRAS, J. M. *A educação moral e cívica e a sua produção didática: 1969-1993*. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2006.

GUIMARÃES, E. Elian Guimarães [nov. 2021]. Entrevistador: Bruno Geraldo Guimarães Gonçalves. Belo Horizonte, 2021. Entrevista concedida para o desenvolvimento da pesquisa de mestrado em Educação e Formação Humana vinculada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais.

GOUVÊA, M. C. S; LISBOA, A. H. Colégio Estadual: autogoverno e produção social da excelência no ensino secundário (Belo Horizonte, 1956-1964). In: *Educação em Revista*, Belo Horizonte, 2016.

MORAES, C. S. V. et.al. *Arquivos escolares e pesquisa histórica: fontes para o estudo da educação brasileira*. 2005. Disponível em: https://www.fe.unicamp.br/pffe/publicacao/2295/46-dossie-moraescsv_etal.pdf. Acesso em: 20 de abril de 2023.

MORAES, R. *Colégio Estadual*. Belo Horizonte: Conceito, 2014.

MULLER, A. *O movimento estudantil na resistência à Ditadura Militar (1969- 1979)*. Rio de Janeiro: Garamond, 2016.

PASTA DE SINDICÂNCIA (1968). Acervo Colégio Estadual Governador Milton Campos, 1968.

RIDENTI, M. As oposições à ditadura: resistência e integração. In: REIS et al. (org.). *A Ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe 1964*. Rio de Janeiro: 2014, p. 30-47.

SANTANA, F. A. *Atuação política do movimento estudantil no Brasil: 1964-1985*. Curitiba: Brazil Publishing, 2019.

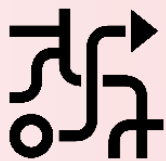
TEIXEIRA, A. H. L. *Uma escola sem muros: Colégio Estadual Central de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2019.

THOMPSON, P. *A voz do passado: história oral*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1998.

VALLE, M. R. *1968: O diálogo é a violência: movimento estudantil e Ditadura Militar no Brasil*. Campinas: Ed. Unicamp, 2008.

Recebido em 20/06/2023

Aprovado em 07/11/2023



SOUZA, Camila Ferreira de*

<https://orcid.org/0009-0009-8696-724X>

RESUMO: Durante a Ditadura Militar, políticos de uma cidade no interior do Estado da Bahia se mobilizaram em busca de recursos do Governo Federal, o que resultou em mudanças significativas na dinâmica política econômica de Feira de Santana. Este estudo enfoca as trajetórias dos políticos, seus partidos e os grupos sociais que representava, a fim de analisar os interesses e projetos de diferentes frações de classe.

PALAVRAS-CHAVE: Planejamento; Desenvolvimento; Estado.

RESUMEN: Durante la Dictadura Militar, políticos de una ciudad en el interior del Estado de Bahía se movilizaron en busca de recursos del Gobierno Federal, lo que resultó en cambios significativos en la dinámica política y económica de Feira de Santana. Este estudio se enfoca en las trayectorias de los políticos, sus partidos y los grupos sociales que representaban, con la finalidad de analizar los interés y proyectos de diferentes fracciones de clase.

PALABRAS CLAVE: Planeación; Desarrollo; Estado.

* Mestra em História pela Universidade Estadual de Feira de Santana. Doutoranda em História Contemporânea pela Universidad Autónoma de Madrid. Pesquisadora do Laboratório de História e Memória da Esquerda e das Lutas Sociais (LABELU/UEFS). E-mail: camila.ferreira@estudiante.uam.es



INTRODUÇÃO

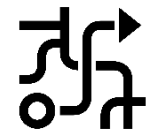
Com a criação da Comissão Económica para América Latina e o Caribe (CEPAL), em 1948, intensificaram-se as iniciativas de desenvolvimento integrado como medida para solucionar o “atraso” da industrialização nos países localizados no Cone Sul. Foram preparados projetos e órgãos estatais para dialogar com a CEPAL, a fim de dinamizar a economia por meio da industrialização. No Brasil, na década de 1950, no governo de Juscelino Kubitschek, por meio da Operação Nordeste (OPENO) e a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), foram mobilizadas uma série de investimentos para a interiorização do planejamento de forma integrada na região Nordeste do país.

Os anos de 1964 a 1967 são marcados por novas articulações políticas e econômicas. Os partidos passam a se movimentar e a criar alianças para alcançar ou garantir a manutenção de poder. O planejamento como estratégia governamental segue e, com ascensão militar no país, os laços entre Estado e Planejamento são estreitados. Neste texto enfatizamos as articulações partidárias, alianças e trajetória dos políticos e aos projetos político-econômicos que vigoraram no período.

Este texto faz parte de uma investigação sobre o Plano de Desenvolvimento Integrado de Feira de Santana (PDLI) no Estado da Bahia, Brasil, localizada a 110km da capital, Salvador. Feira de Santana se torna visível na América Latina por ser a primeira experiência de elaboração de um plano de desenvolvimento local e integrado na década de 1960. Por esse motivo analisamos o fim do governo municipal democraticamente eleito de Francisco Pinto¹, membro do Partido Social Democrático, e o início do governo de Joselito Amorim, representante da União Democrática Nacional. As principais fontes utilizadas neste texto foram: atas, projetos de leis, leis federais, periódicos e, principalmente, jornais. As análises dos jornais que circulavam no período nos possibilitaram uma compreensão sobre o cotidiano e das disputas políticas.

Por meio da reflexão sobre o jornalismo político, o jornal pode ser utilizado como mecanismo de criação da vontade coletiva e pode ser o instrumento de difusão de ideais de um partido. Os historiadores(a) Ramaiana (2000), Oliveira (2008),

¹ [Biografia do\(a\) Deputado\(a\) Federal FRANCISCO PINTO - Portal da Câmara dos Deputados \(camara.leg.br\)](#). Acessado em 22 de janeiro de 2019./ [Pinto vem Aí \(cinemaescrito.com\)](#). Acesso em 19 dez. 2022.



Pacheco (2009), Corrêa (2011) e Muniz (2011)², ao utilizarem os jornais que circulavam na cidade como fonte, apontaram a viabilidade e caminhos de análise para esse tipo de documento. Os autores citados apontaram ligações diretas dos jornais aos partidos políticos do período. Corrêa (2011) destacou em sua pesquisa sobre o governo de João Durval, em Feira de Santana, que a *Folha do Norte* apoiou “através de seus articulistas as candidaturas e /ou os governos udenistas e arenista de João Marinho Falcão (1955-1959), Arnold Silva (1959-1962), Joselito Amorim (1964-1967), João Durval (1967 -1971) [...]” (CORRÊA, 2011. p.25). Na *Folha da Feira* e no *Jornal da Feira* percebemos uma posição a favor da Arena, enquanto a *Gazeta do Povo*, que circulou até 1964, servia como principal porta-voz do PSD. Desse modo, neste texto os jornais *Gazeta do Povo* e *Folha do Norte* são compreendidos como expressões de cada partido, o primeiro do PSD e o segundo da UDN.

Este texto se concentra na análise dos conflitos para a elaboração de um plano de desenvolvimento local e integrado. Ao explorar as dinâmicas políticas e econômicas desse período, pretendemos lançar luz sobre os fatores que moldaram não apenas o passado, mas também o presente político. Além disso, ao utilizar os jornais da época como principal fonte, nos possibilita entender o papel desses periódicos e as implicações políticas partidárias.

Organizamos este artigo em três tópicos e considerações finais. No primeiro tópico, por meio dos jornais que circulavam em Feira de Santana, foi possível analisar os partidos e suas posturas políticas, também, como esses atuavam na cidade. O segundo e o terceiro tópicos são dedicados as articulações políticas locais e as tentativas de inserção nos investimentos para a elaboração de planos de desenvolvimento.

OLIVEIRA, Clóvis Frederico Ramaiana. *De Empório a Princesa do Sertão: Utopias Civilizadoras em Feira de Santana (1893-1937)*. (Dissertação de Mestrado). Salvador: UFBA, 2000. / CARVALHO, Ana Maria Carvalho dos Santos. *Feira de Santana em tempos de modernidade: Olhares, imagens e práticas do cotidiano (1950 -1960)*. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Pernambuco, 2008. / PACHECO, Larissa Penelu Bitencourt. *Trabalho e costume de Feirantes de Alimentos: Pequenos Comerciantes e regulamentações do Mercado em Feira de Santana. (1960/1990)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Feira de Santana 2009. / CORRÊA, Diego Carvalho. *O futuro do passado: uma cidade para o progresso e, o progresso para cidade em João Durval Carneiro (1967 – 1971)*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual em Feira de Santana, 2011. / MUNIZ, Manuela da Silva. *Em busca da experiência paternalismo lutas e autonomia dos trabalhadores feirenses (1977 -1991)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Feira de Santana, 2011.

1964: INSTAURADO O GOLPE

Nos jornais as farpas eram expostas. Não tivemos acesso ao *Gazeta do Povo* de 1964, mas à *Folha do Norte* que, por meio das suas respostas, apresentam os conflitos entre os mesmos e os partidos que cada um representava. As críticas elaboradas ao *Gazeta do Povo* estavam diretamente relacionadas à atuação da prefeitura, a fim de desgastar ambos.

Apesar de lerem todas as semanas as nossas colunas os gazeteiros da Rua do Meio ainda não aprenderam que o nosso nome se escreve com H e não com E, patenteando, assim, o que é do conhecimento de toda Feira de Santana: a sua ignorância. Sem argumentos concretos para defenderem o governo municipal, os pseudos jornalistas lançaram, na última edição do seu pasquim, as manifestações de ira, ódio e perversidade contra a pessoa desta articulista, que, jamais em seus escritos, criticou ou combateu os responsáveis pela “Gazeta”.

[...] que culpa temos nós do PSD feirense nunca ter governado com acerto? Que culpa temos nós do PSD sempre ter trazido a intranquilidade à família feirense? Que culpa temos nós do PSD ter sido derrotado duas vezes consecutivas? Que culpa temos nós do PSD guardar eternas frustrações?

[...] Combatemos a administração ponto por ponto e aceitaremos a réplica se esta vier argumentando em defesa do governo, porque do contrário não perdemos tempo em discutir com ignorantes anônimos e corruptos. Se combatemos a fome que se alastra em nossa terra é porque prometeram exterminá-la. Se combatemos a falta d’água, é porque assumiram o compromisso de solucionar o problema do abastecimento d’água. Se falamos a favor dos mendigos, solicitando solução para questão da mendicância, é porque garantiram combatê-la. Se lembramos a redução dos impostos, é porque assim encontramos no Programa do Candidato, bem como a “encampação do CEEB”.³

A coluna *Panorama*, escrita por Hélder Alencar⁴, fazia parte da primeira página da *Folha do Norte* dessa edição. Ao construir a crítica, Alencar exaltava a falta de experiência de gestão do PSD feirense pelo não cumprimento das propostas, e assim também, responsabilizava os membros da gazeta pelo fim do jornal (do pasquim, termo utilizado no momento). Como sustentação do argumento, o autor ressalta a trajetória da UDN como exemplo de gestão que cumpria seus projetos na cidade.

A História de nossa terra é a prova real de que os governos pessedistas nunca acertaram. Foram sempre governos *ingratos* para o povo que os elegeu. Pautaram-se dentro de uma linha errada, inoperante e inerte, não respeitando as

³ ALENCAR, Hélder. Panorama: Ataque de Covardes. In: *Folha do Norte*, 18 de janeiro de 1964.

⁴ Além de colunista da *Folha do Norte*, foi chefe de gabinete do governo João Durval na gestão municipal de 1967/1971 e participou de diversas diretorias Feira Tênis Clube. Ver: [Professor presta homenagem a Hélder Alencar pela dedicação à Uefs - Acorda Cidade | Dilton Coutinho](#). Acesso em: 08 jun. 2020.

leis, não considerando a ordem, o respeito e o decoro. Se os combatemos é porque os governos dirigidos por homens da UDN, ao contrário, estiveram ao lado do povo e trabalharam pelo progresso de Feira.⁵

Com o fim da *Gazeta do Povo*, a *Folha do Norte* se fortaleceu. Esse foi o principal porta-voz da UDN antes e durante a ditadura militar, além de trazer também informações específicas do funcionamento da Câmara Municipal e a publicar atas, projetos de leis aprovados pela mesma e pela Prefeitura. É importante ressaltar que é o jornal mais antigo da cidade ainda em circulação.⁶ A *Folha do Norte* será uma das principais fontes nas páginas seguintes para pensar o governo de Joselito Amorim.

O acirramento entre UDN e o PSD local extrapolou as brigas entre os jornais. Feira de Santana foi uma das cidades baianas que apresentaram resistência à ditadura militar. Ferreira (2004), no artigo *O Golpe de Estado de 1964 na Bahia*, destaca Feira de Santana e Vitória da Conquista que, juntamente com o Movimento Estudantil soteropolitano, declararam-se e se organizaram contra o golpe. Conforme Ferreira (2004), estudantes de Salvador, em ato de solidariedade, organizaram-se para fazer força junto com Francisco Pinto, que planejou uma aliança entre a Guarda Municipal e o Tiro de Guerra na tentativa de impedir o golpe na cidade.

Corrêa (2011), que também pesquisou o período, destaca que apesar de o golpe ter ocorrido no dia 31 de março de 1964, em Feira de Santana, devido ao recesso da Câmara Municipal, permitiu a Francisco Pinto tempo para organização da resistência que foi narrada por Ferreira.

Segundo Vasconcelos (2005), que analisa os discursos de Francisco Pinto e ao tratar sobre a resistência do prefeito ao Golpe, destaca que o mesmo contou com apoio de membros do Partido Comunista Brasileiro (PCB), Partido Comunista do Brasil (PC do B) e do PSD de Salvador e da cidade. Para esses partidos, Feira de Santana, por sua posição como entreposto comercial e rodoviário, apresentou condições geográficas favoráveis e o apoio do executivo local possibilitaria o êxito da resistência na Bahia.

⁵ALENCAR, Hélder. Panorama: Ataque de Covardes. In: *Folha do Norte*, 18 de janeiro de 1964.

⁶ "O primeiro número do Jornal Folha do Norte surgiu em 17 de setembro de 1909, fundado por Tito Ruy Bacelar, Arnold Ferreira da Silva como secretário aos 15 anos, Dálvaro Ferreira da Silva, e teve como redator, até 1910, João Carneiro Vital e passou a contar com diversos colaboradores, começando a circular semanalmente, e como outros jornais, foi criado para servir de escudo político." Ver: [Sobre – FOLHA DO NORTE \(folhadonortejournal.com.br\)](http://folhadonortejournal.com.br). Acesso em: 08 jun. 2020.



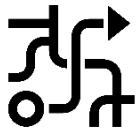
Alguns políticos, à frente daquele movimento, como Haroldo Lima, Péricles de Souza, Raimundo Mendes e Sérgio Gaudenzi, todos membros do Partido Comunista Brasileiro (PCB), seguiram da capital baiana para Feira no intuito de se articularem com os políticos locais, e principalmente com o prefeito Chico Pinto, para daí planejarem as estratégias de resistência e até a luta armada. Feira, mais uma vez, destaca-se, nesse cenário, como um foco de resistência, representado pela figura do então prefeito Francisco Pinto (PSD) que, ao ter conhecimento da tomada da presidência pelos militares e esperando um contragolpe por parte do presidente João Goulart, colocou, na manhã de 1º de abril, um carro de som nas ruas da cidade conclamando a população para um comício, à noite, que foi logo denominado de Comício da Resistência. Antes, à tarde, havia convocado a guarda municipal para invadir e render o Tiro de Guerra da cidade com a finalidade de se apoderar de mais e melhores armas para o combate. (VASCONCELOS, 2005, p. 21.)

A autora ainda salienta que Francisco Pinto e os demais participantes esperavam que a partir do contragolpe possibilitaria “[...] fortalecer principalmente os governadores Miguel Arraes, de Pernambuco, e Leonel Brizola, do Rio Grande do Sul, que deveriam liderar o movimento contra os golpistas” (JOSÉ, 2001 *apud* VASCONCELOS, 2005. p. 22.), mas a fuga de João Goulart para o Rio Grande do Sul e de lá para o Uruguai enfraqueceu a mobilização, que mesmo armada, não disparou um tiro e minou as expectativas das lideranças municipais à manutenção de qualquer estratégia de resistência.

Francisco Pinto, segundo a autora, possibilitou a fuga dos políticos que lhe apoiaram. No dia seguinte foi detido pelo Exército, e sob as ordens do Major Élzio, teve que dar esclarecimentos sobre o boato de organização de resistência e recebeu voz de prisão. Foi transferido para o quartel do Barbalho, em Salvador, onde ficou preso. Além de Francisco Pinto, foram presos os prefeitos: Pedral Sampaio (Vitória da Conquista), Herval Soledade (Ilhéus) e Virgildásio Senna (Salvador). O primeiro, membro do PSD, e os dois últimos, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

Enquanto se desdobravam as tentativas de resistência, foi instaurado pelo governo federal o Ato Institucional⁷, que possibilitou a suspensão de mandatos, a Câmara de Vereadores ficou com a incumbência de indicar um novo candidato a prefeito, caso o que ocupasse o cargo não correspondesse aos interesses da gestão militar. Francisco Pinto, justamente por não ser de agrado aos membros da UDN — que eram maioria na Câmara de Feira de Santana, segue no quadro abaixo —, foi

⁷Ato Institucional de 9 de abril de 1964. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-01-64.htm. Acesso em: 20 mar. 2019.



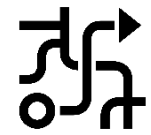
deposto pelos vereadores com o *quórum* mínimo necessário, após várias sessões, no dia 8 de maio de 1964⁸, e Joselito Amorim assumiu o cargo de prefeito biônico. O cargo biônico, na política, consiste em cargos que foram ocupados por políticos sem advir do sufrágio universal.

QUADRO 1. Vereadores de Feira de Santana no período de maio de 1963 a maio de 1964.

NOME	PARTIDO
ALTAMIR ALVES LOPES	PTB
ANTÔNIO ANTUNES DO SANTOS	PTB
ANTÔNIO MANOEL DE ARAÚJO	PSD
ANTÔNIO PINTO DOS SANTOS	PSD
COLBERT MARTINS DA SILVA	PSD
GODOFREDO LEITE FILHO	UDN
HUGO NAVARRO DA SILVA	UDN
HUMBERTO CERQUEIRA MASCARENHAS	PSD
JACKSON DO AMAURY	PSD
JORGE CERQUEIRA MASCARENHAS	UDN
JOSÉ MANOEL DE ARAÚJO FREITAS	UDN
JOSÉ MOREIRA DIAS	PSD
JOSELITO FALCÃO DE AMORIM	UDN
NEWTON TAVARES CARNEIRO	UDN
PAULO DE ALMEIDA CORDEIRO	UDN
THEÓDULO BASTOS DE CARVALHO JUNIOR	PSD

Fonte: Revista do Instituto Histórico Geográfico de Feira de Santana. a. x. n. 10, 2013.

⁸ Resolução nº 46/1964. Dispõe sobre o impedimento no cargo de prefeito do município de Feira de Santana. 8 de maio de 1964



Observar as coligações possibilita analisar as incongruências e as contradições dos interesses e do jogo político. Na política Federal, o PSD e PTB articulavam coligações para lançar candidatos desde a década de 1950. Em Feira de Santana, o PTB se aproximava da UDN. Na eleição de 1962, o PSD se articulou com o PCB. A UDN e o PSD tinham a representação de sete edis cada na Câmara, contudo, com o apoio do PTB, a UDN se tornava maioria. Conforme Corrêa, Francisco Pinto foi deposto por 8 votos a favor da deposição contra 5 que discordavam e, ainda segundo o autor, depois de vários constrangimentos e tentativas frustradas.

O PSD ainda sofria com uma gestão dividida e dentre os representantes estava Jackson do Amaury, que juntos a outros membros do PSD conservador, sinalizavam discordâncias com o governo e assinou em fevereiro do mesmo ano o abaixo-assinado para lançar um novo candidato as eleições.⁹

Segundo Campos, a aliança com o PCB e o discurso de anticomunismo que se fortalecia no país contribuíram nas campanhas udenistas feirenses como artimanha para desestabilizar o governo de Francisco Pinto. Ainda a aliança UDN-PTB, a nível estadual, inclusive com influência feirense no Governo do Estado, permitiu lograr a vitória de Lomanto Junior¹⁰ do PTB como governador que, de acordo com Campos, resultou, como por exemplo, na “retirada do secretário de finanças do município, cargo de indicação do Governo do Estado.” (CAMPOS, 2013. P. 103-105).

A UDN em Feira de Santana será a principal beneficiada com o golpe. Contudo, essa relação da UDN com os militares, segundo Benevides (1976), não ocorreu tranquilamente e de imediato. A UDN, pela sua formação, nasceu como um partido a favor da redemocratização antigetulista, a mudança da posição do partido surgiu, em partes, dos conflitos entre alas internas. A autora destaca que dentre as cinco alas da UDN favoráveis ao golpe:

Permaneceram vinculados ao esquema militar os infatigáveis "chapas brancas" (Virgílio Távora, João Cleofas, Antonio Carlos Magalhães), os "realistas" (Juraci Magalhães, Magalhães Pinto), parte da "Bossa-Nova" (José Sarney, Petrônio Portella) e, finalmente, aqueles que sempre defenderam as posições mais "direitistas" no partido, quer pelo lado dos interesses econômicos, como Herbert

⁹Partido Social Democrático (Conservador) de Feira de Santana: candidato a Prefeito. In: *Folha do Norte*. Feira de Santana (Bahia), 8 de fevereiro de 1964.

¹⁰Lomanto Júnior, dentista, agricultor e pecuarista. Foi Deputado(a) Federal - 1971-1975, BA, ARENA, Dt. Posse: 01/02/1971; Deputado(a) Federal - 1975-1979, BA, ARENA, Dt. Posse: 01/02/1975. Ver: [Biografia do\(a\) Deputado\(a\) Federal LOMANTO JÚNIOR - Portal da Câmara dos Deputados \(camara.leg.br\)](https://biografia.do(a)Deputado(a)Federal/LOMANTO_JUNIOR). Acesso em: 20 mar. 2021.

Levy (o parlamentar udenista que mais se opôs à política econômica do General Castello Branco), quer pelo lado do autoritarismo militar, como Ernani Sátiro, José Bonifácio e Dinarte Mariz, defensores notórios do A.I. 5 [...]. (BENEVIDES, 1976, p. 120)

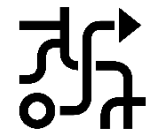
Dentre os listados por Benevides, dos udenistas que apoiaram o golpe, estavam os baianos: Antonio Carlos Magalhães e Juraci Magalhães¹¹. Segundo Ferreira (2004), a UDN baiana também tinha suas subdivisões, que eram:

Uma tendência liberal, apoiada socialmente no pequeno e médio empresariado baiano e nos extratos intermediários da população, sobretudo camadas médias urbanas, personificadas nas figuras do próprio Lomato Junior e dos seguidores do falecido ex-governador e líder político Otávio Mangabeira; a facção conservadora, encabeçada por Luiz Viana Filho e seu clã político, encarnação das oligarquias baianas tradicionais e o grupo mais “duro”, militante anti Goulart e as reformas de base, nucleado por outro clã político, os dos Magalhães (Juracy e Juthay), expressão política dos interesses da grande burguesia mercantil e financeira e ponta de lança no estado de movimento de desestabilização do governo federal. Entre os últimos grupos gritava a figura de Antônio Carlos Magalhães, presidente do diretório estadual da UDN naquele momento. Todos partilhavam os valores comuns do anticomunismo e do antigetulismo, patrimônios maiores da cultura udenista. (FERREIRA, 2004, p. 3.)

De acordo com Ferreira, sendo Juraci Magalhães “padrinho” de Lomato Junior e ala qual a UDN feirense apoiava. A UDN feirense se organizou “[...] nos meses finais do ‘Estado Novo’, durante a campanha do Brigadeiro Eduardo Gomes à presidência em 1945.” (LINS, 2017. p. 96.). Ainda segundo Lins (2017) “[...] chegou no município entre 3 de setembro, quando uma comitiva chefiada por Juracy Magalhães inaugurou ‘festivamente o diretório da UDN em Serrinha’ e o dia 6 de outubro, quando o comitê feirense pró-Eduardo Gomes já funcionava a pleno” (LINS, 2017. p. 96.)

¹¹Antonio Carlos Peixoto Magalhães, médico e jornalista, natural de Salvador foi Deputado(a) Federal - 1959-1963, BA, UDN, Dt. Posse: 02/02/1959; Deputado(a) Federal - 1963-1967, BA, UDN, Dt. Posse: 02/02/1963; Deputado(a) Federal - 1967-1971, BA, ARENA, Dt. Posse: 02/02/1967. Ver: [Senador Antonio Carlos Magalhães - Senado Federal](#) Acessado em: 20 de março de 2021./ [Biografia do\(a\) Deputado\(a\) Federal ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES - Portal da Câmara dos Deputados \(camara.leg.br\)](#). Acesso em: 20 mar. 2021.

Juracy Montenegro Magalhães Júnior, advogado e professor, natural de Salvador. Foi Sub-chefe da Casa Civil da Presidência da República, fev./ago. 1961; professor de Sociologia e Ciências Políticas da Universidade Federal da Bahia; procurador da Prefeitura de Salvador, 1962. Mandato eletivo: Eleito deputado estadual pela União Democrática Nacional - UDN, 1959-1963, renunciou em 13/11/1962. Eleito e diplomado deputado estadual pela UDN, 1963-1967, faleceu em 04/04/1963, sem ser empossado. Ver: [Assembleia Legislativa da Bahia](#). Acesso em: 20 mar. 2021.



Segundo Lins (2017) e Corrêa (2011), a UDN feirense não teve um perfil destoante do partido a nível nacional, pois seu quadro era formado por proprietários rurais, comerciantes e profissionais liberais. Uma característica do partido feirense era que a maior parte da formação dos quadros tinha ligações familiares.

João Marinho (Falcão) teve dois filhos, Wilson e Nilton Falcão, nas fileiras da eterna vigilância”. Arnold Silva levou seu sobrinho Hugo Navarro da Silva, o genro Waldy Pitombo e o cunhado Carlos Bahia. Áureo Filho encaminhou Alberto Oliveira, seu Filho, à atividade partidária. João Batista Carneiro não chegou a figurar entre os comandantes da secção local, entretanto, seu filho João Durval, foi um dos principais nomes de renovação do partido. Ainda João Mendes da Costa Filho teve sua irmã Edith Mendes da Gama e Abreu, proeminente figura da ala feminina do partido. Radicada em Salvador, foi candidata à Câmara Estadual em 1946. (LINS, 2017, p 102)

Joselito Amorim é primo de Manoel Falcão (este era filho de João Marinho Falcão). Diante das relações que foram apontadas, neste artigo buscamos analisar como ocorreu a adesão das propostas de planificação pelo governo udenista.

JOSELITO AMORIM NO PODER, É A UDN GOVERNANDO!¹²

Joselito Amorim, feirense, nascido em 4 de setembro de 1919, estudou na Escola Técnica do Comércio do Ginásio Santanópolis e se formou em contador em 1947. Foi professor de matemática e lecionou no Colégio Estadual e na Escola Normal. Segundo Corrêa (2011), Joselito Amorim era de uma família empresarial “que tinha reminiscência na política da cidade, a pomposa família Falcão, investidores do setor comercial, bancário e industrial no município.” (CORRÊA, 2011, p. 61). Este foi proprietário da Livraria Amorim, sócio e diretor da Associação Comercial e Empresarial de Feira de Santana — ACEFS (1949–1951 e 1951–1953), segundo o próprio Joselito Amorim em entrevista concedida à revista comemorativa da ACEFS. Nesse período a ACEFS e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial — SENAC fizeram um convênio com a Escola Técnica do Comércio “[...] de modo a desempenhar mais eficientemente as suas funções.”¹³

Foi eleito vereador pela legenda do UDN, exerceu cargo de secretário da Prefeitura, quando Arnold Ferreira da Silva (1959–1962) era prefeito. No ano de 1963,

¹²Referência ao slogan da campanha de Francisco Pinto nas eleições de 1962: “Chico Pinto no poder, é o povo governando”.

¹³Revista comemorativa da Associação Comercial e Empresarial de Feira de Santana- ACEFS. *70 anos em defesa da classe empresarial*. 2015 www.acefs.com.br. p.155.

ocupava o cargo de Presidente da Câmara Municipal e em 8 de maio de 1964 assumiu o cargo de Prefeito.¹⁴

Corrêa salientou que devido ao recesso da Câmara Municipal, além de permitir um tempo determinado para Francisco Pinto governar e organizar uma resistência, também possibilitou que UDN se organizasse e pensasse sobre possíveis nomes para prefeito. Conforme Corrêa, ao trazer e analisar uma entrevista de Joselito Amorim mostrou que:

Segundo Joselito Amorim, quando o golpe ocorreu “O comando revolucionário aqui pediu às lideranças políticas que apoiavam a Revolução cinco ou seis nomes que pudessem ocupar a Prefeitura”, Joselito disse que não queria ocupar o cargo, pois havia lutado contra a situação dominante, complementou dizendo que não sabia por que foi escolhido. Depois de eleito pela câmara, Joselito teria se dirigido ao comando revolucionário na cidade junto com Áureo Filho, onde teria recebido pelo Coronel Humberto Melo para contar a sua nova condição de Prefeito, porém o coronel havia dito que “*a revolução não era para colocar a UDN no poder*”. No mesmo dia Joselito Amorim encontraria o General Manoel Pereira para o qual teria feito um discurso sobre a sua eleição democrática, mesmo que por maioria simples na câmara, sendo que esta deveria ser aceita caso contrário seria um tipo de vergonha para a cidade deslegitimar a ação. (CORRÊA, 2011, p. 65, grifos meus).

Não havia uma concordância de Joselito Amorim e de outros membros da UDN feirense sobre assumir o poder através das condições postas pelo governo federal. Contudo, ainda assim Joselito Amorim assumiu o cargo.

Observamos a continuidade dos projetos iniciados por Francisco Pinto e vereadores do PSD nas propostas governamentais de Joselito Amorim. O Ginásio Municipal, que recebeu o seu nome, foi aprovado na sessão da Câmara Municipal com outras medidas populares durante a gestão de Francisco Pinto quando Joselito Amorim ainda ocupava o cargo de presidente da Câmara Municipal e foi contrário à aprovação da criação do Ginásio Municipal (OLIVEIRA, 2000). Dentro do que já estavam encaminhados destacamos: os postos de médico volante, a construção de casas populares¹⁵, serviço de água e de esgoto, escola de costura para as mocinhas pobres (PACHECO, 2009).

¹⁴OLIVEIRA, Dimas. Joselito Falcão de Amorim – 100 anos de história. In.: *Jornal Noite e Dia*, edição de aniversário de Feira de Santana. Setembro de 2019. p. 28.

¹⁵ “O Vereador Colbert Martins por intermédio do líder do PSD na Câmara Federal dep. Valdir Pires, conforme telegrama abaixo, conseguiu inicialmente a construção de casas populares nesta cidade, ficando apenas a depender da doação do terreno por parte da Prefeitura, através de um projeto de lei que o mesmo apresentará na Câmara Municipal: Colbert Martins



A gestão de Joselito Amorim atuava em consonância com o governo federal, e ainda conforme Corrêa (2011), a harmonia se expandia ao se alinhar à Aliança Para o Progresso. A Aliança Para o Progresso consistiu em um acordo formalizado entre os Estados Unidos, EUA, e os países da América Latina. A partir deste, os Estados Unidos passaram a perceber a criação de planos de desenvolvimentos como mecanismo estatal e de crescimento econômico. Também se devia à expansão do capitalismo e contenção das influências da Revolução Cubana¹⁶.

Os fundos para esse projeto competiam a United States Agency for International Development, USAID (Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional). Ainda no início da década de 1960, o presidente dos EUA's, John Kennedy, comprometeu-se em fornecer, nos dez anos seguintes, 20 bilhões de dólares para América Latina. A estrutura organizacional para o cumprimento das metas estabelecidas pelos EUA era um acordo entre a Organização dos Estados Americanos, OEA, o Banco Interamericano de Desenvolvimento, BID, e a CEPAL, órgão das Nações Unidas.

Feira de Santana recebeu em 1964 a visita do representante do Serviço Especial de Saúde Pública, SESP, do Estado da Bahia, e do assistente do coordenador da Aliança Para o Progresso, no Brasil, o Dr. Chales Trigg.¹⁷ Nas atas da Câmara há referências de recebimento de verba para construção de escolas da USAID, junto à SUDENE, e ainda recursos do Plano Trienal.¹⁸ Junto à Educação, também construiu o Ginásio Industrial, expansão de sistema de energia elétrica para os municípios e parte dos recursos foi destinado à indústria, pecuária e agricultura.¹⁹

Segundo Corrêa (2011), a gestão de Joselito Amorim consistiu numa transição e um processo organizativo dos órgãos de classe para o futuro governo de João Durval Carneiro. Ainda conforme o autor, a candidatura de João Durval era um desejo que se urgia desde a derrota para Francisco Pinto nas eleições de 1962. Perceber a

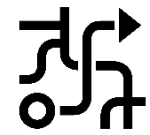
Câmara de Vereadores-Feira." *In: Fundação da Casa Popular. In: Gazeta do Povo. 8 de maio de 1960. Ano II. n. 54. página 10.*

¹⁶GIL, F. *Latinoamerica*; SKIDMORE, T. *Brasil*. <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/alianca-para-o-progresso-1>. Acesso em: 20 mar. 2020.

¹⁷ Jornal Folha do Norte. 05 de setembro de 1964.

¹⁸ Ata da 22ª Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Feira de Santana, realizada em 15 de junho de 1965.

¹⁹ Idem. [Lei Ordinária 436 1965 de Feira de Santana BA \(leismunicipais.com.br\)](http://leismunicipais.com.br). Acesso em: 19 jan. 2019.



gestão de Joselito Amorim como um processo transitório possibilita visualizar que o partido possuía membros suficientes para dar continuidade a um projeto político-econômico por bastante tempo, contudo, ao personificar João Durval e narrar a gestão de Joselito Amorim como preparatória do governo posterior, deixa-se de perceber que até mesmo João Durval é membro de um partido e o partido não é necessariamente João Durval. Atrelar o projeto de desenvolvimento com base na industrialização de Feira de Santana, a UDN, é cair na armadilha discursiva posta pelo próprio documento, a *Folha do Norte*, que atribuía a ideia de modernização, industrialização, ao futurista olhar udenista e em contraposição ao “atraso” e “despreparo” do PSD.

O PLANEJAMENTO

Após o golpe, o governo Castelo Branco introduziu no país o Programa de Ação Econômica (PAEG). O PAEG foi elaborado com base no Plano Trienal e o Plano de Metas. Segundo Ianni (1977), o planejamento iniciado em 1964 expunha a hegemonia do poder Executivo sob o Legislativo. Optou-se pelo desenvolvimento baseado no capital estrangeiro, em detrimento à industrialização nacional. O PAEG buscou diagnosticar e solucionar os vários problemas que atravancavam a economia brasileira.

Dentre os seus principais alvos e realizações, destacavam-se os seguintes: reduzir a taxa de inflação, incentivar a exportação de produtos agrícolas, minerais e manufaturados; racionalizar o sistema tributário e fiscal, estimular, sob controle governamental, o mercado de capitais, criar condições e estímulos novos à entrada de capital e tecnologia estrangeiros; conter os níveis salariais em todos os setores e estruturas urbanas, executar o plano habitacional; criar a indústria petroquímica; estabelecer novos objetivos e criar novos meios na política de ocupação e dinamização da economia da Amazônia; ampliar os limites do “mar territorial”, defender e estimular a indústria do café solúvel; formular uma política brasileira de energia nuclear, modernizar as estruturas universitárias; retomar os estudos sobre a reforma agrária; propor o plano de “integração nacional”, etc. (IANNI, 1977, p. 225–226).

Dentre as medidas narradas, destacamos a contenção das taxas de inflação e estabilidade monetária por meio da contenção salarial. A contenção salarial consistiu no congelamento e redução do salário mínimo. Roberto Campos e Octávio Gouveia de Bulhões²⁰ utilizaram a contenção salarial para investir na iniciativa privada e, desse

²⁰O Primeiro-Ministro de Planejamento e o segundo Ministro da Fazenda do governo Castelo Branco.

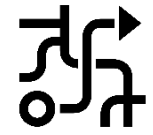


modo, direcionaram os custos da inflação para os trabalhadores. Também foi criado o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) com o objetivo de substituir a estabilidade empregatícia, que era garantida pela Consolidação das Leis de Trabalho (CLT), pela criação de um programa de poupança que confiscava 8% do salário e era depositado no Banco Nacional de Habitação (BNH) (MENDONÇA; FONTES, 2006.). Por meio do PAEG, retirar estabilidade e aparelhar os sindicatos eram medidas que penalizavam, despolitizavam e desarticulavam os trabalhadores. Também isentava os empregadores da responsabilidade de políticas assistenciais (IANNI, 1977). Os custos para a população foram: desnutrição crônica, mortalidade infantil, aumento de epidemias e desemprego. (MENDONÇA; FONTES, 2006).

No PAEG a reforma urbana foi substituída pelo programa habitacional. Em 21 de agosto de 1964, pela Lei n.º 4380, no governo do petebista Castello Branco, foram criados o BNH, o Sistema Financeiro de Habitação e o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU) (IANNI, 1977).

Segundo Mota (2007), o período de 1964 a 1969 correspondeu ao período “embrionário e jovem” do SERFHAU. Expandia-se no país um debate sobre a criação de estatutos da cidade junto a elaboração de um projeto que possibilitasse uma institucionalização do planejamento urbano. As manifestações por parte de engenheiros, arquitetos, principalmente através dos institutos de Arquitetos do Brasil (IAB) e o Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM), também resultaram na criação e revisão de cursos de urbanismos, em faculdades de arquitetura e engenharia, e na regulamentação da profissão de urbanista. A apropriação das reivindicações pelo Estado resultaram na criação do BNH e do SERFHAU (MOTA, 2007).

Para Bolaffi (1982), o problema da habitação e do urbanismo se tornavam falsos problemas por não os solucionar. Ainda segundo o autor, a arrecadação compulsória da porcentagem recolhida das folhas de salários sujeitas à CLT teve como consequência a soma dos recursos canalizados a partir de 1969 no BNH. De acordo com o autor, o BNH “tornar-se-ia o segundo banco do país em termo de magnitude de recursos disponíveis, precedido apenas pelo Banco do Brasil” (BOLAFFI, 1982. p. 42). Os investimentos em moradia consistiram em tentativas “de conservar o apoio das massas populares, compensando psicologicamente pelas pressões que vinham sendo submetidas pela política de contenção salarial. Para tanto



nada melhor do que a casa própria” (BOLAFFI, 1982.p.42). Por meio do impulso dado na construção civil, o objetivo era empregar a mão de obra desqualificada, sem solucionar ou investir nas modificações arquitetônicas e voltadas para criação de avenidas, parques, viadutos etc.

A criação do SERFHAU estabeleceu um estreitamento entre o planejamento econômico e urbano que foi iniciado na década de 1950, através da construção de Brasília. As reivindicações de arquitetos estão presentes desde a década de 1940, mas por meio do SERFHAU foi possível estabelecer um compromisso do Estado em seus níveis (federal, regional, estadual e municipal). Através do nome de planos de desenvolvimento local integrado, o planejamento passou a ser elaborado nos municípios com a intenção de solucionar uma panaceia de todos os males. Resultaram no controle do espaço urbano, expansão industrial, defendida por setores técnicos e centralização do poder executivo.

Para lograr recursos, os municípios teriam que se adequar às medidas traçadas pelo SERFHAU. Ao SERFHAU cabia o papel de promover, difundir e uniformizar a prática de elaboração de planos diretores de desenvolvimento, em acordo com uma perspectiva multidisciplinar e de racionalidade técnica. Ainda de acordo com Ferreira (2007), essa atuação enfatizava “a ideia de neutralidade da atuação governamental” (FERREIRA, 2007, p. 50):

E valorizando o saber competente, o saber técnico, na elaboração das propostas de intervenção nas cidades. Com isso, imaginava-se minimizar os conflitos políticos, o que ocasionaria a continuidade de exclusão dos segmentos populares do processo de planejamento do espaço da cidade.

Sendo o SERFHAU o principal órgão de assistência aos municípios, Feira de Santana procurou atender às propostas federais de modo a obter investimentos. Recorrendo ao mesmo, Joselito Amorim visava elaborar o plano do diretor da cidade. Para galgar recursos, era necessário se adequar às propostas de planejamento que deviam corresponder com a orientação do órgão.

A orientação do SERFHAU para elaboração dos planos acrescentava aos aspectos físicos e territoriais dos planejadores urbanos, as dimensões socioeconômicas do desenvolvimento urbano. O funcionamento do SERFHAU como instituição de planejamento era principalmente como órgão prestador de assistência técnica, limitado a formulação de regras, normas e linhas de ação ao financiamento, assessoria, apoio e controle técnico, cabendo aos próprios municípios elaborar seus planos, contando com o apoio de empresas privadas de consultoria. (FERREIRA, 2007, p. 50)

Ainda de acordo com Ferreira (2007), em muitos lugares a adoção do PDLI foi imposta pelo governo federal “[...] um sistema de planejamento sobre ações de governantes municipais que precisavam fazer política eleitoral e, em simultâneo, conviver com o autoritarismo nas esferas superiores, o que propiciou ocorrer uma situação híbrida” (FERREIRA, 2007, p. 51).

Na Bahia, em 1965 foi sancionada pelo Governo do Estado a Lei n.º 2114 de 4 de janeiro de 1965, que autorizou a construção de uma sociedade de economia mista sob a denominação de Habitação e Urbanização da Bahia S.A. (URBIS). A URBIS visava:

- a) formular planos gerais para construção e higienização ou de unidades vicinais;
- b) construir habitações higiênicas, de tipo individual preferentemente ao coletivo ao alcance de famílias de escassos recursos à base de programas que tendam à ordenação de zonas de habitação;
- c) eliminar gradativamente das áreas urbanas as construções e habitações insalubres ou perigosas;
- d) fomentar a construção, higienização reparação ou ampliação de habitações e estimular a execução de obras de urbanização, saneamento e serviços comunais necessários, sempre que se ajustem às normas técnicas adotadas pela Sociedade.²¹

As lógicas de planejamento antes narradas, o Fundagro e o Plandeb, deixam de vigorar e parte do que foi posto em prática. Na *Folha do Norte* foi possível mapear investimentos em nome do Fundagro²². O PAEG sepulta as germinais tentativas de um planejamento agroindustrial inauguradas pelos dois projetos citados. A ditadura cria uma espécie de novas atribuições para projetos já encaminhados no Nordeste, por exemplo, para Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF) e o Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB), e a Petrobrás que intensifica uma política urbana-industrial.

A implantação do Centro Industrial de Aratu (CIA), Segundo Santos e Oliveira (1988), o CIA constituiu a hegemonia industrial sob o projeto agroindustrial na Bahia:

[...] o “CIA, sob a forma planejada, aparecia como conclusão objetiva de um longo processo de estudos de localização para indústria, que se desenvolvera desde metade dos anos 50. Foi, sem dúvida, o elemento-chave, na história recente da economia baiana, para atração de empreendimentos, também complementando

²¹ <https://governo-ba.jusbrasil.com.br/legislacao/85486/lei-2114-65>. Acesso em: 20 de abr. 2019.

²² Matadouro Figorífico. In: *Folha do Norte*, 1959. / IV Congresso Nacional de Municípios Brasileiros. In: *Folha do Norte*, 1959. / Banco do Fomento. In: *Folha do Norte*, 16 de janeiro de 1960. n. 2636. / Mecanização Agrícola. In: *Folha do Norte*, 23 de janeiro de 1960. n. 2637.

o sistema de estímulos financeiros criado pelo governo federal para região nordestina.” (SANTOS e OLIVEIRA, 1988, p. 66).

A criação do URBIS demonstra o total alinhamento com o PAEG e os órgãos federais. Também se apropriou do discurso da urbanização como mola propulsora contra os entraves da economia baiana.

Em 1965, quando Joselito Amorim encerrava a gestão como Prefeito, *A Folha do Norte* não deixou passar despercebido o fim do governo, que foi narrado como:

É uma administração dinâmica, honrada, operosa. Ninguém o nega. Mas o que realmente importante e para o que chamamos a atenção do nosso povo, é que toda essa soma extraordinária de realizações o Prefeito a vem conseguindo com o trabalho e esforço, sem alardes, sem palhaçadas, sem ameaçar ninguém, sem militarizar a guarda municipal, antes dispensando os trabuqueiros que ali havia, sem sociedades de bairros ou células comunistas, sem depredar a Câmara — que cresceu de importância, no atual govêrno, e teve seu mobiliado novo, graças ao dinamismo do Presidente Paulo Cordeiro — sem ministérios, fanfarronadas, desordem e subversão.

É impressionante o volume de trabalho que o Prefeito revolucionário promove em benefício do Município e do seu povo, com o emprego fiel e escrupuloso dos dinheiros públicos.

Discute se, hoje na área federal, o *modus faciendi* das eleições que se aproximam. A Feira de Santana está atravessando um faze de prosperidade, mas não de tranquilidade. A máquina subversiva, expulsa de Prefeitura, continua montada para esmagar, por processos desonestos, a Revolução e a Democracia.

Elementos *manjados* por suas falcatruas e outros por seu doentio partidarismo antirrevolucionário — comunista conservam posições chaves para o controle da política local.

Esses elementos já demonstraram aqui e em outras terras o que podem. Estão despreparados e sedentos de vingança. São monstros vorazes dispostos a tudo, até ao crime. Enquanto mantiverem os postos nos quais tantos malefícios podem promover e vêm promovendo, a Feira de Santana será uma cidade sitiada.²³

Os elogios escritos na notícia buscavam enaltecer Joselito Amorim, ao mesmo tempo em que tornava vexatória a gestão anterior. O discurso tratou de narrar, nas entrelinhas, Francisco Pinto como subversivo e comunista, enquanto Joselito Amorim é trazido como ordenador e escrupuloso. Sobre o alcance desse discurso à população, pouco se sabe. A notícia trouxe também menção sobre as eleições do governo federal. Havia um teor de desconfiança sobre os caminhos do Estado brasileiro e narra uma possível oxigenação dos movimentos, sujeitos e partidos

²³ Feira, cidade sitiada. *Jornal Folha do Norte*, 08 de janeiro de 1966. (Destques do próprio jornal)



contrários ao Golpe. Castelo Branco deu passos importantes ao ver do autor e do jornal, mas não garantia o que iria ocorrer.

Para Skidmore (1988), Castelo Branco era contrário à sua permanência como presidente e apoiava a UDN, mas Carlos Lacerda se apresentava como uma ameaça udenista a continuação do governo. Lacerda, segundo o autor, “estava aliciando o apoio de militares da linha dura” (SKIDMORE, 1988, p. 64) com o objetivo de assumir o poder. As incertezas geradas pelo fim da vigência do primeiro AI, também gerou preocupações sobre o PSD e outros partidos também concorressem ao pleito eleitoral. Contudo, João Goulart e outros membros do PSD foram impedidos de concorrer às eleições de 1965 pela “lei de inelegibilidade”²⁴ aprovada em julho de 1965 pelo Congresso Nacional (SKIDMORE, 1988).

Mesmo diante das circunstâncias citadas, a UDN e o PSD chegaram a apresentar seus candidatos. Pela UDN, Carlos Lacerda acabou perdendo em votos para o membro do PSD, para o descontentamento dos militares (SKIDMORE, 1988).

O processo eleitoral popular foi substituído por uma eleição restrita aos membros do Estado por meio do Ato Institucional n.º 2, que tornou as eleições indiretas em 27 de outubro de 1965. Também através do AI-2, no Art.18, extinguiu-se os Partidos Políticos.²⁵ O AI-2 teve como característica o controle do Poder Judiciário, expansão de cargos para militares designados pelo Presidente da República, o que não agradou a UDN. Após o decreto do Ato Institucional, houve manifestação de Carlos Lacerda e outros membros do partido que deixaram o apoio ao golpe.

Os militares, nos meses seguintes, recorreram à criação dos AI-3 e o AI-4. O AI-3 foi instaurado para controlar os governos dos estados e o AI-4 para reforçar o AI-2, criando duas organizações que substituíram os partidos antes existentes, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB).²⁶ Em 1966 se encerrava o governo Castelo Branco após uma prolongação que retardou as eleições de 1965.

Nos anos seguintes, mesmo após a eleição do novo prefeito, João Durval Carneiro (ARENA), que era do extinto UDN, o nome de Joselito Amorim ainda era citado como executor de grandes obras. Na Câmara Municipal não faltaram

²⁴ [Código Eleitoral - Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 — Tribunal Superior Eleitoral \(tse.jus.br\)](http://www.tse.jus.br). Acesso em: 20 abr. 2019.

²⁵ [AIT-02-65 \(planalto.gov.br\)](http://www.planalto.gov.br). Acesso em: 20 abr. 2019.

²⁶ [AIT-04-66 \(planalto.gov.br\)](http://www.planalto.gov.br). Acesso em: 20 abr. 2019.



homenagens. Contudo, não havia um consenso nas votações da Câmara sobre as prestações de homenagens ao ex-prefeito. Era comum os edis contrários ao golpe fazerem uso da palavra para declarar que o posicionamento de “concordância” dentro da Câmara Municipal era uma condição imposta pelo regime instaurado.²⁷

Joselito Amorim deixou como seu legado o Código de Posturas e a elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado de Feira de Santana. Também contou com uma série de obras públicas, algumas delas não iniciaram dentro da sua gestão, como a construção do Ginásio Municipal, da Estação Rodoviária, mas lhe foram atribuídas, essas obras lhe permitiram o reconhecimento diante do Governo do Estado. Após a saída da prefeitura, Joselito Amorim foi convidado por Luiz Viana Filho a participar da URBIS.²⁸ Em abril do mesmo ano, Joselito Amorim foi eleito presidente da URBIS e da COHAB S.A. Também recebeu homenagens da Câmara Municipal de Salvador²⁹. Sabemos que a política de habitação foi o motor encontrado no PAEG, contudo não tivemos acesso para saber sobre os investimentos destinados ao projeto. A URBIS estava vinculada ao BNH e era correspondente à Companhia de Habitação Popular (COHAB), nacional.³⁰

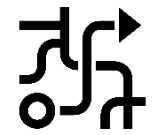
Durante o período que Joselito Amorim esteve como presidente da URBIS, foram construídos dois conjuntos residenciais na parte externa do Anel de Contorno Rodoviário, “Os primeiros conjuntos habitacionais Feira I e II, denominados atualmente Cidade Nova, foram concluídos em 1969 e 1971, com 1.636 (um mil seiscentos e trinta e seis) unidades habitacionais [...]” (FREITAS, 2014. p. 275), programados para ser moradia dos operários do Centro Industrial Subaé, o CIS (polo industrial instalado em Feira de Santana, que foi resultados das políticas de industrialização). Enquanto entre o Anel de Contorno Rodoviário – Avenida Eduardo Fróes da Mota, no lado sudoeste da cidade “[...] áreas ocupadas por chácaras e terrenos baldios, após a valorização mediante a especulação imobiliária, foram transformadas em bairros, a exemplo do Muchila e Santa Mônica, bairros classificados

²⁷Folha do Norte, 08 de fevereiro de 1967

²⁸ PORTUGUAL, Eme. Coluna Sociedade. In: *Folha do Norte*, 08 de fevereiro de 1967

²⁹ Câmara de Salvador aplaude nomeação de Amorim. In: *Folha do Norte*, 27 de maio de 1967. (Primeira página)

³⁰ SANTOS, Sandra Medeiros. FERNANDES, Rosali Braga. SOUSA, Noélise Gomes Uzeda. FALCÃO, Plínio Martins. Estado, política habitacional e expansão urbana no Brasil: utopias democráticas e realidades. *XIV Coloquio Internacional de Geocrítica: las utopías y la construcción de la sociedad del futuro*. Barcelona, 2-7 de mayo de 2016.



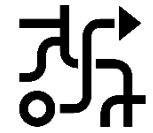
pelo elevado padrão de consumo de seus moradores.” (FREITAS, 2014. p. 277) A localização dos bairros populares distante do centro e os recursos e modelos arquitetônicos utilizados, junto à valorização de terrenos destinados a uma elite, acentua a desigualdade social na cidade. Esses bairros vieram atender a criação de um centro urbano feirense, que visava retirar os moradores do centro da cidade e tornar as casas estabelecimentos comerciais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Depois da Segunda Guerra Mundial e em um contexto de Guerra Fria, a América Latina recebeu uma série de investimentos estatais dos Estados Unidos da América, assim como sofreu intervenções de governos e apoios aos golpes militares que se estenderam no Cone Sul. Os processos de interiorização dessas propostas ocorreram de formas diferentes em cada país, assim como os golpes militares e a intervenção na CEPAL deram novos delineamentos para o desenvolvimento do capitalismo e o planejamento local e integrado como estratégia do Estado.

Consideramos que a Ditadura Militar deu continuidade aos projetos de desenvolvimento de modo integrado previsto pelos governos anteriores, mas com novas finalidades a fim de abraçar os recursos advindos dos EUA, que a ideia de planejamento segue mesmo depois das derrubadas de governos eleitos democraticamente, por meio dos Atos Institucionais. As ideias de planejamento econômico e planejamento urbano misturam-se, sobretudo, com a criação do SERFHAU e do BNH, que dão ênfase à articulação entre industrialização e urbanização. Em Feira de Santana, a gestão de Joselito Amorim, com o projeto do URBIS, pode ser entendida como um resultado dessas medidas na Bahia.

A continuidade da ideia de planejamento, entretanto, não garantiu necessariamente um processo de integração econômica, tal como inspirava a CEPAL e a SUDENE, com base no desenvolvimento da economia considerando a lógica de produção de forma articulada e com a intenção de solucionar os problemas da discrepância do desenvolvimento das regiões. A articulação com a urbanização e a criação de programas de habitação contribuíram para uma ampliação da desigualdade social no país e para a adentrada de indústrias de fora, mantendo a lógica do país de produção de peças e fornecedor de matéria-prima na economia global.



É importante salientar que a Ditadura Militar ao encerrar governos, localmente, também encerrou tentativas de projetos de desenvolvimentos distintos, impondo a articulação urbano-industrial como modelo a ser seguido. Iniciativas que dialogavam com uma política nacional de industrialização foram encerradas, assim como projetos que tentavam articular o urbano e o rural.

Sobre os partidos políticos extintos em Feira de Santana durante esse período, permitiu a ascensão e a consolidação dos membros da UDN, e por meio do bipartidarismo, da ARENA. O planejamento de modo integrado serviu como projeto político para os políticos locais se estabelecerem no poder executivo municipal. O estudo das disputas políticas desse momento na história de Feira de Santana ainda é uma ferramenta para compreensão da política contemporânea da cidade. Permite entender sobre a origem dos principais quadros políticos, as correntes, as trajetórias dos políticos locais e as suas atuações.

Nesse sentido, estudo da história política contemporânea de Feira de Santana se faz necessário por possibilitar analisar o desenvolvimento tardio do capitalismo em cidades interioranas dos países da América Latina.

REFERÊNCIAS

ALBURQUERQUE, J. A. G.; SEITENFUS, R.; CASTRO, S. H. N.. *Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990)*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.

BARBARA, R. R. S. *O caminho da autonomia na conquista da dignidade: sociabilidades e conflitos entre lavadeiras em Feira de Santana - Bahia (1929-1964)*. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2007.

BENEVIDES, M. V. *O governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política*. São Paulo: Paz e Terra, 1976.

CABRAL, R. 1959. Das ideias à ação. A SUDENE de Celso Furtado - oportunidade histórica e resistência conservadora. In: CABRAL, R. *Cadernos do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2006.

CAMPOS, R. *O jogo político local: competição e dinâmica política em Feira de Santana (1948-1965)*. 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual da Bahia, Santo Antonio de Jesus, 2013.

CASTRO, M. H. S. *Rômulo Almeida e a problemática do planejamento: o planejamento econômica na Bahia (1955-1961)*. 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.



CORRÊA, D. *O futuro do passado: uma cidade para o progresso e, o progresso para cidade em João Durval Carneiro (1967-1971)*. 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2011.

FERREIRA, M. O Golpe de Estado de 1964 na Bahia. *Clio, Revista de Pesquisa Histórica*, Recife, n. 22, 2004.

FERREIRA, M. *Planejamento urbano nos tempos do SERFHAU: o processo de construção e implementação do plano diretor de desenvolvimento integrado de Franca*. 2007. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

FONTES, V.; MENDONÇA, S. R. *História do Brasil recente (1964-1992)*. São Paulo: Ática, 2006.

FREITAS, N. B. *O descoroamento da princesa do sertão: de "chão" a território, o "vazio" no processo da valorização do espaço*. 2014. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, Aracaju, 2014.

FURTADO, C. *A formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2003.

GOMES, A. C.; FERREIRA, J. *1964: o golpe que derrubou, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

GRAMSCI, A. *A questão meridional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 2, 2001.

IANNI, O. *Estado e planejamento econômico no Brasil (1930-1970)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

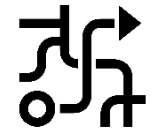
MENDONÇA, S. R. *A industrialização brasileira*. São Paulo: Moderna, 2004.

MENDONÇA, S. R. *O patronato rural no Brasil Recente (1964-1993)*. Rio de Janeiro: URFJ, 2010.

MUNIZ, M. S. *Em busca da experiência paternalismo lutas e autonomia dos trabalhadores feirenses (1977-1991)*. 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2011.

OLIVEIRA, C. F. R. *De empório a Princesa do Sertão: utopias civilizadoras em Feira de Santana (1893-1937)*. 2000. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2000.

PACHECO, L. P. B. *Trabalho e costume de Feirantes de Alimentos: pequenos comerciantes e regulamentações do Mercado em Feira de Santana (1960-1990)*.



2009. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2009.

PESSOTI, G. C. As políticas de atração de investimentos industriais e o desenvolvimento industrial da Bahia no período do regime militar brasileiro. In: ZACHARIADHES, G. C. *Ditadura militar na Bahia: histórias de autoritarismo, conciliação e restência*. Salvador: EDUFBA, 2014.

SANTOS, A. A. C. *Diversões e civilidade na "Princesa do Sertão" (1919-1946)*. 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2012.

SANTOS, A. C. *Feira de Santana nos tempos da modernidade: o sonho da industrialização*. 2002. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2002.

SANTOS, A. M. C. *Feira de Santana em tempos de modernidade: olhares, imagens e práticas do cotidiano*. 2008. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

SANTOS, A. M. F. O ginásio municipal no centro das lutas populares em Feira de Santana (1963-1964). *Sitientibus*: revista da Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, n. 24, Jan./Jun. 2001. Disponível em: <<https://periodicos.uefs.br/index.php/sitientibus/article/view/8774/7299>>. Acesso em: 08 jun. 2019.

SANTOS, R. S.; OLIVEIRA, J. C. S. Notas preliminares sobre o padrão de intervenção do Estado da Bahia (1955-80). *Revista Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p. 52-74, abr./jun. 1988.

SARMENTO, C. E. O Plano Trienal e a política econômica no presidencialismo. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/O_plano_triennial_e_a_politica_economica>. Acesso em: 8 jun. 2019.

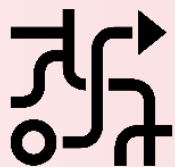
SKIDMORE, T. *Brasil: de Castelo a Tancredo (1964-1985)*. Tradução de Mário Salvino Silva. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

VALENTE, A. B. Estado e Direção de Classe: algumas reflexões sobre o período de industrialização em Feira de Santana. *A pala re-vista*, Feira de Santana, v. 01, n. 01, 2010.

VASCONCELOS, S. A. *Discurso político à luz da nova retórica: Chico Pinto e a ditadura militar*. 2005. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.

Recebido em 21/05/2023

Aprovado em 07/11/2023



GODOI, Rodrigo Tavares**

<https://orcid.org/0000-0002-6334-7808>

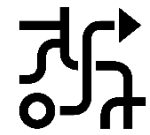
RESUMO: A experiência estética do militarismo em Rondônia depende de uma contingência que neste artigo chamamos de bolsonarismo. A partir dela é viabilizado, nesse estado da federação, uma nostalgia que energiza uma imagem-originária incorporando o lema da missão, da moral e do trabalho. Assim, ao focarmos em como esse lema aponta para um índice do rondoniense (esperado), somos arrastados para o interior de um campo de batalha compreendido, considerando a plasticidade da memória coletiva. Essa condição da memória nos movimenta, entre representação e referência, sob um problema de princípio ambivalente, e ele é de oposição em relação à tentativa de diferenciação que a história visa elaborar.

PALAVRAS-CHAVE: Experiência estética. Contingência. Imagem-originária. Rondônia.

ABSTRACT: The aesthetic experience of militarism in Rondônia depends on a contingency that in this article we call bolsonarism. From her, in this state of the federation, a nostalgic is made possible that energizes an originary-image incorporating the motto of mission, morals and work. Thus, by focusing on how this motto points to an index of the rondoniense (expected), we are dragged to the interior of a battlefield understood, considering the plasticity of collective memory. This condition of memory moves us, between representation and reference, under a problem of ambivalent principle, and he is of opposition in relation to the attempt of differentiation that history aims to elaborate.

KEYWORDS: Aesthetic experience. Contingency. Originary-image. Rondônia.

** Doutor em História pela Universidade Federal de Goiás – UFG. Atualmente é professor do Departamento Intercultural da Universidade Federal de Rondônia – UNIR, na subárea de concurso em Teoria e Filosofia da História. Atua nos temas história, memória e hermenêutica, com ênfase em hermenêutica da memória; Coordena o projeto de pesquisa “Pensar a Memória: da relação entre evento e estrutura”, institucionalizado pela PROPESq/UNIR, é pesquisador do grupo de pesquisa Teoria da História e História da Historiografia – UFMS e consultor interno do PIBIC/UNIR/CNPq.



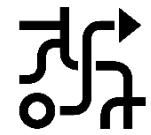
Inteiramente psicologizada, a memória tornou-se um assunto privado, que produz uma nova economia da "identidade do eu". "Pertence a mim [doravante] a atividade de lembrar-me e sou eu que me lembro".

François Hartog

INTRODUÇÃO

A contingência da qual nos referimos como bolsonarismo tem seus laços com a experiência estética, uma vez que, já partimos da defesa de haver no cotidiano rondoniense uma nostalgia em relação aos efeitos do militarismo. Entre os anos de 2019 e 2022, essa cotidianidade foi potencializada sob uma expectativa do tempo em espaços onde as práticas reforçaram uma imagem-originária que remonta processos de modernização do atual estado de Rondônia. Imagem que compreendemos sob o sinal da Estrada de Ferro Madeira Mamoré e o horror à ideia de vazio. O ideal da Modernidade sobrevive frente a um anacronismo da referência. Ou seja, para além de um ressentimento com base em experiências amargas dos efeitos do militarismo, encontramos em Rondônia um sentimento de dívida com o passado e essa sensibilidade de fazer justiça rivaliza com as denúncias do desaparecimento e das torturas. Nesses termos, como síntese, utilizamos o termo (re)sentir. E ele nos aproxima de reflexões que possuem como centro o *algo* do objeto-termo e a *itself* (Ankersmit, 2001; 2005).

Nos limites de uma hermenêutica da memória, os anos de 2019 a 2022 se mostram sob o critério da oportunidade que, em termos bergsonianos, configura a possibilidade da síntese. Então, oportunizar a compreensão de um evento é indicar em como essa contingência abre para o entendimento a apreensão daquilo que é inesperado, que inova ou que não se prevê (Bergson, 1957; Bento; Godoi; Quadros, 2022; Godoi; Quadros, 2018). Lidamos com uma plasticidade na qual a memória não se pacifica na condição de objeto da história e nem a ela pode se apresentar o signo da ambiguidade. Antes, devemos lidar com seus emissários e portadores. Por esse motivo, considerar a especificidade da semântica dos tempos históricos pode nos ajudar a entender que na linguagem da fonte há conceitos que não podemos negar nas interpretações da história. Na aproximação entre memória e contingência podemos sinalizar para as disputas em relação a evento e estrutura (Koselleck, 2006). É nessa dinâmica, do cenário rondoniense de 2019 a 2022, que iremos traçar um



caminho para se pensar a plasticidade da memória coletiva incluindo nela ideias de história de Rondônia e a cotidianidade como reforço de sua imagem-originária.

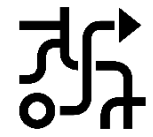
NOS LIMITES DA REPRESENTAÇÃO

De início, a representação observada pelos óculos bergsonianos foi, para Jacques Derrida, um problema que deveria incluir o absurdo do paralelismo (Derrida, 1989; 1993). Mesmo não sendo nosso objetivo adentrar a esse absurdo, é bom notar que essa antítese nos ajuda a compreender a contingência sob um norte não usual das ideias de história de Rondônia, ou seja, pelo (re)sentir.¹ Comparado a outras regiões do país, atestar que o bolsonarismo é significativo, parece-nos não apresentar novidade. Entretanto, quando nos referimos a esse estado, busca-se compreender uma cultura histórica na qual o originário replica a mudança temporal para além de exclusivamente um fundo estético da moral conservadora no cotidiano.² Precisa-se incluir nesse ingrediente princípios que fundam a imagem-originária dessa *itself* rondoniense havendo uma presença sub-reptícia com efeitos observáveis na cotidianidade.

Nesse caso, falar da representação para compreender o originário rondoniense, de sua formação histórica, não significa que devemos fazer recuos apegados à retrospecção. Queremos assinalar que prestar atenção na representação, nos ajuda a enxergar em como existe, de forma velada, um sistema de oposição entre a imagem-originária animada no cotidiano e o difícil acesso da produção historiadora

¹ A fim de encurtar discussão, o (re)sentir está sendo usado como disputa ou batalha que se arrasta no interior de uma representação por agentes performativos (políticos) e de performances (estética). Esse cenário desenhado centraliza a compreensão de uma imagem-originária, possível de ser enxergada se considerada a oportunidade que o bolsonarismo lançou na experiência estética do militarismo em Rondônia. Por isso, a contingência está sendo enxergada, neste momento, como a oportunidade para um fundo estético da moral capaz de simular o que Henri Bergson chamou de poder de síntese. Nossa finalidade não é estudar ou falar do governo Bolsonaro, mas prestar atenção nessa oportunidade que aponta para uma imagem que descreve uma originalidade do rondoniense a contrapelo da necessidade de barrar o futuro e o progresso. Nela se reivindica a superação da estrutura estruturante do vazio que intensiva seu afastamento dos discursos de conservação, defesa das populações tradicionais e povos originários.

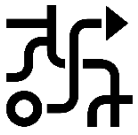
² A esse respeito, precisamos assumir o risco de que o processo migratório das regiões centro-sul do país para o estado de Rondônia tem vínculo com essa moral conservadora que encontrou um espaço aonde suas práticas conjuntaram político-religioso. Mesmo assim, o risco anunciado não significa alienação onde suas raízes ultrapassam um fundo estético da experiência do militarismo local e alcança uma consciência histórica patrimonialista e patriarcal.



profissional no imaginário dessa imagem. Para além de um anonimato, essa contingência da qual nos referimos, incorpora um discurso vivente etiquetado e celebrado como selo de garantia no *Capitão* expresso no amor à pátria, família e agronegócio (Bento; Godoi; Quadros, 2022). Essa efervescência em Rondônia está sendo compreendida a partir de uma crítica que está entre Derrida e Bergson. Em sua leitura, o preconceito bergsoniano foi o de enxergar no *re* um simulacro da *apresentação* (Derrida, 1989). Isso significa que podemos aprender dessa crítica derridariana (da defesa do paralelismo) na leitura dessa imagem-originária que, por outro lado, no bergsonismo, essa imagem se expressa como simulação duplicativa do acontecimento (Bergson, 2014).

Bem, para fazer essa aplicação da representação para ler Rondônia diante da crítica de Derrida a Bergson, entendemos que no interior desse estado o discurso de militarização assumiu uma face tendo a representação não somente um lugar de reforço para tentar alcançar uma essencialidade, mas, de fato, o próprio *pôr de volta* ou *que dê volta* (Derrida, 1989). Essa defesa da presença, em termos derridarianos, nos faz analisar a crise de sentido que institui a história no cotidiano deste estado, motivo pelo qual, a memória resiste em oposição. Sob a influência da experiência do tempo, de uma epistemologia calcada na defesa de ter sido o Regime Civil Militar brasileiro uma experiência do passado negativa, faz com que os rondonienses rejeitem essa visão historiográfica por reafirmar a imagem-originária. Porém, antes de adentrar nessa tensão ou barreira da memória/história, é bom clarificar um pouco mais esse problema da linguagem que Derrida apontou contra Bergson.

Sinalizar para a defesa de um paralelismo, significa dizer que há um processo de redução cogitando a possibilidade de uma substância que se mostre, independente da mudança temporal. Ela não significa que seja plausível defender a inviabilidade de acessar o passado. De que maneira seria isso possível? Independente do que dizem as epistemologias da história, a defesa de uma fenomenologia da memória parece ser viável a partir do momento em que se dá crédito para emissários e portadores. Porém, no caso de Rondônia eles não fazem parte, unicamente, de uma relação de carne e sangue, mas do próprio *templo* da imagem-originária. Há uma ambiência dessa memória coletiva pretendendo conservar seu processo expansivo que alcança ou ecoa nessa oportunidade. Dizer *mito, mito...*, reanima esse lugar de um *nós*, onde ele



deixa de ser jargão e passa para a missão-militância de exterminar o inimigo (mal).³ Há uma comunidade comunicativa que dispensa a alteridade porque ela institui risco à *itself*. Essa privatização do passado não coloca em distância *eu* e *nós*, porque há presença. De maneira vulgar, afirma-se que o conteúdo é tomado pela forma que, a contragosto de Bergson, foi-lhe etiquetada a defesa do *em si*.⁴

Sob o ponto de vista dessa presença, o conceito de representação depende de uma necessidade e ela é a ambivalência. Com essa observação, podemos dizer que representação e referência estão em ambivalência que, aplicada para o caso da memória coletiva, se sustenta no interior da imagem-originária. Isso significa que no caso da missão-militância rondoniense, a mudança temporal não racionaliza a oportunidade por arrastá-la para o interior da continuidade. Essa é expressada pela indicação de personagens que habitam o *templo* dessa memória, pois *re-presentam* a atualização de símbolos que vivem no interior do cotidiano, tais como a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, Marechal Rondon e Coronel Jorge Teixeira de Oliveira, cujas missões se descrevem: desenvolvimentismo, desbravamento, superação da selvageria, militarização e integração nacional. Sua motivação é o trabalho como indicação do afastamento do vazio (inóspito e confins).⁵

Afastamento que se expressa pelos bens simbólicos do hino e bandeira do estado de Rondônia (Letras, s/d). Essa referência compõe o índice que serve de substância e essência para a composição desse lugar originário do passado glorioso. A expressão da modernidade, da integração e do desenvolvimentismo encena para o rondoniense seu apego a essa imagem-originária que, para além da simples ocupação do território e expansão da fronteira norte, visa enfrentar um inimigo: aquele

³ Essa relação de pares antitéticos deve ser vista sob o eco do *eu* como *posso-dizer* (Derrida, 1989) sob um fundo moral de princípio estético do gosto tendo como poder de veto o *eu* gosto ou não gosto (Todorov, 1999). Essa moralização da história está refletida nos extremos da repulsa ao vermelho à comicidade. De um ataque a pessoas que usam camisetas vermelhas ao riso diante memes (Derrida, 1993; Rügen, 19 set. 2022, 53:54-57:53; Pescarini, 12 out. 2022; Calazença, 13 out. 2022; Godoi, 2022a).

⁴ Contestação de Bergson a Gustave Belot no I Congresso da Sociedade Francesa de Filosofia (1901). Uma leitura da qual na década de 1980, Derrida acompanhou por ter acusado Bergson de ser defensor do essencialismo da realidade (Bergson, 1957; Derrida, 1993).

⁵ As afirmações acima podem ser encontradas nas três versões da aporia da memória que representa a crítica por nós elaborada no interior das ideias de história de Rondônia calcadas no conceito de memória coletiva sob a inspiração e limitação de Maurice Halbwachs. Essas versões transitam entre memória como manipulação, vivência e imaginário. Formas de racionalizar a memória que não levam em conta a proximidade entre experiência, estética e duração (Godoi, 2020b; Bento; Godoi; Quadros, 2022; Bento; Godoi, 2020).



que ameaça o desenvolvimento regional na defesa da terra pela reforma agrária, comunidades tradicionais e preservação da floresta. Um tema que, para os rondonienses, pode significar insistência no atraso, entrave à ocupação da terra pelo trabalhador (de verdade) de mãos calejadas (migrante-pioneiro-trabalhador). Um cenário de horror combatido desde o séc. XIX (da transposição das barreiras da floresta e fluvial) e que, em pleno séc. XXI, parece assombrar o estado pela esquerdização do imaginário social. Essa contradição deve ser combatida e a oportunidade é no bolsonarismo, pois fornece o material empírico de observação. Um dado positivo da experiência do tempo militarista local (Godoi, 2022a; Bento; Godoi; Quadros, 2022).

De fato, o inimigo em evidência é o horror ao vazio e sua indicação. Para sinalizar, nas ideias de história de Rondônia e na sua imagem-originária, ele ocupa lugar privilegiado. Não se escapa dessa indicação na formulação discursiva, imaginativa, representativa ou analítica. Assim, esse horror arrasta para o seu interior a negação daquilo que possa lembrá-lo da oposição à imagem-originária. Nesse caso, o problema volta-se para a questão da alteridade. Considerando que o pioneiro coloca-se em lugar-comum com migrante-desbravador, significa que a composição do estado é celebrada pela chegada de muitos que viam nessa fronteira, em movimento, justamente aquilo que provoca o horror. Em contrapartida, no desejo de superar a natureza, o inferno verde, inclui-se nesse desejo a superação das relações tradicionais do existir (Gomes Neto, 2019; Paula, 2018).

A superação está para a negação da alteridade. Compreende-se esse desejo no sistema propagandístico do ex-governador Jorge Teixeira, no processo de transição do território para estado de Rondônia, por exaltar a migração em nome do trabalhador (Telamazônica, 06 ago. 2012, 1:12-1:30). Em Rondônia, essa manifestação de horror estende-se àquilo que representam os seringueiros, ribeirinhos, quilombolas ou indígenas. Há um modelo de sociedade a ser defendido como expressão da dialética entre moderno *versus* tradicional que, sob o efeito estético da experiência militar, sinaliza para a necessidade de continuidade da integração, modernidade e desenvolvimento.

Nesses termos, o movimento realizado para a formação do estado inclui na etiqueta o reforço à moral, trabalho árduo, defesa da família, valor do hábito cristão-conservador e produtividade (o que estimulou expropriações, grilagens e

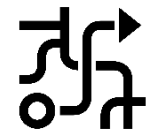


especulações da terra) (Paula, 2018). Mudar-se para Rondônia representou um verdadeiro ato de fé e perseverança para vencer esse inferno.⁶ De todo modo, produzir cisão entre o tradicional representado por determinadas comunidades já existentes e a nova face da sociedade desejada pelos militares, fazia-se necessário mais que elaborar um projeto intercultural. Devia-se olhar para a abertura do Brasil, especialmente da fronteira norte, para o capital internacional.

Essa disjunção da representação do tradicional no interior da nova figuração social não pode ser enxergada sob o estranhamento, não quando estamos lidando com projeto político. Lendo Rondônia sob esse efeito estético do militarismo no estado, as políticas de integração realizadas desde a década de 1930 tiveram sua consolidação nas décadas de 1970/80. Com o ex-governador Jorge Teixeira que há efetiva relação entre missão e o *templo* da memória (coletiva) dos desapossados da Estrada de Ferro Madeira Mamoré. Momento em que a expectativa do tempo no cotidiano performativo, estabeleceu uma performance encobridora do drama da desativação do projeto ferroviário, ainda na década de 1960. Essa estratégia designou para a missão, significação dada pelo próprio Teixeirão, retirada do sonho rondoniense das proximidades do horror ao vazio (Governador, 12 jul. 2011, 0:06-0:30).

A esta altura de nossas afirmações, a noção de estrutura estruturante não somente está para significar o interesse em povoar e desenvolver a região norte, mas também negar à alteridade a sinalização do futuro. Essa negação pode ser apropriada a partir de nossa contingência como manchetes de jornais que evidenciaram a antipatia da administração pública federal (2019-2022) em assuntos como preservação da floresta, conservação ambiental, consolidação do marco temporal (territórios indígenas) e intitular de terroristas camponeses que lutam pelo direito a

⁶ A significação do infernal para se referir à Amazônia e a Rondônia, em específico, depende de uma imaginação social representada por uma literatura que exalta o destinatário. Como exemplo, da aporia da memória coletiva, momento em que cronistas ou escritores estabeleceram a imagem do inferno associada à dificuldade de vencer a natureza, para significar a baixa qualidade de vida, a ausências ideais da presença do Estado, do sentimento de abandono e desalento, das relações sociais nas quais as desigualdades representaram exploração e violência. Essa imagem do passado rondoniense visou encontrar o leitor de regiões não nortistas, a fim de provocar sensibilidade, comoção ou empatia tendo como finalidade reforçar o espírito de repulsa à estrutura estruturante do vazio. Essa imagem pode ser encontrada, para além da imprensa e crônicas da época, produções de documentários, filmes e livros que visam apresentar e ressaltar esse imaginário nostálgico do rondoniense (Gomes Neto, 2019; Museu, 27 out. 2016, 00:15-15:16).



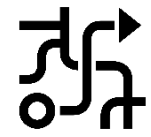
terra. Nesse encobrimento, o termo originário não se aplica para valorizações étnicas ou culturais de comunidades tradicionais, mas expansão de uma imagem sentida e atualmente na figura do *Capitão* que ocupou a posição de piloto que esteve na direção (Derrida, 1989). Esse simulacro da duração replica o preconceito a partir da moralização da história.⁷

Anteriormente, afirmamos que a ambivalência anima e movimenta-se no interior da representação. Como isso se realiza na prática? No caso de Rondônia a expressiva adesão ao bolsonarismo tendeu a rejeitar as diferenciações que a história realiza como trabalho cognitivo frente à automatização da memória (Godoi, 2020a). Essa ambivalência, que deveria ser de complementaridade, resiste no caso de Rondônia, porque a imagem-originária dificulta a sensibilidade que reconhece na mudança temporal a diferença ou, para aquilo que pode ser reforçado como a alteridade de si mesmo na busca da *itself* da experiência do passado (Rüsen, 29 set. 2022, 41:46-52:25). Nessa dificuldade de reconhecer o outro ou da interculturalidade, o sentido almejado é aquele que em Derrida se faz absurdamente através de dados da consciência ou históricos (Derrida, 1989).⁸

Essa absurdidade pode ser encontrada quando olhamos para dados empíricos ligados ao desenvolvimento da Amazônia que atravessa o militarismo de Vargas (1937-1945), da Ditadura Civil Militar (1964-1985) e reconhecida pelos óculos nostálgicos da contingência que estamos contornando. Um efeito estético recheado de portadores autorizados que, pela memória, produzem síntese que rivalizam com a alteridade de si e de outrem. Atualmente, essa autorização performativa se fez com o *eu autorizo* independente da responsabilidade ética, historicamente situada, dispensando e, por vezes negando, desaparecidos, mortos e torturados pelo Regime Civil Militar (Bento; Godoi; Quadros, 2022).

⁷ A moralização da história reforça o simulacro desejado pela imagem-originária, pois energiza o senso ambivalente entre amigo e inimigo. Essa moralização da história a submete aos interesses privativos da memória em contínua disputa (Rüsen, 2009). Disputa que incide na necessidade do sofrimento cuja transposição da barreira memória/história coloque a história no interior de um conflito, desnecessário, entre ética e estética (Bento; Godoi; Quadros, 2022; Rüsen, 19 set. 2022, 1:17:10-1:23:10).

⁸ Nesse caso em especial, a questão está diretamente para a consciência ou história, mas para sua associação com dados. Isso significou, para Derrida, a recusa da mudança e defesa de uma imagem que fosse capaz de indicar uma linguagem real de uma realidade literal da experiência do passado. Esse é o motivo pelo qual o paralelismo se torna um absurdo, pois dados e fenômeno são diferentes.



Quando nos colocamos no interior de uma história (re)sentida, para além de uma experiência do passado negativa, o militarismo significa, no interior de Rondônia, o desejo de progresso. Com isso, o inimigo deve ser combatido com as armas da representação encontradas na autorização performativa. O ressentimento decorrente da imagem-originária está no fato do outro ser associado ao comunismo e ao estímulo do atraso, da barbárie, do risco à propriedade privada e da moral. O efeito estético do militarismo em Rondônia incorporou elementos de performances arrastando a imagem para o interior da batalha do bem contra o mal. Essa missão-militância existente nesse estado pode ser interpretada considerando o conteúdo da forma. Isso significa que temos de considerar, criticamente, o substrato desse conteúdo no qual os dados empíricos são ordenados de maneira a responder uma necessidade e ela se torna demonstrável a partir do princípio, criticado no bergsonismo, que é a defesa de uma essência encontrada em um absoluto (transcendente) que independe das contingências (Bergson, 1957).

A PRISÃO DA IMAGEM NA RE-PRESENTAÇÃO

A imagem-originária tem por finalidade anunciar que a mudança temporal em nada pode interromper uma necessidade moral, mesmo sob um fundo estético. Em outros termos, prestar atenção à experiência estética rondoniense do militarismo é defender a essência que consolidou a estrela do oeste. Esse dado histórico visa instituir na memória coletiva o conceito de imagem sob a defesa do *algo* resistente à mudança. A significação do *re* da *apresentação* viabiliza reforço para um desajuste dos fenômenos. Aplicado para o caso rondoniense, os emissários da imagem-originária se apresentam no cotidiano na forma de nomes de ruas, praças, ginásios, comércios, órgãos públicos ou imagens-movimento. Esse *re* organiza uma ideia e ela é imediata a partir da interação. Em se tratando de memória, essa interação é entre passado e presente, da tomada do começo pelo fim, de uma duração artificial (Hartog, 2013). Na defesa de Jorge Teixeira, ao olhar para trás, observa-se que Rondônia apresenta um passado glorioso, realizado por trabalhadores de mãos calejadas que, como eco na contingência, são os verdadeiros (Governador, 12 jul. 2011, 0:06-1:23).⁹

⁹ Esse jargão do trabalhador de verdade é replicado, de inteiro teor, no bolsonarismo. Em sua propaganda veiculada para o segundo turno das eleições de 2022, etiqueta o trabalhador de verdade (mãos calejadas) à agricultura familiar e concessão de título de posse da terra (escrituras). Ela replica o discurso propagandístico do governo estadual, da década de 1980,



Sob a hermenêutica da memória, a imagem-originária não pode ser tomada como um eco do passado que em si se representa, mas como expressão de uma política da memória que disputa com a escrita da história o lugar de retorno subjetivo. Esse conteúdo da forma imputa à observação empírica uma formulação necessária que demonstra um cenário positivo (colaborativo) com a expectativa do tempo no cotidiano. Não se pode negar, junto da memória coletiva, o homônimo dos trilhos, mas desta vez sob a esfera da vida prática. Isso significa que os trilhos representam, para além de uma linha férrea, a incorporação da memória coletiva no interior da imaginação social. Assim, olhar para trás significa superar aquilo que nega a imagem do pioneiro-trabalhador. O migrante, tão esperado no discurso federal e estadual dos anos 1970/80 representa o afastamento da estrutura estruturante como motivação desse processo de ocupação do território. Dessa forma, ao invés de tê-lo por espaço vazio, devia haver relação intrínseca entre ele e a produtividade (agro/pecuária/industrial) (Goza, 1994; Bento; Godoi; Quadros, 2022).

Como tônica circular, os emissários da imagem-originária dependem do imediato e da interação como estratégia para se evitar o reconhecimento da mudança temporal. Esse reconhecimento condiciona entender circunstâncias (diferenças/novidades) não corroboradas no simulacro da duração. Esse visa a colocar a imagem na dimensão do espaço. Já mencionado anteriormente, no bergsonismo este não é um caminho satisfatório, porque gera mal-entendido na relação forma e conteúdo. Essa visão do simulacro pode produzir confusão ou ambiguidade na compreensão do tempo pelo espaço que coloca a duração sob o signo da conservação. E, para explicá-lo, deve-se seguir um caminho que para nós é o de uma arqueologia da retórica.

Em Derrida o simulacro da duração pode ser entendido pela crítica que fez da retirada da metáfora (Derrida, 1989). Ele impede que possamos compreender que o passado, na dinâmica de sua passividade (foi/não mais/ter sido) confunde essência com dados empíricos. Isso implica, na idiosincrasia, na impossibilidade de separação entre a imagem-originária e o presente do passado no presente. Esse paralelismo entre as categorias de tempo que se descreve no conceito de presença significa

na imagem de Jorge Teixeira. Esse discurso representa a imagem-originária, e ela rivaliza com aqueles que representam o tradicional (Propaganda, 07 out. 2022, 9:32-9:41; Bolsonaro, 08 out. 2022, 2:24-2:46; Telamazônica, 06 ago. 2012, 1:18-1:35).

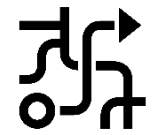


atestar a crença no transcendente metafísico. Na fenomenologia essa presença depende do crer, da junção ou lugar-comum entre voz e fenômeno. Ou seja, sob o princípio escatológico, seria o mesmo que encontrar o caminho a ser percorrido a partir de um dado empírico, o que nos induz à crença na missão-militância do político-religioso. Essa base ontológica da *mística* rondoniense reproduz uma moral vivente no interior do estado onde o conteúdo é enxergado pela forma, ou seja, pela morte da contingência – novidade, imprevisibilidade e liberdade (Bergson, 1957).

A *re-presentação* organiza-se no interior de uma motivação que é a própria ambivalência de oposição que divide o tempo histórico em antes e depois da modernidade. Os dados empíricos que podem ser tomados como tempo representam, em substrato, a indicação do espaço como simulacro de movimento, pois há mudança e compulsão para eliminar o horror do vazio. A afirmação anterior tem sua inspiração na crítica filosófica que coloca em perspectiva Derrida e Bergson, porém, para não sermos absorvidos pelos argumentos metafísicos, essa querela nos indica que a imagem-originária se torna um desvio, em sentido hermenêutico.

Nesse caso, em se tratando de contingência, consideramos a positividade da defesa bergsoniana por ter criticado a associação da contingência com paralelismo ou para uma leitura por nós tida como equivocada, reverberada desde Maurice Halbwachs, na qual a duração confunde-se com individual (experiência-percepção). Essa forma da qual Bergson denunciou implica no desejo de atualização contínua nos moldes de um presentismo. Ainda que esse se torne um exemplo metafórico da duração, concebe-se uma abertura na contingência que insiste numa estrutura psicologizante da memória (Hartog, 2013).

Os trilhos são mais que o ferro, a propulsão, os trabalhadores. Eles representam a soberania nacional desenhada antes mesmo do Regime Civil Militar brasileiro (1964-1985). Independente da memória que se tem da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, sua marca não deve estar, como análise, exclusivamente na alusão de vontade política de desbravamento, investimentos financeiros, criação da capital de Rondônia e relações internacionais como expressões positivas ou negativas de uma memória coletiva. Deve-se incluir, também, o efeito estético dessa experiência no cotidiano com suas respectivas saturações dos agora (Godoi, ago. 2022b, 03:00-14:00).

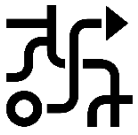


Essa abertura como efeito estético de uma cotidianidade, nos indica que pela contingência a imagem-originária dispensa a mudança temporal e simula uma realidade que expressa seu paradigma na sucessão contínua, progresso histórico e conservação essencial decorrente de uma necessidade de os conteúdos aderirem-se à forma. Ou seja, essa contingência que se apresenta para uma hermenêutica da memória como oportunidade é, nos espaços praticados, a sua negação (Bergson; 2014). Uma negação que precisou acomodar o amargor, testemunhal, dos desapossados e expropriados da máquina-ferro, no contexto de sua desativação, nos limites da imagem-originária.

No documentário realizado no ano de 1981, pela Fundação Nacional Pró-Memória (FNpM) em conjunto com o governo do estado de Rondônia, decorrente da assembleia realizada com a comunidade ligada à ferrovia, ocorrida em novembro de 1980, somos induzidos a pensar na esperança, na retomada, no retorno dela nesse contexto (mesmo ano que João Figueiredo assinou o decreto elevando Rondônia ao status de estado da federação) como significação da expectativa do tempo no cotidiano. Essa relação com o tempo destoa-se nos projetos militares. A reabertura dos trilhos reacendeu nos corações dos ferroviários a ilusão de ver, novamente, o trem percorrer o trecho de Porto Velho a Guajará-Mirim. Projeto frustrado que não ultrapassou fins turísticos de um pequeno trajeto.

Nas palavras do sr. Manoel Soares, eles trabalharam com empenho, a fim de colocar de volta nos trilhos, a locomotiva (Museu, 09 out. 2016, 1:8-2:4). Esse empenho se deu em virtude das práticas realizadas pelo governo federal logo após ter desativado a ferrovia no ano de 1966 resumidas na destruição de seu acervo. Na época queimaram arquivos, despejaram peças e equipamentos no rio Madeira e as abandonaram às margens da ferrovia. Para ter voltado a funcionar em 5 de maio de 1981, fora necessário que os ferroviários buscassem peças antigas, recondicionando e restaurando-as para que voltassem a ouvir o apito e ver o vapor saindo das caldeiras.

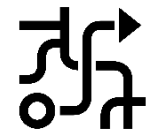
Em depoimento, o sr. Francisco Antônio Araújo declarou, com amargor em meio à frustração, que o exército brasileiro não tinha interesse na ferrovia. A chegada deles representou o seu fim, pois o interesse era à rodovia (efetivação da BR 364). Um homem que dedicou sua vida aos trilhos desde o ano de 1927. Ao ser perguntado quanto aos motivos da desativação, respondeu: “Aí não pode dizer nada” (Museu, 27



out. 2016, 2:00-3:42). Sua afirmação sugere certo trauma, havia um silenciamento que circulava desde a desativação até o dia da entrevista. O não poder dizer nada fazia parte da autoridade e transferência realizada para a guarda dos militares do todo relacionado à ferrovia. O desvirtuar da esperança pode ser significado pelo fatalismo. Aos desaparecidos recai a significação simbólica, pois representam o apagamento ou eliminação de materialidade. Com os militares, a operação, desde 1966, foi a de desaparecimento dos *corpos* da ferrovia. Seus condenados choraram e esperaram por justiça. O ano de 1981 representou a possibilidade de fim do luto e raiar do perdão. Esse trauma que circulava numa comunidade comunicativa fazia sentido, somente no cotidiano.¹⁰

Fora formas distintas de comemorar a ferrovia, eis a questão. O projeto estimulado pelo governo federal de resgate da ferrovia não ocupava lugar-comum com a expectativa do tempo no cotidiano dos ferroviários. O objeto-termo dependia mais da imagem-originária que consolar os condenados que se emocionavam ao ver a *ressurreição* de um *corpo* mutilado que se encontrava *desaparecido*. Esse trauma precisou se conformar com a criação do museu da estrada de ferro. Ele representou o monumento aos *desaparecidos* e perdão por retirar desse momento uma lição. O início do documentário da FNpM se dá nessa relação entre esquecimento e lembrança. Uma estratégia que visa apaziguar ambos sob a lógica da expectativa (utopia). Entre o trauma do passado e a esperança do futuro, o governo federal tratou de assentar um discurso que fizesse sentido. Essa experiência traumática se transforma em locomotiva imaginária, utópica, comemorada. Fazer sentido é espelhar o esforço do trabalhador obsoleto e fazer referências às seis mil mortes. Do luto ao perdão. O cotidiano se acomodou, espelhou-se nos discursos de Jorge Teixeira e, de

¹⁰ A dimensão traumática foi tomada pela metáfora do campo de concentração. Colocar em conjunção ferrovia e o *holocausto* quer significar dimensões entre repressão política autoritária e os presos. Porém, no campo simbólico, representa uma realidade cotidiana onde os ferroviários estavam presos, pois fora retirada uma vida de forma violenta. Esse poder simbólico dos militares aprisionou os condenados da ferrovia a uma imagem do presente onde os corpos sofriam em decorrência da privação, ausência e expropriação. Pessoas que ficaram privadas de mercadorias, isolados no período de cheias, residentes em casas ameaçadas de despejos, vulneráveis às doenças, déficit no acesso às condições básicas de água encanada e energia elétrica. Esse retrocesso e privação associara o trauma da ferrovia à destruição, uma experiência negativa significada nos galpões da ferrovia – instalações abandonadas na cidade de Porto Velho. Esse abandono do símbolo da ferrovia significou silenciamento, repressão e obediência à voz de comando. Essa metáfora do campo de concentração foi usada pelo engenheiro Luiz Leite que, ao retornar para o estado e capital, espantou-se ao ver a mudança na realidade da ferrovia (Museu, 27 out. 2016, 6:16-7:48).

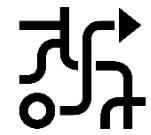


lá pra cá, o inferno verde, a estrada da morte e a ferrovia do Diabo foram assentados no discurso do progresso e desenvolvimentismo. Discurso enérgico incorporado no bolsonarismo que dentre as nuances, circula o imaginário social, comemorado e consumido no interior do cotidiano. Como exemplo dessa cotidianidade, uma cervejaria que brinda o sucesso rondoniense por encontrar no homônimo dos trilhos uma homenagem à locomotiva que levou o nome do Coronel Church.

No documentário exibido pela TV Cultura, a lendária frase de para cada dormente, um operário, se deve ao fato de que na reta/seta do Abunã, o terreno era alagadiço e, por isso, os casos de malária eram elevados – trecho de muitas mortes que antecedia a chegada a Guajará-Mirim. Interessante que, no ano de 2021, foi inaugurada, pelo então presidente da república brasileira, Jair Bolsonaro, a ponte do Abunã. Inevitavelmente, ao estilo lógico dos militares, essa ponte não representou somente a passagem entre Rondônia e Acre, mas mais uma vitória do progresso em relação à natureza. Um evento muito comemorado, cheio de simbologias religiosas, citações de trechos da Bíblia e, continuamente, apontando para a superação de um sistema primitivo, nesse caso, das balsas (Tv Cultura, 16 out. 2011, 15:01-15:23; Bento; Godoi; Quadros, 2022).

Não coincidentemente, esse ato público político, fortalece o originário etiquetado no processo comemorativo de criação do estado de Rondônia (1981), representado em Jorge Teixeira. Cenário importante por apresentar um evento comemorativo que inclui modernização – tecnológica, televisiva, saúde, educacional, histórica e valorização do trabalhador por conceder-lhes títulos de propriedade da terra. Uma marca que apaga a dialética, que rejeita a defesa cronista romântica do inferno, que encobre a alteridade e dispensa a defesa de ser a memória posteridade. Essa dispensação ou não da referência na imagem de Rondônia, sinaliza para que olhemos seu originário como índice (Bento; Godoi; Quadros, 2022). Poderíamos dizer que, diferentemente do bolsonarismo, representar essa contingência que reforça a imagem-originária, o Teixeira constitui a própria consolidação dela – contexto reivindicatório de redemocratização do país.

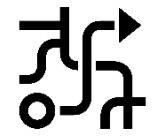
A Estrada de Ferro Madeira-Mamoré se forma no homônimo, porque os trilhos representam, economicamente, tanto acessibilidade quanto modernidade, tanto expansão territorial de um país quanto nacionalização (integração). Sob o ponto de vista dos eventos, não se pode confundir o contexto da construção dessa linha férrea



com o projeto desenvolvimentista do Regime Civil Militar. Conforme dito anteriormente, nos anos de 1960, a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré já não era interessante para a ~~então~~, economia brasileira calcada na abertura para o capital internacional. Então, além da perda de interesse pelos motivos econômicos que consolidaram a construção da estrada de ferro, a sua lógica de transporte já não fazia parte do atual capital desenvolvimentista, exceto, para o cotidiano representado pelos corpos que passaram a decorar o *templo* da memória. Esse drama, vivido pelos órfãos da ferrovia, foi incorporado na memória coletiva como expectativa. Ou seja, sob a semântica dos tempos históricos, o armagor da experiência do passado fora substituído pela forma. Isso significa que da contingência dispensou-se a novidade, porque a necessidade da forma era de a expectativa inventariar a experiência (Koselleck, 2006).

Considerando que a ambivalência entre diferenciação da história e automatização da memória é de oposição, significa que no cotidiano rondoniense, a contingência nos apresenta a oportunidade de compreender, além da dificuldade de influência historiográfica na vida prática, sua condição desagradável. A historicização ou sua experiência desagrada certo retorno subjetivo do passado porque o cotidiano está energizado por um conteúdo cuja forma o molda sob o princípio da missão-militância. Essa contingência representa não somente a anulação da novidade, mas oportunidade de compreender que a imagem-lembrança se veicula para uma demonstração do empírico experimentando uma abertura que atualiza um espírito do tempo performado pelos emissários e na performance do cenário que dispensa a racionalização pela defesa do (re)sentir. Esse valor político e estético da memória fortalece um estar-junto (nós) que comunica ao rondoniense uma imagem-originária circulada nos espaços privados e privativos da imaginação social na comemoração do passado como efeito estético do militarismo nos dias de hoje.

Como disse Derrida, essa batalha que se trava no interior de cenários ou molduras, para usar uma metáfora à obra de arte, visa a encontrar os destinatários que nos espaços praticados disputam e perseguem essências sem as conquistar, em definitivo, a menos que seja no jogo das representações (Derrida, 1989). Porém, esse jogo não aparece no interior das escritas da história de Rondônia, uma vez que nele a retrospectiva, o acesso, a verdade, o reducionismo do *phone*, o discurso como representação-imaginário não tem importância decisória. O decisionismo pertence à



memória, mas ela não pode ser vista sob o jogo dialético do processo histórico ou da continuidade cronológica como desenvolvimento (transcendente).

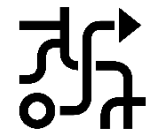
Bem, a *re-presentação* deve ser entendida sob a defesa da metáfora que simula desvincular dela, a metonímia. Esse simulacro, que pode ser confundido com duração, institui na imagem-originária a substituição de aspectos pela essência. Então, a *itself* de Rondônia apreende à missão a feição mística do político-religioso que, para isso, podemos fazer da premissa de ser a memória condicionada à posteridade. Nesse elemento, a memória coletiva imputa para o futuro do passado uma representação disputada pela política do passado performado.

CONCLUSÃO

Então, as páginas que compõem esta discussão estão voltadas para compreender em como, a partir de uma contingência, abriu-se uma estrutura que se impôs e em como ela influencia uma leitura, em particular, do estado de Rondônia. Esse presumido está incorporado em nossa interpretação com base no conceito de experiência estética. Conceito que implica na cotidianidade atual o lugar-comum entre imagem e originário como entendimento para o efeito estético de uma experiência (re)sentida do militarismo. Esse movimento visa a sinalizar ~~para~~ como a plasticidade da memória coletiva ultrapassa os limites da posteridade, idiosincrasia ou ambiguidade. Há limites performativos e de performances entendidos entre imediato e interação que disputam entre si sob uma *différence* tensionada no interior da barra entre história/memória.

Para fazer uso de uma metáfora derridariana, um cenário arrastado por uma onda que, ao sinalizar o caminho, desautoriza essa sinalização por levar de volta para o mar impressões necessárias dessa indicação. Sendo assim, por essa complexa relação com o temporal, ~~que~~ insistimos em nos manter em meio a tensões entre história e memória. Compreender um caminho com base nos argumentos de Derrida e Bergson pareceu-nos apropriado, a fim de insistir na diferenciação necessária desse misto entre singular e essencial, único e fenômeno, contingência e protensão na temporalidade (Bergson, 1957; 2014; Derrida, 1989; 1993).

A experiência estética do militarismo em Rondônia pode ser compreendida, de partida, como o reforço da contradição sustentada nas leituras críticas a Bergson, ou seja, que insiste no paralelismo de sua filosofia. Esse entrave nos lança na defesa



homônima dos fenômenos: daqueles que se repetem e dos que duram na expressão de seus aspectos. Mas, de toda forma, incluir a Estrada de Ferro Madeira Mamoré para compreender a imagem-originária de Rondônia, nos mostra um efeito estético dessa experiência do passado que se arrisca num jogo perigoso do (re)sentir que é colocar em lugar-comum pioneiro, trabalhador e migrante. Um jogo que pudemos enxergar na janela aberta pelo bolsonarismo em Rondônia, onde as raízes dessa contingência nos arrastam para arquétipos sociais que estão entre a negação da alteridade de si, de outrem e afirmação da escatologia.

REFERÊNCIAS

ANKERSMIT, Frank. *Historical Representation*. California: Stanford University Press, 2001, p. 149- 175.

ANKERSMIT, Frank. *Sublime Historical Experience*. California: Stanford University Press, 2005, p. 241- 262.

BENTO, Luiz Carlos; GODOI, Rodrigo Tavares. História da historiografia e teoria da história: avanços e possibilidades. In: PATRIOTA, Rosangela; RAMOS, Alcides Freire (orgs.) *História Cultural: reflexões contemporâneas*. São Paulo: Ed. Verona, 2020. Epub.

BENTO, Luiz Carlos; GODOI, Rodrigo Tavares; QUADROS, Eduardo Gusmão de. *História (Re)Sentida. Compreensão Ética e Estética de Arquétipos Autoritários Brasileiros: ensaios de historiografia crítica em contexto de crise de sentido*. Vitória: Ed. Milfontes, 2022, 224 p.

BERGSON, Henri. *Écrits et Paroles I*. Paris: PUF, 1957, p. 139-167.

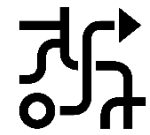
BERGSON, Henri. *Oeuvres Complètes*. France: Arvensa Éditions, 2014. E-book. Disponível em: <https://www.arvensa.com/bibliotheque-numerique/oeuvres-completes/henri-bergson-oeuvres-completes-ebook-epub-pdf-kindle/>. Acesso em: 08 nov. 2022.

DERRIDA, Jacques. *La Deconstrucción en las Fronteras de la Filosofía: la retirada de la metáfora*. Barcelona: Ed. Paidós: I.C.E. de la Universidad Autónoma de Barcelona, 1989, 128p.

DERRIDA, Jacques. *La Voix et le Phénomène*. France: Quadrige: Puf, 1993, 117p.

GODOI, Rodrigo Tavares. Historicidade dos memes, automatização da memória, comicidade: uma reflexão crítica em contexto distópico. *Literatura, História e Memória*, 2022a, v. 18, n. 32, p. 270-293. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/rlhm/article/view/28437>. Acesso em: 18 de set. 2023.

GODOI, Rodrigo Tavares. (In)confiabilidade da memória como introdução à interpretação temporal da lembrança: um diálogo com Aleida Assmann. *Trilhas da*



História, 2020a, v. 10, n.18, p. 161-188. Disponível em: <https://trilhasdahistoria.ufms.br/index.php/RevTH/article/view/10100>. Acesso em: 18 de set. 2023.

GODOI, Rodrigo Tavares Godoi. Teoria da memória: diálogo transdisciplinar e metahistória. In: BENTO; Luiz Carlos; GODOI, Rodrigo Tavares; PASSOS, Aruanã Antonio dos (orgs.) *Historiografia Crítica: ensaios, analítica e hermenêutica da história*. Vitória: Ed. Milfontes, 2020b, p.161-230.

GODOI, Rodrigo Tavares; QUADROS, Eduardo Gusmão de. Entre a evidência e o indício: pistas para uma hermenêutica da memória. In: MORAIS, Julierme (org.) *A História sob Olhar Crítico: reflexões sobre terra, religiosidade e crise*. São Leopoldo: Oikos, 2018, p.30-43.

GOMES NETO, João Maurício. *Imaginários da Civilização em Rondônia: vencer o desconhecido, domar a natureza e construir a modernidade (século XX)*. Franca: UNESP, 2019. (tese de doutorado). Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/182050>. Acesso em: 10 de jul. 2023.

GOZA, Franklin. Brazilian frontier settlement: the case of Rondônia. *Population and Environment: a journal of interdisciplinary studies*, 1994, v. 16, n. 1, p. 37-60. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/i27503371?refreqid=excelsior%3Adf9822deaecdac298d32f0655a5b52bf>. Acesso em: 01 nov. 2022.

HARTOG, François. *Regimes de Historicidade: presentismo e experiência do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013, p.133-191, 247-260.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição para a semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC Rio, 2006, 368 p.

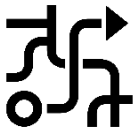
PAULA, Cátia Franciele Sanfelice de. *História de Trabalhadores no Processo de Transformação das Relações Capitalistas em Rolim de Moura (1970-2018)*. Uberlândia: UFO, 2018. (tese de doutorado). Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/22634>. Acesso em: 10 de jul. 2023.

RÜSEN, Jörn. Como dar sentido ao passado: questões relevantes de meta-história. *História da Historiografia*, 2009, n. 2, p. 163-209. 2009. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/12>. Acesso em: 15 out. 2022.

TODOROV, Tzvetan. *A Conquista da América: a questão do outro*. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1999, p. 223-243.

FONTES

BOLSONARO (programa eleitoral 5min-tv): homenagem ao nordeste e críticas ao PT [S.l.: s.n], 8 out. 2022. 1 vídeo (5m10s). Publicado pelo canal poder 360. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xiO4HucQHhk>. Acesso em: 18 jul. 2023.



CALAZENÇO, Leonardo. Bolsonaroistas vão ao arcebispo e hostilizam imprensa em missa de Nossa Senhora Aparecida, em SP. *Diário de Goiás*. [Goiás, 2022]. Disponível em: <https://diariodegoias.com.br/bolsonaristas-vaio-arcebispo-e-hostilizam-imprensa-em-missa-de-nossa-senhora-aparecida-em-sp/>. Acesso em: 14 out. 2022.

GODOI, Rodrigo Tavares. Experimentar histórias, narrar vivências: uma compreensão da experiência estética rondoniense. II Seminário do Grupo de Pesquisa em Teoria da História e História da Historiografia no Brasil “História (Re)Sentida: compreensão ética e estética de arquétipos autoritários brasileiros” [S.l.: s.n.], 05 out. 2022c. 1 vídeo (1h29m42s). Publicado pelo canal Luiz Carlos Bento. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=WgRdSIJd-7M>. Acesso em: 07 nov. 2022.

GODOI, Rodrigo Tavares. Provisoriedade do conhecimento histórico [S.l.: s.n.], ago. 2022b. 1 vídeo (15m19s). Publicado pelo canal de podcast Minutos da História. Disponível em: <https://open.spotify.com/show/7ERLqec70teOkJNdG1chvt>. Acesso em: 18 jul. 2023.

GOVERNADOR teixeirão: inauguração do estado de RO de 22 de dez. 1981 [S. l.: s.n.], 12 jul. 2011. 1 vídeo (2m48s). Publicado no canal cidade em destaque. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=YNhvEWIsFLE>. Acesso em: 04 nov. 2022.

LETRAS (s/d). Hino de Rondônia. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/hinos-de-estados/126619/>. Acesso em: 18 jul. 2023.

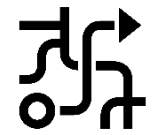
MUSEU pró-memória (1981). A ferrovia do diabo estrada de ferro madeira-mamoré – 1 de 3. [S.l.:s.n.], 27 out. 2016. 1 vídeo (15m16s). Publicado pelo canal do Iphan Minas Gerais. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Q1byZyewglE>. Acesso em: 14 out. 2022.

PESCARINI, Fábio. Católicos Bolsonaroistas encurralam jovem ao lado da basílica de Aparecida; veja vídeo. *Folha de São Paulo*. [São Paulo, 2022]. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/10/catolicos-bolsonaristas-encurralam-jovem-de-vermelho-ao-lado-da-basilica-de-aparecida-veja-video.shtml>. Acesso em: 14 out. 2022.

PROPAGANDA eleitoral Brasil – Presidente – 07/10/2022 tarde e noite – primeira do 2º turno. [S.l.:s.n.], 07 out. 2022. 1 vídeo (10m24s). Publicado no canal televisão no RS. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=JRQnjZO5nV4>. Acesso em: 12 out. 2022.

RÜSEN, Jörn. O futuro da didática da história. [S.l.: s.n.], 19 set. 2022. 1 vídeo (1h36m46s). Publicado no canal PPGH-UFG. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=XEUbWzc4xiA>. Acesso em: 28 out. 2022.

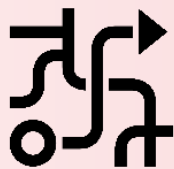
TELAMAZÔNICA: Governo de Rondônia. [S.l.: s.n.], 06 ago. 2012. 1 vídeo (6m23s). Publicado no canal Rui Fibiger. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PdAW6dsAWag>. Acesso em: 01 de nov. 2022.



TV CULTURA especial: estrada de ferro madeira-mamoré (EFMM).[S.l.: s.n.], 16 out. 2011. 1 vídeo (19m). Publicado no canal Luiz Évora. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=XxUpe8jzw3U>. Acesso em: 21 out. 2022.

Recebido em 18/04/2023

Aprovado em 09/11/2023



ANTONIO, Stefany dos Santos*

<https://orcid.org/0000-0002-7813-7475>

NOGUEIRA, Ione da Silva Cunha**

<https://orcid.org/0000-0003-4179-2166>

RESUMO: Esse artigo tem como objetivo proporcionar reflexões sobre o período à ditadura civil militar brasileira (1964-1985) e seus impactos na educação, em especial no processo de alfabetização, ainda insipiente especialmente na fase inicial de tal período. Como a alfabetização foi enxergada pelos militares no período em que estiveram no poder, se houve investimentos ou sucateamento. Quais as consequências deixadas por sua implementação. Dessa forma foi realizada uma revisão bibliográfica na historiografia que aborda tal temática, buscando ponderar e inferir sobre as características que o sistema educacional brasileiro possui, em especial as heranças deixadas por este marco na história brasileira. Finaliza-se este debate historiográfico através do diálogo estabelecido entre a contemporaneidade e o que a ditadura civil militar proporcionou entre mudanças e permanências.

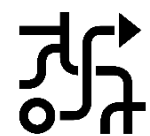
PALAVRAS-CHAVE: Militar; educação; alfabetização.

ABSTRACT: This article has the purpose to provide reflections on the period of the Brazilian civil military dictatorship (1964-1985) and the impacts on education, especially in the literacy process, still incipient especially in the initial phase of this period. How literacy was seen by the military during the period in which they were in power, whether there were investments or scrapping. What are the consequences left by its implementation. In this way, a bibliographic review was carried out in the historiography that addresses this topic, seeking to consider and infer the characteristics that the Brazilian educational system possesses, especially the legacies left by this milestone in Brazilian history. This historiographic debate ends through the dialogue established between contemporary times and what the civil-military dictatorship provided between changes and permanence.

KEYWORDS: Military; education; literacy.

* Graduanda do Programa de Pós Graduação Mestrado Educação, pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Três Lagoas. Contato: stefanydossantosantonio@gmail.com.

** Doutora em Educação pela Universidade Estadual Paulista na Área de Políticas Públicas e Administração da Educação Brasileira - Faculdade de Filosofia e Ciências - Marília - SP (2010) com Pós-doutorado em Educação pela Universidade Estadual Paulista UNESP/Assis (2021). Mestre em Educação Escolar (2000) e Licenciada em Pedagogia (1996) pela Universidade Estadual Paulista (UNESP/FCL-AR) - Faculdade de Ciências e Letras - Araraquara. Contato: ione.silva@ufms.br.



INTRODUÇÃO

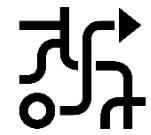
O presente artigo coloca em perspectiva o período histórico referente a ditadura-civil militar instaurada no Brasil, entre 1964 a 1985. Tal recorte temporal justifica-se devido à relevância e importância que tal período representou na construção do Brasil contemporâneo, influenciando vários aspectos da sociedade como: economia, política e educação.

Com enfoque na educação, a análise proposta está centralizada em como a alfabetização da população brasileira foi tratada pelos governos militares no período em que estiveram no poder, considerando que tal processo educacional necessitava adentrar nas mais diversas camadas da sociedade brasileira, tanto nos sujeitos jovens e adultos, quanto nas crianças.

Dessa forma será utilizado um olhar histórico-crítico do tempo destacado, por meio do estudo de historiadores como: Marcos Napolitano (2014), Elio Gaspari (2002), Boris Fausto (2006) e Carlos Fico (2015), afim de melhor compreender o que foi a ditadura civil-militar, o como e o porquê foi instaurada e quais foram suas primeiras consequências e impactos na sociedade brasileira.

O conceito historiográfico “ditadura civil militar” será utilizado como uma perceptiva própria, a partir das contribuições de René Armand Dreifuss (1981) em sua obra: “1964:A conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe.” Através da utilização do presente conceito, reconhece que o golpe realizado em 1964 não foi de autoria totalmente militar, tendo uma participação da parcela civil, representada pelos interesses econômicos do empresariado brasileiro que era contrário as políticas populistas, sociais e as reformas de base que eram debatidas por Jango no cenário pré golpe. Os interesses estadunidenses também foram primordiais na consolidação do golpe e da utilização do conceito civil-militar. Contudo é necessário pontuar que autores referenciados no presente artigo utilizarão o termo ditadura militar, não sendo totalmente excluído pela historiografia pois existe a interpretação que a autoridade, a manutenção do poder, a governança, a imposição da violência e da força foram características militares devendo ser destacado sua nomeação em tais atos. Por essas considerações últimas, os termos “governo militar” e apenas “regime” e “ditadura” destacarão os atos ditatoriais ocorridos na história brasileira.

Na sequência considera-se, no horizonte da discussão, o caráter educacional dentro do regime, buscando compreender como o governo ditatorial enxergava e



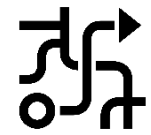
trabalhava suas políticas educacionais no tocante dos seguintes questionamentos: Quais seus principais anseios? A educação pública e sua qualidade eram tidas como antagônicas ou complementares? Bem como a educação infantil, quais eram suas preocupações? Qual parte da sociedade jovem e adulta do Brasil no período estava alfabetizada? Buscava-se a melhoria destes índices? Por quê? Através de levantamentos bibliográficos, tais indagações serão refletidas e principalmente problematizadas sobre as reais intenções do regime sobre a educação e o mercado econômico. Os autores que guiarão as inquietações destacadas são: Nunes e Rezende (2008), Saviani (2008), Ferreira Junior e Bittar (2006), Domingues e Ebert (2015), Freire (1967), Assis (2012), Gadotti e Abrão (2012) e Carvalho (2015). Espera-se que através da compreensão deste período ímpar na história do Brasil seja possível observar como foi estruturado o atual sistema educacional, percebendo os porquês de determinadas lacunas e investimentos.

Por fim, propõe-se a reflexão a respeito de quais aspectos vivenciados no período influenciam a sociedade brasileira nos dias atuais, relacionando ao debate o período democrático brasileiro e suas políticas públicas e como estas podem possuir resquícios da educação do regime civil militar.

DITADURA CIVIL-MILITAR: ASCENSÃO E SUSTENTAÇÃO DO PODER

O contexto do Brasil pré-golpe militar demonstra toda a fragilidade da democracia até então instaurada, e toda preparação de cenário aguardado pelos militares para que pudessem assumir o poder de forma brusca e sem revolta civil. Com a renúncia à presidência da república por Jânio Quadros, no dia 25 de agosto de 1961, a figura do até então vice-presidente da nação João Goulart (Jango), como líder, não era bem vista pelo setor militar do Brasil. De acordo com Fico (2015), Jango era considerado uma figura “à esquerda”, sendo um dos principais nomes nas reformas trabalhistas de Vargas, estreitando relações com a república comunista da China, com os movimentos sindicais do campo e estudantis e defendendo reformas de base tais como a reforma agrária.

Jango era bem popular e possuía boa relação com os trabalhadores, também era considerado apaziguador das greves e conciliador, ou seja bem querido pelas massas, mas não pela camada tecnocrática. Tais fatores se tornam mais agravantes quando pensados no mundo bipolarizado como da Guerra Fria.

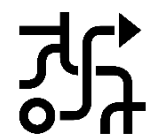


O presidente Jango sofreu com a reestruturação de sua influência no poder com a instauração do parlamentarismo, em 1961, mas sempre se manteve firme em seus discursos e comícios, partindo para um populismo e apelo às reformas de base que não agradavam os setores militares. Com a volta do presidencialismo, em 1964, deu-se início ao golpe civil-militar (civil, pois foi financiado e apoiado por uma parte empresarial das elites brasileiras) respaldado por forças externas como a influência dos interesses do imperialismo estadunidense. Fico (2015), relata algumas tensões e disputas, que ocorreram durante o exercício do golpe militar:

Jango ainda não havia deixado o país quando o presidente do Senado, Auro de Moura Andrade, convocou uma sessão extraordinária do Congresso Nacional na madrugada do dia 2. Darcy Ribeiro enviara carta ao senador informando que Goulart estava no país, em Porto Alegre, "à frente das tropas militares legalistas e no pleno exercício dos poderes constitucionais". Era um completo exagero, mas Goulart, de fato, estava no país. Ainda assim, em sessão extremamente tumultuada, Auro declarou a vacância do cargo de presidente da República e, em consequência, determinou a posse do presidente da Câmara, Ranieri Mazzilli. Por volta de três horas da manhã, um grupo de parlamentares dirigiu-se ao Palácio do Planalto, que estava às escuras, e Mazzilli foi empossado nessas condições totalmente irregulares. (FICO, 2015, p. 53)

Seguindo Fico (2015) e as ordens dos fatos, Mazzilli, após a efetivação das ações militares ilegais, fica no cargo por 13 dias, de forma temporária sem exercer poder de fato, Costa e Silva estava nomeado como comandante do Exército Nacional, sendo este um setor responsável para a manutenção da "revolução", junto a Costa e Silva estava o almirante Grünewald e o brigadeiro Francisco de Assis Correia de Melo. O ato Institucional do dia 9 de abril, garantiu segundo o comando que: "a revolução vitoriosa, como Poder Constituinte, se legitimada por si mesma", resultando em diversas perseguições políticas e cassações de mandatos parlamentares, bem como a suspensão de direitos políticos para os militares contrários ao golpe. O congresso Nacional mantido, após as cassações elegeu como novo presidente da República no dia 11 do mês de abril do ano de 1964, o ex-Chefe do Estado-Maior do Exército do governo Goulart, general Castelo Branco, sem maiores revoltas ou oposição.

Com a implementação do regime militar o discurso era de manutenção da ordem e da nação unida, até que um novo presidente eleito pudesse assumir o governo, contudo entre o discurso e a redemocratização do país, cinco governos passaram, durando 21 anos: Castelo Branco (1964-1967), Costa e Silva (1967-1969), Médici (1969-1974), Geisel (1974-1979) e Figueiredo (1979-1985).

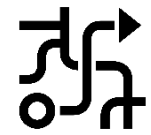


As discussões na academia são extensas sobre o como cada governo exerceu sua força e muito se debate entre a ditadura branda dos primeiros governos até o período conhecido como “linha dura” ou “anos de chumbo” e a implementação do AI-5, mas não se deve perder de foco, quanto ao fato de que todos os governos em diferentes intensidades haviam sim usurpado direitos do cidadão, principalmente dos opositores ao regime.

O cuidado para não amenizar o período ditatorial é um exercício cíclico realizado pelos historiadores, principalmente com o fortalecimento dos revisionismos históricos (revisionismo histórico categoriza-se por um movimento na historiografia que nega fatos históricos, principalmente quando estes envolvem atos contra a própria humanidade, como a ditadura civil militar brasileira e o holocausto, por exemplo). Tais revisionismos que na contemporaneidade são utilizados pela direita radical (que também questiona e ameaça o sistema democrático) para deturpar e atacar o trabalho do educador Paulo Freire, seguindo os passos da repressão das décadas de 64 a 85, que também o perseguiram, prenderam e o exilaram, posteriormente será aprofundado às contribuições de Freire para a alfabetização brasileira no período ditatorial. Com as ponderações de Marcos Napolitano (2014), pode-se jogar luz sobre os principais objetivos dos militares em exercício do controle e poder:

O primeiro objetivo era destruir uma elite política e intelectual reformista cada vez mais encastelada no Estado. As cassações e os inquéritos policial-militares (IPM) foram os instrumentos utilizados para tal fim. Um rápido exame nas listas de cassados demonstra o alvo do autoritarismo institucional do regime: lideranças políticas, lideranças sindicais e lideranças militares (da alta e da baixa patente) comprometidas com o reformismo trabalhista. Entre os intelectuais, os ideólogos e quadros técnicos do regime deposto foram cassados, enquanto os artistas e escritores de esquerda foram preservados em um primeiro momento, embora constantemente achacados pelo furor investigativo dos IPM, comandados por coronéis da linha dura. 90 O segundo objetivo, não menos importante, era cortar os eventuais laços organizativos entre essa elite policial intelectual e os movimentos sociais de base popular, como o movimento operário e camponês. Aliás, para eles, não foi preciso esperar o AI-5 para desencadear uma forte repressão policial e política. Para os operários já havia a CLT, talvez a única herança política de tradição getulista que não foi questionada pelos novos donos do poder. A partir dela, diretorias eleitas eram destituídas e sindicatos eram postos sob intervenção federal do Ministério do Trabalho. Para os camponeses, havia a violência privada dos coronéis dos rincões do Brasil, apoiados pelos seus jagunços particulares e pelas polícias estaduais. (NAPOLITANO, 2014, p. 4-5)

A manutenção do poder sempre foi justificada pela “manutenção da revolução”, tendo esta que perpassar a força: cassação de cargos, perseguição

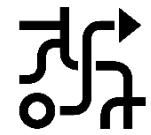


política, censura, prisão de opositores, torturas, desaparecimentos e mortes de civis, entre tantas barbáries e violações dos direitos humanos que foram vivenciadas no governo militar. O período de maior repressão e concentração de poder aos militares, sem dúvida foi o referente a implementação do Ato Institucional número 5, no dia 13 de dezembro de 1968, implementado no governo de Costa e Silva, permitindo o fechamento da Câmara Nacional e o fim do *habeas corpus*, possibilitando a legalização dos atos de repressão. Através de Gaspari (2002), pode se compreender sobre algumas facetas desta normalização:

Sem prazo de duração, o AI-5 diferia essencialmente de seus antecessores. No governo Castelo os períodos de suspensão das franquias constitucionais tinham prazos. Diante disso a oposição sempre podia fingir-se de morta durante a ventania, sabendo que ela haveria de passar. Com o AI-5 esse recurso extinguiu-se. Conteve-se a atividade parlamentar oposicionista, e, sobretudo, submeteu-se a máquina do Estado. A notoriedade das vítimas dos expurgos fez que a natureza coercitiva do regime fosse percebida nas punições impostas aos adversários. Ainda que fiel, esse retrato é incompleto. A essência das ditaduras não está naquilo que elas fazem para se perpetuar, mas naquilo que a partir de certo momento já não precisam fazer. (...) A ditadura assumira o controle das chaves dos cárceres e dos cofres, os partidos políticos estavam inertes, a atividade parlamentar resumira-se ao exercício de investigação dos limites do Congresso, e os empresários faziam seus negócios no varejo enquanto seus órgãos de classe banquetevam o regime no atacado. Concluíra-se o processo de desmobilização da sociedade brasileira. (GASPARI, 2002, p. 237 e 241)

A economia à frente dos militares, destacou-se pelo seu crescimento desigual e desproporcional quando analisada pela perspectiva de classes sociais e suas diferenciações em poder de compra e qualidade de vida. Os militares diminuíram o salário dos trabalhadores enquanto as indústrias, principalmente automobilísticas cresciam no Brasil, ou seja a desigualdade econômica foi intensificada, sendo guiada pelos princípios liberais do capitalismo, valorização da indústria e culpabilização do indivíduo. O governo se preocupava com a continuidade de modernização do país. Boris Fausto (2006) elucida as características do dito “milagre econômico” ocorrido durante o regime apontando suas dualidades e controvérsias:

Os salários dos trabalhadores de baixa qualificação foram comprimidos, enquanto os empregos em áreas como administração de empresas e publicidade valorizavam-se ao máximo. Tudo isso resultou em uma concentração de renda acentuada que vinha já de anos anteriores. Tomando-se como 100 o índice do salário mínimo de janeiro de 1959, ele caíra para 39 em janeiro de 1973. Esse dado é bastante expressivo se levarmos em conta que, em 1972, 52,5% da população economicamente ativa recebiam menos de um salário mínimo e 22,8%, entre um e dois salários. O impacto social da concentração de renda foi entretanto



atenuado. A expansão das oportunidades de emprego permitiu que o número de pessoas que trabalhavam, por família urbana, aumentassem bastante. Por outras palavras, ganhava-se individualmente menos, mas a redução era compensada pelo acesso ao trabalho de um maior número de membros de uma determinada família. (FAUSTO, 2006, p. 487)

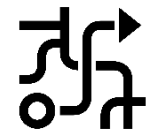
Destaca-se o caráter da economia brasileira, “milagre econômico”, as faces negativas, como a displicência e a falta de atenção dos militares acerca dos programas sociais extremamente importantes em um país de desigualdades atenuantes. O Brasil se destacava no contexto mundial pelas perspectivas futuras de implementação de um capitalismo industrial, mas ao mesmo tempo a população não era assistida, resultando em índices baixos de saúde, educação e habitação que qualificam a vida do cidadão (FAUSTO, 2006).

Sustentabilidade e discussões sobre preservação da fauna e flora brasileira, não faziam parte do cotidiano do governo civil militar e nem dos interesses burgueses, dessa forma o “capitalismo selvagem” é estabelecido através de obras e projetos industriais que não consideravam os impactos ambientais, tanto na questão da natureza em si quanto das populações ao redor que dela tiravam seus sustentos. Um destes exemplos foi a construção da Transamazônica, que não detinha um objetivo específico, a não ser o de controle de uma região brasileira e o assentamento dos trabalhadores nordestinos, sendo uma obra que apenas gerou lucro às empreiteiras, sem sucesso para a sociedade, porque não obtinha um objetivo específico e não mostrou sua utilidade (Fausto, 2006).

Após a consolidação e manutenção de poder pela força iniciado com o golpe por Castelo Branco (1964-1967), e intensificado em Costa e Silva (1967-1969) e Médici (1969-1974), houve o que ficou conhecido como período de redemocratização do país por meio de uma abertura política “segura, lenta e gradual” com Geisel (1974-1979) e com Figueiredo (1979-1985). A seguir, será realizada a discussão a respeito de como a educação e a alfabetização foram trabalhadas no regime.

EDUCAÇÃO NO GOVERNO MILITAR: A ALFABETIZAÇÃO DOS BRASILEIROS

A educação no período da ditadura civil militar, não resultou em grandes avanços para um sistema educacional de ensino público que possa ser considerado de qualidade e competente. Pelo contrário, foi caracterizado por engessar a educação,



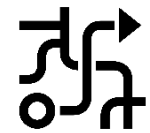
sem grandes investimentos, tomando este sistema como uma forma de controle social, de homogeneização e propagandista de um ideal de nação.

Os embates no campo ideológico surtiam efeitos imediatos na educação nacional. Durante o regime, os militares combatiam veementemente e violentamente qualquer tipo de pensamento considerado libertário, de lutas sociais, ou qualquer discurso que pudesse ser considerado revolucionário de ideais comunistas. E foi justamente no período do final da década de 50 e início da década de 60, que o educador Paulo Freire expandia suas contribuições sobre o processo de ensino e aprendizagem. Gadotti e Arão (2012) discorrem sobre os primeiros projetos de Freire no Brasil embasado no desenvolvimento da criticidade da classe trabalhadora:

Justamente neste cenário, Paulo Freire desenvolvia uma experiência inovadora no contexto educacional brasileiro. Esta experiência nasceu no Movimento de Cultura Popular (MCP), criado em Recife, Pernambuco, no início dos anos de 1960; era um movimento de intelectuais e de artistas e, dentro do MCP, Paulo Freire passou a coordenar os projetos que se chamavam Círculos de Cultura e Centros de Cultura. Estes projetos, que se somaram a outros, oriundos do Movimento de Educação de Base (MEB), foram alvos diretos da ação repressora do novo regime ditatorial, pois representavam a ideologia de esquerda, preocupada com a formação cultural da classe trabalhadora, e foram combatidos a qualquer preço, sob a justificativa de se constituírem em um ensino subversivo (GADOTTI; ARÃO, 2012, p. 43).

A visão de Freire sobre a alfabetização e os processos educacionais era uma visão humanizada que percebia as realidades e buscava compartilhar com o educando a consciência de seu lugar como sujeito ativo na sociedade, ao passo em que disseminava seus conhecimentos em um processo mútuo de aprendizagem. Contudo não era interessante aos militares uma organização educacional que desenvolvesse consciência ou criticidade nas massas, pois o regime buscava a ordem e a passividade dos cidadãos, além de instaurar um sistema educacional técnico que desejava apenas que os trabalhadores fossem qualificados para exercer sua função mecânica, isto é, sair da escola como seres pensantes era uma ameaça ao poder e ao projeto econômico que estava em andamento. Sobre isso Gadotti e Arão (2012) pontuam:

Sua concepção de educação e, logicamente, sua proposta educacional, que havia mostrado resultado altamente positivo na experiência em Angicos (RN), consistia em afirmar que todo ato educativo é um ato político; assim sendo, a educação contém a potencialidade da transformação da sociedade por intermédio de uma consciência crítica da realidade, tarefa que tanto o educador como o educando devem assumir no ato educativo. Com estes pressupostos de educação, passou



a ser conhecido como “educador popular progressista”, e sua proposta educacional chegou à esfera federal por meio do convite do ministro da Educação Paulo de Tarso Santos que, tão logo assumiu o Ministério, convocou Paulo Freire para elaborar um projeto nacional de alfabetização. Assim, nascia o Programa Nacional de Alfabetização, que tinha Paulo Freire como coordenador de um projeto auspicioso, pois acenava para uma alfabetização politizadora de cerca de cinco milhões de adultos (GADOTTI; ARÃO, 2012, p. 43).

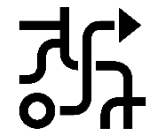
Tais ações não passariam despercebidas pelos olhos atentos dos militares, tão logo assumiram o poder e “combateram a ameaça Freire”:

Esta educação politizadora, também chamada de problematizadora, proposta por Paulo Freire, não poderia ser vinculada à nova ideologia que o Estado intervencionista adotara para manter a hegemonia político-econômica. Assim, em 14 de abril, duas semanas após o golpe de Estado que depôs o presidente João Goulart, o programa foi extinto, e em 16 de julho de 1964, aliás, dia do aniversário de sua primeira esposa, Elza Maia Costa de Oliveira (falecida em 1986), Paulo Freire foi preso. (GADOTTI; ARÃO, 2012, p. 43).

A prisão de Freire nos primeiros anos de instauração do regime demonstra como as disputas pelos discursos estavam além das palavras. A perseguição contra qualquer indivíduo que se opunha aos pensamentos e atitudes que favorecessem e combatessem as desigualdades de classe era silenciada pelos militares por meio da prisão, tortura, execução e exílio.

O espírito cívico e de ordem foi ensinado e propagado nas escolas enfatizando a falsa ideia de liberdade de escolha da população. Pode-se dizer que, ainda que de maneira sutil, havia um mecanismo de controle implantado por diversos meios, dentre eles a educação escolar (além dos meios de comunicação e imprensa, como a televisão e os jornais) levando a população a acreditar nos valores indicados como cívicos e a defender um governo ditatorial que incentivava a denúncia dos opositores e daqueles que realizassem “atos terroristas” por serem considerados representantes de um suposto comunismo representando risco à sociedade. Uma das ferramentas utilizadas para a manutenção da ordem de uma sociedade não questionadora, foi o uso do livro didático como forma de conduzir a educação e de como deveria ser lecionada.

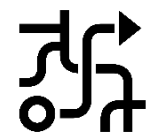
Nunes e Rezende (2008) discorrem sobre o uso do livro didático, como forma de coerção militar:



O conteúdo dos livros didáticos de Educação Moral e Cívica, como também as demais reformas educacionais do período militar, revelam que os aspectos sociais, políticos e econômicos eram utilizados pelo grupo de poder na tentativa de homogeneizar valores e ações favoráveis ao projeto empreendido pelos segmentos sociais que formavam o grupo dos que governavam o país durante a ditadura militar. É fundamental mencionar que não se pretende validar as determinações realizadas pelo grupo dirigente. Principalmente, no que diz respeito aos conteúdos trabalhados pelos livros didáticos de Educação Moral e Cívica. A intenção, antes de mais nada, é revelar a disciplina como um mecanismo, dentro de um conjunto de outros mecanismos, que visava o fortalecimento de formas de agir e de pensar favoráveis aos objetivos sociais, políticos e econômicos postos em andamento desde março de 1964. (NUNES; REZENDE, 2008, p. 4)

Além de utilizada para controle social, as escolas foram vistas pelo regime civil militar como uma ferramenta de consolidação de uma lógica mercadológica, sob o viés da produção de capital humano. Influenciado pelo liberalismo norte americano, o Brasil se apresentava para o mercado econômico mundial, através da globalização, como um país emergente e com potencial de crescimento. O país estava em processo de industrialização, enquanto as grandes potências mundiais já haviam vivenciado suas revoluções industriais. O Brasil precisava não só industrializar-se, mas necessitava capacitar sua população ao trabalho. Durante o regime civil militar, o foco do governo esteve voltado à formação rápida de professores para atuarem em um sistema público de educação (neste período se propagou a formação de professores pelas escolas normais), e os olhares atentos sobre as universidades, afim de capacitar profissionais e detectar opositores ao governo, como discorre Saviani (2008):

Percebe-se um sentido geral que perpassa o tratamento dos diferentes temas e que se encontra mais fortemente explicitado na conferência-síntese, especialmente no conjunto de sugestões apresentadas para o encaminhamento da política educacional do país. Este sentido geral se traduz pela ênfase nos elementos dispostos pela “teoria do capital humano”; na educação como formação de recursos humanos para o desenvolvimento econômico dentro dos parâmetros da ordem capitalista; na função de sondagem de aptidões e iniciação para o trabalho atribuída ao primeiro grau de ensino; no papel do ensino médio de formar, mediante habilitações profissionais, a mão-de-obra técnica requerida pelo mercado de trabalho; na diversificação do ensino superior, introduzindo-se cursos de curta duração, voltados para o atendimento da demanda de profissionais qualificados; no destaque conferido à utilização dos meios de comunicação de massa e novas tecnologias como recursos pedagógicos; na valorização do planejamento como caminho para racionalização dos investimentos e aumento de sua produtividade; na proposta de criação de um amplo programa de alfabetização centrado nas ações das comunidades locais. Eis aí a concepção pedagógica articulada pelo IPES, que veio a ser incorporada nas reformas educativas instituídas pela lei da reforma universitária, pela lei relativa ao ensino de 1º e 2º graus e pela criação do MOBREAL. (SAVIANI, 2008, p. 296)

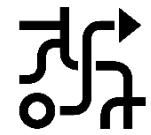


Foi no regime civil militar que a educação brasileira começou a ser organizada de forma seriada, definindo assim os ciclos de 1º e 2º graus. Esta forma de distribuição fez com que o ensino fundamental se expandisse de certo modo, bem como a necessidade de formação de professores para atender tal demanda (SAVIANI, 2008). Esta forma de organização educacional, de momento em nada contribuiu para as reais necessidades da população, o acesso à escola se concentrou nas cidades mais populosas e seu público alvo passaram a ser os futuros trabalhadores formados na área técnica.

Analisando as políticas públicas instituídas no período militar, percebe-se o quanto as portas foram abertas para que a iniciativa privada fosse consolidada, ao passo em que o governo buscava se desvincular da sua obrigatoriedade de investimento no ensino público. A autora Renata Machado de Assis, em sua obra “A educação brasileira durante o período militar: a escolarização dos 7 aos 14 anos”, relata sobre o período anterior a LDB de 1971, e as tendências educacionais em sua concepção mercadológica com a iniciativa privada:

Em outra análise, Ribeiro (2000) recorta o período de 1965 a 1970, que antecedeu a aprovação da LDB para o ensino de 1º e 2º graus em 1971. A parcela percentual de participação do MEC nas despesas dos ministérios, em 1970, foi pouco inferior à de 1965. Com os desdobramentos e a criação de novos ministérios, o percentual da participação do MEC foi diminuído, mas as despesas com educação e cultura passaram de 4º lugar, em 1965, para 3º lugar, em 1970, nas prioridades governamentais. No que se refere à capacidade de retenção do aluno na escola, a autora expõe que houve uma diminuição na porcentagem de evasão durante o ano, o que também representou uma pequena, mas significativa melhora na capacidade de retenção do aluno na escola. A tendência do governo militar em privilegiar as camadas de renda mais elevada e os setores empresariais ocorreu, também, nas áreas da saúde e previdência, que se tornaram mercadorias de alto custo. Na área educacional, apesar das reformas, o Estado se descomprometeu gradativamente de financiar a educação pública; os recursos foram comprometidos com o capital privado, repassando as verbas para as escolas particulares. A iniciativa privada dominou a pré-escola, avançou no 2º grau e predominou no nível superior. Apenas uma pequena parcela da população teve acesso aos mais elevados níveis de escolarização, enquanto significativa fração do povo não teve nem mesmo o acesso à escola (GERMANO *apud* ASSIS, 2012, p. 329).

A partir da obrigatoriedade de matrícula no ensino público brasileiro, a profissão professor foi massificada, juntamente com a demanda de estudantes realocando a ela o seu papel de trabalhador assim como os operários de fábrica. Dessa forma o sujeito social que era visto com olhares de prestígio, valorização e elitização nas décadas de 50 e 60, passa a ser considerado um sujeito que detinha



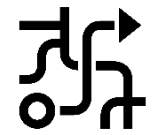
uma profissão desvalorizada com quedas de salário e concorrência de mercado de trabalho, devido a formação em massa e desordenada de professores. Este movimento retirou, em determinado grau, da formação do professor, a qualidade de sua instrução que por consequência gerou uma educação pública de qualidade comprometida (FERREIRA JUNIOR; BITTAR, 2006).

O Mobral (Movimento Brasileiro de Alfabetização de Adultos) foi um programa de governo, difundido pelo país, que visava qualificação de mão de obra. A cartilha de alfabetização utilizada pelo movimento demonstrava que a preocupação da alfabetização era a decodificação dos símbolos e signos, bem antes da interpretação ou consciência da realidade de forma crítica. Domingues e Ebert (2015) interpelam sobre os métodos de alfabetização trabalhados na época:

Até o final da década de 1970, os métodos de alfabetização sintéticos, que seguem uma linha mais tradicional, tiveram lugar garantido dentro de salas de aula das escolas do Brasil, utilizando como principais recursos, a cartilha e o ensino linear de grafema e fonema, numa linha que priorizava a codificação e decodificação ao invés da interpretação e do significado. As cartilhas, recurso utilizado durante muito tempo para alfabetizar, marcaram a história da alfabetização por suas características peculiares e por terem sido consideradas por muitos alfabetizadores como um método de alfabetização. (DOMINGUES; EBERT, 2015, p. 108)

O Mobral substituiu os programas de alfabetização anteriores ao golpe visto que estes eram tidos pelos militares como ameaçador aos pilares do poder, sendo enxergados como “subversivos”. O educador Paulo Freire desde 1963 desenvolveu seu método de alfabetização de adultos que realmente demonstrou ser eficiente por alfabetizar trabalhadores em apenas 40 horas (tais horas foram diluídas no período de um mês) em Angicos/RN. Propunha que a alfabetização de adultos partisse da realidade conhecida pelos educandos, valorizando e respeitando o sujeito integralmente em seu processo de ensino e aprendizagem. Nesse período Paulo Freire também escreveu algumas de suas obras consideradas de grande relevância para a compreensão da importância de uma educação libertadora como por exemplo “Educação como Prática da Liberdade” (Freire, 1967) e “Pedagogia do Oprimido” (Freire, 1969).

O período posterior ao golpe civil militar foi de grande ebulição dos movimentos de educação popular deixando em evidência o trabalho de Paulo Freire ocasionando sua prisão e, conseqüentemente, seu exílio em países da América e da



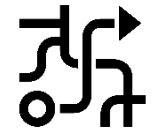
Europa. Na contramão desta situação vivenciada por Freire em sua terra natal, outras nações passaram a implantar seu exitoso método de alfabetização de adultos, conseguindo vencer o fantasma do analfabetismo graças a projetos relacionados a Freire e suas obras.

Em relação à educação neste período, as ações do governo militar, manteve seu foco na expansão das universidades e incentivos à pós graduação. Havia também forte preocupação com a alfabetização de adultos, uma vez que neste período 40% da população não sabia ler e escrever. Desse modo, o governo não se voltou para a resolução de problemas relacionados à educação infantil e ao Ensino Médio, proporcionando um esvaziamento de discussões a respeito dessas etapas.

Carvalho (2015) retrata como o regime civil militar trabalhava em conjunto com agências e órgãos internacionais, guiando suas políticas educacionais:

Também tardiamente, foi introduzido no organograma do Ministério da Educação um órgão que se ocupasse da educação das crianças pequenas. Isso correu em 1974, tendo recebido as seguintes denominações ao longo de sua história: Setor de Educação Pré-Escolar (Sepre), que se transforma em Coordenação de Educação Pré-Escolar (Codepre), posteriormente em Coordenadoria de Educação Pré-Escolar (Coepre) e em 1992 transforma-se em Coordenadoria de Educação Infantil (Coedi) mantendo essa terminologia e sigla até a presente data. As políticas educacionais na vigência do golpe militar objetivavam adaptar-se ao modelo econômico e à doutrina da segurança nacional e são influenciadas pelas agências internacionais como United States Agency for International Development, cujos acordos tornaram-se conhecidos no país como Acordos MEC-USAID. Programas estadunidenses, como o Head Star na Educação Pré-Escolar fundamentavam-se na teoria da privação cultural e nos programas de educação compensatória, resultando para a Nação Brasileira em planos e programas com políticas focadas, de caráter emergencial, não formal, que discriminam as camadas populares, visto que do ponto de vista conceitual nessa proposta é atribuído às crianças provenientes deste segmento populacional: carências socioculturais, alimentares, deficiências linguísticas, cognitivas entre outras. (CARVALHO, 2015, p. 1064)

Os órgãos de competência mundial foram essenciais para que o governo militar tomasse pequenas medidas e realizasse investimentos em educação, em especial na educação infantil. Tais ações também caracterizam uma tentativa de amenização das desigualdades proporcionadas pela situação econômica do país: as escolas se mostravam espaços de combate à pobreza e a desnutrição. O Mobral perdia forças e mostrava que não atingiria os resultados esperados, assim como evidenciado por Carvalho (2015):

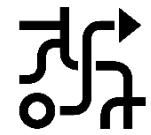


É nesse contexto que é elaborado em 1975 um Diagnóstico Preliminar da Educação Pré-Escolar, no qual informa que 60% das crianças são carentes econômica e socialmente (Brasil, 1987) e com base nesse Diagnóstico elabora-se o Programa Nacional de Educação Pré-Escolar, lançado em 1981, coordenado pelo Ministério da Educação por meio da Coepre que implanta uma série de medidas já citadas anteriormente, visando expandir as vagas a baixo custo com o trabalho voluntário das mães e em espaços disponíveis na comunidade. (CARVALHO, 2015, p. 1065)

O Mobral iniciou seu trabalho como uma forma de amenizar o analfabetismo entre adultos, contudo sua organização e disposição se espalhou para as escolas regulares, atingindo outras séries. Com o fim do regime civil militar, o Mobral também finalizou suas atividades, sem que seu propósito fosse alcançado. Carvalho (2015) pontua:

Destaca-se que, à época, o Mobral já apresentava sinais de esgotamento de seus objetivos enquanto instituição, sendo alvo de contestação pública, quer por não ter cumprido os objetivos para os quais foi criado – pois de acordo com o Censo de 1980, o índice de analfabetismo, na faixa etária de 15 anos e mais, era de 25%, quando se esperava que o mesmo fosse em torno de 10% – quer pelo descompasso entre os objetivos reais e os objetivos proclamados, quer mesmo pelo Congresso Nacional, que instala uma Comissão Parlamentar de Inquérito. O Mobral leva para a Educação Pré-Escolar a metodologia adotada nos seus programas de alfabetização caracterizados por utilizar espaços ociosos na comunidade como escolas, clubes, igrejas, centros de cultos, fábricas, quartéis, galpões; os recursos humanos, em geral, não profissionalizados, denominados de monitores, voluntários ou com baixa remuneração, a sucata como material a ser usado pelas crianças e baixo investimento público – prática, aliás, corrente quando se trata de política dirigida aos segmentos de menor poder aquisitivo da população, ao qual a classe dominante impõe uma educação pobre para o pobre, pois, de acordo com Kuhlmann Junior (1998), objetiva educar para a submissão. (CARVALHO, 2015, p. 1065 e 1066)

Dessa forma conclui-se que a alfabetização no período da ditadura civil-militar, bem como toda a educação básica brasileira da época, não foi um fator de investimento seja em orçamento, seja em políticas públicas e capacitação dos professores. O acesso à educação foi expandido para a população, mas de forma precária, e com recursos limitados, sem profissionais devidamente capacitados e locais apropriados para a prática de ensino-aprendizagem. A alfabetização de adultos ocorreu “às pressas” para concordar e atender as necessidades de mercado, sem pensar na qualidade da alfabetização.



ALGUMAS CONSIDERAÇÕES: HERANÇAS DO REGIME MILITAR PARA A EDUCAÇÃO

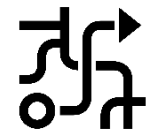
O regime militar que perdurou entre 1964 a 1985 deixou grandes lacunas no que diz respeito a qualidade da educação brasileira, sendo um período marcado por atrasos na consolidação da educação e dos processos de alfabetização, falta de investimento na formação inicial e continuada de professores acompanhada por arrocho salarial. Além disso, os índices de analfabetismo, que já eram altos, não conseguiram retroceder, especialmente se considerarmos o analfabetismo funcional. Contudo existem características deste período que se aprofundaram no sistema educacional brasileiro, perdurando seus aspectos até os dias atuais.

Aspectos mercadológicos e visões empresariais nas escolas são recorrentes e percebidos nos dias atuais, tendo seu início no período militar, favorecendo os interesses empresariais em detrimento da população, tornando a escola um espaço que atende as demandas do setor econômico.

Durante o regime, o sistema educacional brasileiro foi seriado, sendo separado em ciclos, tornando a matrícula obrigatória no referente 1º grau da época; foi, também, neste período que o ensino privado foi ganhando espaço, ao passo que o ensino público foi massificado perdendo seu elitismo de outras décadas. A educação privada surge como alternativa de escola para as classes mais altas do país.

A ditadura civil militar propagou embates ideológicos em vários campos da sociedade, mas concentrou seus esforços em consolidar seus ideais cívicos e nacionalistas dentro das escolas, fato essencial para que a manutenção do poder não fosse abalada. O período também foi marcado pela asfixia das metodologias pedagógicas ou teorias de ensino que buscassem uma educação dita progressista e crítica, que formasse o cidadão para além do trabalho, desenvolvendo sua autonomia e reconhecimento de cidadania. No Brasil contemporâneo, percebe-se o quanto a escola é um meio e um fim útil voltado ao trabalho; quando se é analisado a valorização do ensino técnico por exemplo, para os jovens do ensino médio, buscando uma antecipação da qualificação da mão de obra, que muitas vezes substituem uma graduação em ensino superior.

O processo de discussão e debate sobre esta época da história nacional é uma ação que envolve a conscientização dos indivíduos sobre a existência de mudanças e permanências nos processos históricos. O estudo de História e a



historiografia que denunciam a violência do Estado ditatorial, as consequências de suas ações econômicas e educacionais, são constantemente atacados pelos defensores do período, que acreditam cegamente que os 21 anos sob o governo militar atingiu progresso e prosperidade, combatendo as “ameaças” contra a sociedade brasileira.

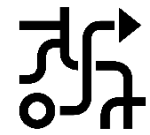
Nesta pesquisa de caráter bibliográfico, percebeu-se que ocorreu exatamente o processo oposto de progresso e prosperidade. No âmbito econômico não só os salários dos professores foram arrojados, mas os de diversos trabalhadores brasileiros, as empresas nacionais foram privatizadas e o Brasil ocupou um papel de coadjuvante na economia global.

A atual luta é para que a educação pública se distancie das ideias implementadas a partir dessa época como a educação de “mão de obra qualificada”, dentre outras.

A alfabetização das crianças é algo que cada vez mais está sendo antecipado. Atualmente o ciclo de alfabetização deve ser concluído no 2º ano do ensino fundamental. Existe uma certa preocupação em relação aos índices de analfabetismo do país, tanto em relação às crianças quanto em relação aos jovens e adultos e o que deve ser pontuado é que estas questões não são elementos novos da história, uma vez que eles foram constituídos e enraizados na forma de ser escola e de se ensinar no território nacional.

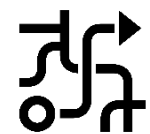
Reconhecer como as instituições de ensino públicas foram estabelecidas no país é um dos primeiros passos para a tentativa de reorganizar seu funcionamento. As escolas do período militar impunham uma sistematização e mecanização do processo ensino-aprendizagem, pois detinham um objetivo a ser alcançado.

Pode se pensar em quais são os objetivos das escolas brasileiras? Aos desejos de quem ela atende? Quais são as preocupações dos governos democráticos em suas políticas públicas para educação? Sua perspectiva de escola é similar as visões dos militares? Essas são questões que permanecem e devem pontuar a continuidade de pesquisas e discussões sobre o assunto. O regime governamental foi alterado, porém ainda se atende demandas de um mesmo sistema econômico e as indagações que esta realidade nos proporciona devem e podem ser aprofundadas por todos aqueles que buscam na educação pública o seu viés de qualidade.



REFERÊNCIAS

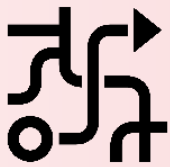
- ASSIS, Renata Machado de. A educação brasileira durante o período militar: a escolarização dos 7 aos 14 anos. *Educação em Perspectiva*, v. 3, n. 2, 2012.
- BORIS, Fausto. *História do Brasil*. 12.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024: Linha de Base*. Brasília: Inep, 2015.
- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988
- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9394/1996. BRASIL.
- CARVALHO, Ana Maria Orlandina Tancredi. Formação Docente para a Educação Pré-Escolar na Época da Ditadura Militar. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, v. 40, n.4, p.1061-1075, 2015.
- DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do estado*. Tradução: Ayeska Branca de Oliveira Farias, Ceres Ribeiro Pires de Freitas, Else Ribeiro Pires Vieira e Glória Maria De Mello Carvalho. Petrópolis: Editora Vozes, 1981.
- DOMINGUES, Cristiane Lumertz Klein; EBERT, Sintia Faé. Alfabetização e ditadura militar: relação entre a cartilha e os métodos de alfabetização. *Debates em Educação*. v. 7, n.14, p.103, 2015.
- FERREIRA JR, Amarílio; BITTAR, Marisa. A ditadura militar e a proletarização dos professores. *Educação & Sociedade*, v. 27, p. 1159-1179, 2006.
- FICO, Carlos. *História do Brasil Contemporâneo: da morte de Vargas aos dias atuais*. São Paulo: Contexto, 2015.
- FREIRE, Paulo. *Educação como prática de liberdade*. RJ: Paz e Terra, 1967.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. RJ: Paz e Terra, 1969.
- GADOTTI, Moacir; ABRÃO, Paulo. *Paulo Freire: anistiado político brasileiro*. Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2012.
- GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada: as ilusões armadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002
- NAPOLITANO, Marcos. *1964: história do regime militar brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014.
- Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. -Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014.
- NUNES, Nataly; REZENDE, Maria José de. O ensino da educação moral e cívica durante a ditadura militar. *III Simpósio Lutas Sociais na América Latina*. v. 3, p.1-11, 2008.
- SAVIANI, Dermeval. O legado educacional do regime militar. *Cadernos Cedes*. Campinas, vol. 28, n.76, p.291-312, 2008.



Stefany dos Santos Antonio e Ione da Silva Cunha Nogueira
A CONSTRUÇÃO DE UMA NAÇÃO EDUCADORA: A ALFABETIZAÇÃO
DE CRIANÇAS, JOVENS E ADULTOS NA DITADURA CIVIL-MILITAR

Recebido em 20/09/2023

Aprovado em 05/12/2023



GIARETA, Paulo Fioravante*

<https://orcid.org/0000-0002-0649-4756>

SOUSA, Victor Coqueiro de**

<https://orcid.org/0000-0002-4073-1401>

Resumo: Este estudo teórico-analítico procura abordar a relação entre o modelo de governança empresarial-militar de 1964 a 1985 no Brasil e a produção das condições de trabalho docente neste contexto, a partir da experiência do estado de São Paulo. Tem crescido o número de pesquisas sobre o assunto e, visando colaborar com o tema, propomos uma análise das raízes históricas da influência do regime militar nas políticas públicas educacionais e, conseqüentemente, no trabalho docente. No corpo do texto, além do foco principal, abordamos algumas das truículências características do regime militar e seu desdobramento histórico, buscando relacionar os acontecimentos passados com certas questões no tempo presente. Portanto, o objetivo deste trabalho é verificar se a literatura nos apresenta elementos que tornem possível indicar uma relação entre o modelo empresarial-militar e a precarização das relações de trabalho, tendo como referência o estado de São Paulo e também o contexto brasileiro. Para isso, utilizou-se uma análise documental através de fontes históricas coletadas no acervo do jornal O Estado de São Paulo e uma análise bibliográfica por meio das principais obras que tratam sobre a temática. O trabalho aponta que, de fato, parece ter ocorrido um processo de precarização nas condições de trabalho docente no estado de São Paulo, tendo como base histórica o período do regime militar.

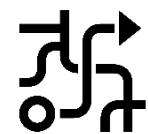
Palavras-chave: Governo empresarial-militar; Políticas neoliberais; Professores.

Abstract: This theoretical-analytical study aims to address the relationship between the corporate-military governance model from 1964 to 1985 in Brazil and the production of teaching working conditions within this context, focusing on the experience of the state of São Paulo. The number of research studies on this subject has been increasing, and in an effort to contribute to this topic, we propose an analysis of the historical roots of the military regime's influence on educational public policies and, consequently, on teaching work. In the body of the text, in addition to the primary focus, we discuss some characteristic harshness of the military regime and its historical consequences, seeking to link past events to certain contemporary issues. Therefore, the objective of this work is to determine whether the literature provides elements that make it possible to indicate a connection between the corporate-military model and the deterioration of labor relations, with a reference to the state of São Paulo and the broader Brazilian context. To accomplish this, we employed a document analysis through historical sources gathered from the archives of the newspaper "O Estado de São Paulo" and a bibliographical analysis using the key works related to the subject. The study suggests that indeed there seems to have been a process of deterioration in teaching working conditions in the state of São Paulo, with historical grounds rooted in the period of the military regime.

Keywords: Corporate-military government; Neoliberal policies; Teachers.

* Doutor em Educação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), com Estágio Pós-Doutoral em Educação pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Professor da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), campus de Três Lagoas (CPTL). Contato: pfgiareta27@yahoo.com.br

** Mestrando em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Licenciado em História (UFMS), Filosofia (Claretiano), Geografia (UniCesumar). Bacharel em Teologia (UniCesumar). Contato: coqueirovictor@gmail.com



INTRODUÇÃO

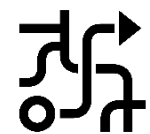
Nos últimos anos, tem-se intensificado o debate sobre as condições de trabalho docente no estado de São Paulo, uma problemática que constantemente tem recebido novos contornos e características. O referido estado é um grande protagonista em políticas públicas que indicam para processos de violação de direitos dos professores, com impacto direto nas experiências em sala de aula e extrassala.

Recentemente, o Programa de Ensino Integral, PEI, uma política pública paulista, tem sido objeto de algumas pesquisas, ainda muito incipientes, que tem começado a abordar os problemas dessa política pública educacional. Os trabalhos abordam a influência internacional nas políticas educacionais paulistas e da economia neoliberal como fonte de um conjunto de problemas, contudo, nem sempre as raízes históricas do objeto são apontadas, o que impossibilita uma análise mais profunda do tema.

As dissertações de Caroline Gorski Marques Araujo (2021) e Rodrigo Alves da Silva (2019) são fundamentais na abertura de espaços para a interpretação de que no PEI existe uma nova forma de precarização do trabalho que atinge, de modo cumulativo, tanto os aspectos que provêm do regime militar, quanto elucida originais meios de pressão psicológica e de burocracia que têm adoecido a maior parte desses profissionais da educação.

Neste sentido, o presente trabalho busca fundamentação na denominada *Teoria da Precarização do Trabalho Docente*, que para Marin (2010):

Refere-se a mudanças marcadas por características com conotações negativas no conjunto do exercício da função docente. Decorre do uso de características mais gerais da precarização do trabalho, oriundas da formulação feita por Pochmann (1999), portanto termo oriundo da área acadêmica das Ciências Sociais [...] Agrupando-se esses modos de referência, foi possível compor pelo menos dois blocos de compreensão da expressão completa, o que a torna polissêmica: a) significados caracterizadores e b) consequências de sua existência. a) Nas caracterizações da precarização do trabalho docente, foram obtidas as seguintes vinculações: quando se refere às mudanças do trabalho, encontra-se flexibilização; intensificação; desemprego; desprofissionalização; degradação; sobrecarga; cobranças; fragilização; desvalorização; competitividade; condições de trabalho e de pesquisa; perda de autonomia; novas categorias de trabalhadores, sobretudo os temporários; ausência de apoio à qualificação; e, ainda, algumas especificações da esfera pedagógica, tais como valorização do saber da experiência em detrimento do pedagógico; ação docente pouco sólida em termos de conhecimento; envolvimento dos professores em trabalhos burocráticos. b) No que tange às consequências da existência dessas

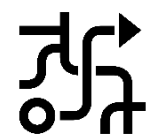


modificações, verificam-se referências a: desgaste; cansaço excessivo; sofrimento; desistência; resistência; adoecimento; isolamento; sentimentos e conflitos nas relações com alunos, pares e gestores; desorganização dos trabalhadores; perda de controle sobre o próprio trabalho; constrangimentos. (MARIN, 2010, [s.p.]).

O exercício teórico aqui proposto e, de forma articulada, a supracitada teoria da precarização, exige a elucidação de alguns posicionamentos teórico-metodológicos, entre eles a caracterização do período militar brasileiro como regime empresarial-militar. Esta caracterização se dá por reconhecermos, com auxílio de teóricos como Brettas (2020), que o modelo de governança militar só foi possível mediante sua vinculação e apoio de grupos empresariais brasileiros, que tanto objetivavam maior disciplinamento e apropriação do trabalho das classes subalternizadas como fator de reposicionamento de suas condições de acumulação; quanto objetivavam uma maior abertura-flexibilização do Estado brasileiro e suas políticas, como as políticas educacionais, à lógica empresarial.

Outra caracterização diz da agenda político-econômica neoliberal. A literatura da área não indica para uma vinculação formal do governo empresarial-militar brasileiro à agenda denominada neoliberal, que formalmente seria assumida no final da década de 1980, contudo, compreendemos que a militarização empresarial do Estado brasileiro a partir da década de 1960 viabilizou a produção das condições, disciplinamentos e flexibilizações jurídico-normativas do Estado tendo em vista a produção do aparato necessário para a implementação da referida agenda político-econômica, algo que abordaremos ao longo do texto.

Indica-se, ainda, que na estruturação deste artigo, partimos da divisão periódica proposta por Maurice Tardif, divisão esta que acreditamos ser aquela que melhor se enquadra ao contexto da história da profissão docente no Brasil. Tardif afirma que podemos dividir a história da profissão docente em três idades: em primeiro lugar, a *Idade da Vocação* que compreende os séculos XVI a XVIII; em segundo lugar, a *Idade do Ofício* que abrange o século XIX; e, por fim, a *Idade da Profissão* que teve início no século XX e ainda está em vigor (TARDIF, 2013). É claro que Tardif analisa a profissionalização docente nos Estados Unidos, porém, no Brasil, ocorreram diversos processos ambíguos nos quais a profissionalização docente, que ocorreu em torno dos anos 1990 e ainda mais nos anos 2000, não se estabeleceu sem fortes



contradições como, por exemplo, analisa Dalila Oliveira (2004), que durante a *Idade da Profissão* brasileira ainda existiam e existem elementos da *Idade da Vocação* e também resquícios da *Era do Ofício* na profissão contemporânea dos professores brasileiros.

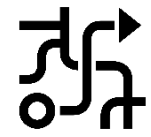
Com base nisso, é possível analisar que durante a Ditadura Militar, um período de intensas mudanças nas condições de trabalho docente, ocorreu uma transição da *Idade da Vocação* para a *Idade do Ofício*. Essa transição, embora não tenha sido tão linear como propõe Tardif, desempenhou um papel fundamental em nosso estudo, levando à percepção do estabelecimento das bases necessárias que possibilitaram a profissionalização docente algumas décadas após o fim do regime (TARDIF, 2013).

Portanto, em geral, em pesquisas na área das Ciências Humanas, seja na História, seja na Educação, é necessário fazer o movimento de compreender com profundidade o período do regime militar e, é claro, procurar perceber que as violências do período podem ir muito além das que são tradicionalmente mencionadas na historiografia, inclusive no que tange às políticas públicas educacionais. Afinal, a educação foi uma parte importante para os planos dos governos militares e é o que veremos adiante.

GOVERNO EMPRESARIAL-MILITAR, CONDIÇÕES DO TRABALHO DOCENTE NO BRASIL E SEUS REFLEXOS NO ESTADO DE SÃO PAULO

O período da história do Brasil que comumente é denominada de Ditadura Militar teve início em 1964 e foi até 1985. As características do contexto brasileiro, que são anteriores ao golpe, são muitas, mas sintetizaremos as principais: com o fim da Ditadura Vargas, notaram-se várias deficiências econômicas e sociais, como atraso no setor agrário e relações trabalhistas defasadas. Ocorreu, sim, um crescimento industrial acentuado no Sul e Sudeste, porém em contraste com um amargo atraso econômico crescente nas demais regiões do Brasil, que eram majoritariamente agrícolas e não industrializadas (FAUSTO, 2019).

Os variados conflitos político-ideológicos, que iniciaram e percorreram ao longo da década de 1950, fizeram com que, durante o curto período da República Populista (1945 a 1964), a chapa de Jânio Quadros e João Goulart chegasse ao poder (ARANHA, 1996). Contudo, antes disso, no que tange à educação, fontes históricas



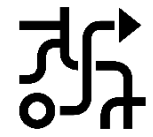
nos revelam que durante o período republicano já havia interesse internacional no Brasil, principalmente da Organização das Nações Unidas para a Educação, para a Ciência e para a Cultura, UNESCO, órgão que, atualmente, embasa quase que completamente a política educacional de viés neoliberal no estado de São Paulo e exerce grande influência em toda a política educacional no Brasil. Em 15 de julho de 1949 foi publicada uma matéria no Jornal *O Estado de São Paulo* cuja manchete era "O Brasil e a UNESCO". Nela, Jaime Torres Bodet, o diretor-geral da UNESCO na época, deu uma entrevista por telefone, na qual é relatado o seguinte:

A UNESCO liga, pois, máxima importância ao serviço das massas populares e ao papel que as elites intelectuais, sempre representadas no que de melhor há na imprensa, nessa obra devem desempenhar. É por isso que o objetivo principal da minha missão de amizade neste País é procurar intensificar a colaboração já existente entre a UNESCO e o Brasil por intermédio especialmente da sua Comissão Nacional – o I.B.E.C.C. – que foi uma das primeiras a serem organizadas. (O ESTADO DE SÃO PAULO, 1949, p. 16)

Não coincidentemente, a Representação da UNESCO no Brasil teve início em 1964, ano do golpe, e iniciou suas atividades em 1972, durante o regime militar (BRASIL, 2018). Por isso, de acordo com o discurso manifesto na fonte e com as ações que ocorreram nos anos posteriores a ela, interpretamos que não havia intenção dos militares em barrar a influência internacional na educação brasileira, mas sim reforçá-la.

Voltando ao período anterior ao regime. Após a posse, Jânio tomou muitas medidas impopulares, sendo a maior delas a condecoração de Che Guevara com a Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul em 1961. As pressões de seus detratores o levaram à renúncia no mesmo ano. Seguindo a norma política, seu vice-presidente, Jango, deveria assumir o cargo, algo que não agradou aos militares, que desprezavam nele a posição mais alinhada à esquerda política (COSTA, 2017).

No momento em que Jânio renunciou à Presidência da República, Goulart estava na China, um país de regime comunista ao qual grande parte dos militares se opunha. Buscando o golpe, os militares vetaram a posse de Jango e o cargo de presidente foi assumido pelo Presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzini (FICO, 2017). Contudo, Leonel Brizola, então governador do estado do Rio Grande do Sul, reagiu contra a atitude golpista e, em defesa da ordem constitucional vigente, iniciou um movimento popular e militar conhecido como Campanha da Legalidade,



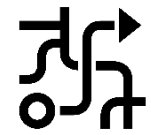
que começou em 25 de agosto de 1961 e durou aproximadamente dez dias (MACHADO, 2011). Brizola utilizou o rádio, o meio de comunicação mais forte da época, para divulgar o golpe militar que estava em andamento contra João Goulart e conseguiu reunir uma grande parcela da sociedade rio-grandense-do-sul e brasileira ao seu favor (MACHADO, 2011).

É nessa conjuntura conturbada que João Goulart chegou a Porto Alegre no dia 01 de setembro daquele mesmo ano, mas sua posse foi adiada. O Congresso Nacional, em um curto período, votou o Ato Adicional nº 4 à Constituição de 1946, aprovado em 02 de setembro, que instituiu o sistema parlamentarista de governo. Porém, esse sistema não durou mais que dois anos, pois, sem ter o apoio do próprio Jango e da população, foi encerrado através da decisão de retorno ao presidencialismo em Plebiscito Nacional (THEODORO JÚNIOR, 1986).

Posteriormente, com essa reviravolta, somada a um discurso de Jango com viés socialista e alusões negativas ao movimento *Cruzada do Rosário*, no conhecido Comício Central realizado no Rio de Janeiro, enfureceram-se ainda mais os militares. A partir daí, forjaram uma narrativa rasteira de que Jango era um comunista, a qual lhes serviu como justificativa ideal para tentar mais um golpe, desta vez bem-sucedido por conseguir angariar uma parte significativa da população para a causa militar. Esse golpe teve início em 31 de março de 1964 (FICO, 2017).

Para organizar melhor todos esses acontecimentos, vamos usar a seguinte divisão: foram cinco governos militares, cada um com um tempo de cinco a seis anos. O primeiro foi o governo de Castelo Branco (1964-1967); o segundo foi o governo de Costa e Silva (1967-1969); o terceiro foi o governo de Médici (1969-1974); o quarto foi o governo de Geisel (1974-1979) e o quinto foi o governo de Figueiredo (1979-1985) (FAUSTO, 2019).

Sobre a Ditadura Militar, engana-se quem acredita que a repressão se tornou corriqueira apenas com o AI-5. Na realidade, antes mesmo dele, no primeiro ano de ditadura, o regime mostrou-se extremamente violento e cruel. Embora o exemplo a seguir não tenha ocorrido em São Paulo, estado no qual o estudo se concentra, Carlos Fico (2017, p. 56) revela bem o caráter da Ditadura Militar ainda em seu início:



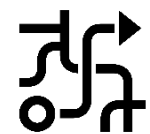
[...] no dia 1º de abril, em Recife, após a destituição do governador Miguel Arraes – que havia sido eleito pelo Partido Social trabalhista (PST) com o apoio dos comunistas -, estudantes se dirigiram em protesto para a sede do governo, o Palácio das Princesas, e foram recebidos a tiros. Os estudantes Jonas Barros e Ivan Aguiar foram mortos. Arraes foi preso e confinado na ilha de Fernando de Noronha [...] o líder comunista Gregório Bezerra teve seu cabelo arrancado com alicate, seus pés molhados com ácido e seu pescoço amarrado com cordas. Bezerra foi arrastado pelas ruas e seus algozes conclamavam a população – que assistia aterrorizada – a execrá-lo. (FICO, 2017, p. 56).

A crueldade dos atos da linha-dura e da sociedade que a apoiava muitas vezes nos choca tanto que nos leva ao esquecimento das outras crueldades do período, principalmente aquelas que são desferidas aos professores.

A fim de estabelecer uma comparação, é importante recordar que, durante o final da Era Vargas e no decorrer da República Populista, ocorreu o que Piovezan e Dal Ri chamaram de "Era de Ouro" do trabalho docente. Nos anos 1940 e 1950, ser professor era visto como algo vantajoso. Por isso, os professores faziam parte da classe média, tinham bons salários, gozavam de certa autonomia pedagógica e desfrutavam de prestígio social que jamais voltaria a existir a partir do momento em que o regime militar foi implementado (PIOVEZAN; DAL RI, 2016).

Para compreendermos melhor como essa precarização aconteceu, em sequência ao golpe, foi posto em prática o Programa de Ação Econômica do Governo, o PAEG. O foco, salientavam os militares, era melhorar a economia do país. Para isso, implementaram o arrocho salarial e aumentaram a arrecadação de impostos, sem falar de uma correção monetária que visava eliminar qualquer mínima inclinação de dependência do Estado no imaginário popular (FAUSTO, 2019). Outro aspecto importante foi a revogação do direito de estabilidade empregatícia garantida pela lei conhecida como Consolidação das Leis do Trabalho, CLT. Os militares fundaram o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, FGTS, para facilitar aos empregadores a contratação e demissão dos trabalhadores, enquanto estes não reclamavam dos abusos devido à falsa sensação de segurança que adquiriram (FAUSTO, 2019).

Por todas essas medidas de reestruturação econômica, salientamos ser apropriado nomear o regime ditatorial de Governo Empresarial-Militar, justamente devido ao favorecimento das empresas nacionais e, principalmente, do mercado internacional, em especial o automobilístico, que ingressava no país (FAUSTO, 2019). Foi por meio dessas diversas medidas arbitrárias que se estabeleceram as políticas



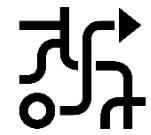
de trabalho dos professores brasileiros e, evidentemente, dos professores do estado de São Paulo.

Os militares, após imporem restrições econômicas aos trabalhadores como uma medida para solucionar os problemas econômicos do país, direcionaram seus esforços para a Educação Pública, identificada como uma questão de grande importância e que, inclusive, contava com um consenso a respeito de suas deficiências, conforme evidenciado pelo *Manifesto dos Pioneiros* nas décadas anteriores. Entretanto, as soluções propostas revelaram-se ainda mais desfavoráveis do que se poderia conceber (ARANHA, 1996).

A reforma ficou conhecida na historiografia como *Reforma Tecniciста* e para fundamentá-la foi feita uma série de acordos com o governo dos Estados Unidos, conhecidos como acordos *MEC-Usaid* (ARANHA, 1996). No fim, não houve benefícios financeiros para o governo brasileiro; ocorreu, na verdade, uma adaptação da educação brasileira com base na educação norte-americana. A partir desse contexto, as escolas públicas e os professores foram afetados por uma intensa burocratização, que se mostrou sem precedentes na história do Brasil, configurando-se como um prelúdio para a educação neoliberal durante o período militar (ARANHA, 1996).

Mesmo assim, é importante salientar que o estado de São Paulo sempre se destacou como pioneiro quando se tratava de impor prejuízos aos seus professores. Já na década de 1960, antes mesmo do golpe militar, o então governador do estado, Carvalho Pinto, sugeriu o Projeto nº 1.048, que aumentaria a carga horária dos professores de 12 para 18 aulas por semana e de 50 para 81 aulas por mês. Essa regressão se adicionou a um significativo arrocho salarial que, após a implementação do regime militar, tornou-se ainda mais acentuada (PIOVEZAN; DAL RI, 2016).

Só que as reformas e os problemas não pararam por aí. Na Era Vargas, havia-se dado início a um desenvolvimento nacional e à continuidade da substituição de importações. Já na Ditadura Militar, ocorreu a inversão desse projeto, sendo privilegiado o capital estrangeiro em vez do nacional-desenvolvimentismo. Essa medida gerou expropriação agrária e um intenso êxodo rural e as cidades não podiam suportar acolher tantas pessoas. Com isso, obviamente, surgiu a necessidade de se pensar em uma educação pública mais abrangente, capaz de lidar com um país de



dimensões continentais, uma vez que o projeto agora era a industrialização e não se podia utilizar mão de obra analfabeta (ARANHA, 1996).

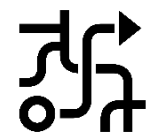
Foi no governo Médici, em 1971, que ocorreu a Reforma do 1º e 2º grau com a Lei nº 5.692/71, que mesclou o ensino primário com o ginasial, desativou as Escolas Normais e deu prioridade às habilitações (ensino profissionalizante). Satisfeito com a reforma, o presidente militar afirmou:

Creio que 1971 será um ano de marcante expansão industrial, incentivada pelo programa siderúrgico que dentro de poucos dias apresentarei à Nação (...). Sinto que a grande revolução educacional virá agora, na passagem da velha orientação propedêutica da escola secundária a uma realística preparação para a vida, que atenda à carência de técnicos de nível médio, problema dos mais críticos na arrancada do nosso desenvolvimento. (MÉDICI *apud* FERREIRA JUNIOR; BITTAR, 2006, p. 1163).

Essa lei também aumentou a duração da escolaridade obrigatória para oito anos, o que levou o governo militar a permitir uma formação mais rápida para aumentar o número de professores e escolas. Portanto, entre 1970 e 1980, houve um aumento exponencial de docentes que, ao contrário da Era Vargas, agora eram em sua maioria da classe trabalhadora e não mais das elites dotadas de *status* social (FERREIRA JUNIOR; BITTAR, 2006). Como resultado dessas mudanças drásticas, o número de professores era grande, mas os salários eram muito baixos, especialmente no estado de São Paulo que, como mencionado, já havia implementado essas reformas antes mesmo de Emílio Garrastazu Médici e seu "Milagre Econômico".¹

Como consequência dessas reformas educacionais, os professores do estado de São Paulo, que já enfrentavam problemas desde a década de 1960, deflagraram muitas greves entre 1978 e 1979 (FERREIRA JUNIOR; BITTAR, 2006), lideradas por indivíduos que não faziam parte de sindicatos reconhecidos, uma vez que estes

¹ O período conhecido como "Milagre Econômico Brasileiro" durou de 1969 a 1973, no qual houve um grande crescimento econômico com baixas taxas de inflação. Nessa época, o PIB cresceu em média anual de 11,2% e alcançou seu auge em 1973, com uma variação de 13%. Porém, a explicação dessa fase de boa economia não é tão milagrosa, já que ocorreu devido à grande disponibilidade de recursos nos países ao redor do mundo. Nesse período, os países em desenvolvimento aproveitaram para pegar empréstimos, como foi o caso do Brasil. O capital estrangeiro também aumentou no país, fortalecendo a ideia de uma melhora na economia. Todavia, o Brasil se tornou extremamente dependente do sistema financeiro e do comércio internacional, além de ter aumentado vertiginosamente sua dívida externa, algo que se refletiria nos anos posteriores. Outros impactos disso foram o abandono das políticas sociais, o arrocho salarial dos trabalhadores considerados desqualificados e o completo abandono do cuidado ecológico com a biodiversidade nacional (FAUSTO, 2019).



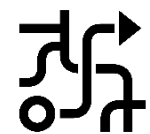
estavam enfraquecidos durante o regime militar, como é o caso do Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (APEOESP) (ARANHA, 1996). Infelizmente, não foi suficiente, e o estado de São Paulo foi obrigado a testemunhar a deterioração da profissão docente. Para melhor elucidar a situação, ao longo do regime militar, no estado de São Paulo, corrigindo o salário de 1963 em reais, equivaleria a R\$ 1.042,61, já em 1973 seria de R\$ 1.082; a partir de 1982, houve uma queda vertiginosa, de modo que, em 1983, caiu para R\$ 868,24 (MARCÍLIO, 2005).

Desse modo, o regime empresarial-militar, por meio da literatura analisada, teve uma significativa contribuição para a precarização do trabalho docente e essa precarização teve continuidade mesmo após a redemocratização.

REDEMOCRATIZAÇÃO E IMPLICAÇÕES PARA A EDUCAÇÃO NACIONAL

O regime militar perdurou por 21 anos. Ora se via a influência castelista, moderada, ora se via a influência da linha-dura (FAUSTO, 2019). Mas, em suma, ao longo de todo o tempo manteve uma postura violenta, arbitrária e que valorizava o uso da censura, inclusive contra os professores, por meio do Departamento de Ordem Política e Social, DOPS, e de um órgão do estado de São Paulo que a ele respondia, o Departamento Estadual de Ordem Política e Social, DEOPS, que eram utilizados para investigar cidadãos, mas, em especial, professores que, por algum motivo, demonstrassem, aos olhos das autoridades, uma postura não alinhada com o regime. Foi um período marcado por severas adversidades para a área da educação e para os profissionais que dependiam dela para sua subsistência (ARANHA, 1996).

Depois de Médici e da grande reforma educacional, veio Geisel que deu início à abertura “lenta, segura e gradual”, a qual também foi extremamente violenta (FICO, 2017). João Baptista Figueiredo, que o sucedeu, foi o último presidente militar, este foi o presidente que, após as lutas populares, como por exemplo o *Movimento pela Anistia* na década de 1970, acabou sendo impelido a sancionar a lei nº 6.683, de agosto de 1979, que anistiava tanto os presos e exilados políticos quanto os próprios militares (DEL PORTO, 2009). Além disso, o seu governo também ficou marcado na história por uma grandiosa crise econômica e pela abolição do bipartidarismo, momento em que muitos partidos foram criados e tudo se organizou para a transição da democracia (FAUSTO, 2019).



Após isso, em meio aos diversos conflitos partidários que envolveram a figura de Paulo Maluf, no fim, quem venceu as eleições presidenciais foi o Partido do Movimento Democrático Brasileiro, PMDB, antigo Movimento Democrático Brasileiro, MDB, partido que rivalizava com a Aliança Renovadora Nacional, ARENA, que, após a revogação do bipartidarismo, virou Partido Democrático Social, PDS, com a chapa de Tancredo Neves e José Sarney. Tancredo estava doente e com muito receio de assumir isso publicamente, devido à compreensão da importância de sua posse para o fim do regime. Todavia, a situação se tornou incontornável e teve que ser internado. Ainda assim, não resistiu e faleceu em abril de 1985. José Sarney, que já havia pertencido ao partido aliado do governo militar, foi quem assumiu a presidência da república (FICO, 2017).

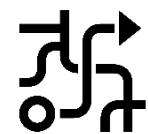
No decorrer da redemocratização, passamos por vários presidentes, todos com objetivos de controlar a inflação, desenvolver a economia nacional e, é claro, criar novas políticas educacionais, incluindo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, popularmente conhecida como LDB, esta que viria a ser promulgada muitos anos depois, somente em 1996 (ARANHA, 1996).

A sucessão de governos foi a seguinte: José Sarney (1985-1990), Fernando Collor (1990-1992), Itamar Franco (1992-1995) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) (FAUSTO, 2019). Foi neste último governo que a neoliberalização no Brasil foi, segundo a literatura, efetivamente consolidada, principalmente no campo das políticas públicas educacionais.

SÃO PAULO E PSDB: O QUE FOI FEITO COM A HERANÇA EMPRESARIAL-MILITAR NA EDUCAÇÃO

Toda a herança de precarização do trabalho docente, a reforma tecnicista, apropriação do modelo educacional norte-americano juntamente com a abertura para o capital estrangeiro, forneceram bases para que a neoliberalização não se resumisse apenas à economia, mas que fosse predominante nas formulações das políticas públicas educacionais no estado de São Paulo.

Desde o momento em que a redemocratização aconteceu, houve um imenso monopólio político de dois partidos: PMDB e o Partido da Social-Democracia Brasileira, PSDB, sendo que o primeiro já havia ganhado expressividade desde o final



do Governo Empresarial-Militar (FAUSTO, 2019). Entretanto, foi o segundo partido que obteve o grande destaque no estado, sendo o que mais tempo permaneceu no poder até os dias de hoje.

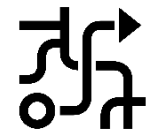
De 1987 a 1995, São Paulo esteve sob a tutela do PMDB, com os governos de Orestes Quércia e Luiz Antônio Fleury, períodos marcados por escândalos de corrupção (DEZOUZART; ALDÉ; SETEMY, 2009). Em seguida, o PSDB assumiu o poder e só o deixou temporariamente após a renúncia de Alckmin em 2018, para concorrer à presidência. Alckmin deixou o cargo para seu vice-governador, do Partido Socialista Brasileiro, PSB, Márcio França (MACHADO, 2018). Porém, para o período que nos interessa, há uma cronologia resumida do governo tucano², conforme destacado por Sanfelice (2010):

O Partido da Social-Democracia Brasileira – PSDB – abrigou os governadores Mário Covas (1995-98 em primeiro mandato; 1999-2000 segundo mandato, até a sua morte); Geraldo Alckmin (2000-2002 que completou o mandato de Covas e de 2003-2006 em novo mandato); Cláudio Lembo, do Partido dos Democratas que assumiu quando Geraldo Alckmin renunciou para concorrer à presidência da República e finalmente José Serra eleito para o período 2007-2010. (SANFELICE, 2010, p. 147).

Todos esses governos mencionados se orientaram por uma visão neoliberal que, em poucas palavras, trata-se de uma filosofia econômica que propõe o retorno do pensamento liberal do século XVIII em oposição às teorias de Maynard Keynes que se popularizaram durante a Crise de 1929 e perduraram até 1970 (LEMOS, 2020), sendo confrontadas posteriormente pelos economistas neoliberais Hayek, Friedman e Mises.

O pensamento liberal, no qual o neoliberalismo se baseia, defende as liberdades individuais, o contrato social, a desigualdade social e o livre mercado (sem a intervenção estatal) como fatores determinantes nas demais áreas da sociedade (LEMOS, 2020). Ou seja, para políticos que se baseiam neste modelo, as privatizações e a presença do capital estrangeiro são os aspectos mais importantes.

² O termo "tucano" é uma referência ao pássaro que foi adotado como mascote partidário durante a formação da legenda do Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB) em 1988 (HELAL FILHO, 2021); esse partido ficou conhecido por exercer uma forma de governo alinhada com os princípios neoliberais, especialmente ao adotar medidas que buscavam a privatização dos setores produtivos controlados pelo Estado (GUIOT, 2010).

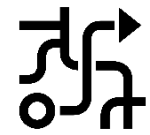


Nesse sentido, podemos perceber que essas ações de trazer o capital estrangeiro, abrir as portas para a UNESCO, o arrocho salarial dos professores, a burocratização do ensino e a expansão da educação em massa já haviam sido implementadas durante o regime militar, o que faltava, para o PSDB, era explorar essa situação para estabelecer uma política neoliberal de fato, e foi o que fizeram.

Antes de explicitar a política neoliberal tucana, é necessário abordar um acontecimento importante para a história da neoliberalização das políticas latino-americanas: o *Consenso de Washington* que ocorreu de 1989 a 1995 na década em que houve a ascensão do neoliberalismo e um grande endividamento nos países latino-americanos. No discurso, as medidas econômicas definidas em Washington, com a participação de organismos internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial e etc., visavam conter a crise econômica nos países latino-americanos. Todavia, na prática, os objetivos eram transformar os Estados Nacionais em meros aparelhos administrativos e fazer com que os países concordassem com reformas que permitissem a neoliberalização de suas políticas e economias (MATEUS, 2015). Quando o PSDB chegou ao poder, essas reformas já estavam em andamento.

Voltando aos governos pessedebistas em São Paulo, durante o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, Mário Covas era quem estava à frente de São Paulo. Nesse momento histórico, foram postas em práticas ações para a educação com o apoio dos organismos internacionais: Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Organização das Nações Unidas para a Educação, para a Ciência e para a Cultura (UNESCO), Fundo de Emergência Internacional para Crianças das Nações Unidas (UNICEF), entre outros. Nesse sentido, havia uma coerência entre o governo federal e o estadual (SANFELICE, 2010). Foi, inclusive, no governo Covas e com a secretária de educação Tereza Roserlei Neubauer da Silva que houve os maiores impactos:

A gestão Covas iniciou-se em 1º de janeiro de 1995 e teve duração até 22 de janeiro de 2001 e apresentou como principais ações a implantação do Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (SARESP), a Progressão Continuada, a descentralização da administração e da gestão escolar. Junto com essas ações vieram o discurso da melhoria da gestão e da qualidade do ensino, que foram, na verdade, medidas econômicas para racionalizar os



custos da educação. Essas ações desencadearam um agravamento nas condições do trabalho docente (...) a educação pública no Estado de São Paulo teve grande aumento no número de alunos por sala de aula, déficit de professores, aumento das contratações temporárias e, principalmente, a aprovação em massa de alunos decorrente da progressão continuada, mais conhecida como promoção automática (MOURA, 2013 *apud* OLIVEIRA, 2016, p. 68).

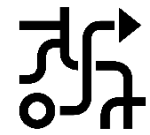
Ocorreu, portanto, um avanço da precarização que já existia, agora com um aumento de alunos por sala e com professores contratados temporariamente. Além disso, aconteceu também o fechamento de salas de aula e escolas, a intensificação do processo de municipalização, a demissão de muitos professores e a criação do Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (SARESP) (SANTOS, 2016). Em suma, todas estas medidas impuseram obstáculos às condições de trabalho de um grande contingente de professores no estado de São Paulo.

Com o falecimento de Covas, seu vice-governador, Geraldo Alckimin, assumiu. Foi em sua gestão que foi criado o "ranking da SEE/SP", que incentivava a competição entre as escolas, uma clara virtude defendida pela filosofia neoliberal, porém, não levava em consideração a realidade das escolas, dos professores e do próprio processo de ensino-aprendizagem. Foi em seu governo também que foi instituído o sistema de gratificação conhecido como "bônus", mais uma maneira de individualizar os professores (SANTOS, 2016).

Por fim, após o governo Alckimin, que se estendeu até 2006, seu vice, Cláudio Lembo, ficou no cargo até as eleições e foi sucedido por José Serra. Foi com este último que se ampliaram as contratações temporárias e houve uma reorganização nas categorias docentes, ganhando destaque o professor "categoria O", que é contratado por tempo determinado (SANTOS, 2016).

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Enfim, se fossemos descrever todas as políticas que afetaram de algum modo as condições do trabalho docente no estado de São Paulo, não seria possível fazê-lo em apenas um artigo. O foco aqui foi evidenciar as raízes históricas das políticas neoliberais paulistas e o quanto a Ditadura Militar, ou Governo Empresarial-Militar, foi essencial para que tais políticas fossem possíveis. Dentre elas, a ampliação das aulas, a burocracia, as contratações temporárias e o arrocho salarial foram as que mais subsidiaram os governos neoliberais no estado de São Paulo para, de fato, como se



observou ao decorrer de nosso texto, gerar um processo de precarização do trabalho. Agora, também em São Paulo, com mais uma política de caráter neoliberal: o Programa de Ensino Integral. Os aspectos a serem pesquisados sobre o tema ainda são muitos, porém, espera-se que novos estudos, como o aqui apresentado, possam contribuir para o avanço das pesquisas sobre o tema.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Lucia de Arruda. *História da educação e da pedagogia*. São Paulo: Moderna, 1996.

ARAUJO, Caroline Gorski Marques. *O Programa de Ensino Integral no estado de São Paulo: a escola neoliberal*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2021.

OLIVEIRA, Mariana Esteves de. *“Professor, você trabalha ou só dá aula?”: O fazer-se docente entre História, Trabalho e Precarização na SEE-SP*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2016. 266 p.

BRASIL. Ministério da Educação. *UNESCO*. Brasília, 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/encceja-2/480-gabinete-do-ministro-1578890832/assessoria-internacional-1377578466/20747-unesco>. Acesso em: 15 jun. 2023.

BRETTAS, Tatiana. *Capitalismo dependente, neoliberalismo e financeirização das políticas sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: Consequência, 2020.

COSTA, Marcos. *A história do Brasil para quem tem pressa*. Rio de Janeiro: Valentina, 2017.

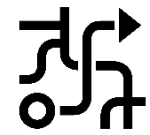
DEL PORTO, Fabíola Brigante. A luta pela anistia no regime militar brasileiro: a constituição da sociedade civil e a construção da cidadania. *Perseu: história, memória e política*, S.l., n. 03, p. 43-72, 2009.

DEZOUZART, Elizabeth; ALDÉ, Lorenzo; SETEMY, Adrianna. *Luís Antônio Fleury Filho*. Rio de Janeiro: FGV CPDOC, 2009. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-tematico/luis-antonio-fleury-filho>. Acesso em: 15 jun. 2023.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2019.

FERREIRA JUNIOR, Amarílio; BITTAR, Marisa. A ditadura militar e a proletarização dos professores. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 27, p. 1159-1179, 2006.

FICO, Carlos. *História do Brasil contemporâneo: da morte de Vargas aos dias atuais*. São Paulo: Editora Contexto, 2017.



GUIOT, André Pereira. O programa neoliberal de terceira via do PSDB (1988-2002). *Tempos Históricos*, S.l., v. 14, n. 2, p. 228-255, 2010.

HELAL FILHO, William. Partido tucano: como o pássaro virou símbolo do PSDB anos após MDB recusar o mascote. *Jornal O Globo*. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://blogs.oglobo.globo.com/blog-do-acervo/post/partido-dos-tucanos-como-o-passaro-virou-simbolo-do-psdb-anos-apos-o-mdb-recusar-o-mascote.html>. Acesso em: 27 ago. 2023.

LEMOS, Adriane Guimarães de Siqueira. Do liberalismo ao neoliberalismo: liberdade, indivíduo e igualdade. *Inter-Ação*, 2020. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/interacao/article/view/61148/34792>. Acesso em: 16 jun. 2023.

MACHADO, Lívia. Alckmin deixa governo de SP e vice Márcio França assume cargo. *Jornal G1*. São Paulo, 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/alckmin-deixa-governo-de-sp-e-vice-marcio-franca-assume-cargo.ghtml>. Acesso em: 25 jun. 2023.

MACHADO, Vânia Mara Pereira. A campanha da legalidade. *Cadernos da Escola de Educação e Humanidades*, Curitiba, v. 1, n. 6, p. 6-7, 2011.

MARCÍLIO, Maria Luiza. *História da escola em São Paulo e no Brasil*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2005.

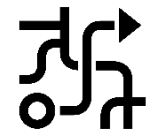
MARIN, Alda Junqueira. *Precarização do trabalho docente*. Minas Gerais: Gestrado UFMG, 2010. Disponível em: <https://gestrado.net.br/verbetes/precarizacao-do-trabalho-docente/>. Acesso em: 11 ago. 2023.

MATEUS, Rafael de Paula Fernandes. *O Consenso de Washington e as propostas do Banco Mundial para a reforma do Estado em perspectiva política (1989–1997)*. In: Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História. Florianópolis: UFSC/ANPUH, 2015, p. 1-17. Disponível em http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1428334352_ARQUIVO_Textooriginal2.pdf. Acesso em: 25 jun. 2023.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. *A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização*. Educação & Sociedade, Campinas, v. 25, p. 1127-1144, 2004.

OLIVEIRA, Mariana Esteves de. *“Professor, você trabalha ou só dá aula?”: O fazer-se docente entre História, Trabalho e Precarização na SEE-SP*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2016. 266 p.

PIOVEZAN, Patrícia Regina; DAL RI, Neusa Maria. A precarização do trabalho docente no estado de São Paulo: 20 anos de reformas. *ETD Educação Temática Digital*, Campinas, v. 18, n. 1, p. 178-197, 2016.



SANFELICE, José Luís. A política educacional do estado de São Paulo: apontamentos. *Nuances: estudos sobre Educação*, Presidente Prudente, v. 17, n. 18, p. 146-159, 2010.

SANTOS, Franciele Del Vecchio dos. *Trabalho docente em escolas estaduais paulistas: o desafio do professor da categoria O*. São Paulo: UNESP, 2016.

SILVA, RODRIGO ALVES DA. *Qualidade de vida e estresse em professores atuantes no programa de ensino integral*. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Ibirapuera, São Paulo, 2019.

TARDIF, Maurice. A profissionalização do ensino passados trinta anos: dois passos para a frente, três para trás. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 34, p. 551-571, 2013.

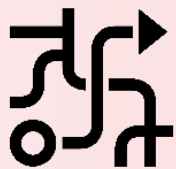
THEODORO JUNIOR, Humberto. O parlamentarismo no Brasil. *Revista da Faculdade de Direito da UFMG*, Belo Horizonte, n. 28-29, p. 187-210, 1986.

FONTES

O ESTADO DE SÃO PAULO (Jornal). *O Brasil e a UNESCO*. São Paulo, p. 16, edição de 15 de julho de 1949.

Recebido em: 11/08/2023

Aprovado em: 08/11/2023



“VOCÊ NÃO SABE O QUANTO NÓS CAMINHAMOS PARA CHEGAR ATÉ AQUI”: OS DEBATES PIONEIROS SOBRE ENSINO DE HISTÓRIA DIANTE DAS REFORMAS EDUCACIONAIS BRASILEIRAS (DÉCADAS 1960-80)

“YOU DON'T KNOW HOW MUCH WE HAVE WAY TO GET HERE”: THE PIONEER DEBATES ON HISTORY TEACHING DUE TO THE BRAZILIAN EDUCATIONAL REFORMS (1960s-80s)

MAGALHÃES, Livia Diana Rocha*

<https://orcid.org/0000-0003-0784-6749>

MENDES, Sandra Regina**

<https://orcid.org/0000-0001-8291-687X>

Resumo: Objetiva-se analisar os debates acerca do ensino de História diante de reformas educacionais instituídas a partir da década de 1970, através das trajetórias de historiadoras que foram pioneiras particularmente no contexto de luta contra a implementação da área de Estudos Sociais, prevista na Lei 5.692/1971, imposta pela ditadura militar. Situar os debates estabelecidos por esse grupo de intelectuais permite interlocuções com questões ainda candentes sobre a compreensão referente ao ensino de História na escola e nas licenciaturas e os seus limites diante das políticas educacionais brasileiras, em especial, aquelas que visam destituir a potência do conhecimento histórico. Toma-se como suposição que o grupo elaborou um conhecimento sistematizado e situado dentro de um contexto histórico desafiador, autoritário, mas que até hoje serve de marco de memória (HALBWACHS, 2004) para um coletivo de historiadores/as que discute a temática de ensino, mesmo considerando as experiências e os acúmulos teóricos obtidos nos contextos pós-ditadura. Considera-se que a memória social é indissociável do contexto de sua produção – marcos sociais (HALBWACHS, 2004) – e das relações que se estabelecem entre experiências vividas (THOMPSON, 1981) e memória (ARÓSTEGUI, 2004).

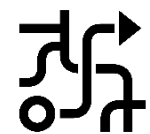
Palavras-chave: Marcos Sociais; Experiência; Ensino de História.

Abstract: This article aims to analyze the debates about History teaching in the face of educational reforms instituted from the 1970s onwards, through the trajectories of historians who were pioneers, particularly in the context of the struggle against the implementation of the area of Social Studies, foreseen in Law 5.692/1971, imposed by the Military Dictatorship. To locate the debates established by this group of intellectuals allows for dialogues with questions that are still unresolved about the understanding regarding the teaching of History at school and in undergraduate courses and its limits in the face of Brazilian educational policies, in particular, those that aim to deprive the power of the historical knowledge. It is assumed that the group elaborated a systematized knowledge situated within a challenging, authoritarian historical context, but which until today serves as a memory landmark (HALBWACHS, 2004) for a collective of historians who discuss the theme of teaching, even considering the experiences and theoretical accumulations obtained in post-dictatorship contexts. It is considered that social memory is inseparable from the context of its production - social landmarks – (HALBWACHS, 2004) and from the relationships established between lived experiences (THOMPSON, 1981) and memory (ARÓSTEGUI, 2004).

Keywords: Social Landmarks; Experience; History Teaching.

* Professora Plena da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas. E-mail: liviadianamagalhaes@gmail.com

** Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade (PPGMLS) na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB); Professora Assistente da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). E-mail: smendesba@gmail.com



INTRODUÇÃO

A constituição do ensino de História enquanto objeto de investigação de historiadores/as, dentro de um processo dialético e contraditório, deu-se, paulatinamente, no interior dos movimentos de resistências diante dos desdobramentos da implementação dos Estudos Sociais no currículo, resultante da política restritiva do governo militar ao conhecimento na área de humanas, conforme se expressa na Lei 5.692/1971.

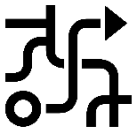
Particularmente, no decorrer da década de 1980, um grupo de intelectuais começou a fazer frente à fragmentação da disciplina História diante da suposta interdisciplinaridade entre a Geografia, a Educação Moral e Cívica (EMC) e a Organização Social e Política do Brasil (OSPB), conforme previa a legislação educacional autoritária dos anos de ditadura militar. A história do processo educativo demonstrou que os Estudos Sociais comprometeram as especificidades do ensino do conhecimento histórico no currículo escolar. Com o processo de redemocratização, a luta ganhou novas pautas e novos contornos, considerando-se os fundamentos teóricos da História Social Inglesa e da *Nouvelle Histoire* originada do *Annales*, propagados, sobretudo, no final dos anos setenta no Brasil.

No título desse artigo, parafraseamos a música “Estrada”¹ com intuito de dar uma dimensão dos vários caminhos e estradas sinuosas percorridas pelas pesquisas no campo da teoria da História e também dos estudos do currículo, da história das disciplinas e dos saberes escolares, sobremaneira despontadas no final da década de 1980 e que convergiram para os estudos sobre o ensino de História.

No contexto político de retomada da democracia e das disputas em torno do projeto de educação e da ampliação dos programas de pós-graduação, que passaram a abrigar pesquisadores/as interessados/as em problematizar a História e seu ensino, especialmente no âmbito dos programas de História ou de Educação, desencadeiam-se os debates em torno da articulação desses dois campos. Nos programas específicos de História, essa relação não foi fácil de ser aceita. Entretanto, algumas pesquisadoras² conseguiram romper com a lógica segundo a qual o ensino de História

¹ Música “A Estrada”, gravada pela banda musical Cidade Negra, em 1998. Composição de Bino Farias, Lazão, Paulo Gama e Toni Garrido.

² Em relação ao grupo pioneiro, pode-se observar que as pesquisadoras mulheres foram as principais responsáveis pela articulação da área, mais uma vez coadunando a relação entre



era considerado um objeto da educação e não da investigação historiográfica, desenvolvendo estudos que se tornaram referenciais para a área, viabilizando a formação de pesquisas sobre o ensino de História em suas diferentes dimensões e objetos.

Costa e Oliveira (2007) consideram que os textos produzidos por Emília Viotti da Costa entre 1957 a 1963 foram os que, pela primeira vez no Brasil, trouxeram, sob o ponto de vista da História, o ensino enquanto área de conhecimento. Contudo, nesse período, como já demonstrado em pesquisas (OLIVEIRA, 2011), o ensino de História não se constituía como um objeto de investigação, mas como uma área de formação.

A criação da Associação Nacional de História³ (ANPUH), em 1961, não modificou essa realidade de forma imediata, mas a reproduziu, visto que a entidade científica dos/as historiadores/as compartilhava os fundamentos institucionais existentes na academia, baseados em uma visão dicotômica entre ensino e pesquisa.

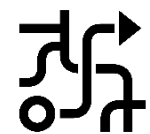
Nas licenciaturas em História, as disciplinas pedagógicas, cursadas nas faculdades de educação, tratavam das questões relativas ao ensino, enquanto as de conteúdo historiográfico se dedicavam à pesquisa. Nesse período, categorias como História escolar, cultura escolar e saber histórico escolar ainda não estavam sendo mobilizadas na produção acadêmica brasileira que, na compreensão de Oliveira, influenciava:

[...] uma forma estreita de olhar sobre o ensino, sobre a profissão magistério e mesmo sobre a profissionalização dessa atividade, não raras vezes, essas questões foram restringidas a “fórmulas” e “receitas corretas” a serem aplicadas nas salas de aulas, prescritas nos estágios supervisionados, nas Práticas de Ensino; ou, de algum modo, apreendidas após a formatura, com o ingresso do ex-estudante no mercado de trabalho (OLIVEIRA, 2011, p. 38-39, grifo da autora).

Por conseguinte, nos primeiros anais dos simpósios nacionais da ANPUH, o ensino de História não estava no escopo dos trabalhos apresentados nos temários de estudos, pois estes eram ligados às pesquisas que eram desenvolvidas por

docência e gênero (VIANNA, 2001-2002), especialmente nas humanidades, mas essa não será uma questão discutida neste trabalho.

³ Em 1961, durante o I Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História, foi criada a Associação dos Professores Universitários de História (APUH). Em 1971, no VI Simpósio Nacional, a associação já havia conseguido uma abrangência nacional através das seções regionais, por isso foi aprovada em assembleia a mudança do nome para Associação Nacional dos Professores Universitários de História, com adoção da sigla ANPUH (ANAIS DOS VI SIMPÓSIO NACIONAL DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA, 1973, p. 7).

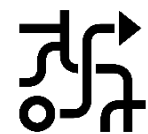


historiadores/as de ofício com temas clássicos da pesquisa histórica. Não havia, nesse momento, uma epistemologia que concebesse o conhecimento histórico escolar enquanto uma área com questões específicas. Todavia, mesmo sem essa configuração, paulatinamente se observa, a partir da década de 1970, ainda de forma incipiente, um aumento do número de trabalhos que se ocupavam das questões de ensino nos anais do evento nacional da entidade, de maneira que, na ata da sexta edição do Simpósio da ANPUH ocorrido em 1971, em Goiânia, consta a aprovação e criação do “temário de estudos Metodologia e Didática da História para o próximo Simpósio” (ANAIS DO VI SIMPÓSIO, 1973, p. 7).

Os debates desenvolvidos por um grupo de historiadoras irão colocar no centro da discussão o ensino de História e, daí em diante, serão intensificados, chegando à década de 1980 com muitos desdobramentos e ampliações, sobretudo com o auxílio dos novos estudos historiográficos e da discussão sobre teoria do currículo.

Para acessar essas discussões, analisou-se um *corpus* documental composto por entrevistas com historiadoras que iniciaram e conduziram essas discussões, entre as quais: Circe Maria Fernandes Bittencourt, Cláudia Regina Fonseca Miguel Sapag Ricci, Déa Ribeiro Fenelon, Kátia Maria Abud e Selva Guimarães Fonseca. As entrevistas foram coletadas em revistas acadêmicas e livros publicados entre as décadas de 1990 e 2000. É importante explicar a ausência de outras intelectuais pioneiras desse debate, como as professoras Ernesta Zamboni e Elza Nadai. Em relação à primeira, só foi encontrada uma entrevista publicada após o fechamento desse artigo. Quanto à professora Elza Nadai, apesar de existir um artigo que trata da sua trajetória, intitulado “Elza Nadai: a formação da papisa do ensino de História” (ROIZ; BENFICA, 2020), é uma produção que abrange uma série de fragmentos de entrevistas da pesquisadora em diferentes momentos. Essas entrevistas não estão acessíveis virtualmente, impossibilitando sua consulta no momento.

Tem-se por objetivo situar como um grupo de intelectuais, nos anos de 1980, colocaram em evidência e desencadearam uma importante discussão no campo historiográfico brasileiro no que diz respeito ao ensino de História na escola básica, dando centralidade a um debate sobremaneira disputado pelas políticas educacionais, particularmente em contextos autoritários e ditatoriais. Mas, como ressalta Halbwachs (2004, p. 112), “tal reconstitución del pasado no puede jamás ser sino una



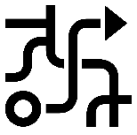
aproximación" e que, "[...] llega a ser un punto de referencia para nosotros, sólo en la medida que lo situemos en relación con unos lugares y unas épocas que son unos puntos de referencia para el grupo" (HALBWACHS, 2004, p. 153). Teoricamente, nos associamos aos estudos de Halbwachs (2004) quando destaca que membros de uma mesma sociedade compartilham marcos sociais comuns (crenças, valores, contextos, lugares, grupos etc.) que subsidiam a formação de memórias coletivas. Para o autor:

[...] los marcos colectivos de la memoria no están formados luego de un proceso de combinación de los recuerdos individuales. Estos marcos colectivos de la memoria no son simples formas vacías donde los recuerdos que vienen de otras partes se encajarían como en un ajuste de piezas; todo lo contrario, estos marcos son- precisamente- los instrumentos que la memoria colectiva utiliza para reconstruir una imagen del pasado acorde con cada época y en sintonía con los pensamientos dominantes de la sociedad (HALBWACHS, 2004, p. 10).

No caso, as memórias coletivas intelectuais vivenciadas por um conjunto de professoras/pesquisadoras se constituíram como marcos de referência da memória que unificam, em sua dialética concreta, passado e presente, o que é importante para o enfrentamento de políticas restritivas ao conhecimento histórico no currículo da educação básica, como está ocorrendo no Brasil, particularmente diante da atual reforma do ensino médio. Assim, poder-se-ia dizer, partindo da concepção de memória coletiva de Halbwachs (2006) e de experiência, que:

La temporalidad humana tiene en la memoria su apoyo esencial, mientras que la continuidad que facilita a la acción humana es la clave de la función estructurante que tiene también en la constitución de las relaciones sociales. La memoria, por tanto, tiene una función decisiva en todo hecho de experiencia como la tiene también en la captación del tiempo por el hombre [e mulheres] (ARÓSTEGUI, 2004, p. 9).

Desse modo, compreendemos ser de suma importância recuperar os relatos das experiências de historiadoras pioneiras da discussão sobre o ensino de História, considerando-as como portadoras de uma memória intelectual e cultural para o entendimento dos debates que ainda presidem o presente em diferentes dimensões e “[...]como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida ‘tratam’ essa experiência em sua *consciência* e sua *cultura*” (THOMPSON, 1981, p. 182, grifo do autor). Isto porque:



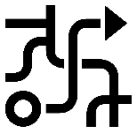
[...]os valores não são “pensados”, nem “chamados”; são vividos, surgem dentro do mesmo vínculo com a vida material e as relações materiais em que surgem as nossas idéias (*sic*). São as normas, regras, expectativas etc. necessárias e aprendidas (e ‘aprendidas’ no sentimento) no “*habitus*” de viver; e aprendidas, em primeiro lugar, na família, no trabalho e na comunidade imediata. Sem esse aprendizado a vida social não poderia ser mantida e toda produção cessaria (THOMPSON, 1981, p. 184, grifo do autor).

Procura-se entender como as experiências dessas historiadoras “[...] são condicionadas por um processo histórico estruturado” e constituidoras de uma “memória do acervo histórico cultural” (MAGALHÃES, TIRIBA, 2018, p 15) da historiografia do ensino de História no Brasil. Desse modo, por meio das fontes selecionadas (entrevistas), se intencionou situar como as experiências de historiadoras da pesquisa sobre o ensino da História na escola se constituíram num campo de referência fundamental para o enfrentamento das políticas educacionais no contexto da ditadura militar e da redemocratização, e que continuam relevantes diante das políticas educacionais recentes no Brasil.

TRAJETÓRIAS FORMATIVAS DAS PESQUISADORAS PIONEIRAS DA PESQUISA EM ENSINO DE HISTÓRIA

A partir do quadro a seguir, é possível observar que, com exceção da professora Déa Ribeiro Fenelon, todas as intelectuais tiveram alguma etapa da sua formação acadêmica pela Universidade de São Paulo (USP), ou seja, fizeram a graduação ou a pós-graduação nesta instituição. Katia Maria Abud e Circe Bittencourt, por exemplo, foram contemporâneas de graduação, terminando o curso de História, respectivamente, em 1966 e 1967. Pode-se ainda dizer que o quadro social (contextual) da memória acadêmica das historiadoras em estudo ocorreu na década de 1960, passando pela ditadura militar e pelo início do processo de redemocratização, nos anos de 1980.

INTELECTUAL	FORMAÇÃO ACADÊMICA
Circe Maria Fernandes Bittencourt	Graduação em História pela USP (1967). Mestrado (1984-1988) e doutorado (1988-1993) em História Social pela USP, ambos orientados por Raquel Glezer.



Cláudia Regina Fonseca Miguel Sapag Ricci	Graduação em História pela UNESP (1984). Mestrado pela PUC/SP (1986-1992). Orientadora: Maria Antonieta Martinez Antonacci. Doutorado em História Social pela USP (2003). Orientador: Marcos Silva.
Déa Ribeiro Fenelon	Graduação em História pela UFMG (1961). Fez duas especializações nos Estados Unidos em 1964 e 1970, terminando o doutorado pela UFMG.
Kátia Maria Abud	Graduação em História (Licenciatura e Bacharelado) pela USP (1966). Mestrado (1974-1978) e doutorado (1979- 1986), em História Social pela USP.
Selva Guimarães Fonseca	Graduação em Licenciatura Plena em História na Universidade Federal de Uberlândia (1985). Mestrado (1988-1991) e doutorado em História Social pela USP (1992- 1996), ambos orientados por Marcos Silva.

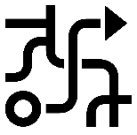
Quadro 1: Formação acadêmica

Fonte: Dados obtidos nas entrevistas e nos currículos lattes dos pesquisadores.

Como já pontuado, na transição do ano de 1970 para 1980 ocorreram relevantes mudanças políticas no Brasil. Novos/as agentes sociais emergiram no debate político contrapondo-se à ditadura, propondo outros referenciais e olhares para a sociedade brasileira, levando em conta diferentes dimensões e problemas. Ainda nesse período, tem-se a criação de diversos programas de pós-graduação em História, com destaque ao Doutorado em História da UNICAMP, criado em 1984. Antes só havia o de História Social na USP, de 1971.

A ampliação das pesquisas históricas, com a inserção de novos fundamentos teóricos e metodológicos, irá repercutir nos cursos de graduação, promovendo, de forma geral, um movimento amplo em torno da renovação historiográfica e da consolidação da cientificidade da História através de múltiplas ações, como a criação da Revista Brasileira de História (RBH), vinculada à ANPUH, e de grupos de pesquisa ligados aos programas de pós-graduação.

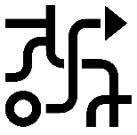
No quadro a seguir, observa-se que as entrevistadas, que estamos denominando pioneiras dos estudos do ensino de História, produziram dissertações e



teses relativas à temática ou que tiveram repercussões na produção didática ao questionar os pressupostos da história tradicional⁴. Tais produções fazem parte das discussões e pesquisas que subsidiarão confrontos com as políticas educacionais para a educação básica nas décadas de 1980 e 1990.

INTELLECTUAL	PRODUÇÃO NA ÁREA DE ENSINO DE HISTÓRIA
Circe Maria Fernandes Bittencourt	- Pátria, civilização e trabalho (1917-1939) (Dissertação), 1988. - Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar (1810-1910) (Tese), 1993.
Cláudia Regina Fonseca Miguel Sapag Ricci	- Da intenção ao gesto: quem é quem no ensino de História em São Paulo (Dissertação), 1992. - A formação do professor e o ensino de História: espaços e dimensões de prática educativa (Belo Horizonte, 1980-2003) (Tese), 2003.
Déa Ribeiro Fenelon	- cursou duas especializações nos Estados Unidos, na Duke University (1964) e na Johns Hopkins University (1970). Doutorou-se em História da América (1973) pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), mas sua principal produção é na área de ensino.
Kátia Maria Abud	- Autoridade e riqueza: contribuições para o estudo da sociedade paulistana na segunda metade do século XVIII. (Dissertação), 1978. - O sangue intemorato e as nobilíssimas tradições: a construção de um símbolo paulista: o bandeirante (Tese), 1986.
Selva Guimarães Fonseca	- Caminhos da História ensinada (São Paulo e Minas Gerais anos 70 e 80) (Dissertação), 1991.

⁴ Apesar da tese de Abud (1986) não ser específica sobre a área de ensino, ela reconstituiu o percurso que transformou o bandeirante em objeto de conhecimento e o alçou à condição de símbolo paulista, problematizando o seu lugar na história de São Paulo e do Brasil. Esse estudo resultou em impactos especialmente na produção didática fundamentada nos mitos oficiais. Ressaltamos também que, apesar da tese de Fenelon não ter sido na área de ensino, sua produção e atuação (como docente e presidente da ANPUH) sempre estiveram articuladas com o ensino de História. Quando Fenelon fez doutorado o processo era diferente dos dias atuais, ela diz: “de repente, vimo-nos matriculados no doutoramento, mas não havia curso de pós-graduação. Fomos matriculados “ex-ofício” [...], não era propriamente curso de doutorado, você era inscrita e tinha que começar a pesquisa [...]” (FENELON, 1997, p. 79)



	- Ser professor de História: vida de mestres brasileiros (Tese), 1996.
--	--

Quadro 2: Dissertações e teses das entrevistadas.

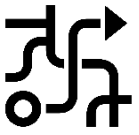
Fonte: Dados obtidos nas entrevistas e no currículo lattes dos pesquisadores

Circe Bittencourt (2020b), em entrevista realizada em junho de 2020, rememora que seu processo de formação acadêmica ocorreu nos anos ditatoriais, entre 1964-1967: “[...] o momento em que entrei na USP, em 1964, foi o momento do Golpe e após um mês de aula estávamos em greve, e eu não tinha noção do significado desse momento político” (BITTENCOURT, 2020b, p. 413). Narra, em outra entrevista concedida em março de 2019, que o interesse pelo curso:

[...] se deu finalmente por causa das aulas de uma jovem professora, que, nos últimos dois anos escolares, ofereceram outra visão da história brasileira, e que agora posso entender seu alcance. Foram aulas muito diferenciadas, em que a professora Cecília nos introduziu em estudos sobre problemas econômicos e sociais do Brasil, por meio de métodos de pesquisa, com atividades em grupo, em que líamos Caio Prado Jr., Celso Furtado para apresentações de “seminários”, e lembro-me que coube ao meu grupo o estudo sobre a economia cafeeira (BITTENCOURT, 2020a, p. 3, grifo da autora).

Para Cláudia Ricci (2016, p. 283), a decisão pelo curso de História foi “motivada por um grupo de amigos que fazia leituras e discussões”, enquanto Selva Guimarães⁵ (2019) situa sua escolha articulada ao processo de aperfeiçoamento da atividade docente que já exercia na rede pública em Uberlândia, no antigo 1º grau, instituído na reforma educacional da ditadura (Lei 5.692/1971). Selva Guimarães (2019) ainda destaca que foi aluna do curso normal durante os anos de ditadura e que possuía a certeza do seu interesse na continuidade dos estudos em nível superior. Contudo, diante das suas condições financeiras, isso só seria viável numa universidade pública e em um curso que possibilitasse conciliar os estudos e o trabalho na docência, que exercia durante todo o dia. Identifica-se nas narrativas que a opção pelo curso, mesmo em diferentes épocas, não foi justificada com argumentos pautados em vocações ou questões subjetivadas, mas atrelada às experiências e as influências cotidianas exercidas por pessoas próximas ou necessidades estabelecidas pela realidade concreta da vida.

⁵ Na entrevista a professora explica que desde 2010 não assina Fonseca. Por isso, apesar de grande parte da produção da autora estar referenciada com o sobrenome Fonseca, a exemplo de um dos seus mais importantes livros *Caminhos da História ensinada*, neste artigo as citações da entrevista da autora foram feitas utilizando o sobrenome Guimarães.



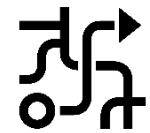
Nas entrevistas, foi possível ainda identificar que, enquanto estudantes na universidade, vivenciaram experiências múltiplas, para além das demandas específicas do curso, que influenciaram as produções e atividades ao longo das suas carreiras. Déa Fenelon (1997) destaca que, durante sua formação entre 1957 e 1960, em Minas Gerais, ocorria uma discussão muito premente e politizada sobre as reformas básicas, da Reforma Universitária, do papel da universidade, dentre outras:

Isso tudo tinha um nome naquela época: discutir a realidade brasileira! Tínhamos uma idéia (*sic*) de que tínhamos uma contribuição para dar em termos de conhecimento, que podíamos produzir algo sobre a realidade brasileira. Naquele tempo, o curso de história nos dava poucos instrumentos para essa análise da realidade, para qualquer participação mais efetiva. Fomos buscar esse conhecimento e essa prática, na qual me formei, na prática política, nos movimentos estudantis daquele tempo. A história tinha um caráter muito acadêmico ainda e o movimento produzia as análises da realidade brasileira (FENELON, 1997, p. 76).

Circe Bittencourt e Kátia Abud, contemporâneas na USP na década de 1960, relembram o corpo docente do curso de graduação composto por historiadores/as de renome nacional e internacional, fundadores da historiografia brasileira, como Sérgio Buarque de Holanda, Fernando Novais, Maria de Lourdes Janotti, Emília Viotti da Costa, dentre outros/as. Apesar da formação sólida em termos historiográficos durante o processo formativo como estudantes de graduação ou de pós-graduação, as entrevistadas apontam que a formação política, que forneceu subsídios para questionar o contexto ditatorial em curso, base para as articulações de recomposição dos princípios democráticos que seguiram como pauta nas décadas seguintes, não ocorreu especificamente nas aulas, mas se efetivou em diversos espaços da universidade:

Desconhecia a vida política do país, e foi um percurso interessante entender as lutas políticas dos estudantes, do movimento estudantil muito forte na época. O Grêmio da Maria Antônia foi fundamental para as discussões e assim a convivência com os professores se misturava com suas palestras sobre a conjuntura política, inclusive de outros departamentos (BITTENCOURT, 2020b, p. 413).

Nesse sentido, entende-se que as experiências estudantis das entrevistadas estão imbricadas ao conjunto de eventos vivenciados em um contexto comum, como a conjuntura política, movimentos sociais e estudantis, as articulações de resistências contra o autoritarismo, o questionamento ao modelo de universidade e os



fundamentos teóricos da ciência histórica dos cursos, ainda marcado pela dissociação entre a formação da licenciatura e do bacharelado. Portanto, são marcos de referência para a constituição de suas memórias individuais e coletivas.

A APROXIMAÇÃO DAS PIONEIRAS COM ENSINO DE HISTÓRIA

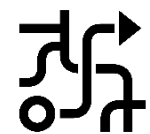
Ao abordar a formação docente no seu curso de graduação, Bittencourt (2020a) relembra que, de acordo com a legislação da década de 1960, as disciplinas de formação pedagógica eram oferecidas no departamento de Educação:

Em meio a essa formação como Bacharel em história, nos últimos anos, tivemos os cursos de licenciatura, em que apenas foi significativo o estágio realizado no Colégio de Aplicação da USP, sob a supervisão da professora Sylvia Magaldi. As inovações metodológicas vivenciadas por nós, licenciandos junto dos alunos, eram não apenas eficientes e atrativas, quanto aos seus resultados no ponto de vista do domínio dos conhecimentos escolares, mas também quanto às formas de socialização e organização dos alunos. Além do uso constante de documentos nas aulas, de análise de filmes, de peças de teatro, havia os estudos do meio em que os alunos participavam e se integravam de forma inovadora. Veio daí minha quase “fixação” pelas práticas de estudos do meio. E, depois deste marcante estágio, terminei o curso de Licenciatura, em 1967, e mantive meu sonho de ser professora de História (BITTENCOURT, 2020a, p. 6, grifo da autora).

A dicotomia presente no curso, destinando a formação docente a outro departamento, foi uma questão extremamente cara para Déa Fenelon (1997), tanto na sua atuação docente quanto na sua produção acadêmica e também como presidente da ANPUH (1983-1985). Demonstrando como esse modelo prejudicou a sua atuação profissional e como buscou superar o problema, destaca:

O ensino era muito alienado da realidade brasileira. Eu falava da realidade como objetivo político, conhecimento, mas não sabia nem fazer ligação. Então, acho que a militância me deu consciência política, mas o curso não instrumentou nada para isso. E quando fomos para a vida profissional foi uma coisa muito massacrante (FENELON, 1997, p. 78).

Referindo-se, especificamente, ao curso de História da USP, Abud (2013) o caracteriza como uma tradição mais “conservadora” (p. 130) dos estudos históricos em comparação com a Universidade de Campinas (UNICAMP). Baseando-se na sua trajetória, afirma: “[...] a USP tem o maior desprezo pela formação de professores, porque, tradicionalmente, se considera que quem domina o conteúdo transpõe esse conteúdo para a sala de aula. Então basta dominar o conteúdo” (ABUD, 2013, p. 135). Diante da dicotomia e hierarquização entre os componentes de conteúdos históricos

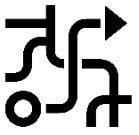


específicos e os de caráter pedagógico nos cursos de História, deve-se considerar o mérito desse grupo em promover movimentos que resultaram na produção do conhecimento histórico a partir de novos referenciais teóricos, especialmente articulados com as pesquisas do campo educacional e, de forma mais específica, desenvolver pesquisas na área de ensino de História nesse contexto conservador presente na formação uspiana. É um processo que se analisado superficialmente, pode-se parecer contraditório ao identificar o surgimento das inovações dentro de um ambiente conservador, porém ao associar às reconfigurações acadêmicas internas e os acontecimentos políticos em tela essas relações são compreendidas.

Importante dizer que, antes de serem docentes universitárias, todas foram professoras da escola em seus diferentes níveis, com denominações diversas, a depender da época. Portanto, conviviam e conheciam a realidade da educação pública e as contradições existentes, o que, aliado a outros processos de nível teórico e político, possibilitou problematizar essas questões. Em um processo marcado pela contradição, a expansão da escola pública para as massas trabalhadoras ocorreu durante o governo militar, feita sem nenhuma preocupação com as condições estruturais das escolas. A narrativa de Circe Bittencourt (2020a) é emblemática para compreender a complexidade desse momento:

Iniciei meu trabalho em uma escola pública da periferia da cidade, ao mesmo tempo em que era professora de uma escola particular judaica, na região paulistana dos Jardins. Passei a conviver, diariamente, assim, em dois mundos que jamais se encontravam, apesar de existirem na mesma cidade: de um lado, alunos de uma classe média abastada [...], e, do outro lado, atravessando o rio Tietê, estavam alunos trabalhadores que frequentavam a escola à noite. O convívio com esses alunos tão diferentes foi marcado por experiências difíceis, mas muito desafiantes. Evidentemente estava preparada para ser professora dos alunos dos Jardins; era muito difícil ensinar História em meio a salas lotadas, mal iluminadas, sem ventilação e outras tantas necessidades, com jovens cansados, mas querendo aprender, querendo muito frequentar uma escola para melhorar um pouco seu cotidiano (BITTENCOURT, 2020a, p. 8).

A interlocução das experiências vivenciadas pelas entrevistadas no processo de formação acadêmica e no exercício da docência – momento em que, de fato, tiveram contato com a realidade da educação brasileira – foi desencadeadora para a irrupção de novas demandas e questões em relação ao conhecimento histórico, especialmente em sua dimensão na escola pública. O exercício profissional das entrevistadas nas escolas ocorreu em um contexto de grande movimentação política



e sindical situado no processo de redemocratização, no final da década de 1970 e início da década de 1980. Especialmente no âmbito da educação, nesse momento, estavam sendo organizadas entidades representativas de classe da categoria docente, tais como a Confederação dos Professores do Brasil (CPB) e, em nível paulista, a Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (APEOESP), promovendo um amplo debate e lutas em prol da educação pública.

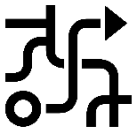
AS LUTAS E DISPUTAS NOS CAMINHOS TRILHADOS

No contexto vivenciado como professoras e pesquisadoras filiadas à ANPUH na transição da ditadura para a redemocratização, uma das principais lutas de atuação dos/as historiadores/as era contra os Estudos Sociais e as Licenciaturas Curtas em Estudos Sociais, que foram implementadas pelas reformas educacionais da ditadura militar por meio da Lei 5.692/1971. A ANPUH teve um papel importante na oposição, contudo essa articulação enfrentou disputas internas dentro da própria entidade. Um dos momentos mais significativos foi o embate para promover a alteração do seu regimento que impedia figurar como associados professores de 1º e 2º graus, em 1979. As discordâncias foram tão grandes que “[...] a professora Cecília Vestfália, que é uma das primeiras presidentes da Associação, rasgou o estatuto e falou que a gente ia destruir a Anpuh” (FENELON, 2009⁶, p. 285). A justificativa era que a associação se tornaria um sindicato e se afastaria da sua função científica. Santos (2020) entende que o argumento de ameaça ao discurso científico significa um entendimento da História científica distinto da História ensinada, com isso, identifica uma “[...] persistência do mito positivista de uma ciência pura e neutra, afastada das demandas sociais e políticas de seu tempo. A ciência não poderia se lambuzar no social e, sobretudo, no político” (SANTOS, 2020, p. 44).

Déa Fenelon (2009), que assumiu diretamente a defesa a favor da abertura da ANPUH para os professores não universitários, afirma de maneira categórica:

[...] eu acho que em sendo professores num departamento e num curso que forma professores, a nossa responsabilidade era exatamente essa discussão: a formação desses professores que estão nessa luta inglória, difícil. Reconheço tudo isso. Mas que na verdade eu discutia, escrevi muito sobre isso, de como os cursos de História preparavam mal os seus alunos para a vida profissional. [...] Portanto, tinha que reverter para nós também um pouco a discussão de como é

⁶ A data da entrevista é 2005, mas só foi publicada em 2009. A professora Déa Fenelon faleceu em 20 de abril de 2008.

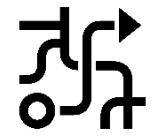


que estávamos formando esses professores. Por isso eu me engajei sempre em toda minha carreira nessa discussão sobre a formação do profissional de História, professor de História, do pesquisador (FENELON, 2009, p. 286).

Martins (2000) situa o movimento de luta contra os Estudos Sociais como “divisor de águas” para os/as historiadores/as congregados na ANPUH, não apenas pelo protagonismo assumido pela associação, “[...] mas porque exigiu dela a reconfiguração do ‘profissional da história’” (MARTINS, 2000, p. 108-109, grifo da autora). Para Santos, o “[...] incômodo, por parte dos historiadores acadêmicos, profissionais, ditos ‘cientistas’ da história, de finais dos anos 1970 e início dos 1980, em se verem misturados com seus ‘primos pobres’, os professores de 1º e 2º graus” (SANTOS, 2020, p. 46, grifo do autor), era parte da divisão social do trabalho intelectual na seara histórica. Ficam evidentes as tensões e disputas presentes na ANPUH na resistência em estabelecer aproximação com o universo escolar, seus problemas e seus profissionais. Essa resistência descortina contradições internas de classe e do fazer histórico ao estabelecer processos hierárquicos.

Selva Guimarães (2019) se lembra do engajamento de Déa Fenelon quando esta esteve na Universidade Federal de Uberlândia (UFU), em 1980 para um evento: “[...] foi um momento singular para os estudantes. Ouvimos com muita atenção e admiração a voz de uma historiadora competente, combatente, que muito nos motivou a lutar em defesa da História” (GUIMARÃES, 2019, p. 585). Circe Bittencourt também traz as lutas contra a Lei 5.692/1971 como um marco de referência na sua trajetória, lembrando o impacto que estas tiveram sobre seu exercício docente, enquanto professora do ensino secundário da rede pública de São Paulo, tendo acompanhado os “embates para a permanência das disciplinas” (BITTENCOURT, 2020a, p. 8). No final dos anos de 1970, momento em que a secretaria estadual de São Paulo começou a promover uma renovação do 2º grau, incluindo novamente História e Geografia:

[...] percebemos, então, que tínhamos possibilidades de retomar projetos do período do Colégio de Aplicação da USP e das escolas Vocacionais dos anos de 1960. [...] Pela proximidade da escola com a Cidade Universitária/USP, passamos a receber muitos alunos estagiários, e, em particular, tive uma aproximação com a profa. Elza Nadai, professora de Prática de Ensino de História da Faculdade de Educação da USP, na organização dos estágios. Nossos projetos de interdisciplinaridade passaram a se tornar conhecidos em encontros de professores da rede pública e em eventos acadêmicos, incluindo o nascente Encontro de Práticas de Ensino (atual ENDIPE). A ANPUH, com a abertura de participação de professores secundários, também se tornou importante para os debates sobre o retorno da História, e fui uma das primeiras representantes como

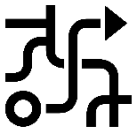


professora secundarista a integrar o Conselho da ANPUH, por volta de 1979/1980. Nesse contexto, passei a me interessar em voltar à universidade e fazer como outros colegas da escola, que ingressaram em cursos de pós-graduação na área de ensino na UNICAMP. (BITTENCOURT, 2020a, p. 8-9).

A autora ainda coloca que, com perspectiva de ingressar no mestrado, nesse momento elaborou um projeto de pesquisa sobre o ensino, tendo como problema central o percurso do ensino de História a partir da identificação de seus agentes de produção curricular e dos critérios de seleção de conteúdos. Afirma que, apesar de Elza Nadai ter se interessado por sua proposta, não se achou em condições de assumir uma orientação de pesquisa em uma área nova, “[...] centrada em problemas epistemológicos de uma disciplina e muito inovadora para o campo da história da educação, área na qual ela estava vinculada na pós-graduação da Feusp” (BITTENCOURT, 2020a, p. 10). Por esta razão, submeteu o projeto para Raquel Glezer, que havia sido sua colega de curso e que havia ingressado no Departamento de História nos cursos de Metodologia e Teoria de História. Assim, dessa maneira, a “[...] proposta da pesquisa foi acolhida com precaução quanto às questões metodológicas inerentes ao tema, mas também com entusiasmo, por ser uma reflexão que **consideravam pertinente para o momento**” (BITTENCOURT, 2020, p. 8-9, grifo nosso).

O processo de retomada da História no currículo paulista, intensificado no início da década de 1980, não teve desdobramentos apenas para a carreira da professora Circe, que, por sua vez, elaborou no mestrado um dos trabalhos de referência para o campo em formação. Quando, em 1983, a Secretaria de Educação, através da Coordenadoria de Ensino e Normas Pedagógicas da Secretaria do estado (CENP), lançou uma proposta de encontros regionais visando a elaboração de uma nova Proposta Curricular de História no 1º e 2º graus, assessorados por Déa R. Fenelon (PUC/SP), Marcos A. da Silva (USP) e Pedro Paulo Funari (UNESP), a discussão sobre o ensino de História ganhou uma dimensão pública anteriormente nunca vista. Os desdobramentos desse debate são um dos marcos de referência mais citados pelo grupo, a partir de diferentes questões, vivenciadas em múltiplas experiências, de lugares sociais também distintos. Foi marcante a repercussão pública de grande magnitude alcançada pela problemática da História no currículo escolar.

Selva Guimarães (2019) explica que sua pesquisa de mestrado, outra referência da área produzida nesse período e ainda largamente utilizada na

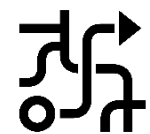


atualidade, decorreu desse contexto, “[...] sobretudo nas experiências de reformas curriculares desenvolvidas nos estados de Minas Gerais e São Paulo” (GUIMARÃES, 2019, p. 589-590). Já como docente da UFU, foi fazer mestrado na USP, e seu orientador, o professor Marcos Antônio Silva, era um dos assessores da reforma de São Paulo. Obviamente, a experiência de Selva Guimarães, tendo como orientador o professor Marcos Silva, que vivenciou de forma tão intensa a reformulação curricular, provocou impactos na sua pesquisa. Como já pontuado por Thompson (1981), as experiências são vivenciadas com vínculos com a vida material e influenciam nas formas de sentir e de pensar.

Para Déa Fenelon (1997, p. 83) o diferencial da proposta foi ter sido elaborada por professores e não pela assessoria. Entende que foi por isso, contraditoriamente, que sofreu muitas críticas ao ser discutida nas universidades, por não reconhecerem serem os professores “[...] capazes de fazer uma proposta. [...] Na verdade ele [o trabalho elaborado] foi ‘estraçalhado’ por uma crítica muito superficial, muito ideológica também, muito por razões pessoais, até por não estar participando” (1997, p. 83-84, grifo da autora). Em outra entrevista, em 2005, voltou a refletir sobre a proposta e a desconfiança na capacidade de docentes da escola básica terem proposto uma reforma educacional, denotando a visão distorcida das universidades sobre as escolas. Diz: “[...] teve gente que me disse assim, a Elza Nadai que já morreu. Falou para mim assim: é você que escreveu eu vi lá, tinha expressões suas. Eu disse: lógico, leram minha bibliografia inteira” (FENELON, 2009, p. 304). Com as críticas que receberam, houve uma série de reuniões para que a equipe de assessoria e os professores da rede refizessem a proposta, mas não aceitaram e por isso chamaram outro grupo, contando com a participação de Circe Bittencourt e Ernesta Zamboni. “Eles fizeram o que a CENP queria. E a nossa... a equipe foi dissolvida, nós fomos dispensados e ficou por isso mesmo. Aí a proposta deles é cinza, a capa é cinza e não é mais vermelha” (FENELON, 2009, p. 303).

Cláudia Ricci (2016), também orientanda de uma das elaboradoras da proposta, rememora a conjuntura envolvida na reforma curricular de São Paulo:

Já no final de 1984, fui pra São Paulo, me casei, assumi aulas em algumas escolas e sempre procurei estar na escola, na época de 1º e 2º graus, hoje na educação básica. Quando fiz o mestrado, na PUC São Paulo, já tinha lido muita coisa da professora Déa Fenelon e fui uma de suas alunas em Núcleo de Pesquisa. Minha orientadora, a professora Antonieta Antonacci, participou da equipe que elaborou



a proposta curricular da CENP, de São Paulo. Essa proposta foi muito importante, significativa pela discussão que provocou, dentro e fora das escolas e universidades, sobre Ensino de História. Na época, as autoras foram sabatinadas na Assembleia Legislativa de São Paulo e o jornal *Estadão* publicou editoriais criticando, dizendo que a proposta “ia fazer a cabeça das crianças, impondo o comunismo” (RICCI, 2016, p. 284).

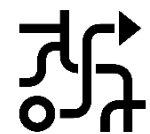
De fato, o momento em que estava sendo elaborada e discutida a reforma de São Paulo, entre 1983-1986, corresponde ao processo de estruturação do campo de pesquisa referente ao ensino de História. De acordo com Bittencourt (2020a, p. 15, grifo da autora):

Em São Paulo, em particular, o grupo de pesquisadores surgiu, como foi assinalado, no interior dos debates sobre o retorno da História como disciplina integrante dos currículos no final dos anos de 1980, e creio que também foi semelhante em vários outros centros universitários. Na USP, “a descoberta do ensino como um campo de pesquisa” ocorreu em diversos institutos e faculdades da antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e na FEUSP. No Departamento de História, o professor Marcos Silva havia organizado, em 1984, o livro *Repensando a História*, pela ANPUH/SP, em que reuniu textos de historiadores e professores com abordagens importantes sobre a renovação da produção historiográfica e do ensino de História. As pesquisas sobre ensino de História começaram a ter espaço de debates na ANPUH nacional, com apoio significativo de Déa Fenelon, e em São Paulo, com a criação do GT de ensino de História, após a inclusão de professores da rede de ensino como sócios da entidade, este que foi importante para fomentar novas problemáticas de pesquisas sobre formação de professores.

A intelectual compreende que no processo de ampliação das pesquisas, especialmente no contexto paulista:

[...] foi se constatando clivagens entre concepções e abordagens das pesquisas na FEUSP e no Departamento de História. Considero que uma das questões divergentes residia na concepção das especificidades do conhecimento histórico acadêmico e no conhecimento histórico escolar. Na FEUSP, continuei as pesquisas sobre ensino de história nos pressupostos das especificidades do conhecimento histórico escolar, e não como era concebido pela maioria dos historiadores, como um saber decorrente e adaptado do conhecimento acadêmico. Nesse sentido, as pesquisas de ensino de História sempre estiveram articuladas a conceitos de aprendizagem e métodos de ensino, em suas relações com os conteúdos selecionados e com sistemas avaliativos que proporcionavam a identificação dos diferentes sujeitos envolvidos na produção da disciplina escolar, notadamente, de professores e alunos. (BITTENCOURT, 2020a, p. 16).

Não é possível desarticular as pesquisas que estavam sendo desenvolvidas na USP e na Unicamp, universidade à qual Déa Fenelon estava institucionalmente vinculada como docente, das atividades promovidas pela ANPUH. A maior parte da produção historiográfica brasileira estava, sem dúvida, sob direção de historiadores/as



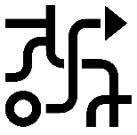
paulistas, capilarizada nos eventos regionais e nacionais, além das publicações da Revista Brasileira de História (RBH). Desta forma, essa situação possibilitava aos pesquisadores e pesquisadoras paulistas vinculados/as à ANPUH se consolidarem como referência teórica para os/as demais pesquisadores/as brasileiros/as. Dessas articulações, resultaram, por exemplo, o I Encontro Nacional Perspectiva do Ensino de História e o primeiro dossiê sobre ensino de História na RBH (1989/1990), além de publicações de obras coletivas “que exerceram influências subsequentes em relação ao ensino de História” (MESQUITA, 2017, p. 218), a exemplo de: *Repensando a História* (1984), *Ensino de História: revisão urgente* (1986) e *O Ensino de História e a criação do fato* (1988). Tais produções ainda compõem a bibliografia básica dos cursos de licenciatura em História e são marcos de referência da memória no campo do ensino de História.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como pode ser visto, essas intelectuais começaram suas articulações em um contexto político e educacional extremamente difícil, durante a ditadura militar (1964-1985). As marcas latentes deixadas pela ditadura militar, como o autoritarismo e a visão que estudantes devem ter uma formação destituída de conhecimentos humanísticos e críticos mediados pela História, ainda estão presentes na política educacional, especificamente na reforma do Novo Ensino Médio (NEM) em curso e na Base Nacional Curricular Comum (BNCC).

Não desconsiderando o avanço que atualmente se observa nas pesquisas do campo do ensino de História, com demandas em torno de novas temáticas e novos problemas e ampliação do número de pesquisadores/as e grupos de pesquisa, ainda se constituem como marcos de referência a produção acadêmica e experiências das pesquisadoras que fizeram parte do grupo pioneiro nos estudos sobre ensino de História. Suas obras ainda são referenciais nos cursos de graduação e pós-graduação de todo o Brasil, de forma que analisar a trajetória dessas intelectuais é fundamental para compreender os caminhos trilhados pelas investigações no âmbito do ensino de História, pois se constitui como uma memória intelectual que se conecta às novas problemáticas teóricas e concretas vivenciadas na atualidade.

Ao mobilizar as produções e as experiências vividas por um grupo pioneiro de intelectuais que resistiram às perseguições e políticas daqueles que sempre tentam



nos dismantelar, não houve perspectivas de caráter exemplar ou de enaltecer o ser individual. As discussões aqui mobilizadas se aproximam do sentido de reafirmar, por meio dos estudos da memória ancorada em marcos sociais, a capacidade (e necessidade) de articulação, resistência e organização de intelectuais frente a projetos de esvaziamento da potência do conhecimento histórico.

REFERÊNCIAS

ABUD, Katia Maria. *O sangue intemorato e as nobilíssimas tradições: a construção de um símbolo paulista: o bandeirante*. Tese (Doutorado em História Social)-Universidade de São Paulo, 1986, 244p.

ARÓSTEGUI, Julio. *Retos de la memoria y trabajos de la historia*. *Revista de Historia Contemporanea*, n.3. Madrid: Espagrafic, 2004.

COSTA, Aryana Lima; OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. O ensino de História como objeto de pesquisa: no aniversário de 50 anos de uma área de pesquisa, notícias do que virá. *Saeculum Revista de História*, João Pessoa, n. 16, p. 146-160, jan/ jun., 2007.

MESQUITA, Ilka Miglio de. *Urdidura e Trama de memórias do ensino de história*. Aracaju: EDUNIT, 2017.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória coletiva*. São Paulo: Editora Centauro, 2006.

HALBWACHS, Maurice. *Los marcos sociales de la memoria*. Rubí (Barcelona): Anthropos Editorial; Concepción; Universidad de la Concepción: Caracas; Universidad Central de Venezuela, 2004.

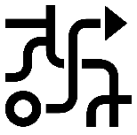
MAGALHÃES, Lívia Diana Rocha; TIRIBA, Lia. *Experiência: um termo ausente? Sobre História, memória, trabalho e educação*. Uberlândia: Navegando publicações, 2018.

MARTINS, Maria do Carmo. *A História prescrita e disciplinada nos currículos escolares? Quem legitima estes saberes*. 2000. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000, 234p.

OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. *O direito ao passado: uma discussão necessária à formação do profissional de História*. Aracaju: Editora UFS, 2011.

ROIZ, Diogo da Silva; BENFICA, Tiago Alinor Hoissa. Elza Nadai: a formação da papisa do ensino de História. *História: Questões & Debates*, Curitiba, v. 68, n. 01, p. 337-367, jan./jun., 2020. Universidade Federal do Paraná.

SANTOS, Wagner Geminiano dos. *A invenção da historiografia brasileira profissional*. Geografia e memória disciplinar, disputas político-institucionais e debates epistemológicos. Vitória/ES: Editora Milfontes, 2020.



VIANNA, Claudia Pereira. O sexo e o gênero na docência. *Revista Cadernos de Pagu*, Campinas, 17/18, p. 81-103, 2001-2002.

THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: ZAHAR Editores, 1981.

FONTES

ANAIS DOS VI SIMPÓSIO NACIONAL DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA, 1973, p. 7).

Circe Bittencourt: por Diogo da Silva Roiz, publicada na *Revista Teoria e Prática*, v. 30, n. 63, 2020a.

Circe Bittencourt: por Letícia Oliver Fernandes, Matheus de Paula Silva e Pedro José de Carvalho Neto, publicada na *Revista Epígrafe*, São Paulo, v. 9, n. 1, 2020b.

Cláudia Sapag Ricci: por Arthur Nogueira Santos e Costa, publicada na *Revista História e Perspectivas*, Uberlândia, n. 54, jan./jun. 2016.

Déa Ribeiro Fenelon: por Ilka Miglio em 11 de novembro de 2005, publicada no *Cadernos do CEOM*, Belo Horizonte, n. 29, 2009. Outra consta em no livro de Selva Guimarães Fonseca *Ser professor no Brasil* Campinas, SP: Papirus, 1997.

Katia Maria Abud: por Alexandra Lima da Silva e Marcelo Fronza, publicada na *Revista Territórios & Fronteiras*, Cuiabá, vol. 6, n. 3, dez., 2013.

Selva Guimarães: por Diogo da Silva Roiz, publicada na *Revista Tempos Históricos*, vol. 23, 2º semestre de 2019.

Recebido em 06/09/2023

Aprovado em 08/11/2023



CAVALCANTI JÚNIOR, Ary Albuquerque*

<https://orcid.org/0000-0001-7918-1892>

LANGARO, Jiani Fernando**

<https://orcid.org/0000-0003-2048-2927>

RESUMO: O artigo discute os desafios e possibilidades para o ensino de história regional e local, no que tange ao tema da Ditadura Militar no Brasil. O texto reconhece as dificuldades que permeiam o ensino de tão delicado tema, que muitas polêmicas ainda suscitam na sociedade brasileira, em um contexto atual, em que a educação é marcada por censuras e perseguições a docentes. No entanto, frisa a necessidade de se trabalhar esse tema em sala de aula e levanta um rol de possibilidades para superar os principais desafios que se colocam ao trabalho docente. Entre eles estão a abertura de espaço na grade curricular para o ensino de história regional e local, a construção de material didático – geralmente indisponível sobre o tema nos recortes espaciais enunciados –, dentre outros. Para tornar a proposta ainda mais clara, apresenta-se o estado da Bahia e o Oeste do Paraná como possibilidades para esse ensino no intuito de oferecer aos/às docentes uma espécie de guia de trabalho. Como objetivo central, busca-se por meio do ensino de história regional e local a superação da concepção de que não houve repressão e autoritarismo por parte do regime militar fora dos grandes centros urbanos da região Sudeste do Brasil.

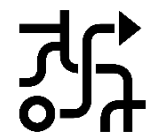
PALAVRAS-CHAVE: Golpe de 1964; Autoritarismo no Brasil; Possibilidades para o ensino de história.

ABSTRACT: The article discusses the challenges and possibilities for regional and local history teaching concerning the theme of the military dictatorship in Brazil. The text recognizes the difficulties that permeates the teaching of such a delicate theme, that it still raises so many controversies in the Brazilian society, especially in the present days, when the education is marked by reproaches and persecutions of teachers. However, it emphasizes the need to teach this theme in class and it shows a group of possibilities to overcome the main challenges in the teachers' work. Among them are the opening of spaces in the curriculum for the regional and local history teaching, the design of didactic material – generally unavailable on the abovementioned topics –, among others. To turn the proposal clear, it shows the State of Bahia and the West of Parana region as possibilities for this teaching, in order to offer the teachers a kind of working guide. As its main objective, it searches, by the teaching of regional and local history, the overcoming of the concept that there was no repression or authoritarianism of the military regime out of the big urban centers in the Southeast region of Brazil.

KEYWORDS: Coup of 1964; Authoritarianism in Brazil; Possibilities for History teaching.

* Professor Adjunto do Departamento de História da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Membro da *Red Panamazónica para la Formación y Enseñanza de la Historia*: panorama de pesquisa, diálogos e intercâmbio (REPAMFEH); do Laboratório de Estudos de Gênero, História e Interculturalidade (LEGHI/UGD) CÁTEDRA UNESCO; do grupo de estudos e pesquisa em História e Memória Geracional e Trajetórias Sociogeracionais (GHEMPE/UESB) e do grupo de pesquisa *Interpretação do Tempo: ensino, memória, narrativa e política* (iTempo), da Universidade Federal do Pará (UFPA). Coordenador do projeto de pesquisa: "Ditadura militar no Brasil: representações, sociedade e ensino de história" (UFMT). E-mail: ary.junior@ufmt.br

** Bacharel e Licenciado em História pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, mestre em História Social pela Universidade Federal de Uberlândia – UFU, doutor em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP e Pós-doutorando em História pela Università Ca'Foscari Venezia. Professor adjunto da Faculdade de História e membro do corpo docente permanente do Programa de Pós-Graduação em História – PPGH e do Mestrado Profissional em Ensino de História – PROFHISTÓRIA da Universidade Federal de Goiás – UFG. E-mail: jflangaro@ufg.br.



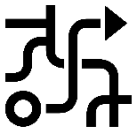
INTRODUÇÃO

O ensino de história no Brasil nunca esteve tão ameaçado como nos últimos anos: perseguições em sala de aula, temas censurados e reformas educacionais desmedidas deram a tônica aos enfrentamentos docentes em sala e fora dela. Tais ações se devem, principalmente, à escalada da extrema direita no país ao longo dos últimos anos, a qual não apenas passou a difundir visões distorcidas sobre a ciência, mas também deixou um rastro de desinformação e negacionismo sobre o passado. Nessa perspectiva, a temática da Ditadura Militar nunca esteve tão em evidência, vide as discussões levantadas na grande mídia e nas mais variadas redes de produção de conteúdo na internet, tais como o *YouTube*.

A despeito do exposto, nosso artigo busca pensar alternativas para a sala de aula, mesmo reconhecendo toda a difícil conjuntura que cerca o cotidiano escolar. Assim, voltamo-nos para a discussão da Ditadura Militar¹ a partir de uma perspectiva regional e local. Compreendemos ser importante problematizar quanto ainda temos de historiografia que centraliza suas discussões na região Sudeste do Brasil, entendendo que ali ocorreram os ditos “grandes eventos históricos” nacionais. No caso da Ditadura Militar não é diferente, muitas vezes as regiões Sul, Nordeste, Centro-Oeste e Norte do Brasil – principalmente nos locais distantes das capitais estaduais – são consideradas “zonas de recuo”, ou seja, são vistas como locais onde o processo repressivo foi mais brando em relação ao que ocorria no Sudeste e nas capitais (CAVALCANTI JUNIOR, 2016). Conseqüentemente, teriam sido escolhidas por militantes no processo de fuga forçada contra a repressão instaurada no período, sendo por isso chamadas de “zonas de recuo”.

Como docentes que escrevem o presente texto, compreendemos que as experiências são construtos fundamentais no processo de nossa formação, a qual não se restringe a leituras teóricas, mas se estende à *práxis* em sala de aula. Dessa forma, nas vivências experimentadas tanto na educação básica quanto no ensino superior, entre os estados que atuamos, pudemos ouvir expressões como: “ah, professor, aqui

¹ A historiografia brasileira que discute a ditadura instaurada em 1964 apresenta diferentes perspectivas para sua natureza e conseqüentemente sua nomenclatura. Contudo, a partir dos estudos realizados por Carlos Fico (2017), optamos pelo uso de Ditadura Militar e não Civil-Militar. Partimos da compreensão de que o apoio civil ocorreu, contudo, as decisões e as formas de governar se deram a partir da alta cúpula militar, vide os cerceamentos cada vez maiores no campo das liberdades individuais e uma concentração na justiça e nos mandos militares.



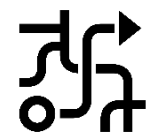
não houve ditadura”, “se teve ditadura, nada se compara a São Paulo” e “aqui não foi/é um local de importância histórica”. Nessa perspectiva, o presente artigo tem como objetivo problematizar, ainda que brevemente, os conceitos de história regional e local no limiar do ensino de história e seus possíveis usos na compreensão da Ditadura Militar em sala de aula. Da mesma forma, buscamos combater visões que compreendem que as ações do Estado repressivo ficaram localizadas em determinados espaços, algo que cada vez mais precisa ser desconstruído por não se sustentar à luz da documentação de época e da historiografia.

Sobre os conceitos de região e local, segundo Constantino (2004), a escola francesa dos *Annales* ampliou as relações da história com outros campos do conhecimento, bem como permitiu “novas” problemáticas e o descortinar de fontes até então restritas pelo modelo positivista. Nesse contexto, as histórias regional e local vêm sendo amplamente debatidas, principalmente no ensino de história, ainda que reformas educacionais recentes tenham ampliado o fosso existente entre o que erroneamente se entende por história nacional e regional/local. Algo que a lógica capitalista de ensino, focada na aprovação de processos seletivos, dificulta ainda mais a ação docente em sala de aula, principalmente na educação básica, tendo em vista que raros são os casos em que as histórias regionais e locais são abordadas², simplesmente por não comporem os currículos de história do sexto ano em diante.

As contribuições para a renovação desse campo também vieram da vertente historiográfica marxista inglesa. O texto “História local e história oral”, de Raphael Samuel (1989/1990), traduzido e publicado na *Revista Brasileira de História*, no final da década de 1980, foi emblemático. O autor propunha a inovação da história local por meio de abordagens e fontes que tivessem como objetivo dar destaque à ação humana.

Ainda no campo do regional e do local, existe um debate na historiografia brasileira quanto a sua abordagem, sendo vista em alguns estudos como os de Erivaldo Neves (2008), como metodologia, e nas propostas de Barros (2009), como um campo da história. Na esteira das problemáticas do regional e do local, porém adentrando brevemente sua matriz epistemológica, uma importante contribuição parte

² A última reforma do ensino médio diminuiu a carga horária de disciplinas como história, algo que dificultou ainda mais a aplicação dos conteúdos previstos. Soma-se a isso, principalmente no ensino médio, as cobranças na aprovação de processos seletivos que dão acesso ao ensino superior e acabam por uniformizar temas e proposições no campo da história.



de Durval Muniz de Albuquerque Junior, com sua obra *A invenção do Nordeste e outras artes* (2009). No referido trabalho, o autor problematiza a própria construção da ideia de região que, segundo ele, perpassa uma teia de poder que elabora imagens e discursos, partindo do pressuposto de que a ideia de região não aproxima culturas semelhantes, mas acaba por homogeneizá-las. Com isso, compreende-se o avanço das discussões sobre a ideia de região e de local, possibilitando ao trabalho em sala de aula inúmeras discussões, tais como cultura, identidade e silenciamentos.

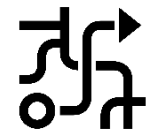
Já no que tange à Ditadura Militar, nos últimos anos ela se tornou um dos temas mais debatidos, porém não apenas por novas pesquisas, mas por correntes negacionistas, as quais passaram a refutá-la, mesmo com diversas evidências históricas. Como resultado, a relativização e até a defesa da tortura e demais ações violentas e repressivas do Estado ganharam força, passando a ser cada vez mais defendidas e evidenciadas em redes sociais e também na sala de aula. Logo, o presente texto também é uma forma de reafirmar o compromisso docente e sua importância no combate aos negacionismos históricos e às tentativas de apagamento do que foram as mais de duas décadas de ditadura militar no Brasil.

O ENSINO DE HISTÓRIA REGIONAL E LOCAL

Perpassando inúmeros projetos político-pedagógicos, o ensino de história foi/vem sofrendo diferentes mutações ao longo de sua trajetória enquanto disciplina. Como destaca Bittencourt (2008), se de início a inserção da história nos currículos ocorreu mediante a tentativa de construção de uma identidade nacional, as demandas foram sendo repensadas ao longo dos séculos e, conseqüentemente, as escolhas dos conteúdos e abordagens se transformaram.

No contexto de mudanças, principalmente com o final do período ditatorial brasileiro (1964-1985) e com medidas como o retorno de história e geografia nos currículos escolares, foi necessária uma “reconstrução” do campo de ensino, repensando políticas educacionais, currículos e o que seria abordado em sala de aula. Assim, como pontua Rodrigues Junior:

Durante a década de 1990 o Brasil se inseriu em um movimento mundial de mudanças curriculares que consolidou os debates acerca da renovação do ensino da História propostos no contexto da redemocratização. Neste contexto, os Parâmetros Curriculares Nacionais publicados a partir de 1997 consagraram a



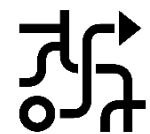
influência da psicologia da aprendizagem piagetiana a partir da interpretação de educadores como César Coll, do que se denomina construtivismo (RODRIGUES JUNIOR, 2017, p. 13).

A partir da inserção dessas mudanças, uma das propostas apresentadas era a de um ensino de história mais próximo da realidade dos/as estudantes, sendo orientada à inserção de problemáticas regionais e locais no currículo (PAIM; PICCOLI, 2007). Tinha em vista o combate não apenas ao distanciamento dos conteúdos da realidade vivida, mas também de uma história homogênea que não levasse em consideração as particularidades locais e regionais. Sendo assim, com base no que apresentam os autores mencionados, os quais corroboramos ao abordarem o regional e o local no ensino de história, destacam-se as diferenças, as peculiaridades, a diversidade de valores e crenças etc. Algo que, ao ser pensado no recorte temporal do período ditatorial brasileiro, em sala de aula, se faz fundamental no combate ao centralismo histórico, que é tão difundido, e nos diferentes impactos do período nos distintos espaços do país.

Um dos exemplos desse centralismo histórico e dos desafios enfrentados pelos/as professores/as no ensino de história regional e local pode ser elucidado com base no estudo realizado por Souza e Ribeiro (2021). Os autores aplicaram questionários com colaboradores/as (docentes e discentes) de uma escola no município mato-grossense de Cáceres. Os pesquisadores buscaram compreender quais conhecimentos os/as colaboradores/as tinham sobre a história regional e local e quais deles usavam em sala de aula. Nesse contexto, destacam que:

(...) ensinar História Regional e Local parece ser uma tarefa ainda mais desafiadora quando se observa e analisa qualitativamente narrativas de estudantes sobre essas temáticas. Podemos ler que, em meio aos debates sobre as visões de história que permeiam as propostas curriculares desde a década de 1980, configurou-se um campo profícuo a ser explorado, em que se encontram possibilidades de diálogo entre escolas e outras instituições que se disponham pela prática educativa, como as universidades (SOUZA; RIBEIRO, 2021, p. 208).

Dessa forma, pensar uma abordagem regional e local é também encontrar inúmeros desafios, algo que vai desde os livros didáticos, provenientes de grandes editoras e que retomam a visão centralista do eixo sudestino do Brasil, até a lógica neoliberal voltada para os processos seletivos (BITTENCOURT, 2008). Porém, é necessário reiterar que já existem inúmeras produções realizadas pelos mestrados profissionais em ensino de história, em especial a rede ProfHistória, além dos



programas de pós-graduação acadêmicos, os quais colocam em xeque tais construções tradicionais. São dissertações e artigos que dão destaque a história das diferentes localidades e as regionalidades que permeiam o Brasil, bem como apresentam importantes alternativas para o pensar sobre diferentes temas em sala de aula³.

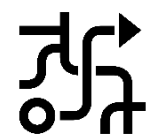
Obviamente, a reflexão que aqui se explana não surge no sentido de retirar a importância dos processos históricos que ocorreram nos estados do Sudeste, mas de problematizar e destacar as descontinuidades, as heterogeneidades de outras localidades para o processo histórico, algo que se mostra, inclusive, segurado em normativas educacionais. Dois exemplos são o Parâmetro Curricular Nacional de História (BRASIL, 1997) e a nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018). No caso do PCN, destaca-se que:

Cabe ao professor, ao longo de seu trabalho pedagógico, integrar os diversos estudos sobre as relações estabelecidas entre o presente e o passado, entre o local, o regional, o nacional e o mundial. As vivências contemporâneas concretizam-se a partir destas múltiplas relações temporais e espaciais, tanto no dia-a-dia individual, familiar, como no coletivo. Assim, a proposta é de que os estudos sejam disparados a partir de realidades locais, ganhem dimensões históricas e espaciais múltiplas e retornem ao local, na perspectiva de desvendá-lo, de desconstruí-lo e de reconstruí-lo em dimensões mais complexas (BRASIL, 1997, p. 47).

Já na nova BNCC, quanto às histórias regional e local, elas são destacadas como habilidades do 3º ano do fundamental I e do 9º ano do fundamental II, sendo mencionadas da seguinte forma, respectivamente:

(EF03HI03) Identificar e comparar pontos de vista em relação a eventos significativos do local em que vive, aspectos relacionados a condições sociais e à presença de diferentes grupos sociais e culturais, com especial destaque para as culturas africanas, indígenas e de migrantes (BRASIL, 2018, p. 411);
(EF09HI02) Caracterizar e compreender os ciclos da história republicana, identificando particularidades da história local e regional até 1954 (BRASIL, 2018, p. 429).

³ Dentre as dissertações defendidas no mestrado profissional em ensino de história (ProfHistória) destacamos: "Repressão e resistência na ditadura civil-militar: construção de site temático para o ensino de história local (Curitiba-PR)", de Luiz Silva (2018), e "Mulheres nas Lutas de Resistência à Ditadura Empresarial-Militar na Bahia: Dos Estudos Acadêmicos à Produção de Materiais Didáticos", de Daniela Silva (2021). O banco de dissertações pode ser acessado em: <https://www.profhistoria.com.br/articles>. Acesso em 11 jul. 2023.

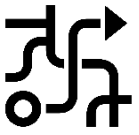


Importante notar que ambos os documentos que regem a prática docente de história – mas principalmente a BNCC – mencionam o regional e o local de uma forma muito sutil. Porém, ainda é possível notar algo mais que um distanciamento entre as normativas e o cotidiano em sala de aula, como também a deficiência na produção de material didático que facilite esse trabalho no sistema escolar. Além disso, o foco nos vestibulares e demais processos seletivos acaba induzindo o ensino médio a uma grande revisão da história dita nacional. Ou seja, ainda que a história regional e local chegue até a sala de aula, a forma fragmentada (muitas vezes restrita a datas comemorativas, estaduais e municipais), mesmo com possíveis ganhos no processo de consciência histórica, ainda se mostra muito frágil. Soma-se a isso a nova reforma do ensino médio que, mesmo não sendo o foco do presente artigo, trouxe impactos para o ensino de história e para o tempo da disciplina nos bancos escolares, algo que dificulta ainda mais a inserção do debate regional e local⁴.

Ainda sobre a história regional e local no ensino de história, é importante problematizar seu conceito e seus cuidados, tendo em vista que seu objetivo não é restringir os saberes. Nesse ponto, Jiani Fernando Langara (2018) chama a atenção para a necessidade de articulá-la com a história global, sendo essa conceituada pelo autor como: “escalas espaciais maiores que a local e a regional, podendo significar o espaço nacional ou mesmo mundial, portanto, o sentido aqui empregado é de macro espacialidade” (LANGARO, 2018, p. 116). Com isso, ancorado em Janaína Amado (1995), Langara (2018) destaca que o regional e o local possuem suas particularidades, mas é preciso cuidado para não incorrer no erro de transformar essa abordagem em algo exótico e desprezado, perfazendo um novo distanciamento. Assim, o autor compreende que é necessário, no trabalho docente, uma articulação entre as complexas dinâmicas e as relações entre as diversas localidades.

Outro autor que problematiza a perspectiva de uma história regional e local é Erinaldo Cavalcanti (2018), que pontua os desafios no próprio uso do conceito de local, levando o/a docente a cair em “armadilhas” conceituais imprecisas, tendo em

⁴ Sobre a reforma do ensino médio, ver: RODRIGUES JUNIOR, Osvaldo. A luta da memória contra o esquecimento: a reforma do Ensino Médio e os (des) caminhos do ensino de História no Brasil. *Revista Trilhas da História*, v. 7, n. 13, p. 3-22, 2017.



vista a própria noção de espaço, além da própria hierarquização da história. Sendo assim, ele destaca que:

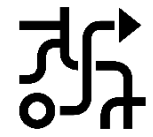
Acredito que problematizar as “dimensões locais da história” pode contribuir para evitarmos certos reducionismos. Ou seja, o professor pode ensinar/estudar/pesquisar a história do bairro, da rua e da cidade – onde se encontra a escola, por exemplo –, sem a necessidade de enquadrar os acontecimentos, ou compreendê-los pelas lentes de uma “história local” como convencionalmente costuma ser apreendida (CAVALCANTI, 2018, p. 287).

Compreendemos a crítica apontada por Cavalcanti (2018) e reconhecemos a existência das problemáticas descritas. Por essa razão, partimos do princípio de que a perspectiva de uma história regional e local deve buscar “visibilizar” as fissuras que quase não são mencionadas nos diferentes registros históricos.

Para tanto, compreendemos, com base em Langaro (2018), que a articulação entre essa abordagem e o global é fundamental, tendo em vista que isso permitirá até mesmo o uso do tão questionado livro didático, em muitas escolas a única fonte para o ensino de história. Nesse caso, é importante realizar reflexões sobre os acontecimentos descritos no livro em diálogo com o espaço de vivência em que os/as discentes estão localizados/as, algo que será melhor explorado na parte final deste texto, ao propor possibilidades para o ensino de história regional e local e a Ditadura Militar.

Todavia, levamos em consideração as preocupações expressas por Aryana Costa (2019), para a qual “A história local por si só, assim como a ‘história geral’, não consegue dar conta de tudo. Ela não consegue prover visões amplas ou sínteses como os recortes nacionais e globais exigem e conseguem dar” (COSTA, 2019, p. 136). Sendo assim, é possível trabalhar com escalas. Porém, a existência de diálogos entre elas é fundamental para que não passemos a entender o ensino de história local e regional como solução para todos os problemas educacionais. Como a própria autora propôs, o diálogo entre o local e o regional e dimensões espaciais mais amplas permite aos/às estudantes observar onde essas perspectivas se distanciam e se aproximam (COSTA, 2019). Dessa forma, evita-se também qualquer tipo de hierarquização ou de uma visão que desloque bairros, cidades, estados e países de uma rede de acontecimentos e desdobramentos.

A partir do exposto, compreendemos que abordar a história regional e local em sala de aula em diálogo com uma história de escalas mais amplas se faz



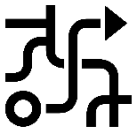
necessário, contudo também é necessário que se reconheçam as relações de força existentes nas narrativas e representações que permeiam nossa cultura escolar, tendo em vista que muitas/os docentes da educação básica no Brasil não dispõem de material e nem mesmo de estrutura física institucional, financeira etc. para subsidiar uma discussão sobre a temática central deste artigo.

CAMINHOS PARA SE PENSAR A DITADURA MILITAR EM SALA DE AULA

A historiografia sobre a Ditadura Militar, ao longo dos últimos anos, vem problematizando os impactos do período nos diferentes lugares do país. Com isso, novas e importantes discussões passaram a ser realizadas e promoveram uma visão mais heterogênea acerca da repressão nos diferentes estados do Brasil. Nesse contexto, em nossas experiências em sala de aula, ao abordar a temática, inúmeras vezes chegavam narrativas de que estados como Bahia, Sergipe e Ceará, por exemplo, teriam sido “zonas de recuo” contra a Ditadura Militar. Ou seja, enquanto São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais vivenciavam “anos de chumbo”, os estados mencionados viviam um momento mais ameno. Ainda que tais narrativas sejam ultrapassadas- vide estudos como *Ousar lutar, ousar vencer*: histórias da luta armada em Salvador (1969-1971), de Sandra de Souza (2013); *Resistência, rota de fuga e refúgio: o Cariri cearense na Ditadura Militar*, de Cícero Simião (2019); e *Em busca da liberdade: memória do movimento feminino pela anistia em Sergipe (1975-1979)*, de Maria Oliveira (2021) - observamos novamente o que destacam Souza e Ribeiro (2021): o tão debatido problema do distanciamento entre as produções acadêmicas e a escola, algo que ainda resulta em errôneas hierarquizações, apesar dos esforços de muitas/os docentes e universidades, distanciando reflexões e processos de renovação de estudos no campo da história.

Por outro lado, as pesquisas no campo do ensino de história vêm desenvolvendo novas propostas para se pensar a prática docente, destacando o protagonismo escolar e, principalmente, as diferentes fontes em sala de aula. Nesse cenário, o uso de fontes audiovisuais, jogos, aulas de campo e das novas tecnologias tem possibilitado aproximações e visões menos distantes entre passado e presente no ensinar história, principalmente nas escolas.

No caso da Ditadura Militar, uma série de depoimentos de sobreviventes à repressão no Brasil pode ser encontrada na plataforma de vídeo *YouTube*. São



narrativas individuais ou documentários, assim como filmes ficcionais, algo que permite aos docentes trabalharem com tais fontes em sala de aula, dotados dos aspectos metodológicos e dos cuidados que elas demandam.

Uma das fontes já trabalhadas e indicadas é o documentário *Memórias femininas da luta contra a Ditadura Militar* (2015)⁵, produzido pelo Laboratório de Estudos do Tempo Presente do Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Além de abordar o período ditatorial brasileiro, a produção destaca a militância e o protagonismo feminino, algo que contribui de forma significativa para o combate aos silenciamentos históricos.

Outra possibilidade é o uso em sala de aula de fontes documentais do período, as quais se encontram disponíveis em sites como *Brasil Nunca Mais*⁶, *Memórias Reveladas*⁷, *Memórias da Ditadura*⁸, ou, mais recentemente, os relatórios finais da Comissão Nacional da Verdade⁹, apresentando os graves crimes de violações aos Direitos Humanos perpetrados durante a Ditadura Militar. A aproximação com a documentação se faz fundamental pois, além do acesso e análise crítica por parte dos/as estudantes, a própria noção do papel do ofício da história frente às fontes pode ser destacada pelo/a professor/a.

Outro caminho é o uso de jogos em sala de aula, dentre eles o *Role-Playing Game* (RPG) que, apesar de ter feito muito sucesso nos anos 90 do século passado, hoje com novas tendências e elaborações, tem novamente chegado às escolas. Em linhas gerais, ele tem como objetivo construir uma história interativa em que as decisões partem das pessoas envolvidas, que, no caso de sua utilização em sala de aula, permitem aos estudantes serem detentores dos desdobramentos da narrativa (PEREIRA, 2010).

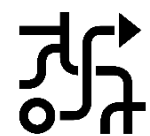
⁵ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=YWtuhUsn5ao&t=293s> Acesso em: 21 mar. 2023.

⁶ Disponível em: <https://bnmdigital.mpf.mp.br/pt-br/>. Acesso em: 21 mar. 2023

⁷ Disponível em: <https://www.gov.br/memoriasreveladas/pt-br/>. Acesso em: 21 mar. 2023.

⁸ Disponível em: https://memoriasdaditadura.org.br/?gclid=CjwKCAjwq-WgBhBMEiwAzKSH6HJJ5pr_8R5eG8e1JK19kikiKTfdnJLRd_vjPv9buVPpQQ_Pi62o5RoC0s4QAvD_BwE. Acesso em: 21 mar. 2023.

⁹ Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=571. Acesso em: 21 mar. 2023.



Contudo, como já destacado, sabemos que muitas escolas não possuem uma estrutura física adequada e materiais à disposição. Além disso, a retirada de carga horária de história nos últimos anos e as demandas internas das instituições, dentre outros fatores, acabam dificultando o tempo para a construção de RPG em sala. Dessa forma, o site *holodeck.com* disponibiliza RPGs com temas variados no campo da política e da história para uso em sala de aula¹⁰. Sobre a Ditadura Militar, o número 98, intitulado Regras do jogo#28 – Games e a Ditadura Militar¹¹, apresenta os jogos *Diário da Repressão* e *Pra não dizer que não falei das flores*. Seu uso em sala de aula permitirá a vivência de experiências e o protagonismo das ações ao longo do jogo junto ao período e a tomada de decisões, algo que possibilita aos/às discentes o entendimento sobre ações durante o contexto político ditatorial.

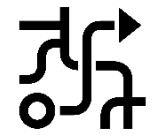
A DITADURA MILITAR EM REGIÕES ESPECÍFICAS DO BRASIL: POSSIBILIDADES PARA O ENSINO DE HISTÓRIA TOMANDO COMO RECORTE O OESTE PARANAENSE

Segundo afirmamos ao longo deste trabalho, é equivocada a sensação de que, fora dos grandes centros urbanos brasileiros não houve ditadura ou, mais especificamente, o regime não fez sentir sua repressão, autoritarismo e impactos negativos de qualquer sorte. O país foi governado sob o mando ditatorial por mais de vinte anos, período em que se operaram diversas mudanças estruturais. A título de ilustração, quando a ditadura se iniciou, em 1964, a maioria da população brasileira vivia no campo, ao passo que no final do regime, em 1985, nosso país era majoritariamente urbano.

Entretanto, reconhecemos que encontrar materiais didáticos para trabalhar esses temas é, algumas vezes, uma tarefa não muito fácil. Esse quadro se assevera se observarmos que muitas regiões do Brasil ainda são governadas por remanescentes do regime. Não interessa a eles a construção de políticas públicas educacionais – incluindo aí a produção de livros didáticos – que possam lançar luz sobre temas tão espinhosos.

¹⁰ Disponível em: <https://www.holodeckdesign.com.br/sobre/>. Acesso em: 10 out. 2022.

¹¹ Disponível em: <https://www.holodeckdesign.com.br/regras-do-jogo-98-games-e-a-ditadura-militar/>. Acesso em: 10 out. 2022.



Para contornar esses problemas, Langaro (2018) propôs que o ensino de história local e regional se desse em paralelo com o ensino de temas de história do Brasil, como forma de se contornar a ausência de espaço no currículo oficial para esses temas. Propôs ainda o trabalho com fontes históricas em sala de aula, podendo o/a docente tomar como apoio TCCs, dissertações e teses de história local e regional como bases para a elaboração de seu próprio material instrucional, como forma de superar o obstáculo da falta de materiais didáticos. Assim, o próprio docente poderia construir um espaço, dentro do currículo oficial, para a história local e regional, assim como elaboraria os próprios instrumentos didáticos necessários a esse tipo de ensino.

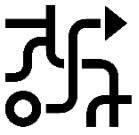
Para ficar mais claro o que aqui propomos, tomaremos como possibilidade para pensar esse ensino de história local e regional um espaço que já conhecemos muito bem: a região localizada na fronteira do Brasil com o Paraguai e a Argentina, o oeste paranaense e o estado da Bahia, objeto da próxima seção deste artigo.

No oeste paranaense, embora exista o argumento de que não houve na região grande atuação do aparato ditatorial, é possível encontrarmos muitos elementos e fontes que serviriam à nossa proposta para o ensino de história. Em termos de violência política, o lugar não ficou imune. Diversas foram as pessoas que sofreram algum tipo de repressão durante o regime autoritário, em especial os/as professores/as. Projetos de história oral têm o potencial de trazer essas memórias a público e podem servir para ajudar a tornar o ensino de história um vetor de desmistificação da ausência de repressão na região durante a ditadura.¹²

Todavia, casos mais conhecidos e com certa abundância de fontes históricas também são ali verificados. É o caso do assassinato do “Grupo de Onofre Pinto”, ou seja, membros da Vanguarda Popular Revolucionária – um dos grupos da luta armada de esquerda contra a ditadura –, que foram atraídos para uma emboscada no Parque Nacional do Iguaçu, próximo às famosas Cataratas do Iguaçu, e ali foram chacinados (PALMAR, 2018).

Aluízio Palmar, ex-integrante da luta armada que chegou a viver na clandestinidade, se dedica a buscar os restos mortais de seus antigos companheiros e a documentar a violência e a repressão da ditadura. Duas iniciativas dele valem

¹² No ano de 2001, o Prof. Dr. Rinaldo Varussa, na disciplina Teoria e Metodologia da História, ministrada nos cursos de licenciatura e bacharelado em história da Unioeste, desenvolveu um projeto de história oral que acabou por revelar algumas dessas experiências, embora não fosse focado especificamente na temática da Ditadura Militar.



menção. A primeira é o livro, já com diversas edições, *Onde foi que vocês enterraram nossos mortos?* (2018), disponibilizado gratuitamente pelo autor na Internet. A segunda é o site *Documentos revelados* (2023), também dedicado à memória da ditadura, do qual Palmar é editor. Ambos os materiais apresentam a narrativa do autor/editor sobre a repressão da ditadura, acompanhada de expressivo conjunto de fontes históricas. Todas elas, desde que devidamente selecionadas, podem ser trabalhadas em sala de aula. Em última instância, elas indicam que a região não ficou imune ao contexto da violência política que redundou nas buscas dos restos mortais dos falecidos e de informações sobre os desaparecidos da ditadura, feitas por amigos e parentes das vítimas, quadro que perdura até hoje.

Por outro lado, ao pensarmos nas vítimas da Ditadura Militar, não podemos restringi-las ao universo político, pois artistas e intelectuais também sofreram com o aparato repressor ditatorial. À necessária lembrança deles, devemos somar membros de outros grupos sociais que também foram vitimados/as pela arbitrariedade do Estado autoritário. Em especial, precisamos lembrar das populações que foram impactadas negativamente pelos grandes projetos de engenharia que conformaram a vitrine do regime.

Na região em questão, temos o caso de Itaipu Binacional, grande hidrelétrica construída em parceria com o governo paraguaio. Na época de sua inauguração, era a maior hidrelétrica do mundo, objeto explorado pela propaganda da ditadura (LIMA, 2004). Quando da construção de Itaipu, diversas violências foram perpetradas contra as populações atingidas pela barragem. O projeto desalojou milhares de agricultores/as minifundiários/as, que cultivavam as férteis terras localizadas nas margens do Rio Paraná (FOCHEZATTO, 2003; LIMA, 2006).¹³

Em importante Trabalho de Conclusão de Curso de História, Anadir Fochezatto (2003) discutiu o movimento social “Justiça e Terra”, desenvolvido pelos autointitulados expropriados de Itaipu, com o apoio das Igrejas Católica e Luterana. Os integrantes do movimento eram principalmente os/as agricultores/as da região, que reclamavam dos baixos valores pagos pelas terras pela ditadura, a título de indenização. A autora frisa que o movimento reivindicou reajustes dos valores pagos (uma dessas demandas foi atendida, inclusive), mas também o reassentamento

¹³ De acordo com Ribeiro *et al.* (2012), Itaipu Binacional desapropriou 100.607,73 estabelecimentos rurais para a construção de seu reservatório.



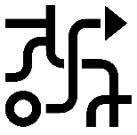
assistido dos/as agricultores/as, como forma de evitar sua dispersão migratória e sua espoliação pela especulação imobiliária das terras rurais, que acompanhou o processo de desapropriação. A resposta do Estado autoritário foi repressiva, com o exército ocupando a cidade de Santa Helena, uma das principais afetadas¹⁴, como forma de intimidar as famílias mobilizadas e dissipar o movimento, que acabou derrotado na maioria de suas pautas.

O trabalho de Fochezatto (2003) nos oferece ricas fontes de pesquisa para o trabalho em sala de aula, principalmente documentos de época produzidos pelos movimentos sociais, fotografias e trechos de depoimentos orais. Também oferece uma importante narrativa que, sendo devidamente tratada e editada pelo docente, pode ser levada para sala de aula. Certamente é um trabalho que serve como base para uma aula de história sobre a ditadura e sua atuação no oeste paranaense.

Outro trabalho ricamente documentado sobre a construção da usina é *Itaipu: as faces de um megaprojeto de desenvolvimento*, de Ivone Teresinha Carletto Lima (2006). Com muitas fotografias e citações de materiais de época, a autora trabalha as diversas dimensões do empreendimento, inclusive seus impactos sobre a região. Podemos destacar a sensibilidade da autora sobre o que a ditadura fez, por meio da construção de Itaipu, com Sete Quedas, também conhecidas como Cataratas do Rio Paraná. Os saltos, que podem ser compreendidos como um patrimônio natural brasileiro, foram completamente submergidos pelas águas do reservatório, não mais podendo ser visitados. Além do impacto natural e cultural, houve um grande dano econômico e social sofrido pela população da cidade de Guaíra, grande polo turístico até então.

A autora também trabalha a situação dos indígenas Avá-Guarani, que reclamam não terem recebido de Itaipu área equivalente à inundada (LIMA, 2006). Mais recentemente, a região foi tomada por questões remissivas à construção de Itaipu que, no entanto, até o presente momento permanecem não resolvidas por completo. Trata-se de outros grupos indígenas que também alegam terem sido arbitrariamente expulsos de suas terras nas margens do Rio Paraná. No presente, eles reivindicam novas áreas, como a reserva biológica de matas ciliares que circunda o reservatório da usina. Tais elementos demonstram de que forma os processos

¹⁴ Ainda de acordo com Ribeiro et al (2012), Santa Helena teve 31,73% de seu território municipal alagado para a construção do lago artificial de Itaipu.



históricos inaugurados no período ditatorial não se encerraram com ele e ainda atingem o tempo presente, que, por sua vez, nos oferece fontes para ensinarmos história na educação básica. Dentre elas, podemos destacar as matérias publicadas por portais como o do Conselho Indigenista Missionário – CIMI, órgão da Igreja Católica de apoio aos povos originários¹⁵.

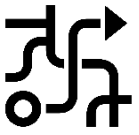
Outro projeto de grande impacto implementado pela Ditadura Militar na região em tela foi a chamada “modernização da agricultura”¹⁶, que a atingiu sobremaneira, por ser um lugar economicamente ligado às atividades agrícolas. Embora a população que viveu esse processo recorde que a vida e o trabalho no campo se tornaram menos árduos para quem conseguiu permanecer nesse meio (CALLAI; AVANCINI; ZARTH, 1983), inúmeras são as queixas presentes na imprensa e nos livros de memórias sobre a região acerca desse processo¹⁷. Entre elas, estão a denúncia da concentração fundiária, feita pela população de localidades da zona rural, bem como do desemprego no campo associado à migração em massa para a cidade, onde também se verificavam desemprego e subemprego, principalmente na forma de trabalho volante.

Conforme se argumentava na época, o governo federal, com apoio internacional, financiou a modernização da agricultura. O Banco do Brasil foi importante vetor para a concessão de empréstimos a quem pretendia aderir ao câmbio de produção agrícola. Em troca, a propriedade rural era oferecida como garantia de pagamento. Como resultado, propriedades muito diminutas não eram viáveis para a chamada “modernização”. Seus/suas proprietários/as vendiam e migravam para os centros urbanos ou para novas fronteiras agrícolas. Os/as vizinhos/as mais abastados/as compravam essas propriedades, ocorrendo assim a concentração fundiária.

¹⁵ Entre as matérias, podemos citar a de Renato Santana (2019), publicada no site do CIMI que, isolada ou junto com outros materiais de imprensa, poderia fornecer subsídios a um profícuo trabalho a ser desenvolvido em sala de aula.

¹⁶ CARNASCIALI et al. (1987) chama a atenção para a diferença entre mecanização e modernização agrícola. Embora os termos costumem aparecer confundidos na realidade cotidiana, mecanização prescinde de uma série de tecnologias que envolvem adubos químicos e agrotóxicos. Por outro lado, devemos tomar cuidado com os sentidos positivos que podem ser evocados pelo conceito “modernização”, como bem lembra Silva (1981) ao abordar em profundidade os impactos negativos desse processo dinamizado pela Ditadura Militar.

¹⁷ A esse respeito, ver: CALLAI; AVANCINI; ZARTH, 1983; FERREIRA, 1974; SILVA, 1991; SILVA; BRAGAGNOLO; MACIEL, 1988; YOSHIDA, 1987.



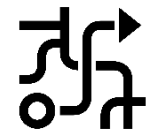
Por outro lado, era prática entre os agricultores comprar mais terras do que podiam cultivar. Seus filhos, geralmente após o casamento, recebiam uma fração delas para poder fixar moradia perto dos pais. Enquanto esse dia não chegava, essas áreas eram destinadas a rendeiros/as, meeiros/as, arrendatários/as e demais trabalhadores/as rurais não proprietários/as. Com a “modernização”, todas essas pessoas ficaram sem terras para cultivar, haja vista que as máquinas agrícolas ampliaram a capacidade de cultivo dos pequenos/as e médios produtores/as rurais. Os/as trabalhadores/as rurais não proprietários, então, também tiveram de se mudar para as cidades ou para as novas fronteiras agrícolas, como alternativa para o desemprego no campo.

A devastação ambiental é outro tema que emerge dessas narrativas. Nelas se lembra de que modo a “modernização do campo” ampliou o processo de desmatamento da região. Também se recorda o uso de agrotóxicos, bastante nocivos à saúde humana e, por essa razão, muito impactantes nas memórias regionais, bem como a severa erosão do solo causada pela superexploração da terra.

Livros como *Toledo e sua história* (SILVA; BRAGAGNOLO; MACIEL, 1988), *Com licença, somos distritos de Toledo* (YOSHIDA, 1987), *Toledo existe!* (SILVA, 1991) e *Repensando o oeste do Paraná* (CALLAI; AVANCINI; ZARTH, 1983)- este último livro didático publicado nos anos 1980 - trazem ricos textos sobre esse processo de transformação ocorrido na região durante a Ditadura Militar. Também abordam a herança deixada pelo regime, em termos de miséria urbana, para a nova e nascente república democrática que ficou a cargo de resolvê-la. Na realidade, nesses materiais não está tão clara a conexão entre essa mudança na forma de operar a vida e o trabalho no campo – que também impactou a cidade – e o regime autoritário. Entretanto, entendemos que cabe ao/à docente fazer essa correlação por meio do trabalho didático a ser realizado com tais materiais.

Enfim, sempre vale ressaltar que novas fontes para o trabalho em sala de aula surgiram depois da Comissão Nacional da Verdade. Ela foi desdobrada em comissões estaduais, que produziram um material muito rico e que atende a demandas sobre o ensino de história local e regional¹⁸. Tal acervo documenta e denuncia a violência e as inúmeras arbitrariedades cometidas pelo Estado durante a Ditadura Militar. Essas

¹⁸ Informações e o relatório da Comissão Estadual da Verdade do Paraná podem ser obtidos em: Secretaria da Justiça e Cidadania do Estado do Paraná (2023).



fontes podem ser trabalhadas em sala de aula desde que devidamente selecionadas e problematizadas à luz das metodologias do ensino de história.

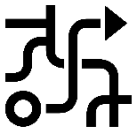
Em síntese, entendemos que objetos de estudo e fontes históricas para o trabalho em sala de aula não faltam sobre as relações entre a Ditadura Militar e o ensino de história local e regional. Basta procurarmos que encontraremos muitos materiais passíveis de didatização. Alguns deles são amplamente conhecidos. Entretanto, como no caso de Itaipu e da “modernização do campo”, costuma-se esquecer que tais empreendimentos não surgiram espontaneamente, mas foram projetos do regime autoritário. Cabe à história lembrar às pessoas do tempo presente essa questão, que não pode passar despercebida como se fosse um pequeno detalhe.

A BAHIA EM TEMPOS DE DITADURA MILITAR: PENSANDO A SALA DE AULA

As reflexões apontadas anteriormente nos permitem traçar um caminho metodológico importante para se pensar como a Ditadura Militar impactou diferentes espaços do Brasil, como o oeste paranaense. Assim, aqui propomos pensar o estado da Bahia e as possibilidades de sua abordagem em sala de aula no contexto ditatorial.

Tendo em vista que, em sua maioria, os livros didáticos não apresentam os diferentes impactos da Ditadura Militar sobre diferentes regiões do Brasil, optamos por trazer estudos baianos ou que tenham a Bahia como ponto de reflexão, compreendendo-os como possíveis pontos de partida. Além disso, salientamos que houve um crescimento importante sobre a temática nos últimos anos. Com isso, os estudos apontados por nós não esgotam ou buscam restringir o debate, mas apenas levantam possibilidades.

Pensando inicialmente a cidade de Salvador, consideramos três estudos: *Ação entre amigos*: história da militância do PC do Brasil em Salvador (1965- 1973), de Cristina Santos (2004); *Ousar lutar, ousar vencer*: histórias da luta armada em Salvador (1969-1971), de Sandra Souza (2013); e, *O golpe de 1964, o movimento estudantil na UFBA e a resistência à Ditadura Militar (1964-1968)*, de Antônio Brito (2008). As referidas pesquisas trazem um panorama importante para se pensar os impactos da Ditadura Militar no estado da Bahia, observando temáticas como clandestinidade, fraternidade, memórias, ações partidárias, luta armada e movimento estudantil. Logo, caso uma dessas temáticas seja abordada em sala de aula, usar trechos e até mesmo algumas das fontes apresentadas pelas autoras e pelo autor

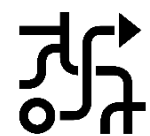


pode ser um caminho possível, contribuindo para que os/as discentes reconheçam lugares e a presença da repressão nesses espaços. O movimento estudantil é outro tema bastante próximo do cotidiano de sala de aula, podendo ser realizado um debate sobre as lutas do período e como as conjunturas mobilizaram lutas coletivas, algo muito bem apresentado por Brito (2008).

Outra possível abordagem a ser realizada em sala de aula é o uso de trajetórias, tendo em vista que muitas vezes os nomes de maior reverberação em livros didáticos, por exemplo, estão distantes da realidade regional e local de estudantes. Nesse contexto, apontamos os trabalhos de Gilneide Lima (2019), *Do corpo insepulto à luta por memória, verdade e justiça: um estudo do caso Dinaelza Coqueiro*, e *As Dinãs do Araguaia: diferentes trajetórias na luta contra a Ditadura Militar*, de Ary Cavalcanti Junior (2020).

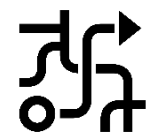
Sobre as pesquisas apresentadas, encontram-se em comum as trajetórias femininas e suas diferentes frentes de luta contra a Ditadura Militar. Sendo assim, uma possibilidade seria trabalhar com as memórias apresentadas nos trabalhos mencionados, bem como compreender como as ações do Estado repressivo impactaram a vida de mulheres baianas, mudando suas trajetórias, interferindo em seus convívios e interrompendo suas vidas.

No caso de Gilneide Lima (2019), ela apresenta a trajetória da baiana Dinaelza Coqueiro. Nascida em Vitória da Conquista, sudoeste da Bahia, perpassa uma vida no interior do estado, entra para a militância estudantil e integra a Guerrilha do Araguaia, onde é brutalmente assassinada. Sob uma abordagem semelhante está o trabalho de Ary Cavalcanti Junior (2020), que também aborda a trajetória de Dinaelza Coqueiro, e destaca a de outra militante baiana, Dinalva Oliveira. Especificamente sobre esta última, nascida em Argoim, à época distrito de Castro Alves, ainda na adolescência passa a estudar em Salvador. Posteriormente, integra o movimento estudantil universitário, o PC do B, e, assim como Dinaelza, integra a Guerrilha do Araguaia, sendo também morta. Chama a atenção que Dina, como ficou conhecida, foi a única mulher a ser subcomandante da guerrilha, sendo uma das mais perseguidas do episódio. Logo, pensar as trajetórias dessas mulheres seria uma possibilidade de significar a importância feminina na luta contra a Ditadura Militar e as ações baianas.



Um importante estudo a ser mencionado é o de Daniela Silva (2021), *Mulheres nas Lutas de Resistência à Ditadura Empresarial-Militar na Bahia*: dos Estudos Acadêmicos à Produção de Materiais Didáticos, defendido junto ao Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História – ProfHistória, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB. No referido estudo, Silva (2021) destaca sua atuação como professora e como em seu trabalho cotidiano com o livro didático percebe a ausência de uma abordagem sobre as mulheres. Com isso, a autora destaca que: “Quando o assunto é política, há a supervalorização dos papéis dos homens e seus ‘grandes feitos’, sendo as atuações das mulheres na História relegadas a segundo plano” (SILVA, 2021, p. 16). Assim, fazendo uma reflexão mais próxima das dificuldades e enfrentamentos em sala de aula, diferente dos estudos anteriormente apresentados, compreendemos o trabalho de Silva (2021) como um caminho possível não apenas no campo teórico, mas também no prático. Isso porque a autora apresenta um guia de apoio pedagógico voltado para professoras e professores que atuam no ensino médio, intitulado: *Resista como uma garota: mulheres nas lutas de resistência à Ditadura Empresarial-Militar na Bahia* (2021). Em formato digital, busca destacar trajetórias de mulheres que militaram politicamente e propõe uma oficina didática sobre o tema, podendo ser o material acessado por docentes.

Somam-se a esses estudos as coletâneas organizadas por Grimaldo Carneiro Zachariadhes intituladas: *Ditadura Militar na Bahia: novos olhares, novos objetivos, novos horizontes* (2009) e *Ditadura Militar na Bahia: histórias de autoritarismo, conciliação e resistência* (2014). Contando com artigos de autores e autoras que apresentam o período a partir de inúmeras abordagens, as referidas obras são as únicas que se aproximam da realização de um panorama mais geral sobre a temática. Dessa forma, compreendemos que não apenas para docentes que pretendam discutir a temática da Ditadura Militar na Bahia, mas também em outros espaços, as produções se mostram importantes. Isso permite a possibilidade de fazer contrapontos entre fatos ocorridos em diferentes locais e de que maneira a Ditadura Militar atuou em diferentes espaços, não apenas em regiões diferentes, como também dentro do próprio estado da Bahia. Algo passível de ser realizado em sala de aula ao discutir a temática, inclusive dialogando com o livro didático, uma das ferramentas, senão a única, disponíveis em muitas instituições de ensino.



Por fim, destacamos a obra produzida por Cristiane da Mota (2016), *O Golpe de 1964 e suas reverberações em Santo Antônio de Jesus*. Resultado de sua dissertação de mestrado, Mota apresenta um panorama sobre os impactos do golpe de 1964 na cidade baiana de Santo Antônio de Jesus, utilizando diferentes fontes, tais como memórias, atas da câmara de vereadores, processos crime, dentre outros. Em sua obra, a autora aponta para a importância de se compreender a política nacional, assim como suas reverberações em instâncias locais, apresentando singularidades e características que impactaram aquela realidade. Com isso, compreendemos que analisar e debater com estudantes, por meio de pesquisas em diferentes fontes, e até mesmo tomar contato com pessoas que vivenciaram o período na região, permitem tecer reflexões sobre a forma como a ditadura foi invadindo não apenas o cenário político, mas também todos os espaços sociais.

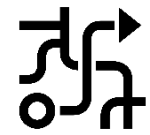
Obviamente os estudos apresentados não encerram as possibilidades, tendo em vista que os estudos sobre a Ditadura Militar na Bahia aumentaram significativamente nas últimas décadas. Por outro lado, salientamos a necessidade de os programas de pós-graduação manterem seus sites e espaços de socialização de pesquisas atualizados e de fácil acesso. Além disso, frisamos novamente a importância do ProFHistória¹⁹, que em seu site disponibiliza um espaço para pesquisas por palavras-chave, inclusive por locais, sendo compreendido por nós como um espaço fundamental para docentes que buscam referências de qualidade e propostas voltadas para a sala de aula.

CONCLUSÃO

A Ditadura Militar (1964-1985) deixou impactos profundos na sociedade, os quais não ficaram restritos às perseguições políticas, mas a todo o legado de repressão e controle exercidos nos mais variados espaços do país. Contudo, isso não impediu que correntes negacionistas e pró-golpe buscassem, ao longo dos últimos anos, relativizar fatos, revisar acontecimentos com base em suas opiniões e, principalmente, distorcer falas e até mesmo perseguir professores/as de história²⁰. Por

¹⁹ Sobre o programa e pesquisas ver: <http://site.profhistoria.com.br/>. Acesso em: 11 jun. 2023.

²⁰ Em 2018, um professor de história de Fortaleza foi "acusado" de doutrinação marxista por exibir o filme *Batismo de Sangue* (2006). Ver matéria completa em: <https://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2018/10/professor-criticado-filme-ditadura-santa-cecilia-homenagem-estudantes.html>. Acesso em: 11 jun. 2023.



isso, entendemos que o presente artigo e o dossiê *A Ditadura Militar no Brasil em debate*: silenciamentos, resistências e ensino de história se apresentam fundamentais na luta contra o esquecimento e a favor de um ensino de história libertador, crítico-reflexivo em sala de aula e defensor da valorização dos/as docentes de história.

Por outro lado, também entendemos que ainda há espaços silenciados e discussões que precisam ser melhor apresentadas, seja em materiais didáticos, seja nas diferentes e atuais mídias digitais. Assim, apresentar os impactos e as possibilidades de se trabalhar a Ditadura Militar no Oeste Paraense e na Bahia não esgota o debate, mas levanta questões e convida docentes que tiverem acesso a este artigo a pensar como abordar a temática em sua sala, levando em considerações suas especificidades regionais e locais.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. *A invenção do nordeste e outras artes*. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

BARROS, José D' Assunção. O lugar da história local na expansão dos campos históricos. In: OLIVEIRA, Ana Maria. REIS, Isabel Cristina (Orgs.). *História regional e local: discussões e práticas*. Conferência para o I encontro de História Local/regional. UNEB. Novembro. 2009, p. 217-241.

BITTENCOURT, Circe. Capitalismo e cidadania nas atuais propostas curriculares de história. In: *O saber histórico na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 2008. p. 11-27.

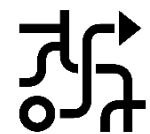
BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, 2018.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: história, geografia* / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRITO, Antônio Mauricio F. *O Golpe de 1964, o movimento estudantil na UFBA e a resistência à Ditadura Militar (1964-1968)*. 2008. 243 f. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Salvador, 2008.

CAIMI, Flávia Eloisa. Por que os alunos (não) aprendem História? Reflexões sobre ensino, aprendizagem e formação de professores de História. *Tempo*, v. 11, p. 17-32, 2006.

CALLAI, Dolair Augusta; AVANCINI, Elsa Gonçalves; ZARTH, Paulo Afonso. *Repensando o oeste do Paraná*. Cascavel/PR: Assoeste; Ijuí/RS: FIDENE, 1983.



CARNASCIALI, Carlos Humberto; CIMINELLI, Rossana Ribeiro; MARANHO, Eron José; FLORIANI, Dimas; ANGULO, Rodolfo José; FLEISCHFRESSER, Vanessa. Consequências sociais das transformações tecnológicas na agricultura do Paraná. In: MARTINE, George e GARCIA, Ronaldo Coutinho. *Os impactos sociais da modernização agrícola*. São Paulo: Caetés, 1987. p. 125-167.

CAVALCANTI, Erinaldo. História e história local: desafios, limites e possibilidades. *Revista História Hoje*, v. 7, n. 13, p. 272-292, 2018.

CAVALCANTI JUNIOR, Ary Albuquerque. A Ditadura civil-militar (1964-1985) no âmbito do regional e do local – uma breve abordagem. *Revista Eletrônica Discente História. com*, v. 3, n. 5, p. 4-11, 2016. Disponível em: <https://www3.ufrb.edu.br/seer/index.php/historiacom/article/view/202> Acesso em: 25 ago 2023.

CAVALCANTI JUNIOR, Ary Albuquerque. *As Dinias do Araguaia: diferentes trajetórias de uma luta contra a Ditadura Militar*. 216 f. Tese (Doutorado em História) — Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2020.

CONSTANTINO, Núncia Santoro de. O que a micro-história tem a nos dizer sobre o regional e o local? *História UNISINOS*, v. 8, n. 10, p. 157-178, jul./dez, 2004.

FICO, C. Ditadura Militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 5-74, 2017. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180309202017005>. Acesso em: 15 jun. 2023.

FERREIRA, Edílio. Presentes de aniversário. *A voz do Oeste*. Toledo/PR, ano VII, n. 189, p. 3, 14 dez. 1974.

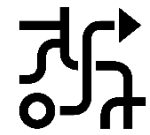
FOCHEZATTO, Anadir. *Um estudo das experiências cotidianas coletivas de resistência dos expropriados da Itaipu*. 2002. 85 f. Trabalho de Conclusão (Graduação em História) – Centro de Ciências Humanas, Educação e Letras, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon/PR, 2002.

LANGARO, Jiani Fernando. O ensino de história, entre o local e o global: relato de experiência docente e esboço de uma metodologia para sala de aula. In: KMITTA, Ilsyane do Rocio; ARAKAKI, Suzana. (Org.). *História no entretecer das práticas de ensino*. Serra-ES: Milfontes, 2018. p. 97-140.

LIMA, Gilneide de Oliveira Padre. *Do corpo insepulto à luta por memória, verdade e justiça: um estudo do caso Dinaelza Coqueiro*. 2019. Tese (Doutorado em Memória: Linguagem e Sociedade) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da conquista, Bahia, 2019.

LIMA, Ivone Teresinha Carletto de. *Itaipu: as faces de um megaprojeto de desenvolvimento (1930-1984)*. Marechal Cândido Rondon/PR: Germânica, 2006.

MORAES FERREIRA, Marieta de; OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de (Ed.). *Dicionário de ensino de história*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019.



MOTA, Cristiane Lopes da. **O golpe de 1964 e suas reverberações em Santo Antônio de Jesus**. Salvador, Bahia: Sagga, 2016, 144p.

NEVES, Erivaldo Fagundes. História e região: tópicos de história regional e local. *Ponta de Lança*, São Cristóvão, v. 1, n. 2, abr./out. 2008.

OLIVEIRA, Maria Aline Matos de. *Em busca da liberdade: memória do movimento feminino pela anistia em Sergipe (1975-1979)*. Sergipe: Editora Diário Oficial de Sergipe – Edise. 2021

PAIM, Elison Antonio; PICOLLI, Vanessa. Ensinar história regional e local no ensino médio: experiências e desafios. *História & Ensino*, v. 13, p. 107-126, 2007.

PALMAR, Aluizio (Ed.). *Documentos revelados*. Foz do Iguaçu, 2023. Disponível em: <https://documentosrevelados.com.br/>. Acesso em: 31 maio 2023.

PALMAR, Aluizio. *Onde foi que vocês enterraram nossos mortos?* São Paulo: Alameda, 2018. Disponível em: <https://documentosrevelados.com.br/wp-content/uploads/2020/11/Onde-foi-que-voce-enterraram-nossos.pdf>. Acesso em: 31 maio 2023.

QUEM É o dono do Pouso Frio? Ou a história de gente que só quer viver. *Tribuna D'Oeste*. Toledo/PR, n. 94, ano II, pp. 10-11, 27 de julho a 3 de agosto de 1977.

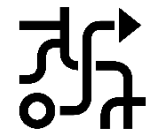
RIBEIRO, Vitor Hugo; CASSULI, Danieli Cristina; FRASSÃO, Adair José Frasson. Território e conflito: breve histórico sobre a implantação da usina hidroelétrica Itaipu Binacional e seus reflexos na produção do espaço. In: *Anais da XIII Jornada do Trabalho: a irreformabilidade do capital e os conflitos territoriais no limiar do século XXI. Os novos desafios da Geografia do Trabalho*. Presidente Prudente, UNESP, 2012. n. p.

RODRIGUES JUNIOR, Osvaldo. A luta da memória contra o esquecimento: a reforma do Ensino Médio e os (des) caminhos do ensino de História no Brasil. *Revista Trilhas da História*, v. 7, n. 13, p. 3-22, 2017.

SAMUEL, Raphael. História local e história oral. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, ANPUH, v. 9, n. 19, p. 219-243, set. 1989/fev. 1990.

SANTANA, Renato. Itaipu tenta expulsar comunidade Avá-Guarani de Santa Helena com nova ação de despejo. *Conselho Missionário Indigenista (CIMI)*. 2019. Disponível em: <https://cimi.org.br/2019/03/itaipu-tenta-expulsar-comunidade-ava-guarani-de-santa-helena-com-nova-reintegracao-de-posse/>. Acesso em: 31 maio 2023.

SANTOS, Andréa Cristiana. *Ação entre amigos: História da Militância do PC do Brasil em Salvador (1965- 1973)*. 2004. 253 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social. Universidade Federal da Bahia, 2004.



SECRETARIA DA JUSTIÇA E CIDADANIA DO ESTADO DO PARANÁ (2023). *Comissão Estadual da Verdade*. Disponível em: <https://www.justica.pr.gov.br/Pagina/Comissao-Estadual-da-Verdade>. Acesso em: 31 maio 2023.

Silva, Daniela Rodrigues da. *Mulheres nas lutas de resistência à ditadura empresarial – militar na Bahia: dos estudos acadêmicos à produção de materiais didáticos*. 140 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-graduação do Curso Profissional em Ensino de História, Vitória da Conquista, 2021. Disponível em: <http://www2.uesb.br/ppg/profhistoria/wp-content/uploads/2022/08/DANIELA-RODRIGUES-DA-SILVA-DISSERTA%C3%87%C3%83O.pdf> acesso em 12 jul. 2023.

SILVA, Luiz Gabriel da. *Repressão e resistência na ditadura civil-militar: construção de site temático para ensino de história local*. 153f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Programa de Pós-graduação do Curso Profissional em Ensino de História, Curitiba, 2018. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/432172> acesso em 12 jul. 2023.

SILVA, José Graziano da. *A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

SILVA, Oscar. *Toledo existe: resposta a Câmara Cascudo*. Cascavel/PR: Assoeste, 1991.

SILVA, Oscar; BRAGAGNOLLO, Rubens; MACIEL, Clori Fernandes. *Toledo e sua história*. Toledo: Prefeitura Municipal de Toledo, 1988.

SIMIÃO, Cícero Aurelisnor Matias. *Resistência, rota de fuga e refúgio: o Cariri cearense na Ditadura Militar*. Fortaleza: INESP, 2019.

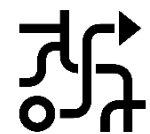
SOUZA, Sandra Regina Barbosa da Silva. *“Ousar lutar, ousar vencer”*: histórias da luta armada em Salvador (1969-1971). Salvador: EDUFBA, 2013.

SOUZA, Shirley Cláudia da Silva; RIBEIRO, Renilson Rosa. História regional e local: o que dizem os professores e os estudantes?. *CLIO: Revista Pesquisa Histórica*, v. 39, n. 2, p. 186-214, 2021.

YOSHIDA, Iraci da Silva Menezes (Coord.). *Com licença somos distritos de Toledo: projeto repensando os distritos de Toledo*. Prefeitura Municipal de Toledo: Toledo, 1988.

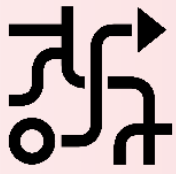
ZACHARIADHES, G. C. (Org). *Ditadura Militar na Bahia: novos olhares, novos objetivos, novos horizontes* [on-line]. v. 1. Salvador: EDUFBA, 2009.

ZACHARIADHES, Grimaldi (Orgs.). *Ditadura Militar na Bahia: histórias de autoritarismo, conciliação e resistência*. v. 2. Salvador: EDUFBA, 2014.



Recebido em: 22/06/2023

Aprovado em: 08/11/2023



DOIMO, Bruna Baliza dos Santos*

<https://orcid.org/0000-0003-1098-2055>

SILVA, Marcela de Oliveira Santos**

<https://orcid.org/0000-0001-7727-733X>

RESUMO: Com a derrota nas eleições, seguidores de Bolsonaro saíram às ruas em protesto, clamando por intervenção militar. O ponto alto desse evento foi em janeiro de 2023, quando grupos extremistas invadiram prédios do governo federal, convocando um golpe militar com o intuito de minar os alicerces democráticos. Essa tentativa de promover um discurso pró-ditadura nos leva a indagar por que tais indivíduos não parecem compreender as sérias consequências de um estado de exceção. O que motiva essas pessoas a clamarem por intervenção militar, mesmo após terem tido contato com os estudos históricos que exploram esse tema durante seu período de formação escolar? Será que há discordâncias entre o que é dito pela historiografia sobre o tema? O objetivo deste artigo é, a partir da análise de livros didáticos selecionados, buscar entender como esse tema é tratado no material escolar, e se há uma conformidade ou discordância entre esses materiais e a historiografia especializada no tema. Focando em especial na questão das causas, responsáveis e como a memória desse evento.

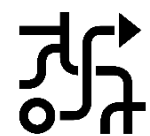
PALAVRAS-CHAVE: Ditadura militar; Livros didáticos; Historiografia

ABSTRACT: With the defeat in the elections, Bolsonaro's followers took to the streets in protest, asking for military intervention. The high point of this event was in January 2023, when extremist groups invaded federal government buildings, calling for a military coup with the aim of undermining the democratic foundations. This attempt to promote a pro-dictatorship discourse leads us to ask why such individuals do not seem to understand the serious consequences of a state of exception. What motivates these people to request for military intervention, even after having had contact with historical studies that explore this theme during their schooling? Are there disagreements between what is said by the historiography on the subject? The aim of this article is, through the analysis of selected textbooks, to seek an understanding of how this topic is addressed in educational materials and whether there is conformity or disagreement between these materials and specialized historiography on the subject. Focusing especially on the issues of causes, responsible parties, and the memory of this event.

KEYWORDS: Military dictatorship; Textbooks; Historiography

* Mestre em História pelo PPHR/UFRRJ. E-mail: bbdoimo@yahoo.com.br

** Doutoranda em História pelo PPHR/UFRRJ, bolsista FAPERJ. E-mail: marcela.oliveir@yahoo.com.br



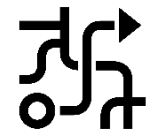
INTRODUÇÃO

No dia oito de janeiro de 2023, na capital federal, um grupo com milhares de radicais invadiu e depredou as sedes dos poderes executivo, legislativo e judiciário federais. Esses extremistas ultrapassaram os limites do direito de manifestação, para pedir, entre outras coisas, um golpe militar para pôr fim ao Estado democrático. Esse foi o evento culminante de um movimento que começou após o resultado do segundo turno das eleições presidenciais, com a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva. Após a derrota nas eleições, os seguidores do candidato Jair Bolsonaro, insatisfeitos com o resultado, optaram por protestar diante dos quartéis e até mesmo acampar no local, reivindicando uma intervenção militar no processo eleitoral. (MARTINS; CARONE; RODRIGUES; PINHEIRO, 2023) O que, na verdade, deve ser lido como uma intervenção autoritária em um Estado democrático, portanto, a tentativa de um golpe de Estado.

Um dia após a invasão aos prédios públicos em Brasília, o ministro do Supremo Tribunal Federal, Alexandre de Moraes, ordenou que a polícia militar pusesse fim aos acampamentos golpistas e decretou a prisão daqueles que participaram da “ação terrorista” na Praça dos Três Poderes. (MÍDIA NINJA, 2023) Indignados com a ação, manifestantes/criminosos alegaram que estariam vivendo em uma “ditadura”, e pediram por direitos humanos. (VELOSO; VINÍCIUS, 2023) (MADEIRO, 2023)

Essa situação nos chama atenção para a flagrante contradição nos discursos. Fica claro que esses radicais da extrema direita não sabem o quão brutal pode ser um estado ditatorial, que é o que eles estavam, até então, pedindo. Entretanto, o estado brasileiro viveu 21 anos sob uma ditadura militar, marcados por violência, sem respeito a direitos humanos, sem acesso à justiça imparcial, com arbitrariedade política e policial, etc. Tendo isso em vista, surge uma pergunta: como essas pessoas poderiam não saber o que esperar de um estado de exceção? Isso nos leva a outra questão: será que está sendo ensinado nas salas de aula diverge daquilo que foi quase um consenso entre pesquisadores do tema?

Neste artigo, vamos discutir como o tema do golpe civil-militar de 1964, seus culpados, vítimas e, especialmente, a construção da memória sobre esse fato foi abordada pela historiografia, tida hoje em dia como cânone do tema. Nosso objetivo é apresentar os debates de algumas correntes que lidaram com o tema da



responsabilização do golpe, a instauração da ditadura e a memória desse evento histórico.¹

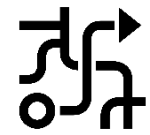
Após isso, faremos uma breve análise de como esse tema é abordado no ambiente escolar atualmente. Buscaremos verificar se há consonância ou dissonância entre os resultados das pesquisas acadêmicas e o que está sendo ensinado em sala de aula. Para tal, tomaremos como fonte de análise os livros didáticos das redes particular, públicas e militares, "História Sociedade & Cidadania" (2018) de Boulos Júnior, "Historiar" (2015) de Gilberto Cotrim e Jaime Rodrigues e "Conquista - Solução Educacional: 9 ano: história" (2023) de Fabiane Miriam Furquim, que tratam dessa matéria. Neste trabalho, analisaremos três obras do nono ano do ensino fundamental, que é, em relação ao currículo escolar, o primeiro momento que os alunos têm acesso a esse conteúdo.

ENSINO DE HISTÓRIA E O LIVRO DIDÁTICO

O processo de aprendizagem é complexo. Ao contrário do que possam pensar alguns, o ensino não é um sistema hierárquico em que o educador decide o conteúdo que deve ser transmitido para os alunos, que o recebem de forma passiva. O currículo escolar é desenvolvido como um "híbrido cultural", no qual se somam saberes científicos e as referências culturais mais amplas de alunos e professores. (RALEJO, A., & MONTEIRO, A. M., 119, p.2020) Partindo dessa concepção, Ralejo e Monteiro concluíram que há "diferentes fluxos de saber e poder mobilizados na produção do conhecimento histórico escolar." (RALEJO, A., & MONTEIRO, A. M., 2020, p.120) Ainda segundo as autoras um dos elementos de maior influência no processo de ensino é o livro didático.

Em 1990, foi instituído o decreto que criava o PNLD (Plano Nacional do Livro Didático). Essa ação buscava adotar critérios de avaliação para a seleção dos materiais didáticos, que seriam comprados e distribuídos pelo governo às escolas

¹Vale o alerta de que, tratar dos embates científicos a respeito desse tema é uma tarefa que para ser executada de forma integral, levando em conta tudo que já foi pesquisado no terreno das ciências sociais, demandaria a escrita de uma coletânea de livros separados por período, correntes interpretativas, dentre tantos outros recortes possíveis. Desse modo, nossa pretensão não é esgotar a questão ou dar conta de discutir todos aqueles que produziram pesquisa no campo. Este capítulo é um recorte de discussões de grande relevância sobre o tema do golpe/regime e a memória sobre a ditadura militar brasileira de 1964.



públicas. (CAIMI, 2017, p. 34) Entre os mecanismos de avaliação adotados a partir da criação do PNLD, Flávia Caimi destaca a

publicação de editais para balizar a avaliação pedagógica; a organização cíclica trienal para cada etapa da escolarização básica (anos iniciais e anos finais do Ensino Fundamental, além do Ensino Médio); a gradativa inserção de componentes curriculares no processo avaliativo; a contratação de universidades públicas para coordenar a avaliação pedagógica das coleções inscritas mediante edital; a definição de critérios de natureza técnica e pedagógica, resguardando não só as especificidades físicas dos livros, mas, sobretudo as formulações metodológicas e conceituais; preocupações crescentes com a supressão de erros, anacronismos, simplificações explicativas, estereótipos; investimentos no combate a preconceitos de diversas naturezas e na incorporação de políticas de ações afirmativas. (CAIMI, 2017, pp.34-35)

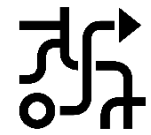
A elaboração do PNLD é de responsabilidade do Ministério da Educação (MEC), que centraliza a função e produz um guia dos títulos recomendados para as escolas públicas de todo Brasil.² A elaboração desse guia é criteriosa e conta com a parceria entre o MEC e diversas universidades.³ Assim, espera-se que os livros didáticos estejam alinhados com a pesquisa e das novas formas metodológicas em História.

Para que essas expectativas fossem refletidas nos livros, foi criado o “Processo de Avaliação dos livros didáticos”, conduzido por uma equipe de professores com o objetivo de elevar a qualidade dos livros ao patamar de excelência. Como resultado foram estabelecidos os “Princípios Gerais” para a construção dessa avaliação, que inclui os “Critérios Eliminatórios e Critérios Classificatórios”. (BEZERRA, 1999. pp. 195-200)

Um ponto central que não pode ser negligenciado quando se trata dos materiais didáticos utilizados no processo de ensino escolar é o uso crescente de Sistemas Apostilados de Ensino (SAE)- as apostilas-, ou os sistemas totalmente digitais, sem material físico. Esses novos modelos estão substituindo os livros

²As práticas didático-pedagógicas nos Colégios Militares não estão subordinadas ao MEC, e sim ao ministério da defesa, mas, como as demais escolas, obedecem à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN). Já as escolas particulares têm liberdade de escolha e podem adotar linhas pedagógicas diferentes das que orientam a avaliação do ministério da educação. Mas em ambos os casos é comum que uma vez que se opte trabalhar com livros didáticos, como material de apoio, escolham por aqueles que constam na PNLD.

³Em caráter de exemplo, o PNLD 2018, Programa Nacional do Livro Didático, foi organizado em parceria com 11 universidades brasileiras. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/211-218175739/52611-escolas-escolherao-livros-aprovados-pelo-pnld-2018-a-partir-do-dia-21>>. Acesso em 20 de jan. de 2023.



didáticos, especialmente nas escolas particulares. Esses sistemas podem ser definidos como um material padronizado utilizado, em geral, para o ensino. Estes consistem em conteúdos curriculares condensados e organizados em textos, explicações e exercícios. Esses materiais são distribuídos em blocos correspondentes às aulas, bimestres, trimestres ou outros períodos determinados. Atualmente, são compilados a partir de diferentes fontes, incluindo autores variados, informações da internet e fragmentos de livros didáticos. (GARCIA; ADRIÃO, 2010, s/p apud JÚNIOR, 2021, p.78) Além das apostilas, esses sistemas costumam incluir formações pedagógicas complementares e assessoria educacional.⁴

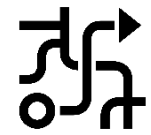
O primeiro ponto a ser esclarecido é que a PNLD é um guia para a compra de livros didáticos pelo MEC, mas as redes, tanto públicas como privadas, possuem autonomia para escolher o material que será utilizado nas escolas. As instituições de ensino têm o direito de optar em receber os livros didáticos distribuídos pela PNLD ou adquirir apostilas, as quais também devem obrigatoriamente ser compradas pelo Município, utilizando a verba destinada à manutenção do Ensino Fundamental. (JÚNIOR, 2021, p.91)

Por entendermos que há variação na formulação e no controle de conteúdo nos diferentes materiais didáticos (livros e apostilas), optamos pelo uso apenas do livro didático.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA SOBRE O TEMA DO GOLPE E DA DITADURA MILITAR DE 1964

Para compreender as reflexões sobre a ditadura brasileira nos livros didáticos, é necessário entender o processo de produção do conteúdo sobre esse tema. Para isso, devemos nos atentar para os debates realizados no campo das ciências humanas. Já que, como dito, o MEC tem como base para a elaboração do guia dos livros o conhecimento acadêmico atual sobre o tema. Neste tópico, iremos mapear

⁴ Sobre os materiais disponibilizados pelos grupos empresariais educacionais, o aumento do uso desse tipo de material didático, especialmente a partir da municipalização do Ensino Fundamental, em 1996, e a história por trás dos SAEs, ver JUNIOR, Orandes Carlos da Rocha. *Estudo comparado entre as apostilas e os livros didáticos de História do Ensino Fundamental das escolas públicas na região de São Joaquim da Barra/SP (2017-2019)*. 2021. Tese de Doutorado.



como a ditadura é abordada pelos produtores de conhecimento, que formam a base para a criação do livro didático.

A historiografia sobre a ditadura brasileira é abrangente, abordando diversos temas através das análises de historiadores renomados.⁵ Essa escolha foi fundamentada na compreensão de que as teses dos autores selecionados servem como referências para muitos trabalhos subsequentes, independentemente de concordância ou discordância, dada a influência duradoura dessas figuras proeminentes.

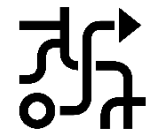
Um grande do tema é o cientista político uruguaio René Dreifuss. Sua tese “1964: A conquista do Estado” foi publicada em 1981, e contava com vasta documentação do IPES (Instituto de Pesquisa e Estudo Social). Nela, o autor defendeu que havia uma coalizão entre diferentes setores da elite brasileira com a participação do capital internacional, o que o autor chamou de “capital multinacional-associado”, que tentavam impor seus interesses sócio-políticos em um projeto de Estado.

Dreifuss investigou a composição de associações, para traçar os interesses que estavam em jogo naquele momento. Para ele, mesmo havendo interesses específicos de cada fração de grupo, ruralistas, empresários nacionais de diversos ramos, empresariado internacional, alto escalão militar, buscava-se uma união visando pôr em prática um plano de ação político coeso. O autor qualifica esse grupo aparentemente heterogêneo como, uma “elite orgânica”. Esta é a conjunção de agentes de mesma base ideológica que se unem estrategicamente a fim de implementar uma ação política classista, voltada para o favorecimento da elite.

O ponto fulcral da análise de Dreifuss foi a compreensão do golpe e da ditadura como sendo civil-militar, dada a participação decisória de agentes civis na tomada do poder. É importante ressaltar que para ele, houve participação da elite civil não só no golpe, mas também na ditadura. O termo civil utilizado por Dreifuss não se refere à sociedade civil como um todo, mas sim, a essa elite orgânica.

O cientista uruguaio não é o único a propor um sentido de classe por trás do golpe. Segundo Marcelo Badaró, essa interpretação era predominante entre aqueles

⁵ Chamamos aqui em historiografia sobre o tema, mas devemos ressaltar que muitas obras de destaque que foram usadas aqui e foram amplamente discutidas por historiadores, foram produzidas em outros campos como na ciência política.

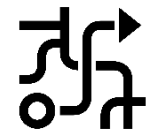


que estudaram o tema entre 1960 e 1980. Há análises que relacionam as crises políticas e econômicas, a partir de dois fatores: a crise do novo modelo econômico, iniciado no período JK, que exigia um controle pelo Estado dos salários, e maior abertura ao capital estrangeiro; e a crise do populismo, onde o pacto social que garantia às massas um acesso limitado a ganhos políticos e sociais.

Há pesquisas que puseram de lado a questão econômica por trás do golpe, e no lugar da classificação classista, estas propuseram que a disputa fosse lida pela dicotomia “esquerda” e “direita”. Essa corrente ganhou força a partir dos anos 90, com a pesquisa do grupo CPDOC, que busca a visão dos militares sobre o golpe. Esse estudo propôs uma mudança de foco das crises econômicas, para as motivações militares, o que resultou no livro “Visões do Golpe: a memória militar sobre 1964”, de Gláucio Ary Soares e Maria Celina D’Araujo. (D’ARAUJO; SOARES, 1994) Nele, os autores se propõem a uma revisão da história sobre o golpe e a ditadura a partir do prisma dos militares.

Essa metodologia vai ser duramente criticada. Caio Navarro de Toledo, um dos precursores dos estudos sobre o golpe de 1964 e um dos primeiros a revisar os estudos sobre o tema, chamou atenção para essa mudança de perspectiva no seu artigo intitulado “1964: Golpismo e democracia. As falácias do revisionismo”. (TOLEDO, 2004) O autor classifica como revisionistas as teorias que afirmam que todos os agentes políticos (à direita e à esquerda) em 64 estavam “comprometidos com o golpe”, por não serem suficientemente comprometidos com a democracia.

Jorge Ferreira é outro autor que será taxado de revisionista.. Em seu livro “O tempo da experiência democrática”, propõe uma análise que difere das de viés estruturalistas, que explicam o golpe a partir de fatores econômicos, como resultado de uma crise do capital.". Também se opõe àquelas teorias personalistas, que entendem que as ações individuais levaram ao golpe de Estado.O autor ainda se distingue da interpretação que entende o golpe como uma “grande conspiração”, que envolve capital multinacional e governos de outros países. Para essa corrente, o “culpado” do golpe teria sido o Outro, o “estrangeiro”. A teoria de Ferreira é que no período que antecedeu o golpe a esquerda buscava a realização de reformas a qualquer custo, inclusive por vias não democráticas. O autor rebate as teorias que personalizam na figura de Brizola a causa do desgaste político de Jango. E afirma que Brizola apenas representava o que era a esquerda do período, “se ele era radical,



sectário, intolerante, fazia pregações revolucionárias e defendia a ruptura institucional, era porque as esquerdas eram igualmente radicais, sectárias, intolerantes, pregavam a revolução e defendiam a ruptura institucional. (FERREIRA, 2003, p.356)

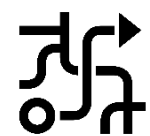
Outros autores pensaram sobre uma “complexa trama de engenharia política” que estava por trás do golpe. É o caso de Marco Napolitano, que vai afirmar que a crise política no fim de 1963 ajudou a agravar uma conspiração contra o presidente e contra o “trabalhismo”, que estava pautada no anticomunismo. Mas Napolitano vai contra a tese sugerida por Ferreira. Segundo ele, “o golpe foi muito mais do que mero produto de uma conjuntura de crise política.” (NAPOLITANO, 2014, p.67) Nesse sentido, a responsabilidade não é só da incapacidade da negociação entre radicais da esquerda e da direita. Da mesma forma que não foi total responsabilidade da esquerda que “preparou o cenário para o golpe”.

Aprofundando nesse debate, podemos abordar a questão da denominação dada ao golpe.⁶ Segundo Marcelo Ridenti, o uso do termo “ditadura civil-militar” pelos autores Aarão Reis, Jorge Ferreira e Denise Rollemberg é feito de forma indiscriminada. Isso acaba por generalizar esse aceite social à ditadura, como se toda a sociedade clamasse pelo golpe e apoiasse a ditadura. (RENDETI, 2016, p.5) Segundo Bezerra, ao fazerem isso, esses autores chegam a pensar em termos de uma “cumplicidade da sociedade brasileira”. (BEZERRA, 2014, p.168)

Há autores que propõem uma visão “híbrida”, como é o caso, segundo Ridenti, de Fico e Napolitano. Fico entende que dado ao suporte e incentivo civil o golpe foi civil-militar, todavia, a ditadura que se seguiu foi somente com a participação de militares. Já para Napolitano, os processos que levaram ao golpe e o que instaurou a ditadura estão conectados, mas são relativamente autônomos, então importa menos o termo a ser utilizado, e mais a forma como os pesquisadores retratam a relação da sociedade com o golpe e o governo.

Outra hipótese apontada tanto por Napolitano, como por Fico é que aqueles que apoiavam o golpe não previram a ditadura que se seguiria, e não tinham esse

⁶ O uso do termo apenas “militar” para se referir ao golpe não mais comum na historiografia mais recente. Mas entre os seus defensores, podemos apontar Alfred Stepan (1971) e Gaspari (2002). Ridenti, em um artigo sobre tema, traz um dado levantado por Martins Filho (2014), que mostra que “‘civil-militar’ para qualificar a ditadura foi usado apenas dezoito vezes antes de 2000, mas aumentou para 291 entre 2001 e 2008, e atingiu 1.059 entre 2009 e 2012.” RIDENTI, 2016, p.6



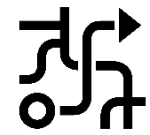
modelo como pretensão. Fico ao apresentar os setores de apoio ao golpe, a classe média, imprensa, igreja e o governo norte-americano, e toda estratégia política que vinham acontecendo antes mesmo de Goulart renunciar, o autor mostra que, segundo sua análise, o golpe só foi possível por uma soma de fatores.

A cronologia também é ponto de disputa entre pesquisadores. Para Marco Antônio Villa, a ditadura não durou 21 anos, pois o período que antecede o AI-5, em 1968, não poderia ser considerado uma ditadura, dada “toda a movimentação político-cultural que havia no país”, além disso, o Congresso Nacional, as Assembléias Legislativas, e a Câmara dos Vereadores se mantiveram abertas. (VILLA, 2014, p.09) O autor ressalta que havia “liberdade” de imprensa, e de manifestações culturais. Segundo ele, também não pode ser visto como ditadura o período de 1979 a 1985, período em que é aprovada a Lei de Anistia, ocorrem eleições para os governos estaduais, e houve ainda o movimento de massas pelas diretas. Para o autor, pode-se considerar então que a ditadura durou 10 anos.

Villa não é o único a defender que o governo ditatorial durou menos tempo. Daniel Aarão Reis propõe uma cronologia diferente, e estima que a ditadura perdurou por 15 anos. Isso porque, para o historiador, o período em que começa a “transição democrática”, em que se suspendem os Atos Institucionais, em 1979, não se pode mais falar em ditadura, mesmo que também ainda não seja uma democracia. (AARÃO, 2014, p.125)

Segundo Fico, todos os argumentos usados por Vila são “discutíveis”, pois houve “tremendas restrições ao funcionamento do Congresso Nacional (inclusive o seu fechamento) e das outras casas legislativas, gravíssimas limitações no tocante às eleições, censura da imprensa, do teatro, do cinema e dos livros, além de repressão brutal contra o movimento estudantil.” (FICO, 2015, p.54) Para o autor, tanto a tese de Vila, como a de Aarão pecam pela falta de evidências empíricas e são contaminadas por forte inclinação política. Independentemente dessas questões, o que torna, para Fico, indiscutível a definição como ditadura do governo em 1964 é a concessão de poderes plenos ao Executivo, instituído no AI-2.

Outro tema central de discussão entre autores sobre o período é a memória que se formou a respeito. Segundo Aarão, é comum nas sociedades quando se muda a geração, a atual rejeita taxativamente a ação da anterior. A sociedade se questiona como aceitou um regime tão brutal, e como, permitiu uma mudança gradual



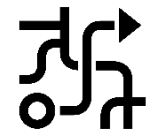
ao invés de uma expulsão das forças militares do poder. Por isso, a sociedade preferiu valorizar mais as “versões [das] memórias apaziguadoras”. (AARÃO, 2014, p.08)

Denise Rollemberg discute exatamente o tema da memória social do período. A autora afirma que o esquecimento foi fundamental para o processo de redemocratização. Esse esquecimento era, sobretudo, da sociedade, que não queria se lembrar da “cumplicidade, a omissão, os compromissos, a colaboração, e o apoio dado ao governo.” (ROLLEMBERG, 2006, p.88) Segundo ela, essa memória é corroborada pela esquerda, que passa a ideia de que os militares só se mantiveram no poder, pelo uso da força e manipulação da massa, exercidos através dos meios de comunicação.

Napolitano afirma que o “esquecimento e rememoração [são] seletivas”. Essas ações são parte do processo de construção da memória social, e, portanto, não se trata de um “cinismo dos atores políticos”. (NAPOLITANO, 2015, p.20) Essa produção de memória não foi só na sociedade brasileira, mas em outros países na América Latina que viveram ditaduras. Com exceção da Argentina, todas passaram por um processo gradual de redemocratização, processo esse que precisou ser negociado com o regime ditatorial. Durante os regimes não houve a separação total entre governo e sociedade, bem como após seu fim não houve um desmantelamento das instituições autoritárias, nem mesmo uma renovação das elites políticas. (NAPOLITANO, 2015, pp.13-14)

Daniel Aarão propõe uma análise crítica da “batalha das memórias” sobre o tema da “gênese e a consolidação da ditadura militar”. Para o autor, uma vez que se já não havia mais “embate, no campo da luta, iniciaram-se imediatamente as batalhas da memória.” (AARÃO, 2004, p.39) A direita enquanto esteve no poder lutou para preservar a ideia de um golpe salvador, contra o perigo do comunismo, em defesa da sociedade cristã, pela ordem e contra a corrupção. E essa noção perdurou por um tempo.⁷

⁷Aarão defende que o regime passou por alguns momentos de rejeição e outros de aceitação popular. A rejeição foi acompanhada da paulatina perda de legitimidade, que estava ancorada na crise econômica, fruto da rígida política monetária, e na crise política, resultado da dificuldade em gerir os múltiplos interesses por trás da base de apoio do governo. Sendo o momento de maior aceitação durante o período do milagre econômico, quando Médici era até aplaudido. AARÃO, 2004, p. 41-42.



Nas memórias da esquerda, segundo o autor, o radicalismo desapareceu, bem como as ofensivas pelas reformas de base e reformismo revolucionário. Nesse cenário, as esquerdas⁸ e Goulart haviam sido retratados como vítimas “bem-intencionadas” de uma direita golpista, que manipulou a população através do medo. Também afirmavam que nunca houve um projeto de golpe da esquerda, tudo que havia eram falas inflamadas de lideranças “esquerdistas desavisadas.” (AARÃO, 2004, p.40) Nesse prisma, a sociedade foi retratada como resistente, e a luta revolucionária aparece como uma resposta ao endurecimento do governo, que acabou com todas as formas institucionais de conciliação. (AARÃO, 2014, 08) Foi essa memória que predominou nos anos 80, no período da redemocratização. Assim, Aarão conclui que as esquerdas foram derrotadas no campo social e político, mas foram vitoriosas na “batalha das memórias”.

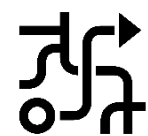
Napolitano, como Aarão e Rollemberg, também vão defender que há uma memória hegemônica consolidada, que é crítica ao golpe e ao regime. Todavia, para Napolitano, essa foi “mutável” ao longo do tempo. Uma das questões que tornava a memória sobre o fenômeno “errática e fragmentada” era divisão não só entre esquerda e direita, mas dentro de cada uma delas. (NAPOLITANO, 2011, pp.315)

Napolitano chama atenção para uma questão chave, dizer que a memória culpabiliza os militares, suas ações e seu regime é dizer que

a memória progressista e democrática de esquerda triunfou no Brasil? Se isto for verdade, por que o Brasil não é hoje, efetivamente, uma sociedade democrática e campeã dos direitos civis negados pelo autoritarismo daqueles tempos duros? Há alguma armadilha oculta neste aparente triunfo da memória hegemônica crítica ao regime militar e seus valores? [...] falar em triunfo simbólico de uma memória crítica ao regime militar, não significa dizer que a democracia ou os valores de esquerda triunfaram plenamente na reorganização do Estado e das relações sociais. (NAPOLITANO, 2015, pp.17-18)

O autor afirma que memória consolidada não é só dos vencidos, é na verdade, resultado de uma complexa construção feita pela esquerda e por “setores liberais”,

⁸O autor argumenta que a esquerda estava dividida em duas linhas. Uma era mais moderada que lutava pela redemocratização a partir de lideranças que até o AI-5 podiam se manifestar politicamente. Após o ato, estas sumiram do cenário político, só reaparecendo em 1974. A outra corrente era mais radical, que propunha a luta contra a ditadura através de insurreições de massa e da luta armada. Estes divergem também quanto à causa do golpe. Enquanto os mais moderados lamentavam o excesso da esquerda, que foi o que deu mais força para direita. Já os radicais acreditavam que faltou mais ímpeto da esquerda para o enfrentamento quando este se fez necessário. AARÃO, 2004, p.43-44



que em 1964 apoiaram o golpe e conseguiram apagar da memória seu papel nele.⁹ Assim, para ele, trata-se de “uma memória cheia de armadilhas que selecionou elementos e identidades políticas entre estes vencidos”.(NAPOLITANO, 2015, pp.19-20)

LIVROS DIDÁTICOS E SUAS REPRESENTAÇÕES DA DITADURA BRASILEIRA

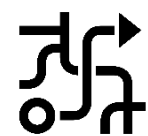
Este tópico tem como fio condutor as análises dos livros didáticos. Buscaremos compreender como os debates no campo das Ciências sociais sobre a ditadura e o Golpe de 1964 foram materializados em um dos principais instrumentos que auxiliam o Ensino de História: o livro didático.

Utilizamos como critérios de seleção materiais que abrangem os três espectros formativos: público, privado e militar. Para isso, escolhemos os livros didáticos *História sociedade & cidadania* (escola pública), *Conquista- Solução Educacional* (escola particular) e *Historiar* (escola militar).¹⁰

Mas antes de iniciarmos a análise, é necessário delimitarmos o que entendemos aqui como representação. Segundo Roger Chartier, as representações do mundo social são moldadas por esquemas intelectuais que orientam os interesses individuais ao dar forma a essas representações. Nesse sentido, é imperativo considerar a relação entre os discursos e a posição daqueles que os expressam. Os discursos que contribuem para a nossa percepção do mundo não buscam a neutralidade; pelo contrário, eles estruturam estratégias e práticas que muitas vezes buscam estabelecer autoridade, legitimar e justificar escolhas e comportamentos. As representações funcionam como alicerce tanto para o discurso quanto para práticas diversas, desempenhando um papel fundamental na construção do mundo social, “[...] e como tal a definição contraditória das identidades – tanto dos outros como a sua”. (CHARTIER, Roger. *A história cultural. Entre práticas e representações* de Lisboa: Difel, 1990, pp.16 – 23).

⁹ Esses setores, segundo o autor, já não apoiavam mais o governo, mais expressivamente a partir de meados de 1970, e começaram a criticar abertamente “censura à livre expressão, o arbítrio discricionário no campo legal e o estatismo (na economia).” NAPOLITANO, 2015, p.17

¹⁰Os livros selecionados foram usados no ano de 2022 nos estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo, como já dito, nas redes pública e privada. Esses materiais nos foram gentilmente cedidos pelos professores de história desses colégios. Da rede pública contamos com o material usado no município de Vitória, ES; da rede particular o livro usado no município de Muriqui, RJ; e do ensino militar o material também é usado na escola militar do Rio de Janeiro.



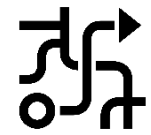
O livro História sociedade & cidadania (BOULOS JÚNIOR, 2018) aborda o tema da ditadura em dois momentos: as bases que permitiram a implementação do golpe e a ditadura que foi instaurada de 1964 a 1985. O tema começa a ser abordado a partir da renúncia de Jânio Quadros. Para os historiadores, a renúncia de Jânio Quadros foi uma tentativa de golpe. Visto que, Quadros “apostava que seria reconduzido ao poder nos braços do povo e teria poderes para governar sem dar satisfações ao Congresso”. (BOULOS JÚNIOR, 2018, pp.187)

Três páginas são dedicadas a abordar a presidência de João Goulart. Nessas páginas, os alunos são introduzidos ao governo por meio de três temas-chaves: a dificuldade de Goulart em assumir o poder; a tentativa de implementar a Reforma de Base; e, por fim, as duas manifestações contra e a favor da reforma (respectivamente, comício pelas Reformas de Base em frente à estação da Central do Brasil e a Marcha da Família com Deus pela Liberdade). Neste contexto, a narrativa é estruturada a partir da polarização, isto é, como a sociedade daquele período estava dividida basicamente em dois grupos.

No grupo 1, segundo o livro, estavam os que eram contrários ao governo e a qualquer medida tomada por ele: grandes empresários; parte do alto clero e dos oficiais das Forças Armadas; grandes jornais, como O Estado de S. Paulo e a Tribuna da Imprensa (de Carlos Lacerda); e organizações como o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad) e o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes), ambos mantidos com o dinheiro de empresários brasileiros e estadunidenses.

Ainda segundo a obra, no grupo 2 os indivíduos estavam favoráveis ao governo: os movimentos sociais organizados, entre eles, o meio estudantil, destacando-se a União Nacional dos Estudantes (UNE); no meio católico, as organizações mais importantes eram a Juventude Operária Católica (JOC) e a Juventude Universitária Católica (JUC); entre os trabalhadores urbanos, sobressaiu o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), no campo, destacaram-se as Ligas Camponesas.

De acordo com o livro, essas divergências no espectro político convergiram para a concretização do golpe que deu início à ditadura no Brasil em 1964. No tópico *O golpe civil-militar de 1964*, de forma bastante sucinta, informa-se que uma semana depois da marcha realizada em São Paulo, um grupo de fuzileiros navais designados para prender marinheiros que estavam promovendo uma manifestação no Sindicato



dos Metalúrgicos (RJ), solidarizou-se com os manifestantes. Apesar de o governo Goulart ter conseguido controlar a rebelião, não houve punição para os militares. Essa atitude fez com que os oficiais das Forças Armadas considerassem isso um incentivo à desordem e à falta de hierarquia militar.

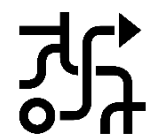
Em 31 de março de 1964, tropas do general Olímpio Mourão Filho, com o apoio do comandante do II Exército e de alguns governadores civis, iniciaram o golpe que pôs fim ao governo de João Goulart. Portanto, civis e militares, juntos, deflagraram o golpe. Ao abordar o período ditatorial, os alunos são principalmente expostos ao caráter ilegal e violento que marcou o Brasil ao longo de 21 anos. O livro dá destaque especial aos movimentos de resistência que surgiram durante esse período.

No livro escrito por Boulos, o golpe e a ditadura brasileira são compreendidos como uma reação que estava sendo gestada desde a possibilidade de Goulart assumir o poder. Isso ocorreu especialmente após a tentativa de empreender a Reforma de base, momento em que as oposições se radicalizaram, alegando que Goulart havia perdido a autoridade e o acusando de ser cúmplice do comunismo internacional.

Podemos perceber que dois eixos explicativos do campo das Ciências Sociais guiam a narrativa do livro didático ao abordar o tema do golpe e da ditadura: a união da elite política que se posicionava como o escudo contra o comunismo e compreensão que o golpe foi planejado tanto por militares quanto por civis. Tanto que, citando o livro: “Segundo historiadores especializados no assunto, não foram apenas os militares, mas também os civis, que deram o golpe de 1964. [...] Por isso, os historiadores não usam mais a expressão ‘golpe militar’, mas sim, ‘golpe civil-militar’”. (BOULOS JÚNIOR, 2018, p.190)

O segundo livro *Historiar*, de Gilberto Cotrim e Jaime Rodrigues, possui como elemento central duas afirmações: 1) a ditadura no Brasil estende-se de 1964 a 1985. 2) apesar do regime ter sido majoritariamente liderado por militares, a sua instauração contou com um sólido apoio de setores da sociedade civil.

O capítulo “Ditadura Militar” tem como base a questão que, como vimos, permeia os debates dos acadêmicos: foi uma ditadura militar ou uma ditadura civil-militar. Segundo a narrativa, em 1º de abril de 1964, os militares realizaram um golpe e destituíram o presidente João Goulart do poder. Durante o regime, a presidência foi



ocupada por cinco generais das Forças Armadas; no entanto, seus governos contaram com a participação e o apoio de grupos civis.

Dois temas têm maior destaque no capítulo: a violência do regime e o modelo econômico adotado. Em relação à violência, os autores destacaram a limitação imposta pelos militares ao funcionamento das instituições de direito, a instauração de medidas de censura, a eliminação dos opositores políticos, a proibição das eleições e as perseguições contra os movimentos de resistência. Quanto à economia, os alunos são apresentados ao modelo desenvolvido durante a ditadura, no qual houve a modernização da economia, resultando em um crescimento considerável.

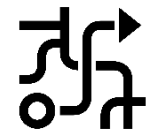
Todo o desenvolvimento do capítulo é entrelaçado pelas reflexões sobre a participação civil, não apenas no golpe, mas também, nos atos que permitiram a consolidação do regime ditatorial, e posteriormente, na abertura política pós 1985. Podemos perceber a estratégia de mostrar que os “benefícios” gerados pela ditadura eram direcionados para grupos específicos. Por exemplo, a modernização da economia concentrou renda nas classes altas e médias. Logo, a classe mais baixa, os pobres, permaneceu excluída da distribuição de riquezas.

Não muito diferente dos demais, o livro se insere no debate historiográfico cujo objetivo é delimitar a natureza do regime militar brasileiro. Podemos depreender isso quando os autores utilizam o próprio campo historiográfico como argumento para definir o período.

Abandonando o nacionalismo reformista que marcou o último governo de Getúlio Vargas e o de João Goulart, os militares adotaram um modelo de desenvolvimento baseado na aliança de três grupos: a burocracia militar e civil; grandes empresários nacionais e grandes empresários estrangeiros. Em razão dessa aliança, o período é chamado por **alguns historiadores** de ditadura civil-militar. (COTRIM, 2015, p. 208.) (grifo nosso)

Portanto, para os autores, tanto o golpe, quanto o regime derivado dele foram orquestrados pelos dois espectros da sociedade: o militar e o civil.

O livro Conquista- Solução Educacional: 9 ano: história, de Fabiane Miriam Furquim, no capítulo intitulado "Brasil: Golpe e Ditadura Civil e Militar" explora de maneira abrangente uma série de aspectos cruciais relacionados a esse período histórico. O capítulo é estruturado em torno de cinco pilares fundamentais: golpe civil e militar; o governo de Castelo Branco e Costa e Silva; o governo de Emílio Garrastazu



Médici; a abertura política com os governos de Ernesto Geisel e João Baptista Figueiredo; as questões indígenas, afro-brasileira e quilombola durante o regime.

Ao explorar de forma específica a temática do golpe civil-militar, a autora também estabeleceu um contexto comparativo com outros países. Conforme delineado, ao longo do século XX, diversos governos autoritários surgiram e conquistaram o poder ao suprimir a dissidência através da repressão social. Anos mais tarde, esse fenômeno encontrou eco no Brasil, quando o país foi regido por um governo militar que elaborou medidas de cunho autoritário, as quais suscitaram resistência por parte de uma parcela da população.

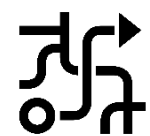
No tópico somos apresentados a complexidade do golpe ocorrido no país, que resultou na instauração de um regime ditatorial. Esse processo envolveu tanto atores civis, quanto militares, delineando um cenário político de profundas transformações. Nas palavras da autora,

Como o episódio contou com o apoio de parte da população, empresários, religiosos, setores da imprensa, elites sociais e líderes políticos, é chamado de Golpe Civil-Militar, pois não envolveu apenas as Forças Armadas. A Marcha da Família com Deus pela Liberdade em 1964 já apontava para o amplo apoio civil a uma possível intervenção. (FURQUIM, 2023, p. 42)

Existe uma caixa explicativa que atua como uma adição informativa, buscando esclarecer se a ascensão dos militares ao poder pode ser caracterizada como um golpe ou uma revolução. A caixa apresenta as definições de golpe e revolução, de acordo com o Dicionário dos Conceitos Históricos. Segundo essa fonte, denota-se que o termo "revolução" não se aplica ao evento de 1964 no Brasil, que resultou na tomada de poder por parte dos militares, sendo desta forma correto afirmar que se tratou de um golpe.

Após a instauração do golpe, o período de 1964 a 1985 é invariavelmente compreendido como uma época de ditadura militar. Tanto é assim que a análise é conduzida de maneira centrada nas personalidades, apresentando-nos os líderes militares que ocuparam a presidência do Brasil. Os governos de Castelo Branco, Costa e Silva, Emílio Garrastazu Médici, Ernesto Geisel e João Baptista Figueiredo são minuciosamente examinados quanto aos seus mandatos e à maneira como suas administrações influenciaram a dinâmica do país.

Explora-se em profundidade como as políticas adotadas por esses líderes moldaram o panorama nacional durante os seus respectivos períodos de governo,



concentrando-se principalmente nas medidas que visavam restringir os direitos civis da população. Em todo o percurso, enfatiza-se consistentemente a natureza violenta e opressiva que impregnou o país, evidenciando os aspectos de censura que se espalharam por todo o território nacional.

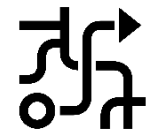
Em contraste, mereceu especial atenção a temática indígena, afro-brasileira e quilombola no decorrer do Regime, a autora examinou a complexidade das questões étnicas e raciais dentro do contexto ditatorial. Investigam-se as maneiras pelas quais os grupos indígenas, afro-brasileiros e quilombolas enfrentaram desafios e empreenderam lutas pelos seus direitos em meio a um período de restrições políticas.

O capítulo tem início ao situar os alunos em um contexto mais abrangente, estabelecendo uma comparação entre a trajetória brasileira e a de outras nações latino-americanas durante o período da Guerra Fria. Essa abordagem comparativa demonstra como, ao longo das décadas de 1960 a 1980, o Brasil se viu imerso em um regime de ditadura militar, cujo início se deu por meio de um golpe engendrado por figuras militares e civis.

Os três livros didáticos analisados abordam o tema da ditadura e o Golpe de 1964 no Brasil, cada um com suas perspectivas e enfoques. Em "História Sociedade & Cidadania" de Boulos Júnior discute a ditadura brasileira em dois momentos: as bases que permitiram o golpe e a ditadura de 1964 a 1985. Ao explorar a renúncia de Jânio Quadros como um momento chave que levou ao golpe, apresenta a polarização na sociedade brasileira da época, dividindo-a em grupos que apoiaram e se opuseram ao governo de João Goulart. Boulos destaca que historiadores argumentam que o golpe não foi apenas militar, mas também envolveu civis, por isso, o chama de "golpe civil-militar".

Em "Historiar" de Gilberto Cotrim e Jaime Rodrigues aborda a ditadura de 1964 a 1985 e questiona se foi uma ditadura civil-militar ou apenas militar. Os autores destacaram a participação de civis no apoio ao golpe e na consolidação do regime, enfatizando que a violência do regime e as transformações econômicas que ocorreram durante esse período, concentrando a riqueza nas classes mais altas.

Já "Conquista - Solução Educacional: 9 ano: história" de Fabiane Miriam Furquim, ao estruturar o capítulo sobre a ditadura e o golpe em cinco pilares: golpe civil e militar, governos de Castelo Branco e Costa e Silva, governo de Emílio Garrastazu Médici, abertura política com Geisel e Figueiredo, questões indígenas,



afro-brasileiras e quilombolas, buscou explorar a complexidade do golpe, destacando o apoio de civis, empresários, religiosos e líderes políticos, chamando-o de "Golpe Civil-Militar".

Em resumo, os três livros didáticos exploram a ditadura militar brasileira de diferentes maneiras, mas todos reconhecem a participação tanto de militares quanto de civis na instauração do golpe de 1964. Assim podemos entender que essa tese sugerida por Dreifuss, e aceita de forma predominante nas análises sobre o tema, consolidaram esse entendimento sobre o tema. No entanto, em relação à manutenção desse período autoritário da história brasileira, o livro *Conquista- Solução Educacional*, dentre os três, foi o único a definir o período de 1964 a 1985 como uma ditadura exclusivamente militar.

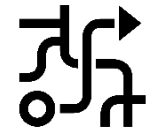
CONCLUSÃO

Embora a ditadura brasileira tenha sido ampla e exaustivamente discutida pela historiografia, ao nos deparamos com cartazes em manifestações pedindo por "intervenção militar", percebemos que esse tema ainda não está tão bem esclarecido como os pesquisadores das ciências sociais imaginavam.

Mesmo não sendo possível falar de unanimidade, por algum tempo após a redemocratização, havia no campo acadêmico a percepção de que os militares teriam se "perdido" na "batalha das memórias". Em outras palavras, entre aqueles que argumentavam a favor do regime e aqueles que eram opositores, foi o discurso destes últimos que prevaleceu. A história do golpe e da ditadura carregava uma carga muito negativa, com culpados e erros sendo apontados indiscutivelmente e, sobretudo, era sinalizado como um período trágico da história do nosso país, marcado por repressão, tortura e arbítrio.

O crescimento da extrema direita no país nos chama atenção para temas que pareciam estar "resolvidos", que, na verdade, ainda são palco para a batalha de narrativas.

Como observado na análise dos livros didáticos, há uma convergência em definir o golpe de 1964 como resultado de uma conjunção de apoio entre os setores civis e militares. Entretanto, quando se analisa o regime subsequente, surgem interpretações diversas. Enquanto certos estudiosos, como os autores de "Historiar", caracterizam a ditadura como uma colaboração entre as esferas militares e civis,



outros, exemplificados pelos escritores de "História, Sociedade & Cidadania" e "Conquista - Solução Educacional" definem o regime como predominantemente como uma ditadura militar. Apesar das perspectivas contrastantes, todas destacam a natureza violenta do regime e a repressão dos direitos civis que a ele se associaram.

Por fim, podemos constatar que a narrativa presente nos livros didáticos converge com os debates dentro do campo das ciências sociais. No entanto, apesar de a ditadura ser compreendida em ambos como uma mancha na história do país, não é difícil de afirmar que há uma distorção ou reapropriação desse conhecimento, a ponto de existirem manifestações a favor da volta da ditadura.

REFERÊNCIAS

Assessoria de Comunicação Social, Escolha dos livros aprovados pelo PNLD 2018 começa dia 21, *Portal MEC*, 15/08/2017. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/211-218175739/52611-escolas-escolherao-livros-aprovados-pelo-pnld-2018-a-partir-do-dia-21>>. Acesso em 20 de jan. de 2023.

AARÃO REIS, Daniel. Ditadura no Brasil: Uma incômoda e contraditória memória. *In: Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à constituição de 1985*. Zahar, 2014.

_____. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. *In: O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)*, REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). Bauru: Edusc, 2004.

BEZERRA, Holien Gonçalves. O processo de avaliação de livros didáticos – História. *In: NODARI, Eunice; PEDIO, Joana M.; LOBOI, Zilda M. Gricoli. História: Fronteiras*. pp. 195-200. ANPUH, 1999.

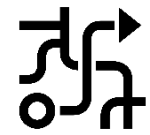
CAIMI, Flávia Eloisa. O livro didático de história e suas imperfeições: repercussões do PNLD após 20 anos. *Livros didáticos de história: entre políticas e narrativas*, v. 1, p. 23-45, 2017.

D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. *Visões do Golpe: a memória militar sobre 1964*, Rio de Janeiro: Relume- Dumará, 1994.

DREIFUSS, René Armand. *1964, a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. Vozes, 2006.

FERREIRA, Jorge. O Governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. *In: O Tempo da Experiência Democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Jorge Ferreira e Lucia Neves Delgado, (org), Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FICO, Carlos. *O golpe de 64: momentos decisivos*. Rio de Janeiro: FGV, 2015



JUNIOR, Orandes Carlos da Rocha. *Estudo comparado entre as apostilas e os livros didáticos de História do Ensino Fundamental das escolas públicas na região de São Joaquim da Barra/SP (2017-2019)*. 2021. Tese de Doutorado.

MADEIRO, Carlos, Presos no DF pedem direitos humanos e acusam Exército no Twitter: 'covarde', *Uol*, 10/01/2023. Disponível em <<https://noticias.uol.com.br/colunas/carlos-madeiro/2023/01/10/presos-no-df-pedem-direitos-humanos-e-acusam-exercito-no-twitter-covarde.htm>>. Acesso em 20 de jan. 2023.

MELO, Demian Bezerra. O golpe de 1964 e meio século de controvérsias: o estado atual da questão. In: *A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*. Demian Bezerra, (Org). Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

MARTINS, Jonatas; CARONE, Carlos; RODRIGUES, Marcus; PINHEIRO, Mirelle, Vídeo. Em ginásio da PF, bolsonaristas presos denunciam falta de alimentação, *Metrópoles*, 09/01/2023. Disponível em <<https://www.metropoles.com/distrito-federal/na-mira/em-ginasio-da-pf-bolsonaristas-presos-denunciam-falta-de-alimentacao>>. Acesso em 20 de jan. 2023.

NINJA, Após 70 dias, chega ao fim acampamentos bolsonaristas em frente aos quartéis, *Mídia Ninja*, 09/01/2023. Disponível em <https://midianinja.org/news/apos-70-dias-chega-ao-fim-acampamentos-bolsonaristas-em-frente-aos-quarteis/>. Acesso em 20 de jan. 2023.

Livros didáticos: autoria em questão. *Escritas do Tempo*, v. 2, n. 5, p. 117-134, 30 out. 2020.

RIDENTI, Marcelo. The Debate over Military (or Civilian-Military?) Dictatorship in Brazil in Historiographical Context. *Bulletin of Latin American Research*, 2016.

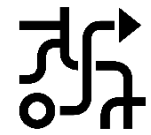
ROLLEMBERG, Denise. Esquecimento das Memórias. In: *O Golpe de 1964 e o Regime Militar: novas perspectivas*. João Martins Filho (org.), São Carlos: EdUFSCar, 2006,

TOLEDO, Caio Navarro de. Golpismo e democracia. As falácias do revisionismo. *Crítica Marxista*, n. 19, p. 27-48, 2004.

VELOSO, Natália; VINÍCIUS, Caio, PM desocupa acampamento em Brasília; 1.200 são levados à PF, *Poder 360*, 09/01/2023. Disponível em <<https://www.poder360.com.br/brasil/pm-faz-operacao-para-desocupar-acampamento-no-qg-do-exercito/>>

VILLA, Marco Antonio. *Ditadura à brasileira- 1964-1985: a democracia golpeada à esquerda e à direita*. São Paulo: Leya, 2014

FONTES



BOULOS JÚNIOR, ALFREDO. *História sociedade & cidadania: 9o ano: ensino fundamental: anos finais*, 4. ed. — São Paulo: FTD, 2018.

COTRIM, Gilberto; RODRIGUES, Jaime. *Historiar*, 2 ed. — São Paulo: Saraiva, 2015.

FURQUIM, Fabiane Miriam, *Conquista- Solução Educacional: 9 ano: história*, 2 ed., Curitiba: Cia Bras Educação e Sistema de Ensino, 2023.

Recebido em 27/08/2023

Aprovado em 05/12/2023



APRESENTAÇÃO
ARTIGOS LIVRES E ENSAIOS
DE GRADUAÇÃO

O 13º volume e 25ª edição da Revista Trilhas da História chega ao público com uma organização primorosa. E embora essa seção cuide de apresentar artigos livres e ensaios de graduação, não podemos deixar de celebrar aqui, também, o dossiê impecavelmente organizado por Ana Maria Colling e Ary Albuquerque Cavalcanti Junior. Às vésperas de completar 60 anos do golpe militar no Brasil, o dossiê “A ditadura militar no Brasil em debate: silenciamentos, resistências e ensino de História” expressa a pluralidade de debates e o alto nível das abordagens que exploram esse tenebroso período de nossa História, sob os mais diversos matizes. Isso acabou por impactar nossa edição também no que concerne à seção de artigos livres e ensaios, pois o dossiê recebeu uma quantidade de textos que superou enormemente as expectativas da Revista, de modo que foi necessário reduzir, ainda que parcialmente, a publicação dos artigos livres e de ensaios de graduação, para manter a extensão do periódico com relativa uniformidade.

Neste número, trazemos três artigos livres e um ensaio de graduação. Apesar da seção estar menor, em quantidade de textos, seguimos apresentando artigos e ensaio com incontornável qualidade acadêmica. Os trabalhos chamam a atenção por trazerem leituras substanciais acerca de conceitos e processos muito ventilados no cenário político atual, como liberalismo, patriotismo, pautas morais, desigualdade, migrações e guerra.

No primeiro artigo, Mário Lemos Flores do Prado analisa dois textos datados do início do século XX, escritos por José Segundo Decoud, um importante intelectual liberal paraguaio. O título é “Pátria e liberdade no pensamento de José Segundo Decoud” e, como ele sugere, a preocupação de Prado é extrair dos textos de Decoud as concepções de liberdade e pátria/patriotismo, buscando compreender suas afinidades teóricas e as possíveis consequências do ideário adotado, no porvir paraguaio, marcado por instabilidade política e conflitualidade. No artigo, Mário apresenta Decoud, discute o contexto político e teórico do Paraguai na transição do XIX ao XX, aborda os conceitos que serão objeto de sua análise, bem como os dois textos de Decoud e, por fim, expõe suas análises quanto aos propósitos e aos impactos dos referidos textos. Sua escrita clara e habilidade na interlocução com os referenciais permitem um trânsito fluido entre teoria, contextos e abordagens das fontes, de modo que o artigo também acaba por ser uma contribuição historiográfica

ao iluminar pesquisas sobre intelectuais latino-americanos e conceitos caros para o entendimento das persistentes contradições de nosso continente.

O segundo artigo livre é de Gustavo dos Santos Prado e também aborda, tal qual o primeiro, questões que tocam o liberalismo, desta vez sob aspectos do chamado anarcocapitalismo. O texto intitula-se “O ‘soco da mão invisível’: a violência discursiva e o reacionarismo contra a dignidade da pessoa humana promovida por *think tanks* anarcocapitalistas (2010-2020)”. O autor realiza análises do discurso e de imagens, amparadas respectivamente em Bakhtin e Didi-Huberman, de sete textos veiculados pelo Mises Brasil e o Instituto Rothbard, as duas *think tanks* apresentadas e estudados por ele neste instigante artigo. O foco de seu escrutínio são as questões relativas aos direitos humanos, mobilizadas na pesquisa por meio de debates propostos por Hannah Arendt, Norberto Bobbio, Fábio Comparato, Linn Hunt, Etienne-Richard Mbaya e Sakia Sassen. O artigo é uma contribuição imensurável para quem quer entender uma interface importante do cenário político contemporâneo no Brasil, pois lastreia as formas como os discursos de economia liberal, as pautas morais conservadoras e as práticas que ferem os direitos humanos, como homofobia, se capilarizaram de forma mais intencional e organizada do que se supõe.

O terceiro artigo tem como título “‘No rumo das nuvens fugidas’: a criança migrante nordestina nas fotorreportagens da revista o cruzeiro”, de autoria de Márcio Douglas de Carvalho e Silva. Trata-se de um texto que, além da sua qualidade teórica e estética, é, no mínimo, comovente. Márcio Douglas elege as crianças migrantes dos anos 1950 como sujeitos centrais de sua análise e, como fontes, as fotorreportagens da Revista “O Cruzeiro” do período. O texto traz, antes, uma discussão acerca da fonte, apresentando a revista e o conceito de fotorreportagens. Muitas das imagens contidas nas reportagens foram trazidas para o artigo, totalizando 20, e com elas o autor nos conduz a uma espécie de itinerário desses deslocamentos, com registros das famílias deixando seus territórios, iniciando a viagem em caminhões pau-de-arara, o cotidiano e as agruras do caminho, com imensas dificuldades registradas pelos fotojornalistas de forma dramática, momentos das chegadas e o desalento, incluindo a doença e morte de crianças. Esse itinerário trazido pelo autor por meio das imagens e de trechos das reportagens também é acompanhado por reflexões críticas sobre as migrações e sobre os registros publicados n’O Cruzeiro. Aborda-se as experiências de crianças e das mulheres, suas mães, e a exploração destas imagens, além de

discutir temas candentes que subjazem como fatores daquelas migrações, como a pobreza e a desigualdade cimentadas no discurso da seca, muitas vezes escamoteando fatores mais profundamente determinantes, como da questão agrária brasileira.

Por fim, temos o ensaio de graduação. O texto que ocupa esta seção é o “Memórias de guerra de um mato-grossense: análise do acervo documental do expedicionário Rebuá na Segunda Guerra Mundial”, de Thamires Carla Lopes dos Santos. O ensaio expressa bem a potência dos programas de iniciação científica, e as possibilidades de propostas interdisciplinares neles, a partir de uma pesquisa realizada na Graduação em Letras/Literatura em um ambiente como o arquivo histórico. No texto, Thamires discutiu as memórias de guerra do expedicionário Petrônio Rebuá Alves Corrêa, a partir das fontes do acervo documental situado no Núcleo de Documentação Histórica Honório de Souza Carneiro, do Curso de História da Universidade Federal do Mato grosso do Sul, Campus de Três Lagoas. Rebuá, nascido no então Mato Grosso (Hoje Mato Grosso do Sul) foi convocado para lutar na Itália, na Segunda Guerra Mundial, no ano de 1944, onde ficou até o fim do conflito. Posteriormente, ele escreve suas memórias, que serão analisadas pela autora do ensaio com o cabedal teórico metodológico de Pollack e Halbwachs, além de referenciais que a auxiliam a entender esta fonte também como literatura, pois Rebuá não se limita a escrever um diário, mas cria diálogos e interpretações que o destacam de outros febianos que tenham legado memórias de guerra. Thamires também é cuidadosa com os contextos e processos históricos, de modo que seu ensaio possa ser considerado um excelente exercício interdisciplinar. Sua preocupação central, na pesquisa, foi compreender as memórias do pracinha especialmente naquilo que elas denunciavam como barbárie, incluindo abusos sexuais por parte do homens do exército brasileiro, mas observando os ambíguos movimentos de Rebuá entre a denúncia e o remorso. Não se trata de um julgamento histórico literário, mas de um debate que considera habilmente a complexidade inerente à História. Vale lembrar aqui, em um texto famoso sobre a História Vista de Baixo, Jim Sharpe exemplificou tal abordagem histórica argumentando que uma história da guerra narrada por um soldado raso seria muito mais rica do que quando narrada por generais. Thamires Lopes nos ajuda a materializar essa proposta somando a ela, ainda, as noções literárias que eventualmente escapam aos historiadores.

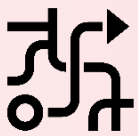
Ademais, um adendo que a nossa revista quer incluir aqui, a partir da oportunidade trazida por este bonito ensaio de graduação: as publicações que divulgam não apenas as pesquisas, mas também as fontes do Núcleo de Documentação Histórica do Curso de História da UFMS, como as mobilizadas por Thamires, precisam ser destacadas como contribuidoras do importante trabalho de arquivo que temos. O Núcleo de Documentação, coordenado pelo professor Vitor Wagner Neto de Oliveira, completou 40 anos de existência e tem avançado no que diz respeito a alimentar as pesquisas históricas da e sobre a região do leste do Mato Grosso do Sul, e mesmo noroeste paulista. O seu Acervo, fundos e coleções expressam a pluralidade de sujeitos e objetos que pululam por aqui para as pesquisas e salvaguardam memórias especialmente vinculadas aos homens e mulheres comuns, da classe trabalhadora, indígenas e camponeses, nas suas lutas e cotidianidades. Não obstante a escassez dos recursos destinados para investimento e manutenção do NDH, este é um espaço sustentado pelo trabalho persistente e engajado de seu coordenador, de docentes e estudantes que se voluntariam. Trata-se de um espaço que se pretende aberto e potente para muitas outras pesquisas que, como a de Thamires Lopes, olhem a História por debaixo, por dentro e pelas brechas. Fica, portanto, o convite aqui conclamado: visitem o site pelo link <https://ndh-cptl.ufms.br/> e, por ora, aproveitem também a leitura dos textos de nossa nova edição.

Mariana Esteves de Oliveira, Dolores Puga e editoras assistentes.

Dezembro de 2023



ARTIGOS
LIVRES



PRADO, Mário Lemos Flores do*

<https://orcid.org/0000-0002-4109-781X>

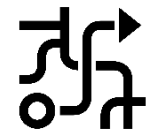
RESUMO: José Segundo Decoud foi um dos principais intelectuais paraguaios do fim do século XIX. Membro-chave da pequena elite política restante no país após a Guerra da Tríplice Aliança, seu controverso aporte foi fundamental para o funcionamento de grande parte dos governos do país entre os anos 1870 e 1900. O objetivo deste artigo é analisar dois de seus textos, “La Patria” e “El Patriotismo”, publicados em 1904 e 1905 respectivamente, à luz do contexto político e teórico da época, buscando compreender as afinidades teóricas de Decoud e as possíveis consequências práticas do ideário adotado pelo autor, além de tentar compreender o propósito da escrita dos textos. Lendo os trabalhos selecionados, percebemos que Decoud, inspirado no ideário liberal inglês em voga na época, defende uma ideia de liberdade e pátria como conceitos complementares, e que a liberdade (especificamente, a liberdade política) seria um precedente necessário para o surgimento do patriotismo. Este, por sua vez, seria um sentimento que não poderia realmente existir sob regimes autocráticos ou anárquicos. Os textos servem principalmente como aviso às gerações futuras de intelectuais e políticos paraguaios do porvir caso a instabilidade política então reinante persistisse.

PALAVRAS-CHAVE: Liberalismo; Paraguai; Nacionalismo.

ABSTRACT: José Segundo Decoud was one of Paraguay's main intellectuals of the end of the 19th century. A key member of the country's tiny remaining political elite after the Triple Alliance War; his contributions, while controversial, were fundamental for many of his country's governments between the 1870s and the 1900s. This article's purpose is to analyze two of his texts, “La Patria” and “El Patriotismo”, published in 1904 and 1905 respectively, with an eye to the political and theoretical contexts of their time, seeking to understand Decoud's theoretical affinities and possible practical consequences of the ideas adopted by the author. Reading the selected texts, we can see that Decoud, inspired by the popular English liberalism of his time, defends an idea of liberty and homeland as complementary concepts, and that liberty (specifically, political liberty) would be a necessary precedent for patriotism. This would be a sentiment that could not really exist under authoritarian or anarchical rule. The texts serve mainly as a warning to the future generations of Paraguayan politicians and intellectuals of the likely outcomes were the then-present political instability to persist.

KEYWORDS: Liberalism; Paraguay; Nationalism.

* Mestre em História Econômica pela Universidade de São Paulo, Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Campinas. Associado correspondente ao Comitê Paraguaio de Ciências Históricas (CPCH). E-mail: mariolfp1@gmail.com



INTRODUÇÃO

El patriotismo es la primera virtud del ciudadano. Es una religión cuyo culto es el amor a la patria, y, ante todo, de la libertad, porque solo bajo su augusta égida se desarrolla y florece.

José Segundo Decoud, 1905

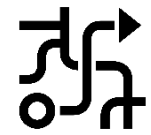
O objetivo deste artigo é promover a releitura de dois panfletos publicados por José Segundo Decoud, eminente intelectual paraguaio, entre 1904 e 1905, “La Patria” e “El Patriotismo” (doravante, LP e EP, respectivamente), segundo o método da escola de Cambridge da história do pensamento político. A versão que utilizamos destes textos é a pertencente a *Ensayos sobre cuestiones políticas y económicas*, compilação de artigos de José Segundo Decoud publicada em 2014 pela editorial Tiempo de Historia, de Assunção, e editada por Ricardo Scavone Yegros¹.

Os textos mencionados foram escolhidos em virtude do tema que compartilham, a ideia de pátria e patriotismo dentro de uma cosmovisão liberal do início do século XX, num contexto de revolução no Paraguai. EP e LP estão entre os últimos trabalhos teóricos que Decoud colocou em papel. Suas atenções se viam então voltadas principalmente à sua atuação como senador. Em 1909, infeliz por diversos motivos com a situação política do Paraguai, ele cometeu suicídio², sem terminar o livro do qual os dois textos seriam capítulos.

Decoud foi um dos principais intelectuais paraguaios do pós-Guerra da Tríplice Aliança e entender suas ideias é importante para compreender não somente a motivação por parte de decisões que este tomou em diversos governos paraguaios, como também para fornecer vislumbres do pensamento de toda uma geração; ele foi, como coloca Rivarola (1993), o primeiro paladino das “classes cultas” liberais paraguaias. Depois de Decoud vieram autores como Cecílio Baez, Juan O’Leary, Manuel Gondra, entre outros, cujas obras são conhecidas e discutidas com frequência hoje; as ideias de Decoud e companheiros seus, como Facundo Machaín ou Juansilvano Godoy, são, porém, raramente revisitadas.

¹“La Patria” também pode ser lido na *Revista do Instituto Paraguayo*, ano VI, n. 49, de 1904; “El Patriotismo”, por sua vez, foi reproduzido na *Tribuna de los Intereses del Paraguay*, ano I, n. 1, de março de 1905.

²Sua nota de suicídio para a esposa, expondo a motivação por trás do ato, pode ser lida no livro *Relações Brasil-Paraguai: afastamento, tensões e reaproximação (1889-1954)* de Francisco Doratioto, publicado em 2012.



Ao longo do artigo também discutiremos brevemente a carreira de Decoud, o contexto político no qual os textos foram escritos e a fundamentação teórica da qual partiu o autor para escrevê-los, antes de entrar nos textos propriamente ditos.

QUEM FOI JOSÉ SEGUNDO DECOUD?

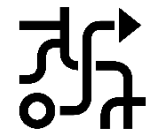
Segundo Decoud nasceu em Assunção, em 1848, e, em 1860, foi para a Argentina estudar, primeiro, em Concepción del Uruguay e depois em Buenos Aires. Em 1864, quando começou a Guerra da Tríplice Aliança, ele cursava Direito na Universidade de Buenos Aires. Abandonou os estudos para lutar ao lado da Legião Paraguaia, unidade composta primariamente de exilados paraguaios, formada para combater as forças leais a Solano López; depois, se integrou ao exército argentino.

Foi membro da assembleia constituinte que redigiu a liberal Constituição de 1870; ao longo da década de 1870 teve importante papel como jornalista³ e, nas décadas posteriores, como político. Membro fundador do partido Colorado, ministro de diversas pastas, juiz da Suprema Corte paraguaia, senador, mais de uma vez cotado à presidência (WARREN, 1985, p. 85-92), o impacto de Decoud em seu auge na política e na intelectualidade paraguaia foi tremendo.

Nos anos 1900, porém, Decoud já não mais possuía a relevância das décadas anteriores, tanto política quanto literária. Falhas na política econômica implementada por sua orientação (WARREN, 1985, p. 80), a derrota dos Colorados na Revolução de 1904, a ascensão de uma nova geração de intelectuais, todos contribuíram para sua queda. Passou os últimos anos da década de 1900 prejudicado por doenças (CALZADA, 1913, p. 61), antes de tirar sua própria vida. Ainda assim, os textos que analisaremos são desta última fase, na qual seu envolvimento com a política nacional era relativamente limitado, por mais que ele ainda ocupasse uma cadeira de senador da República (GAONA, 1906, p. 13).

Decoud, em termos ideológicos, era um liberal ferrenho. Passou sua juventude no exílio por causa de uma ditadura, contra esta pegou em armas, e, depois, como jornalista e escritor, muito trabalhou para delatar os abusos de autoridade que via. Mas o autor é um personagem contraditório: no fim da década de 1870, aliou-se a Bernardino Caballero, militar que logo tomou a presidência através de um golpe

³E polêmico — por seus ácidos editoriais, foi desafiado a duelos, pelo menos, duas vezes, segundo Aquino (1985).



(CALZADA, 1913, p. 51-52) e que pertencia a uma ala política oposta à que Decoud fizera parte na década anterior. Caballero foi o comandante paraguaio mais graduado a lutar até o fim da Guerra da Tríplice Aliança ao lado de López.

Na década de 1870, o autor, supostamente, se mostrou favorável a uma anexação do Paraguai pela Argentina em correspondências⁴. Essa posição lhe trouxe problemas na década de 1890, quando acusações de antipatriotismo foram lançadas contra sua pessoa no legislativo e judiciário⁵ (WARREN, 1985, p. 101-102), marcando-o negativamente perante a opinião pública.

Deste modo, as ideias de Decoud que buscamos destrinchar e conectar, liberdade e pátria, estão marcadas por contradições de sua vida política prévia.

CONTEXTO POLÍTICO E TEÓRICO

A política paraguaia, nas décadas após a Guerra da Tríplice Aliança, desenvolveu um caráter bipolar, coexistindo os partidos Liberal e Colorado, que até hoje são os principais do país. No período entre 1880 e 1900, a agenda de ambos era similar, a diferenciação entre eles devendo-se principalmente aos laços pessoalistas entre seus integrantes (WARREN, 1985, p. 55). Ainda assim, o ingresso de Decoud nas fileiras dos Colorados no fim da década de 1870⁶ pode ser considerado como oportunista, pois a maior parte dos liberais (ideológicos) do país se concentrava no outro partido (SOUZA, 2006, p. 205-208).

No início dos anos 1900, duas mudanças balançaram o *status quo*: uma má situação econômica, que perdurava desde 1890 devido à Crise de Baring, se agravou, em parte significativa pela política econômica falha do governo Ecurra (AQUINO, 1985, p. 204-206; WARREN, 1985, p. 123-124); além disso, as divisões internas entre os Colorados se aprofundaram, com uma facção liderada pelo general Juan Bautista Egusquiza crescendo e demandando maior participação no governo frente aos *caballeristas*⁷.

⁴A situação econômica e social do Paraguai ao longo de grande parte da década de 1870 fora catastrófica, cf. Prado (2022). Decoud buscava um alívio à mesma.

⁵A defesa de Decoud foi, segundo Aquino (1985), inepta, agravando o impacto destas acusações.

⁶O partido seria formalmente criado apenas em 1887.

⁷Facção liderada pelo general Bernardino Caballero.



Logo se produziu a Revolução Liberal de 1904. Esta derrubou o presidente Ecurra, colorado, alçando em seu lugar os liberais Gaona, e, depois de alguns meses, Báez. Enquanto o senado se manteve o mesmo (com Decoud possuindo uma cadeira nele), Decoud perdeu influência com o movimento. Não mais estava a facção *caballerista* dos Colorados, à qual pertencia, no poder, por mais que ele já não ocupasse posições ministeriais desde 1900 (WARREN, 1985, p. 56).

Em termos ideológicos, o Paraguai de 1904 era definitivamente mais plural do que aquele das primeiras décadas do pós-Guerra da Tríplice Aliança. Correntes revisionistas históricas já começavam a ser expostas por autores como Juan O'Leary (MAESTRI, 2018, p.12) e o liberalismo político não era mais unânime.

A sociedade paraguaia do início do XX era, por sua vez, uma na qual a participação popular na política estava em ascensão. A Revolução Liberal foi o primeiro movimento do pós-Guerra da Tríplice Aliança que contou com apoio popular autônomo, advindo de várias insatisfações do povo para com o governo Ecurra (GÓMEZ, 2019, p. 23-24). Isso trouxe consigo reflexos perceptíveis na produção intelectual dos anos seguintes. "La Patria" foi publicado alguns meses antes da Revolução⁸, e "El Patriotismo" depois dela.

Entendemos que os textos sob análise tratam indiretamente do Paraguai. Decoud em 1904 conservava importância reduzida frente à outrora no debate público paraguaio; parte importante dos textos que ele havia escrito nos anos anteriores foram recebidos negativamente. Por exemplo, um artigo seu de 1894 sobre a independência paraguaia havia sido pesadamente criticado por Manuel Gondra (GONDRA, 1942, p. 114-115), colocando em questão sua autoridade como historiador e intelectual devido a vários erros com datas e fatos presentes no texto. Outros de seus trabalhos também haviam sido recebidos de maneira similar⁹ (YEGROS, 2014, p. 11-12), e Decoud

⁸O número 49 da *Revista del Instituto Paraguayo*, em que o artigo saiu, foi publicado antes de começarem as hostilidades em agosto, conforme consta no número seguinte da publicação.

⁹Um episódio interessante está presente no jornal *El País* de 23 de novembro de 1903. Para este número, Decoud escreveu um texto especial saudando a Constituição de 1870, *Orígen de la Constitución Paraguaya*, no qual poderosa e longamente elogia o documento que, décadas antes, ajudara a elaborar. O texto seguinte no jornal é um breve trecho de *La Constitución Nacional* de Cecílio Báez, intelectual da nova geração, que diz o seguinte: "Nuestra Constitución es una reproducción de la argentina [...] puede decirse que nos venció en la guerra, y nos impuso sus leyes en la paz. Ello es signo inequívoco de nuestra relativa inferioridad en ilustración y cultura".



gradualmente deixou de participar na mídia de debates sobre questões pontuais como antes fazia.

Os textos sob análise, ainda que primariamente manifestos políticos de ordem conceitual, trazem consigo lições e anedotas para nações no geral, principalmente no sentido da indispensabilidade do liberalismo político para as mesmas. Enxergamos nos textos, deste modo, uma ideia de aconselhamento ao Paraguai futuro, e também um louvor às ideias por trás do Paraguai liberal que o autor havia ajudado a construir.

O arcabouço teórico de que Decoud parte para construir as ideias apresentadas no texto já estava consolidado no começo do século XIX. Enquanto ele usa primariamente historiadores de sua época como referências¹⁰, podemos atribuir muitos dos conceitos apresentados nos textos à autores como Locke e Smith, e vários de seus pensamentos a outros, como Stuart Mill.

Quando ele menciona filósofos ou políticos, geralmente são franceses, como Chateaubriand e Bignon, mas pensadores alemães e americanos também são representados, como os juristas Lieber, Joachim von Holtzendorff e Theodore Woolsey¹¹, e o cientista político John Burgess.

As referências citadas vão em linha com aquelas utilizadas por outros liberais paraguaios do mesmo período, como Báez ou Godoy¹². Como o primeiro destes colocaria:

Corresponde a los ingleses el honor del descubrimiento, y a los norteamericanos el honor del perfeccionamiento de las instituciones libres. El gobierno libre, ó sea, el régimen de la libertad organizada, es una creación anglo-sajona. [...] Los anglo-sajones, al través de sus porfiadas luchas por la libertad, crearon las instituciones que garanten los derechos individuales. Esto es lo que se llama la verdadera libertad. Vosotros podeis aprender su verdadera naturaleza en la obra de los maestros, especialmente en Grimke¹³ y Stuart Mill, que son sus más autorizados intérpretes (BÁEZ, 1903, p. 75)

O liberalismo na América do Sul como um todo geralmente se inspirou em autores europeus ou estadunidenses; raramente vimos a adaptação de ideias ou

¹⁰Deste grupo, são mencionados os franceses Fustel de Coulanges, Mignet, Haureau, o alemão Ernst Curtius e o inglês Thomas Macaulay.

¹¹O uso de autores como eles em tratados essencialmente políticos provavelmente deve-se em parte à formação do autor na área do direito.

¹²Algo perceptível quando lemos um de seus tratados filosóficos ou políticos, como "La Patria y el Patriotismo", presente na *Revista del Instituto Paraguayo*, n. 12, ano 2 de 1898.

¹³Supomos que se refira a Frederick Grimke, juiz e filósofo político americano de importância no XIX e que é mencionado por outros autores paraguaios como Decoud em seu "Orígen de la Constitución Paraguaya", presente na edição de 25 de novembro de 1903 do jornal *El País*.



instituições trazidas de fora para as realidades do continente. Vimos com certa frequência, porém, o conflito entre a tradição (fosse ela representada pelo autoritarismo oligárquico, pela própria autoridade colonial etc.) e o liberalismo¹⁴, como havia acontecido na Europa anteriormente.

A forma que o liberalismo acaba por tomar depois das independências nacionais em muitos dos países latino-americanos é uma cujo foco é a afirmação das liberdades totais dos aristocratas em seus domínios. Havia uma convivência que pode ser classificada como harmônica com a escravidão no Brasil, por exemplo, pois a égide do liberalismo não recaía sobre os escravos — essa era uma contradição que existira desde a criação do liberalismo moderno no final do século XVIII na Europa, já que vários dos principais expoentes da teoria não eram necessariamente abolicionistas.

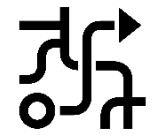
Enquanto o incipiente liberalismo paraguaio de meados do século XIX possuía um foco díspar em relação à grande parte dos demais, concentrando-se na contestação do domínio familiar imposto pelos López ao país, veremos que sua evolução, depois de findada a Guerra da Tríplice Aliança, acaba por tomar um rumo similar ao que se havia apresentado em grande parte dos liberalismos no resto do continente décadas antes, dado que a sua preocupação principal passa a ser a prosperidade da elite através da liberdade absoluta, sem consideração similar ao campesinato.

“LA PATRIA” E “EL PATRIOTISMO”

“La Patria” e “El Patriotismo” são textos curtos, o primeiro com nove páginas, o segundo com doze. O primeiro nos traz um eloquente discurso que trata da ideia de pátria, de sua formação e dos fatores necessários para a sua existência continuada, além de sua relação com o povo e a liberdade. Já em “El Patriotismo”, o autor discorre sobre a ideia de patriotismo, sua importância, a conexão com a ideia de cidadania e as condições necessárias para que o sentimento vigore na população de um país.

Embora ambos os textos não mencionem o Paraguai diretamente, fica claro durante as exposições de Decoud como LP e EP são avisos para a elite política paraguaia de perigos e noções dos quais eles teriam de estar conscientes nas

¹⁴Como pode-se dizer que aconteceu no Brasil Império, cf. Mattos (1987), ou no Paraguai dos López, cf. Maestri (2016).



décadas seguintes à formação nacional, parte de um “manual” maior no qual Decoud iria explicar a importância da liberdade (ou seja, do liberalismo) para seus leitores, ideia que nunca chegou a ser concluída.

Primeiramente, discutiremos o modo como foram construídos o discurso e os conceitos principais dos textos sob análise, para depois tratar do propósito e da relevância dos mesmos. Por mais que os textos sejam complementares, o tópico principal de ambos diverge, então a análise inicial deles será feita separadamente.

“LA PATRIA”

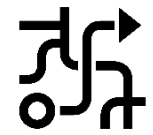
O conceito de pátria para Decoud inicialmente não difere muito do que se poderia encontrar num dicionário. Na abertura do texto ele afirma que “*El amor a la patria es un sentimiento instintivo en todos los pueblos. Sentimos un cariño natural e irresistible a la tierra donde nacimos, al hogar donde se meció nuestra cuna [...]*” (DECOUD, 2014d, p. 343). Depois, ele define o que considera como o “*concepto moderno*” de pátria e o que enxerga como as condições necessárias para a sua existência:

[...] abarca la nación con sus límites geográficos, formada en sus orígenes por nuestros padres que habitaron y cultivaron su suelo, que regaron con su sangre para defenderla de sus enemigos, que contribuyeron con sus esfuerzos y sacrificios comunes para crear una personalidad autónoma e independiente. Esta gran familia, este pueblo formado así por la ‘comunidad de ideas, de intereses, de afecciones, de recuerdos y de esperanzas’ es lo que constituye la patria¹⁵. Ella solo puede existir cuando hay una comunión de hombres libres unidos fraternalmente por propósitos e ideales comunes de fundar un hogar feliz, un refugio para la libertad y la justicia, un centro de cultura y civilización, un asilo bendito para las santas afecciones (DECOUD, 2014d, p. 344)

Podemos perceber, portanto, que além de ser o lugar geográfico onde nasce determinada pessoa, a ideia de pátria também abarca uma bagagem histórica. Vemos ademais que existem condicionais pesados para que um local seja uma pátria. Primeiro, porém, qual é a importância da pátria para Decoud?

Uma mera nação, ao invés de uma pátria, poder-se-ia constituir sem as condições estabelecidas por Decoud; especificamente, sem a bagagem histórica que liga um povo à sua terra e conseqüentemente sem um estímulo por parte do povo para a defesa e engrandecimento da pátria.

¹⁵ Um conceito que ele atribui ao historiador francês Fustel de Coulanges.



Somente as pátrias teriam a condição de sobreviver no cenário mundial no médio ou longo prazo, pois seria restrito a elas o poder de “*perseguir la idea de su desenvolvimiento progresivo y procurar su perfeccionamiento político, moral e intelectual para ocupar así dignamente un puesto en el concierto de las naciones civilizadas*” (DECOUD, 2014d, p. 351), algo que seria motivado pelo próprio sentimento de patriotismo e pertencimento dos cidadãos. Num parênteses, a ideia de civilização para o autor também é importante. Segundo Corbo (2012), na visão de Decoud, a evolução e a sorte de uma sociedade seriam decididas pela tensão entre civilização e barbárie; nas palavras do próprio Decoud em epístolas¹⁶, a liberdade seria fruto da educação, e somente os povos educados estariam prontos para “*el ejercicio augusto de la democracia*” (CORBO, 2012, p. 9). A conexão entre esta ideia e a visão de pátria para Decoud é profunda.

Estes postulados nos deixam com diversos questionamentos. Por exemplo, se o que nos foi dado por Decoud era o conceito “*moderno*” de pátria, quais seriam os critérios anteriores para a existência de uma pátria, ou elas não existiam antes do iluminismo (que trouxe consigo a ideia de liberdade utilizada por Decoud)?

Via Decoud no Paraguai uma pátria? Se sim, por que era ele tão insistente em vários de seus outros textos¹⁷ quanto à necessidade de uma imigração europeia em massa, dado que estes imigrantes não teriam nenhuma conexão histórica com o Paraguai?

A primeira pergunta tem uma resposta mais simples. Ao autor parece perfeitamente possível que nações da antiguidade ou da história moderna fossem livres conforme sua concepção de liberdade (por exemplo, Atenas democrática¹⁸), e a perda desta liberdade eventualmente acarretaria a estagnação e o decaimento de tais nações, assim como ele postula para os países de seu tempo.

Já a segunda tem uma possível resposta mais complexa e implicações mais profundas quanto às ideias de Decoud. Nas palavras dele, o amor à pátria é um

¹⁶Reproduzidas em Corbo (2012).

¹⁷Por exemplo, “*Colonización*” e “*Lo que debemos hacer*”, editoriais da década de 1870, e o importante trabalho “*Cuestiones políticas y económicas*”, que serviu de mote para muitas das decisões de política econômica e social dos governos dos anos de 1870 e 1880. Todos estes textos estão disponíveis na compilação *Ensayos sobre cuestiones políticas y económicas* de Ricardo Scavone Yegros de textos de Decoud, publicada em 2014.

¹⁸Independente do quanto da população da cidade-estado usufruía de tal liberdade.

sentimento instintivo para todos os povos; existindo esse sentimento, deveria existir uma pátria nas terras paraguaias.

Ainda assim, Decoud em seus textos repetidamente critica o povo paraguaio, o campesinato especificamente, considerando-o indolente e ignorante, incapaz de melhorar as suas condições de vida por conta própria¹⁹, e é essa a justificativa para a campanha que o autor monta em prol da imigração europeia; os imigrantes, para ele, contariam com a indústria que faltava ao povo paraguaio (PRADO, 2022, p. 172).

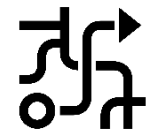
Por mais que vigorasse no território paraguaio uma Constituição de origem liberal, com várias provisões para eleições livres, liberdade de imprensa e propriedade, enfim, não existia democracia no Paraguai. Seu povo no olhar de Decoud não formava uma comunidade de homens livres ou um refúgio para a liberdade e a justiça etc. Conforme ele coloca naquele que é quiçá seu texto mais importante, “Cuestiones políticas y económicas”, da década de 1870:

[...] entre nosotros no se manifiesta ningún síntoma de adelanto o mejora.
[...] No se ha fundado una sola escuela en la campaña, ni ningún instituto de educación, excepto el colegio que hoy se proyecta fundar en la ciudad para educar apenas cincuenta niños gratuitamente. En cambio, hay cerca de cien mil niños en la República que vegetan en espantosa ignorancia. [...]
Nuestro pueblo es tradicionalmente indolente por más que se diga lo contrario. Los hombres de la campaña son muy poco afectos al trabajo y prefieren en su mayor parte la vida haragana o vagabunda; son las mujeres las que se entregan regularmente a las faenas agrícolas, mientras que el hombre duerme tranquilamente la siesta.
Esta indolencia natural es característica de nuestra raza desde los tiempos más remotos (DECOUD, 2014a, p. 262-263)

No mesmo texto, ele se preocupa em mostrar as vantagens que enxerga na imigração europeia, afirmando o seguinte:

El colono, al radicarse en un país, no se contenta tan solo con vivir; quiere asegurar su porvenir y el de sus hijos. [...] El Paraguay, que carece de artesanos, mecánicos, agricultores, ingenieros [...] debe procurar por todos los medios posibles la afluencia de la inmigración, combatiendo esas preocupaciones absurdas contra el extranjero propaladas por los tiranos de este país. Así, la falta de hombres podrá ser suplida perfectamente por aquellos, para mejorar nuestro estado intelectual y moral, cuya condición hoy no puede ser más deplorable (DECOUD, 2014a, p. 271-274)

¹⁹Algo que é o grande diferencial de países onde se tem o patriotismo para Decoud, a capacidade de obter a melhoria contínua através da busca pelo próprio bem-estar por parte dos cidadãos, que acaba por se confundir com os interesses da nação.



Com os trechos expostos²⁰ e a exposição conceitual anterior em mente, a visão de Decoud para o Paraguai é aparentemente de ceticismo quanto à sua capacidade de alcançar o status de pátria sem o aporte estrangeiro. O Paraguai em 1904 não era um país livre, conforme a ideia de Decoud. O povo tinha pouquíssima participação política; as primeiras eleições que contaram com mais de um candidato à presidência se deram na década de 1920 (BAREIRO; SOTO, 2006, p. 744), mais de 50 anos após a promulgação da Constituição de 1870, e mesmo estas tinham um vencedor claro antes mesmo do início do pleito.

Para cimentar esta noção, porém, discutiremos como o autor vê o surgimento de uma pátria, e o aporte do povo na manutenção desta.

Para ter-se uma pátria e também para consolidar a “*unidad y grandeza*” desta, seriam necessários um povo e um governo livres, como Decoud (2014d, p. 346) categoricamente afirma²¹. Por sua vez, governos despóticos seriam incapazes de trazer nada mais do que desgraças e calamidades capazes de derrubar nações.

A justificativa para essa ideia da liberdade política como um *sine qua non* para a existência da pátria deriva de uma visão do patriotismo como um sentimento que pode surgir apenas em ambientes de liberdade²²; e por sua vez o patriotismo seria o responsável por fomentar nos cidadãos a vontade de lutar pelo desenvolvimento moral e econômico da pátria. Ademais, a gratidão das gerações atuais pelos sacrifícios das gerações anteriores em nome da liberdade as inspiraria para que estas buscassem ampliar “*tan rico legado para ser transmitido a su vez a las generaciones sucesivas*” (DECOUD, 2014d, p. 350), em um ciclo virtuoso que traria, além do desenvolvimento econômico, o progresso moral, que por sua vez tornaria mais profunda a liberdade das sociedades (DECOUD, 2014d, p. 345).

Coexiste com tal ciclo virtuoso uma conexão entre liberdade e pátria através do ideal cristão destes conceitos. Nas palavras do autor: “*El cristianismo ha enarbolado bien alto la bandera del progreso y de la libertad. ‘Sed perfectos, dice Jesús, como mi padre que está en el cielo’. He aquí la idea del progreso. ‘Conoceréis*

²⁰A despeito da distância temporal entre a publicação dos textos em discussão e “*Cuestiones*”, podemos assumir a coerência intelectual entre eles, dado que outros textos mais recentes do autor expressam opiniões similares, como “*La Educación*”, de 1900.

²¹No texto, Decoud usa como referências para basear esta afirmação o historiador francês Mignet e o jurista teuto-americano Lieber.

²²A razão por trás disso foi apresentada em *El Patriotismo*, que discutiremos em seguida.



la verdad, y la verdad os hará libres'. He aquí la idea de la libertad" (DECOUD, 2014d, p. 345).

Como é costumeiro em grande parte dos textos de Decoud, o recurso à exemplificação histórica é pesadamente utilizado. A sustentação dos argumentos dos últimos parágrafos se dá primariamente por referências históricas e não necessariamente por lógica. Em LP, o recurso é utilizado principalmente para remeter a nações antigas que não seguiram os postulados de Decoud e assim desapareceram ou simplesmente não conseguiram acompanhar o desenvolvimento de seus vizinhos.

Nessa linha, o autor discute a história do Império Bizantino, no evento da queda de Constantinopla em 1453, de Atenas democrática²³ e da Polônia, em 1904 ainda dividida entre a Rússia, a Alemanha e a Áustria; faz também uma breve referência aos romanos²⁴.

Sobre a Polônia, especificamente, Decoud afirma:

Polonia debe su desmembración a la anarquía de sus gobiernos, a la opresión ejercida por estos sobre el pueblo, a las persecuciones religiosas y a sus disensiones intestinas que la debilitaron a tal punto dejándola exánime e impotente para rechazar la conquista extranjera.
Es un triste ejemplo para los demás pueblos y una severa advertencia a los ciudadanos de una república, que demuestra a qué **desastrosas consecuencias se exponen los que olvidan los grandes deberes cívicos y posponen los altos intereses públicos a las mezquinas pasiones, a las ambiciones protervas y a las miserables rencillas** (DECOUD, 2014d, p. 346, destaque nosso)

O trecho destacado é uma mensagem praticamente direta sobre o que o autor via como o futuro do Paraguai caso persistissem os golpes de Estado e revoluções tão presentes nas primeiras décadas do pós-Guerra da Tríplice Aliança.

Como o argumento relativo aos bizantinos é também central ao texto, nos debruçaremos de modo mais extenso sobre ele.

Decoud afirma que nada seria tão detestável quanto nações que, esquecendo-se dos seus objetivos primários como segurança e progresso, caíssem em disputas "*bizantinas*" (DECOUD, 2014d, p. 347) e se preocupassem mais com

²³Cuja "grandeza" dever-se-ia atribuir à existência de homens capazes de demonstrar claramente aos cidadãos a missão e o objetivo que deveriam perseguir, no momento correto, para o autor.

²⁴Ele associa as épocas problemáticas do Império Romano, quando a guarda pretoriana derrubava e criava imperadores conforme sua vontade, aos governos militares de países latinoamericanos de sua época.



questões de ordem secundária ou pequenas disputas de poder. Depois então diz o seguinte: “*al meditar seriamente sobre un estado de cosas semejante*²⁵, *la imaginación nos transporta a contemplar aquella melancólica exhibición que ofrecía Bizancio, en el último término de su decadencia*” (DECOUD, 2014d, p. 347-348).

Após narrar o fim do cerco de Constantinopla e a queda da cidade, quando a população teria assistido apática aos eventos, mais preocupada com questões religiosas internas do que com a defesa das muralhas, o autor afirma que consegue enxergar em países de sua época sinais de decadência similares aos apresentados pelo Império Bizantino em seus anos finais. Especificamente, essa similaridade viria de governos despóticos que pela violência teriam acabado com as liberdades públicas e uma ausência de bom senso dentre as elites, consolidando uma ordem impossível de se sustentar. O mais grave seria, porém, quando “*la juventud intelectual se prostituye servilmente al cesarismo*” (DECOUD, 2014d, p. 348).

Anteriormente foi mencionado que correntes revisionistas históricas haviam começado a se espalhar nos debates paraguaios. Especificamente, os regimes de Carlos Antonio López e Francisco Solano López passaram a partir da década de 1890 a ser reabilitados por jovens intelectuais como Juan O’Leary e Blas Garay (MAESTRI, 2018, p. 10-12). Na visão destes, a Guerra da Tríplice Aliança teria sido uma grande luta pela continuação da independência liderada pelo *Mariscal*, e aqueles que haviam marchado ao lado dos exércitos aliados (como Decoud) seriam traidores²⁶. Por mais que Decoud não tenha participado deste debate de forma tão marcante quanto Cecilio Báez e outros, ele o afetava diretamente, e a frase mencionada no parágrafo anterior é de índole clara.

Temos no fim do texto uma nota de rodapé que discute questões de política econômica relevantes na virada do século. Nesta, o autor elogia a maneira como era conduzida a política monetária argentina, que ia contra “*el funesto sistema de las emisiones del papel moneda*”. Em 1903, ano anterior à escrita do texto, o governo paraguaio havia de uma vez só mais do que duplicado o suprimento de papel-moeda da economia para se financiar (PRADO, 2022, p. 125).

²⁵Aqui temos novamente uma pista de que Decoud está pensando no Paraguai e na sucessão melancólica de governos que brevemente tomaram o poder depois de 1870.

²⁶*El Porvenir*, Assunção, cerca de 20 de abril de 1902; *El Porvenir*, 14 de dezembro de 1902.

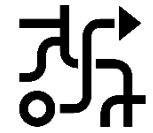
**“EL PATRIOTISMO”**

EP é um texto mais direto do que LP, por mais que tenha doze páginas frente às nove do outro texto. É também um texto com uma linguagem mais poética do que o anterior, algo que dificulta definir os conceitos empregados pelo autor. Ao longo do texto, o objetivo de Decoud é construir uma visão da liberdade política como indispensável para o desenvolvimento das nações, algo determinado pelo conceito fundamental do texto — o patriotismo.

Este seria definido como o amor à pátria, que seria desenvolvido com o auxílio das leis, por meio do exercício dos direitos do cidadão e, quando verdadeiro, se confundiria com o interesse pessoal. Seria o patriotismo o sustentáculo das instituições livres e a garantia da independência nacional. Conforme a visão presente em LP, este somente poderia florescer em ambientes de liberdade. Em EP, o argumento é expandido, defendendo Decoud a existência de uma correlação entre as instituições inclusivas e o patriotismo: *“es una verdad incontestable que los pueblos aman tanto más a su patria y más celosos y entusiastas se muestran por su defensa cuanto mayores son las seguridades y garantías de que gozan en el ejercicio tranquilo de sus derechos”* (DECOUD, 2014c, p. 353-354).

Um ponto sofisticado, que remete à leitura que autores como Douglass North e Daron Acemoglu fizeram, a partir da segunda metade do século XX, da correlação entre instituições inclusivas e o desenvolvimento econômico das nações (ACEMOGLU; ROBINSON, 2006; NORTH, 1990). Além deste argumento, Decoud afirma que sociedades democráticas incumbem os cidadãos de discutir, estudar e trabalhar pelo *“triunfo de las buenas ideas y de los problemas de cuya solución depende el porvenir de la república”*. Nisso, ele renova sua ideia de um ciclo virtuoso de patriotismo, liberdade e desenvolvimento nacional. Em contrapartida, sob regimes despóticos as pessoas não se preocupariam com estas questões, sendo o déspota o único capaz de decidir o destino do povo.

Decoud é categórico em sua insistência de que o desenvolvimento continuado das nações é completamente dependente no aporte dos cidadãos comuns à política, às leis e à economia. Novamente, a fundamentação deste argumento se dá com base em exemplos da história. A República Romana, Atenas do tempo de Demóstenes, a Espanha durante a restauração dos Bourbon e a França de Napoleão III são todas



referências utilizadas como avisos das duras conseqüências do desaparecimento do patriotismo.

Outra questão frequente nos textos de Decoud, e que aqui torna a aparecer, é a dos *pater patriae*, e quais figuras históricas seriam merecedoras deste título no Paraguai. Num artigo de 1894, “Recuerdos históricos - Homenaje a los Próceres de la Independencia Paraguaya”, o autor havia defendido que Hernando Arias de Saavedra²⁷ e Domingo Martínez de Irala²⁸ deveriam ser considerados como tal (DECOUD, 2014b, 307-308). Já nos textos sob análise, Decoud se refere primeiro indiretamente à questão em LP, mencionando o sacrifício daqueles que deram suas vidas pela liberdade em épocas “*vergonzosas de claudicación*” (DECOUD, 2014d, p. 350) como dignos de veneração; depois, em EP, usando o exemplo de Cícero em sua conduta contra o revoltoso Catilina, define o primeiro como pai da pátria, por ter salvado a liberdade da República Romana.

Consideramos que o ponto é de particular importância para o autor e um reflexo profundo de sua cosmovisão. Olhando para a história da atuação de Decoud na política paraguaia, temos marcantes fatos como ele haver lutado contra o regime de Solano López e auxiliado na criação e implementação da Constituição de 1870, marcadamente liberal; ao longo das décadas seguintes, se esforçou para que a política econômica paraguaia seguisse os princípios do liberalismo então vigentes e atuou em prol do liberalismo político na mídia e como membro do gabinete de diversos presidentes.

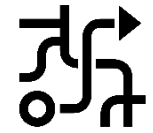
Em troca, grande parte da mídia e da sociedade civil paraguaias dos anos 1900 consideravam-no um traidor. Isso certamente gerou consternação para o intelectual paraguaio; em sua visão, ele havia trazido a liberdade à sua pátria, como fizera Cícero milênios antes²⁹. Não deveria assim ser considerado um *pater patriae*³⁰?

²⁷Governador do Rio da Prata duas vezes entre o fim do século XVI e início do XVII, governador do Paraguai na década de 1610, primeiro nascido na América a exercer o cargo de governador colonial.

²⁸Capitão geral do Rio da Prata três vezes por volta da metade do século XVI, conquistador; foi por ordem dele que foi feito o movimento do abandono de Buenos Aires por Assunção.

²⁹Numa nota de rodapé de EP, Decoud discute como San Martín, Bolívar, entre vários outros, foram considerados traidores por haver colaborado com a causa da independência americana, mas que depois foram reabilitados pela história como heróis da liberdade. A nota está ligada a um trecho do texto onde ele afirma que é típico dos déspotas qualificar aqueles que lutam pela liberdade como traidores.

³⁰Uma visão que sabemos que o autor teve, pois ele a expressou em sua nota de suicídio.



Nas últimas páginas do texto, Decoud discute como, além da participação na coisa pública, todo cidadão deveria ocupar-se com o trabalho. Essa é uma preocupação de longa data para o autor, apresentada em vários de seus textos, como por exemplo “Cuestiones políticas y económicas” e “El Trabajo”, da década de 1870. No primeiro destes o autor inclusive defende que o Estado deveria impor o trabalho compulsório sobre a população hábil mas inativa, demonstrando primeiro a supremacia da liberdade política frente à econômica para ele, e também quão restrita era sua visão da aplicabilidade da liberdade e da cidadania. Este último ponto é uma crítica comum ao liberalismo paraguaio e à Constituição de 1870, segundo Souza (2006).

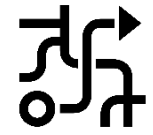
Em EP, ele louva o trabalho como uma virtude necessária e complementar ao patriotismo: *“solo el trabajo emancipa y dignifica, elevando al hombre a la categoría de un verdadero ciudadano. En cambio, los parásitos de una sociedad son una calamidad pública y una rémora para su adelanto”* (DECOUD, 2014c, p. 362). A atuação na política e nos debates públicos em prol de ideias seriam apenas parte dos reflexos do patriotismo; outra parte seria a participação na economia nacional, algo que por sua vez seria um garantidor das liberdades individuais, o que vai em linha com o pensamento dos autores pós-ricardianos em voga na época, como Stuart Mill.

Também no final do texto temos uma distinção entre a sua concepção de patriotismo frente ao nacionalismo competitivo exacerbado que começara a surgir na Europa nas últimas décadas do século XIX (ZIMMER, 2003, p. 35-38), uma ideologia que ele deplorava. Para ele, eventualmente o desrespeito às nações vizinhas levaria uma pátria ao isolacionismo econômico³¹ e ideológico, capaz de culminar em sua morte *“moral y económica”* (DECOUD, 2014c, p. 364).

PROPÓSITO E IMPACTO

Nos textos lidos, Decoud age como um professor de sua época, expondo doutrinas que soam como dogmas bem estabelecidos; adota uma visão de história cíclica, em que o sentimento nacional tem flutuações capazes de alterar o destino de pátrias de maneira drástica por conta própria. Ele deposita praticamente toda a responsabilidade do porvir das nações nos ombros dos cidadãos, cuja desatenção

³¹Algo que remete ao impactante isolacionismo econômico do Paraguai de Francia nas décadas após a independência.



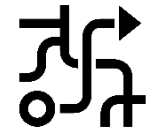
poderia abrir o caminho para a anarquia ou o despotismo, regimes que por sua vez seriam incapazes de competir com pátrias republicanas.

Partindo dessa lógica, ele postulava que se seu ideal de pátria fosse ignorado pelas gerações seguintes, o destino nacional (e aqui, podemos pensar no Paraguai) seria a decadência e, caso esta persistisse (não fosse impedida pelo ressurgimento do espírito da cidadania), a extinção nacional. Percebe-se que o objetivo do autor é deixar recados para os políticos e intelectuais paraguaios, tanto aqueles que estavam no poder em 1904 e 1905, quanto os futuros.

É notável, mas não excepcional, a inspiração estrangeira para a maior parte dos conceitos e formulações presentes nos textos analisados. Decoud e os outros exilados que haviam retornado ao Paraguai após a Guerra da Tríplice Aliança forjaram a nova ordem do país a partir dessas mesmas ideias, e elas predominaram na intelectualidade paraguaia até os anos 1930. A adoção de um ideário liberal predominantemente inglês na formulação das instituições formais nacionais foi algo que também pôde ser visto em outros países da América Latina ao longo do século XIX (PRADO, 2022, p. 127-128), geralmente resultando em instabilidade política de ordem similar à presente no Paraguai enquanto permaneceu a Constituição de 1870.

O fato dos argumentos de Decoud se basearem primariamente na exemplificação histórica e não em construções lógicas empobrece LP e EP. Talvez como consequência da visão dogmática que o autor tinha em relação à maior parte dos conceitos empregados, acabamos por ter textos cuja fundamentação são exemplos escolhidos a dedo da história de países que respeitam a causalidade estabelecida por Decoud.

Vemos também nos textos uma negação do legado de Francia e dos López como fundadores do Paraguai, e a queda destes como o real momento de formação do Paraguai como pátria. Teria sido somente neste momento que o país teria adquirido a liberdade e assim a ideia de cidadania, algo que por sua vez traria consigo a possibilidade de que seu povo se desenvolvesse moral e politicamente de forma autônoma. Decoud estava se inserindo de forma indireta num debate que o havia superado (GÓMEZ, 2017, p. 64-66; MAESTRI, 2018, p. 10-16). A superação de Decoud não foi somente produto do tempo, ou da perda de influência de seus aliados antigos, os generais Escobar e Caballero. Embora o poder destes já houvesse decaído muito frente ao seu auge da década de 1880, eles ainda conseguiram, em



1902, colocar seu candidato na presidência através de um golpe de Estado (WARREN, 1985, p. 114-115), e a queda de Decoud já vinha se desenrolando desde alguns anos antes disso.

O autor perdeu importância principalmente graças à ascensão da nova geração de intelectuais paraguaios, esperançosos e relativamente inconsequentes. Esta geração era composta de autores que, diferente dele, não haviam por mais de três décadas ido frequentemente a público com suas ideias quanto ao desenvolvimento nacional e se exposto às ácidas críticas da mídia paraguaia.

O sentimento que ecoa nos últimos textos de Decoud é o de frustração, a frustração de um autor que havia dedicado décadas de sua vida ao serviço público e que não havia recebido o que queria em troca; não conseguira a presidência da nação, a despeito de várias vezes manifestar seu interesse no cargo; não contava com o respeito dos novos, devido ao estigma de traidor que o perseguia, nem dos velhos, com grande parte dos quais havia no passado tido pesadas desavenças. Podemos lembrar, por exemplo, de seu antigo rival Juansilvano Godoy, que em uma publicação de 1906, *Alberdi por el señor Olleros*, se referiu a Decoud como “*anexionista*”, “*fantasmón en decadencia*” e “*malo paraguayo*” (GODOY, 1906, p. 143-156).

As linhas que discutimos nas seções anteriores são algumas das últimas de nota do autor e constituem uma recusa a continuar a participar de debates dominados por seus adversários. A despeito disso, ele encerra “El Patriotismo” com uma convocação à juventude:

Ya es tiempo que la juventud reaccione valientemente y sacuda el polvo de la apatía en que vive, tal vez sin ideales, y siga la ruta demarcada, si no quiere exponer los destinos da patria a rumbos dudosos e inciertos. Que no abandone la labor que le está indicada por el deber y la dignidad; porque pensar, reflexionar, estudiar los grandes principios y doctrinas políticas que aseguran la felicidad de los estados y evitan su decadencia es el único medio de conquistar una patria grande y gloriosa.

El patriotismo esclarecido guiado por la honestidad de propósitos, por la ciencia y la razón es tan necesario para la existencia de un pueblo, como el aire que respiramos, como la luz que disipa las tinieblas de la noche (DECOUD, 2014c, p. 365)

Enquanto os trabalhos que aqui estudamos são algo limitados no grau de inovação que contém, eles definitivamente eram pertinentes para o Paraguai do início do século XX. Os muitos avisos de Decoud contra bizantinismos e quebras para com a legalidade democrática foram, porém, ignorados: as primeiras décadas do Partido



Liberal no governo, que se iniciaram em 1904, seriam quiçá mais instáveis do que a notoriamente problemática década de 1870, por exemplo. Não foi o despotismo, então, que tornou a assolar seu país no período após sua morte, e sim a anarquia.

“La Patria” e “El Patriotismo” não tiveram muito impacto. Mal são mencionados por Rafael Calzada em sua biografia de Decoud; O’Leary afirmou que os últimos trabalhos do outrora renomado estadista foram uma “*obra maestra de huera charlatanería*” (YEGROS, 2014, p. 11), alguns anos após sua publicação. Não foram encontrados textos posteriores que os citaram como inspiração, por mais que os conceitos utilizados fossem comuns ao liberalismo que vigorava no Paraguai.

Sobre o liberalismo paraguaio do início do século XX, com base nas nossas leituras não só de Decoud, mas também de Báez, Godoy e outros, é perceptível que ele era muito próximo do liberalismo bonaerense³² em termos conceituais e teóricos, mas que seu foco repousava em questões que eram de maior importância ao Paraguai, como a ocupação do campesinato nacional e a necessidade ou não da atuação estatal no interior do país.

No âmbito do liberalismo paraguaio, os textos discutidos neste trabalho contribuem principalmente ao abordar a questão da importância da nação e do patriotismo para a riqueza geral, algo que deveria conscientemente estar presente nas tomadas de decisão da elite e que geralmente não era abordado por seus pares. Estes viam a questão de um ponto de vista smithiano, ou simplesmente não a abordam em seus textos. Temos também o ponto do trabalho, que para Decoud deveria ser imposto ao campesinato, e, no governo do Partido Liberal³³, foi, conforme defende Rivarola (1993).

De resto, a visão de Decoud caminhava no geral em linha com o que expunham seus pares, inclusive a de certo modo tácita reserva da liberdade política à elite, algo que por sua vez se refletiu na ausência de eleições livres no Paraguai da primeira metade do século XX.

³²Algo que parte da maior influência cultural e legal argentina sobre o Paraguai. Muito da Constituição de 1870 foi tomado da Argentina de 1853, e o Código Civil paraguaio era uma cópia exata do argentino. O liberalismo argentino de fins do século XIX é discutido de modo extenso em obras como Laguado (2001) ou Donghi (1988).

³³Que, fora breves intervalos, durou de 1904 a 1936.



CONCLUSÃO

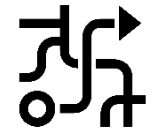
A análise de “La Patria” e de “El Patriotismo” não é particularmente frutífera num sentido tradicional, dado que os textos não podem ser vistos como degraus para a construção do pensamento político do país. A influência de ambos para as gerações posteriores foi aparentemente deveras limitada. Decoud havia, quando da publicação dos textos, perdido muito de seu prestígio de outrora; a nova geração de intelectuais paraguaios como Manuel Gondra e Cecílio Báez ofuscou-o.

Ao mesmo tempo, Decoud ainda era uma figura política importante, e um dos maiores liberais paraguaios da história. Entender o pensamento dele por si só é entender parte importante do que configurava toda uma escola de pensamento. As noções que podemos captar de LP e EP são de certo modo as mesmas que figuravam por trás da criação de uma gama significativa de políticas públicas nas décadas anteriores.

Inspirados no ideário liberal inglês em voga no início do século XX, é central para ambos os textos a ideia da liberdade política (manifesta, na época do autor, na democracia) como pré-requisito para a existência de uma pátria. A pátria por sua vez se caracterizaria pela existência do patriotismo entre seus cidadãos, um sentimento de gratidão histórica, que os motivaria a agir em prol dos interesses da pátria de modo inconsciente, tanto no âmbito econômico quanto no político. A perda da liberdade política acarretaria um processo de declínio moral e econômico nacional; nações sob regimes despóticos ou anárquicos seriam incapazes de competir no médio ou longo prazo com nações democráticas, pois não teriam o impulso conferido pelo patriotismo, exclusivo às primeiras.

Como fundamento aos argumentos apresentados, Decoud recorre primariamente à exemplificação histórica: o país X, após inúmeros sacrifícios, obteve a liberdade e entrou num período de prosperidade sem precedentes; o país Y, cedendo a bizantinismos, caiu nas trevas do despotismo e logo teve grande declínio econômico.

É perceptível que os textos são recados às novas gerações de intelectuais e políticos paraguaios. Decoud vê uma nova crescente de golpes de Estado e conflitos armados entre blocos rivais de poder em seu país e estes textos são seu aporte frente à situação. Neles, ele fornece sua visão pessimista quanto ao porvir do país caso a instabilidade política continuasse. A história de certo modo o provou correto, dado que



as décadas de 1910 e 1920 foram palco de um severo agravamento na violência faccional no Paraguai, o qual acarretou lentidão econômica e um processo de emigração generalizado.

REFERÊNCIAS

ACEMOGLU, Daron; ROBINSON, James. Economic Backwardness in Political Perspective. In: *American Political Science Review*, v. 100, n. 1, Cambridge University Press, 2006, p. 115-131.

AQUINO, Ricardo. *La segunda república paraguaya: 1869-1906: política, economía y sociedad*. Assunção: Arte Nuevo, 1985.

BÁEZ, Cecílio. *La tiranía en el Paraguay: sus causas, caracteres y resultados*. Assunção: El País, 1903.

BAREIRO, Line; SOTO, Lilian. Regulación jurídica de los partidos políticos en Paraguay. In: ZOVATTO, Daniel (coord.). *Regulación jurídica de los partidos políticos en América Latina*. Cidade do México: Idea, 2006, p. 739-766.

CALZADA, Rafael. *Rasgos biográficos de José Segundo Decoud*. Buenos Aires: [s. n.], 1913.

CORBO, Tomás. Los prenovocentistas. Juan Silvano Godoy y José Segundo Decoud: discursos históricos en el Paraguay posbélico. In: *IV Jornada de Avances de Investigación en Historia Argentina: Fuentes, Métodos y Problemas*, 2012, Rosário, p. 1-20.

DECOUD, José. *Ensayos sobre cuestiones políticas y económicas*. Assunção: Tiempo de Historia, 2014.

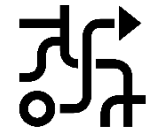
DECOUD, José. Cuestiones políticas y económicas. In: DECOUD, José. *Ensayos sobre cuestiones políticas y económicas*. Assunção: Tiempo de Historia, 2014a, p. 261-284.

DECOUD, José. Recuerdos históricos - Homenaje a los Próceres de la Independencia Paraguaya. In: DECOUD, José. *Ensayos sobre cuestiones políticas y económicas*. Assunção: Tiempo de Historia, 2014b, p. 307-316.

DECOUD, José. El patriotismo. In: DECOUD, José. *Ensayos sobre cuestiones políticas y económicas*. Assunção: Tiempo de Historia, 2014c, p. 353-365.

DECOUD, José. La Patria. In: DECOUD, José. *Ensayos sobre cuestiones políticas y económicas*. Assunção: Tiempo de Historia, 2014d, p. 343-352.

DECOUD, José. La Educación. In: DECOUD, José. *Ensayos sobre cuestiones políticas y económicas*. Assunção: Tiempo de Historia, 2014e, p. 317-325.



DONGHI, Tulio. Argentina: liberalism in a country born liberal. In: LOVE, Joseph; JACOBSEN, Nils (eds.). *Guiding the Invisible Hand: Economic Liberalism and the State in Latin American History*. Nova Iorque: Praeger, 1988, p. 99-116.

DORATIOTO, Francisco. *Relações Brasil-Paraguai: afastamento, tensões e reaproximação (1889-1954)*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012.

GAONA, Juan. *Colección de datos referentes a su arbitraria destitución de la presidencia de la República*. Assunção: El Diario, 1906.

GODOY, Juansilvano. *Alberdi por el señor Olleros*. Assunção: H. Kraus, 1906.

GÓMEZ, Bárbara. Los inicios de la conflictividad política: la revolución de 1904. In: *Novapolis*, n. 15, 2019, p. 11-34.

GÓMEZ, Bárbara. La figura del Dr. Francia en la historiografía paraguaya posbélica: la batalla por los héroes. In: *Temporalidades*, v. 9, n. 1, 2017, p. 56-80.

GONDRA, Manuel. *Hombres y letrados de América*. Assunção: Guaranía, 1942.

LAGUADO, Arturo. El pensamiento liberal en la construcción del estado nacional argentino. In: *Revista Colombiana de Sociología*, v. 6, n. 2, 2001, p. 39-66.

MAESTRI, Mário. Entre Cila e Caribdes. Hegemonia aliancista e revisionismo lopista - A Luta pela Memória. In: *Estudios Históricos*, n. 20, 2018, p. 1-16.

MAESTRI, Mário. *Paraguay: la República Campesina 1810-1865*. Assunção: Intercontinental, 2016.

MATTOS, Ilmar. *O Tempo Saquarema*. São Paulo: Hucitec, 1987.

NORTH, Douglass. *Institutions, Institutional Change and Economic Performance*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

PRADO, Mário. *O processo de recuperação econômica do Paraguai após a Guerra da Tríplice Aliança (1870-1890)*. Dissertação (Mestrado em História Econômica) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

RIVAROLA, Milda. *Obreros, utopías & revoluciones: la formación de las clases trabajadoras en el Paraguay liberal (1870-1931)*. Assunção: Centro de Documentación y Estudios, 1993.

SOUZA, José. *O Estado e a sociedade no Paraguai durante o governo do partido liberal. (1904-1935)*. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2006.

WARREN, Harris. *Rebirth of the Paraguayan Republic: the First Colorado Era, 1878-1904*. Pittsburgh: Pittsburgh University Press, 1985.



YEGROS, Ricardo. Introducción. In: DECOUD, José. *Ensayos sobre cuestiones políticas y económicas*. Assunção: Tiempo de Historia, 2014, p. 11-20.

ZIMMER, Oliver. *Nationalism in Europe, 1890-1940*. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2003.

FONTES

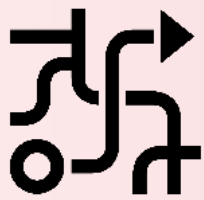
El País, Assunção, 1903 - Disponível em <https://calisphere.org/collections/8590/>. Coleção Juan Silvano Godoi da Universidade da Califórnia de Riverside.

El Porvenir, Assunção, 1902. Hemeroteca da Biblioteca Nacional del Paraguay.
Revista del Instituto Paraguayo, Assunção, 1898-1905. Museo Histórico Nacional.

Tribuna de los intereses del Paraguay, Assunção, 1905 - Disponível em https://books.google.com.br/books/about/Tribuna_de_los_intereses_del_Paraguay.html?id=wBcXAQAAMAAJ&redir_esc=y. Universidade de Indiana.

Recebido em 27/04/2023

Aprovado em 12/12/2023



O “SOCO DA MÃO INVISÍVEL”: A VIOLÊNCIA DISCURSIVA E O REACIONARISMO
CONTRA A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA PROMOVIDA POR *THINK TANKS*
ANARCOCAPITALISTAS (2010-2020)

THE “PUNCH OF THE INVISIBLE HAND”: DISCURSIVE VIOLENCE AND
REACTIONARYISM AGAINST THE DIGNITY OF THE HUMAN PERSON PROMOTED
BY ANARCHO-CAPITALIST THINK TANKS (2010-2020)

PRADO, Gustavo dos Santos*

<https://orcid.org/0000-0002-9710-6455>

RESUMO: O texto faz uma análise discursiva de conteúdos produzidos por *think tanks* anarcocapitalistas sobre direitos humanos e diversidade cultural. Parte-se da premissa que o Mises Brasil e o Instituto Rothbard violaram a dignidade da pessoa humana, pois seus articulistas entendem que o único direito humano que importa seria o da propriedade privada. Foram analisados mais de trinta artigos, dos quais sete encontram-se neste trabalho. Arendt (1989), Bobbio (2004), Comparato (2019), Hunt (2009), Mbaya (1997) e Sassen (2016) serviram de base teórica para os direitos fundamentais. As reflexões de Cruz e Peixoto (2007) permitiram o tratamento metodológico com as fontes. A análise do discurso foi feita usando as premissas de Bakhtin (1997). Por fim, a análise de imagens foi realizada usando os conceitos de Didi-Huberman (2010).

PALAVRAS-CHAVE:

Anarcocapitalismo; Direitos Humanos; *Think Thanks*.

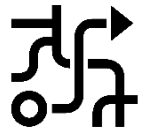
ABSTRACT: The text makes a discursive analysis of contents produced by anarcho-capitalist think tanks on human rights and cultural diversity. It starts from the premise that Mises Brasil and the Rothbard Institute violated the dignity of the human person, as their writers understand that the only human right that matters would be that of private property. Arendt (1989), Bobbio (2004), Comparato (2019), Hunt (2009), Mbaya (1997) and Sassen (2016) served as a theoretical basis for fundamental rights. More than thirty articles were analyzed, seven of which are in this work. The reflections of Cruz and Peixoto (2007) allowed the methodological treatment with the sources. Discourse analysis was performed using the premises of Bakhtin (1997). Finally, image analysis was performed using the concepts of Didi-Huberman (2010).

KEYWORDS:

Anarcho-capitalism;

Human Rights; *Think Thanks*.

* Graduado em História pela Universidade Estadual Paulista. Especialista em Ensino de Geografia pela Universidade Estadual de Londrina. Mestre e Doutor em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. É autor dos livros: *A verdadeira Legião Urbana são vocês: Renato Russo, rock e juventude* (2017) e *O nascimento do morto: punzkines, Cólera e Música Popular Brasileira* (2019), ambos publicados na editora E-manuscrito. Também publicou a obra pela Editora Dialética: *O Brasil sem máscara: uma interpretação da Nova República às vésperas do bicentenário da independência*. (2010-2021). O pesquisador acabou de publicar o seu quarto livro “*E o meu delírio é a experiência com coisas reais*”. Belchior: as visões de mundo de um rapaz latino americano (1974 – 1993) pela editora FAG. É professor no Centro Universitário da Fundação Assis Gurgacz (FAG) na cidade de Cascavel, Paraná e lidera o grupo de estudos “Fronteiras do Pensamento Brasil – Mundo”: Jurisdição, mercado, fluxos financeiros e direitos humanos”. E-mail: gspgustavo.historia@hotmail.com



INTRODUÇÃO

Não é incomum encontrar ações afirmativas no mercado de bens culturais voltadas para a dignidade da pessoa humana. Empresas engajadas usam da publicidade para mostrar que estão em sintonia com a pauta de direitos humanos. Tal via analítica é crível e, inclusive, encontra-se em Nestor Garcia Canclini (2010,p.?) uma forte repercussão acadêmica.

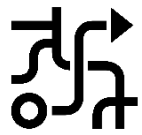
O debate do antropólogo argentino gira em torno da possibilidade de refletir sobre a relação entre o mercado de consumo e a promoção da cidadania. Destoando das análises clássicas da Escola de Frankfurt, apesar de utilizar do conceito de indústria cultural, Canclini desloca a ideia de que o consumo só poderia ser empreendido pelo racionalismo econômico, propondo, em suas palavras, uma “racionalidade política interativa” (CANCLINI, 2010, p. 61).

De fato, o consumo de bens culturais promoveu uma política de integração, sendo, inclusive, um elemento importante na promoção da cidadania. Contudo, dentro da própria indústria cultural se encontram ações deletérias à promoção da cidadania, afetando a dignidade da ação humana e o respeito à diversidade existente entre os homens.

Fábio Comparato propõe que a noção básica de direitos humanos implicaria que nenhum indivíduo deveria se sentir superior aos demais, independentemente de credo, etnia, raça, grupo religioso, nação ou classe social (COMPARATO, 2019, p. 15). Contudo, Mbaya (1997) indaga que a percepção de direitos fundamentais do homem estaria condicionada a espaço e tempo, sofrendo com as forças da história, da sociedade e da própria política.

É por isso que a noção de direitos fundamentais sofreu a interferência de agentes históricos que procuraram, infelizmente, limitar o seu raio de ação; ora convergindo os direitos fundamentais como sinônimo de propriedade privada; ora colocando que todos os indivíduos teriam seus direitos, simplesmente porque são humanos; propondo que a diversidade cultural dos seres humanos seria nula – e os “direitos humanos” nessa seara se converteriam em algo vazio.

Essa interpretação elitista, reacionária e equivocada das liberdades fundamentais foi encontrada em páginas anarcocapitalistas, que difundiram conteúdos na internet em um modelo conhecido como *think tank*. O termo genérico é atribuído a institutos voltados para a produção da informação visando influenciar a



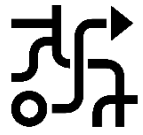
opinião pública. Surgiram nos Estados Unidos como organizações civis privadas mantidas com doações de pessoas físicas e jurídicas.

Rocha (2018,p.40) propõe que *think tanks* se desenvolveram afastadas de interferências estatais, visando justamente produzir conteúdos variados de forma “neutra” ou “científica” (p. 40). Com discurso pró-mercado, os conteúdos foram produzidos considerando o Estado e suas leis um fardo às liberdades individuais. Leonard Read criou a Foundation for Economic Education (FEE) em Atlanta e contou com vultosas contribuições financeiras do magnata William Volker – produzindo conteúdos destinados ao livre mercado (ROCHA, 2018).

Leonard Reed chegou a criar uma revista neoliberal denominada *Freeman*, que teve várias contribuições de Milton Friedman e Ludwig Von Mises. Com o avanço do neoliberalismo no Ocidente, em detrimento do desmantelamento do Estado de Bem-Estar Social, empresários e lideranças pró-mercado passaram a produzir conteúdos no modelo de *think tank*. Disseminados pela internet e com fontes de recursos variadas, o texto que segue teve contato com dois deles: Mises Brasil e o Instituto Rothbard.

Os conflitos no Oriente Médio na década de 1970 e a instabilidade do setor petrolífero colocaram em xeque os princípios do *Welfare State*. Nesse contexto, a teoria de Friedrich Hayek, considerado um dos precursores do neoliberalismo, foi ganhando espaço na esfera acadêmica, até ser incorporada definitivamente pelos governos de Margaret Thatcher, na Inglaterra, e de Ronald Reagan, nos EUA. De forma geral, essa nova face do capitalismo preza pela livre concorrência e pelo livre mercado; ou seja, concede às multinacionais e transnacionais um papel primordial na regulação econômica do Estado. A nova divisão do trabalho, a flexibilização dos processos produtivos e o uso de novas tecnologias também são itens fundamentais nessa nova concepção econômica. (VICENTE, 2009).

Pierre Dardot e Cristian Laval (2016, p.17) propõem que o neoliberalismo vem afundando os Estados e levando as sociedades democráticas ao colapso, sem que haja resistência substancial para colocá-lo em xeque. Segundo os autores, o neoliberalismo foi interpretado na década de 1970 como ideologia e política econômica; contudo, essa face do capitalismo deveria ser problematizada como uma racionalidade, a qual valoriza “discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens segundo o princípio universal da concorrência”.



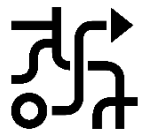
Além de destruir as regras, instituições e direitos, o neoliberalismo tem criado novas maneiras de viver a partir da formação de outras subjetividades, ao semear nos indivíduos a ideia de “modernidade” como sinônimo de competição generalizada para justificar o dismantelamento dos direitos sociais e valorizar as assimetrias sociais (DARDOT, LAVAL, 2016, p. 16). Os conteúdos de páginas anarcocapitalistas seguem este roteiro.

O autor desse texto já havia analisado a página do Mises Brasil em produções anteriores (PRADO, 2021), visando perceber que tipo de conteúdo era produzido na *think tank*. Na ocasião, a questão dos direitos humanos já havia chamado a atenção do pesquisador, embora tenham ficado de fora do texto final. O amadurecimento com essa documentação permitiu que a pesquisa caminhasse para investigar os conteúdos produzidos pelo Instituto Rothbard, já direcionado para os artigos que versavam sobre direitos humanos e a diversidade cultural.

Metodologicamente, o trabalho que segue fez uma análise das duas páginas neoliberais, seguindo as premissas estabelecidas por Cruz e Peixoto (2007), que permitiram catalogar, identificar e organizar os arquivos encontrados nas *think tanks*. Foram realizadas duas pesquisas em ambas as páginas procurando artigos que versavam sobre direitos humanos e diversidade. Dessa forma, todos os textos foram organizados por título, subtítulo, data de publicação, projeto gráfico e editorial. Com esse recorte, a pesquisa fez uma análise de trinta artigos dos dois institutos: Mises e Rothbard, que foram produzidos entre 2008 e 2021.

Ainda: o trabalho que segue usa como base a Análise Dialógica do Discurso (ADA), que foi sistematizada por Mikail Bakhtin (2011). Tal como o intelectual russo, a pesquisa entende que toda a linguagem se dá no campo da interatividade, e nesse caso, é impossível existir uma produção ingênua e neutra. Tal vertente analítica é importante, afinal, páginas anarcocapitalistas o discurso de que o simples funcionamento das leis do mercado permitiria que qualquer indivíduo tivesse acesso aos direitos humanos na sua universalidade. Ademais, a fria lei da oferta e procura seria o suficiente para a promoção da igualdade entre os homens – daí a resistência de vários artigos à ideia de diversidade cultural.

Mbaya (1997,p. 31-43) vai por um caminho inverso: o capitalismo afetaria todos os dias a promoção da dignidade da pessoa humana. Por outro lado, o citado intelectual permite refletir sobre os direitos humanos por meio de sua universalidade,



da diversidade cultural, da não discriminação e do respeito aos direitos sociais, políticos e civis. Comparato (2019) e Hunt (2009) também seguem uma trilha interpretativa similar.

Também foi realizada uma análise das imagens que ilustram os artigos, pois elas ajudam a compreender e aprofundar o debate dos conteúdos produzidos. O texto usou como base os conceitos de Didi – Huberman (2010), em especial, a ideia do filósofo da arte que alega que é necessário colocar a imagem em movimento, visando à interpretação dela – o que o teórico chama de dupla distância ou distância como choque.

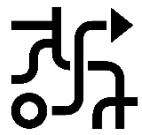
Parte-se da premissa que as páginas anarcocapitalistas usam sempre do argumento da Lei da Oferta e Procura não para garantir a universalização dos direitos, mas para perpetrar um discurso reacionário que alcinha a universalidade dos direitos humanos e a diversidade cultural como se fossem privilégios.

O “SOCO” DA MÃO INVISÍVEL

Antony Fischer foi um empresário britânico que fundou a Atlas Network, uma organização neoliberal à direita, que surgiu para disseminar os princípios de Friedrich Hayek. Tais grupos foram impulsionados pela eleição de Ronald Reagan, que imprimiu na sociedade norte-americana um forte discurso conservador. Inspirado em autores como George Gilder e Charles Murray, Regan entendia que programas de bem-estar social deveriam ser solapados, pois criariam um ambiente de mediocridade intelectual, oriunda da diminuição das liberdades individuais, da produtividade, da livre-iniciativa e do trabalho duro. (ROBERTO NETTO, 2010, p. 135)

Com o fim da União Soviética, a Queda do Muro de Berlim e o avanço da globalização econômica, as *think tank* neoliberais ganharam força. São 79 delas só na América Latina; o Brasil contém 12, dentre as quais o Mises Brasil e o Instituto Rothbard. (PRADO, 2021, p. 80)

O polemista Olavo de Carvalho deu início a um movimento na internet brasileira conhecido como “Mídia sem Máscara”. O *site* aglutinava textos neoliberais e conservadores e abriu espaço para vários produtores de conteúdo. Paulo Guedes, Ministro da Economia do governo Bolsonaro, liderava o Instituto Millenium. Hélio Beltrão, Cristiano Chiocca e Fernando Chiocca fundaram o Instituto Mises Brasil. Por seu turno, o conhecido Movimento Brasil Livre deu protagonismo político nas ruas a



todos esses sujeitos, à medida que ocuparam o espaço público com vários protestos à direita que resultaram no *impeachment* da então presidenta Dilma Rousseff. (PRADO, 2021, p. 81)

Em 2015, os irmãos Chiocca deixaram de fazer parte do Mises Brasil, dedicando-se na formação de uma nova *think tank*, que na visão dessa pesquisa, é ainda mais radical: o Instituto Rothbard. Em nota publicada no Instituto, Cristiano Chiocca deixou explícito os atritos com Hélio Beltrão, atual presidente do Mises Brasil, por conta do nome da página, bem como a ação política de Beltrão, que jamais escondeu sua admiração por Paulo Guedes e o ex-presidente da República, Jair Bolsonaro.¹

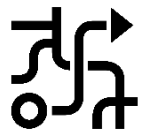
Mesmo com as desavenças, ambas as páginas interpretaram os direitos humanos e a diversidade cultural de forma pueril. Outro ponto que chamou a atenção foi que os institutos foram avessos à pesquisa empírica, criando exemplos metafísicos que serviriam para mostrar que sempre estariam corretos. Os arautos do neoliberalismo estiveram presentes em ambas as páginas: Mises, Rothbard, Hayek, Iorio, Klein, etc.

O Mises Brasil apresenta um *layout* mais claro, com artigos de opinião que são bem ilustrados. No *link* “Lojas”, o leitor pode comprar camisetas contra o “socialismo” e outros itens que rememoram a Escola Austríaca. A página também oferta cursos de pós-graduação em Economia, Direito e Negócios. (PRADO, 2021)². Também produz conteúdos em plataformas variadas, o que aumenta as interações dos articulistas. Já o Instituto Rothbard possui uma estrutura mais tímida, vendendo livros anarcocapitalistas, bem como oferecendo conteúdos em *podcasts*. As interações na página dos irmãos Chiocca são ainda mais tímidas

Apesar das diferenças, a pesquisa não notou divergências gritantes com relação ao recorte dos temas que foram analisados: direitos humanos e diversidade cultural. Ambos foram vistos pelas páginas como expressões vazias, afinal, elas precisavam alimentar os seus discursos reacionários valendo-se de conteúdos anarcocapitalistas.

¹ Para ver a nota completa: CHIOCCA, Cristiano Fiori. Notas sobre a alteração de nome. *Instituto Rothbard*. 2/12/2015. Disponível em: <https://rothbardbrasil.com/nota-sobre-a-alteracao-de-nome/>. Acesso em: 9/4/2022.

² Ver: Instituto Mises Brasil. Disponível em: <https://mises.org.br/>. Acesso em: 9/4/2022.



Por anarcocapitalismo entende-se uma formação societária na qual seria organizada somente pelas leis do mercado, ou seja, a oferta e a procura. Murray Rothbard (2010) propõe que o homem, em seu estado de natureza, era selvagem. Tal característica foi “domada” pelo mercado, afinal, a propriedade privada e o direito à propriedade seriam os fios condutores do processo civilizatório.

Assim como boa parte dos neoliberais, Rothbard acredita que o Estado e todo o seu aparato jurídico burocrático criariam relações de coerção que tinham como objetivo “providenciar um meio ordeiro e sistemático para a depredação da propriedade privada” (2010, p. 353). O autor, inclusive, acreditava que o Estado não deveria existir nem para regular as formas jurídicas, visto que o anarcocapitalista entendia que uma justiça privada seria mais pragmática e menos onerosa ao sujeito.

Tudo poderia ser resolvido somente na Lei da Oferta e Procura; nesse caso as trocas voluntárias e recíprocas garantiriam uma relação harmônica e ordeira entre os homens. Aí reside o problema central do artigo pois os direitos humanos e a diversidade cultural na visão dos articulistas seriam expressões carentes de sentido, pois o que valeria era a interação dos homens por meio das leis do mercado, única fonte legítima que regeria os direitos e deveres:

(...) Desmembrada a questão histórica, como os juízes brasileiros resolvem hoje um conflito entre direitos advindos dessas gerações opostas de direitos humanos? Quando esse tipo de conflito ocorre, as decisões da justiça nacional dão notável preferência aos direitos sociais. Embora tenhamos o direito de sermos livres para trabalhar, sindicatos podem proibir estabelecimentos de abrirem aos domingos e os empregados de trabalhar. Ainda que a Constituição defenda o direito de propriedade, movimentos terroristas como o MTST não apenas invadem propriedade privada, como ainda conseguem se manter com a posse de imóveis invadidos. Ainda que tenhamos o direito de não dar satisfação aos outros sobre o que fazemos sem prejudicar terceiros, municípios não encontram dificuldades em restringir o que fazemos com nossas residências, terrenos e estabelecimentos. A lista é longa e a justificativa para a supremacia dos “direitos” de segunda geração é sempre a mesma: preocupação social. (LORENZON, 2016,).

Geanluca Lorezon (2016) em seu texto “O vazio da expressão de direitos humanos” alega que existem duas tradições filosóficas dos direitos humanos. A primeira seria a liberal, que consolidou a liberdade de expressão, religião ou associação; já a segunda, de tradição marxista, colocou que os direitos humanos só seriam conquistados por meio da coletividade, que o autor criticou. Pedidos de saúde,

educação, moradia e alimentação só serviriam para pavimentar o caminho do marxismo e o ideal comum.

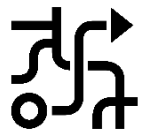


Imagem 1 - Ilustra o vazio da expressão de direitos humanos segundo o artigo.
Fonte: Mises Brasil (2016).

O artigo vem acompanhado de uma imagem na qual várias mãos aparecem abertas querendo atingir o céu, associando os direitos humanos a uma espécie de utopia. Pelo fragmento extraído do texto do articulista, nota-se que ele entendia que, no Brasil, os direitos só seriam concebidos se fossem pelo viés estatal, e nesse caso, seria uma expressão vazia, pois violaria a propriedade privada. Ora, o MTST (Movimento dos Trabalhadores sem Teto) vem ocupando imóveis em condições de irregularidade, visando à mobilização política de trabalhadores que sofreram com o desemprego estrutural. (GOULART, 2011).

Ademais, o referido movimento luta pelo direito à moradia, previsto no artigo 6 da Constituição Federal de 1988, somado a outros direitos sociais que o autor tanto criticou. Também destila sua ira a sindicatos, que sofreram um duro golpe com a Reforma Trabalhista de Michel Temer, que mutilou inúmeros artigos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

O texto do autor apropria-se do discurso filosófico à sua maneira, à medida que coloca que é a tradição liberal – e só ela –, que permitiu o advento dos direitos humanos. O escritor elogia John Locke como “sendo o principal justiciero da corrente liberal”, pois garantiu a liberdade perfeita. Contudo, será que o articulista teria a mesma visão se argumentasse a forma com que John Locke condena os exageros oriundos do dinheiro? Nos dizeres do empirista britânico: “A porção que o homem



tomava para seu uso era facilmente visível e seria inútil, bem como desonesto, tomar demasiado, ou mais do que o necessário”. (LOCKE, 2005, p. 429)

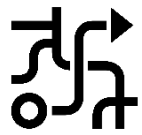
John Locke, ao legitimar filosoficamente a propriedade privada, jamais concordaria com excessos. O Brasil apresenta um déficit gigantesco de moradias, da ordem de 6 milhões, bem como oferece um mercado de trabalho selvagem, pois a já citada reforma não garantiu empregos ou melhorou as condições de vida do trabalhador. Movimentos de trabalhadores, via sindicatos ou MTST, visariam justamente combater os excessos que os anarcocapitalistas fingiram não existir.

A própria tradição kantiana prevê que todo homem possui dignidade, e ela teria o dever de favorecer, o quanto possível, o fim de outrem, como bem assinala Fábio Comparato (2019, p. 37). Não se garante dignidade deixando pessoas dormindo ao relento, ou simplesmente criando um trabalhador flexível, sujeito a inúmeras intempéries que impedem o acesso a um salário digno. Há vários estudos que mostram como as mudanças na CLT incidiram na diminuição dos salários médios dos trabalhadores em geral. (MAEDA, 2018; TEODORO, 2018; CARVALHO, BERINI e MORITA; 2022)

Mikhail Bakhtin (1997, p. 280) ensina que é necessário refletir sobre as condições específicas e as finalidades das práticas discursivas. A condenação da luta por direitos sociais, extraídos do excerto, estaria mais preocupada em desqualificar os direitos humanos do que garantir a legitimidade da propriedade privada. Mais: ao costurar que toda a luta social por direitos era desprovida de dignidade da pessoa humana, reprovou a trajetória histórica do próprio liberalismo que, pelo menos na aparência, o autor procurou valorizar.

Comparato (2019) alerta para o problema de canalizar os direitos humanos somente pelo direito à propriedade, afinal, o capital transforma a pessoa em coisa, e o trabalhador, visto como mercadoria, tornou-se um insumo descartável, principalmente durante a emergência do capitalismo financeiro. Saskia Sassen (2016) interpreta que a lógica da especulação em tempos de neoliberalismo agressivo, colocou as cidades em um ritmo de financeirização; nesse caso, a autora holandesa calcula que o capitalismo especulativo girou um montante de 630 trilhões de dólares em 2005.

É impossível ter uma mentalidade que valorize os direitos humanos alheios às preocupações sociais. As próprias empresas, às vezes, criaram políticas de ações



afirmativas visando dar legitimidade a grupos historicamente excluídos; em vez de os anarcocapitalistas valorizarem esses aspectos, destilaram o ódio a qualquer coletividade, caindo em uma ótica narcisista que beira à insanidade:

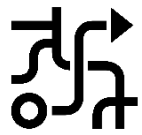
No caso dos capitalistas lacradores, o excluído é qualquer pessoa que não abraça todas as ortodoxias progressistas usuais ou que não siga as regras o jogo da lacração para poderem continuar no jogo. Mas Ramaswamy fornece outros *insights* subjacentes sobre como a banda toca no fenômeno capitalista lacrador que há muito precisam de mais atenção. Parte disso é sobre lucro – ou pelo menos lucro de curto prazo – e obtenção de apoio político contra concorrentes de mercado em potencial para atingir esse fim. No entanto, o espírito empresarial também é alimentado por alguma hipocrisia séria por parte de líderes empresariais proeminentes. Em muitos casos, isso reflete sua aceitação do Evangelho do humanitarismo sentimental. (GREGG, 2021, s/p.)

O Instituto Rothbard trouxe à baila um texto traduzido de Samuel Gregg, diretor de pesquisa do Acton Institute. No caso, o texto comenta um livro de Vivel Ramaswamy Woke, *Inc: Inside Corporate America’s Social Justice Scam*. O autor, ao apresentar a obra, trabalha com uma premissa bastante difundida no Brasil, que criticou empresas que adotaram políticas inclusivas, em especial, aquelas voltadas para gênero, raça ou questões ambientais. Ações afirmativas por parte do mercado foram chamadas de “capitalismo lacrador”.



Imagem 2 - Crítica às ações de mercado com práticas inclusivas.
Fonte: Instituto Rothbard (2021).

Interessante notar que quando a ação empresarial afetou os interesses reacionários, os anarcocapitalistas entenderam que políticas inclusivas distorcem o próprio mercado, em vez de estimular reparações históricas. A imagem que ilustra o



artigo traz em sinal de desaprovação as marcas de multinacionais que estamparam em seus “logos” as cores do arco-íris, símbolo de luta da comunidade LGBTQIA+.

Norberto Bobbio ensina que “os direitos não nascem todos de uma vez” (2004, p. 8). Nesse caso, se a luta de grupos minoritários vem surtindo efeito ao ponto de o próprio mercado reconhecer que ele não contemplou a todos com princípios de cidadania, qual é o problema de empresas privadas adotarem no seu recôndito políticas afirmativas?

Greggs insiste que “o capitalismo lacrador” realça as “diferenças que caracterizam qualquer sociedade” e que seria necessário trazer os princípios de nação diante do sucesso do sacerdócio lacrador, “em fazer as diferenças de raça, sexo e identidade se tornarem pontos de fratura permanentes que tornam a existência da república americana impossível”.

Bakhtin (1997) coloca que na prática discursiva o interlocutor deseja passar o sentido de que estaria sempre certo no seu “querer dizer” (p. 299). Greggs evoca o ideal patriótico como garantia de que somente ele bastasse para fomentar direitos iguais. Torna-se, portanto, uma posição cômoda, afinal, sem ações afirmativas por parte das empresas, o mercado continuaria promovendo distorções que foram muito palatáveis para grupos historicamente privilegiados. E ainda essas páginas anarcocapitalistas querem ser levadas a sério; pior, desejaram discutir um assunto tão complexo e multifatorial como é o caso dos direitos fundamentais somente pela via mercadológica, que foi naturalmente excludente.

Para *think tanks* neoliberais, direitos humanos seriam tão evidentes que não seria necessário qualquer tipo de ação humana visando à promoção deles. Partiram de uma tábula rasa, na qual todos os seres humanos seriam, por excelência, iguais entre si e por isso só bastariam as leis do mercado para que a fraternidade universal fosse efetivamente alcançada. Hunt (2009) sinaliza o perigo desse tipo de interpretação, pois à medida que os homens entenderam que todos foram igualmente senhores de si em pé de igualdade, estimulou-se um sentimento incompleto de igualdade que alimentaria ainda mais as desigualdades entre os homens.

Por sinal, ambos os institutos neoliberais corroboram com a ideia de que os homens seriam desiguais, e nessa seara, comportamentos discriminatórios seriam totalmente naturais:

Nos dias de outrora, dizer que um homem estava discriminando significava estar-lhe prestando um grande elogio. Significava dizer que ele tinha gosto: ele sabia distinguir entre o ruim, o medíocre, o bom e o excelente. (...) Porém, tudo que o senador Paul estava dizendo é que, embora seja ilícito ao governo discriminar com base em raça, sexo ou qualquer outro critério, é um direito básico de indivíduos terem a liberdade para demonstrar exatamente quais são suas preferências. **Trata-se de um elemento básico dos direitos de propriedade.** Se os indivíduos não tiverem esse direito, então um importante elemento da liberdade está irremediavelmente perdido. (BLOCK, 2011, s/p. Grifo nosso)

O professor de economia Walter Block escreveu esse fragmento no texto intitulado “Por que discriminar é correto e natural”. O argumento básico (e raso) do autor consiste no princípio de que os seres humanos sempre discriminaram uns aos outros. Sua reflexão inicia-se quando ele cita o caso do senador pelo estado de Kentucky, Rand Paul, que criticou a Lei dos Direitos Civis dos Estados Unidos, afirmando que embora não caberia ao Estado não discriminar ninguém, o indivíduo teria tal direito visando justamente preservar as suas preferências. Block, corroborando com o senador, propõe, por exemplo, que homens heterossexuais “discriminariam” outros homens simplesmente porque foram heterossexuais. Mulheres heterossexuais discriminariam outras mulheres por sua condição.

O professor alega que práticas discriminatórias sustentariam o próprio mercado, abrindo oportunidade de negócios e enriquecimento:

Por exemplo, suponha que brancos se recusem a alugar quartos de hotéis para negros, ou até mesmo a empregá-los. Conseqüentemente, os negros passarão por sofrimentos e angústias atroz. (...) Se os brancos se recusarem a contratar negros, seus salários cairão para níveis abaixo daquele que de outra forma prevaleceria no mercado. Isso irá criar grandes oportunidades de lucro para alguém — seja ele branco ou negro — que decida contratar essas pessoas, o que o tornará capaz de superar concorrencialmente aqueles que optaram pela discriminação. (BLOCK, 2011, s/p)

Bakhtin (1997, p. 316) propõe que o discurso “ocupa uma posição definida em uma dada esfera de comunicação verbal relativa a um dado problema, a uma dada questão”. Dessa forma, Block, e por seu turno, o próprio Mises Brasil, sustentaram que práticas de discriminação racial abririam lacunas no mercado, que seria preenchida por pessoas altruístas e empreendedoras. Se negros fossem discriminados seriam contratados por alguém devido à atratividade dos salários menores e à oportunidade de negócios. Além de ser violento, é anti-histórico, característica coerente com a própria escola austríaca desde Von Mises (PRADO, 2021).



Imagem 3. Ilustra o texto de Walter Block, que salienta a função econômica da discriminação.
Fonte: Mises Brasil (2011).

A fotografia que serve como síntese do artigo e das ideias defendidas por ele coloca que todos seriam felizes, em uma sociedade que discriminaria uns aos outros. Apropriar-se da imagem, colocando uma jovem negra feliz por que sofreu discriminação foi violento e agressivo. Uma sociedade com forte traço escravista como é o caso da norte-americana, que já teve inúmeras possibilidades de inserir os negros, tal como Block argumenta que é possível. Davis (2016), em sua obra célebre, reforça que o legado escravista nos Estados Unidos deixou a mulher negra em condições sociais muito mais vulneráveis que outros grupos sociais, associando a perpetuação do racismo recortado a questões de gênero.

Pesquisas recentes indicam que os Estados Unidos abrigam 40 milhões de miseráveis, sendo a nação mais rica do mundo a possuir um indicador tão ruim. A maioria deles são negros. No Brasil, uma mulher negra ganha 57% menos que homens brancos na mesma profissão. Não estaria aí uma oportunidade do livre mercado de “resolver” as assimetrias sociais tal como indica Block?

Walter Block acredita que não! Em outro artigo “Sobre a diferença salarial entre homens e mulheres”, o autor defende que os salários das mulheres deveriam ser menores do que os dos homens, pois elas estariam mais propensas a se ausentar do trabalho, teria que cuidar dos filhos e que os homens deveriam receber mais, pois estariam propícios a fazer maiores sacrifícios. Conclui:

Porém, tal lógica econômica é normalmente suprimida por grupos politicamente corretos que julgam ser muito mais fácil e produtivo simplesmente difamar aqueles que tentam explicar que há motivos economicamente racionais para a existência de eventuais divergências salariais entre homens e mulheres. (BLOCK, 2012, s/p.).

O articulista não queria legitimar a livre iniciativa ou a propriedade privada; ele desejava, em seu texto, explicitar a sua própria ideologia discriminatória. Seguindo os argumentos de Block, o mercado, como tem uma lógica centralista, sempre irá promover desigualdades e assimetrias, visando gastar menos e arrecadar mais. Não é necessário ser um gênio em economia para saber que isso sempre existiu.



Imagem 4 - Referenda à ideia de Block de que os homens deveriam ganhar mais que as mulheres.

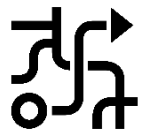
Fonte: Mises Brasil (2012).

Fica cristalina na análise da imagem que o *Mises Brasil* entende que o papel da mulher no mercado de trabalho seria secundário com relação ao homem, e por isso elas deveriam ganhar menos. O homem está representado de forma mais alta e imponente, já a mulher surge reprimida em uma posição inferior. Dessa forma, a imagem realça que as assimetrias salariais movidas por diferenças de gênero seriam legítimas e próprias das leis do mercado.

"Além disso: no texto de 2011, o autor indica que o livre mercado poderia resolver as assimetrias sociais usando as leis do próprio mercado; já no de 2012, Block propõe que assimetrias salariais por gênero deveriam continuar por fatores puramente “racionais”, “econômicos” ou “produtivistas”. Não há outro sentido nessa prática discursiva que não seja um só: corroer a dignidade da pessoa humana em detrimento do aumento dos rendimentos e da propriedade privada. Ele queria continuar as práticas discriminatórias.

Por seu turno, se o Mises Brasil publicou, é porque concorda exatamente com todos os impropérios ditos pelo professor norte-americano. Manuel Lora (2011, s/p.) em *A discriminação é uma política de direitos de propriedade* segue o mesmo caminho:

Ao invés de demonizarmos os discriminadores, deveríamos exaltá-los. Por quê? Porque nos beneficiamos com a existência deles. Havendo um mercado



competitivo de políticas discriminatórias, aqueles que colocarem em prática as mais moralmente corretas serão recompensados com lucros, ao passo que aqueles que implementarem as mais repulsivas serão penalizados com grandes prejuízos. No final, a discriminação é uma legítima ferramenta de revelações e descoberta.

Como todo o discurso é uma prática cultural que está envolvida em um intenso processo de circularidade (BAKHTIN, 1993), o leitor não pode esquecer que, recentemente, mais de 57 milhões de eleitores votaram em Jair Bolsonaro, que disse ao longo de sua trajetória política vários impropérios discriminatórios: “quilombola não serve nem para procriar” ou “mulher deve ganhar menos porque engravida”. Nota-se, portanto, que o Mises Brasil e Rothbard ajudaram a contribuir para a consolidação desse discurso reacionário, que se tornou corriqueiro nos últimos anos.

As *think tanks* tomam de assalto as ideias de liberdade econômica para legitimar uma liberdade sem qualquer tipo de limite ético ou freio moral, fazendo um desserviço aos direitos humanos e à diversidade cultural. Hannah Arendt (1989) já alertava há décadas que o esfacelamento dos direitos humanos leva o ser humano a um retrocesso civilizatório. É óbvio que o artigo não acredita que as duas *think tanks* analisadas foram as responsáveis pela fragilização dos direitos humanos vistos no Brasil nos últimos anos. No entanto, frisa-se que elas pertencem a uma enorme rede de contatos por aqui ou fora e que às vezes foram mais reacionárias. Talvez, é por isso que elas vêm sendo tão investigadas recentemente.

Por seu turno, à medida que as páginas neoliberais acreditavam que o único direito humano é o da propriedade, dialeticamente, adotaram um discurso contrário aos demais fundamentos dos direitos humanos:

O conceito de direitos sociais, senhores, é, notadamente, exclusivo ao de propriedade privada! Ora, quais recursos o estado direcionará à remuneração dos seus professores senão os que procedem da sua espoliação? Quais recursos o estado direcionará à remuneração dos seus policiais e militares senão os procedentes da extorsão tributária que perpetra? (...) O estado, por sua vez, enquanto entidade expropriadora, não pode possivelmente dispensar a dita garantia de tais “direitos”, já que é precisamente a pseudo-vulnerabilidade dos que se beneficiam dos seus programas socioeconômicos a consequência da pilhagem que mais efetivamente lhe proporciona justificativa (SILVA, 2020, s/p. Grifo nosso).

Tal como Block, que foi problematizado logo acima, Bruno Silva coloca que os direitos sociais deveriam ser canalizados como exclusivos da propriedade privada. Percebe-se que todo o processo de funcionamento do Estado foi entendido como

roubo. O pagamento de professores (categoria que os institutos odeiam, inclusive), militares ou qualquer outro funcionário público foi interpretado pelo autor como um processo de pilhagem. Com isso, em uma visão turva, o articulista coloca que não caberia ao Estado promover qualquer tipo de justiça social.

O ódio do Instituto Rothbard, personificado na publicação do artigo de Bruno Silva ao Estado, enquanto garantidor dos direitos sociais e ao fomento dos direitos humanos, se cristalizou por um fator fundamental. Fábio Comparato (2019) assevera que os direitos humanos só se legitimaram com “políticas públicas favoráveis a todos” (p. 37). Qualquer discussão séria sobre a dignidade da pessoa humana entenderia que aquela só foi garantida com debate público e políticas de justiça social promovidas pelo Estado, que personificaria avanços e recuos em determinado momento histórico. Nessa seara, direitos humanos foram palco de constantes tensões. (COMPARATO, 2019, p. 44)

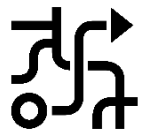
O debate intelectual sadio sobre um Estado mais intervencionista ou liberal foi o que permitiu que a sociedade desenvolvesse o mínimo de civilidade nas suas próprias relações. Anarcocapitalistas alinham direitos humanos à propriedade, pois entendem que toda forma de coletividade seria péssima para a lei da oferta e procura. Em sua leitura doentia do mundo, os direitos e o respeito à diversidade dos homens seriam péssimos aos negócios e um sinal de fraqueza da própria sociedade: “Que a justiça social passe a ser vista como o que é: a institucionalização da liga espiritual dos ressentidos e do mimimi”. (S.S, 2021, s.p.)



Imagem 5. Ilustra, de forma satírica, aqueles que lutam por justiça social, tão criticada por Bruno Silva.

Fonte: Instituto Rothbard (2020).

O Instituto usa a imagem de um homem chorando, que foi retirada de um banco de imagens. Nota-se que ela bebe das influências da Pop Art, que foi desenvolvida por Andy Warhol – famoso pintor e cineasta norte-americano. Ela



procura realçar que toda e qualquer pessoa que se envereda pelo caminho da justiça social poderia ser considerada uma pessoa fraca, que não encararia os seus próprios dilemas existenciais de frente.

Ao leitor, acredita-se que não seria necessária uma pesquisa empírica para notar como a expressão “mimimi” foi inoculada no parco debate político brasileiro na última década. Tudo que necessita de uma discussão coletiva – justiça social, respeito às minorias, representatividade e pautas inclusivas – entrou na dialética corrosiva da expressão “mimimi”.

Bakhtin (1997, p. 293), alerta que o discurso “propõe fronteiras que são claramente delimitadas”, o “mimimi” tornou-se a máxima expressão da antipolítica. Bruno Silva não necessitava escrever um artigo longo para mostrar suas reais intenções: o que importa a ele é o mercado, e nada mais do que isso. Há tempos que o “mimimi” tornou-se uma expressão que personifica a intolerância que reina no tecido social. Além de autoritária, ela passou a demarcar no imaginário político uma rivalidade entre o trabalhador, forte e altruísta, *versus* o vagabundo, fraco e apático.

Mbaya (1997) novamente ensina que os direitos humanos apresentam uma estrutura vertical e outra lateral. A primeira seria o indivíduo assumindo o caráter de protesto diante da ineficiência do Estado em garantir os direitos fundamentais; já a segunda estaria relacionada à solidariedade e à cooperação, fundamentais para o combate de políticas públicas.

Anarcocapitalistas odeiam qualquer tipo de organização societária que não seja o mercado, por outro lado, as *thinks tanks* neoliberais delegaram que o Estado seria incapaz de fazer qualquer coisa, pois vive do roubo e da corrupção. De fato, o Estado nessas condições torna-se oneroso e ineficiente para a promoção de políticas públicas que garantiriam os direitos fundamentais e o respeito à diversidade.

No entanto, a ineficiência do Estado em promover melhorias sociais está justamente no seu corpo burocrático, que tem integrantes alheios à garantia dos próprios direitos fundamentais. José de Souza Martins (1994) reconhece que o tempo da história do Brasil é marcado “pelo tempo da espera do progresso” (p. 12), uma vez que as forças conservadoras – tradição oligárquica, clientelismo, a cultura do favor, a corrupção institucional, o latifúndio, a influência religiosa – impedem o avanço das instituições nacionais.

Ora, o Estado brasileiro avança em ritmo lento devido às pressões do próprio mercado, que corrobora valendo-se de uma conduta antiliberal, que foi indicada pelo pensador brasileiro. Dito em outras palavras, o Estado brasileiro assume, com oscilações, o mesmo tom reacionário presente nas próprias dinâmicas do mercado. Vide a configuração ministerial do governo Bolsonaro, que possuía, há pouco tempo, Damares Alves (Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos), que disse: “É o momento de a Igreja ocupar a nação”; ou Sérgio Nascimento (Presidente da Fundação Palmares), que alegou que a escravidão “havia sido benéfica para os descendentes” e que “o movimento negro precisava ser extinto”.

O Brasil recuou nos direitos humanos com o apoio direto das *thinks tanks* neoliberais, empobrecendo com o “mimimi” um debate fecundo sobre a preservação dos direitos fundamentais.

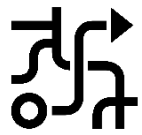
Gracejos à parte, o mais curioso sobre essa questão da desigualdade de oportunidades é que os arranjos políticos necessários para reduzi-la ao máximo possível já existem na maioria dos países ocidentais. Há saúde gratuita, há educação gratuita, há creches gratuitas, há escolas técnicas gratuitas, e há programas gratuitos de curas de vícios. Ainda assim, todos continuam infelizes ou descontentes. **Consequentemente, continuamos atribuindo nossa infelicidade à falta de igualdade de oportunidades** simplesmente por medo de olharmos para outras direções à procura de explicações verdadeiras, inclusive para nós mesmos (DALRYMPLE, 2015, s/p. Grifo nosso)

O articulista coloca que não seriam necessárias políticas que fomentem a igualdade de oportunidades, afinal, vários países ocidentais ofereceram escolas, creches e programas sociais gratuitos. No caso do Brasil, tal modelo veio do Estado de Bem-estar Social, o qual, erroneamente, Mises, ao discordar de Maynard Keynes, entendeu como se fosse um Estado socialista, que estaria violando as liberdades individuais. (PRADO, 2021)



Imagem 6. Sintetiza a ideia de Dalrymple – há máscaras nas pessoas que lutam por justiça social.

Fonte: Mises Brasil (2012)



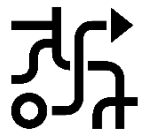
O discurso acima torna-se palatável para aqueles que acreditam que a sociedade não necessita de projetos coletivos visando fomentar os direitos humanos e o respeito à diversidade. A imagem proposta no artigo pelo Mises Brasil indica que as pessoas que lutaram por justiça social seriam infelizes, pois não conseguiriam encontrar o seu próprio caminho. Bakhtin coloca que o discurso pode se “tornar íntimo à medida que procura criar uma confiança profunda no destinatário, na sua simpatia, na sensibilidade e na boa vontade de sua compreensão responsiva. (1997, p. 323)

Colocando-se, de forma veemente, contrário à igualdade de oportunidades, Dalrymple propõe que a valorização individual deveria partir do próprio sujeito, e não do esforço coletivo via Estado, visando à promoção de todos. Novamente, externaliza-se a ideia de que o direito humano deveria ser reconhecido pelo próprio sujeito, e a partir daí o Estado não teria qualquer custo. Também retiraria a obrigação individual de respeitar uma cultura que seria diferente da sua. Inclusive, o autor no artigo coloca que existe uma coação em torno do politicamente correto, que funcionaria como uma espécie de “opressão”.

Comparato (2019) ensina que a solidariedade humana precisa ser construída no interior de cada grupo social. A postura narcísica dos anarcocapitalistas corroe qualquer discussão em torno da coletividade, que só existiria por meio de trocas voluntárias nas relações de mercado. Toda e qualquer legislação que versa sobre direitos humanos primou pelo indivíduo livre e legitimou a propriedade privada: A Carta de Independência dos Estados Unidos, A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão e a própria Declaração Universal dos Direitos Humanos seguiram por essa via.

Contudo, a infelicidade colocada pelo autor não foi por falta de introspecção, que é um ato diário, individual e metafísico. Hunt (2009), Comparato (2019), Mbaya (1997) e Sassen (2016) foram assertivos ao colocarem que o avanço do capitalismo financeiro se tornou uma ameaça real à consolidação dos direitos humanos. A escritora holandesa, inclusive, coloca que é impossível valorizar o ser humano à medida que nações mais ricas estariam mais interessadas nos recursos naturais do que nas pessoas que residiram na África, América Latina e Ásia Central (p. 19).

O articulista pode ser contra a igualdade. Só será mais um na fila. Contudo, sem ela foi impossível pensar na promoção dos direitos humanos e do respeito à diversidade, pois o próprio capitalismo sedimentou atrocidades históricas que criaram



assimetrias sociais, a exemplo da escravidão, do patriarcalismo, do darwinismo social, etc. De forma direta, as *think tanks* neoliberais contribuíram para impedir o avanço dos direitos humanos, e pelo que foi analisado em vários artigos produzidos ou replicados pelas páginas, conseguiram o seu intento.

APONTAMENTOS CONCLUSIVOS

Canclini (2010) foi sábio ao propor que a indústria cultural permitiu que, gradativamente, o homem se integrasse em uma racionalidade política e interativa. Pensando nas interações por mídias digitais, o escritor desse artigo entende que elas permitiram o avanço de discussões sérias sobre direitos fundamentais e o respeito à diversidade.

No entanto, ao investigar as páginas anarcocapitalistas, nota-se que elas não estavam interessadas, somente, em discutir as leis da oferta e procura e do livre mercado. O próprio Mises Brasil fez isso bem em várias ocasiões, ainda mais por conta das crises econômicas que se tornaram corriqueiras na história recente do Brasil.

Ficou claro a esta pesquisa que a pauta dos costumes é tão importante quanto à economia para as *think tanks* neoliberais. Nessa seara, com relação aos direitos humanos, Mises Brasil e Rothbard promoveram discursos deletérios. Em qualquer artigo, a liberdade de expressão torna-se um direito de propriedade, e nesse caso, ela não poderia ser violada. Como os anarcocapitalistas colocaram que o livre mercado resolveria todas as assimetrias sociais, as páginas não quiseram discutir os direitos humanos, mas sim desqualificá-los. O único direito humano legítimo na visão dos articulistas seria a propriedade privada.

Por isso que Gianluca Lorenzon (2012) alegou que direitos humanos seria uma expressão vazia; inclusive, o autor demonstrou uma grande aversão a eles. Gregg (2021) colocou-se contrário a ações afirmativas, pois a pauta de empresas que se identificam com a causa LGBTQIA+ deterioraria as próprias relações de mercado. Walter Block (2011; 2012) e Manuel Lora (2011) defenderam abertamente o direito de discriminar, pois o livre mercado já promove tal ato rotineiramente.

Bruno Silva (2010), por seu turno, alega que toda a pessoa que luta pela dignidade da pessoa humana e por justiça social seria fraca, afinal, não conseguiria sobreviver às leis do próprio mercado. Theodore Dalrymple (2015) disse que o mundo



ocidental já realizou equiparações sociais, e o que restaria seria uma introspecção do próprio sujeito, visando procurar em sua própria existência uma forma de ser feliz; novamente, a luta por justiça social não faria parte desse processo.

As ações afirmativas criadas pelo mercado só surgiram porque este percebeu que há lacunas que poderiam ser potencialmente exploradas e, conseqüentemente, resultar em maiores lucros. Por isso que este artigo afirma que é tranquilamente possível afirmar que os anarcocapitalistas queriam que o mercado funcionasse única e exclusivamente para atender aos seus próprios interesses, a saber: eles são reacionários nos costumes e possuem um posicionamento totalmente autoritário.

Vide que direitos humanos, para eles, entraram em interpretações simplistas: mimimi, opressão do politicamente correto, capitalismo lacrador e humanitarismo sentimental. Essas expressões sintetizaram o seu próprio autoritarismo, por isso que é tão pesado ouvi-las todos os dias, uma vez que elas se tornaram corriqueiras.

A ausência de mulheres e a quantidade de pessoas brancas que regem os textos já indicam muita coisa. Mas é preciso ir mais além: as páginas anarcocapitalistas violaram inúmeros direitos fundamentais, fato que passou despercebido por várias instituições.

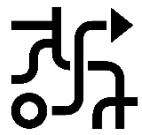
O JusBrasil, por exemplo, externa em sua página uma boa parte dos artigos do Mises Brasil: 237 publicações. O lamentável texto de Theodore Dalrymple encontra-se por lá e é facilmente consultável – um contrassenso, levando-se em conta o ódio que o instituto mostrou com relação à garantia dos direitos fundamentais.³

De forma direta, acabaram disseminando os impropérios dos articulistas, ao mesmo tempo em que ofereceram serviços *online*. “Sonhamos com um futuro em que o acesso à Justiça abra caminhos para um Brasil melhor”, diz o JusBrasil⁴. Irão conseguir êxito publicando os conteúdos do Mises Brasil?

Vários articulistas ganharam espaços na mídia, há exemplo de Rodrigo Constantino e o próprio Olavo de Carvalho, que tinha os seus textos publicados no Instituto Rothbard. Há dezenas de textos que ficaram para trás, mas todos indicavam o mesmo caminho: o direito à propriedade é o único direito humano. Essa lógica não pode imperar, pois, do contrário, a pessoa perderia a sua própria dignidade humana, se não tivesse acesso a qualquer tipo de propriedade.

³ Disponível em: <https://mises.jusbrasil.com.br/>. Acesso em: 21/4/2022.

⁴ Disponível em: <https://sobre.jusbrasil.com.br/para-que-existimos>. Acesso em: 21/4/2022.



As duas *think tanks* garantiram que a liberdade seria o bem mais importante do indivíduo. O Brasil contemporâneo vem discutindo muito sobre a liberdade, à medida que ela foi sendo gradativamente perdida. O ex-presidente da República externava a palavra liberdade ao mesmo tempo em que a mutilava rotineiramente. Há uma sombra de um fio de Ariadne que o recuo seguro do tempo ainda não permitiu a sua revelação.

De qualquer modo, para o recorte proposto, o Mises Brasil e o Instituto Rothbard foram alheios aos direitos humanos, inclusive quando eles foram discutidos dentro da própria dinâmica do mercado. A “mão invisível” deveria agradecer somente o perfil deles: reacionários e conservadores. Seus discursos foram violentos e deveriam ser levados mais a sério. Um “soco” nos direitos fundamentais, que retrocedeu décadas desde quando esses institutos apareceram.

REFERÊNCIAS

FONTES

BLOCK, Walter. Por que discriminar é correto e natural. *Mises Brasil*. 25/01/2011. Disponível em: <https://www.mises.org.br/article/885/por-que-discriminar-e-correto-e-natural>. Acesso em: 25/1/2011.

_____. Sobre a diferença salarial entre homens e mulheres. *Mises Brasil*. 9/3/2012. Disponível em: <https://www.mises.org.br/article/1246/sobre-a-diferenca-salarial-entre-homens-e-mulheres>. Acesso em: 21/4/2022.

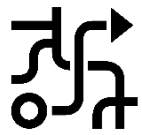
CHIOCCA, Cristiano Fiori. Notas sobre a alteração de nome. *Instituto Rothbard*. 2/12/2015. Disponível em: <https://rothbardbrasil.com/nota-sobre-a-alteracao-de-nome/>. Acesso em: 9/4/2022.

DALRYMPLE, Theodore. A igualdade de oportunidade e a opressão do politicamente correto. *Mises Brasil*. 12/4/2015. Disponível em: <https://www.mises.org.br/article/1843/a-igualdade-de-oportunidade-e-a-opressao-do-politicamente-correto>. Acesso em: 21/4/2022.

GREGG, Samuel. O mercado distorcido pelo capitalismo lacrador. *Instituto Rothbard*. 18/10/2021. Disponível em: <https://rothbardbrasil.com/o-mercado-distorcido-pelo-o-capitalismo-lacrador/>. Acesso em: 9/4/2022.

LORA, Manuel. A discriminação é uma política de direitos de propriedade. *Mises Brasil*. 23/2/2011. Disponível em: <https://www.mises.org.br/article/914/a-discriminacao-e-uma-politica-de-direitos-de-propriedade>. Acesso em: 21/4/2022.

LORENZON, Geanluca. O vazio da expressão “direitos humanos”. *Mises Brasil*. 8/2/2016. Disponível em: <https://www.mises.org.br/article/2307/o-vazio-da-expressao-direitos-humanos->



HUNT, Lynn. *A invenção dos direitos humanos*. Tradução de Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

LOCKE, John. *Dois Tratados sobre o governo*. Tradução de Julio Fischer. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

MAEDA, Patrícia. Reformar para piorar: a reforma trabalhista e o sindicalismo. *Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região*, São Paulo, n. 52, p. 103-120, 2018.

MARTINS, José de Souza. *O poder do atraso: Ensaio de Sociologia da História Lenta*. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.

MBAYA, Etienne-Richard. Gênese, evolução e universalidade dos direitos humanos. *Estudos Avançados*. Dossiê Direitos Humanos, v. 11, n. 30, p. 17-41, 1997..

NETO MOLL, Roberto. *Reaganation: a nação e o nacionalismo (neo)conservador nos Estados Unidos (1981-1988)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, 2010, 203 p.

PRADO, Gustavo dos Santos. *A nova república sem máscara: uma interpretação do Brasil às vésperas do bicentenário da independência. (2010-2021)*. São Paulo: Editora Dialética, 2021.

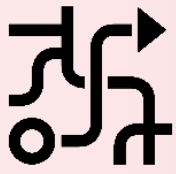
ROCHA, Camila. *Menos Marx, Mais Mises: uma gênese da nova direita brasileira (2006-2018)*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018, 223 p.

SASSEN, Sakia. *Brutalidade e complexidade na economia global*. Tradução de Angélica Freitas. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2016.

VICENTE, Maximiliano Martin. *A crise de bem-estar social e a globalização: um balanço*. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

Recebido em 01/02/2023

Aprovado em 12/11/2023



SILVA, Márcio Douglas de Carvalho e*
<https://orcid.org/0000-0001-7615-0097>

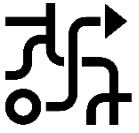
RESUMO: Na década de 1950, observou-se acentuado índice migratório de nordestinos para os grandes centros urbanos do Brasil, notadamente importantes cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. Para chegarem ao destino desejado, quase sempre utilizavam meios de transportes precários conhecidos como pau de arara. Dada a grande empreitada de resistência empreendida nesses caminhões, homens, mulheres e crianças foram alvos dos olhares da imprensa da época, que divulgava, entre outros aspectos, a condição de vida dessas pessoas no percurso e após a chegada, algo que se estendia por semanas. Um desses veículos de comunicação foi a revista *O Cruzeiro*, que produziu uma série de fotorreportagens dando ênfase nas imagens divulgadas, aos rostos das mulheres nordestinas e igualmente ao sofrimento de crianças migrantes, que em alguns casos, não resistindo à jornada, iam a óbito no percurso. É partindo disso que este texto tem como objetivo analisar a migração de crianças nordestinas por meio das fotorreportagens da revista *O Cruzeiro*, utilizando como fonte sete edições publicadas no referido veículo de comunicação entre os anos 1951, 1952 e 1955.

PALAVRAS-CHAVE: Migração; Nordestinos; Fotorreportagem; *O Cruzeiro*.

ABSTRACT: In the 1950s, there was a marked migratory rate of northeasterners to the large urban centers of Brazil, notably the important cities of São Paulo and Rio de Janeiro. To reach the desired destination, they almost always used precarious means of transport known as pau de arara. Given the great undertaking of resistance undertaken in these trucks, men, women and children were targeted by the press at the time, which disclosed, among other aspects, the living conditions of these people on the journey and after arrival, something that lasted for weeks. One of these communication vehicles was the magazine *O Cruzeiro*, which produced a series of photo reports emphasizing the images released, the faces of northeastern women and also the suffering of migrant children, who in some cases, not resisting the journey, died in the route. It is from this that this text aims to analyze the migration of northeastern children through the photo reports of the magazine *O Cruzeiro*, using as a source, seven editions published in the referred communication vehicle between the years 1951, 1952 and 1955.

KEYWORDS: Migration; Northeasterners; Photojournalism; *O Cruzeiro*

* Doutor em História pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Faz estágio de Pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, da Universidade Federal do Piauí (UFPI), supervisionado pelo prof. Dr. Francisco Gleison da Costa Monteiro. Especialização em História do Brasil pelo Centro de Educação Aberta e a Distância da Universidade Federal do Piauí (CEAD/UFPI)



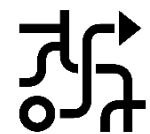
INTRODUÇÃO

As migrações internas no Brasil, partindo de áreas ditas menos desenvolvidas economicamente para outras com pujança ou ascensão econômica, foram e continuam sendo recurso utilizado por uma quantidade significativa de brasileiros em busca de melhores condições de vida, quando estes encontram dificuldades para obterem meios de subsistências no seu local de origem.

Ao longo do século XIX, grandes foram as massas migratórias da região Nordeste para estados como São Paulo e Rio de Janeiro. Na década de 1950, identifica-se maior deslocamento em direção à capital paulista, ampliando a sua população em consequência da entrada dos nordestinos (FONTES, 2002). Até chegarem a essas regiões de destino, homens, mulheres, crianças e idosos utilizavam como meio de transporte com maior frequência os caminhões conhecidos como pau de arara. Esse termo era utilizado para se referir tanto ao veículo que transportava os migrantes, como ao próprio sertanejo que migrava do Nordeste para o Sul do país (CASCUDO, 1954)¹.

Comumente atribuídas na historiografia à seca, à falta de recursos e à concentração de renda, para o nordestino, a partida do seu local de origem era alternativa usada quando os recursos se escasseavam e havia a possibilidade de encontrar meios de sobrevivências nas regiões mais desenvolvidas do país. Metaforicamente as “nuvens fugidas” significavam a ausência de água, essencial para a sobrevivência na terra, sendo contributo impulsionador das migrações. Nesse contexto, o ato de migrar pode ser entendido como uma forma de resistência desses sujeitos, que ao agirem deixaram os vestígios da sua existência e de suas lutas. Os caminhos e condições a que eram submetidos ao longo da jornada migratória foram registrados por diversos veículos de comunicação tanto nesse período como em épocas distintas da história do nosso país, dando conta de que esses deslocamentos populacionais, de certo modo, moldaram a dinâmica da ocupação regional do Brasil ao longo do tempo.

¹ Uma das justificativas para a atribuição dúbia do termo pau de arara foi a seguinte: “é o termo usado nos sertões para designar atoleimados e os retirantes assim eram tidos; seria porque a armação de madeira e a lona colocada nos caminhões lembram a engrenagem feita para papagaios e araras, comuns nas casas do interior nordestino”, e ainda, por assemelharem-se os migrantes no gradil às araras agarradas aos paus” (MARTINS, 1951, p. 16 A).

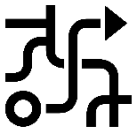


Por meio de fotorreportagens, a revista *O Cruzeiro* produziu uma série de fontes que nos permitem analisar esses fluxos migratórios tanto por meio da narrativa dos repórteres, como principalmente pelo vasto acervo de fotografias que eram disponibilizados em cada uma das edições publicadas. Com isso, analiso como a fotografia foi utilizada por meio da imprensa para explorar a condição do migrante nordestino, de modo especial a criança pau de arara. Para isso, verifico a forma como a imagem é capaz de idealizar, metaforizar e elaborar significação (DINIZ, 2001). Ao todo foram analisadas sete fotorreportagens publicadas pela *O Cruzeiro*, sendo três delas no ano 1951: “O drama dos paus de arara – A retirada da fome”, “A tragédia dos deslocamentos nacionais – Sertanejos no asfalto”, “O trágico ciclo das secas – A Odisseia no Nordeste”; três em 1952, “Arigós em paus de araras – A fuga da seca e da miséria”, “Retirantes em São Paulo – Gado Humano”, “O Nordeste está de muda – Os paus de arara chegam ao paraíso”, e a última em 1955: “Uma tragédia brasileira – Os paus de arara”. Compostas por dezenas de fotografias, o cenário nordestino em meio a seca, o sofrimento dos animais e as feições físicas de homens, mulheres, crianças e idosos antes, durante e após o percurso migratório ganham destaque em maior e menor plano em sucessivas páginas de cada edição, mostrando, criando e reforçando imagens do nordestino como o sujeito pobre que sempre está em busca da sobrevivência.

A REVISTA *O CRUZEIRO* E A FOTORREPORTAGEM NO BRASIL

Acompanhando as transformações ocorridas no Brasil ao longo do século XX, impulsionadas pelas ações governamentais que buscavam desenvolver o país, a imprensa nacional buscou novas formas de se comunicar com o público por meio da adoção de modernos modelos editoriais. Ainda na segunda década do referido século, entrou em circulação a revista *O Cruzeiro*, que acompanhava esse ideário de modernização que o país passava. Ao longo da sua existência, a revista ampliou seu espaço na imprensa brasileira, possuindo circulação nacional e encantando os seus leitores tanto pelo seu modelo inovador para o país na época através das fotorreportagens, como pelas suas páginas impressas em cores (SERPA, 2007).

De propriedade de Assis Chateaubriand, a revista passou ao final da década de 1920 a fazer parte do conglomerado de comunicação criado pelo empresário, denominado *Diários Associados*. Diante do seu perfil editorial e das técnicas de edição

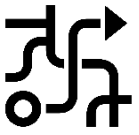


utilizadas, pode-se dizer que “O *Cruzeiro* não apenas foi um veículo de comunicação importante no país, como foi intencionalmente criado para ser porta-voz de uma nova ordem: a modernidade nacional” (SERPA, 2003, p. 29), afirmando-se que “a modernidade era o carro-chefe do semanal (...), cujos ideais eram traduzidos, entre outras estratégias, por meio da veiculação de novos recursos visuais” (SANTOS, 2013, p. 151), seja através da presença da caricatura, da pintura ou da fotografia, expostas nas páginas da revista em cores, com destaque para o fotojornalismo (SERPA, 2007). Tornando-se marco na imprensa nacional, “a variedade e profusão de imagens foram suas principais marcas. Semanalmente a revista era ilustrada com grande quantidade de fotos, *cartoons*, charges e desenhos de todos os tipos, o que a tornava bastante atraente” (ROMANELLO, 2009, p. 56). Ao longo da sua existência, de 1928 até 1975, quando foi descontinuada, a revista produziu documentação vasta sobre o Brasil, sua população, paisagens e momentos históricos atravessados pelo país ao longo dessas décadas.

Com suas origens associadas à reportagem de guerra, a fotojornalismo possibilitou o fornecimento de imagens dos acontecimentos ao público, tornando-se referência no modo de se fazer jornalismo no século XX (MOURA, 2018). Comparativamente,

as diferenças entre a fotojornalismo e a documentação realizada pelos primeiros fotógrafos de imprensa, situam-se na própria concepção de fotografia. Se anteriormente ela era um apêndice do texto, a partir deste momento ela passa a se apresentar um ponto de vista próprio sobre os acontecimentos relatados. A fotografia torna-se construção, segundo estruturas ideológicas nem sempre explícitas, respaldadas na sua pretensa imparcialidade (COSTA, 1993, p. 79).

Como se observa, ao ganhar “vida própria”, no cenário jornalístico, a fotografia não pode mais ser entendida apenas como um anexo ou ilustração, pois da forma como era posta, com cenários e ângulos enquadrados de forma estratégica para chamar a atenção do leitor, resume-se que, embora pense ela ser portadora de afirmada imparcialidade, estava a serviço de um projeto editorial, que assim como o texto, possuía uma linha ideológica e/ou política a ser enfatizada, mesmo que para alguns pretendesse ser implicitamente, de tal modo que a maneira como a fotografia era utilizada, converge para a construção de um projeto, pois



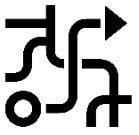
a reportagem fotográfica procura situar o leitor no espaço e no tempo. É comum a abertura ter uma grande foto de impacto, que muitas vezes já dispõe o assunto geograficamente e/ou retrata os personagens da história. O encadeamento das imagens seguintes vai situar o leitor no tempo, ou através da construção de uma sequência fotográfica que funciona como um pequeno filme, ou de imagens isoladas que, mesmo não formando uma série cronológica vão sempre se dispor como imagens concatenadas (SILVA, 2004, p. 36).

Na revista *O Cruzeiro*, o fotojornalismo ganhou destaque a partir de 1944, após a contratação do fotógrafo francês Jean Manzon, passando a ter “um caráter próprio, e isto se deu porque a introdução do conceito coincidiu com a procura de uma compreensão do país, com um universo cultural e social específico, a partir de uma conjuntura política que pregava o nacionalismo” (MOURA, 2018, p. 04). Na sua execução as fotorreportagens eram montadas de modo a causar impacto visual com uma série de fotografias em tamanhos e planos diversos, quase sempre lado a lado, preenchendo páginas sucessivas, muitas vezes com uma legenda que buscava explicar de modo impactante e rápido o objeto/espaço ou sujeito mostrado, com alguns espaços destinados ao texto da reportagem. Durante a década de 1950, o nordestino e as suas migrações foram objeto de exploração pelos repórteres da revista, e os seus rostos ganharam destaque nas páginas a fim de provocar comoção nacional diante da forma penosa como foram mostrados.

A MIGRAÇÃO DE NORDESTINOS E AS CRIANÇAS MIGRANTES NAS FOTORREPORTAGENS DA *O CRUZEIRO*

“O sertão estava todo se mudando para o Sul”. Com essa fala do prefeito de Salgueiro, Pernambuco, de 1952, mais uma reportagem da *O Cruzeiro* mostrava o deslocamento de nordestinos para os grandes centros do país. Nela, um ingrediente novo é adicionado. Segundo o político, “Já não eram, como nas secas passadas, os jovens imbuídos de um espírito de aventura, que voltavam quando as chuvas caíam. Agora, eram todos, mesmo os velhos, as crianças, as matrizes das famílias que se transportavam em bloco” (SOARES, 1952, p. 57). O caráter familiar dessas migrações é algo importante de ser destacado na literatura sobre o tema; nas reportagens da revista os registros feitos pelas fotografias dão conta do deslocamento de todo o núcleo familiar, incluindo mulheres com crianças de colo.

Em números, pode-se dizer que entre os anos de 1950 e 1960 o Brasil teve o seu mais elevando índice de migração interna, com 5,51% da sua população, sendo



o Nordeste a região que teve maior decréscimo populacional, com 9,78%, enquanto o Sul ganhou 8,25% e o Centro-Oeste, 22,52%, tendo os Estados Nordestinos índices negativos de migração nos seguintes percentuais: Piauí - 15,08%, Ceará - 12,27%, Rio Grande do Norte - 13,82%, Paraíba - 14,97%, Pernambuco - 10,97%, Alagoas - 16,71%, Sergipe - 15,38% e Bahia - 10,47% (GRAHAM; FILHO, 1984).

Independente dos condicionantes, os números revelam o que já se conhece na literatura que versa sobre o tema: o Nordeste viu parte de sua população se esvaindo ao longo do século XIX para o Sul e Centro-Oeste, movimentação que já era alimentada desde o período imperial, se acentuando nesse período e se estendendo até o atual.

Entre os fatores que impulsionavam esses deslocamentos no século passado, pode-se citar desenvolvimento de São Paulo, que na década de 1950, já concentrava 34% da produção do país e no setor industrial, praticamente 50% (VILLA, 2017). Embora seja tema que pode ser amplamente problematizado, as causas das migrações internas ao longo da história do Brasil, bem como a de nordestinos para o eixo Sul-Sudeste, na maioria das vezes associada à pobreza desses migrantes, bem como o menor desenvolvimento econômico do Nordeste ante o incremento econômico e as possíveis oportunidades de emprego no eixo Sul/Sudeste, devemos entender esse fenômeno a partir de causas multifatoriais. A própria estrutura agrária do Brasil e a concentração de terras reforça a ideia de que, sem ter espaço para construir o seu próprio patrimônio no local de origem, o nordestino busca melhores condições de vida nos grandes centros urbanos, o que nem sempre significou nem significa que a empreitada terá como resultado final o alcance do objetivo desejado, porém essa ação pode ser vista como uma forma de resistir às intempéries a que eram expostos, inclusive climáticas, também apontadas como um dos fatores das motilidades nordestinas, citando aqui o caso das secas, pois elas eram fator de impacto no momento da decisão de migrar (FONTES, 2002).

Buscando também mostrar uma explicação para os deslocamentos populacionais do Nordeste, em uma das primeiras fotorreportagens da *O Cruzeiro* sobre o tema, foram apontados alguns fatores principais: “o abandono em que se acha o homem do campo, sem nenhuma assistência moral e material, sem nenhuma garantia das leis trabalhistas, sem nenhuma esperança de possuir um pedaço de terra própria na qual lance suas raízes”, as secas periódicas e o aliciamento dos donos de

caminhões que buscavam iludir os nordestinos “realizando uma verdadeira campanha de imigração” para o Sul, descrevendo-o como terra de oportunidades (MARTINS, 1951, p. 22 A), além da ilusão de conseguirem melhores salários com o desempenho do seu trabalho nessas regiões (LEMOS; MORAES, 1955, p. 75).

Como dito, as secas periódicas que afetaram diferentes partes do Nordeste ao longo do século XX estão entre os elementos que podem ser ditos “expulsores” ou impulsionadores dessas motilidades humanas. As fotorreportagens analisadas buscavam focar de forma bem clara esse fenômeno no Nordeste, seja por meio dos textos, como também das fotografias, que priorizavam ângulos que mostravam um cenário seco. “No rumo nas nuvens fugidas”. Foi assim que a revista legendou uma das dezenas de fotografias que estampavam a reportagem intitulada “O trágico clico das secas – A Odisseia no Nordeste”, da edição de 12 de maio de 1951. Essa já era a terceira fotorreportagem que abordava o mesmo tema, as duas primeiras haviam sido publicadas no mês anterior. Com textos e fotos de João Martins, a fotorreportagem trazia ao todo 18 fotografias, dentre elas, três ocupando a página completa.



Fig. 01: Migrantes “em busca das nuvens fugidas”
Fonte: *O Cruzeiro*, 12 de maio de 1951.

A figura 01 é uma das que ilustram o cenário seco. Na legenda o autor enfoca a permanência da seca e a falta de um programa de combate aos seus efeitos

econômicos sociais e humanos. A saída do lar, o abandono da moradia segura para a busca do incerto era, assim como na figura 01, foco desejado dos repórteres para mostrar os deslocamentos, que captavam ângulos que mostrava o sertanejo saindo de casa levando os seus poucos pertences em sacos pisando o chão seco na busca de providência em outras regiões do Brasil. Na foto 01, em meio aos adultos, duas crianças também engrossam a massa de caminhantes; uma delas parece olhar para trás.

Nas imagens, a seca é a causa principal do abandono do Nordeste. Na figura 02, a legenda: “quando o lar não é mais doce lar. Embora paupérrima, a cabana de sapé é o lar do sertanejo. Mas ele a abandona com toda a família quando vê esgotadas as possibilidades de resistência. Fazem as trouxas e procuram viajar num “pau de araras”. Para onde irão?” (MARTINS, 1951, p. 18 A). Na figura 03, também se atém a expor de forma penosa a condição dos migrantes: como nas páginas bíblicas, as famílias se retiram. Acampam à beira das estradas onde haja sombra” (MARTINS, 1951, p. 15. B).



Fig. 02: Abandono do lar
Fonte: *O Cruzeiro*, 14 de abril de 1951.

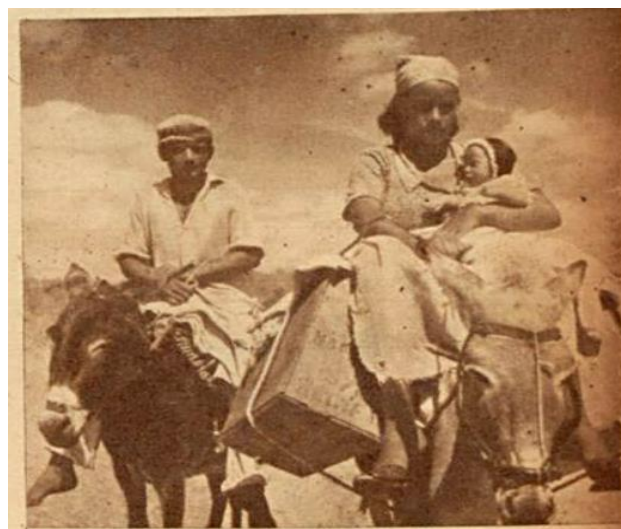


Fig. 03: Família migrando em jumento
Fonte: *O Cruzeiro*, 12 de maio de 1951.

A narrativa das fotorreportagens, que enfocavam as secas como motivadoras, trazia fotografias que iam desde e cenários secos, com páginas inteiras com o chão nordestino rachado devido à falta de chuvas, vegetação com galhos secos e retorcidos, animais quase em inanição, a tentativa de fazer roçados em meio à terra

seca e sem vida, a homens e mulheres que estavam dispostos a todo tipo de esforço



para conseguir ter acesso à água.

Fig. 04: Matando a sede Fig. 05: Em busca de água Fig. 06: Vegetação seca
Fonte figuras 04, 05 e 06: *O Cruzeiro*, 12 de maio de 1951.

A forma como a revista expunha o Nordeste e os seus habitantes aos seus leitores provocavam a sensação de terra abandonada, de lugar de dificuldades, onde era uma luta diária a sobrevivência. Todas as fotos mostradas que enfocam uma visão de terra onde a água é um bem buscado a todo custo, e que a ausência de chuva inibe a sobrevivência humana, animal e impede a produção agrícola, faz com que a migração seja justificada pelo fator natural, embora seja sabido que as motilidades de nordestinos eram um dado histórico, visto não haver um programa permanente de combate aos efeitos da seca que atenuasse as suas consequências quando das suas ocorrências. Além da paisagem e a natureza do lugar, o percurso do deslocamento era outro aspecto bem difundido por meio das fotografias. É nesse ponto que tanto o pau de arara, veículo lotado de malas, e pessoas, como também os sujeitos araras, ganham grande espaço, com destaque para os corpos e rostos de mulheres e crianças.



Fig. 07: O embarque
Fonte: *O Cruzeiro*, 21 de abril de 1951.

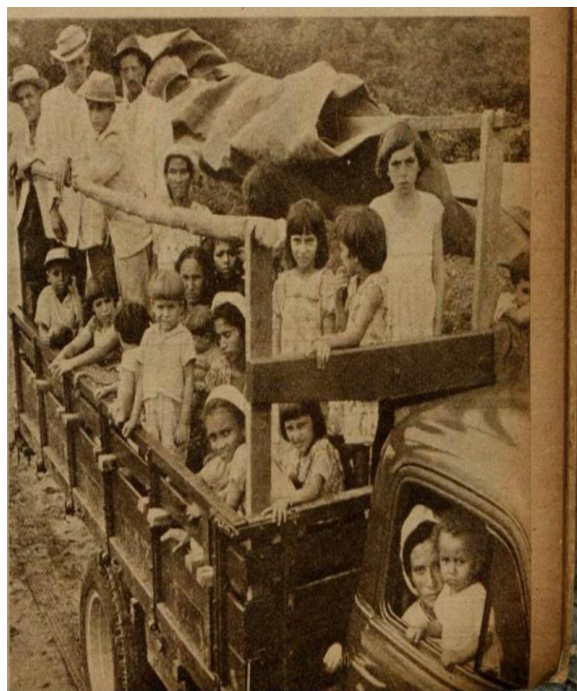


Fig. 08: Nordestinos no pau de arara
Fonte: *O Cruzeiro*, 12 de abril de 1952.

Os viajantes geralmente eram acomodados na carroceria dos caminhões sentados em tábuas estreitas e cobertos por uma lona grossa todos lado a lado. Em ambas as fotografias (figuras 07 e 08), observa-se uma quantidade significativa de crianças nos veículos, bem como de mulheres. Com a finalidade de causar maior impacto, geralmente as fotografias que colocavam mulheres e, principalmente crianças em evidência, eram acompanhadas por uma legenda e/ou comentário com tom penoso. Os nordestinos eram dados como pobres e miseráveis, a sua condição era dada e reforçada como aqueles que, despossuídos de sorte, lançavam-se a o que era classificada como uma aventura, como na figura 09 que diz: “Mulheres. Levando os filhos acompanham os maridos nas grandes aventuras, fugindo à adversidade”, embora reconheça o que melhor seria se permanecessem no seu local de origem, afirmando que “para elas o futuro poderia ser imenso caso encontrassem mais escolas” (MARTINS, 1951, p. 15, A), por isso concluía o repórter que a maior sacrificada era a infância que iria para o Sul ampliar a massa já existente de desamparados e de habitantes nas favelas.



Fig. 09: Mulher e seu filho nordestinos
Fonte: *O Cruzeiro*, 14 de abril de 1951.



Fig. 10: Criança migrante no pau de arara
Fonte: *O Cruzeiro*, 14 de abril de 1951.

Como se observa nas imagens, a migração envolvendo todo o núcleo familiar era uma constante nesses casos, e as crianças eram submetidas à jornada migratória, independente da sua idade. As mães também são destaque entre as imagens, associadas à migração das crianças, pois são quase sempre elas que conduzem-nas no percurso da migração. Com vistas a oferecer uma visão ampla do sofrimento infantil, as mães ganham destaque entre as fotografias, seja alimentando os seus progenitores ou segurando-os no colo junto com os demais objetos que conseguiam levar consigo em meio ao percurso e à parada quando chegavam no local de destino. Na imagem abaixo (figura 11) uma mãe nordestina amamenta o seu filho. No ato, observa-se o olhar cansado daquela que supostamente já teria viajado centenas de quilômetros nas tábuas desconfortáveis do pau de arara, segurando o seu filho no colo. Ao longo do percurso os repórteres, por mais de uma vez, registraram em texto o choro das crianças, que chegara a incomodar outros viajantes (SILVA; SILVA, 1951, B).



Fig. 11: Mãe amamentando
 Fonte: *O Cruzeiro*, 21 de abril de 1951.



Fig. 12: Mãe com filhos no colo
 Fonte: *O Cruzeiro*, 19 de abril de 1952.

Na figura 12, as crianças com a mãe mais uma vez são protagonistas da cena retratada. O olhar vacilante da mulher enquanto amamenta um filho e segura o outro no colo, enquanto esse dorme, possui uma gama de significados e sentimentos que perpassam o momento congelado na fotografia. Para a mulher e mãe deslocar-se da sua terra e expor os seus filhos aos tipos de provação a que eram submetidos talvez possuísse mais significado do que para os homens. Eram elas que apareciam quase sempre agarrando-os ao colo, alimentavam-lhes mais diretamente, tentavam consolar o seu choro e certamente estavam lutando a todo instante para proteger as suas crias da poeira das estradas em que percorriam os caminhões.

Nas figuras 13 e 14, observa-se o trabalho duplo dessas mulheres no percurso da migração: além de levarem os filhos no colo, também transportavam as suas bagagens da forma como conseguiam. Em uma delas, a mãe aparentemente jovem leva o seu filho nos braços juntamente com uma série de objetos que se sobrepõem ao corpo do mesmo. Na imagem seguinte, a mulher equilibra-se entre segurar o filho com os braços e transportar uma mala, supostamente de madeira em sua cabeça em um verdadeiro malabarismo.



Fig. 13: Nordestina com filho no colo Fig. 14: Mãe leva filho no colo e bagagem
 Fonte: *O Cruzeiro*, 19 de abril de 1952. Fonte: *O Cruzeiro*, 19 de abril de 1952.

Aparecendo nas fotorreportagens no colo das mães, ou em fotos individuais, ou em grupos, a criança nordestina era vista como sinônimo de resistência, mesmo diante da adversidade a que era submetida desde o nascimento, por ser considerada pertencente “a raça mais forte do Brasil”, que devido ao “depuramento natural causado pelo meio hostil em que vive, só os fortes sobrevivem”, possuindo robustez, “apesar da miséria em que vive” (MARTINS, de 1951, p. 13, B). As conclusões, possivelmente inspiradas na afirmação de Euclides da Cunha “o sertanejo é, antes de tudo, um forte” (CUNHA, 1990, p. 92). Contrastava com a realidade a que as crianças passavam ao longo e após o trajeto até o destino. Com poucos recursos financeiros para se manterem por diversos dias viajando, a fome era uma realidade presente nos caminhões de migrantes e as mais vitimadas entre todos eram as crianças, pois quase sempre a alimentação era restrita “a ração a um verdadeiro quebra-jejum, as crianças acabam adoecendo e morrendo”. Citando “dois exemplos trágicos”, confirmou a reportagem: em menos de dez dias morreram duas crianças, por inanição, “eufemismo para “MORRERAM DE FOME” (SILVA; SILVA, 1951, p. 22, B). A reportagem publicada em 21 de abril de 1951, intitulada “A tragédia dos deslocamentos nacionais - Sertanejos no asfalto”, foi dentre elas a que deu amplo destaque para o sofrimento e a morte infantil durante as migrações. Nela, duas

páginas completas foram impressas, respectivas fotografias, em uma a criança agonizando na sua “derradeira luta” quando foi fotografada. Descrita como uma criança “que já nasceu sofrendo e não resistiu às privações da viagem”, tonando-se “mais uma vítima”; na outra, a criança em seu “derradeiro sono” em uma “pedra fria”, sendo lá deixada e os pais sendo obrigados a seguir viagem.

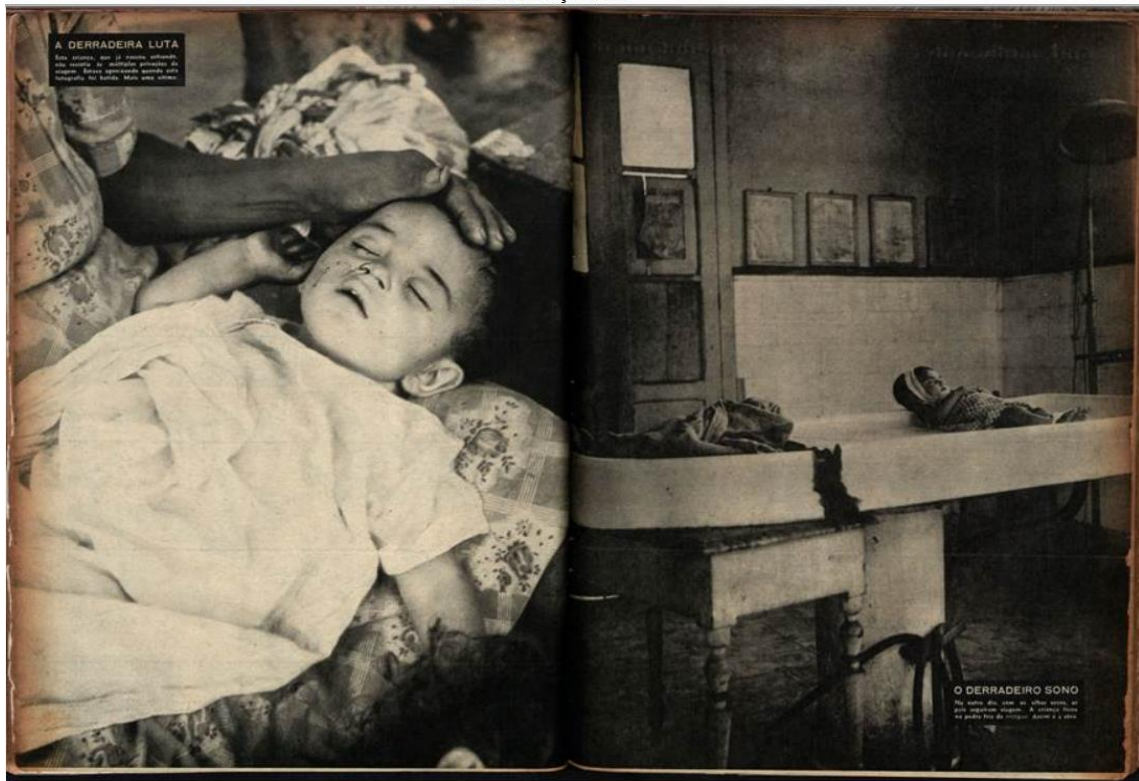


Figura 14: Criança vitimada durante a migração
Fonte: *O Cruzeiro*, 21 de abril de 1951.

Longe de ser restrito a poucos casos, a morte² de crianças nesse trajeto, e o conseqüente abandono do seu corpo em “pedras frias” o seu sepultamento em covas rasas na margem das rodovias era uma constante. Sem ter mais o que providenciar, os pais continuavam o trajeto, agora com a família reduzida. Nesse contexto, parece-nos fácil compreender que “o conceito social de infância era, de fato, determinado pela consciência um tanto fatalista de que uma criança podia estar presente um dia e no dia seguinte não mais” (PANCINO; SILVERIA, 2010, p. 186). Em uma época em que a mortalidade infantil não era restrita a casos isolados, “as próprias crianças não eram

² Para conhecer dados sobre a mortalidade infantil no Brasil ao longo do século XX, ver: IBGE. *Evolução e perspectivas da mortalidade infantil no Brasil*. IBGE, Departamento da População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 1999.

mantidas alheias ao fato de que a morte as espreitava” (PANCINO; SILVERIA, 2010, p. 184).

Aos sobreviventes do percurso, continuava a luta ao chegarem ao local de destino. Desnutridos e famintos, nem sempre encontravam acomodações quando eram largados juntamente com os seus pais pelos motoristas dos caminhões em algum ponto de São Paulo ou do Rio de Janeiro, nesses locais comiam o que conseguiam encontrar e eram acomodados no chão (figura 15). Importante compreender o impacto gerado na vida dessas crianças ao serem levadas a migrar, pois “todos os eventos, grandes e pequenos, terão repercussões sobre as crianças, como parte da sociedade; e, em consequência, elas terão reivindicações a serem consideradas nas análises e nos debates acerca de qualquer questão social maior” (QVORTRUP, 2011, p. 202).



Fig. 15: Migrantes após chegarem ao seu local de destino
Fonte: *O Cruzeiro*, 21 de abril de 1951.

Dado o interesse em mostrar os rostos cansados e sofridos, as crianças em estado de enfado eram preferidas para registros nas fotos que eram impressas em sequência preenchendo páginas inteiras das fotorreportagens, como mostram figuras seguintes:



Fig. 16: Crianças nordestinas migrantes.
Fonte: *O Cruzeiro*, 19 de abril de 1952.



Fig. 17: Crianças migrantes se alimentando e sentadas no chão
Fonte: *O Cruzeiro*, 21 de abril de 1951.



Fig. 18: Crianças migrantes
Fonte: *O Cruzeiro*, 21 de abril de 1951.



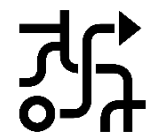
Fig. 19: Crianças migrantes.
Fonte: *O Cruzeiro*, 26 de abril de 1952.



Fig. 20: Crianças migrantes
Fonte: *O Cruzeiro*, 12 de abril de 1952.

Analisadas em conjunto, as oito fotografias presentes nas figuras 16 a 20, revelam momentos que quebraram a rotina de vida dessas crianças. Elas, em poucos anos de vida, já haviam viajado centenas de quilômetros e que dificilmente entendiam o sentido e o significado do que estava ocorrendo. Pode-se dizer que era uma transformação no seu percurso comum da vida, que, embora com dificuldades onde viviam, possuíam uma cama ou uma rede para dormir. “No Sul, após a chegada, crianças e adultos ficavam nas estações em busca de bilhetes para a continuação da jornada à espera de um destino final. Sem ter condições de pagar locais adequados para se acomodarem, dormiam amontoadas no chão, usando como apoio os seus próprios pertences” (SILVA, 2022, p. 185).

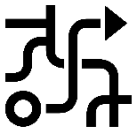
Após a empreitada migratória, quase tudo se tornava incerto. Ao chegarem em pontos desconhecidos, em meio a uma quantidade cada vez mais crescente de pessoas que aos seus olhos também eram estranhas, possivelmente explodia dentro de cada uma delas uma gama de sentimentos, entre eles, o medo. Para as que ainda eram amamentadas e dependiam do colo das mães para se locomoverem, além do cansaço físico e da exposição à poeira e a doenças, a mudança do local de origem para o Sul, naquele momento ainda não representava muito estranhamento, mas para as crianças que percebiam e vivenciavam cada experiência, desde o sair da casa onde moravam no Nordeste até a chegada aos grandes centros, a migração era mais do que uma aventura. Era uma sucessão de fatos novos que deveriam ser assimilados rapidamente, sem que as crianças tivessem tempo para compreender, algo que certamente nem os adultos tinham capacidade naquele momento, ao se mudarem de



uma parte do país com as suas famílias para outras regiões que eram “*adversas* a sua familiaridade. Sem o propósito de qualificar e adjetivar tal mudança entre boa ou ruim, o que se expõem é uma realidade infantil que, ocultada, deixa de considerar a alteridade da criança que exerce papel em seu processo de desenvolvimento integral” (ALCUBIERRE, 2017, p. 53).

Nesses intercursos de mudança de vida, pode-se afirmar que a infância era afetada de alguma forma. Se ao chegarem ao destino teriam que se adaptar a acomodações, a princípio, às vezes nas estações, rodoviárias ou nas hospedarias de imigrantes até que a família conseguisse se estabelecer em alguma moradia, quando conseguia trabalho, pois estar em São Paulo, Rio de Janeiro ou outro centro econômico mais desenvolvido na época nem sempre era garantia de que a migração tinha sido bem-sucedida. Isto pelo fato de ser grossa a camada de desempregados nordestinos nesses locais, o que inviabilizava o alcance do sucesso desejado quando do empreendimento da migração. Essas crianças que dormiam no chão, amontoadas, às vezes umas sobre as outras, envoltos em lençóis de pano grosso ou sacos, expostas ao relento e com olhares atentos ao que ocorria a sua volta, quando não vencidas pelo cansaço, estavam acima de tudo interessadas em se alimentar. Com uma ração quase sempre à base de rapadura e farinha, como enfocou uma das reportagens, sorte daqueles que conseguiam pão ou alguma fruta para comer, vistos os recursos que seus familiares levavam consigo que eram escassos e em muitos casos se extinguíam ainda durante a viagem, ficando toda a família sem ter como comprar alimento.

De modo geral, as fotografias mostram as crianças em contextos díspares, porém ao enfocarem seus rostos abatidos se nutrindo em lugares diversos, no percurso ou no local-destino, seja no seio da mãe ou com algum outro alimento, busca-se mostrar o contraste seca e fome e atenta-se para a migração provocada pela necessidade de sobrevivência, o que em última instância significava para o nordestino ter o alimento diário. Buscar o mínimo para comer, para a imprensa significava sobreviver, fazendo com que ela atribuisse os mesmos significados penosos, com o uso de palavras como “tragédia”, “drama”, “fome”, “miséria” e “retirantes”, quase sempre utilizadas nos títulos das fotorreportagens e em grande destaque.

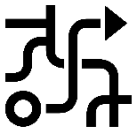


É de se notar a grande relevância dada à condição da criança nas fotografias. Entre tantos cenários e rostos expostos em sequência, encontram-se, embora sem muita problematização, e de certa forma proposital, dezenas de rostos infantis em situações dignas de pena. Partindo disso, concordamos que

as crianças estiveram expostas sob circunstâncias que historicamente remontam a definição de infância que nossa sociedade construiu ao longo de sua história. Em uma sociedade regida pela divisão de classe que seus sujeitos pertencem, as crianças não estão à parte destas desigualdades produzidas e necessárias para a expansão capitalista (ALCUBIERRE, 2017, p. 54).

Afetadas pelo contexto amplo, social e econômico em que estavam inseridas, as crianças eram vítimas das desigualdades sociais do Brasil, que se davam em âmbito social e regional. Oriundas do Nordeste “seco”, já nasciam, segundo a revista, com a missão de resistir, de ser forte. Embora essa reprodução seja o pensamento dos repórteres na época, a própria revista enfocou mais de uma vez a forma desigual como o Nordeste era tratado pelo governo federal, principalmente em épocas de crises climáticas e após elas, reconhecendo que se houvesse assistência suficiente na região de origem desses migrantes, bem como formas de desenvolvimentos locais incentivadas pelo poder público, essas migrações seriam minoradas e as crianças certamente não seriam afetadas da maneira como foram, pois quando a criança é forçada a migrar com sua família ela torna-se vítima e agente do processo. Vítima por estar submetida a todo tipo de adversidade que possa existir ao longo do percurso e após chegar ao local de destino, ter que se adaptar a um local e a pessoas diferentes, inclusive aspectos culturais incomuns aos seus, bem como continuar passando por privações nutricionais, habitacionais e em muitos casos ser levada para a exploração do trabalho infantil, em detrimento de serem encaminhadas para as escolas, e em último caso ser levada à marginalidade e à criminalidade.

Entre tantos destinos e possibilidades, a criança nordestina que migrava nos paus de arara era para a imprensa produto de divulgação da seca e das mazelas do Nordeste, por ser matéria que chamava a atenção pela penosidade capaz de gerar entre os leitores. Não à toa, foram em dois anos seguidos publicadas sucessivas fotorreportagens sobre o tema, sempre enfocando a imagens de homens, mulheres e, em grande medida, a condição das crianças. Dadas as intenções de comercialização para vender exemplares, a publicação de seis reportagens quase consecutivas no primeiro semestre de 1951 e 1952 pode ser também interpretada por



meio do aspecto da dinâmica política brasileira, quando o país era governando por Getúlio Vargas e o proprietário da revista, Assis Chateaubriand, fazia oposição ao presidente³.

CONSIDERAÇÕES

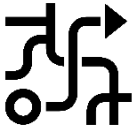
Na carroceria dos caminhões, empoeiradas, mal vestidas, com olhos vacilantes ou arregalados, descabeladas, amontadas ao dormirem no colo das mães, se alimentando ou “perdidas” no Sul desconhecido, a criança nordestina que migrou na década de 1950 foi flagrada sob diversos aspectos pela revista *O Cruzeiro*, e foi transformada em matéria-prima para suas páginas em fotorreportagens compostas por dezenas de fotografias, que valorizavam diversos ângulos da situação em que não só as crianças, mas todos os migrantes se encontravam.

Mais do que serem apenas fotografias de uma realidade dada no nosso país em uma determinada época, os rostos, os corpos e os olhares de crianças expostos pela imprensa no começo da segunda metade do século XX no Brasil, ainda vivendo em condição de vulnerabilidade social, tendo que migrar, tendo sua infância afetada e tendo o seu corpo e a sua vida expostos a todo tipo de intempéries, maiores que a seca, do local onde partiam, servem para repensarmos a condição a que as crianças brasileiras eram e também são tratadas.

Não se pode negar que as fotorreportagens funcionavam como uma maneira de denunciar a situação da criança e daquelas famílias migrantes, embora a função da sua produção possa não ser necessariamente elas, vistos os demais interesses econômicos e políticos que perpassam a linha editorial de um veículo de comunicação. Mesmo com isso, cumpre papel como documento histórico valioso de um período da história do Brasil que, longe de ser estaque, ainda se repete até os dias atuais, quando nordestinos se sentem na necessidade de migrar para diferentes regiões do Brasil em busca de melhorias para as suas condições de vida, e com elas levam as suas crianças.

Com isso, cumpre sempre observar o lugar da criança na imprensa, as situações e a forma como elas ganham destaque, bem como a condição de vida da criança migrante, seja a do século passado, que experimentou diversas sensações ao

³ Sobre o tema ver: MORAIS, Fernando. *Chatô: o rei do Brasil, a vida de Assis Chateaubriand*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.



se deslocar do Nordeste para o Sul, assim como as atuais. Esse deve ser o papel da imprensa e da história. Registrar, analisar e quando possível denunciar, nunca fazendo esquecer as lutas e histórias do povo nordestino e da criança migrante.

REFERÊNCIAS

ALCUBIERRE, Karina Strohhecker Lisa. *Crianças migrantes: sentidos e memórias da objetividade vivida*. (Dissertação) 285f. Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Florianópolis, 2017.

CASCUDO, Câmara. *Dicionário do folclore brasileiro*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1954

COSTA, Melouise. Da fotografia de imprensa ao fotojornalismo. *Acervo: Revista do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1-2, jan./dez. 1993.

CUNHA, Euclides da. *Os Sertões: campanha de Canudos*. São Paulo: Círculo do Livro, 1990.

DINIZ, Ariosvaldo da Silva. A iconografia do medo (imagens, imaginário e memória da cólera no século XIX). In: KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro (org.). *Imagem e memória: ensaios em antropologia visual*. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

FONTES, Paulo Roberto Ribeiro. *Comunidade operária, migração nordestina e lutas sociais: São Miguel Paulista (1945-1966)*. 412f. Tese (doutorado) Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2002.

GRAHAM, Douglas H. FILHO, Sérgio Buarque de Holanda. *Migrações internas no Brasil: 1972-1970*. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas, 1984.

IBGE. *Evolução e perspectivas da mortalidade infantil no Brasil*. IBGE, Departamento da População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 1999.

MORAIS, Fernando. *Chatô: o rei do Brasil, a vida de Assis Chateaubriand*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MOURA, Ranielle Leal. José Medeiros e o fotojornalismo na Revista O Cruzeiro. 2018. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/6oencontro20081/Jose%20Medeiros%20e%20o%20fotojornalismo%20na%20Revista%20O%20Cruzeiro.pdf>>. Acesso em: março de 2023.

PANCINO, Claudia e SILVERIA Lygia. “Pequeno demais, pouco demais”. A criança e a morte na Idade Moderna. *Cad. hist. ciênc.*, São Paulo v. 6 n. 1, jan./jul. 2010.

QVORTRUP, Jens. Nove teses sobre a "infância como um fenômeno social". *Pro-Posições*, Campinas, v. 22, n. 1, 2011.



ROMANELLO, Jorge Luiz. Uma história da revista O Cruzeiro 1930-1960. In: GAWRYSEWSKI, Alberto. *O Cruzeiro: uma revista (muito) Ilustrada*. Londrina: Universidade Estadual de Londrina/LEDI, 2009.

SANTOS, Marinês Ribeiro dos; MANNALA, Thaís. Modernidade e visualidade no projeto editorial da revista O Cruzeiro (1928-1945). *Visualidades*, Goiânia v.11 n.1, p. 149-171, jan./jun. 2013.

SERPA, Leoní Teresinha Vieira. *A máscara da modernidade: a mulher na revista O Cruzeiro (1928-1945)*. 180 f. Dissertação (mestrado) – Universidade de Passo Fundo, 2003.

SERPA, Leoní. A contribuição de *O Cruzeiro* para com o jornalismo brasileiro (1928-1945). Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. V Congresso Nacional de História da Mídia – São Paulo – 31 maio a 02 de junho de 2007.

SILVA, Márcio Douglas de Carvalho e. Os paus de arara: a migração de nordestinos na década de 1950, sob o olhar das fotorreportagens da revista O Cruzeiro. *CLIO: Revista de Pesquisa Histórica – CLIO*, Recife, Online), ISSN: 2525-5649, v. 40, p. 171-198, jul./dez., 2022.

SILVA, Silvana Louzada da. *Fotojornalismo em revista: o fotojornalismo em O Cruzeiro e Manchete durante os governos de Juscelino Kubitschek e João Goulart*. 2004. Dissertação (mestrado), Universidade Federal Fluminense – UFF, Niterói, 2004.

VILLA, Marco Antonio. *Quando eu vim-me embora: história da migração nordestina para São Paulo*. Rio de Janeiro: LaYa, 2017.

FONTES REVISTA O CRUZEIRO

FERREIRA, Jorge; BALLOT, Henri. Retirantes em São Paulo – Gado Humano. *O Cruzeiro* de 19 de abril de 1952.

LEMOS, Ubiratan; MORAES, Mário. Uma tragédia brasileira – Os paus de arara. *O Cruzeiro*, de 22 de outubro de 1955.

MARTINS, Fontes. O trágico clico das secas – A odisseia do Nordeste. *O Cruzeiro*, 12 de maio de 1951, B.

MARTINS, João. O drama dos paus de arara – A retirada da fome. *O Cruzeiro*, 14 de abril de 1951, A.

MOREIRA, Neiva; BRAGA, Badaró. O Nordeste está de muda – Os paus de arara chegam ao paraíso. *O Cruzeiro*, 26 de abril de 1952.

SILVA, Álvares da; SILVA, Eugênio H. A tragédia dos deslocamentos nacionais - Sertanejos no asfalto. *O Cruzeiro*, 21 de abril de 1951, B.



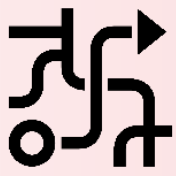
SILVA, Álvares da; SILVA, Eugênio H. Arigós em paus de araras – A fuga da seca e da miséria. *O Cruzeiro*, 12 de abril de 1952, A.

Recebido em 27/05/2023

Aprovado em 07/12/2023



ENSAIOS DE GRADUAÇÃO



SANTOS, Thamires Carla Lopes dos*
<https://orcid.org/0009-0000-0530-2866>

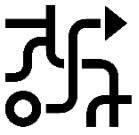
RESUMO: O presente artigo apresenta o resultado de pesquisa de iniciação científica que buscou compreender as memórias de guerra do expedicionário Petrônio Rebuá Alves Corrêa, a partir das fontes do acervo documental doado ao Núcleo de Documentação Histórica Honório de Souza Carneiro, do curso de História da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Campus de Três Lagoas. A principal fonte investigada foi o Manuscrito “Heróis de Barro”, com o intuito de desvelar a subjetividade das memórias do personagem Rebuá e a história social da participação de expedicionários brasileiros na Segunda Guerra Mundial, conflito ocorrido entre os anos de 1939 e 1945. O Manuscrito de Rebuá apresenta uma narrativa antagônica às histórias de “heróis”, relatando uma história feita por homens simples, com desejo de sobrevivência. Ademais, revela outro lado dos acontecimentos – o não dito – como os abusos sexuais cometidos por soldados brasileiros contra mulheres e crianças.

PALAVRAS-CHAVE: Memórias, Expedicionário, Abusos sexuais.

ABSTRACT: This article presents the result of a scientific initiation research that sought to understand the war memories of the expeditionary Petrônio Rebuá Alves Corrêa, based on the sources of the documentary collection donated to the Center of Historical Documentation Honório de Souza Carneiro, of the History course at the Federal University of Mato Grosso do Sul, Três Lagoas Campus. The main source investigated was the Manuscript “Heróis de Barro”, with the aim of revealing the subjectivity of the memories of the character Rebuá and the social history of the participation of Brazilian expeditionaries in the Second World War, a conflict that occurred between the years 1939 and 1945. Rebuá's manuscript presents an antagonistic narrative to the "heroes" stories, reporting a story made by simple men, with a desire for survival. In addition, it reveals another side of events - the untold - such as the sexual abuse committed by Brazilian soldiers against women and children.

KEYWORDS: Memories, Expeditionary, Sexual abuse.

* Graduanda em Letras/Literatura pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul- Campus de Três Lagoas-MS (UFMS). O presente artigo apresenta o resultado de pesquisa de iniciação científica orientado pelo Profº Drº Vitor Wagner Neto de Oliveira e financiado pelo CNPQ. E-mail: thamirescarlalopes@gmail.com



INTRODUÇÃO

O acervo documental do Petrônio Rebuá Alves Correa foi doado ao Núcleo de Documentação Histórica da UFMS, Campus de Três Lagoas em outubro de 2016.¹ Logo as fontes passaram a ser objetos de estudos, visto que a documentação é composta por vestígios imagéticos e textuais de suas memórias, repletas de traumas de guerra, causados pelo impacto causado pelo conflito, tanto entre expedicionários quanto entre civis na Itália, especialmente mulheres, adolescentes e crianças que sofreram violências físicas, moral e sexual.

Para tanto, analisou-se o manuscrito intitulado “Heróis de Barro” a partir do estudo em bibliografia especializada como LIMA e CARVALHO (2009); MALATIAN (2009); POLLACK (1980); HALBAWACHS (1990), que discutem os conceitos de “memória”.

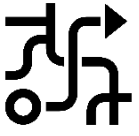
Logo, busca-se neste artigo desvelar na subjetividade das memórias do personagem Rebuá a história social da participação de expedicionários brasileiros na Segunda Guerra Mundial, refletindo acerca de suas motivações na elaboração da escrita, e compreender a visão particular de Rebuá sobre a guerra, contribuindo deste modo para a descrição do acervo do autor no Núcleo de Documentação Histórica da UFMS/CPTL e para futuras pesquisas sobre a temática.

REBUÁ PERSONAGEM DE MEMÓRIAS

Petrônio Rebuá Alves Corrêa nasceu em 15 de agosto de 1915, na cidade de Miranda, no Mato Grosso (atual Mato Grosso do Sul). No ano de 1936, formou-se em Cabo-Reserva pelo Exército Brasileiro na cidade de Campo Grande-MT e, em seguida, trabalhou na Polícia Federal, na Capital do Rio de Janeiro, onde residia quando foi convocado para a Segunda Guerra Mundial, no ano de 1944. Já no *front* ficou conhecido como Cabo Rebuá 721, I/1º, R. O. Au. R (Regimento de Obuses Auto Rebocados).

Com o fim da Guerra, Rebuá voltou a morar em sua cidade natal, Miranda-MT, onde trabalhou na cerâmica de um tio e casou-se pela primeira vez com Lívia Passini, com quem teve uma filha. No Mato Grosso trabalhou, ainda, em várias

¹ www.ndh.ufms.br



instituições públicas, a pedido de políticos locais, e foi também nesse mesmo período que começou a escrever os primeiros registros de suas memórias.

No ano de 1954, o ex-combatente já vivia na cidade de Poconé-MT, onde se casou, pela segunda vez, com Maria Augusta Leite e tiveram um casal de filhos. Foi eleito vereador (mais votado da cidade), por volta de 1966, pela UDN (União Democrática Nacional), sigla partidária de apoio à Ditadura Militar. Apesar de sempre ter ocupado cargos em instituições públicas, esse foi o único cargo eletivo que exerceu.

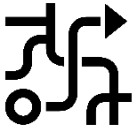
A partir de então, Rebuá viveu em diversas cidades do Mato Grosso, e no ano de 1967 mudou-se para Três Lagoas-MT, na qual finalizou o ensino médio (madureza) e formou-se no curso de História, na atual Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Três lagoas, permanecendo nesta cidade até a sua morte, em 18 de julho de 2002.

Embora não tivesse concluído o ensino médio, na época em que fora convocado para a Guerra, com 29 anos, é evidente que as experiências de vida do ex-combatente e o seu conhecimento intelectual, advindo do hábito de leitura, colocou-o em uma posição diferente dos demais recrutados, já que a maioria dos jovens, com idade entre 19 e 28 anos, vivia na zona rural, era analfabeta ou possuía pouca formação intelectual (MENDES, 1994).

Logo, Rebuá foi um sujeito “essencialmente ideológico e histórico, pois está inserido em um determinado lugar e tempo” (GUERRA, 2008), ou seja, o seu conhecimento intelectual e sua experiência de vida o tornam distinto e histórico. Para mais, o seu discurso é perpassado por dizeres de outros sujeitos como, por exemplo, ao mencionar no seu manuscrito o filósofo Nietzsche. Por outras palavras, o expedicionário relata suas memórias de guerra mediante uma rica produção literária.

A trajetória de vida de Rebuá e a forma de escrita das memórias de guerra o diferencia de outros ex-combatentes que também publicaram relatos de guerra. Rebuá se coloca como integrante dos acontecimentos, e estes, por sua vez, são narrados posteriormente à Guerra. Ou seja, não houve uma anotação cronológica dos fatos ou uma espécie de diário, durante o conflito, ainda que houvesse a intenção defazê-lo, como se percebe neste fragmento do manuscrito, retirado do capítulo XXII²:

² Este artigo é resultado da análise do manuscrito “Heróis de barro”, por isso optou-se pela indicação apenas do capítulo onde se encontra o trecho citado. Note-se, todavia, que o



[Zé Conselheiro] – Sabe? Estou me lembrando daquela conversa da guerra de 18... [...] Dos veteranos que conheciam as vergonhas da guerra... (Hip!) ... da guerra que os generais teimam em fabricar e não deixam os livros publicarem as verdades.... [...] Eu tenho bem aqui, onde estou mostrando, um livro preparado para ser publicado quando nós voltarmos... (Hip!) ... Já escrevi, de memória, diversos capítulos... [...] Este livro, os generais não vão proibir... (E balançava o dedinho magriça) ... Ah! Isso é que não....

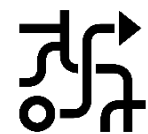
– É isso mesmo, Dom Conselheiro nós precisamos escrever alguma coisa sobre essa porcaria de guerra... [...] Precisamos derrubar, de uma vez por todas, essa xaropada de falsos heróis que rolam por aí... (REBUÁ, Manuscrito, Capítulo XXII).

Neste sentido, trata-se de um discurso de *memórias*. A memória, segundo Ferraz e Locastre (2008, p. 87) “está diretamente relacionada às relações individuais e sociais desses veteranos com a sociedade e dessa sociedade com os significados mais gerais do conflito”, pois, toda narrativa não é inteiramente “pura”, o que significa que os conteúdos relatados acontecem segundo as intenções de seus reprodutores, ou seja, esse discurso de *memórias* é uma narrativa repleta de suas impressões pessoais, de seus traumas e medos.

Além disso, podemos considerar, de acordo com Ricouer (2007, p.01), que a memória é seletiva, “é uma reapropriação do passado histórico por uma memória instruída pela história, e ferida muitas vezes por ela”. Por outras palavras, “nem tudo fica gravado, nem tudo fica registrado [...] é um fenômeno construído” (POLLAK, 1992, p. 203). Diante disso, a memória de Rebuá é uma “memória reconstruída, evocada e em interação com a memória coletiva” (HALBWACHS, 1990), até porque ele rememorava suas anotações, reescrevendo constantemente, acrescentando informações que considerava importantes ou necessárias.

Embora não tivesse feito anotações cronológicas dos fatos, durante a guerra, talvez em virtude da censura que os expedicionários sofriam no *front* – o escrito foi feito à *posteriori* –, Rebuá demonstrou preocupação em registrar suas experiências, conforme o trecho citado acima, como forma de denunciar, preservar e oferecer fontes de informações. Suas memórias são carregadas de análise crítica, tanto em relação ao governo brasileiro, em relação a sua participação na Guerra, quanto na forma em que os oficiais atuavam e o despreparo dos mesmos.

manuscrito foi editado e publicado em outubro de 2022 pela equipe do NDH (OLIVEIRA, BELON, 2022). O livro “Heróis de barro – nos bastidores do front. Memórias de Petrônio Rebuá Alves Corrêa” na versão digital pode ser baixado, gratuitamente, em <https://repositorio.ufms.br/handle/123456789/5170>



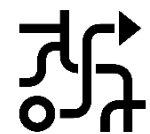
As lembranças impactantes narradas por Rebuá – a fome, a miséria, as mutilações, o cheiro do *front*, a neurose, a constante espera, o sexo reprimido dos jovens, além do abuso sofrido por idosos, mulheres e crianças, ponto crucial da narrativa – destoam da maioria das publicações referentes à Segunda Guerra Mundial, que priorizam a vitória de Monte Castelo, as críticas “a partir de suas experiências para melhorar a ação do Exército” (BOTEGA, 2012, p. 74), como o diário de “Massaki Ujihara publicado em 2004, que relata a situação dos soldados, as dificuldades da guerra, as atitudes dos oficiais, a espera por cartas, dentre outros aspectos”(BOTEGA, 2012, p. 74).

O manuscrito apresenta uma singularidade na forma e no conteúdo, por conta da linguagem textual, literária, do uso das metáforas, analogias, das repetições de expressões e frases estilísticas, evidenciando o nível de conhecimento intelectual e literário do expedicionário Rebuá em relação aos demais pracinhas, como já fora mencionado anteriormente, e, também, por denunciar os abusos sofridos pelas mulheres, crianças e idosos.

REBUÁ RECRUTADO PARA A “GUERRA DOS GRINGOS”

É importante ressaltar o contexto deste embate, encetado pela invasão da Alemanha nas regiões da Polônia, Noruega e França, que acabou intimidando os interesses dos Estados Unidos nas Américas e no Extremo Oriente (FERRAZ, 2005). Esse embate entre os países aliados (Estados Unidos, França, Inglaterra e União Soviética) e os países do eixo (Alemanha, Itália e Japão) marcou a humanidade com milhões de mortes de homens, mulheres, crianças, civis e militares, e também pelo uso de armas químicas e nucleares que devastaram cidades como Hiroshima e Nagasaki no Japão.

Uma das circunstâncias que levou a Alemanha a principiar a guerra em 1º de setembro de 1939 foi a derrota na Grande Guerra de 1914-1918 e a subjugação do país a compromissos impostos pelos vencedores, como a redução de suas forças armadas e a perda de território. Após a Primeira Guerra, emergiu na Alemanha a organização de extrema-direita Partido Nacional-Socialista Alemão dos Trabalhadores, tendo como líder Adolf Hitler, que levantou as bandeiras de retomada de “suas terras perdidas”, da nacionalidade germânica, a exaltação dos “puro-sangue”, a perseguição aos judeus e comunistas, acusados de traírem a Alemanha



na Grande Guerra de 1914-1918. Segundo Ferraz: “[...] as tensões provocadas, se deu por conta da competição entre os interesses estratégicos e econômicos das principais potências capitalistas e, não menos importante, à luta entre os defensores do comunismo e os que queriam a sua contenção [...]” (2005, p. 2).

Nas décadas de 1920 e 1930, a Alemanha reestruturou sua força militar, a situação financeira e logo o governo nazista foi conquistando admiração em vários países, inclusive no Brasil, em razão do “combate ao bolchevismo, no controle do conflito social e dos êxitos da diplomacia agressiva alemã que iam desestruturando as defesas inimigas” (FERRAZ, 2005, p.2). Com isso, a guerra foi chegando ao Brasil.

Neste período, o Brasil encontrava-se sob a ditadura de Getúlio Vargas, que em princípio mantinha-se neutro em relação à guerra, embora tivesse uma certa empatia pelos países do eixo. Porém, devido à necessidade de produtos estratégicos para manter o conflito entre as grandes potências, os países periféricos tornaram-se importantes para o fornecimento de produtos. O Brasil, com localização privilegiada para uso de bases aéreas e navais, também desfrutava de grandes recursos agrícolas, extrativos e minerais, por isso os esforços dos aliados, especialmente os Estados Unidos, em incorporar o país nos esforços de guerra.

Em virtude disso, Vargas pretendia aproveitar-se da posição brasileira para firmar acordos comerciais, como “a construção da siderúrgica, fornecimento de armas e equipamentos bélicos para as forças Armadas”. Portanto, havia um “choque de interesses”, pois de um lado os alemães “ameaçavam a circulação de bens materiais estratégicos latino-americanos para os Estados Unidos” e demonstravam apoio ao projeto da construção siderúrgica; por outro lado, os estadunidenses, “desconfiados do filo fascismo de algumas lideranças militares brasileiras, protelavam o envio de armas e elaboravam projetos de ocupação militar do Norte e do Nordeste do país e adiavam a questão da siderúrgica” (FERRAZ, 2005, p. 5).

Como agravante, Getúlio Vargas discursava que o futuro “pertenceria aos Estados fortes, livres do liberalismo estéril”. Os Estados Unidos, preocupados com tal posição, resolveram “pagar o preço” pelo apoio definitivo do Brasil. Segundo Ferraz: “[...] Para uma nação que já enviava centenas de milhões de dólares em material bélico e produtos de consumo para seus aliados na Europa, o acordo valia a pena, pelas vantagens estratégicas que lhe adviriam [...]” (2005, p. 6).



Consequentemente, em setembro de 1940, o Brasil assinou o acordo para a construção da siderúrgica, que seria instalada em Volta Redonda, no estado do Rio de Janeiro, recebendo 20 milhões de dólares para o início da obra. Diante desse contexto, o país estreitou suas relações com os aliados e no ano de 1942, efetivamente, após navios brasileiros serem torpedeados por submarinos alemães, o Brasil cortou as relações diplomáticas com o Eixo e declarou apoio aos Estados Unidos (SALUN, 2012).

A partir dessa declaração, o Brasil constituiu a Força Expedicionária Brasileira (FEB), em agosto de 1943, convocando milhares de jovens trabalhadores, com pouca escolarização, dentre eles o cabo mato-grossense que morava no Rio de Janeiro, Petrônio Rebuá Alves Corrêa.

No ano de 1942, quando o “mundo enlouquecia”, Rebuá vivia na “cidade maravilhosa”, Rio de Janeiro. Sempre pegava o Bonde na Rua do Catete, e assim como o Bonde corria, os anos também se apressavam.³

A existência da guerra já era algo aterrador, causando inquietações e dúvidas nas pessoas, “entrar ou não entrar na guerra?”. Rebuá mantinha-se nessa situação de sobressalto quando, no ano de 1944, em uma “tarde abafada”, soube, através do seu irmão, que estava na lista dos convocados. O *Jornal da Tarde* trazia dizeres “bonitos”, em letras grandes e legíveis, como forma de incentivar os jovens a se apresentarem ao “grito de convocação”.

Na época, jornais traziam as notícias sobre a guerra e a lista de convocados, como *O Jornal*⁴ do Rio de Janeiro, com publicações no período da manhã, tarde e noite, e também o *Diário de notícias*⁵, fundado em 12 de junho de 1930.

A convocação do Rebuá foi publicada numa sexta-feira, 2 de junho de 1944. Ambos os jornais traziam o primeiro nome dos soldados e na sequência o nome do pai: “Mais soldados convocados... Petrônio, filho de João Batista Alves Corrêa”. Assim, o *Jornal* apresenta a convocação do ex-combatente no ano de 1944, edição 07391⁶, na seção “Ministério da Guerra”, página sete, e o “*Diário de Notícias*” no ano

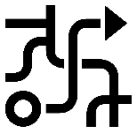
³ Os trechos entre aspas foram extraídos do manuscrito de Rebuá.

⁴ Tinha como diretor Carlos Rizzini e gerente Argemiro B. Bulcão.

⁵ Propriedade da S. A. Diário de Notícias; O. R. Dantas, Presidente; M. Gomes Moreira Tesoureiro; Aurélio Silva, secretário.

⁶ Disponível em:

https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=110523_04&pesq=%22petronio%22&pasta=ano%20194&hf=memoria.bn.br&pagfis=21746 Acessado no dia 14/07/2022.



de 1944, edição 6628, página oito, “CHAMADOS AO SERVIÇO DAS ARMAS”, conforme a imagem abaixo:

Figura 1- Diário de Notícias



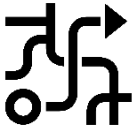
Fonte: Compilação do autor⁷

Após dias intensos, o jornal trouxe novas informações dizendo que: “Os reservistas convocados, e que estivessem em dia com o 1º Certificado Reservista, receberiam em sua residência um cartão individual de convocação”. E assim o cartão chegou para Rebuá e não havia mais o que fazer, estavam seladas “as aventuras de reservista-solteirão” (REBUÁ, Manuscrito, Capítulo II).

Muitos dos convocados apresentaram ofício de deserção do serviço militar, na tentativa de dispensa. Rebuá também apresentou ofício de isenção, porém o pedido foi indeferido pelo Ministro da Guerra. Quanto a isso, Ferraz (2005) afirma que houve beneficiados,

[...] principalmente os selecionados das classes média e alta. Estes conseguiam dispensa ou transferência para guarnições de defesa local. Mais chocante foi que

⁷ Disponível em: https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=093718_02&pasta=ano%20194&pesq=%22petronio%22&pagfis=18721. Acessado no dia 15/07/2022.



tais expedientes também eram usados por militares regulares, que escapavam de ir à guerra, embora fossem remunerados para essa finalidade (p. 24).

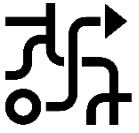
O reservista foi incorporado para servir no “Regimento Escola de Cavalaria Andrade Neves”, na vila militar do Rio de Janeiro, o que causou um certo estranhamento, já que ele era Cabo-reservista de Artilharia. Nesta incorporação, passou por um longo período “rotineiro e cansativo”, cuidando de estábulos e cavalaria: “era um ardume de farda-jegue, de jabá com chá-de-alfafa... um cheiro de murrinha de cavalo” (REBUÁ, manuscrito, capítulo I).

Os reservistas que faziam companhia ao Rebuá na mesma unidade eram conhecidos como “turma dos revoltados”, principalmente com os “sargentões”, chamados por eles de “cobras”, pois estes eram “autoritários, davam safanões, berravam com os recrutas”, e quando os soldados desobedeciam às ordens dos superiores, acabavam presos na cadeia do próprio Regimento. Um dos argumentos usados para livrarem-se das punições era agarrarem-se aos “direitos”, uma vez que a arma deles não era Cavalaria, mas sim Artilharia Mista.

Nessa confusão e desentendimento que se instaurou no Regimento, devido à falta de preparo dos soldados e comandantes no treinamento para “uma guerra de ricos” que “exigiria uma aptidão física e intelectual maiores do que aquelas necessárias na Primeira Guerra” (FERRAZ, 2005, p.31), Rebuá aguardava sua inclusão na “arma de origem”. E sempre surgia um “Boi-de-Botas” dando novas ordens ou orientações para a soldadesca, até que Rebuá foi transferido para o “Regimento de Artilharia Montada, Regimento Floriano”, na mesma Vila Militar.

O pracinha era “chutado de uma unidade para outra”, permanecendo aquele sentimento de incerteza, pois não sabia qual seria o seu destino na Segunda Guerra Mundial: “Para falar a verdade, eu era um deslocado, naquela efervescência dos preparos de embarque para a guerra na África. Eu era um robô, fantasiado de Verde-Oliva, o meu querido e imbatível Verde-Oliva de tantas tradições!” (REBUÁ, Manuscrito, Capítulo I).

Logo cada tropa foi recebendo o seu destino, e o ex-combatente acabou “sobrando”, visto que boa parte da tropa já havia embarcado para o sul, até que um tenente se propôs a ajudá-lo. Então o Cabo ficou encostado no contingente para aguardar uma unidade. Ali, Rebuá comandava seis “praceba”, numa escala a cada



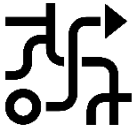
três dias, e durante suas folgas aproveitava a “cidade maravilhosa”, consumindo as noites “nas gafieiras do Catete”.

Desse modo, jovens eram recrutados e “preparados” para a Segunda Guerra Mundial. E, num dia, “transpirando primavera por todos os quadrantes”, surge um Coronel falando a verdade, explicando a verdadeira situação da “Força Expedicionária Brasileira”, arriscando cair nas “garras do tribunal de Segurança Nacional”, o tão famoso “Tribunal Getuliano da Inquisição”. O navio americano que levaria os pracinhas para a Europa não poderia partir com um número pequeno de “voluntários”.

O Coronel era incisivo em sua fala: o “Brasil espera que cada jovem escolha o seu dever”. Diante disso, Rebuá olha para o regimento, analisando todas as situações vividas ali e, não resta dúvida: “pior do que esta geringonça de convocado, a guerra não pode ser... Não é mesmo?” (REBUÁ, Manuscrito, Capítulo II). De súbito, ele dá um passo à frente, colocando-se à disposição da pátria.

Em seguida, os soldados foram encaminhados para o pavilhão da enfermaria, onde passariam por exames médicos: “nunca pensei que existisse tanta imoralidade na nudez humana [...]. Que imundície de formatura machista! Eu nunca pensei que o homem chegasse à tanta imoralidade...” (REBUÁ, Manuscrito, Capítulo II). Os exames eram realizados a fim de verificar a saúde dos pracinhas, “os olhos, ouvidos, nariz, garganta, rins, fígados, peito, respiração, dentes, vacinas”: “o pior de tudo isso, é que para servir de carne de canhão, o pracinha tem que ser um verdadeiro modelo de saúde e físico” (REBUÁ, manuscrito, capítulo II). Ferraz (2005, p.24) afirma que muitos jovens considerados aptos foram “dispensados”, enquanto outros, que não tinham condições físicas e nem mesmo psicológicas, acabaram recrutados e enviados ao *front*, o que provocou sérios problemas para o desempenho da FEB.

O Cabo havia “sobrado”, pois durante os exames no hospital do Exército, quando eram entrevistados, os oficiais questionavam, “aonde gostariam de servir como FEBIANOS?”, e no esforço de se “safar” dos “sargentões” autoritários, o ex-combatente tentou entrar no Grupo Escola de Artilharia, onde servia também um primo. Mas esse primo tinha conseguido um “pistolão” para fugir do embarque, e Rebuá não poderia contar mais com a ajuda do parente. Isso o deixou bastante irritado, pois tinha prometido aos companheiros que lá teriam “proteção do primo-oficial”.



Tanta promessa que eu fizera, tanta maravilha eu cantara, sobre as qualidades do primo, que a maioria dos cabos, uns oito, resolveram seguir-me para o Grupo Escola. E tudo se desmoronara... Até petelecos eu levava dos colegas, acompanhado de muita vaia, que me valeram muitos dias de acanhamento. (REBUÁ, Manuscrito, Capítulo II)

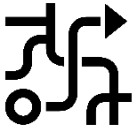
Rebuá decide dar a sua última “cartada”, negando todas as perguntas que o tenente fazia durante o preenchimento da ficha para o embarque, como vemos neste trecho:

- Sabe nadar, remar, andar de bicicleta, montar a cavalo, andar de moto? É motorista? Etc... etc... etc...
- Não... Não... não... (Eu respondia, sem cessar).
Tudo eu sabia. Mas, indignado com a fuga do outro, resolvi voltar para o “Caxias”, respondendo NÃO! ... NÃO! ...
- É datilógrafo?
- NÃO! ... (Sempre fui datilógrafo).
- Que curso tem? Até que ano estudou? Formado em que?
- Não tenho curso nenhum ... (Respondia, com aspereza, ao bom tenente que me fichava) – Estudei somente até o 2º primário... (Uma pequena pausa. Um rosar desenhado. E a carga do “não sei” continuava) – Não sou formado, em nada, tenente! (REBUÁ, Manuscrito, Capítulo II)

A consequência disso foi o embarque para o Grupo São Cristóvão, o qual era comandado por um “Simpático Coronel”. Porém, Rebuá e seus três companheiros acabaram escolhidos para a 1ª Artilharia do “Capita Pernóstico” e, a partir de então, eles passaram a ter contato com os “FEBIANOS”, recebendo as primeiras instruções para o embarque; as plaquetas de identificação; o “Saco” - Mala de Guerra (Havia o Saco “A”, que era a mala de *front*, e o Saco “B”, que era levado pelos praças da retaguarda). Rebuá ficou com o Saco “A” e recebeu o uniforme de “FEBIANO”. Não havia, contudo, mais farda do seu tamanho na “FEB”, criando assim, uma nova expectativa: “se não há uniforme, não há embarque”. O Capitão, todavia, solucionou o problema dando a ele um “macacão verde-oliva, com três estrelas bordadas no peito, em linha de seda branca”, uniforme normalmente usado pelas patentes mais altas. Rebuá retirou o bordado das três estrelas com um canivete, ficando apenas a “sombra de três estrelas no peito”, o que gerou um dos seus apelidos: “Cabo-Capitão”. Foi assim, “fantasiado de Cabo-Capitão”, que Rebuá embarcou para a guerra, “A guerra dos Gringos!”

O ENREDO DE “HERÓIS DE BARRO”

O manuscrito “Heróis de Barro” foi organizado em 24 capítulos, onde Rebuá escreve uma narrativa antagônica à história de “heróis”, relatando as memórias de



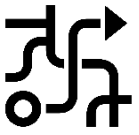
homens simples com grande desejo de sobreviver à guerra. Nesta seção abordaremos, de forma bem sucinta, o enredo de cada capítulo.

O capítulo I, “Boi de Botas na F.E.B”, refere-se ao momento da convocação, a insatisfação em fazer parte daquele conflito, como era aterradora a espera, trata ainda do comportamento dos oficiais em relação aos jovens e a falta de administração dos oficiais no momento do recrutamento dos pracinhas.

No segundo e terceiro capítulos, Rebuá narra as cansativas orientações, advertências, táticas e defesas necessárias para sobreviverem à guerra, batizados pelos pracinhas como a “Hora do Pato”. Era o momento em que formavam as filas para ouvir os coronéis dentro do Regimento. Rebuá relata o momento das avaliações médicas, descrevendo como os jovens eram humilhados durante o processo, para servirem de “carne de canhão”, na expressão de Rebuá, e quanto eram invasivos tais exames. Por último, relata o tão esperado embarque: “os pracinhas foram em filas indianas, formando assim, o desenho de uma grande sucuri, que os levava ao ‘monstro de aço cinzento’, que os aguardava, faminto e fumegante” (REBUÁ, Manuscrito, Capítulo III). Neste ponto, percebe-se o recurso das metáforas, bastante utilizado pelo autor para expressar sua insatisfação com a guerra.

Os capítulos IV, V e VI discorrem sobre um dos primeiros desafios da guerra: “como sobreviver em um navio, contendo mais de 12 mil homens?”. Ou então aos alarmes testes, no caso de uma invasão inimiga. “Era uma angústia sem fim!”. Não obstante, os pracinhas tinham que conviver, ainda, com a “confusão de idiomas, de fardas, de estrelas, de galões, de divisas, de medo, de terror” e o “cheiro de macho” (REBUÁ, Manuscrito, Capítulo IV). Nesses capítulos, o desejo e a repressão sexual dos jovens começam a prenunciar o que aconteceria durante o *front*.

No capítulo VII, nomeado “Desembarque”, é o momento em que se “vira a chave”, conforme o autor, momento de “mudança”. Isso porque foi a partir do desembarque no porto de Nápoles, Itália, que Rebuá compreendeu o que estava por vir, o que era a guerra e qual seria o enfrentamento que eles deveriam fazer daquele momento em diante. Há, neste sentindo, uma mudança de comportamento, pois não tinham como voltar, deveriam enfrentar a “brutalidade humana”. Rebuá fala das “brutalidades causadas pelos homens”, os denominados na história de “Heróis”. O espaço narrativo dá indícios do que estava acontecendo, de como os olhos eram



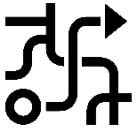
“desvendados” e a verdadeira face da guerra se mostrava, real e lascívia para Rebuá, quando do desembarque no porto de Nápoles, em outubro de 1944.

Aqui, mastros espetavam a superfície da água suja, como fantásticos braços desnudos, implorando misericórdia aos céus em guerra. Misericórdia dos homens que não tinham alma. Ali, ascos bojudos, lambuzados de ferrugem, exibiam as enormes crateras provocadas pelos combates travados na baía das cançonetas famosas. Lá, bicos de cascos semi-naufragados apontavam para um firmamento tristonho, chorando pelas brutalidades do homem-animal, apelidado na História de “Herói”. (REBUÁ, Manuscrito, Capítulo VII)

Por vezes, o discurso de Rebuá é discriminatório, ou então contém características machistas, como no capítulo VIII quando se refere ao Brasil como pátria “MADRASTA”, e no capítulo IX ao falar que “Conselheiro caminhava ao seu lado, resmungando que só uma SOGRA”. Expressão pejorativa, assim como em outros momentos, quando manifesta preconceito e racismo, principalmente em relação aos negros. Isso ocorre por conta da formação social de Rebuá, comum ao seu meio, uma sociedade patriarcal, preconceituosa e racista.

Em seguida, o expedicionário leva o leitor a uma profunda reflexão, quando fala da fome: O que um “povo faminto, toda uma civilização massacrada, todo um passado de uma raça desmantelada” é capaz de fazer diante da “FOME”? Aborda também os problemas da “destruição, desolação, ruínas e miséria” nas cidades bombardeadas, próximas aos Montes Apeninos, na Itália, e o impacto que isso tem nos “Heróis de Barro”. Essa expressão, presente no título do manuscrito e em menções durante a narrativa, está no sentido figurado, conotativo. Segundo Chiaramonte (2012, p. 20), “a linguagem conotativa não se refere diretamente à palavra no sentido exato, mas às sugestões provocadas por ela; figurado, metafórico”, uma vez que “a linguagem literária não está fechada em si”. “Ela passa a ter vida própria com novas significações”, ou seja, “as palavras, expressões e enunciados, dependendo da situação de uso da língua, adquire um novo significado, o contexto possibilita ao falante/leitor compreender a mudança no sentido literal” (ABAURRE, 2008 *apud* SANTOS, 2019, p. 63). Logo, o título “Heróis de Barro” expressa a fragilidade do homem, a imundície, a sujeira e a podridão humana, o ato de ser pó, como vemos em um dos trechos que Rebuá dá ênfase nestes aspectos:

- É assim, mesmo, seu cabo, que colocam, no pedestal dos grandes, o famoso Herói de Barro! ... que, nada mais é, do que o herói esculpido com cinzel de lágrimas, dor e morte... heróis talhados na massa pútrida das baixezas humanas...



e que os séculos eternizavam nos bronzes das praças públicas, celebrando com cânticos e bandas marciais! ... (REBUÁ, Manuscrito, Capítulo X)

Ademais, surgem as “ofertas estapafúrdias⁸ e indecorosas” aos jovens soldados, tanto que Rebuá se sente tentado pelas belas moças por conta da abstinência sexual, porém, seu lado piedoso fazia-o recuar diante das “brutalidades humanas”.

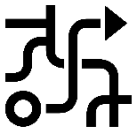
Já no capítulo XII, o autor narra as andanças ao redor do acampamento Gaggio Montano, em busca de uma “*bionda*”. O “incontrolável sexo que se estrangulava, enforcado na jaula da abstinência da guerra que tudo devora”, forçava-o a entrar para a “lista dos que saciavam as loucuras do sexo nas mãos sujas e nojentas dessas meninas dos pinheirais...”. É nesse instante da narrativa que Rebuá conhece a Bela Nita, que vivia com duas irmãs e seus avós, num “casarão avoengo, melancólico e silencioso”, e então, chega o “dia maldito”.

Depois desse episódio, ainda no capítulo XII, surgem duas crianças no acampamento, vestidas com “farrapos de roupas”, quase congeladas e “mortas de fome”. Rebuá e os demais soldados ficam estarecidos com a cena de crianças bonitas, porém com uma aparência horrível, resultado da fome. Então, os soldados decidem cuidar das crianças, “Vic” e “Gino”, que passam a ser o “presente grego que a guerra os mandara”, ficando as crianças sob a responsabilidade do Sargento Zadir e do Cabo Rebuá. Nesta passagem do manuscrito, são perceptíveis os desafios enfrentados pelos soldados para manterem as crianças em segurança, mostrando assim um lado “humano e sensível” dos combatentes que deixaram suas famílias no Brasil para lutar uma “guerra dos gringos”.

À medida que segue a narrativa, percebe-se o impacto dos acontecimentos na vida e saúde mental dos soldados. Em diversos trechos o autor se refere à “neurose de guerra” provocada pelo ambiente da guerra e pela distância da família, manifesta nos momentos em que os soldados falavam com suas granadas, brigavam entre si, cometiam erros e crimes. Mais uma vez, a prostituição, abusos, as famosas “tochas”⁹

⁸ Conforme Rebuá, neste capítulo, durante as caminhadas pela cidade de Pisa, as crianças vinham até os soldados fazendo gestos obscenos, com trejeitos maliciosos, e insistiam para que eles aceitassem suas ofertas; quando não, procuravam pelo sexo dos soldados embaixo das calças na tentativa de que eles aceitassem suas ofertas.

⁹ Nome dado pelos pracinhas ao ato de troca. Quando os soldados saíam em passeios nas cidades, eles preparavam seu bernal com chocolate, cigarro, manteiga, sabonete, pentes, giletes, latas de conservas etc., enfim, “tudo que servisse ao italiano, para o seu famigerado



são parte da narrativa, e Rebuá se coloca como integrante de toda essa tragédia. Por fim, Gino leva-o ao hospital das crianças, à procura do seu amigo Pim-Pim que fora atingido pela Guerra e ficara mutilado em uma cadeira de rodas. Este é um dos momentos mais impressionantes dos capítulos XVI e XVII, pois o Cabo se vê no “TRIBUNAL DO SILÊNCIO”: “um cheiro de sofrimento escorreu pela pele do cabo apavorado. Lambuzou as narinas dilatadas nas emoções. Passou pelo peito esquelético e foi descontar as pancadas do coração genocida”.

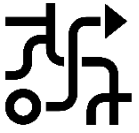
Os capítulos finais são cheios de reflexões, de monólogos interiores, de neurose, visto que estavam exaustos da Guerra, com saudade de casa, não recebiam regularmente notícias e nem cartas da família, muitas vezes por conta da censura. A falta de relacionamentos amorosos e do sexo deixava os soldados cada dia mais impacientes e irritados: “Tudo era silêncio. Tudo era gelado. Até nossa vida, nossa alma”.

No capítulo XIX, “A menina do leite”, Rebuá narra de forma melancólica, com recursos de linguagem, de maneira simbólica e figurativa, suavizando assim a brutalidade da guerra: o “lençol branco da neve” ia ocultando as “crateras, os filetes de sangue congelados e os corpos estraçalhados”. Também, amenizava os soluços da “menina da garrafa de leite”. É a retomada da consciência, que ele esculpe de forma poética, indagando, por vezes, “Quem é o criminoso?” “O homem que fora HOMEM?”.

Do mesmo modo, o capítulo XX, intitulado “No vale do pó”, simboliza toda a imundície dos militares, que frequentavam cabarés e farreavam em bares, como também refere-se ao heroísmo bárbaro, o abuso das forças que a guerra oferecia aos soldados: “Era uma exibição de poderio! De posse! De ‘homem macho!’”.

Em “Zorro, o segredo de Guerra”, capítulo XXI, é um momento em que o Cabo se defronta com as duas nacionalidades (brasileira/italiana). Ambas adotavam práticas semelhantes, como, por exemplo, os abusos sexuais, pois o personagem “Zorro” era um soldado italiano que apareceu em sonho ao Rebuá quando ele estava deitado no gramado observando o céu numa tarde quente e abafada. “Zorro” relata o que havia ocorrido com sua noiva durante a invasão de soldados inimigos. É um

mercado negro” (Capítulo, IX). Os alimentos e os objetos serviam como base de troca, para satisfazerem às necessidades e abstinência sexual desses soldados. Por conta da fome, frio e miséria, mulheres, crianças e idosos acabavam se submetendo a tal situação de troca de mantimentos por sexo.



momento em que se depara com a intersecção entre o real e o imaginário: os fatos mostrados por “Zorro”, embora o deixasse hipnotizado, causavam um certo sofrimento, que nem ele conseguia explicar.

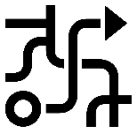
O cabo não ligava fatos com as pessoas irreais que ia se interpondo em seu caminho de sonhos do além-túmulo. Ele estava hipnotizado por Zorro. O *caporale* sofria, mas não podia sentir a profundidade de seu sofrimento. Tinha medo, mas não podia sentir que tinha medo. Estaria louco? ... ou seria isso tudo, a tal neurose? (REBUÁ, Manuscrito, Capítulo XXI)

Então, o expedicionário vai concluindo a sua narrativa, descrevendo seus dias de folga na cidade de Scandiano. Mais uma vez ele e sua “eterna sombra”, o Alter-ego Zé Conselheiro, conversam a respeito dos generais e da guerra. No capítulo XXII, “Yélis, a bela normalista”, o autor deixa explícito o desejo de escrever um livro sobre “essa porcaria de guerra”: “Já escrevi, de memória, diversos capítulos... [...] Este livro, os generais não vão proibir”. Além disso, expõe a “hidrofobia da guerra” e o “mercado negro”, a virgindade de meninas e mulheres: por uma “*giovanata*” virgem, “destruía-se tudo. Tudo!”. E foi ao lado de uma adolescente virgem, Yélis, a normalista, que nunca saía de casa, que Rebuá externou o desejo de constituir uma família, dado que “um homem precisa de amor, de carinho, de mulher”.

No capítulo XXIV, o autor retoma a narrativa dos pontos principais do seu manuscrito, quais sejam a crítica à hierarquia militar e à violência sexual contra as mulheres e crianças:

Foi na maldita Francolise que, em formatura geral, assistimos às condecorações desvirtuadas de nossa unidade. Nela, também, fomos enfrentar as maiores atrocidades cometidas por soldados aliados. Da formatura geral, em Francolise, ainda conservo bem viva a figura imponente de nosso Primeirão, sufocando os gritos de revolta, no seu possante peito jovem atlético, nos 22 anos de mocidade. Os anos passaram... mas os desgostos ficaram... amargurando, cada vez mais, os abandonados pracinhas de nossa pátria. E os anos jamais conseguirão secar, das faces do velho Primeirão, as lágrimas que deslizaram pelas suas faces, revoltadas, com o crime que se praticava em Francolise, em nome da Pátria distante! (REBUÁ, Manuscrito, Capítulo XXIV)

Chega-se, assim, ao clímax do último capítulo, “Francolise, a maldição humana”, onde reaparece o horror: a cena de uma menina corrompida e estuprada coletivamente. Uma cena indescritível, dado o tamanho da barbárie. Encerra-se a narrativa de uma forma insuperável!



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos afirmar, então, que o manuscrito “Heróis de Barro” é um texto narrativo que relata as memórias de Rebuá, pois, segundo Travaglia (2004), é através do elemento tipológico que identificamos uma classe de textos, com uma dada caracterização, por exemplo, o “conjunto de características comuns em termos de forma, estrutura, conteúdo, estilo, funções etc.” é o que nos permite caracterizar os textos tais como: descritivos, dissertativos, injuntivos, narrativos, argumentativos, fábulas, notícias, dentre outros (TRAVAGLIA, 2004, p. 147). Logo, o manuscrito contém características dessa tipologia textual como: narrador, personagens, tempo, espaço e enredo.

Entretanto, o expedicionário se utiliza desta tipologia textual para transitar nas duas extremidades, o de participar e o de observar os acontecimentos, sempre sob a sua visão, sob a sua consciência dos fatos, como vemos nestes fragmentos do manuscrito: “O cabo, num fremir de luxúria represada, tudo ouvia, nada podendo responder, absorto nos conselhos atizados pelo tridente. Também o cabo, naquele momento, entrara, sem o saber, para o rol dos desqualificados sociais” (REBUÁ, Manuscrito, Capítulo X); “[...] em posição de sentido, fuzilando seu capitão nos olhos injetados, o cabo nada respondia. E amarrou a cara, para que seu capitão entendesse que ele não queria conversas ‘ao pé de fogo’” (REBUÁ, Manuscrito, Capítulo XVIII):

A besta-humana, fantasiada de guerreiro, rendeu-se à recordação do amor materno. Um turbilhão de lágrimas jorrou pelas faces do cabo, sacudindo seu corpo impotente, elevando a alma suja do praça, aos píncaros do amor que redime e enobrece. Foi pela vez primeira que o cabo pensou em sua mãe! E chorou... e soluçou... agarrado nos escombros da parede que balançava no equilíbrio das ruínas que apresentavam uma geometria maluca e bárbara.

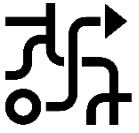
Era o homem que voltava à terra.

Era o monstro que retornava ao homem.

Era o filho que lembrava sua mãe. (REBUÁ, Manuscrito, Capítulo X)

Esse recurso gramatical cria um efeito de sentido nos leitores, porquanto essa mudança na sua narrativa causa um questionamento no leitor: até que ponto Rebuá estaria envolvido nessa barbárie, como nos casos de abusos sexuais?

Ademais, sua narrativa apresenta uma singularidade na forma textual, por conta da sua linguagem, como por exemplo o uso de metáforas “- Não mete a sua colher de pau no mingau em que você não foi convidado” (REBUÁ, manuscrito, capítulo IV); de analogias “O vento é homem e a lua é mulher”; de repetições de



expressões, tais como: “Guerra dos Gringos”, “Guerra dos ricos”, “Quá seu Pascuá”, “Heróis de Barro”, “Tudo era silêncio! Tudo era miséria!”, “Cheiro de macho, o pior dos cheiros”, “coisas de americano” dentre outras que perpassam toda a sua narrativa.

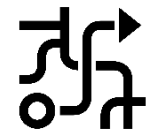
Utiliza-se, ainda, de frases estilísticas, como rimas “- Nossa! Que boça, que coça, que joça, que roça, que troça...” (REBUÁ, manuscrito, capítulo IV); “Choravam, gemiam, rezavam, tremiam...” (REBUÁ, manuscrito, capítulo XII). Também faz uso do diminutivo, por exemplo, quando os soldados recebem uma barraca para acampar nas cercanias de Pisa, nos Prados de Caça da família real italiana. Rebuá fala que a barraca era para dois homens:

[...] era uma **coisinha** de lona verde oliva, que só cabia um pedaço do praça [...] um arremedo de barraca só cabe o pensamento do **pracinha** [...] – Essa **coisinha**, até parece de escoteiro-mirim. Eita, Caxias besta! [...] Depois de pronta, a **barraquinha era uma gracinha, pequenininha, verdinha, estreitinha...**[...] Foi uma **gracinha** de comodidade. **Nossos pezinhos (41 e 44)**, ficaram pra fora. Procuramos encolher as pernas, para protege-los. A coisa piorou. Nossos joelhos se chocaram, na casa de João-de-barro. (REBUÁ, manuscrito, capítulo VIII, grifo nosso)

Nesse fragmento, percebemos tom de ironia dada a situação, pois mal cabia um soldado na barraca, e tinha que dividi-la com mais companheiros, o que era um terror para o expedicionário: o “cheiro de macho” que era insuportável. Outro aspecto estilístico é em relação às formações das palavras, no uso dos mesmos fonemas para criar palavras com significados bem diferentes, como os fonemas /m/, /a/, /l/, /ã/ que podem formar tanto a palavra “mala”, quanto “lama, alma”:

[...] Repare como são formados em nossa língua [as palavras] ALMA e LAMA! ... (Fez uma pausa, como se aguardasse minhas conclusões e prossegui) ... das mesmas letras! Veja CORPO e PORCO, como são, também, das mesmas letras... (E cuspinhou um borrifo de saliva amarela de nicotina). Até já tenho cheiro de lama com essas comparações... –É isso mesmo, seu moço! O homem é lama e volta à lama... (REBUÁ, manuscrito, capítulo XIII).

Além disso, utiliza sinônimos, relacionando-os com o significado de um determinado termo no seu enunciado “- Isso mesmo, Platão dos pantanais! Paezzae, para eles, é o mesmo que vila, aldeia, vilarejo, distrito, povoação, etc.; [...] (fez uma cara de cansaço e perguntou) ... Chega de sinônimos?” (REBUÁ, manuscrito, capítulo XIX), o que denota o seu nível de conhecimento intelectual e literário, principalmente quando recorre aos versos e poemas para expressar seus sentimentos, como vemos nesta parte do capítulo II, logo no início do manuscrito:



E o velho clarim continuou a tocar. Tocava, chorava, soluçava, como se quisesse gritar aos quatros cantos desses Brasis: “Zé-povinho vai partir”.

O clarim tocava,
O praça chorava,
Bugrada clamava!
- Quem ficava?
- Quem ficava?

Em vista disso, podemos concluir, concordando com Chiaramonte (2012, p. 21), que a narrativa de Rebuá “se torna uma arma capaz de quebrar toda censura”, uma vez que o escritor é responsável por criar uma linguagem literária tão rica e apta para resgatar o ser humano das situações mais funestas da sua vida. Para mais, sua narrativa se refere ao discurso de memórias, como exposto anteriormente, segundo os autores Ferraz e Locastre (2008), por ser tratar de uma narrativa repleta de suas impressões pessoais, de seus traumas e medos; uma memória seletiva, isto é, “uma reapropriação do passado histórico por uma memória instruída pela história, e ferida muitas vezes por ela” (RICOEUR, 2007, p. 01).

Assim, a análise do acervo documental, apoiado nos estudos da História e da Literatura, permitiu perceber que a narrativa do expedicionário Rebuá trata de “memórias”, por ser escrita à *posteriore*, que apresenta uma singularidade na forma textual, por conta da linguagem e, sobretudo uma narrativa que se opõe às narrativas de “heróis”, contando uma história escrita por indivíduos comuns com o intuito de garantir sua sobrevivência. Ademais, revela uma face oculta dos eventos, como os abusos sexuais cometidos por soldados brasileiros.

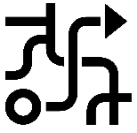
A narrativa dos abusos sexuais contra mulheres e crianças é central no manuscrito de Rebuá e pode expressar uma possível confissão de algo que acompanhou o autor por toda a vida, dada a violência cometida pelos soldados brasileiros durante a Segunda Guerra Mundial.

Em outras palavras, o registro de suas memórias é uma produção literária, que lhe é própria, instruída pela escrita, pelo hábito da leitura e pelas suas experiências vividas durante a guerra.

REFERÊNCIAS

FONTES

Diário de Notícias, ano 1944, edição 6628. Disponível em: https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=093718_02&pasta=ano%20194&pesq=%22petronio%22&pagfis=18721 Acessado no dia 15/07/2022.



O *Jornal*, ano 1944, edição 07391. Disponível em:

https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=110523_04&pesq=%22petronio%22&pasta=ano%20194&hf=memoria.bn.br&pagfis=21746 Acessado no dia 14/07/2022.

REBUÁ [Petrônio Rebuá Alves Corrêa]. *Heróis de barro*. S/d, (manuscrito). Acervo do Núcleo de Documentação Histórica Honório de Souza Carneiro, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Três Lagoas.

BIBLIOGRAFIAS

BOTEGA, Rafael Piquina. Análise das reflexões críticas nas publicações de veteranos e ex-combatentes sobre a FEB. In: OLIVEIRA, D. de. *A Força Expedicionária Brasileira e a Segunda Guerra Mundial* – estudos e pesquisas. Rio de Janeiro: DECEX, DPHCEX, CEPHiMEX, 2012, p.74-81.

CHIARAMONTE, Erick. Que é a Literatura, afinal? *Revista Educação* – UNG - Ser 7.2 (2012): p. 18-24.

FERRAZ, Francisco César Alves. *Os brasileiros e a Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: Zahar, 2005.

FERRAZ, Francisco César Alves; LOCASTRE, Aline Vanessa. O ceticismo da memória: considerações sobre narrativas de dois veteranos da Força Expedicionária Brasileira. *Militares e Política*, n. 2, 2008.

GUERRA, Vânia Maria Lescano Sujeito, discurso e ideologia na Análise do Discurso. In: _____. *Práticas discursivas: crenças, estratégias e estilos*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2008, p. 45-61.

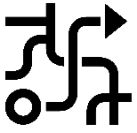
HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo; Vértice, 1990.

MALATIAN, Teresa. Narrador, registro e arquivo. In: PINSKY, Carla Bassanezi, LUCA, Tania Regina de. *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009, v. 1, p. 195-222.

OLIVEIRA, Vitor Wagner Neto de; BELON, Antônio Rodrigues. *Heróis de barro (nos bastidores do front): memórias de Petrônio Rebuá Alves Corrêa*. Campo Grande: Editora da UFMS, 2022.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

SALUN, Alfredo Oscar. Notícias sobre o Brasil na Guerra e a criação da FEB. In: OLIVEIRA, D. de. *A Força Expedicionária Brasileira e a Segunda Guerra Mundial* – estudos e pesquisas. Rio de Janeiro: DECEX, DPHCEX, CEPHiMEX, 2012, p.17-24.



SANTOS, Valdelise Pereira dos. *Denotação e conotação como ferramentas para construção do significado do texto: um trabalho de leitura com alunos do 8º ano do ensino fundamental*. 2019, Dissertação (PROFLETRAS), Universidade Estadual do Piauí, Teresina-PI.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Tipologias textuais literárias e linguísticas. *SCRIPTA*, Belo Horizonte, V. 7, Nº 14, p. 146-158. 1º Sem. 2004.

Recebido em 12/01/2023

Aprovado em 12/12/2023